



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História



**VÂNIA VIDAL LUIZ**

**FÓRUM DE VERDADE E FICÇÃO: A  
CRÔNICA DE GIOVANNI VILLANI NA  
FLORENÇA MEDIEVAL**

**2014**

VÂNIA VIDAL LUIZ

## **Fórum de Verdade e Ficção**

*A Crônica de Giovanni Villani na Florença Medieval*

Rio de Janeiro

Abril de 2014

L953 Luiz, Vânia Vidal

Fórum de verdade e ficção: a Crônica de Giovanni Villani na Florença medieval / Vânia Vidal Luiz – Rio de Janeiro, 2014.

ix, 321 f. ; 6 cm.

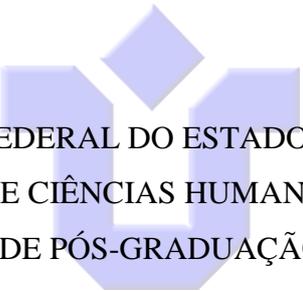
Orientadora: Profa. Dra. Miriam Cabral

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH, 2014.

Referências bibliográficas: f. 211-220

I. 1. Florença (Itália) – História – Período medieval. 2. História medieval. 3. Crônicas medievais. 4. Civilização medieval. 5. Florença (Itália) – Historiografia. 6. Villani, Giovanni (c. 1276-1348). 7. História Social – Dissertação. II. COSER, Miriam Cabral (orientadora). III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. IV. Título.

CDD: 94 (450)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Fórum de Verdade e Ficção:  
A Crônica de Giovanni Villani na Florença Medieval**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO) como requisito final à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miriam Cabral Coser

**Vânia Vidal Luiz**

Rio de Janeiro  
Abril de 2014

VÂNIA VIDAL LUIZ

Fórum de Verdade e Ficção:  
A Crônica de Giovanni Villani na Florença Medieval

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Examinada por:

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Miriam Cabral Coser (PPGH/UNIRIO) – Orientadora

---

Professora Dr Paulo André Leira Parente (PPGH/UNIRIO) – Avaliador

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Vânia Leite Fróes (PPGH/UFF) – Avaliadora

---

Professor Dr. Roberto Godofredo Fabri (PPGH/UFF) – Avaliador Suplente

*À família e aos amigos, sempre.*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado do esforço conjunto de muitas pessoas, que com seus conselhos, seu tempo e suas críticas tornaram-no possível. Não poderia expressar em palavras o quanto sou imensamente grata a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a sua consecução e o seu êxito. Infelizmente não é possível nomear a todos.

Expresso meus mais cordiais agradecimentos à minha orientadora, Prof. Dra. Miriam Cabral Coser, pela generosidade com que abraçou esse tema e conduziu essa pesquisa, por todo o sensível diálogo intelectual que muito enriqueceu essa dissertação e a pessoa que a escreveu. Não foram poucas as dificuldades enfrentadas por nós duas ao longo desse período, e graças a sua incomensurável gentileza, sensibilidade e inteligência pudemos superá-las todas, fato este que é mais mérito dela do que meu, e que em muito excede os limites dessas margens.

Ao corpo docente da Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e ao Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição pela formação acadêmica que me tornou o que sou hoje, historiadora.

A Prof. Dra. Vânia Leite Fróes e Prof. Dr. Paulo André Leira Parente pelas importantes contribuições no exame de qualificação que deram a essa pesquisa outra dimensão.

Em especial, agradeço o empenho e dedicação da Prof. Dra. Claudia Beltrão da Rosa, cuja extraordinária cultura e inteligência singular sempre estiveram à disposição de quem ousava ir mais longe, sem os quais eu não seria pesquisadora e essa dissertação não teria passado de apenas um projeto. À Patricia Vivian von Benko Horvat pela agudeza de espírito, apoio e conselhos extremamente práticos para que essa dissertação chegasse ao final sem enlouquecer a autora. Não há palavras para agradecer a ambas.

Por fim, e não menos importante, agradeço profundamente a toda a minha família, em especial à figura de minha avó, pela presença em todos os momentos, a minha mãe, irmã, tia e prima, por tudo, e ao Francisco Goya e Melissa, pela alegria. Aos queridos amigos Lucas Magdiel (companheiro de todas as horas, inclusive nas exaustivas jornadas de escrita madrugada afora, e melhor amigo da vida toda) por tanta paciência com o texto e sua autora, Fernando Loureiro e Patrícia Urruzola (pelo talento em ouvir, que é quase infinito) o meu mais detido sentimento de amizade e gratidão. E à Ana Lúcia Merege, melhor amiga da vida inteira, por sempre acreditar e torcer, mesmo nos momentos mais adversos, que eu conseguiria alcançar tudo o que sonhasse e quisesse.

"Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?"

—Marcus Tullius Cicero, *De Oratore*, II, 9.

"Et par çon, Dex q̄i tant aime home q' il le vint porveoir de quanque mestiers li est, a douné à home une manerie de force qui a non MEMOIRE. Ceste memoire si a 2 partes, veoir et oïr, et à chascune de ces 2 portes si a 1 chemin par où on i puet aler: peinture et parole. Peinture siert à oel et parole à oreille; et comente on puet repairier à la meson memoire et par force d'engien, fait cequiest trespasé aussi come present. Et parce meisme I vient-on ou par peinture ou par parole."

—Richard de Fournival, prológo de *Le Bestiaire d'amour*

"History brings the past to the view, as if it were present, and enables us to judge of the future by picturing to ourselves the past."

—Henry of Huntingdon, prefácio de *History of England, from the invasion of Julius Caesar to accession of Henry II*

## RESUMO

Essa dissertação analisa os conceitos de história e literatura na Idade Média e suas relações com as categorias de Verdade e Ficção na *Nuova Cronica* de Giovanni Villani, escrita sobre a comuna de Florença no início do séc. XIV. Com o auxílio de operações retóricas bastante complexas como a *Fictio*, a *Imaginatio*, a *Fantasia* e o *Maravilhoso*, Villani constrói uma concepção de história em que esta se coloca como um ‘tempo privilegiado e espaço para a Salvação’. Nesse sentido, a história seria uma forma de conduta orientada que, se seguida corretamente, conferiria ventura aos homens ou à coletividade, preparando-os para alcançar o propósito máximo da existência medieval que é a Salvação no dia do Juízo Final. Nesse esforço, percebemos o caráter sagrado, imagético e tridimensional do texto medieval, sua intrínseca visualidade e complexa relação com o tempo, as cidades e a memória.

**Palavras-chave:** Idade Média, Salvação, História, Verdade, Ficção, Memória, Maravilhoso.

## RESUMEN

Esta tesis de maestría analiza los conceptos de historia y literatura en la Edad Media, bien como sus relaciones con las categorías de la Verdad y Ficción en la *Nuova Cronica* de Giovanni Villani, que trata de la comuna de Florencia a principios del siglo XIV. Valiéndose de operaciones retóricas bastante complejas como la *Fictio*, la *Imaginatio*, la *Fantasia* y el *Maravilloso*, Villani elabora una concepción de la historia que la contempla como un “tiempo privilegiado y espacio para la Salvación”. En ese sentido, la historia sería una forma de conducta orientada a un fin. Al seguirla correctamente, los hombres conocerían la ventura y se prepararían para cumplir el propósito máximo de la existencia medieval, es decir, la Salvación en el Día del Juicio Final. En ese esfuerzo, percibimos el carácter sagrado del texto medieval, su capacidad de producir imágenes y su tridimensionalidad, y en su intrínseca visualidad, la compleja relación que establece con el tiempo, las ciudades y la memoria.

**Palabras claves:** Edad Media, Salvación, Historia, Verdad, Ficción, Memoria, Maravilloso.

## ASTRATTO

Questa dissertazione analizza i concetti di storia e letteratura nel Medioevo e le sue relazioni con le categorie di verità e finzione nella *Nuova Cronica* di Giovanni Villani, che narra la storia del comune di Firenze nei primi anni del secolo XIV. Con l'aiuto di operazioni retoriche molto complessi, come *fictio*, il *Imaginatio*, *Fantasia* e *Meraviglioso*, Villani costruisce una concezione della storia che si pone come un “tempo privilegiato e lo spazio per la Salvezza”. In questo senso, la storia sarebbe una forma di condotta orientato che, se seguita correttamente, potrebbe dare la felicità agli uomini o alle comunità, preparandoli per raggiungere lo scopo ultimo dell'esistenza medievale che è la salvezza nel Giorno del Giudizio. In questo sforzo, ci rendiamo conto l'immaginario sacro e il carattere tridimensionale del testo medievale, la sua visualità intrinseco e complesso rapporto con il tempo, le città e la memoria.

**Parola chiave:** Medioevo, Salvezza, Storia, Verità, Finzione, Meraviglioso, Memoria.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1 – FLORENÇA MEDIEVAL: AS RELAÇÕES ENTRE A LITERATURA, A ESCOLÁSTICA E A HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO DE VERDADE</b> .....	<b>17</b>
1.1 – Leitura e escrita na Florença dos séculos XIII E XIV .....	17
1.2 – <i>Fictio</i> .....	24
1.3 – Fantasia .....	27
1.4 – <i>Imaginatio</i> .....	28
1.5 – <i>Fictio</i> , Maravilhoso e <i>Imago</i> .....	37
<b>2 – MEDITAÇÃO E MEMÓRIA NA IDADE MÉDIA E SUA FUNÇÃO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO</b> .....	<b>43</b>
2.1 – Meditação .....	43
2.2 – A memória medieval.....	47
2.3 – A dimensão sagrada da escrita – Cristianismo e história – A relação com o tempo .....	66
<b>3 – TEMPO, HISTÓRIA E CIDADE: A HISTÓRIA ENQUANTO ‘TEMPO PRIVILEGIADO’ E ‘ESPAÇO PARA A SALVAÇÃO’</b> .....	<b>69</b>
3.1 – O tempo .....	69
3.2 – A história na Idade Média:.....	79
3.3 – A urbanização e o avanço da intelectualidade laica – A memória e a crônica cidadinas.....	86
3.4 – As instituições urbanas: as comunas e a história cidadina – Memória histórica urbana.....	95
3.5 – A cidade e a memória urbana – A cronística histórica medieval – A cidade enquanto “fórum” .....	102
<b>4 – A CRÔNICA NOVA DE GIOVANNI VILLANI</b> .....	<b>105</b>
4.1. A <i>Cronica Nuova</i> de Giovanni Villani: Motivos .....	105
4.2 – A Comuna de Florença e o contexto de produção da <i>Nuova Cronica</i> .....	111
4.3 – A cronística urbana em Florença .....	120
4.4 – Estrutura da Crônica .....	127
4.5 – Giovanni Villani: Vida e obra.....	129
4.5 – A Crônica de Villani: publicações e manuscritos .....	133
4.6 – Manuscritos .....	144
<b>5 – FÓRUM DE VERDADE E FICÇÃO: A CRÔNICA DE GIOVANNI VILLANI</b> .....	<b>146</b>
5.1 – Florença .....	146
5.2 – Mecanismos interpretativos de Giovanni Villani: O Fórum de Verdade e Ficção.....	161
5.2 – Milagres e feitos maravilhosos .....	186
5.3 – Simbolismo e alegoria: o espaço do ambíguo.....	189
5.4 – Fórum de Verdade e Ficção .....	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>211</b>
<b>FONTES UTILIZADAS</b> .....	<b>221</b>
<b>ANEXO A</b> .....	<b>227</b>
Tomo 1, livro 1 .....	227
Livro I, cap. 1 .....	227
Livro I, cap. 7 .....	228
Livro I, cap. 33 .....	229
Livro I, cap. 35 .....	229
Livro I, cap. 36 .....	229
Livro I, cap. 37 .....	230
Livro II, cap. 1 .....	231
Livro V, cap. 32.....	232
Livro V, cap. 36.....	234
Livro VI, cap. 32.....	235
Livro VI, cap. 38.....	235

Livro VII, cap. 1 .....	236
Livro VII, cap. 7 .....	238
Livro VII, cap. 10 .....	238
Livro VII, cap. 13 .....	238
Livro VII, cap. 27 .....	239
Livro VII, cap. 30 .....	239
Livro VII, cap. 64 .....	240
Livro VII, cap. 65 .....	240
Livro VII, cap. 72 .....	241
Livro VII, cap. 74 .....	242
Livro VII, cap. 75 .....	243
Livro VII, cap. 76 .....	244
Livro VIII, cap. 36 .....	245
Livro VIII, cap. 41 .....	245
Livro XI, cap. 158 .....	245
Livro XI, cap. 194 .....	246
Livro XII, cap. 1 .....	247
Livro XII, cap. 2 .....	251
<b>ANEXO B .....</b>	<b>258</b>
Tomo 1, livro 1 .....	258
Livro I, cap. 1 .....	258
Livro 1, cap. 7 .....	259
Livro 1, cap. 33 .....	260
Livro I, cap. 35 .....	260
Livro I, cap. 36 .....	261
Livro I, cap. 37 .....	262
Livro II, cap. 1 .....	262
Livro V, cap. 32 .....	264
Livro V, cap. 36 .....	266
Livro VI, cap. 32 .....	266
Livro VI, cap. 38 .....	267
Livro VII, cap. 1 .....	268
Livro VII, cap. 7 .....	270
Livro VII, cap. 10 .....	270
Livro VII, cap. 13 .....	270
Livro VII, cap. 27 .....	271
Livro VII, cap. 30 .....	271
Livro VII, cap. 64 .....	272
Livro VII, cap. 65 .....	272
Livro VII, cap. 72 .....	273
Livro VII, cap. 74 .....	274
Livro VII, cap. 75 .....	275
Livro VII, cap. 76 .....	276
Livro VIII, cap. 36 .....	278
Livro VIII, cap. 41 .....	277
Livro XI, cap. 158 .....	279
Livro XI, cap. 194 .....	279
Livro XII, cap. 1 .....	279
Livro XII, cap. 2 .....	284
<b>ANEXO C - A PROVIDÊNCIA DIVINA NA HISTÓRIA: O DILÚVIO DE 1333 E O DECLÍNIO DE FLORENÇA .....</b>	<b>292</b>

## INTRODUÇÃO

Os estudos medievais, no concernente a metodologias e objetos, sofreram uma importante renovação nas últimas cinco décadas de pesquisa, tanto no Brasil, quanto fora dele. Essa renovação experimentada de forma vívida e profícua, principalmente nos procedimentos de pesquisa adotados pelos historiadores e estudiosos de outras áreas, como a literatura, a música ou o teatro, são resultantes de um alargamento expressivo de objetos adotados como passíveis de investigação, dentre os quais se destaca a cronística medieval, compreendida agora como historiografia produzida na Idade Média e não mais como gênero literário.

Essa mudança de perspectiva quanto à importância e abrangência dos estudos medievais não apenas se restringiu aos círculos eruditos de produção acadêmica, mas se espalhou entre o público leigo – que demonstrou ser curioso e afeto à noção de modernidade da Idade Média – evocando-a, ainda que de forma intuitiva, como um passado pouco distante de nossa cultura (o Ocidente). O apelo que essa noção de proximidade suscita no público amplo é a mesma que dele encobre as especificidades e problemas desse campo de estudos, visto que:

...alienada da ciência que se faz (...) encontra em suas próprias faltas a possibilidade de atar um laço caloroso com um antepassado do qual, talvez, ela construa para si uma ideia falsa, cujos reflexos não estejam totalmente apagados em sua sensibilidade e em sua memória. (ZUNTHOR: 2009, p. 18-9)

À “memória” familiar de uma Idade Média não muito distante, mesclam-se as inerentes dificuldades em se situar cronologicamente esse período histórico, se entre os séculos V e XV, ou como propõe Le Goff, do III ao XVIII, transformando-as em uma verdadeira armadilha, pois, se é a distância cronológica que nos permite estudá-lo, é a proximidade que essa “memória” evoca que promove suas distorções, provocando uma visão equivocada e muitas vezes reducionistas do medievo. Pois sendo qual for a cronologia adotada para confinar didaticamente no tempo aquilo que se convencionou chamar de *Media aetas* – e tendemos aqui a seguir a que privilegia a Idade Média Central – esbarramos no fato dela ser um período muito difícil de fixar. Tentamos, na pesquisa da qual essa dissertação é o resultado, driblar tais armadilhas sempre que possível, evitando tomar o medievo ora como tempo análogo ao nosso – do qual mais guardamos familiaridade do que similitudes – ora como ponto extremo de contraste, do qual nos separamos por completo. De uma forma ou de outra, como evidencia Paul Zumthor, a Idade Média está para nós como um perpétuo “termo de referência” em torno do qual tentamos explicar a nós mesmos, porém, quando tomada

como foco de análise, torna-se necessário para o medievalista “privilegiar, na consciência que toma de seu objeto, as marcas da distância que os separa.” (2009, p. 42)

O tema dessa pesquisa se debruça sobre os gêneros narrativos histórico e literário tal como foram compreendidos pela Idade Média, que desconheceu a ambos enquanto disciplinas autônomas do conhecimento, sob a ótica das relações existentes entre as categorias de verdade e ficção, que se mesclariam e intercambiariam, como um fórum, em que conceitos-chave da vivência medieval seriam colocados em debate, contribuindo para a construção de um conceito de história como “tempo privilegiado” e “espaço para a Salvação”, do qual a cronística medieval é o ápice e o principal instrumento.

Para tanto, tomou-se como fonte principal dessa dissertação a Nuova Cronica, a mais importante crônica citadina de Florença escrita na primeira metade do séc. XIV por Giovanni Villani, mercador, banqueiro e diplomata da comuna. A Nuova Cronica (Nova Crônica) de Villani está inserida no que se poderia chamar de crônica universal, pois entremeados aos fatos de Florença, trata, também, de eventos importantes ocorridos em outros países, entretanto o faz apenas para enriquecer o relato de sua cidade e não para oferecer uma versão transversal da história.

Essa dissertação tem como recorte cronológico o período contemplado pela Idade Média Central, notadamente sua porção final e mais expressiva, os séc. XIII e primeira metade do séc. XIV, séculos em que ocorrem importantes mudanças de perspectiva quanto ao papel ocupado pelas letras e pela história na vivência medieval diante do esplendor urbano e cultural que os acompanham. Tais mudanças incidem sobre todas as esferas do universo medieval e trazem consigo uma nova relação com o tempo, com os espaços da cidade, com a escrita e a oralidade, a memória e a produção de conhecimento.

A pesquisa, da qual essa dissertação é uma das implicações, está inserida no âmbito dessa renovação metodológica a que Paul Zumthor alude no primeiro capítulo de seu livro *Falando de Idade Média*, e dessa forma, está refém de todos os percalços resultantes de uma investigação sobre um universo de interações que não nos é próximo, visto que a distância cronológica que nos separa torna algumas de suas nuances e significados inacessíveis, e que, entretanto, não nos é distante o suficiente para que possamos aplicar um olhar meramente objetivo sobre suas feições sem reconhecer nenhum rosto. Se a alteridade que nos afasta do medievo é a armadilha que dele nos aproxima, ela é, também, a que permite que procedimentos teórico-metodológicos possam ser construídos e aplicados à sua exegese. Está aí a gênese do trabalho do historiador cuidadoso.

No capítulo 1, intitulado “Florença Medieval: as relações entre a Literatura, a escolástica e a história na construção de uma concepção de verdade” trataremos das diferenças conceituais entre História e Literatura na Idade Média, situando as duas no quadro teórico das artes liberais. Feito isso, passamos aos mecanismos que envolvem a construção textual de cada uma dessas noções e sua relação com o desvelamento/velamento de uma Verdade subjacente.

Para tanto, utilizamos de conceitos retóricos exaustivamente aplicados à interpretação de textos medievais, canônicos ou não, mais notadamente de *intergumentum*, e sua função na construção da imagem mental, e posteriormente da imagem ficcional, partindo do neoplatonismo até a passagem precoce ocorrida em Florença para ao Aristotelismo tomista. Veremos que essa imagem ficcional em nada se parece com uma “falsa realidade”, como supõe o significado moderno do termo, porém, está relacionada à verossimilhança, e para tal utilizaremos de um modelo interpretativo centrado nas noções de *Imago*, *Fantasia*, *Fictio* e *maravilhoso* como validadores do estatuto de Verdade situando-a no status recém alcançado pela escritura, que é a de ser a “monumentalização da memória”.

No capítulo 2 “Meditação e memória na Idade Média e sua função na produção de conhecimento”, na primeira parte, debruçamo-nos sobre a ortopraxis da memória e meditação monástica, e suas implicações para o ambiente laico urbano como gênese dos processos cognitivos ligados à criatividade e produção de conhecimento, na formação das imagens mentais e imagens narrativas, alegóricas e simbólicas.

Tratamos a memória, aqui, como um elo possível entre as noções de passado e futuro, sobretudo na constituição de uma noção de que o passado acena necessariamente para o futuro, constituindo-se como meio exemplar de conduta, que brande ao porvir com vistas a uma finalidade (salvação). Procuramos demonstrar, também, a maneira pela qual os conceitos de *imagem*, *imaginação*, *memória* e *meditação* se apresentavam para o medievo e como incidiam nas práticas discursivas existentes. Para esse intento, analisamos as mudanças de vocabulário, a produção textual e pictórica, principalmente a produção histórica, onde acreditamos que esses elementos figuram com maior nitidez. Analisamos a tridimensionalidade da memória – imagem acústica, grafia e ato físico de pronúncia – que se funde à tridimensionalidade do texto que havíamos aludido no capítulo anterior, e o seu papel na difusão do conhecimento produzido.

Na terceira parte, dedicamo-nos à dimensão sagrada da escrita, estabelecendo as relações simbólicas entre o homem enquanto imagem de Deus, ou seja, como a imagem por

excelência, e a escrita como veículo sagrado da memória e do ato criador divinos, que aproximaria o homem do Ser que o gerou. Para isso, tratamos dos propósitos éticos da Criação, entendendo que “a forma (imagem) é a expressão de Deus, a escrita, que é a forma, a materialização do Verbo através da grafia, e considerando-se que o Verbo é o próprio Deus manifesto, a escrita reveste-se do atributo de ser ela mesma sagrada” (p. 68).

Essa operação é importante para enunciarmos o estatuto que o texto alcança no medievo, que é o de ser parte do propósito ético da Criação, constituindo um espaço e um meio possíveis para a Salvação, o que nos será bastante útil para a conceituação de história como “tempo privilegiado” e “espaço para a Salvação” que faremos nos capítulos seguintes, sobretudo ao demonstrar, no capítulo terceiro, como a escrita é capaz de subverter a lógica do tempo e permitir à memória a vitória sobre a “caducidade inerente a tudo o que vive”, o que gerará à história a noção de ser ela mesma um “tempo privilegiado”.

No capítulo 3, “Tempo, história e cidade: A história enquanto “tempo privilegiado” e “espaço para a salvação””, tratamos do entendimento do tempo para a Idade Média, como este se constitui e quais suas relações com a história, e como esta é capaz de “vencer o tempo terreno e almejar o celeste”, também, com o passado, e de ambos com o cristianismo, que é o gerador da história para o medievo.

Na segunda parte, tratamos do conceito de história para a Idade Média, tomado desde os primeiros historiadores cristãos até os cronistas dos séc. XIII e XIV, sobretudo no que tange ao uso do vocabulário (as diferenças entre anais, crônica e história). Procedemos, também, nessa parte, no sentido de demonstrar como se constituiu o conceitos de “exemplar” e do conseqüente caráter didascálico da história enquanto “*magistra vitae*.”

Na terceira parte desse capítulo, tratamos dos processos de urbanização e avanço da intelectualidade laica, a relação das cidades com o campo, o senhorio, a vassalidade e a feudalidade, com acento para a constituição de uma futura autoconsciência de si, que estará no cerne das comunas, mas que para nós interessa pelas implicações que fazem a cidade compreender a si mesma como “um fórum em que a memória urbana se entrelaça à consciência que a cidade toma de si” (p. 103). Tal compreensão acarretaria a noção de que a história possui uma razão, que é “contar os feitos e conquistas da cidade como um projeto de autonomia, já que a história é a dimensão do sagrado por excelência, visto que acena para o futuro, para a monumentalização da memória, para o rompimento com a caducidade da vida.” (p. 104) A partir disso, na quarta parte do capítulo, partimos para a relação entre a memória

urbana e a história cidadina, partindo da constituição das comunas e de suas instituições para chegarmos à conformação da cidade com “espaço da história”.

Na quinta e última parte, tratamos da memória urbana e sua função no nascimento da cronística cidadina, principalmente no que esta implica, tanto na nova relação com o tempo que se estabelece em espaço urbano, como com os espaços de convivência e intercâmbio: de elevar a cidade e a história da cidade enquanto um fórum que tem como função “fornecer os exemplos para a vida venturosa, que conduzirão dada coletividade à Salvação.” (p. 115)

O capítulo 4, “A Crônica Nova de Giovanni Villani”, trata da fonte dessa pesquisa, oferecendo uma contextualização histórica de sua escritura, da vida de seu autor e da cronística urbana em Florença dos séculos XIII e XIV, assim como uma análise hermenêutica do documento, pretendendo tentar situar a data de início de sua compilação, comparando-a com a cronologia da *Commedia* de Dante. Tratamos, ademais, da vasta tradição editorial e manuscrita da *Nuova Cronica*, estabelecendo as diferenças desde as primeiras edições do séc. XVI, até a edição crítica mais recente, de 1992, e comparando, sempre que possível, os principais manuscritos que estas tiveram como base. Como parte desse esforço, oferecemos ao leitor uma listagem de alguns dos mais famosos (dos 111) manuscritos remanescentes, e os arquivos e bibliotecas onde se encontram conservados.

O Capítulo 5, chamado “Fórum de Verdade e Ficção”, a *Nuova Cronica* de Giovanni Villani é analisada com base no modelo interpretativo exposto nos capítulos teóricos descritos acima, cujo fio condutor é a noção de história como “tempo privilegiado e espaço para a Salvação”. Nele os mecanismos interpretativos de Villani, baseados no conceito medieval de Providência Divina, operariam segundo a lógica do modelo, por nós proposto no cap.1, em que a *Imago*, a *Fantasia*, a *Fictio* e o *Maravilhoso* funcionariam como mecanismos balizadores de uma Verdade subjacente. Em conformidade com as etapas cognitivas advindas da memória e meditação na gênese criativa textual, acarretariam na operação simbólica que faria a *Nuova Cronica* constituir um conceito de história a partir de uma noção de tempo em que o “passado não acena apenas para o que já não existe, porém afigura-se enquanto um caminho seguro para o futuro e para a Salvação. (p. 68)”

Na conclusão, compilamos todas as conclusões parciais trazidas em cada capítulo, com ênfase nas relações que cada uma tece entre si e confluem para a constituição de uma conceituação de história para a Idade Média, que privilegia a sua dimensão sagrada e única, jamais conhecida por nós, de a história ser um meio possível para a obtenção da ventura

humana, palco infinito no qual se desdobram todas as possibilidades de futuro, e de ascense rumo ao mais belo e último dos propósitos, a Salvação e a eternidade.

Apesar de não usual, os Anexos constituem parte importante dessa pesquisa e não apenas dela uma complementação, visto que sua fonte principal é inédita em português, motivo pelo qual recomendamos sua atenta leitura. Na “Seção A” oferecemos os textos de Villani originais analisados nesse trabalho, fixados a partir da edição crítica de G. Porta. Na Seção “B”, oferecemos a tradução de todo o material analisado nessa dissertação. E na “Seção C” trazemos a análise de dois capítulos do livro XII de Giovanni Villani, com base na dicotomia de cidade, espaço da ventura e da Salvação, e espaço do Demônio e da danação, em que o Juízo de Deus opera para o castigo dos pecadores e da má governança da cidade através de uma catástrofe natural, a terrível enchente de 1333.

Sobre a pesquisa, resta-nos dizer que muitos foram os esforços teórico-metodológicos empregados em sua consecução, o que esperamos tenha ficado claro para o leitor ao longo de sua construção. Sempre que necessário, recorreremos às autoridades antigas, com vistas a manter a qualidade do texto e a não incorrer em falsas interpretações pautadas em traduções equivocadas. Nesse sentido, tivemos o exaustivo cuidado de consultar fontes originais, compiladas em edições idôneas, sempre indicadas em notas de rodapé.

A fonte-base dessa pesquisa – a *Nuova Cronica di Giovanni Villani* – nunca foi traduzida para o português, e a única tradução que temos notícia foi feita para o inglês, ainda no séc. XIX e não de seu texto integral (apenas de trechos selecionados de nove dos treze livros originais), portanto, algumas das traduções que fornecemos nesse volume apenas podem ser encontradas aqui. Sobre isso devemos dizer também que todas as traduções presentes (dessa e de outras fontes), exceto quando expressamente indicadas em nota, são de minha autoria e estão reféns de todas as dificuldades inerentes ao ofício de verter para um idioma moderno algo escrito em uma língua proto-vernacular. Portanto, todos os erros de tradução, que porventura existirem, são de minha responsabilidade e refletem essa condição<sup>1</sup>.

Para as citações bíblicas, tomamos como referência a *Biblia Vulgatam Iuxta Clementinam*, traduzida por São Jerônimo, cuja numeração e ordem diferem da Bíblia Moderna.

---

<sup>1</sup> E a autora agradecerá encarecidamente as contribuições de todos aqueles que, partilhando do espírito de que todo ofício de tradução é um esforço incompleto, encontrando porventura alguma impropriedade, avise-a nesse e-mail: vanial.lavid@gmail.com.

incipit liber primus

# 1 – FLORENÇA MEDIEVAL: AS RELAÇÕES ENTRE A LITERATURA, A ESCOLÁSTICA E A HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO DE VERDADE

## 1.1 – Leitura e escrita na Florença dos séculos XIII E XIV<sup>2</sup>

A cidade-estado de Florença ao longo da segunda metade do séc. XIII e primeira metade do séc. XIV fervilha em todos os aspectos da vivência urbana e cultural. Nas artes, na política, nos embates teológicos, no comércio, nas indústrias e ofícios, na arquitetura.

Tendo em suas cercanias alguns dos melhores mestres-livreiros da Europa, não é de se estranhar que sejam florentinos os mais belos manuscritos italianos que nos chegaram até hoje, muito menos seria exagero admitir que, nessa cidade efervescente, a leitura não fosse um privilégio de poucos. Ao contrário, sabe-se que dentro do contexto medieval, restritivo à leitura, que Florença era uma exceção, com suas várias escolas, e seu centro universitário pulsante. Sobre isso, afirma o prof. Franco Cardini:

Em âmbito urbano [séc. XIII], o desenvolvimento das universidades teve resultados muito importantes, até no plano da cultura em geral, dando um forte impulso à produção livreira, à difusão dos textos e à alfabetização. (CARDINI: 1997, p. 95)

Evidentemente, quando se fala em universo letrado no medievo, por mais incrementado que pudesse ser, sabe-se que este não se aplicará à totalidade, nem à maioria da população; porém não é de todo impossível que, em Florença, boa parte da população citadina soubesse ler ainda que de forma rudimentar. Mesmo que não a língua canônica e científica, cuja autoridade era por si só incontestada, mas a língua falada na cidade, o fiorentino, língua toscana que séculos mais tarde conformaria o que conhecemos por italiano. Não são incomuns as fontes desse período escritas nesse idioma<sup>3</sup>, indício inegável de haver um público leitor acostumado à língua vulgar, ou mesmo, que só tinha contato com esse registro linguístico.

Não apenas na península itálica, como em todo ocidente medieval europeu, entre os séculos XIII e XIV ocorre a ascensão das línguas vulgares, em especial dos *romances*, da qual o fiorentino é derivado. Também se verifica o estabelecimento de um outro tipo de relação com o livro, agora tomado como um objeto também símbolo de status, e conseqüentemente, com a leitura. E a leitura no contexto de produção de texto medieval merece, por suas

---

<sup>2</sup> Todas as traduções presentes nessa dissertação são de minha autoria, exceto quando expressamente indicado.

<sup>3</sup> No séc. XIII tornou-se cada vez mais amplo o uso escrito da língua vulgar, já adotado por S. Francisco em aproximadamente 1224 para a composição do *Cantico di frate sole*. Os centros de elaboração linguísticos mais significativos foram a Sicília de Frederico II e, sobretudo, a Toscana, onde prosadores desenvolveram, de modo original, a produção áulica e os *fabliaux* franceses. (...) (CARDINI: 1997, p. 106)

especificidades, um pouco mais de atenção de nossa parte. A leitura silenciosa é um fenômeno praticamente desconhecido na Idade Média.

O manejo dos fólhos, códices e pergaminhos inicialmente dificultava a fabricação de um número grande de exemplares e as cópias eram feitas dentro de ambientes confinados de mosteiros e castelos, levando anos para um único exemplar ficar pronto. Em determinado momento, quando a tessitura do livro é simplificada nos idos do séc. XIII para atender às demandas universitárias, tanto nas costuras, na forma, como no material, o livro torna-se enfim um objeto de fácil manejo e transporte<sup>4</sup>:

Os progressos realizados na preparação do pergaminho permitem obter folhas menos espessas, mais maleáveis e menos amarelas do que a dos manuscritos anteriores. Em Itália, onde a técnica está mais avançada, as folhas são muito mais finas e de uma brancura espantosa. O formato do livro modifica-se. Anteriormente tinha sensivelmente o formato dos nossos infólhos. É uma dimensão que só convém aos manuscritos escritos nas abadias e que aí devem permanecer. (LE GOFF: 1973, p. 95)

Nesse sentido, a circulação do livro aumenta dentro dos centros urbanos conjuntamente à expansão universitária, pois esta traz consigo a necessidade de haver maior oferta de exemplares de uma mesma obra disponíveis para consulta, que implicaria também uma diminuição dos custos de sua fabricação. Com a nova organização dos códices, tanto no concernente à numeração das colunas, à paginação, e à divisão do texto em livros ou capítulos indicados por letras, assim como indicação da procedência de citações e *auctoritas*, que obedecia às necessidades de organização e sistematização próprios da Escolástica, não só a forma externa do livro é simplificada, mas sua configuração interna, o que facilitaria a leitura e a cópia. Sobre isso a Profa. Paloma Cuenca Munhoz de Paleografia e Diplomática da Universidade de Madrid nos diz o seguinte:

La nueva organización de los códices tiene que ver con el desarrollo de la escolástica, que alcanza su apogeo precisamente durante el siglo XIII. En tanto que sistema de pensamiento, la escolástica está basada en el formalismo y en la articulación sistemática de la doctrina (...). ( MUÑOZ: 2007, p. 233)<sup>5</sup>

Atendendo às novas características dos livros trazidas pela forma de organização do pensamento escolástico, e às necessidades das escolas e universidades por maior disponibilidade de exemplares, surge um tipo novo de sistema de fabricação de livros: a *pecia*:

---

<sup>4</sup> Ver Jacques Le Goff. Os Intelectuais na Idade Média.

<sup>5</sup> MUÑOZ, Paloma Cuenca. *El libro en el siglo XIII: La Pecia*. Universidad Complutense de Madrid: Madrid, 2007, p. 233

...Podríamos añadir que la clarificación del pensamiento y la organización del mismo propias de la escolástica están relacionadas también con el modo de transmisión de los textos que, como veremos, se lleva a cabo de manera regulada mediante el sistema de copias... (MUÑOZ: 2007, p. 233)

Através do novo sistema de fabricação de livros, a *pecia* –*ae*, ou fascículos, o texto após obter a aprovação por uma comissão universitária, era entregue a livreiros especializados, os *Stationarii*, responsáveis por vendê-los aos estudantes por um custo mais acessível:

(...) conviene comenzar por definir el concepto de *pecia*, puesto que la división en cuadernos del texto utilizado como base por los copistas es el procedimiento necesario para realizar numerosas copias simultáneas de la manera más rápida posible. Estas copias son de peor calidad que el modelo, pero poseen contenidos fiables y son mucho menos costosas en cuanto a su elaboración. (MUÑOZ: 2007, p. 234-35)

É evidente que todas essas transformações contribuíram para a evolução da escritura no séc. XIII, e suas expressões podem ser percebidas na proficuidade de obras do período, de traduções e em toda a produção universitária. Entretanto, e apesar disso, a leitura em voz baixa – própria dos *scriptoria* – e a leitura declamativa pública, permanecem inalteradas. O texto é concebido para ser declamado em uma performance que englobava a voz, o gesto e a palavra, obedecendo a uma tridimensionalidade que acompanhava a do Espírito Santo. Muitas estruturas narrativas medievais guardam as marcas da oralidade, e mesmo os gêneros elaborados para a leitura silenciosa, nesse caso, refiro-me ao aparecimento do Romance, a partir do séc. XII, e com reservas, o são declamados. Nesse sentido, se encararmos a leitura como um fenômeno gregário, sua difusão torna-se muito mais ampla dentro de uma sociedade que se congrega em torno de eventos festivos e que valoriza as histórias que conta, e cria.

Não à toa ocorre no século XIII a maioria das codificações de tradições narrativas – mitologia— que nos chegaram em língua vulgar. Temos os *Eddas* como exemplo, escrito em islandês arcaico. Também se pode verificar uma maior difusão de traduções, tanto de textos latinos, gregos e árabes<sup>6</sup>, como em língua vulgar. Um exemplo disso é a Demanda Portuguesa, do círculo arturiano, e uma edição tedesca de Tristão e Isolda. Isso indicaria que a

---

<sup>6</sup> As traduções sistemáticas de textos gregos e árabes tem seu início um século antes, com o Renascimento do séc. XII. Tem lugar, sobretudo, na península italiana e nas terras sarracenas conforme a Reconquista progredia na Espanha. Sobre isso escreveu Le Goff: “Originais árabes, versões árabes de textos gregos, originais gregos, são, portanto, traduzidos ora por pessoas isoladas ora, a maior parte das vezes, por grupos. Os cristãos do Ocidente pedem auxílio aos cristãos de espanhóis que viveram sob o domínio muçumano: os Moçárabes, aos Judeus, e mesmo aos Mulçumanos. Assim são reunidas todas as aptidões.” (LE GOFF: 1985, p. 22)

E também segundo Franco Cardini: A Itália desempenhou papel importante no conhecimento desses escritos. De fato, nesse país, entre os séc. XI e XII, floresceram numerosos centros de tradução do grego e do árabe devido à vizinhança do mundo ítalo-meridional com Bizâncio e a cultura islâmica.” (CARDINI: 1997, p. 96)

relação do homem medieval com o texto é muito mais intrincada e repleta de significados do que se poderia supor para uma sociedade marcadamente iletrada. E também insinua que a compreensão do espaço ocupado pelo elemento ficcional (como conhecemos hoje) é um tanto quanto limitada, pois muitas dessas narrativas foram tomadas como uma forma de expressão histórica. Em certa medida as percepções entre ficcional – já que não se pode empregar amplamente o termo literatura nesse período – e histórico se confundem. É esta relação entre escrita histórica e “literária” que iremos analisar deste ponto em diante. Relação esta que só pode ser compreendida dentro de um contexto muito particular de interação entre palavra e gesto, letra e voz que o homem medieval detinha, em que o texto não existia apenas enquanto escritura, mas enquanto performance. Nesse sentido, não se pode falar, ao se tratar de Idade Média, em uma total desvinculação do texto do contexto histórico no qual estava sendo produzido, tanto no concernente à sua construção quanto no que tange às formas de compartilhamento.

Durante a maior parte do período de tempo que costumamos situar a Idade Média, a leitura não era uma atividade individual, silenciosa e solitária mas declamativa, pública, coletiva. O acesso à escrita, conseqüentemente à leitura, era restrito a uma parcela pequena da população, sendo a declamação cantada – embora subexistisse outra forma de leitura em voz baixa feita nos *scriptoria*, que não era cantada—uma forma de difusão de texto extremamente comum:

Daí a necessidade de um segundo deslocamento atento às redes de prática que organizam os modos, histórica e socialmente diferenciados, da relação aos textos. A leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. (CHARTIER: 1991, p. 181)

A própria concepção do texto literário, desde a canção de gesta ao texto didático (comentários), era feita objetivando um gestual específico e obedecia a um padrão ritmico elaborado para se moldar à voz humana e, como a leitura exigia uma performance, para ser lido com o próprio corpo. Dessa maneira, o homem medieval compreendia, e sentia o universo da escritura (como um todo), não só com os olhos, mas com o corpo inteiro, e como nos indica Michel Zink, a voz estava presente na literatura medieval quase com exclusividade até século XII:

Até meados do século XII, as jovens literaturas vernáculas conheciam apenas os gêneros cantados: a canção de gesta, a poesia lírica. A primeira conserva artificialmente as marcas da oralidade, mesmo quando é escrita (...): encenação do recitante, interpelação do público, efeitos de eco e repetição ligados à composição estrófica. A segunda, que exige do poeta que seja também

compositor, às vezes denuncia modo oral de transmissão, ao nomear o menestrel a cuja memória se confiou a canção ou ao desejar que ela encontre um cantor digno de si. (ZINK, 2002, p. 81)

A escrita, e num sentido mais amplo, a Literatura, possuía então um caráter tri-dimensional, era a letra grafada, a voz e o corpo, constituindo uma experiência sensorial extremamente complexa e dinâmica, o texto era vivo, na acepção real do termo. Levando-se em consideração as especificidades semânticas do termo literatura no mesmo período, ainda segundo Zink:

...o próprio termo é desconhecido pelo menos em sua acepção moderna. Em Latim, a palavra *Litteratura* tem o mesmo sentido que *Grammatica* e designa, como esta palavra, ou a gramática propriamente dita ou a leitura comentada de autores e o conhecimento que proporciona, mas não as obras em si. Seus derivados (*litteratus*, *ilitteratus*), suas transposições em línguas vernáculas (letreüre, no francês antigo) remetem igualmente a uma aptidão, a da escrita, a um saber, o que é comunicado pelos textos, e, por último, a um estatuto social, o do clérigo oposto ao leigo, ou no fim da Idade média, o do letrado à “gente simples. (ZINK, 2002, p. 79)

A palavra “literatura” designaria uma forma física, a letra escrita e um ato, o de escrever, a escritura, e um saber, a gramática. Por esse caminho podemos facilmente perceber que a dimensão que o texto ocupa no medievo é bem distinta da ocupada na contemporaneidade, pois nele a escrita literária pode inscrever-se em um plano outro que não o ficcional, muitas vezes se confundindo com a realidade de que é resultado.

Se o valor da oralidade não pode ser desconsiderado, o da escritura o poderia ser tampouco, pois somente a escritura possui autoridade. É através da letra que Deus se manifesta em sua “palavra revelada”, e é através da escrita que os destinos são definidos a caminho do Juízo Final. Tal ambiguidade, entre letra e voz, é indissociável ao período medieval. Por essa perspectiva, estabelece-se que o texto medieval não deve ser entendido desvinculado de seu todo performático, devendo ser interpretado sempre levando-se em consideração suas três dimensões, a de letra, imagem acústica e espetáculo. (ZUMTHOR: 1997)

No entanto, isso não impediu a existência de um *corpus* literário na Idade Média, porém como definições sintéticas, e um tanto que arbitrárias. Certamente o sentido que atribuímos hoje ao texto literário, o de obra ficcional com propósitos estéticos e/ou estetizantes, de deleite e entretenimento, inexistia no período medieval. Não que a *Literatura* produzida durante este período não guardasse a fortuidade, a gratuidade ou não se preocupasse com a beleza e com o entretenimento, até o fazia, embora não fosse esta a sua tônica, outros tipos de narrativas, próprias de outros campos do saber ainda estavam

encerradas no âmbito que hoje chamaríamos de literário. Tanto a *história* como a *literatura* faziam parte de um mesmo *ethos*, o das sete artes liberais<sup>7</sup>, que estavam ambas inseridas no quadro de estudos de Filosofia, na parte destinada ao ensino de Lógica (*logica – sermo, cinalis, sive rationalis scientia...*), que por sua vez compreendia *Grammatica (de vocibus)* e *Dissertiva (Ratio disserend)*.

A *Grammatica*<sup>8</sup> era composta pelo estudo da língua – *Littera, syllaba, dicitio e oratio* – ou seja, das partes constituintes das orações, das regras do “escrever corretamente”, e do que hoje se classifica como o domínio da sintaxe, morfologia e gramática. Já *Dissertiva* era composta por estudos relativos aos textos não-canônicos e ao pensamento filosófico-argumentativo (*Rethorica, Dialectia, Demonstratio Sophistica*) e *Poesis Literatura*, onde estavam localizados os estudos de poesia (*Poetarum carmina*), da fábula (*Fabulae*) e, finalmente, a história (*Historiae*). Nota-se, então, que a *história* era um ramo da Poética, portanto, originária dos estudos relacionados à elocução; não havia uma disciplina isolada para Literatura, e sim, o estudo dos gêneros poéticos (*tragoedia, Comoedia, Satyrae*, etc), conformando junto com a Filosofia, o estudo da Lógica.<sup>9</sup>

Para o método escolástico, utilizado nas escolas e universidades do séc. XIII, as leis da linguagem possuíam um *status* especial, visto que era dado às palavras um extremo valor, preocupando-se em definir à exaustão seus significados. Haveria, portanto, uma explicação para tamanho cuidado e apreço pela *palavra*, que é simples, a palavra é a expressão de Deus, o Verbo. Para Abelardo (séc XII) a “linguagem não é o véu do real mas sua expressão” (LE GOFF: 1985, p. 71), nesse sentido as palavras existem para significar, e possuem correpondência com as coisas que significam, ou seja, possuem fundamento na realidade. Por

---

<sup>7</sup> II. DE SEPTEM LIBERALIBVS DISCIPLINIS. [1] Disciplinae liberalium artium septem sunt. Prima grammatica, id est loquendi peritia. Secunda rhetorica, quae propter nitorem et copiam eloquentiae suae maxime in civibus quaestionibus necessaria existimatur. Tertia dialectica cognomento logica, quae disputationibus subtilissimis vera secernit a falsis. [2] Quarta arithmetica, quae continet numerorum causas et divisiones. Quinta musica, quae in carminibus cantibusque consistit. [3] Sexta geometrica, quae mensuras terrae dimensionisque complectitur. Septima astronomia, quae continet legem astrorum. (Isid. Etym. I, 2,1)

Para uma melhor compreensão desse esquema classificatório, sugerimos também que seja feita uma consulta a Hugo de São Victor, Didática.

<sup>8</sup> I. V. DE GRAMMATICA. [1] Grammatica est scientia recte loquendi, et origo et fundamentum liberalium litterarum. Haec in disciplinis post litteras communes inventa est, ut iam qui didicerant litteras per eam recte loquendi rationem sciant. Grammatica autem a litteris nomen accepit. GRAMMATA enim Graeci litteras vocant. [2] Ars vero dicta est, quod artis praeceptis regulisque consistat. Alii dicunt a Graecis hoc tractum esse vocabulum APO TES ARETES, id est a virtute, quam scientiam vocaverunt. [3] Oratio dicta quasi oris ratio. Nam orare est loqui et dicere. Est autem oratio contextus verborum cum sensu. Contextus autem sine sensu non est oratio, quia non est oris ratio. Oratio autem plena est sensu, voce et littera. [4] Divisiones autem grammaticae artis a quibusdam triginta dinumerantur, id est, partes orationis octo: vox articulata, littera, syllaba, pedes, accentus, positurae, notae, orthographia, analogia, etymologia, glossae, differentiae, barbarismi, soloecismi, vitia, metaplasmata, schemata, tropi, prosa, metra, fabulae, historiae. (Isid. Etym. I,5,1)

<sup>9</sup> Esquema de classificação proposto por Hugo de São Vitor, em sua Didática, séc. XII.

consequente, “todo esforço da lógica deve consistir em proporcionar essa adequação significante da linguagem com a realidade que ela manifesta”. (LE GOFF: 1985, p. 71). É por isso que a palavra precisa ter seu significado desvelado, entretanto, quando esse significado remete a Deus, esse desvelamento torna-se impossível. Para o homem medieval é imprescindível conhecer as relações que existem entre a palavra, o conceito, o ser, portanto, o *status* ontológico do Verbo. Dentro da interação medieval com o texto como um todo, isso se torna ainda mais evidente, pois além de ser a palavra revelada de Deus, aquela que conduz a um devir (em que se increvem todos os destinos, rumo ao Juízo Final), é a realidade das coisas.

O estudo da *Grammatica* não se restringia apenas às regras da escrita correta, porém estava intimamente relacionado com a preservação do passado, como nos chama a atenção o Prof. Renan Fighetto ao citar a concepção de história de Isidoro de Sevilha<sup>10</sup>:

Para Isidoro de Sevilha, com efeito, de acordo com o bispo hispalense, a gramática e todo o conjunto de conhecimentos a ela vinculados faziam parte da origem e do fundamento primordial da própria cultura, dentre os quais encontramos a História na medida em que a recordação e a preservação do passado deviam ser eternizadas, como autêntico monumento, “pelas letras”. (FIGHETTO: 2010, p. 175)

Isidoro de Sevilha, cujo sistema para as ciências fora extremamente influente em toda a Idade Média, trazia em sua *Etymologiae* a seguinte definição para *história*: “História é a narração dos fatos acontecidos, pela qual se conhecem sucessos que tiveram lugar em tempos passados”, e prossegue:

Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur. Dicta autem Graece historia APO TOU ISTOREIN, id est a videre vel cognoscere. Apud veteres enim nemo conscribat historiam, nisi is qui interfuisset, et ea quae conscribenda essent vidisset. Melius enim oculis quae fiunt deprehendimus, quam quae auditione colligimus. [2] (Isid. Etym.I,XLI, 1)

A História seria, então, a narração de grandes feitos, testemunhados pelos historiadores, e dignos de serem lembrado através da monumentalização do passado, somente possível através da escrita. Pois, se para o universo medieval o texto obedece a um esquema tridimensional, em que a voz ocupa lugar privilegiado, é através da escrita que este obtém status pleno de autoridade. Depreende-se disso, contudo, o porquê de estar a História

---

<sup>10</sup> História é a narração dos feitos gloriosos que tiveram lugar no tempo passado. Dizem que provém do grego Apo Tou Istorien, que significa aquele que vê, que conhece. A ninguém deveria ser dado escrever a história senão aos velhos, àquele que esteve de fato presente e compila aquilo que realmente viu. Melhor aquilo que com os olhos apreendemos do que aquilo que com os ouvidos alcançamos. Isidoro de Sevilha ou Isidoro Hispalense (c. 560-636).In: *Etymologiae*. The Latin Library. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/isidore/1.shtml>

circunscrita aos domínios da *Grammatica*, pois, além da eloquência, cabe a esta o privilégio de versar sobre as coisas escritas.

## 1.2 – *Fictio*

Outra relação pertinente que se pode estabelecer entre “literatura” e história no medievo é sobre o elemento ficcional. E algo que nos dá bons indícios para isso é a categoria que ocupa o mesmo espaço da história dentro dos estudos gramaticais: a fábula<sup>11</sup>. É na fábula que elementos alheios ao sistema simbólico cristão podem ser incorporados, e tornados inteligíveis, como nos diz a pesquisadora Teresa Amado, da Universidade de Lisboa:

Através da adaptação de motivos pré-cristãos a novos contextos, significados e objetivos, e do uso de motivos cristãos modulados a partir da exegese patrística, durante muito tempo as crônicas (em latim e em português, até ao princípio do século XV) apresentam um mundo que só em parte é dominado ou entendido pelo homem, mas que ele aceita na sua totalidade, mesmo quando é forçado a reconhecer a existência de coisas que não consegue explicar ou, muito menos, utilizar em seu proveito, e a conceber, portanto, como possível e dotada de uma lógica própria a realidade do desconhecido. (AMADO: 2003, p. 179)

Em prosseguimento de nossa argumentação, a fábula media os sistemas simbólicos e trabalha a construção da Verdade cristã enquanto estatuto de autoridade dos textos, como se vê a seguir, de acordo com o Prof. Guillermo Seres, da Universidad Autónoma di Barcelona, ao referir-se à fábula enquanto:

---

<sup>11</sup> XL. DE FABVLA. [1] Fabulas poetae a fando nominaverunt, quia non sunt res factae, sed tantum loquendo fictae. Quae ideo sunt inductae, ut fictorum mutorum animalium inter se conloquio imago quaedam vitae hominum nosceretur. Has primus invenisse traditur Alcmeon Crotoniensis, appellaturque Aesopiae, quia is apud Phrygas in hac re polluit. [2] Sunt autem fabulae aut Aesopicae, aut Libysticae. Aesopicae sunt, cum animalia muta inter se sermocinasse finguntur, vel quae animam non habent, ut urbes, arbores, montes, petrae, flumina. Libysticae autem, dum hominum cum bestiis, aut bestiarum cum hominibus fingitur vocis esse commercium. [3] Fabulas poetae quasdam delectandi causa finxerunt, quasdam ad naturam rerum, nonnullas ad mores hominum interpretati sunt. Delectandi causa fictas, ut eas, quas vulgo dicunt, vel quales Plautus et Terentius composuerunt. [4] Ad naturam rerum fabulas fingunt, ut "Vulcanus claudus" quia per naturam numquam rectus est ignis, ut illa triformis bestia (Lucret. 5,903) Prima leo, postrema draco, media ipsa Chimaera: id est caprea, aetates hominum per eam volentes distinguere; quarum ferox et horrens prima adolescentia, ut leo; dimidium vitae tempus lucidissimum, ut caprea, eo quod acutissime videat; tunc fit senectus casibus inflexis, draco. [5] Sic et Hippocentauri fabulam esse confictam, id est hominem equo mixtum, ad exprimendam humanae vitae velocitatem, quia equum constat esse velocissimum. [6] Ad mores, ut apud Horatium mus loquitur muri et mustela vulpeculae, ut per narrationem fictam ad id quod agitur verax significatio referatur. Vnde et Aesopi tales sunt fabulae ad morum finem relatae, vel sicut in libro Iudicum (9,8) ligna sibi regem requirunt et loquuntur ad oleam et ad ficum et ad vitem et ad rubum; quod totum utique ad mores fingitur ut ad rem, quae intenditur, ficta quidem narratione, sed veraci significatione veniatur. [7] Sic et Demosthenes orator fabulam usus est adversus Philippum, qui cum ab Atheniensibus postularet ut sibi decem oratores darentur, et discederet, finxit ille [hanc] fabulam qua dissuaderet, dicens lupos aliquando pastoribus, quorum diligentiam decipere voluissent, suasisse ut in amicitiam convenirent, ea tamen condicione, ut si canes, in quibus erat causa iurgiorum, iure illis traderentur: adnuisse pastores et in spem securitatis dedisse canes, quos ovium suarum vigilantissimos custodes habebant. Tunc lupi, adempta omni formidine, omne quod in gregibus illis erat, non pro satietate tantum, verum etiam pro libidine laceraverunt. Philippum quoque principes populi postulare, quo facilius possit opprimere spoliata custodibus urbem. (ISID. Etym. I, XL, 1)

La contrapartida más ortodoxa plantea que si los misterios son enigmáticos y Dios es inefable, la única forma de aproximarnos a unos y a Otro es a través de la fábula (y, en general, de los integumentá), que preserva intacto el significado más profundo de aquellos y lo mantiene inaccesible al vulgo, que, si llegara a conocer abiertamente que, en el fondo, los dioses representan las fuerzas de la naturaleza, perderían el necesario temor deorum y, en consecuencia, la multitud cometería muchas más acciones deshonestas. (SERES: 2000, p. 153).

Não só a fábula, mas outros recursos alegóricos foram amplamente utilizados nas narrativas medievais como forma de encobrir uma verdade subjacente, danosa (no caso de motivos pré-cristãos, como evidenciado acima), inapreensível, ou sublime. Embora mais evidentes na exegese bíblica, não significa que em outras modalidades narrativas não estivessem presentes, como na poesia religiosa, por exemplo, e mais tarde, também na poesia profana. Como diz Santo Agostinho a “*res excelsa*” deve ser “*velata*”: “rem incensu humilen, sucessu excelsam et velatam mysteriis”<sup>12</sup>; já Guilherme de Conches nos indica que os *intergumenta* encobrem mistérios somente vislumbrados pelos sábios: “Ratio est, quare nuda et aperta expositio est inimica nature deorum: scilicet ut soli sapientes sciant secreta deorum per interpretationem intergumentorum”<sup>13</sup>.

João Escoto, no seu comentário acerca da hierarquia de imagens de Pseudo Dionísio, também assinalava a função da poesia, do véu poético, da fábula e da ficção, como invólucros de uma verdade ou mistério profundo, incognoscível *a priori* pelo intelecto humano:

...ita theologia velut quaedam poetria sanctam Scripturam fictis imaginationibus ad consultum nostri animi et reductionem a corporalibus sensibus exterioribus, veluti ex quadam imperfecta pueritia, in rerum intelligibilium perfectam cognitionem, tanquam in quandam interioris hominis grandaevitatem, conformat.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Santo Agostinho, Confessiones, III, 5 ...*humilde a princípio e sublime conforme se avança o velado mistério...* “ itaque institui animum intendere in scripturas sanctas et videre quales essent. et ecce video rem non compertam superbis neque nudatam pueris, sed incessu humilem, successu excelsam et velatam mysteriis. et non eram ego talis ut intrare in eam possem aut inclinare cervicem ad eius gressus. non enim sicut modo loquor, ita sensi, cum attendi ad illam scripturam, sed visa est mihi indigna quam tullianae dignitati compararem. tumor enim meus refugiebat modum eius et acies mea non penetrabat interiora eius. verum autem illa erat quae cresceret cum parvulis, sed ego dedignabar esse parvulus et turgidus fastu mihi grandis videbar”. In: The Latin Library: <http://www.thelatinlibrary.com/august.html>

<sup>13</sup> ...A razão é portanto aquilo que está nu e aberto à exposição da natureza do inimigo dos deuses: isto é que somente os sábios conhecem os segredos dos deuses, pela interpretação dos intergumentos.. In: DRONKE, Peter. *Fabula: Explorations into the Uses of Myth in Medieval Platonism for a larger discussion of critical theories of intergumenta*. Leiden: Brill, 1974. Comentário a Macrobio, apud Peter Dronk, “fabula”, p. 74

<sup>14</sup> ... como se se trata-se de uma poesia, a Teologia utiliza o imaginário para adaptar as Santas Escrituras à capacidade de nosso entendimento, para reconduzi-lo desde os sentidos exteriores, desde o conhecimento perfeito das realidades inteligíveis, analogamente a como se passa da compreensão imperfeita da infância à condição adulta de homem interior.” Tradução minha de parte do fragmento abaixo: Quemadmodum ars poetica per fictas fabulas allegoricasque similitudines moralem doctrinam seu physicam componit ad humanorum animorum exercitationem, hoc enim proprium est heroicorum poetarum, qui virorum fortium facta et mores figurate laudant: ita theologia velut quaedam poetria sanctam Scripturam fictis imaginationibus ad consultum

Em Cícero, no primeiro volume do *De Oratore*, já se pode apreender a noção de *integumentum* como véu poético que encobre ou oculta uma verdade moral ou filosófica subjacente:

...sic modo in oratione Crassi divitias atque ornamenta eius ingeni per quaedam involucra atque integumenta perspexi, sed ea contemplari cum cuperem, vix aspiciendi potestas fuit; ita neque hoc possum dicere, me omnino ignorare, quid possideat, neque plane nosse ac vidisse.<sup>15</sup>

Dessa maneira, através do *involucrum*, pelo qual operam o fictício, o fabuloso, o mítico, ou o velamento poético, era possível encobrir verdades doutrinárias, ou universais, somente apreensíveis ou passíveis de interpretação por meio dos recursos da alegoria. Portanto, a construção de uma noção de verdade perpassaria necessariamente pelas leis da retórica. Em relação a esse processo de metaforização e alegoria, diz-nos Sères que “todos los mistérios cristianos pueden verse desde esta óptica, incluindo el de la Trinidad, que no es sino el traslado metafórico del poder, la sabiduría y voluntad de Dios” (SÈRES: 2000, p. 157).

Para a Escolástica, tanto a poesia como a história ocupavam os mais desprestigiados lugares dentro do quadro tomista das ciências, a saber, *Poesis*, ocupa a terceira subdivisão da *Dissertiva*, que por sua vez era a segunda parte constituinte da *Logica*, onde estavam situados os *poetarum carmina*, a *Historiae*, e a *Fabulae*. Tanto a poesia, a história ou a fábula se debruçariam sobre coisas somente apreensíveis através do intercurso da sensibilidade, e ocupar-se-iam de coisas materiais apreendidas pela percepção sensorial e elaboradas por intermédio de diversas formas de representação, ou seja, pela imaginação ou pela fantasia, pois a essência das coisas, sendo uma realidade imaterial diferente das manifestações sensíveis, só pode ser percebida exclusivamente pelo intelecto. Pois todas as matérias sobre as quais versariam a história, a fábula e a poesia somente poderiam referir-se às semelhanças dos corpos, segundo comenta São Tomás de Aquino “procedere autem per similitudines varias et

---

nostrí animi et reductionem a corporalibus sensibus exterioribus, veluti ex quadam imperfecta pueritia, in rerum intelligibilium perfectam cognitionem, tanquam in quandam interioris hominis grandaevitatem, conformat. Juan Escoto Eriúgena, fragmento retirado de PL, 122, p.146 apud Sères, Guillermo, “La Ficción y la Verdad del Entendimiento: algunas consideraciones de poética medieval”, p. 154-55.

<sup>15</sup> ... mesmo assim apenas agora, durante este discurso de Crasso, divisei a riqueza e magnificência de seu talento como por algumas derivações e encobrimentos, e embora eu estivesse ansioso para analisá-los, eu tive apenas a chance de um vislumbre. E assim, eu não posso dizer nem que conheço nada da extensão de suas posses, ou que a conheça e tenha visto claramente. "Id me hercule" inquit "ipsum attendo: tantus enim cursus verborum fuit et sic evolavit oratio, ut eius vim et incitationem aspexerim, vestigia ingressumque vix viderim, et tanquam in aliquam locupletem ac refertam domum venerim, non explicata veste neque proposito argento neque tabulis et signis propalam conlocatis, sed his omnibus multis magnificisque rebus constructis ac reconditis; sic modo in oratione Crassi divitias atque ornamenta eius ingeni per quaedam involucra atque integumenta perspexi, sed ea contemplari cum cuperem, vix aspiciendi potestas fuit; itaque nec hoc possum dicere, me omnino ignorare, quid possideat, neque plane nosse atque vidisse. Cícero, *De Oratore*, I, 161. In: *The Latin Library*: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore1.shtml#161>

representationes est proprium poeticae, quae est ínfima inter omnes doctrinas”<sup>16</sup>, sendo, então, objetos da capacidade geradora da fantasia, portanto, somente possíveis através de imagens, também ditas aparições ou *phantasmata*<sup>17</sup>.

### 1.3 – Fantasia

Dentro da concepção aristotélica, tais imagens<sup>18</sup> funcionariam como intermediárias entre os sentidos e o intelecto, visto que “principium nostrae cogitationis est a sensu”<sup>19</sup>, e também, porque não seria possível, pelo intelecto a compreensão, senão por intermédio dos *phantasmata*, como nos evidencia a pesquisadora G. Burlando, já que não haveria pensamento sem “aparições”:

El sentido común funciona de la misma manera que los sentidos externos: recibiendo los varios tipos de formas que cada sentido aporta, y dándoles una configuración física determinada; la actualización determinada de la facultad del sentido común es tarea que compete a las denominadas 'especies sensibles'. Para la mayoría de los aristotélicos, la 'species sensibilis' es la actualización determinada de las potencias que definen el sentido común. Cuando esta actualización determinada se guarda en la memoria se pasa a denominar 'phantasmata' o 'imagen sensible'. Las imágenes sensibles, productos del sentido común, incluyen la totalidad del objeto 'para el sentido' (...) (BURLANDO: 2005, p. 237)<sup>20</sup>

Diz-nos a esse respeito, Séres: “los phantasmata o impressões de los sentidos son esenciales para el intelecto y para la formación de universales, mediante la intervención de la memoria, em cuya cavidade hay que buscar la imagen apreendida”, demonstrando que essa operação que resulta na formação da imagem mental seria portanto a *representação*. (SÈRES: 2000, p. 158)

São Tomás de Aquino, quando diz: “Et ideo necesse est ad hoc quod intellectus actu intelligat suum objectum proprium, quod convertat se ad phantasmata, ut speculetur naturam

---

<sup>16</sup> ...Procedem, entretanto, por muitas semelhanças e representações que são próprias da poesia, que é a mais baixa de todas as ciências. ST.1 a, q I, a 9, obj. I

<sup>17</sup> Phantasmata, na grafia grega.

<sup>18</sup> BURLANDO, Giannina. “Recepción Suareciana De Aristóteles: Percepción, Representación y Verdad”. In: *Revista Filosófica de Coimbra*, nº 28 (2005), p. 323-248. Pg. 237 Para Aristóteles una cosa consiste en la unión de una Forma que es la estructura, modelo o plan de la cosa, y la materia que tiene potencial para ser formada. Un punto central en la doctrina de las Formas es que una Forma puede ser abstraída de la cosa por el intelecto agente. Este pone esa Forma en el intelecto passivo donde la misma Forma adquiere un ser inteligible como el de una idea (en oposición al ser actual que la Forma tiene en la cosa) (BURLANDO: 2006, p. 325)

<sup>19</sup> ...O início do pensamento é no sentido... São Tomás de Aquino. (Summa, I-II, 84,7). Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/aquinas.html>

<sup>20</sup> *Ibid.* Pg. 237

universalem in particulare existentem<sup>21</sup>”, e levando-se em conta “que a alma jamais pensa sem aparições”<sup>22</sup> (GRAMIGNA: 2006, p. 13), o pensamento também seria uma sensação, e a imagem o seu corpo sutil, como nos indica Burlando:

En definitiva esto significa que el intelecto agente actúa transformando las imágenes sensibles en imágenes inteligibles en acto. La transducción se lleva a cabo por medio de un proceso de abstracción. La imagen inteligible o Forma universal es 'abstraída' de la imagen sensible particular, y así desnudada de todas sus condiciones materiales individualizadoras. (BURLANDO: 2005, p. 329)

Desse modo, a fantasia é metade sensação e metade ideia, a imaginação seria a intermediária entre a alma e pensamento, e a fantasia, portanto, a intermediária entre o sentido comum (a percepção) e o intelecto, já que operaria em ambos. Ela seria um movimento que seguiria a percepção, que é derivada dos cinco sentidos, onde são tratadas e elaboradas, pelo intercurso da faculdade da imaginação, as imagens, que são produzidas pela sensação em ato, transformando imagens sensíveis em inteligíveis. Seguindo esse raciocínio, as matérias das quais se acercam a poesia, a história ou a fábula não seriam possíveis de intelecção *per se* ou *ex nihilo*, somente mediante imagens (ou *phantasmata*), cujos *intergumenta* ou *involucra* como recursos interpretativos, são capazes de sanar as limitações do intelecto humano sobre as “verdades maiores”, seriam derivados.

#### 1.4 – *Imaginatio*

A *Imaginatio* e a *Fantasia* possuíam um caráter eminentemente mental, operariam na transmutação das formas sensíveis em inteligíveis, podendo também enveredar para o pensamento criativo, porém sem a característica moderna que atribui ao *fantástico*, o falso, o irreal, e sim como um intermediário entre o anímico e o sensível. Segundo a tradição aristotélico-tomista, os dois conformariam uma faculdade ou poder mental que depositaria e organizaria as formas sensíveis recebidas pelos sentidos e também que operaria ao pensamento criativo e ao sonho ou fantasio<sup>23</sup>. Através deles se poderia velar, e também, desvelar a Verdade, ocultar e conduzir *olhos vulgares* sem causar dano ou torná-la inapreensível. Depreende-se que existiria somente uma Verdade, unicamente apreensível pelo entendimento humano mediante os recursos aludidos acima, a das Escrituras, a dizer, o Verbo

---

<sup>21</sup>... Os sentidos externos captam o objeto que, pela ação do *sensus communis*, formam os *phantasmata*, as espécies sensíveis, o intelecto as transforma em “imagens inteligíveis... (ST. 184, 7) São Tomás de Aquino. Summa. 184, 7.

<sup>22</sup> *φαντάσματα*, cuja transliteração é *Phantasmata*, do original grego. Aportuguesamos para *phantasmata*.

<sup>23</sup> Para mais detalhes ver: Burlando, 2005, p. 330. E São Tomás de Aquino, Summa, 184.

revelado, das quais todas as outras, sendo estas pagãs ou não, são *figurae* e representações. E de tal forma, somente se expressariam mediante palavras, que para São Tomás de Aquino “significam as coisas inteligidas”<sup>24</sup>. Entretanto “o nome e o verbo significam por convenção humana” (*nomen... et verbum significant ex institutione humana*)<sup>25</sup>, ou seja, não há conexão natural entre a coisa e a palavra, e por isso mesmo a linguagem, elemento fundamental nas imagens, dependeria da retórica, da poesia e da descrição (*aphofansis*) para alcançar seu status último dentro da compreensão humana. Nesse sentido, as imagens, sem as quais nenhum conhecimento é possível, são verbais, pertencem à esfera da linguagem. E, com isso, *significam*. Nesse sentido, uma concepção de Verdade perpassaria necessariamente pelas leis da linguagem e pelo discurso, e dentro da concepção aristotélica-tomista, seria construída a partir da coisa em si, a dizer, se a coisa *é* ou não *é*, e somente a partir de tal fato poderia ser tomada como falsa ou não.<sup>26</sup> Pois, a linguagem seria um espelho para a realidade do mundo físico, entretanto não o poderia representar de forma direta, unívoca, porém ao modo como as propriedades do mundo se apresentariam à mente (*modi intelligendi*).<sup>27</sup>

A função da retórica ficaria mais ainda evidente quando, dentro do pensamento tomista essa autoridade ou verdade emanariam de Deus, ou seja, a Verdade somente seria inteligível mediante recursos da linguagem, consubstancialmente da retórica e eloquência, pois somente assim poderia ser representada e também monumentalizada como “digna de ser lembrada”. As formas-imagens, que segundo a tradição aristotélico-tomista que se apresentam aos homens diante da vista e da mente e por intermédio das quais estes conhecem

---

<sup>24</sup> *Sed voces significant res intellectus: id enim voce significamus quod intelligimus. ST, 1, 86,2.*

<sup>25</sup> ST. Comentario ao Peri Hermeneias, lectio II, 11-15,5; ST.1862

<sup>26</sup> Nessa perspectiva, Deus é aquele que é, segundo a própria tradução Bíblica de seu nome, portanto, cuja realidade e validade não podem ser contestadas.

<sup>27</sup> Diante disso, a História, por tratar de “feitos que tiveram lugar em eventos passados”, segundo a concepção isidoriana, seria a narração de fatos verdadeiros e testemunhados pelos historiadores. Portanto, pressupõe-se que verdadeiros, entretanto em Cícero, segundo C. Beltrão em capítulo inédito, percebe-se o seguinte: “Cícero propõe ver a história como uma disciplina “didática” (*lux ueritatis*), não cremos que pretendesse fazer dela instrumento de apresentação de uma verdade científica, mas um gênero do discurso que propusesse modelos por meio da investigação das ações humanas, para gerar um determinado conhecimento a partir de uma verdade moral. O historiador, no *De Oratore*, apresenta-se configurado como aquele que, usando bem as artes do discurso, constrói a sua *auctoritas* obtendo a *fides* de seu leitor.” Ou seja, a história construiria a verdade a partir do discurso, que não sendo falso estabeleceria sua autoridade (*autoritas*). E mais adiante afirma: “como o conhecimento da retórica serve para confirmar a autoridade do historiador e aproximá-lo da figura do orador, na medida em que este também recorre ao testemunho para corroborar a *fides*, a partir da qual persuadirá sua audiência da verossimilhança de seu discurso.” In: ROSA, Claudia Beltrão da. *A quem julgas apropriado escrever a história? O orador e o historiador no De Oratore de Marco Túlio Cícero.* (no prelo)

as coisas, seriam verbais ou linguísticas, visto que o intelecto-imaginação, que promove essa faculdade, pertencente ao corpo, não à mente<sup>28</sup>.

O fato de a *imaginatio* e por consequência a *Fantasia* estarem atreladas aos cinco sentidos, portanto ao corpo, confere uma dimensão sensorial que está ligada à percepção, diante disso, só seriam falsas se a percepção fosse falsa. É através delas que discernimos e nos colocamos diante do falso ou do verdadeiro. Podemos então perceber que há um nexos interno entre imaginação e intelecto, juízo e imagem, ou seja, é através da representação que o intelecto se torna imaginativo.

O pensamento escolástico, até o final do século XII, baseava-se em três princípios-guia: *ratio*, *auctoritas* e *concordia*. A *Ratio* (razão) preconizava que os resultados filosóficos, quais sejam, só podem ser alcançados a partir de um raciocínio lógico rigoroso; A *Auctoritas* (autoridade) versava sobre a legitimidade das opiniões, que deve ter sempre suporte em autoridades reconhecidas, e estão sujeitas à anterior, ao pensamento lógico; A *Concordia* (concordância) diz-nos que as conclusões da razão, e tomadas por ela, e da revelação não devem ser excludentes. Segundo o Prof. Dr. Le Goff, no fragmento abaixo, podemos perceber a relação entre esses três princípios-guia e o método escolástico:

A evolução primordial foi a que levou da *lectio* (lição/leitura) à *questio* (busca/pergunta/inquirição) e da *questio* à *disputatio* (disputa/discussão). O método escolástico é, inicialmente, a generalização do velho processo – utilizado, designadamente, com a Bíblia – das *questiones et responsiones*, perguntas e respostas. Mas pôr problemas, pôr os autores „em questões“ (no plural), conduz a pô-los „em questão“ (no singular) (...) a evolução consistiu no recurso ao raciocínio ganhar cada vez maior importância sobre o argumento de autoridade. (LE GOFF: 1985, p. 111-2)

A *Lectio* estaria relacionada tanto à *ratio* quanto à *auctoritas*, a *questio* à *ratio* e a *disputatio* à *ratio*, à *concordia* e, mais tarde, à *experientia*. E, ao final do séc. XII e durante todo o século XIII, agregou-se ao pensamento escolástico outro princípio-guia: a *Experientia* (experiência), a constatação experimental que deveria ter por objetivo chegar à *Certitudo* (confirmação) dos princípios, submetidos às três anteriores. Essa evolução acompanha a

---

<sup>28</sup> Sobre essa questão diz-nos a profa. Dra. Burlando: “Para Tomás las cosas son conocidas por medio Formas-imágenes presentes ante la vista, ante la mente como ideas. Tales Formas-imágenes son las mismas que las Formas en las cosas. De nuevo, conocer algo fuera de la mente es asunto de entender por medio de imágenes dentro de nosotros, solo que en el conocimiento proposicional las Formas-imágenes son verbales o lingüísticas. El intelecto-imaginación aunque por naturaleza, según la tradición aristotélico-tomista, y como ya vimos, son poderes mentales realmente distintos, es decir, la imaginación no pertenece a la mente humana, sino al cuerpo, en su operación funcionan en una sola unidad articulada”. (BURLANDO: 2005, p. 233)

passagem do pensamento neoplatônico para o aristotelismo, ocorrido no séc. XIII com as traduções do *corpus* aristotélico na Península Italiana e nas terras hispânicas para o Latim, mais notadamente do *De Anima* e da *Metafísica*.

A concepção platônica de fantasia, primeiramente aparece em *Filebo*, em que utiliza a metáfora “de pintor do interior” para definir o conceito de fantasia ou imaginação, e seria uma opinião oriunda de uma sensação ou à ela relacionada. A fantasia “pintaria” na alma uma imagem proveniente da visão ou de outra sensação, ou seja a partir dos sentidos. O homem miraria em si as imagens dos objetos, que são os *phantasmata*. Para Platão, a fantasia teceria um esboço de uma imagem estilizada, irreal reelaborada a partir das impressões trazidas pela memória. Dessa maneira, a fantasia não reconstrói a imagem por evocação das *species* que entram através dos sentidos e são depositadas então na memória. A opinião diferiria da imaginação, pois dependeria de uma sensação, que está, por sua vez, sujeita à opinião individual e vinculada às paixões da alma. A opinião seria, portanto, idêntica à sensação e diferente da fantasia.

Em *Teeto*, Platão identifica a Fantasia à sensação, não à opinião como veremos no fragmento a seguir: “Logo, aparência e sensação se equivalem com relação ao calor e às coisas do mesmo gênero; tal como cada um as sente” (Tht. 152c).<sup>29</sup> No *Sofista*, por outro lado, diz que opinião, pensamento e imaginação são gêneros em que podem ser, em nossas almas, tomados como falsidades ou como verdades, pois não se apresenta diretamente, somente por intermédio de uma sensação. Com isso, pode haver opiniões falsas, e as imagens provenientes destas também o serão. Na República, entretanto, Platão estabelecerá as diferenças entre a mimesis Eikastiqué e a mimesis fantastiqué, pois o artista poderia criar cópias exatas que reproduziriam o conteúdo da realidade sensível (icásticas), e assim, limitariam-se a uma duplicação do mundo fenomênico, pois apenas poderiam imitar as ideias (fantastiqué), criando simulacros da realidade. A imaginação seria, então uma faculdade intermédia do sentir e do pensar, porém seu domínio estaria na *aparência*, não no *ser*.<sup>30</sup>

Portanto, para Platão, uma opinião jamais poderá significar uma ideia, ou uma coisa em si, somente a miragem. Em *Timeo*, Platão argumenta que a opinião diferencia-se da inteligência, pois seria fruto da sensação, canalizada pela imaginação podendo apenas criar uma segunda realidade, parecida com a primeira, porém dependente dos sentidos e a imagem que cria não só não lhe pertence como não a representa, visto tratar-se de uma “aparição” de uma

---

<sup>29</sup> Platão. *Teeto*. Trad. de Carlos A. Nunes. Belém: UFPA, 1988, p. 49-50

<sup>30</sup> Ver Séres: 2008.

outra realidade. (SÉRES: 2008, p.208-9) Para ele, as imagens ou sombras seriam a primeira seção do mundo visível, não sendo mais do que as intermediárias entre a opinião e a inteligência, e nada além da segunda aproximação (de quatro) do conhecimento do ser acerca do princípio absoluto. Dessa maneira, não participam da ideia. O terceiro grau seria a imitação, a dizer, a representação *fantástica* das imagens refletidas da virtude humana sem quaisquer relações com a verdade, que produziria uma imagem da imagem, e não uma imagem de fato. Nota-se, então, que Platão teria uma noção bastante negativa de *Fantasia*, pois nem *fantasia* nem *phantasmata* não se refeririam à parte mais nobre da alma, à razão. Dessa maneira, ontologicamente falando, sua natureza se aproximaria mais da mentira, do não-ser, que da verdade. Daí, o filósofo expulsa os poetas da República, pois estes enganariam a alma, corrompendo os juízos estimativos.

Aristóteles, em seu tratado *De Anima*, contradiz Platão, e rejeita seu conceito de fantasia como uma mistura de opinião e sensação. Diz o filósofo que a fantasia não poderia ser reduzida a uma mera opinião, por tratar-se de um movimento oriundo da sensação em ato, conduzido pela *fantasia*, para produzir os *phantasmata*, mesmo quando o objeto está ausente, já que é representação:

Assim, o imaginar (φαίνεσται) seria então opinar (δοξάζειν) precisamente sobre aquilo que se percebe, não segundo acidente. Entretanto, manifestam-se também imagens falsas, a respeito das quais se tem ao mesmo tempo uma concepção verdadeira; como por exemplo, o sol aparece (φαίνεται) como sendo do tamanho de um pé, mas acredita-se que ele é maior que a terra habitada. (Arst, DA, III 3, 428 b 3-4).<sup>31</sup>

A *fantasia* seria, para Aristóteles a faculdade intermediária entre o sentido comum (percepção) e o intelecto (pensamento), participando então dos dois. Portanto, percebe-se que para Aristóteles, a *fantasia* não possui a carga pejorativa de ser relativa ao engano, porém funcionaria como intermédia entre o anímico e o sensível, não necessariamente irreal, podendo sê-lo ou não. A gênese da crítica a Platão por Aristóteles, estaria na concepção equivocada daquele porquanto utilizaria os termos *fantasia*, *phantasmata* com o sentido de ilusão, referindo-se às aparições irreais:

É nesse sentido que Platão parece utilizar o termo φαντάσματα [phantasia] se referindo às aparições irreais, pois, como sabemos, na simbologia do “mito da caverna” a visão das sombras na caverna simboliza a imagem, enquanto a visão das estátuas simboliza a crença. (GRAMIGNA: 2006, p. 28- 29)

---

<sup>31</sup> Aristóteles. *De anima*, III, 3, 428 b 3-4.

Para Aristóteles não haveria pensamento sem imagens (*nihil potest homo intelligeresine phantasmata*), já que objetos inteligíveis encontrariam-se nas formas sensíveis. E, se a fantasia é um movimento em ato, seria, por conseguinte, o pensamento (visto que este não opera sem *phantasmata*) no tempo, ou seja “para pensar no tempo o que está fora do tempo”. (Sères: 2008, p. 211) É por isso que para ele a poesia não seria daninha ao homem, contudo necessária, pois seria natural do homem “imitar” e seria através da imitação, e da fantasia, que este aprenderia. A poesia seria uma criação de uma realidade fantástica não necessariamente realista, portanto, guardaria relações com a realidade, conquanto seja metade sensação e metade ideia, necessita de fundamento que seja meio corpo, meio alma, ou seja, dos sentidos e das *phantasmata*:

Se consideraba que la imagen no fantasma, una vez reflejada en el espejo del ojo, era transportada por el neuma o spiritus, que es una suerte de intermediario entre el alma y el cuerpo que circula por la sangre; o lo que es lo mismo: el espíritu era el instrumento del alma para todas las operaciones de ésta que conciernen al cuerpo (...), el *vehiculum animae* que dirá después Alberto Magno. (DE SOMNO et vigilia, I, 1, 7). Apud Sères, Guillermo.)

E seu caráter físico se expressaria também no fato de circular pelo sangue como a alma e pelos nervos segunda a concepção da época. A alma por seu caráter de possuidora da verdade essencial iluminará os objetos contemplados intelectualmente da mesma forma que o sol ilumina os objetos reais. Sob essa perspectiva, a *fantasia* é dotada de uma realidade tangível.

Tanto a história, a poesia e a fábula possuiria, sob essa óptica, uma relação com a realidade que lhes é intrínseca, e que se daria pela forma como o conhecimento das matérias sobre às quais se debruçam se expressaria, pois todas utilizariam-se do discurso, da linguagem para reordenar objetos sensíveis, tornando-os inteligíveis, portanto pelo intercurso da *fantasia*.

As imagens seriam o corpo sutil do pensamento, a imaginação o da alma, e ambos possuiriam fundamento na realidade, sendo metade corpo e metade alma, ou seja, metade realidade metade representação. Depreende-se disso que a *fantasia* seria própria do homem, sendo este, segundo São Alberto Magno, um *animalis phantasticus*<sup>32</sup> em excelência (AMg. *De sommo et vigilia*, III, i, 9). Diante de tal aceção, pela tradição medieval, as alegorias funcionariam como mediadoras do desvelamento ou velamento de uma verdade profunda cuja essência não estria ao alcance do conhecimento humano. É nesse sentido que a Teologia encontraria na hierarquia tomista uma posição privilegiada, pois se debruçaria sobre as “*propter necessitatem*” enquanto a poesia sobre “*propter reproesentationem*”, e dessa

---

<sup>32</sup> *Animal fantástico*. De sommo et vigilia, III, i, 9

maneira, a primeira versaria sobre a verdade pura enquanto a segunda sobre a representação. As metáforas e ficções serviriam para revelar verdades sobrenaturais (divinas) pois a razão divina sobrepassa a humana, dessa forma, somente tornam-se inteligíveis por intermédio de *figurae sensibiles*: “a función esencial de la poesía, y de la fictio, la de dar forma y figura a las operativas abstracciones de los incorpóreos intelectos celestes, que carecen de forma, o sea, de la posibilidad de ser representados”. (SÈRES: 2000, p. 169)<sup>33</sup> A esse respeito, São Tomás de Aquino argumentava que a poesia, por sua falta de verdade (*veritas*), remete a coisas que não estariam ao alcance da razão (*ratio*), utilizando-se de metáforas para demonstrar as coisas visualmente, ou seja representá-las, enquanto a teologia utilizaria dos mesmos recursos por uma dimensão ética, portanto, por ser necessário e útil que assim o precedesse.

Se a imagem é material, sanguínea, espiritual, indisolúvel da sensação que a origina, haveria uma continuidade real entre fantasia e invenção literária, fantasia e testemunho histórico, ambos seriam degraus de um processo iniciado a partir de uma sensação ou emoção, portanto, com fundamento na realidade e apreendido pelos sentidos. Dentro dessa relação poderíamos colocar ainda os elementos *maravilhoso*, *fictio*, *imaginatio* em sua acepção sensível como inerentes tanto à poesia como à história. Observe como o que está em jogo não é a existência do elemento ficcional na literatura histórica medieval, porém o estatuto ontológico desse conceito. Para tanto, vamos nos deter mais pormenorizadamente em quatro elementos: *Fictio*, *Imaginação*, *Fantasia* e *Maravilhoso* e suas etimologias.

O vocábulo *fictio* origina-se do verbo latino  *fingere*, cujo significado original é “moldar na argila, dar forma”, cujo produto era a *ficitilia*, *fictile subst.n.*, que aparece em Ovídio (*Met.* 8, 670) e desina o vaso ou a vasilha de argila, ou a *fictilis(e)*, *adjet.*, o que era feito de barro (Cícero, *Nat.* 1, 71). Seus derivativos, o apelativo *fictor*, *fictoris*, *subst.m.*, indicam o estatuário, o escultor, o modelador (Cic. *Nat.* 1, 81; Varr., LL 6), também o padeiro (Cic. *Dom.* 176); *Fictrix –icis*, *subst. f.*, a que modela, a que forma (Cic. *Nat.* 3, 92). Segundo a Profa. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa em artigo inédito sobre De Oratore de Cícero, a extensão semântica desse vocábulo se alargaria em Varrão, quando obteria o sentido de *representação*. Em Ovídio, quando adquiriria a acepção de *invenção*, e em Cícero quando esta estaria então ligada à expressão plástica:

E, como afirma Varrão: (*fictor cum dicit fingo, figuram imponit: LL. 6.78*), chegando ao sentido de “fazer os traços de...”, “representar” (Ovídio, *Fasti*, 5.

409), “imaginar”, “inventar”, um sentido particularmente presente no adjetivo *fictus* como “representação figurada”, “estátua”, “figura” (termo formado diretamente da raiz, ligada à expressão plástica, em Cícero, Lucrécio e Quintiliano, com suas derivações: *figuratio*, *affiguro*, *configuro*, *configuratio*, *fictione*)<sup>34</sup> (BELTRÃO: 2012, p. 14, no prelo).

Entretanto, para a melhor compreensão das nuances de sentido que o vocábulo *fictio* adquire para o medievo, e como estas se relacionam com o conceito de verdade, estritamente ligado à concepção de história, convém pensar também o vocábulo *imagem*, *imaginação*.

*Imagem* originaria-se do substantivo feminino latino *imago*, *-inis*, que designaria a forma, o aspecto<sup>35</sup>, também a representação, adquiriria por extensão o de representação, sombra de um morto<sup>36</sup>. Daí adviria fantasma, visão, sonho (Hor. *O.* 3, 27, 40), espectro e seus demais sentidos figurados como eco, retrato, cópia (de alguém)<sup>37</sup>, aparência, imitação (em oposição à realidade) ideia, pensamento, lembrança. Seus derivativos. *Imaginatio*, *-onis*, e *imaginor*, *-ari*, *-aris*, *-atus*, estariam atrelados à representação figurada, à visão, ou ao pensamento. Tanto *fictio* como *imago* possuiriam relações semânticas, já que ambos designariam formas de representação plástica de uma realidade subjacente, em alguns casos *Fictio* tem o mesmo significado que *imaginatio*, quando alcançaria o plano imaterial do pensamento. Porém, cabe notar que ambos os vocábulos primeiro designariam uma representação material de algo, uma escultura, somente secundariamente uma abstração.

Agora vejamos a fantasia. O vocábulo fantasia derivaria da palavra grega *phaos*, *phos*, que significa Luz, através do verbo *phaínein*, porque o que é iluminado pela luz se faz perceber:

...phantasia é aquilo segundo o que dizemos surgir-nos alguma aparição (φάντασμα)” (3, 428a 1-2), aphantasia, nesse caso, não poderia ser identificada com outra coisa senão no sentido etimológico que remete à ideia da impressão de algo colocado “diante de nós” ou “diante dos olhos”. A visão é, para Aristóteles, a percepção por excelência, um sentido em maior grau, no entanto, esse sentido superior depende da luz, pois sem ela não é possível ver. Fica claro,

---

<sup>34</sup> ROSA, Cláudia Beltrão da. Professora Associada de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO. Esse capítulo, gentilmente cedido pela autora, é parte integrante de uma coletânea acerca de historiografia e Antiguidade, que se encontra no prelo.

<sup>35</sup> ... Virum honoratissimae imaginis futurum ad posteros, legum latorem conditoremque Romani iuris, iacere uinctum inter fures nocturnos ac latrones. (...) (Tit. Liv. 3, 58, 2)

<sup>36</sup> ...Nam et id ipsum vident, qui sunt morbo gravi et mortifero adfecti, instare mortem; itaque iis occurrunt plerumque imagines mortuorum, tumque vel maxime laudi student, eosque, qui secus quam decuit vixerunt, peccatorum suorum tum maxime paenitet. (Cic. *Div.* 1,63).

<sup>37</sup> Ad quam fertur optumus quisque veramque illam honestatem expetens, quam unam natura maxime anquirat, in summa inanitate versatur consecaturque nullam eminentem effigiem virtutis, sed adumbratam imaginem gloriae. Est enim gloria solida quaedam res et expressa, non adumbrata; ea est consentiens laus bonorum, incorrupta vox bene iudicantium de excellenti virtute, ea virtuti resonat tamquam imago; quae quia recte factorum plerumque comes est, non est bonis viris repudianda... (Cic. *Tusc.* 3,3)

assim, o porquê do apeloetimológico do termophantasia cujo nome deriva de φάος. (GRAMIGNEA: 2005, p. 33)

Fantasia seria, por conseguinte, aquilo que estaria diante dos olhos ou dos sentidos e se faria notar, ou seja, teria representação, mas não uma figuração material propriamente.

Com relação ao último vocábulo, *maravilhoso*, segundo o *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine – Histoire des mots Ernout-Meillet*, *maravilhoso* seria derivado do vocábulo latino *mirus*, *-a*, *-um*, que é um adjetivo e designa aquilo que é assombroso, estranho, extraordinário – *étonnant*, *étrange*, *merveilleux*--, e com este sentido o vocábulo apareceria em Cícero. *At.* 15, 29, 2. Segundo o Dicionário Escolar Latino- Português, organizado pelo latinista Ernesto Faria, *Mirabilis*, *-e*, adj. Espantoso; *Mirabiliter*, adv. Espantosamente, extraordinariamente, admirável, aparecendo em Cícero. *Nat.* 2, 136, 2<sup>38</sup>; *mirabilitus* (Cic. *De Or.* 1, 94)<sup>39</sup>, muito admirado; *Mirandus*, *-a*, *-um*, gerúndio de *mirus*, ganhando o sentido de prodigioso (Cic. *At.* 9, 7, 3)<sup>40</sup> e por fim, *Mirationis*, admiração, espanto (Cic. *Div.* 2, 49). A raiz *-mir-*, que também apareceria no vocábulo *mirio*, *-onis m.*, com o significado de muito raro, tendo sido citado por Varrão, *LL.* 7, 64, que o utilizaria como no exemplo “d’Accius miraculae a miris, i.e mostris, a quo Accius ait”: “personas distortis oribus, deformis mirionis”<sup>41</sup>. Ou seja, com o sentido de monstro, deformidade ou pessoa deformada. Depreenderia-se disso que em sua origem, *mir*, *mirus* possuía um caráter visual, visto que designaria aquilo que surpreende a visão, e também um significado negativo, o de estar semanticamente atrelado ao espantoso, assustador, causador de admiração, por evidenciar evento ou coisa deformada, horrível ou digna de assombro. Tal acepção negativa

---

<sup>38</sup> “Sed cum alvi natura subiecta stomacho cibi et potionis sit receptaculum, pulmones autem et cor extrinsecus spiritum ducant, in alvo multa sunt mirabiliter effecta, quae constant fere e nervis; est autem multiplex et tortuosa arcetque et continet, sive illud aridum est sive humidum, quod recepit, ut id mutari et concoqui possit, eaque tum adstringitur, tum relaxatur, atque omne, quod accepit, cogit et confundit, ut facile et calore, quem multum habet, et terendo cibo et praeterea spiritu omnia cocta atque confecta in reliquum corpus dividantur.” (Cic. *De Natura Deorum*, 2, 136, 2)

<sup>39</sup> “Itaque ego hac eadem opinione adductus scripsi etiam illud quodam in libello, qui me imprudente et invito excidit et pervenit in manus hominum, disertos cognosse me non nullos, eloquentem adhuc neminem, quod eum statuebam disertum, qui posset satis acute atque dilucide apud mediocres homines ex communi quadam opinione hominum dicere, eloquentem vero, qui mirabilius et magnificentius augere posset atque ornare quae vellet, omnisque omnium rerum, quae ad dicendum pertinerent, fontis animo ac memoria contineret.” (Cic. *De Oratore*, 1, 94)

<sup>40</sup> “quod autem suades ut ab eo petam ut mihi concedat ut idem tribuam Pompeio quod ipsi tribuerim, id me iam pridem agere intelleges ex litteris Balbi et Oppi quarum exempla tibi misi. misi etiam Caesaris ad eos sana mente scriptas quo modo in tanta insania. sin mihi Caesar hoc non concedat, video tibi placere illud, me politeuma de pace suscipere; in quo non extimesco periculum (cum enim tot impendeant, cur non honestissimo depecisci velim?) sed vereor ne Pompeio quid oneris imponam, me moi gorgeien kephalen deinoio pelorou intorqueat. mirandum enim in modum Gnaeus noster Sullani regni similitudinem concupivit. eidos soi lego. nihil ille umquam minus obscure tulit. 'Cum hocne igitur' inquires 'esse vis?' beneficium sequor, mihi crede, non causam, ut in Milone, ut in . . . sed hactenus. 'causa igitur non bona est?'” (Cícero, *ad Atticum*, 9, 7, 3)

<sup>41</sup> *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine – Histoire des mots Ernout-Meillet*, p. 721.

tornaria-se ainda mais evidente quando em Cícero alcança o significado de prodigioso, pois para os romanos os prodígios são eventos sempre negativos. Portanto o maravilhoso seria aquilo que possuiria manifestação visual, por conseguinte sensível, e que causaria espanto, surpresa, admiração.

### 1.5 – *Fictio*, Maravilhoso e *Imago*

Podemos inferir o seguinte, tomando como base de análise as relações semânticas que os quatro vocábulos *Fictio*, *Fantasia*, *Maravilhoso* (*Mirabilia*) e *Imaginatio* manteriam entre si. *Fictio* designaria uma representação figurada, a forma física de um objeto, depois se alargaria e passaria a designar a representação mental desse objeto; *Imaginatio* também designaria uma forma física, depois uma representação; *fantasia* designaria uma representação de objeto mediante intercurso da luz, ou seja, o tornar-se visível, apreendido pela visão, e mais adiante, uma representação figurada que, por partir dos sentidos, também designaria uma realidade física; *Mirabilia* (maravilhoso) seria aquilo que pelo intercurso dos sentidos designaria algo espantoso, desestabilizador, admirável, assombroso, e também estaria atrelada ao sentido da visão, à imagem, ao *phantasmata*. Os quatro vocábulos expressariam uma verdade sensível, apreendida mediante os sentidos do corpo e o intelecto, tendo nexos evidentes com a realidade física da qual derivariam. Seriam os corpos sutis do pensamento e da alma pelos quais se poderia intuir, visto que, para pensar o homem não poderia prescindir deles. Nesse sentido, tais vocábulos não possuiriam caráter necessariamente falso ou enganoso, como o sentido moderno lhes atribuiu, mas poderiam sê-lo ou não, e em geral não o são, pois derivariam da sensação e da percepção, e estas sim poderiam ser verdadeiras ou falsas.

Ao observar o fragmento abaixo, C. Beltrão estabeleceria uma relação interessante entre *Fictio* e *factum*, *factae*, traduzido aqui como fato, em sua concepção moderna que lhe atribuiria sentido de – real, realidade, e movimento, ou seja, daquilo que é feito:

Derivado de *factum*, do verbo itálico *facere*, o termo tinha o sentido arcaico de “pôr, colocar”, tornando-se “fazer” no sentido prático de “pôr as mãos à obra”, “realizar alguma coisa”; *sacrum facere*, derivou em *sacrificium*, fazer um sacrifício numa *ara*, dando origem, a partir do vocabulário das instituições religiosas romanas, a *factio* (literalmente: “posição de alguém durante a realização de um ritual”) e outros derivados como *praeficio* (“pôr na frente”), *proficio* (“avançar”), *facies* (“aspecto”), *superficies* (“aparência”), dentre outros vocábulos. É no sentido de “fazer”, “atuar” e “se posicionar” que vemos a maior parte dos usos dos vocábulos deste grupo, o que é expresso no antigo ditado romano: *bene belle facere* (“fazer bem, estar bem”). As *res factae* frequentemente substantivadas em *factum*, significam “coisas feitas a partir de

um posicionamento”, e seu oposto é *infectus* (o que deixou de ser feito por alguém que tinha o dever – *officium* – de fazê-lo). (BELTRÃO: no prelo, p. 14)

*Factum*, que daria origem a fato, seria a posição em relação a um fazer, ou seja, uma atuação performática. De acordo com o Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine – Histoire des mots Ernout-Meillet e o Dicionário Latino Português de Francisco Torrinha, o vocábulo *factum* origina-se do verbo *facere*, que significa fazer, pôr a mão à obra, também “dar forma ao ato”, possuindo movimento, ou seja, trata-se de vocábulo dêitico, e indicaria a posição de alguém diante de um ritual em que não só seria necessário agir, ou seja, pôr a mão à obra, como atuar, ou seja, se posicionar diante de algo ou alguém. Sua relação semântica com *fictio* é evidente, mas também existente com os outros três vocábulos que analisamos mais acima, porquanto estaria atrelado aos sentidos, tanto o do tato, como o da visão, pois trataria daquilo que orientaria alguém no espaço, e de conferir forma a uma ação. Nesse último sentido também poderia ser uma ação mental, ou seja, uma figuração. Se levarmos em consideração que a ação à qual remete a *factae* poderia ser uma ação discursiva, também seria aquilo que daria a forma ao discurso, e todo discurso seria por si só, *figuratio* e seria na linguagem, onde residiria o discurso, o local em que se apoiariam as disciplinas da *grammatica*, ou seja, a *historiae*, a *poeticae*, a *fabulae*, e também, a retórica.

Ao analisarmos o universo textual medieval, em que as relações entre escrita e leitura seriam estabelecidas de forma singular, tomadas de um modo outro, que implicaria uma performance, necessariamente partilhada e espelharia, portanto, uma determinada noção de mundo, na qual a palavra possuiria posição privilegiada, pois, não só dela se depreenderia o real significado das coisas<sup>42</sup>, como se obteria o substrato do que não seria cognoscível pelo

---

<sup>42</sup> Ver Hugo de São Victor, Didática, reproduzido abaixo:

“CAPUT XXIX

De grammatica.

Grammatica dividitur in litteram, syllabam, dictionem et orationem. vel aliter grammatica dividitur in litteras, id est, id quod scribitur, et voces, id est, id quod pronuntiatur. vel aliter, grammatica dividitur in nomen, verbum, participium, pronomen, [763D] adverbium, praepositionem, coniunctionem, interiectionem, vocem articulata, litteram, syllabam, pedes, accentus, posituras, notas, orthographiam, analogiam, etymologiam, glossas, differentias, barbarismum, soloecismum, vitia, metaplasma, schemata, tropos, prosas, metra, fabulas, historias. quorum idcirco expositionem transeo, quia et prolixior esset quam huius schedulae brevitatis expetatur, et quia etiam in hoc opusculo, divisiones tantum rerum et nomina investigare proposui, ut tantummodo quoddam principium doctrinae lectori conderetur. qui autem haec scire desiderat, legat Donatum, Servium, Priscianum De accentibus et Priscianum De duodecim versibus Vergilii, et Barbarismum, et Isidorum etymologiarum.

CAPUT XXX [764A]

De ratione disserendi.

Ratio disserendi integrales partes habet inventionem et iudicium, divisivas vero demonstrationem, probabilem, sophisticam. demonstratio est in necessariis argumentis et pertinet ad philosophos. probabilis pertinet ad dialecticos et ad rhetores; sophistica, ad sophistas et cavillatores. probabilis dividitur in dialecticam et rhetoricam, quarum utraque integrales partes habet inventionem et iudicium. quia enim ipsum genus, id est,

intelecto humano, já que emanaria do intelecto de Deus. Percebemos, então, que seria através da palavra que o mundo obteria seu significado e seria mediada pela palavra que a noção de sentido (transcendente) encontraria sua materialização, visto que, ao final dos tempos – quando o devir (sentido) se esgotaria – os destinos se desvelariam através da escrita do Livro do Juízo Final, pelo qual todos seríamos julgados e do qual não se poderia escapar. Nessa acepção, a vida medieval seria por si só uma narrativa de escrita, e como tal deveria ser encarada.

Quando observamos as práticas discursivas medievais, aspirando a perceber a relação estabelecida entre Verdade, Autoridade, Sentido (devir) e significado (ontológico) e observados tais elementos, aos quais se agrega também outros como a Providência podemos perceber como dada visão de mundo seria construída, transmitida, perpetuada e socialmente legitimada, e somente possível dentro do universo simbólico medieval.

Dessa forma, podemos reconstituir a percepção – desse mundo, dessa mensagem — de seus leitores/ouvintes e a forma como as estruturas narrativas compuseram a vida dos mesmos, não só em sua dimensão simbólica, mas nas ações cotidianas, pois, parece-nos que a conduta medieval aspira sempre à Ventura. Sob essa perspectiva, a relação de poder estabelecida e praticada nas narrativas medievais, tanto nas de viés puramente cronológico (anais), como as de viés de “decurso do tempo” (crônicas), nas exultações de feitos (canção de gesta), na poesia e suas modalidades, e no texto tido como literário, estaria intimamente

---

dissertivam, integraliter constituunt, necesse est ut in compositione omnium specierum eius simul inveniantur. inventio est quae docet invenire argumenta et constituere argumentationes. scientia iudicandi, quae de utroque iudicare docet. [764B] quaeri potest, si inventio et iudicium sub philosophia contineantur. videntur enim neque sub theorica, neque sub practica, neque sub mechanica, neque sub logica, de qua magis videretur contineri. sub logica non continentur, quia neque per grammaticam neque per dissertivam. per dissertivam non continentur, cum integraliter eam constituent. nulla autem res esse possit simul integralis et divisiva pars eiusdem generis. sicque philosophia non omnem scientiam continere videtur. sed sciendum quod scientia duobus modis accipi solet, id est, pro aliqua disciplinarum, sicut cum dico scientiam habere eum qui scit aliquid. verbi gratia, si scio dialecticam, scientiam habeo, [764C] et si scio natate, scientiam habeo, et si scio Socratem esse Sophronisci filium, scientiam habeo. et universaliter omnis qui aliquid scit, potest dici scientiam habere. sed tamen aliud est, cum dico, dialectica est scientia, id est, ars vel disciplina, atque aliud cum dico, scire quod Socrates est Sophronisci filius est scientia, id est, cognitio. de omni scientia quae est ars vel disciplina, verum est dicere quod sit pars philosophiae divisiva, non autem universaliter dici potest, quod omnis scientia quae est cognitio, pars sit philosophiae divisiva. est tamen prorsus omnis scientia sive disciplina sive quaelibet cognitio pars philosophiae, vel divisiva vel integralis. disciplina autem est scientia quae absolutum finem habet, in quo propositum artis perfecte explicatur, [764D] quod scientiae inveniendi vel iudicandi non convenit, quia neutra per se absoluta est, et ideo disciplina dici non possunt, sed partes disciplinae, id est dissertivae. rursum quaeritur si inventio et iudicium eadem sint partes dialecticae et rhetoricae, quod inconveniens videtur, ut duo opposita genera eisdem prorsus constituentur partibus. dici ergo potest has duas voces aequivocas esse ad partes dialecticae et rhetoricae, vel, quod fortassis melius est, dicamus inventionem et iudicium proprie partes esse dissertivae et sub his vocibus univocari, in inferioribus tamen huius generis quibusdam proprietatibus, a se invicem differre. quae tamen differentiae per has voces non discernuntur, quia per eas non secundum hoc quod species componunt, [765A] sed secundum hoc quod partes sunt generis significantur. grammatica est scientia loquendi sine vitio; dialectica, disputatio acuta verum a falso distinguens. rhetorica est disciplina ad persuadendum quaeque idonea.”

relacionada, mormente, com a noção de Verdade. E seria às diferentes formas de representação desta Verdade que tal universo textual se atrelaria e teceria seus meandros.

À vista disso, um elemento se destaca e merece consideração especial no cabedal discursivo do medieval, por mediar quase sempre essa relação, é o maravilhoso, a maravilha, o fantástico, pois, a maravilha é o elemento sobrenatural manifesto e apreensível através de evocação sensorial, ou seja, pelos cinco sentidos do corpo pelos quais o mundo seria percebido em sua dimensão física. Sendo, portanto, o maravilhoso algo que se pode “sentir”.

Se o texto seria a encarnação do Verbo e se sua forma de transmissão se dava pela materialização dessa encarnação, a grafia (*Letterae*), e a manifestação do corpo, no caso, a performance gestual imanente à prática da leitura pública, temos aqui a relação do maravilhoso intrínseca à prática discursiva medieval, na eloquência, na gramática, e em todas as modalidades escritas. Seria ele a promover o desvelamento de uma Verdade subjacente, permitindo que essa mesma Verdade – essencialmente inapreensível em sua dimensão divina — se tornasse apreensível e cognoscível para o homem medieval. Seria este elemento aquele que conferiria legitimidade ao que seria apresentado enquanto manifestação textual (discursiva, simbólica), pois, do Verbo.

Ao se levar em conta que, para o Ocidente Medieval, dois grandes modelos de poder se digladiam, a citar, a Igreja e o poder secular, percebe-se então que ambos se apropriariam desses elementos (*Fictio, Imago, Fantasia e Maravilhoso*) para justificar suas visões de mundo, seus projetos de governança, utilizando desse mediador que seria o elemento sobrenatural, a maravilha como forma de fazer ver e ouvir suas aspirações, e legitimar suas ações.

Na fonte contemplada nessa pesquisa, a *Nuova Cronica* de Giovanni Villani, da qual falaremos em outro momento desse texto, podemos perceber que tais elementos estão presentes na construção tanto de uma visão de mundo preconizada por duas facções políticas – guelfos e gibelinos —, que representavam além dos interesses próprios de cada cidade dentro da Toscana medieval, os interesses ora do poder temporal, ora do poder secular. Aparecem também nas línguas locais em ascensão e em seus francos projetos de estabelecimento de Autoridade. E também nos projetos de cunho civilizante que as duas principais cidades da região, Florença e Siena mantinham uma em relação à outra, e que remontavam a questões de legitimidade, a mitos de origem e doutrinas teológicas distintas. Através dessa compreensão, poderíamos identificar as formas pelas quais esses interesses se manifestavam dentro das narrativas que teciam, sobretudo nas de “escrita de história”, à luz

desses elementos (Verdade, Autoridade, Autoria, Ventura, Sentido, Providência) mediados pelo maravilhoso.

Ao se referir à crônica de Fernão Lopes (portanto à cronística medieval portuguesa do séc. XIV), Teresa Amado argumenta que tal narrativa, a crônica, seria a mais precoce manifestação da prosa em línguas romances (neolatinas), e se relacionariam intimamente com a ocupação urbana, com o poder instituído, a cristandade e a com todo o mundo medieval que a geraria:

Em segundo lugar, é preciso lembrar que ela está imersa, como todo o texto medieval, numa visão do mundo que é orientada pela idéia totalitária de que há um sentido, que lhe é exterior e transcendente, a captar em tudo que existe e existiu, ou pode ter existido, sendo certo que o conhecimento humano é incapaz de traçar um limite seguro entre estas duas noções. (AMADO: 2003, p. 178-188)

Já o professor Guillermo Séres argumenta que os conceitos de Verdade e Ficção possuiriam um outro significado dentro da poesia medieval, que seria o de “encobrir ciertas verdades o misterios profundos con una otra que a desvele”, pois não seria cognoscível para o intelecto humano o intelecto de Deus.

Nota-se, a partir disso, que a percepção medieval de mundo é repleta de sutilezas, que resultariam principalmente na noção bastante nítida de que haveria um sentido extrínseco, transcendente e eterno cujo apreensão seria impossível para o intelecto humano em sua dimensão temporal, e, dessa maneira, aquilo que seria *passado*, portanto, que existiu, aquilo que poderia ter existido e aquilo que existe se mesclariam, intercambiariam e, muitas vezes, tornar-se-iam indissociáveis. É diante disso que a visão orientada de um devir que emanaria de Deus, que essa fluidez entre realidade acontecida e hipotética, que se referiria, portanto, à verdade e à verossimilhança, acabaria por fazer com que se equivalessem dentro da concepção desse sentido, desse devir que permearia a vivência, em todas as suas acepções, do medievo. T. Amado concorda que a equivalência entre ficção e realidade é constituinte dessa noção de sentido, e por isso diz:

Isto quer dizer que a verdade e a verossimilhança se equivalem como fontes desse sentido, certamente uma das razões pelas quais a literatura edificante recorre tão largamente à ficção, muito para lá da simples herança da parábola evangélica, não só nas coletâneas de exemplos e na hagiografia, mas também nas intrigas romanescas afeiçoadas à produção de significados atinentes à doutrina teológica e moral cristã. (AMADO: 2003, p. 178-188)

Seria mister observar que, tanto a noção de que haveria *um sentido* no devir histórico, como a fluidez entre as noções de verdade e verossimilhança estariam presentes em todas as

acepções do texto medieval, quer nas narrativas históricas, as crônicas, quer na poesia, quer nas Escrituras:

Con el término involucrum se señalaba la envoltura o velo poético, ficticio, fabuloso, mítico...que encubría verdades universales o doctrinales, que únicamente podían ser leída se interpretadas conforme a las leyes del a alegoría, porque también se requería que debajo dela alegorización de fábulas o mitos clásicos hubiese una concordia doctrinal con las creencias cristianas. (SÉRES: 2000, p. 154)

O fantástico, a relação do homem com a narrativa de vida, ou narrativa da vida também teriam peculiaridades que levantariam questões importantes sobre as definições e barreiras da história para o universo narrativo medieval. Pois se seria a história a narração “dos fatos acontecidos e testemunhados”, a maravilha, como fenômeno sensorial e mediadora de Verdade nos textos, que seria a forma pela qual consideramos que se manifesta, faria parte da escrita da história na legitimação dessa mesma Verdade à qual todo o cabedal textual do medievo aspira e seria a emanção.

Após nossas considerações acerca do texto medieval, tanto tomado em sua vertente histórica, como na sua vertente literária podemos inferir algumas conclusões.

O texto medieval, sendo qual for a sua inclinação, se literária ou histórica, aspiraria a um Sentido tanto quanto a sociedade que o cria. E tal sentido se expressaria na condução a uma realidade que é Divina e inteligível somente mediada pela contemplação, pois não possuiria *per se* representação plástica cognoscível, ou representação histórica. Portanto, somente poderia ser apreendida através do intelecto e de seus meios de abstração, dos quais fazem parte o elemento mítico, a fábula, a fantasia e o fantástico. Também, verificou-se que o elemento maravilhoso, ou a *meraviglia*, sobretudo o maravilhoso cristão, em sua acepção sensorial, funcionaria como balizador da Verdade que expressa, pois se a história seria aquilo que é testemunhado, sendo tanto o “passado acontecido” quanto o “hipotético” — visto que, em boa medida esses dois “passados” se equivalem -- seria então percebida enquanto texto e enquanto testemunho também de forma sensível, já que o texto medieval somente existiria em sua faceta tridimensional: a letra (na qual estaria implícito o sentido), a voz ( a autoridade), e o gesto. Gesto que é performático, e implica a realidade e seus artifícios. A escrita histórica medieval possuiria, portanto, um carácter imagético que lhe seria intrínseco, perfazendo com que as noções de verdade e ficção se equivalessem, não havendo autoridade em uma que suplantasse a da outra, se ambas conduziram ao entendimento de Deus.

## 2 – MEDITAÇÃO E MEMÓRIA NA IDADE MÉDIA E SUA FUNÇÃO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

### 2.1 – Meditação

*Meditar* na Idade Média não é um ato solitário ou contemplativo, porém uma atividade deliberada do pensamento, cuja função cognitiva específica estaria na gênese não apenas dos processos que conduzem à apreensão/retenção do conhecimento pelo intelecto humano, como sobretudo nos que levam à produção de conhecimentos novos.

A meditação enquanto prática criativa de pensamento era ensinada por meio de uma metodologia específica de aprendizado baseada em exemplos, cujo domínio total somente poderia ser alcançado através da prática contínua e disciplinada do aprendiz. Esse aprendizado era feito em ambiente monacal, dentro do qual a existência do indivíduo se fazia no interior de uma comunidade mais ampla, em que toda a vida individual sofria um aperfeiçoamento constante em busca de uma “plenitude” do ser com Deus, e do indivíduo com sua comunidade. É nas comunidades monacais que a maior parte dos textos da Idade Média que conhecemos hoje foi produzida, e é dentro desses locais que praticamente todo o conhecimento que nos chegou como herança da Antiguidade, e também, do início da Igreja, pôde ser preservado, reinterpretado e disseminado, traduzido e copiado.

Se tanto na cultura de uma sociedade como nos domínios dos quais se ocupa o que hoje entendemos por história, e que é, em última instância, uma de suas expressões, toda e qualquer mudança significativa na dimensão do que se convencionou chamar de “mentalidades” ocorre quase sempre de forma muito lenta, expressando-se primeiro no âmbito do vocabulário.

O vocábulo *meditar* tem origem no verbo latino *meditor, -aris, -ari, -atus sum, que* adquire em Cícero (*De Oratore*, 1,32)<sup>43</sup> a acepção de refletir, estudar, repetir um papel<sup>44</sup>, maquirar, preparar. Segundo o dicionário etimológico Ernout-Meillet, a *meditor*, além dos já citados significados, acrescenta-se outro, trazido por Plínio, o de “*toda espécie de exercício físico ou intelectual*: “*cervi editos partus exercent curso et fugan meditare docente*” (Pli. VIII,

---

<sup>43</sup> “...Quid autem tam necessarium, quam tenere semper arma, quibus vel tectus ipse esse possis vel provocare integer vel te ulcisci lacessitus? Age vero, ne semper forum, subsellia, rostra curiamque meditare, quid esse potest in otio aut iucundius aut magis proprium humanitatis, quam sermo facetus ac nulla in re rudis?” (Cíc. De Orar, I, 32)

<sup>44</sup> “Actio maluimus iter facere pedibus qui incommodissime navigassemus, et Leucatum flectere molestum videbatur, actuariis autem minutis Patras accedere sine impedimentis non satis visum est decorum. ego, ut saepe tu me currentem hortatus es, cotidie meditor, praecipio meis, faciam denique ut summa modestia et summa abstinentia munus hoc extraordinarium traducamus. Parthus velim quiescat et fortuna nos iuuet, nostra praestabimus.” (Cíc. AT. V, 21, 13)

113)»<sup>45</sup>. Na passagem acima, nota-se o emprego simultâneo dos termos *exercere* e *meditare*<sup>46</sup> com sentidos relacionados à prática ou atividade física (o ato de correr, por exemplo, do veado). Indo mais longe, podemos apontar que a raiz indo-europeia \*med- está relacionada ao ato de curar, cura, medir, pensar ponderar, considerar. Esse radical agregaria, então, ao termo *meditar*- outra nuance de sentido para além de uma imbricada e cuidadosa atividade do intelecto, que teria a acepção ambígua, e um tanto mágica para o medieval, que é a função de curar, cuidar, tratar o espírito humano.

Portanto, *meditar* é uma atividade complexa, que envolve tanto o corpo como o pensamento e conduz à elevação do espírito através da cuidadosa observação dos conteúdos ruminados, sua interiorização e incorporação aos conhecimentos já existentes, e, através do intercuro da memória, tornar-se-ia, então, geradora de conteúdos e conhecimentos novos. Também, e não menos importante, a meditação é capaz de tratar a alma, como o termo latino nos indica, sendo é capaz, portanto, de aproximar o homem de Deus, que, aliás, o faz através da geração da imagem mental, e, ainda, pelo fato de gerar conhecimento, ter um caráter, ela mesma, de criação. Diante disso, a meditação trata-se de um ato gerador, que conjuntamente à memória, é capaz de criar uma imagem mental, uma reflexão, e, dessa forma, constitui-se, enquanto tal, um elo entre o passado e o futuro. É, pois, por tudo o que implica uma atividade nobre, intimamente relacionada não apenas à acumulação de conhecimento, mas à sua criação, e não apenas reflexiva, porém ativa, e sempre em movimento. Segundo Hugo de São-Victor<sup>47</sup>, importante teólogo do séc. XII, em sua obra *Didascalicom*, a meditação seria:

... Meditatio est cogitatio frequens cum consilio, quae causam et originem, modum et utilitatem uniuscuiusque rei prudenter investigat. Meditatio principium sumit a lectione, nullis tamen stringitur regulis aut praeceptis lectionis. Delectatur enim quodam aperto decurrere spatio, ubi liberam contemplandae veritati aciem affigat, et nunc has, nunc illas rerum causas perstringere, nunc autem profunda quaeque penetrare, nihil anceps, nihil obscurum relinquere. Principium ergo doctrinae est in lectione, consummatio in meditatione. (H. S.V Did. 3, 10; Buttimer 59).<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> Ernout-Meillet.

<sup>46</sup> A utilização pela língua latina do vocábulo, *exercere*, para designar os exercícios do corpo, e *meditari*, para os do espírito, é posterior.

<sup>47</sup> Hugues de Saint-Victor.

<sup>48</sup> ...A meditação é a sustentação do pensamento sobre linhas planejadas: que investiga prudentemente as causas e as premissas, a forma e a utilidade de cada coisa. A meditação tem seu início a partir da leitura, mas não está vinculada a nenhuma de suas regras; Para tanto, deita-se a esmo em campo aberto, onde fixa seu olhar livre sobre a contemplação da Verdade, reunindo essas, agora aquelas, causas das coisas, não deixando nada duvidoso, nada obscuro. Hugo de São-Victor. *Didascalicon*, X. The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/hugo/hugo3.html>

Nessa obra, do final do séc. XII, Hugo de São-Victor, pretende sistematizar o conhecimento existente à sua época. Nela, o autor situa a meditação como a segunda de cinco operações cognitivas que estariam na base do intelecto, que seriam: *lectio* (leitura), *meditatio* (meditação), *oratio* (oração), *operatio* (operação) e *contemplatio* (contemplanção). A meditação (*meditatio*) estaria, então, dividida em três tipos: o primeiro, composto de considerações sobre a moral, e o segundo, formado pelo escrutínio dos mandamentos, e o terceiro, constituído pela investigação dos trabalhos divinos. Não podemos esquecer que a moral a que se refere Hugo de São-Victor, diferente do conceito de moral que temos hoje, incide sobre “as virtudes e os vícios, aos comandos divinos ou ordens, promessas ou ameaças”. Daí:

...mores sunt in vitiis et virtutibus. mandatum divinum, aliud praecipiens, aliud promittens, aliud terrens. opus Dei est, et quod creat potentia, et quod moderatur sapientia, et quod cooperatur gratia. quae omnia, quanta sint admiratione digna, tanto magis quisque novit, quanto attentius Dei mirabilia meditari consuevit. (HSV, Disd, X)<sup>49</sup>

Segundo essa concepção, que é neoplatônica, todo conhecimento emanaria de Deus e para ele convergiria, portanto, todo conhecimento somente seria possível através da meditação e da memória.

Por esse viés, para o autor, e conseqüentemente para teóricos de sua época, a meditação possuiria necessariamente uma dimensão ética, intimamente relacionada não apenas à memória, ou à produção de conteúdos novos, mas exerceria um papel crucial na vivência humana, pois seria uma chave de acesso ao conhecimento que emanaria de Deus e que é obra Sua.

Poderíamos também, dentro dessa interpretação vitorina, deduzir que todo conhecimento humano não é original, e sim uma reinterpretação a partir do conhecimento de Deus. Entretanto, embora imprescindível, a meditação como atividade criativa do pensamento somente pode ser compreendida se situarmos bem o papel preponderante que a memória exerce em todos os processos cognitivos medievais.

Embora a afirmação de que a maior parte da sociedade medieval era iletrada tenha sofrido revisões nos últimos anos, e a isso devemos aos esforços de historiadores e estudiosos da teoria da literatura como Paul Zumthor, Ernst von Curtius, dentre outros, não podemos menosprezar o fato de que esta era marcadamente uma sociedade oral, e isso nem sempre

---

<sup>49</sup> ...Quanto mais o homem conhecer e se admirar com todas essas coisas, pois a obra de Deus compreende toda a criação, e tudo aquilo de que Sua sabedoria dispõe, e àquilo que Sua graça reproduz, não só terá a garantia de uma vida plena e reta, porém conhecerá as maravilhas de Deus...Ibicid.

significa analfabeta. E como tal, as práticas discursivas medievais eram predominantemente orais, e como nos chama a atenção o teórico suíço Paul Zumthor, eram, também, marcadamente performáticas, mesmo quando se apoiavam na escrita, pois tanto em romances quanto em crônicas é possível identificar marcas dessa oralidade, e de uma acentuada preocupação com uma audiência. E mais, toda a narrativa medieval (em todas as suas mais diversas modalidades) era concebida para ser partilhada por uma audiência, e sofrer interferência desta, portanto, desde seu início, sendo seu registro oral ou escrito, a prática discursiva medieval era voltada para um público mais amplo, e somente através da interação com este público, esta se consumaria efetivamente.

Para alguns teólogos medievais, como o já mencionado Hugo de São-Victor, do final do séc. XII, todo aprendizado se iniciaria com a leitura e se consolidaria apenas através da meditação: “principium ergo doctrinae est in lectione, consummatio in meditatione, quam si quis familiaris amare didicerit eique saepius vacare voluerit, iucundam valde reddit vitam, et maximam in tribulatione praestat consolationem<sup>50</sup>”. (HSV, 3, 10)

Por outro lado, a ação de pensar não deve ser compreendida meramente como um exercício intelectual, ou contemplativo, de acordo com o significado contemporâneo que esses termos adquirem, de atividade individual e, a rigor, incomunicável, intransferível, porém, como uma tarefa ou ofício também físico, gregário e ativo, passível de criar conteúdos novos a partir dos já existentes, mas de forma compartilhada. Portanto, meditar, nos padrões medievais, é uma atividade essencial para que ocorra a efetivação na mente humana, do conhecimento apreendido através da leitura, estando na base, também, dos processos que conduziriam à retenção desse conhecimento, ou seja, a meditação teria uma função auxiliar à *memória*.

---

<sup>50</sup> ...O aprendizado se inicia na leitura, e se consolida na meditação. Se cada homem aprender a amá-la intimamente e desejar se ocupar dela com frequência, certamente conduzirá sua vida em graças, e esta lhe proverá grande consolo em suas provações. Hugo de São-Victor, Did. 3, 10 “Meditatio est cogitatio frequens cum consilio, quae causam et originem, modum et utilitatem uniuscuiusque rei prudenter investigat. meditatio principium sumit a lectione, nullis tamen stringitur regulis aut praeceptis lectionis. delectatur enim quodam aperto decurrere spatio, ubi liberam contemplandae veritati aciem affigat, et nunc has, [772C] nunc illas rerum causas perstringere, nunc autem profunda quaeque penetrare, nihil anceps, nihil obscurum relinquere. principium ergo doctrinae est in lectione, consummatio in meditatione, quam si quis familiaris amare didicerit eique saepius vacare voluerit, iucundam valde reddit vitam, et maximam in tribulatione praestat consolationem. ea enim maxime est, quae animam a terrenorum actuum strepitu segregat, et in hac vita etiam aeternae quietis dulcedinem quodammodo praegustare facit. cumque iam per ea quae facta sunt eum qui fecit omnia quaerere didicerit et intelligere, tunc animum pariter et scientia erudit et laetitia perfundit, unde fit ut maximum in meditatione sit oblectamentum. tria sunt genera meditationis. [772D] unum constat in circumspectione morum, aliud in scrutatione mandatorum, tertium in investigatione divinorum operum. mores sunt in vitiis et virtutibus. mandatum divinum, aliud praecipiens, aliud promittens, aliud terrenis. opus Dei est, et quod creat potentia, et quod moderatur sapientia, et quod cooperatur gratia. quae omnia, quanta sint admiratione digna, tanto magis quisque novit, quanto attentius Dei mirabilia meditari consuevit”. The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/hugo/hugo3.html>

A meditação enquanto maneira específica de pensar constituiria então, segundo a pesquisadora norte-americana Mary Carruthers, uma ortopráxis, e como tal, somente poderia ser aprendida com o próprio fazer, ou pela minuciosa e atenta imitação de métodos e práticas modelares daqueles que a dominaram primeiro, portanto, todo esse conhecimento não poderia ser transmitido de outra forma a não ser pela experiência prática e repetição, ou seja, por um “aprendizado de uma técnica que é também um modo de vida.”<sup>51</sup> (2011, p. 24) Tal modo particular de vida e aprendizado prático somente eram possíveis dentro do ambiente monacal, estável e seguro, com as condições ideais de silêncio e disciplina, acesso a livros e textos, e que constituía na arte de compor orações continuamente, a *Sacra Pagina*, que era a meditação permanente, da leitura e recordação dos temas fundamentais dos textos sagrados. Essa prática de reflexão profunda não estaria restrita a um exercício individual e intransmissível, e sim, constituiria um procedimento cognitivo de construção do pensamento que se dava diante de uma audiência, ou seja, era essencialmente partilhada. A meditação através da observância dos temas Bíblicos é, em última instância, além de um conjunto de práticas próprias do exercício religioso, a conformação de um tipo específico de “memória”, a *mneme theou*, expressão grega para a “Memória de Deus”. Pois a meditação, que não é passiva, estaria na gênese de todo o simbolismo medieval, pois seria uma das atividades precursoras da formação da imagem mental, e de toda “imagem” figurada medieval, visto que se relaciona tanto com a *imago* como com a *fictio*, fundamentais para todo o processo de interpretação medieval.

## 2.2 – A Memória Medieval

Mas, o que seria, afinal, a memória na Idade Média?

O vocábulo *memoria*, -ae é um substantivo latino do gênero feminino, que teria como sentido concreto o de designar a *lembrança*, a *recordação*<sup>52</sup> (Cic. Br. 301). Daí, no plural, advêm *monumentos comemorativos*, *o tempo passado*, *tradição*, também *história*, *anais*, *narração*<sup>53</sup> (Cic. Br, 14). Do substantivo deriva o adjetivo *memorabilis*, cujo sentido é *digno*

---

<sup>51</sup> CARRUTHERS, Mary. *A técnica do Pensamento*. Campinas: Editora Unicamp, 2011, p. 24.

<sup>52</sup> “...Itaque ei mihi videntur fortunate beateque vixisse cum in ceteris civitatibus tum maxime in nostra, quibus cum auctoritate rerumque gestarum gloria tum etiam sapientiae laude perfrui licuit. quorum memoria et recordatio in maxumis nostris gravissimisque curis iucunda sane fuit, cum in eam nuper ex sermone quodam incidissemus...” (Cícero, Brutus, 301).

<sup>53</sup> “...Tum ille: nempe eum dicis, inquit, quo iste omnem rerum memoriam breviter et, ut mihi quidem visum est, perdiligenter complexus est? Istum ipsum, inquam, Brute, dico librum mihi saluti fuisse. Tum Atticus: optatissimum mihi quidem est quod dicis; sed quid tandem habuit liber iste, quod tibi aut novum aut tanto usui posset esse?” (Cícero, Brutus, 14).

*de memória, glorioso, famoso*<sup>54</sup> (Cic. Lae, 4). Segundo Carruthers, *memoria* seria a definição do ofício cognitivo dos monges, que era a arte da composição, a dizer, a arte da escrita, e desempenho dessa tarefa, a escrita, dependia de uma memória bem-dotada, e bem treinada, o que decerto estava na base de toda educação retórica da Antiguidade, cuja introdução elementar nas artes da linguagem era o veículo correto para a formação excelente (*paideia*) tanto do homem quanto do cidadão. Esse era o tipo de formação esperada entre os fundadores do monasticismo medieval antigo – os Patrícios da Igreja – que auxiliou a agregar à memória a ênfase na “invenção”, ou seja, atrelando à composição de discursos os hábitos de meditação sobre os textos das Escrituras.

Os precursores do monasticismo tinham por costume chamar essas práticas de meditação de *mneme theou* ou memória de Deus, que nada mais seria do que uma meta a ser alcançada como última etapa de uma série de exercícios estabelecidos, inclusive determinadas posturas (do corpo), e do espírito, através de trechos murmurados dos textos sagrados que induziriam à formação de “imagens” – mentais e físicas – usadas para provocar um estágio emocional específico diante da *Theoria ou visão* de Deus.

Para Santo Agostinho, por exemplo, a alma humana (*intelligentia*) era formada pelo amor, pela *memoria* e pela *providentia*, uma adaptação cristã da tríade ciceroniana *memoria, intellectus e voluntas*, que transfere ao homem e à consciência humana, as três imagens da Santíssima Trindade.

No contexto medieval, a memória estaria eminentemente associada à escrita, não meramente restrita a esta enquanto forma de conservação de conhecimento, como veremos mais adiante, porém apoderando-se, como nos diz Carruthers, de sua função inventiva para garantir e enfatizar o caráter criativo da mente humana. É por isso que aqueles que praticavam os ofícios da memória utilizavam-na para criar coisas novas, desde preces a sermões, estórias e poemas às orações e demais textos caros para a liturgia religiosa de uma religião pautada na Palavra Revelada como o cristianismo. E o cristianismo é o cerne de toda a vida medieval.

Outra acepção importante da memória medieval que precisamos assinalar, estaria no ato de *comemorar* o passado e poder escolher dentro do que se chamou de “*memorabilia*”, aquilo que deveria ser ou não parte da “*memoranda*”, ou seja, dignas de serem lembradas. É certo que a memória cristã é essencialmente comemorada, e está relacionada com a percepção

---

<sup>54c</sup> ...itaque multa ab eo prudenter disputata, multa etiam breviter et commode dicta memoriae mandabam fierique studebam eius prudentia doctior. Quo mortuo me ad pontificem Scaevolam contuli, quem unum nostrae civitatis et ingenio et iustitia praestantissimum audeo dicere. Sed de hoc alias; nunc redeo ad augurem.” (Cic. Lae, 4).

de que o tempo caminha em uma determinada direção, que tem um início e um fim, consequentemente um *passado*. A própria celebração dos ofícios litúrgicos, cujo ponto de culminância é a missa, de todo o universo que forma a *Opus Dei*, era ela mesma uma forma de comemoração, em que a eucaristia era a “*memoranda*” do compromisso de Cristo com os homens e de seu sacrifício redentor, em que estaria o núcleo da obrigação memorial monástica. A memória, dentro da liturgia, possui um papel tão forte que justifica a sua existência, não apenas pela garantia da lembrança do passado, porém através da personificação material desse tempo já ido, anulando assim a barreira que o separaria do presente, ou seja, aproximando os homens do Cristo sacrificado. Dentro dessa forma específica de comemoração (litúrgica), haveria basicamente dois tipos de memória, segundo P. Geary: a celebração litúrgica e a comemoração dos vivos e dos mortos. A celebração litúrgica implicava por si só na memorização de muitos conteúdos, e dela sabemos muito pouco, a não ser que o sistema *mnemônico* utilizado quase sempre era derivado de técnicas trazidas da retórica clássica.

Sabe-se, conquanto, que existiram diversos sistemas de memorização para além dos bastante conhecidos sistemas arquitetônicos de memorização, como o apresentado por Hugo de São-Victor no séc. XII. Hugo de São-Victor afirmava que a maneira tradicional de se memorizar os cento e cinquenta salmos consistia no estabelecimento de uma grade de cento e cinquenta seções. Nessas seções eram dispostos os “*index locorum*” – os pontos mnemônicos marcantes – que podiam ser imagens ou letras. Evidentemente o sistema exposto por Hugo de São Victor se baseia em técnicas comuns à retórica clássica, mais precisamente, estaria pautado nos “locais de memória” mencionados por Cícero no *De Oratore*. Dentro de uma estrutura como essa, com referenciais visuais bastante claros, era fácil encontrar a “*memoranda*”, que no caso do exemplo, eram os salmos. Esse sistema mnemônico apresentado pelo monge vitorino foi muito disseminado durante a Idade Média, porém não era o único, sua novidade residiria no fato de que: “H. de Saint-Victor informa que existem certos fundamentos do saber que, firmemente impressos na memória, servem de base a todo o resto.” (FRÓES: 2009, p. 129)

Nos ofícios religiosos, a memória se manifesta de outra forma. Os mortos eram evocados durante a liturgia, quando, após a leitura da regra beneditina correspondente, os nomes dos membros que haviam sido benfeitores do lugar falecidos naquela data eram

pronunciados. Eram formados, dessa forma, os *libri memorialis*<sup>55</sup>, verdadeiros inventários das pessoas dignas de serem lembradas por seus feitos, quase sempre os de doar ou conceder algum privilégio ao mosteiro, ou pelas práticas caridosas cristãs que porventura tenham praticado em vida. Bastava que os nomes fossem citados para “presentificar” as pessoas falecidas novamente e em local sagrado, e também, para garantir que seus bons feitos fossem devidamente conservados mediante a escrita. (GEARY: 2002, p. 171) Se a simples menção dos nomes era capaz de lhes garantir a presença espiritual, fica evidenciado o caráter sagrado da escrita, sobre o qual falaremos mais detidamente ainda neste capítulo, como, também, o seu caráter mágico.

Havia também as festas religiosas, assinaladas por importantes passagens dos Evangelhos, e a comemoração da vida dos santos, que tomava como referências, supostamente, os locais e as datas de seus martírios ou de suas mortes. A comemoração dos santos é de particular importância, pois suas vidas e seus feitos são *exempla* de conduta pia e venturosa a serem imitados, repetidos e lembrados, reafirmando a cada ano o compromisso dos homens com os propósitos éticos que conduzem à Salvação. Essa noção de “eternização da ventura”, da qual a comemoração aos santos é apenas uma das faces que muitas vezes observamos na vivência medieval, está diretamente relacionada com a ideia de uma ética da Salvação, da qual a memória é uma das fontes. É importante salientar que a conduta “orientada” por uma ética diária e comunitária, permeará a ética cavalheiresca e seus ideais de ventura, honra e virtude, se o maior cavaleiro que jamais houve foi o próprio Cristo. Em virtude disso, os *libri memoriales*, compêndios de nomes de pessoas cujas vidas deviam ser lembradas, e que eram compilados pelos monges, rapidamente alcançam um papel cada vez mais importante para a sociedade clerical e laica da época, considerando que o simples esquecimento de algum nome significava a negação para este da “vida eterna”, ou seja, da própria Ventura. Também os livros de memória litúrgicos serviram a propósitos de poder, quando da excomunhão de algum fiel, ato previsto no direito canônico que ocasionava o não registro de sua memória ou mesmo o apagamento dos registros já existentes, jogando-os à danação eterna pelo esquecimento das almas dos excomungados.

A partir do séc. XII, como nos diz Le Goff, com o advento da configuração de um espaço novo no Além, o purgatório – instância intermédia entre o inferno e o paraíso celeste—em que as almas poderiam ser resgatadas mediante manifestações de fé e humildade,

---

<sup>55</sup> Temos exemplos de *memorabilia* laica também, semelhante aos *Libri memorialis*, que são os cartulários – cópia das cartas de doação e franquias – que também tinham como objetivo preservar e garantir a memória dos bem-feitores.

por orações, missas, caridade em nome daqueles que se foram. Nesse caso, não ser lembrando, ou melhor, ser esquecido, significava uma pena mais extensa na permanência do Purgatório. Evidentemente os esforços dos vivos pelos mortos se intensificam quando aos seus atos de *memória* é atribuído o valor de resgate, e somam ao cômputo individual das boas ações que certamente seriam evocadas quando deixassem esse mundo. As características oral e cerimonial da memória clerical, expressas sempre de forma socialmente partilhada, somadas ao domínio da escrita, delegavam ao clero uma quase exclusividade quanto ao uso e a preservação da memória, como os tornavam especialistas nas técnicas de memorização. Se a memória era predominantemente oral, contudo o papel da escrita não deve ser menosprezado. Sabe-se pela variedade de textos que nos chegou que seu emprego era importante e abundante, e não se restringia apenas aos círculos monásticos. A escrita não apenas armazenaria o conhecimento, como o conservava, serviria de apoio para a sua transmissão e consequente difusão, e mais além, teria o poder de transportar a memória de um lugar para outro.

O historiador Patrick Geary nos lembra que a “confluência” entre memória e escrita também existia na sociedade laica e havia uma necessidade, e até mesmo um desejo, pela recordação do passado tanto dos nomes quanto das terras, tanto por questões de linhagem como pela transmissão da terra e direitos. Embora as concessões de direitos e privilégios fossem atos públicos, revestidos de ritualística e solenidade, às quais os membros de dada comunidade eram ativos participantes além de mera audiência, e resultassem desse ato até algum tipo de compromisso escrito, a legitimidade das informações que expressavam ainda residia na declamação oral, sendo o suporte físico, apenas um acessório pitoresco. Por essa razão, as cerimônias públicas medievais faziam uso de fórmulas e outros recursos mnemônicos, quase sempre retóricos, como a aliteração, os refrões e os *lais*, como uma maneira de primeiramente ordenar o passado e facilitar tanto o exercício oral da recitação, como sua reprodução pela memória. Em uma sociedade predominantemente oral, a escrita funcionava como meio de monumentalização de memória, sendo acessória a legitimação que porventura pudesse garantir. Quando um compromisso chegava a ser escrito, sua prática já estava disseminada e consolidada naquele local e naquela sociedade, e o suporte físico que lhe conferia a letra grafada servia como uma ascensão de dignidade enquanto compromisso ou direito, como meio de conservação e postergação destes, e menos como um comprovante de sua veracidade ou existência. Para isso havia os atos públicos de preparação do documento e sua entrega, cujo testemunho poderia ser evocado e que, em última instância, conferiria ao

conteúdo a devida autoridade. Por essa razão, o texto possuía o valor, para o medievo, de ser o meio de expressão, através de sua forma, sua materialização, ou seja, através primeiro da grafia, depois do objeto livro, do elo dos homens com Deus. Então, apenas aquilo que assumisse esse grau de dignidade tinha como este o seu veículo.

A relação entre o ato de pensar (meditar), o de interpretar (ruminar) e o de lembrar (memória) o texto lido ou ouvido, sobre a qual se baseiam as práticas discursivas medievais, é muito mais intensa do que se poderia supor, delegando à escrita, sobretudo quando revestida de *memoria*, uma dimensão simbólica extremamente cara. Pois na Idade Média toda escrita possui uma dimensão sagrada, visto que emanaria diretamente da sabedoria de Deus, já que foi este o meio escolhido por Ele para se apresentar aos homens, sob a forma de “palavra escrita”, por conseguinte, *revelada*. E Deus ao se revelar em texto, o faz em uma dupla dimensão, pela grafia, que em última instância é a materialização das palavras, e de maneira imagética, pelo significado alcançado pela palavra pronunciada (a voz, o verbo) na mente e no corpo. O entrelaçamento entre a escrita e a memória no mundo laico inicialmente se estabelece sobre as questões fundiárias, apenas subsidiariamente incidindo sobre os costumes, que raramente são codificados. Entretanto, algumas codificações são bastante antigas, como as visigóticas, da região que hoje compreende a Espanha, remontando ao séc. VIII. É apenas a partir do séc. XII que a aristocracia laica passa a montar seus próprios arquivos particulares e a ter o pleno domínio sobre sua *res memoranda*.<sup>56</sup> É, também, a partir desse século que ocorre outro fenômeno que muito nos interessa: o estabelecimento, na cronística medieval, da relação entre memória, passado e história, através da noção de sacralidade da escrita, da história enquanto tempo privilegiado e de um espaço possível para a Salvação.

Se Deus é, ao mesmo tempo, material e imaterialmente presentificado através do texto, e escolheu a escrita como meio de se mostrar aos homens, também a escolheu por ser a escrita um meio de perpetuação, de monumentalização de memória. Ou seja, de eternização de si mesmo. Deus é aquilo que “jamais foi criado”, sendo assim, Deus não está sujeito ao “tempo do tempo”, justamente por que este começa com Ele e por Ele é dominado, e ao se manifestar por escrito a Moisés e aos homens, demonstra que sua Palavra está acima da caducidade e da perenidade da voz e da vida humanas, sendo eterna.

---

<sup>56</sup> No período compreendido entre os séculos VI-IX, pelo menos metade das populações do que hoje são a Itália, Gália, Espanha e Inglaterra eram capazes de ler textos em língua vulgar. Durante o período carolíngio, após a reforma do latim, paulatinamente o registro de textos protovernaculares é abandonado para dar lugar à língua do clero.

Segundo as Escrituras, é no Livro do Juízo que todos os destinos estão lavrados, pois a escritura é a garantia da memória, e a memória é a garantia do futuro, de que o “tempo do tempo” seguirá o seu curso rumo à Salvação. Diante disso, a meditação se estabelecida de maneira ordenada, obedecendo a uma disposição espacial do saber, que, se contemplada, levaria a uma destinação do conhecimento por ela produzido para além do corpo da letra, do texto grafado, transformando-o em imagens, primeiramente mentais, posteriormente, em imagens figuradas que, então, seriam guardadas pela memória, de forma ordenada. Em última instância, todos eles, se bem observados seus critérios, conduziriam à aspiração maior do homem medieval, cuja noção de mundo está subordinada à percepção de um devir ordenado e finito, que converge para a Salvação. De forma bastante objetiva, a esse respeito diz a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Leite Fróes em seu belo ensaio sobre a iconografia do Livro de Horas de D. Fernando, sobre a *ruminatio* e a meditação no contexto do pensamento medieval:

O conteúdo do texto deveria ser mastigado, ruminado (*ruminatio*) e só depois integrado aos conhecimentos já existentes na memória da cada leitor. Mais do que isto, deveria ser guardado de forma ordenada – há uma espécie de topologização das informações e do saber. Finalmente, esse saber deveria ser transformado em imagens (padrões visuais) e estas, disponibilizadas numa espécie de arca. (FRÓES: 2009, p. 96)<sup>57</sup>

A arca, objeto que povoa o imaginário medieval e que remete à arca da aliança, à qual a pesquisadora se refere é a memória, que guarda os mais preciosos mecanismos humanos, e faz o elo dos homens com Deus no Velho Testamento. Um *thesaurus*. E estaria, por conseguinte, na passagem da *fictio* para a *imago*, acenando para uma associação com a descoberta de significados escondidos, obscuros.

E, se meditar está intimamente relacionado às práticas de leitura, e tanto a leitura quanto a escrita na Idade Média se revestem de um caráter sagrado, visto que tanto o objeto livro quanto o texto são emanções de Deus, é a memória que forma o ponto de contato entre o homem e a divindade através da grafia, pois é ela quem domina o tempo e dá ao conteúdo daquilo que foi grafado, e à própria grafia, um princípio de eternidade. Tanto a escrita como objeto livro são um elo entre o homem e Deus, pois foi através dela que Este se manifestou a Moisés, e foi através desta que Este delegou à humanidade sua memória. A escrita seria, portanto, a memória de Deus. Dessa maneira, tanto o ato de meditar como as atividades relacionadas à leitura e à interpretação do texto (*ruminatio*) somente são possíveis por

---

<sup>57</sup> FRÓES, Vânia Leite. “O livro de horas dito de D. Fernando: Maravilha para ver e rezar”. In: *Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro*. Vols. 1-50, publicados com o título: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. ISSN 0100-1922. Pág. 96.

intercurso da faculdade da memória, é a que ordena o conhecimento, e que o torna, em última instância, possível:

One should think of this kind of memory work, the work of reciting by heart texts from the Poets or from the Bible, as a kind of grammatical memoria, the painstaking, concentrated memorization that was needed adequately to “furnish” an educated, creative mind and provide it with a rich inventory from which to invent new compositions.<sup>58</sup> (CARRUTHERS: 2011, p. 10)

Essa articulação entre memória e criatividade, entre conservação de conhecimento e ato gerador, ou seja, em que a memória seria aquilo que conecta passado e futuro, constituiria um tipo de operação mental bastante peculiar à Idade Média.

A memória exercia um papel fundamental para o universo simbólico medieval, pois não estava somente no cerne de todo o cristianismo, como nos diz Le Goff, e em seu momento mais emblemático, quando evoca a presentificação do passado através da fórmula repetida na eucaristia – o momento mais importante da missa – “faça isso em memória de mim”, quando Cristo se faz novamente corpo. Também para a tradição do Velho Testamento, observa-se o papel proeminente da memória no emprego do termo *zakhor*, “lembrai-vos”, como nos assinala Patrick Geary, que até hoje parece moldar as mentalidades judaicas, ou como diz a profa. Vânia Fróes: “É no campo da rememoração, da presentificação dos tempos, da história do povo eleito que se manifesta explicitamente a ética cristã.” (GEARY: 2002, p. 167)

Se para o medievo a História alcançava uma dimensão desconhecida para a contemporaneidade, a de ser um “espaço” privilegiado de Salvação em que os destinos dos homens podiam ser inscritos almejando um lugar no grande Livro do Juízo Final, escrever a história de uma cidade era preservar sua memória, garantindo sua presença no livro dos Destinos. A memória histórica que a comuna cria de si, enaltecendo suas origens míticas e cada vez mais recuadas no tempo, buscando no passado de glórias uma legitimação que almeja no presente, como é o caso de Florença, que se coloca enquanto a continuação de Roma, e encontra em suas origens míticas as razões para a sua vocação bélica, segue esse princípio e almeja esse resultado.

A memória para o universo medieval não possuía apenas a função de relembrar o passado, ato físico de exercer a lembrança de acontecimentos já idos, detinha outra função,

---

<sup>58</sup> Uma coisa que se deveria pensar sobre esse tipo de trabalho mnemônico, a tarefa de recitar de cor os textos dos poetas ou da Bíblia, como uma espécie de memória gramatical, minuciosa memorização concentrada do que seria suficientemente necessário para oferecer a uma criativa e educada mente e provê-la com um rico inventário a partir do qual criaria novas obras. CARRUTHERS, Mary; ZIOLKOWSKI, Jan M. *The Medieval Craft of Memory – An Anthology of Texts and pictures*. Philadelphia: University of Pensilvania Press, 2002. Pág. 10.

ainda mais séria e grave, a de constituir uma articulação possível entre o passado e o futuro. Essa “memória”, a que a pesquisadora se refere, estaria mais próxima do que hoje entendemos por *cognição*, ou seja, às construções do pensar, fazendo com que a meditação monástica seja, portanto, uma técnica de construção de pensamentos que permeará todo o universo mental do medievo. Pois, esse tipo de *pensamento*, que resultaria nessa *memória de Deus*, criaria uma linguagem simbólica e uma retórica próprias. A retórica monástica, conforme denomina chama M. Carruthers, teria enfatizado um dos cinco aspectos da retórica tradicional, o da invenção, ou seja, os processos e práticas cognitivas relacionadas à composição, sendo praticada como uma técnica fundamentalmente de composição e não de convencimento ou persuasão. Como vimos, a meditação era uma atividade que somente podia ser exercida e aprendida mediante o exemplo, era dirigida a uma audiência, portanto não constituiria uma prática eminentemente individual de *silentium ou competens silentium* – a atividade cognitiva disciplinada da mente – exercida com maestria e “competência”, levando à uma “adequação” entre artífice, técnica e trabalho” que conduziria a uma elevação do espírito, e a uma conexão com o divino, tanto na oração litúrgica quanto como meio de expressão.<sup>59</sup> (CARRUTHERS: 2011, p. 26)

A meditação seria, então, uma das etapas fundamentais do pensamento que constituintes do gênio criativo humano, o aproximaria de Deus, que gerou todas as coisas. Principalmente se considerarmos a prática de meditação monástica como poderoso instrumento de construção de imagens mentais, ou “pinturas” essenciais para o pensamento e para a composição de textos.

Já vimos, no capítulo anterior, os mecanismos envolvidos da formação dessas imagens mentais, porém, corroborando com a visão de Carruthers, ressaltaremos aqui a importância crucial, tanto da espiritualidade judaica como das práticas composicionais da retórica romana, na gênese dessas imagens ou pinturas mentais, como na própria concepção de “memória” e “reminiscência”, sobretudo como tais heranças influenciaram as práticas discursivas medievais, mais notadamente as crônicas históricas, que é o nosso interesse aqui. Consideramos que o homem medieval, assim como o ser humano de uma maneira geral, tem uma necessidade inata de *ver* em suas mentes o pensamento de forma organizada, como imagens ou pinturas, ou *figurata*, para reconhecê-las e utilizá-las para prosseguir com o pensamento enquanto ato. Daí a importância central das imagens nesse sociedade. E essas imagens, que são figuradas ou verbais, e frequentemente mistas, são uma característica, como

---

<sup>59</sup> Sobre o papel retórico do silêncio na contemplação monástica, ver Santo Agostinho, *De Doctrina Christiana*.

nos lembra Carruthers, do monasticismo medieval, cujo uso sinestésico das imagens “é uma qualidade da prática estética medieval” presente na iconografia e na arquitetura. (CARRUTHERS: 2011, p. 26)

Conforme nos diz Carruthers, a retórica medieval teria uma palavra latina – *visiones*, que quer dizer imagem – para designar “as visualizações mentais capazes de proporcionar, da maneira mais proveitosa, o necessário para aquele que compõe dar início e então sustentar o labor de uma composição particular” (2011, p. 286). Portanto, todo e qualquer aprendizado possuiria um caráter notadamente visual, sendo que a imagem exerceria um papel de relevância não somente nos processos cognitivos ligados à preservação de conteúdos, mas em toda a vivência medieval, pois serviria como “local de memória” e chave para o acesso ao conhecimento depositado na memória, dentre outras funções.

Nenhum outro lugar no universo medieval poderia aglutinar em si o poder da imagem, e funcionar, ao mesmo tempo, enquanto chave e local de memória, como a cidade. A cidade é a *personificação* de todas as representações medievais. Ela é a alegoria máxima, pois reúne em um só local, em sua arquitetura cada vez mais vertical, suas torres, sinos e igrejas, a imagem de Deus. E também do demônio, tornando-se a personificação tanto do bem como do mal. E isso ocorre por intermédio de suas construções, de suas casas-torre, pontes, praças e mercados, e também de uma nova relação social em que o senhorio feudal é transferido à forma como o espaço urbano é ordenado, ocupado, dominado, tornando-se o palco do bom ou do mau governo. Pois, a cidade é antes de tudo uma *imagem*.

Tomando como base essas etapas da atividade interpretativa do intelecto humano, a meditação e a memória, teóricos como Hugo de São-Victor (mas não somente ele) afirmam que a meditação faz a passagem da *lectio* para a *oratio*, visto que a *lectio* constitui a primeira operação da leitura, da qual faz parte a *declamatio*; também faria a passagem do *litteralis sensus*<sup>60</sup> para a *setentia*, portanto, a compreensão profunda acerca de qualquer conhecimento somente poderia ser alcançada através da interpretação<sup>61</sup> e do comentário, estando no início de todo aprendizado. O conhecimento não apenas se restringiria à lembrança evocada de outros textos lidos, e suas representações, mas de todo o acervo do saber cristão, inventário ao qual o homem medieval teria acesso através da imagem, como nos diz a medievalista brasileira profa. Vânia Leite Fróes:

---

<sup>60</sup> Sentido Literal.

<sup>61</sup> A interpretação à qual o monge se refere é a Interpretatio escolástica, sobre a qual já falamos anteriormente no capítulo 1. Da interpretação medieval faz parte a ruminatio, que nada mais é do que a ruminação do texto, através de um detido escrutínio de suas partes, operação que ocorre imediatamente após o ato da leitura (lectio e oratio).

A imagem seria, assim como determinadas sinalizações do texto, uma espécie de chave de acesso à memória. Esta memória não seria uma listagem repetitiva (*mimesis*), mas um grande inventário constituído dos conteúdos de leitura e de todas as representações deles originados. Mais do que tudo, um acervo, um patrimônio, onde estariam os grandes textos cristãos – um tesouro, o Thesaurus do saber cristão. (FRÓES: 2009, p. 129)

O poder conferido às imagens seria tão forte que, na Antiguidade, alguns pensadores, dentre eles, Quintiliano, usavam a palavra latina *visiones* para traduzir a expressão grega *Phantasia*, e afirmavam que esses artefatos mentais, as *visiones*, eram muito eficazes para despertar as energias emocionais individuais e de uma audiência:

Quas φαντασία Graeci vocant (nos sane visiones appellemus), per quas imagines rerum absentium ita repraesentantur animo ut eas cernere oculis ac praesentes habere videamur, has quisquis bene ceperit is erit in adfectibus potentissimus.<sup>62</sup>

Mary Carruthers defende que a mente utiliza máquinas e instrumentos para pensar, portanto, essas *visiones* são uma fonte importante de sua energia. Segundo ela, Quintiliano definiria de forma ainda mais detida a palavra *visiones* ao discorrer sobre a ornamentação retórica da *Enargeia*, o poder que tem de evocar “visões” cognitivas que desembocariam na invenção. Já a historiadora da arte francesa Jacqueline Lichtstein, no quinto (de 14) volume de da coleção *A Pintura*, em que discorre sobre o desenvolvimento no Ocidente do conceito de *mimesis*, faz uma síntese entre os termos *imaginação* e *fantasia* e de suas relações com a memória, o caráter inventivo da arte e da função da imagem para a concepção da dignidade do artista, tendo como base a pintura. Para tanto, a autora faz um percurso bastante interessante partindo desde os estoicos gregos, que diziam que a “imaginação é uma impressão na alma”, e distinguiam quatro conceitos: *fantasia*, que seria a representação; *phantastom*, o representado; *phantastikon* ou a imaginação; e *phantasma*, o imaginário, passando pela Idade Média, parte em que reside nosso interesse, em que ocorreria a distinção entre *natura naturans* e *natura naturata*, até chegar à Modernidade.

Platão teria afirmado em *O Sofista* que as imagens seriam de dois tipos basicamente: *eiskastike*<sup>63</sup> e *phantastike*: “a primeira vendo diante de si as formas vivas das coisas, a imita; a segunda apenas desenha aquelas que representa na imaginação.” A concepção platônica, como discute Lichtenstein com bastante propriedade, em certa medida desmerece o carácter

---

<sup>62</sup> O que os gregos denominam de φαντασία (fantasia), chamemos de visões, imaginações, por cujo intermédio se fazem tão vivas em nosso espírito as representações de coisas ausentes, que parece que as estamos percebendo com nossos olhos e tê-las como se realmente estivessem diante de nós: se alguém, digo, as chegar a captar perfeitamente, terá potencia suprema nas manifestações de seus afetos. Quint. Inst. 6. 2. 29-30. Tradução minha, baseada na tradução original de Alfonso Carmona (Quintiliano 2001).

<sup>63</sup> Em português *imitação*.

criativo da imagem, pois lhe atribui apenas a imitação e o contorno como características, não dando ênfase na força que tais representações teriam nos processos cognitivos formadores do saber e da criação artística. (LICHESTEIN: 2004, p. 79) O filósofo condena tanto a *mimesis* quanto as imagens pictóricas, por exemplo, argumentando que estas apenas diriam respeito à aparência das coisas, não à essência, estando, nesse sentido, afastadas da verdade em três níveis: o pintor imitaria um objeto que já seria ele mesmo uma imitação (uma imagem da ideia que o gera), ou seja, a ideia da imagem; a contemplação dessa ideia que gera o objeto físico ou material; e o objeto representado pelo artista, a pintura. Diante disso, a imitação (mimese) pictórica seria sempre um simulacro enganador, pois não seria a cópia fiel da coisa representada<sup>64</sup>. (LICHTENSTEIN: 2004, p. 17)

Entretanto, Aristóteles ofereceria outra interpretação acerca da *mimesis*, e por consequência, da imagem, embora não tenha se ocupado desta última em um estudo particular, que resgata a sua importância e retira, em certa medida, o carácter negativo atribuído por Platão, quando diz que o ato de imitar é inerente ao homem, que encontraria neste ato o aprendizado. Se a imagem é a imitação por excelência, seguindo as concepções de Aristóteles, toda imagem possuiria um carácter didático capaz de gerar prazer ao encontrar na coisa imitada as semelhanças com a coisa previamente vista. Nota-se que para Aristóteles a memória teria um papel importante em toda a mimese, pois seria através do reconhecimento da coisa representada, e, portanto, previamente conhecida e preservada na memória, que o aprendizado se daria. (LICHTENSESTEIN: 2004, p. 24) Ele também estabeleceria outra distinção importante, segundo nos adverte Le Goff, entre a *mnemê*, simples “faculdade de conservar o passado” e a *mamnesi*, a reminiscência, que seria a capacidade que o ser humano tem de evocar voluntariamente esse passado. (Le GOFF, 2009, p. 22)

Em contrapartida, o filósofo sofista Filóstrato, o Velho (c. 170—250) enxergaria a presença de verdade na pintura, embora fosse uma imitação que produziria uma semelhança com a coisa representada, “forma e inteligência”, indo mais além, pois para ele a pintura seria “mais perfeita”, pois enquanto a imitação produz semelhanças apenas com a mente, a pintura o faz utilizando-se das mãos e também da mente. Nesse sentido, a *mimesis* viria, para o homem, da natureza, a pintura, da técnica. (LICHTENSTEIN: 2004, p. 28)

Percebe-se então como a imagem ou representação visual teria impacto na vivência antiga e medieval, sobretudo por consistir uma das práticas mnemotécnicas mais importantes e fundamentais para sociedades notadamente orais como essas, constituindo uma das etapas

---

<sup>64</sup> Sobre esse tema, ver os diálogos de Sócrates em *A República de Platão*.

mais importantes da formação retórica, tanto na construção dos argumentos quanto na apresentação das ideias, como, também, na função não apenas de representar um objeto existente na realidade e funcionar como um *local de memória*, como estaria no cerne de uma compreensão de um conceito de verdade atrelado à representação figurada. É nesse sentido que Cícero é evocado, pois, no *De Oratore*, texto bastante conhecido na Idade Média, diz o seguinte: “His autem formis atque corporibus, sicut omnibus, quae sub aspectum veniunt, sede opus est; et enim corpus intellegi sine loco non potest”<sup>65</sup>. O eminente orador se refere ao papel que teria a memória no ordenamento dos conteúdos imagéticos trazidos à mente por intermédio do mundo sensível, pois somente uma imagem seria inteligível se estivesse ancorada a um local, já que a visão, segundo essa concepção, é uma forma de conhecimento:

Vidit enim hoc prudenter sive Simonides sive alius quis invenit, ea maxime animis effingi nostris, quae essent a sensu tradita atque impressa; acerrimum autem ex omnibus nostris sensibus esse sensum videndi; qua re facillime animo teneri posse ea, quae perciperentur auribus aut cogitatione, si etiam commendatione oculorum animis traderentur; ut res caecas et ab aspectus iudicio remotas conformatio quaedam et imago et figura ita notaret, ut ea, quae cogitando complecti vix possemus, intuendo quasi teneremus.<sup>66</sup>

Nota-se o acento que Cícero emprega para a função mnemônica da visão, que seria a mais “vivaz” de todos os outros sentidos, pois serviria, através da “meditação dos olhos” como veículo de conservação das imagens ou figuras visíveis ou não-visíveis pelo espírito humano, ajudando os demais sentidos nessa tarefa. A expressão ciceroniana “*in mentis oculis*”, que aparece no terceiro livro do *De Oratore*, permite-nos um melhor entendimento das relações que o autor estabelece entre visão, memória e imaginação, sobretudo no que tange à compreensão de como são representadas os objetos ausentes na mente.

Cícero fora exaustivamente lido e comentado ao longo de toda a Idade Média, sobremaneira em seus tratados sobre Retórica, dos quais se destacam o *De Oratore*, o *De Inventione*, e o *Rethorica ad Herennium*<sup>67</sup> e seus escritos tiveram excepcional influência nos

---

<sup>65</sup> Por outro lado, estas formas de corpos, como todos os demais que entram pela visão, precisam de um lugar, pois nenhum material é inteligível sem um lugar. Cic. *De Orat*, 2, 357. In: The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore.shtml>.

<sup>66</sup> E, seja Simonides ou qualquer outro quem a descobriu, agudamente intuiu que nosso espírito modelava em imagens muito particularmente o que os sentidos haviam transmitido ou impresso, e que, de todos os nossos sentidos, o mais vivaz é o da visão; que por isso podíamos reter com toda facilidade o que percebemos pelo ouvido ou pela reflexão se ademais se confia ao espírito com a meditação dos olhos. De modo que um esboço de imagem ou figura pudera dar forma a coisas não visíveis ou remotamente examinadas por outro aspecto, logrando reter, mediante a imaginação visual, o que somente com a reflexão apenas poderíamos abarcar.

Cic. *De Orat*, 2, 357.

<sup>67</sup> A Idade Média atribuiu erroneamente este último título de autoria romana e anônima a Cícero, por isso ele aparece listado aqui na seção em que falamos do eminente retórico romano.

círculos monásticos e escolásticos, principalmente a partir do séc. XIII. É dele a seguinte passagem:

Atque ego in summo oratore fingendo talem informabo qualis fortasse nemo fuit. Non enim quaero quis fuerit, sed quid sit illud quo nihil possit esse praestantius, quod in perpetuitate dicendi non saepe atque haud scio an nunquam, in aliqua autem parte eluceat aliquando, ídem apud alios densius apud alios fortasse rarius. Sed ego sic statuo, nihil esse in ullo genere tam pulchrum, quo non pulchrius id sit unde illud ut ex ore aliquo quasi imago exprimatur. Quod neque oculis neque auribus neque ullo sensu percipi potest, cogitatione tamen et mente complectimur. Itaque et Phidiae simulacris quibus nihil in illo genere perfectius uidemus et iis picturis quas nominavi cogitare tamen possumus pulchriora. Nec uero ille artifex cum faceret Iouis formam aut Mineruae, contemplabatur aliquem e quo similitudinem duceret, sed ipsius in mente insidebat species pulchritudinis eximia quaedam, quam intuens in eaque defixus ad illius similitudinem artem et manum dirigebat.<sup>68</sup>

No trecho acima, percebe-se que Cícero emprega o verbo *fingere* com o sentido de criar, fazer, o modelo a ser imitado, que reside não mais na natureza pura e simples, de onde o homem tiraria todas as coisas, porém estaria na mente, no pensamento que o homem utiliza para “criar”, e para tal, ao autor emprega os vocábulos *cogitatio* (pensamento) e *mens* (mente). Ainda segundo Cícero, o artista se inspiraria na natureza, pois não “contemplava nenhum modelo do qual tomasse a semelhança”, porém se embasaria na “ideia” que está na sua mente. Os olhos da mente (*mentis oculis*) seriam capazes de materializar uma imagem caso as conseguissem identificar as que se mostrassem claramente no discurso, com *perspicuitas*:

Nam et commoratio una in re permultum movet et inlustris explanatio rerumque, quasi gerantur, sub aspectum paene subiectio; quae et in exponenda re plurimum valent et ad inlustrandum id, quod exponitur, et ad amplificandum; ut eis, qui audient, illud, quod augebimus, quantum efficere oratio poterit.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> Eu me proponho a fazer um orador como quicá não se fez nunca; não busco um orador que já tenha existido senão a ideia da perfeição máxima, que não sei se já foi lograda não obstante no conjunto do discurso, por mais que brilhe em algumas partes com mais ou menos frequência ou raridade. Creio que nada haja de tão formoso em nenhum gênero que não ceda à ideia de que é imagem e que não pode ser percebida nem pelos olhos, nem pelos ouvidos, nem por nenhum sentido, senão apenas pelo pensamento e pela inteligência. Todavia podemos conceber estátuas mais perfeitas que as de Fídias, embora sejam essas as mais acabadas que em seu gênero temos visto, e pinturas mais formosas que as que denominamos antes. E por isso aquele artífice, quando fazia a estátua de Jove ou de Minerva, não contemplava nenhum modelo do qual tomasse a semelhança, senão que habitava em sua mente um admirável modelo de perfeição, a cuja semelhança, e sem afastar delas os olhos, dirigia sua arte e sua mão. Cíc. Orat, 2, 7-9. The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore1.shtml>

<sup>69</sup> E tanto se demorou em um mesmo ponto como na explicação ilustrativa e quase colocou os fatos diante dos olhos, como se estivessem desenvolvendo, resulta muito eficiente; pois esses procedimentos são muito valiosos na exposição da causa, tanto para ilustrar o que se expõem como para dar a ele mais realce e para que aqueles a quem colocamos mais relevo, ao auditório pareça que tem tanta importância como podemos lograr mediante o discurso. (Cic. De Orat, 3, 202).

Nota-se, conquanto, que o autor acentua o carácter referencial que teria a imagem figurada para evocar conteúdos e discursos do repertório da memória, funcionando como uma espécie de gancho ou apoio para a lembrança, que não apenas auxiliaria no manejo de um repertório mais extenso de discurso, mas, também, para a composição de discursos novos.

Santo Agostinho, no séc. VI, teólogo de orientação neoplatônica, segundo nos diz Mary Carruthers, reconsideraria a importância da visão enquanto sentido primordial do aprendizado ao compreender três tipos de “visão” para as imagens mentais geradas pela imaginação e pela memória. À primeira, Santo Agostinho chama de “espiritual”, pois seria recebida primeiramente no “espírito” e não diretamente no olho, e fictícia; a segunda, que seria derivada e produzida a partir dos materiais apresentados à mente por nossos sentidos, que formariam a segunda visão, a visão corpórea. A terceira seria a “visão intelectual”, que o monasticismo chamaria de *Theoria* (de *Theos*, Deus em grego) ou visão direta de Deus, somente atingível pela contemplação. Sendo que a terceira etapa consistiria a última de toda a ascese cristã, alcançada apenas por poucos indivíduos após uma vida entregue a Deus.

Em todos os pensadores que examinamos acima, parece-nos ficar patente a importância que a memória obtinha nos processos que levariam ao aprendizado, à conservação do conhecimento, e, sobretudo, no que concerne aos mecanismos envolvidos na produção de conteúdos novos, pois “esta memória não seria uma listagem repetitiva (mimesis), mas um grande inventário constituído dos conteúdos de leitura e de todas as representações deles originados.” (FRÓES: 2009, p. 129) Inventário este do qual a humanidade se vale para gozar do imenso tesouro da sabedoria cristã, de uma conduta emanada e exemplar, rumo a um devir finito e refém da caducidade do tempo, para dar lugar, à verdadeira existência – quando da segunda vinda forem julgados os vivos e os mortos— esta sim “ausente do tempo”, *salva*. O Juízo Final, data aguardada por todo o medievo com temor e ansiedade, é a celebração máxima da memória, e do passado, se tudo aquilo que existe será julgado por seus feitos até então, a dizer, pelo seu *passado*.

O que estamos tentando salientar ao longo desse texto, para qual fizemos uso das autoridades antigas para reconstituir com mais riqueza e precisão as nuances de sentido e a maneira com que os conceitos de *imagem*, *imaginação*, *memória* e *meditação* se apresentavam para os estudiosos medievais, tentando demonstrar como estes incidiam nas práticas discursivas existentes, e para isso nos interessam as mudanças no vocabulário, a produção textual e pictórica, mas, sobretudo a produção histórica, já que é nela que todos esses elementos se agrupam e aparecem com mais vigor e nitidez. Pretendemos, através desse

percurso, fornecer um panorama mais satisfatório da cultura do medieval, principalmente no que tange à maneira como o mundo medieval compreendia a si mesmo, o devir do tempo, o passado e o futuro, e quiçá demonstrar que a necessidade que o homem medieval tinha de alicerçar sua vida em uma noção de ventura, como se ela mesma funcionasse como um *exemplum*, repousava no fato de haver uma compreensão vívida de história enquanto um *tempo* privilegiado e um *espaço* de Salvação, onde pudessem realizar o propósito máximo da existência, que era estar inscrito no Livro do Juízo, junto dos que seriam escolhidos e figurariam na Eternidade ao lado do Salvador.

A memória, ainda de forma mais acentuada, quando transferida à escrita, é a própria suspensão do tempo, é o local em que se pode driblar a morte e ultrapassar essa existência finita. A monumentalização do passado que a escrita e a história conferem enquanto suporte material da memória dos homens, não apenas obedece a uma conservação desse mesmo passado como teria “uma função textual de pontuar o escrito, sinalizando as formas diversas de como se deve ler e interiorizar o texto.” (FRÓES: 2009, p. 129) Pois, por maior valor que tenha a palavra oral, ela é perene, dependente do corpo que fala. Porém, é mais adiante, entre os séculos XII e XIII que ocorrem as mais importantes transformações no entendimento do papel da visão, da memória e da imaginação, principalmente no concernente ao entendimento de tempo, devir e na constituição do conceito de história enquanto *tempo privilegiado* e *espaço da Salvação*, na produção de um dos mais complexos exemplos da prática discursiva medieval, e que constitui o objeto de nossa análise, a crônica histórica.

Entretanto, antes de partimos para a nossa definição de cronística medieval e de como esse gênero de narrativa histórica específico, e circunscrito a esse período histórico, tem sua origem e evolução, precisamos situar outros conceitos, sobretudo algo que muito nos interessa nos âmbitos dessa pesquisa, o carácter simbólico da escrita e, ainda mais importante, da história.

A imaginação na Idade Média era uma atividade bastante vigorosa do pensamento, pois seria ela a operação mental que permitiria que as imagens se “pintassem” ou se presentificassem para o leitor/ouvinte, fazendo emergir do texto lido/declamado todas as suas cores, texturas, características físicas e atitudes das pessoas. A ruminação estaria na gênese também da produção da “reminiscência”, que são os pedaços de frases tomados de empréstimo de diversos textos através de livre associação e que funcionam como gatilhos mnemônicos para evocar outros textos. Ambas teriam um papel proeminente na retórica medieval já que forma a “*nomina sacra*”, sendo ferramentas de trabalho da memória,

conforme nos elucidada Carruthers, pois funcionariam como tipos de repertórios – os *lexicons* – onde os significados das palavras são fornecidos, e busca-se estabelecer seu significado total.

Para a exegese monástica, a reminiscência tem ainda um impacto maior do que para a escolástica, consiste na explicação de um verbo através de outro em que a mesma palavra ocorre. Dessa maneira, e pelo intenso uso da rimação, era possível fazer correlações entre os textos e lembrar de palavras ou trechos que evocavam situações ou termos semelhantes. E isso tem um motivo: o monasticismo medieval faz pouco uso da concordância verbal, utilizando-se mais do espontâneo jogo de associações, similaridades e comparações para realizar sua exegese. Tal operação já não ocorre na Escolástica, pois se utilizaria bastante a *Distinctiones*, em que a ordem em que cada palavra aparece é usada para fazer oposição aos textos em que são usadas.

Segundo o pesquisador francês do monasticismo medieval Jean Leclerq<sup>70</sup>, em seu livro *Amour des lettres et le Désir de Dieu*, haveria, do século IX até o XIII, a predominância na literatura produzida durante esse período é monástica. Somente a partir do final do século XIII é que a Escolástica assume esse papel paulatinamente, com a tradição dos comentários, acompanhando o florescimento urbano e universitário – as *scholas*. O autor argumenta que, a produção textual monástica e a produção escolástica, conformariam o que chama de “*sacra divina*”, porém coloca acentos diferentes em ambas. Haveria diferenças entre a produção monástica e escolástica quanto à orientação, e conseqüentemente quanto aos procedimentos que levariam, como resultado final, ao texto, que concerne às formas de leitura. Segundo ele, a “*Lectio*” escolástica está orientada para a *quaestio* e a *disputatio*, possuindo a característica de colocar o leitor diante do texto através de questionamentos acerca da matéria subjacente (*quaeri solet*). Já a *Lectio* monástica estaria orientada para a meditação e a oração. (LECLERQ, 1957, p. 72) Quanto aos objetivos, ambas possuem distinções muito claras. A primeira objetiva a ciência e o conhecimento, enquanto a segunda almeja a sabedoria e a apreciação. A leitura monástica das Escrituras tinha como ponto de partida a gramática, pois era um saber importante entender *como* ler os textos sagrados, que consistia uma das etapas essenciais para a compreensão de todos os outros livros. Como primeira etapa a ser cumprida, era feita uma análise verbal aos moldes do método filológico, a exemplo da que foi feita na Regra de São Benedito. A gramática era considerada como uma introdução às Sagradas Escrituras, como era frequentemente utilizada pelos estudiosos da abadia de São Hugo de

---

<sup>70</sup> LECLERQ, Jean. *Amour des Lettres et le Désir de Dieu*. Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age. Paris: Éd. du Cerf, 1957, p. 72.

Cluny, e se atinha estritamente à letra escrita propriamente dita, à grafia, conforme mencionamos em capítulo anterior. O que Leclerq argumenta é que essa aplicação da gramática às Escrituras, praticada dentro do monasticismo, era feita de uma maneira bastante peculiar, pois estaria relacionada com a observância de alguns fundamentos próprios da vida monástica, já que o método básico de leitura diferiria daquele praticado nos círculos não-monásticos onde os textos sagrados são lidos – as ditas *escolas*. Para tanto, originalmente a “*lectio divina*” e a “*sacra pagina*” seriam expressões que guardariam uma equivalência. Tanto para São Benedicto como para São Jerônimo, a *lectio divina* é o texto propriamente dito, que então seria lido uma passagem selecionada ou uma “lição” retirada da escritura.

Já nos círculos escolásticos, a *lectio divina* se referia, na maioria dos casos, à página mesma, ao texto estudado, compreendidos de forma objetiva. A *lectio* monástica teria início, portanto, com a gramática, e culminaria em arrependimento e na ascese do paraíso. (LECLERQ: 1957, p. 72) É nesse sentido que Hugo de São-Victor dirá que o “aprendizado tem início na leitura, porém sua consumação repousaria na meditação”. (HSV. Didsc. 3, 10)

Para se entender corretamente os mecanismos da leitura medieval e como estes incidem na criatividade, e por conseguinte, na produção de textos e imagens, é preciso entender a forma, e por consequência, o modo como tais procedimentos influenciarão na composição de uma nova relação com o tempo, o valor da escrita e do passado, concepções que se consumarão em uma explosão de crônicas no século seguinte (XIII). Como já aludimos, a leitura na Idade Média era declamada em voz baixa, de forma que a sentença fosse lida pelos olhos e pelos ouvidos. Como resultado, era gerada, então, uma memória da palavra escrita que estava muito além da visual pura e simples, e como diz também Leclerq, acarretava em uma memória, que aqui chamaremos de tridimensional, *muscular*, da palavra pronunciada, *visual*, da palavra vista, e *áurea*, da palavra ouvida. Após o início da leitura declamada, a meditação (*meditatio*), que perante esse tipo de concepção nada mais seria do que colocar-se a si mesmo com atenção em um exercício de total memorização, e que é a rigor inseparável da *lectio*, e ambos, junto com a pronúncia também seria chamada de ruminação (*ruminatio*) do texto, e terminaria por inscrever, segundo Leclerq, o texto sagrado no corpo e na alma. A *ruminatio* é muitas vezes descrita nos textos medievais enquanto uma espécie de *nutrição divina*, como na célebre passagem de Pedro, o Venerável, em que ele diz: “meditar seria atar a si mesmo tão intimamente à sentença a ser recitada, pesando todas as

palavras, objetivando apreender seu significado profundo.”<sup>71</sup> A formação tridimensional de uma memória da palavra (imagem acústica, grafia e ato físico de pronúncia) poderia ser evocada através do ecoar dos verbos recitados, que serviriam como “ganchos” mnemônicos, e produziriam um impacto tão forte na mente de sua audiência, que tal recurso nunca deixou de ser utilizado durante toda a vigência do medievo, de forma que a citação de cor era comum tanto nos mosteiros quanto fora deles, sendo responsável pela difusão de conhecimento e pela popularização de textos e autores entre uma sociedade com um alto índice de iletrismo.

A prática da declamação (*declamatio*) de longos trechos decorados não apenas funcionaria como uma forma comum de transmissão de informações, como traria consigo outro fenômeno ligado à meditação e à memória – a reminiscência – que teria um impacto fundamental nos processos cognitivos que levariam a criação de conteúdos novos, ou seja, à produção de conhecimento.

Pelo acima exposto, percebe-se como a concepção medieval de “memória” não guarda semelhanças com o conceito contemporâneo, pois seria, por si só, muito mais abrangente, já que abarca, e reconhece, segundo Carruthers, “os papéis essenciais da emoção, da imaginação e da cogitação na atividade de recordação”. (CARRUTHERS, p. 24) Portanto, para se compreender as especificidades da produção escrita medieval, e a partir de certo momento, sua quase obsessão por textos históricos e pelas narrativas heroicas, torna-se necessário verificar o papel que ocupava a oralidade no seio dessa sociedade, em que os costumes perfazem praticamente toda a vida jurídica e social, em que a memória exerce posição preponderante, já que é através de suas fórmulas retóricas e técnicas mnemônicas que toda a vida discursiva medieval pode se efetivar. Sobretudo no que isso contribui para a formação de uma concepção de cidade enquanto *imagem modelar*, que mais tarde será evocada na cronística urbana.

---

<sup>71</sup> Pedro, o Venerável. *De Miraculis libri duo*. Turnholti: Typographi Brepols Editores Pontificii, 1988. 131, 187 p. (Corpus Christianorum. Continuatio mediaevalis; 53)

### 2.3 – A dimensão sagrada da escrita – Cristianismo e história – A relação com o tempo

Se o homem é o único ser na natureza capaz de criar, tendo sido ele mesmo gerado à imagem e semelhança de Deus “et creavit Deus hominem ad imaginem suam” (Gênesis 1, 27), personificando em si a própria “imagem” a que os textos do Velho Testamento se referem, ele seria a *imagem* por excelência, a forma modelar, quer mental quer material, que, em última instância, seria uma de Suas mais vívidas emanações. Ninguém melhor compreendeu isso que o homem medieval. Pois, para ele o homem como objeto de criação, enquanto ser criativo e *imagem* de Deus encontraria em si mesmo uma correlação simbólica inequívoca com os preceitos éticos da Criação, já que seria a *forma* de Deus na terra, a sua *representação* como aponta a eminente medievalista brasileira Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Vânia Leite Fróes: “no cristianismo a forma é, portanto, em última instância, expressão de Deus, expressão maior do Verbo.” (*op. cit.*, p. 129)

Segundo consta no Evangelho de João, no Novo Testamento, Deus é o Verbo “in principio erat Verbum et Verbum erat apud Deum et Deus erat Verbum”<sup>72</sup>, e assim sendo, é através do Verbo (palavra) que Ele se manifestaria para toda a Criação, tendo sido a escrita a forma escolhida por Ele para se apresentar aos homens através de Moisés. Se a forma (imagem) seria a expressão de Deus, a escrita, que seria a forma, a materialização do Verbo através da grafia, e considerando-se que o Verbo é o próprio Deus manifesto, a escrita se revestiria do atributo de ser ela mesma sagrada. Nesse sentido, se tomada a dimensão da sacralidade da escrita, o texto alcançaria para o universo simbólico medieval o estatuto de ser parte da Criação e um veículo para a Salvação, pois seria através dele que Deus fala aos homens, e é através dele que os destinos se darão quando chegar o dia do Juízo. A vivência humana enquanto parte da Criação somente se perpetuaria através da escrita, convergindo necessariamente para um fim e um propósito, a Salvação, da imagem do Verbo de Deus. Portanto, o texto exerceria um papel que “remetendo ao princípio da Criação, tem primordialmente função simbólica de transcendência, de salvação, de epifania.” (FRÒES: 2009, p. 129).

Tomado esse duplo caráter da palavra, de imagem do Verbo e de manifestação gerativa divina, percebe-se que o livro exerceria, nesse contexto, uma função simbólica bastante nítida, e cara, a de ser a expressão de Deus e sua memória. Seria através da palavra

---

<sup>72</sup> ... E no princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. (Evangelium Secundum Ioannem, 1,1) Evangelho de João, I, 1. Todas as citações Bíblicas desse trabalho foram retiradas da Biblia iuxta vulgatam clementinam, a tradução de São Jerônimo, conhecida em todo o medievo.

que Ele se mostra aos homens por intermédio de Moisés, no livro do Exodus: “ac deinceps præcide ait tibi duas tabulas lapideas instar priorum et scribam super eas verba quæ habuerunt tabulæ quas fregisti.”<sup>73</sup> E mais adiante: “fecit ergo ibi cum Domino quadraginta dies et quadraginta noctes panem non comedit et aquam non bibit et scripsit in tabulis verba fœderis decem” (...).<sup>74</sup>

Nota-se, no fragmento acima, que não é Moisés quem escreve e inscreve a Aliança – pacto dos hebreus com Deus —, sim o próprio Deus, entretanto é Moisés quem lê a palavra revelada de Deus e a declama para os homens: “venerunt ad eum etiam omnes filii Israël quibus præcepit cuncta quæ audierat a Domino in monte Sinai”<sup>75</sup>. Portanto, Moisés *leu* aos homens a voz de Deus. É através dessa correlação simbólica, em que “o mundo é o discurso que Deus faz ao homem,”<sup>76</sup> que a escrita e a leitura adquirem o *status* sagrado que permearia toda a relação medieval com o texto, que não poderá ser compreendido sem a sua tripla dimensão, escrita, oral e gestual – ou letra, voz e veículo ou suporte (livro, corpo), já que também seriam uma correlação com a Santíssima Trindade. Diante disso, tanto a escrita quanto a leitura assumem um papel simbólico extremamente importante dentro do cristianismo, que é o de, ao mesmo tempo mediar alegoricamente a relação dos homens e Deus e dar suporte (material), através da letra, à palavra Dele. Da mesma forma que Deus se faz carne através da Encarnação, o Verbo se faz escrita através da letra. E assim como Deus, que por ser o “Incriado” se coloca “fora do tempo”, a escrita também subverte a lógica da

---

<sup>73</sup> “E disse (Deus) talha duas tábuas de pedra semelhantes às primeiras, que escreverei nelas as palavras que constavam nas anteriores que quebrastes”. Do trecho: ...ac deinceps præcide ait tibi duas tabulas lapideas instar priorum et scribam super eas verba quæ habuerunt tabulæ quas fregisti esto paratus mane ut ascendas statim in montem Sinai stabisque mecum super verticem montis nullus ascendat tecum nec videatur quispiam per totum montem boves quoque et oves non pascantur e contra excidit ergo duas tabulas lapideas quales ante fuerant et de nocte consurgens ascendit in montem Sinai sicut ei præceperat Dominus portans secum tabulas cumque descendisset Dominus per nubem stetit Moses cum eo invocans nomen Domini quo transeunte coram eo ait Dominator Domine Deus misericors et clemens patiens et multæ miserationis ac verus qui custodis misericordiam in milia qui auferis iniquitatem et scelera atque peccata nullusque apud te per se innocens est qui reddis iniquitatem patrum in filiis ac nepotibus in tertiam et quartam progeniem festinusque Moses curvatus est pronus in terram et adorans... (Exodus, 34).

<sup>74</sup> ...ficou Moisés junto do Senhor por quarenta dias e noites, sem comer pão e beber água, e Ele escreveu nas tábuas as dez palavras da Aliança. Exodus, 28. Tradução minha.

<sup>75</sup> *Aproximaram-se, então, todos os filhos de Israel a quem transmitiu as ordens que havia recebido do Senhor no monte Sinai.* Do Trecho: ...cumque descenderet Moses de monte Sinai tenebat duas tabulas testimonii et ignorabat quod cornuta esset facies sua ex consortio sermonis Dei videntes autem Aaron et filii Israël cornutam Mosi faciem timuerunt prope accedere vocatique ab eo reversi sunt tam Aaron quam principes synagogæ et postquam locutus est venerunt ad eum etiam omnes filii Israël quibus præcepit cuncta quæ audierat a Domino in monte Sinai impletisque sermonibus posuit velamen super faciem suam quod ingressus ad Dominum et loquens cum eo auferebat donec exiret et tunc loquebatur ad filios Israël omnia quæ sibi fuerant imperata qui videbant faciem egredientis Mosi esse cornutam sed operiebat rursus ille faciem suam si quando loquebatur ad eos. (Exodus, 34).

<sup>76</sup> ECO, Umberto. *Arte e Beleza na Estética Medieval*. São Paulo: Globo, 1989, p. 89.

caducidade e confere a eternização da memória que a originou. Pois a escrita dura mais que o tempo de uma vida, portanto, aproximar-se-ia ainda mais de Deus. Percebe-se aí então a conexão simbólica que delegaria à escrita sua dimensão sagrada: a de ser a materialização do Verbo e a de subverter a lógica do tempo.

Por conta da relação que a narrativa histórica estabelece com a Verdade (*lux veritatis*), que atingiria mediante o discurso, que, ao não ser falso, encontraria a sua *auctoritas*, através da qual se torna possível extrair modelos, exemplos advindos da investigação da conduta humana ou dos povos, capazes de construir uma verdade moral (*magistra vitae*), que como tal, deve ser seguida. É a partir da noção de caráter modelar da história enquanto portadora de uma verdade moral que esta adquire sua dimensão ética, capaz de instruir, portanto, também ser didática. A história, ao se colocar como mestra da vida, senhora da conduta humana, que ultrapassaria a mera narrativa, pois sendo capaz de ensinar aos homens através de exemplos o que deve ou não ser seguido, participa, ela mesma, do propósito ético da Salvação, constituindo um *espaço*, um *lugar* – visto que ela é o substrato sobre o qual se desdobram as vidas dos povos – possível para a Salvação. A escrita garante à história, portanto à memória do passado, um suporte físico capaz de subverter a lógica do tempo, que é a de vencer a caducidade inerente a tudo o que vive, e a de estar, como Deus, fora do tempo.

Mas, afinal, o que é o tempo para a Idade Média?

### 3 – TEMPO, HISTÓRIA E CIDADE: A HISTÓRIA ENQUANTO ‘TEMPO PRIVILEGIADO’ E ‘ESPAÇO PARA A SALVAÇÃO’

#### 3.1 – O tempo

A Idade Média talvez tenha sido a época que mais belamente definiu aquilo que não dominava, e sobre o qual depositava todos os seus mais aguerridos temores – o tempo. Tempo das colheitas, tempo da escassez. Tempo do dia, do sol e do trabalho, da noite, do cosmos, das incertezas. Tempo do homem e tempo de Deus. Tempo da vida, e da caducidade. Tempo da caridade e tempo da Salvação. Das diversas expressões medievais sobre este tema, algumas das mais recorrentes são o “tempo do tempo”, “a idade do tempo”, “a história do tempo” e todas elas designam a sucessão incessante dos ciclos da natureza e da vida humana, seu início e sua caducidade, sua perenidade, e seu fim.

O tempo medieval traz intrínseco a si um princípio e um final, ou seja, uma história. Porque o tempo não é diferente das outras coisas humanas, também morre. Começa com Deus, aquele que não foi gerado, o *Incriado*, cuja singularidade excepcional de ser o Uno, o Absoluto, o coloca fora do tempo e ao mesmo tempo seu senhor máximo. O tempo provém de Deus e é Ele quem o domina. O mundo, e todas as coisas que foram criadas emanam da vontade de um ser atemporal, inicia em Adão, com o advento da Criação e converge para o Juízo Final, quando os destinos de todos os seres serão julgados. E é lá, no final dos tempos, no Julgamento Final, que todos os nomes serão lidos no imenso livro dos Destinos, e separados por seus méritos, entre os que serão ou não serão salvos. Quando a imensa memória de Deus puder evocar todos os atos, todas as imagens, e sobre eles debruçar seu escrutínio e testar suas dignidades, dos que devem ou não ser lembrados, e julgados retroativamente, pelo todo de suas vidas, não pelas partes. Vida que começa no ventre e termina na decrepitude da velhice, julgada pelo passado que a transforma em vivência, ou seja, por sua história. O Juízo Final só tem sentido se refém da história.

Eis nessa inflexão uma das características mais marcantes do tempo para a Idade Média, a vida que somente logra seu êxito máximo retroativamente, quando confrontada, já na decrepitude, com o seu passado. Porque o jovem tem vigor e força, mas não tem sabedoria. E o velho tem sabedoria, contudo lhe falte força e viço. As duas pontas da vida, na Idade Média, são sempre olhadas com desconfiança, a virtude está na linearidade, cuja real dimensão apenas se vislumbra antes do “fechar dos olhos”, pouco antes de “dormir para a

eternidade” ou “virar para a parede”<sup>77</sup> como fez Tristão antes de morrer. O encontro das virtudes somente ocorre, ou torna-se possível quando o olhar se desloca para o que já foi, e o ancião enxerga nas lembranças, a dizer, no passado, sob a égide da sabedoria, o esplendor da juventude. A exultação de feitos, que permeará todas as modalidades orais e escritas do universo medieval, ocorre sempre no *passado*. O feito, a gesta, é sempre algo que já foi. A vida venturosa só tem sentido quando olhada na sua globalidade, quando o homem se prepara para aguardar o maior de todos os julgamentos, justamente quando pode, ele mesmo, julgar a si mesmo e inventariar todos os seus feitos, e como a vida medieval é comunitária, quando requer que sua justiça seja lembrada por seus pares.

Não apenas a vida dos homens segue uma linha que se inicia no ventre e termina no leito da morte, o mundo também possui uma linearidade, uma vivência. Também teve um início e terá um fim, e passa por etapas, cujo término é o Juízo Final, o julgamento dos vivos e dos mortos. Quando em *Timeu-Crítias*, Platão demonstra sua cosmogonia, o Deus (que ainda não é o Deus cristão) de quem fala é Uno, indivisível, e eterno:

...o que é aquilo que é sempre e não devém, e o que é aquilo que devém, sem nunca ser? Um pode ser apreendido pelo pensamento com o auxílio da razão pois é imutável. Ao invés, o segundo é objeto da opinião acompanhada da irracionalidade dos sentidos se, porque devém e se corrompe, não pode ser nunca.<sup>78</sup> (Pl. *Timeu*, p. 193-94)

Deus é aquilo que “é sempre e não devém”, ou seja, é o *incriado*, aquilo que não tem causa, é inteligível, pois “pode ser apreendido pelo pensamento com o auxílio da razão”, e não filtrado pelos sentidos, que são irracionais. Esse Uno gerou também o tempo, e quis ao engendr-lo que fosse eterno como ele:

Como acontece que este é um ser eterno, tentou, na medida do possível, tornar o mundo também eterno. Mas acontecia que a natureza daquele ser era eterna, e não era possível ajustá-la por completo ao ser gerado. Então, pensou em construir uma imagem móvel da eternidade, e, quando ordenou o céu, construiu, a partir da eternidade que permanece uma unidade, uma imagem eterna que avança de acordo com o número; é aquilo a que chamamos tempo. (Pl. *Timeu*, p. 109)

Porém o Deus é imutável, permanente, não é passível de qualquer movimento, portanto o tempo, que chamou de “imagem móvel da eternidade”, é uma representação

---

<sup>77</sup> Tristão, de *Tristão e Isolda*, uma das estórias mais conhecidas na Idade Média e sobre a Idade Média, vira-se para a parede, em uma das versões do texto, quando recebe a notícia que o barco de Isolda nunca chegará. E morre.

<sup>78</sup> *Timeu*, de Platão.

imperfeita do Uno, uma fração dessa unidade que se desdobra de acordo com uma proporção numérica:

De facto, os dias, as noites, os meses e os anos não existiam antes de o céu ter sido gerado, pois ele preparou a geração daqueles ao mesmo tempo que este era constituído. Todos eles são partes do tempo, e “o que era” e “o que será” são modalidades deventientes do tempo que aplicamos de forma incorrecta ao ser eterno por via da nossa ignorância. Dizemos que “é”, que “foi” e que “será”, mas “é” é a única palavra que lhe é própria de acordo com a verdade, ao passo que “era” e “será” são adequadas para referir aquilo que devém ao longo do tempo – pois ambos são movimentos. (Pl. *Timeu*. p. 109-10)

Pois o tempo é movimento, mas um movimento que acompanha a natureza que o criou, nesse sentido, o tempo do qual fala Platão é um tempo circular, que se reapresenta, ou que se torna presente eternamente, portanto, um tempo de eterno-retorno.

No entanto, aquilo que é sempre imutável e imóvel não é passível de se tornar mais velho nem mais novo pelo passar do tempo nem tornar-se de todo (nem no que é agora nem no que será no futuro), bem como em nada daquilo que o devir atribui às coisas que os sentidos trazem, já que elas são modalidades deventientes do tempo que imita a eternidade e circulam de acordo com o número. (Ibicit)

O tempo circular não é uma realidade para a Idade Média, ao menos não em sua modalidade mais exuberante, se que é podemos chamar assim, a que determina o ritmo da vida. Podemos mesmo dizer que a Idade Média não conheceu o tempo do “eterno-retorno” da Antiguidade Clássica. O tempo do medievo é linear como a vida, teve um princípio, uma fase de maturação, de exuberância, de declínio e de fim, como a natureza, como as estações do ano. Um tempo lento, sem grandes transformações. Esse tempo linear é o tempo da história, que o cristianismo introduz, reto e finito – histórico. Observe o que nos diz Santo Agostinho, em suas Confissões:

Vejam, portanto, que nenhum tempo pode existir sem a criação e deixem de dizer tal vacuidade. Procurem também abarcar as coisas que estão diante de si e compreendam que tu, antes de todos os tempos, és o eterno criador de todos os tempos, e que nenhuns tempos te são co-eternos, nem nenhuma criatura, embora exista alguma que possa estar acima dos tempos.<sup>79</sup> (Ag, Conf, 11, 30, 40)

O cristianismo, segundo Le Goff, teria transformado a mentalidade clássica sobre o tempo e a história, antes cíclica, inaugurando ao devir três pontos fixos: a época da Criação, que seria o início absoluto da história, da Encarnação, que marca o início da história cristã, e o Juízo Final, que é o fim dos tempos, o fim da história. (LE GOFF: 2009) Embora linear, e

---

<sup>79</sup> ...videant itaque nullum tempus esse posse sine creatura et desinant istam vanitatem loqui. extendantur etiam in ea quae ante sunt, et intellegant te ante omnia tempora aeternum creatorem omnium temporum neque ulla tempora tibi esse coaeterna nec ullam creaturam, etiamsi est aliqua supra tempora... (Ag, Conf. 11, 30, 40).

finito, o tempo cristão engloba mais dois tipos de vivência do tempo, o circular, preconizado pelo ano litúrgico, e dentro desse ano, a vida ritmada pelos ofícios religiosos do dia. E esse ano litúrgico não se inicia da mesma maneira para todas as regiões. Na região que hoje compreende a Espanha, na Ibéria, o ano se iniciava na data que marcava a circuncisão do Senhor: dia primeiro de janeiro, que correspondia ao primeiro dia do ano no antigo calendário Juliano. Muitas das datas assinaladas no ano litúrgico cristão foram adaptações de festas pagãs. Um dos exemplos foi a adoção da data comemorativa do solstício de Inverno, 25 de dezembro, para demarcar a data da Natividade de Cristo. A data da Anunciação, no dia vinte e cinco de março foi utilizado pelas regiões do sul da França, no que hoje é a Inglaterra, e na península Itálica. Florença, por exemplo, será fiel a essa marcação até o final da Idade Média, tanto que Giovanni Villani utilizará desse referencial para iniciar os anos de seus relatos, como veremos um pouco mais adiante. Algumas regiões da Francia até o séc. XII iniciavam o ano na Páscoa, uma festa móvel. Segundo nos cita Le Goff, “o tempo cristão que se impõe lentamente aos homens não é unificado”, tem início com um período de aguardo, de espera: o Advento, que simboliza a vinda de Cristo, precede a Encarnação. O período do Advento termina com a festa da Natividade, 25 de dezembro, que logo alcança outra festa, a da Epifania, no dia 6 de janeiro, que também marca a circuncisão do senhor. Tais festas cristãs repousam sobre antigas festas pagãs, as entradas. Após esses festejos, há um tempo de recolhimento, a quaresma, que precede a ressurreição de Cristo, a Páscoa. Data móvel, calculada pelos movimentos da lua, dentro de um calendário notadamente solar. Depois da Páscoa, segue mais um período, o que conduzirá à ascensão de Cristo aos céus e a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, que ocorre cinquenta dias após a Páscoa.

Dentro dessa divisão cíclica de doze meses e comemorações dispostas a privilegiar quatro referenciais da vida de Cristo (Advento, Natividade, Páscoa e Anunciação), identificadas não ao acaso com as quatro estações do ano, subsistia outra, já que a Idade Média não conhecia grandes divisões exceto a do dia e da noite, ou das fases da natureza. O dia era dividido em períodos de cerca de três horas a partir do nascer do sol, as ditas horas canônicas, assinaladas pelo sino das Igrejas, regiam as obrigações monásticas cotidianas: *laudes*, terça, sexta, *noa*, vésperas e completas.

Para os primeiros cristãos a eternidade não é oposta à noção de tempo, como seria para Platão, por exemplo, uma “ausência de tempo”. A eternidade seria uma extensão do tempo ao infinito, como uma “infinita sucessão de eons”, como estaria no Novo Testamento. Santo

Agostinho, no séc. VI, oferece uma interpretação diferente, e discordante, da de Platão, para o tempo que marcará boa parte da Idade Média, a de *distensão*:

Ouvi dizer a um certo homem douto que o tempo não é senão os movimentos do sol, da lua e das estrelas, e eu não concordei. Porque não serão antes os tempos os movimentos de todos os corpos? Será que, se as luzes do céu parassem e continuasse a mover-se a roda do oleiro, deixaria de haver tempo com que medíssemos as suas voltas e disséssemos, ou que se move durante instantes iguais, ou que umas voltas são mais longas e outras menos, se a roda se movesse umas vezes mais vagarosamente e outras mais velozmente? (S. Agst. *Conf.* 22, 29, 129)

Ele discorda das afirmações de Platão de que o tempo é o movimento dos corpos, pois observa que o tempo ainda existe mesmo quando os corpos estão parados:

... Que é, pois, o tempo? Quem o poderá explicar facilmente e com brevidade? Quem poderá apreendê-lo, mesmo com o pensamento, para proferir uma palavra acerca dele? Que realidade mais familiar e conhecida do que o tempo evocamos na nossa conversação? E quando falamos dele, sem dúvida compreendemos, e também compreendemos, quando ouvimos alguém falar dele. O que é, pois, o tempo? Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem mo pergunta, não sei: no entanto, digo com segurança que sei que, se nada passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente<sup>80</sup>. (Ibicit, 11, 14, 17)

Santo Agostinho impõe a si uma difícil tarefa, a de conceituar o tempo, que não sendo eterno como Deus que o criou, visto que se distende ou se refreia, e não estando atrelado ao movimento dos corpos, e dos astros, não pode ser mensurado através de outros meios que não a impressão que causam em si com a sua passagem, portanto no presente. Para ele o passado seria aquilo que ao passar já não existe, o futuro, que não passou, não existe ainda, e o presente, antes de ser passado, também não existe. Então como existiria o tempo?

... Quem há que possa dizer-me que não há três tempos, o passado, o presente e o futuro, tal como aprendemos quando éramos crianças, e ensinamos às crianças, mas apenas o presente, já que os outros dois não existem? Ou será que também existem, mas o presente procede de alguma coisa oculta, quando de futuro se torna presente, e o passado se afasta para alguma coisa oculta, quando

---

<sup>80</sup> ... nullo ergo tempore non feceras aliquid, quia ipsum tempus tu feceras. et nulla tempora tibi coaeterna sunt, quia tu permanes. at illa si permanerent, non essent tempora. quid est enim tempus? quis hoc facile breviterque explicaverit? quis hoc ad verbum de illo proferendum vel cogitatione comprehenderit? quid autem familiarius et notius in loquendo commemoramus quam tempus? et intellegimus utique cum id loquimur, intellegimus etiam cum alio loquente id audimus. quid est ergo tempus? si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicare velim, nescio. fidenter tamen dico scire me quod, si nihil praeteriret, non esset praeteritum tempus, et si nihil adveniret, non esset futurum tempus, et si nihil esset, non esset praesens tempus. duo ergo illa tempora, praeteritum et futurum, quomodo sunt, quando et praeteritum iam non est et futurum nondum est? praesens autem si semper esset praesens nec in praeteritum transiret, non iam esset tempus, sed aeternitas. si ergo praesens, ut tempus sit, ideo fit, quia in praeteritum transit, quomodo et hoc esse dicimus, cui causa, ut sit, illa est, quia non erit, ut scilicet non vere dicamus tempus esse, nisi quia tendit non esse? (Santo Agostinho, *Confissões*, 11, 11, 14, 17).

de presente se torna passado? Onde é que aqueles que vaticinaram coisas futuras as viram, se elas ainda não existem? Não se pode ver o que não existe, e aqueles que narram coisas passadas não narrariam coisas realmente verdadeiras, se as não tivessem visto claramente no seu espírito: se tais coisas não existissem, de nenhuma forma poderiam ser vistas. Existem, pois, tanto coisas futuras como passadas.<sup>81</sup> (Ibicit, 17, 22)

No fragmento acima, Santo Agostinho começa a esboçar algumas considerações sobre a verdade em uma narrativa passada. Segundo o teólogo, são verdadeiras não as coisas passadas, mas aquelas que foram vistas pelo espírito, ou seja, pela memória. Portanto todas as narrativas do passado só são verdadeiras quando tomadas da memória, e a partir dela, representadas:

Ainda que se narrem, como verdadeiras, coisas passadas, o que se vai buscar à memória não são as próprias coisas que já passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens de tais coisas, que, ao passarem pelos sentidos, gravaram na alma como que uma espécie de pegadas.<sup>82</sup> (Ibicit, 28, 23)

Como Santo Agostinho diz, a legitimidade da verdade não está na antiguidade da coisa, no passado, mas nas imagens que tomamos delas na memória: “Até a minha infância, que já não existe, existe no tempo passado, que já não existe; mas vejo a sua imagem no tempo presente, quando a evoco e descrevo, porque ainda está na minha memória”. (Ibicit, 11, 18, 23) Mas, afinal, o que é o tempo, se não há passado nem futuro? Para responder a essa pergunta, Santo Agostinho elabora o conceito de distensão, que terá grande influência durante todo o período medieval, e até depois dele, que empresta ao tempo uma tripla dimensão. Uma coisa nos parece agora clara e transparente da concepção agostiniana de tempo: não existem coisas futuras nem passadas; nem se pode dizer com propriedade:

---

<sup>81</sup> ... quaero, pater, non adfirmo. deus meus, praeside mihi et rege me. quisnam est qui dicat mihi non esse tria tempora, sicut pueri didicimus puerosque docuimus, praeteritum, praesens, et futurum, sed tantum praesens, quoniam illa duo non sunt? an et ipsa sunt, sed ex aliquo procedit occulto cum ex futuro fit praesens, et in aliquod recedit occultum cum ex praesenti fit praeteritum? nam ubi ea viderunt qui futura cecinerunt, si nondum sunt? neque enim potest videri id quod non est. et qui narrant praeterita, non utique vera narrant si animo illa non cernerent. quae si nulla essent, cerni omnino non possent. sunt ergo et futura et praeterita. (*Confissões*, 17, 22).

<sup>82</sup> ...sine me, domine, amplius quaerere, spes mea; non conturbetur intentio mea. si enim sunt futura et praeterita, volo scire ubi sint. quod si nondum valeo, scio tamen, ubicumque sunt, non ibi ea futura esse aut praeterita, sed praesentia. nam si et ibi futura sunt, nondum ibi sunt, si et ibi praeterita sunt, iam non ibi sunt. ubicumque ergo sunt, quaecumque sunt, non sunt nisi praesentia. quamquam praeterita cum vera narrantur, ex memoria proferuntur non res ipsae quae praeterierunt, sed verba concepta ex imaginibus earum quae in animo velut vestigia per sensus praetereundo fixerunt. pueritia quippe mea, quae iam non est, in tempore praeterito est, quod iam non est; imaginem vero eius, cum eam recolo et narro, in praesenti tempore intueor, quia est adhuc in memoria mea. utrum similis sit causa etiam praedicendorum futurorum, ut rerum, quae nondum sunt, iam existentes praesentiantur imagines, confiteor, deus meus, nescio. illud sane scio, nos plerumque praemeditari futuras actiones nostras eamque praemeditationem esse praesentem, actionem autem quam praemeditamur nondum esse, quia futura est. quam cum aggressi fuerimus et quod praemeditabamur agere coeperimus, tunc erit illa actio, quia tunc non futura, sed praesens erit. (11, 18, 23)

... há três tempos, o passado, o presente e o futuro; mas talvez se pudesse dizer com propriedade: há três tempos, o presente respeitante ao às coisas passadas, o presente respeitante às coisas presentes, o presente respeitante às coisas futuras. Existem na minha alma estas três espécies de tempo e não as vejo em outro lugar: memória presente respeitante às coisas passadas, visão presente respeitante às coisas presentes, expectativa presente respeitante às coisas futuras. Se me permitem dizê-lo, vejo e afirmo três tempos, são três.<sup>83</sup>

O tempo para Santo Agostinho é sempre o presente tomado em uma dimensão tripla, que acena tanto para o passado como para o futuro, porém, ainda assim é um tempo linear. Já para o monge dominicano São Tomas de Aquino, retomando Avicena, que escreve na península itálica muito tempo depois de Santo Agostinho, no séc. XIII, Deus é a causa primeira de todas as coisas, portanto, do tempo, o que o colocaria fora desse mesmo tempo:

Por conseguinte, é necessário que tudo aquilo cujo ser se distingue da sua natureza passe a ser a partir de outro. E como tudo o que é por outro remete ao que é por si, como sua causa primeira, é necessário que haja uma realidade que seja a causa do ser de todas as outras coisas, pelo facto de ela ser tão-somente ser. De outro modo ir-se-ia até ao infinito nas causas, visto que tudo o que não é apenas ser tem uma causa do seu ser, como se disse. Portanto, é evidente que a inteligência é forma e ser e que ela tem o ser a partir do primeiro ente, que é apenas ser. E esta é a causa primeira que é Deus.<sup>84</sup> (STA. *De Ente et essentia*)

O tempo medieval, portanto, é um tempo criado por Deus, de carácter sagrado, linear, cuja vivência circular não apaga o fato de ser orientado para um final, de ter um começo e um término. Toda essa distensão entre o início e o término do tempo, suas idades, “o tempo do tempo” pertence à história, e é aqui, nesse espaço, que não é físico, que se estabelece um local possível para a Salvação, pois é aqui, na sucessão das vivências dos homens e dos povos, que as ações bem-aventuradas podem acontecer e as más ações rechaçadas, repelidas e delegadas ao esquecimento. É através da história, da narração do passado, que é possível vencer o tempo

---

<sup>83</sup> ...quod autem nunc liquet et claret, nec futura sunt nec praeterita, nec proprie dicitur, 'tempora sunt tria, praeteritum, praesens, et futurum,' sed fortasse proprie diceretur, 'tempora sunt tria, praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris.' sunt enim haec in anima tria quaedam et alibi ea non video, praesens de praeteritis memoria, praesens de praesentibus contuitus, praesens de futuris expectatio. si haec permittimur dicere, tria tempora video fateorque, tria sunt. dicatur etiam, 'tempora sunt tria, praeteritum, praesens, et futurum...' (11, 20, 26).

<sup>84</sup> ...Unde relinquatur quod talis res, quae sit suum esse, non potest esse nisi una. Unde oportet quod in qualibet alia re praeter eam aliud sit esse suum et aliud quidditas vel natura seu forma sua. Unde oportet quod in intelligentiis sit esse praeter formam; et ideo dictum est quod intelligentia est forma et esse. Omne autem quod convenit alicui vel est causatum ex principiis naturae suae, sicut risibile in homine, vel advenit ab aliquo principio extrinseco, sicut lumen in aere ex influentia solis. Non autem potest esse quod ipsum esse sit causatum ab ipsa forma vel quidditate rei (dico sicut a causa efficiente) quia sic aliqua res esset sui ipsius causa et aliqua res seipsam in esse produceret, quod est impossibile. Ergo oportet quod omnis talis res, cuius esse est aliud quam natura sua habeat esse ab alio. Et quia omne, quod est per aliud, reducitur ad illud quod est per se sicut ad causam primam, oportet quod sit aliqua res, quae sit causa essendi omnibus rebus, eo quod ipsa est esse tantum. Alias iretur in infinitum in causis, cum omnis res, quae non est esse tantum, habeat causam sui esse, ut dictum est. Patet ergo quod intelligentia est forma et esse et quod esse habet a primo ente, quod est esse tantum. Et hoc est causa prima, quae deus est... (São Tomás de Aquino. *De Ente et Essentia*. §6).

terreno e almejar o celeste, é percorrendo com virtude o “espaço da Salvação” e vivendo esse “tempo privilegiado” que se constitui o passado escrito dos povos, eternizado pela letra, e privilegiado por ser o tempo que vence o tempo, que o propósito da Salvação encontra seu sentido. Se a Criação delegou o tempo a tudo o que existe, a história nasceu com a Encarnação de Cristo entre os homens. O advento de Cristo trouxe verdadeiramente ao tempo a sua dimensão histórica, e embora consigo traga, também, o final dos tempos, traz a certeza da Salvação. O tempo do cristianismo é orientado rumo à promessa da Salvação. Segundo Le Goff, alguns historiadores cristãos do oriente, entre os séculos IV e V, bastante influentes na mentalidade medieval, teriam introduzido a concepção da Providência Divina na História, à semelhança da Roda da Fortuna, simbologia bastante evocada por toda a Idade Média, o que retomaria a concepção de tempo circular:

É o caso de Eusébio de Cesaréia, de Sócrates, o Escolástico, de Sonzomeno, de Teodoreto, de Ciro. Acreditavam no livre arbítrio (...) e pensavam que o destino cego, o *fatum*, não tinha uma função histórica, ao contrário do que pensavam os historiadores greco-romanos. Para eles o mundo era governado pelo Logos ou razão divina, também chamada Providência, que constituía a estrutura de toda a natureza e de toda a história. (LE GOFF, 2009, p. 191)

Dessa maneira, poderia ser incorporado à história, mais tarde, a noção de fortuna da Antiguidade, transmutada para a noção de Providência divina do cristianismo, como uma forma de explicar os desígnios e agruras do tempo, e também da história. Mas, mesmo refém da roda da fortuna, o tempo medieval em sua essência é reto, aspira sempre à Salvação, que é o seu fim último. A roda da Fortuna também retorna ao ponto inicial.

O cristianismo é uma religião ética, de práticas religiosas diretamente imbrincadas na experiência cotidiana. Diante disso, a vivência individual e coletiva não é isenta de responsabilidades, pois dentro desse sistema religioso, cada qual é responsável por seguir os Evangelhos, e auxiliar os demais que o sigam, já que é preciso evangelizar, levar a Palavra; é preciso ter uma vida venturosa para alcançar a Salvação e ser digna de seu sacrifício. Se a aspiração máxima individual (embora não se possa falar em indivíduo do ponto de vista moderno na Idade Média, por razões óbvias) é à Salvação através de uma vida bem-aventurada e piedosa, dentro do que se poderia chamar de uma ascese cristã, o mesmo se pode dizer que ocorre para uma coletividade. Sobretudo quando ela passa a enxergar a si mesma enquanto tal. A *urbs* ou a *ville*, a ou a *cittá* que mais tarde darão corpo à comuna, partilham também do propósito ético da Salvação.

A prática cristã precisa ser cotidianamente reiterada através dos ofícios das horas, da presentificação da promessa de Salvação pela eucaristia nas missas, e ciclicamente

comemorada, com os festejos que demarcam passagens importantes da vida de Cristo. O Cristianismo é uma religião que se desdobra pelo calendário. As vidas exemplares também são objeto de adoração e comemoração, os santos possuem festas e datas que rememoram seus martírios e seus feitos. É, portanto, uma religião da memória. É certo, pois, afirmar que a Encarnação trouxe um sentido histórico ao tempo, e que a Idade Média produziu historiadores, com uma produção histórica consciente e abundante, e teve ela mesma uma preocupação bastante acentuada em preservar e contar a sua história, almejando preservá-la para fazê-la inscrever no Livro dos Destinos, já que é ao passado que Deus lançará seu olhar quando vier julgar os vivos e os mortos, portanto é a história que será julgada, de cada homem e de cada povo, e não os indivíduos em si.

A história do mundo estava dividida inicialmente em seis grandes “idades”, datadas em grandes eventos bíblicos, que fazem uma nítida correlação simbólica com a própria Criação, que foi feita, segundo as Escrituras, em seis dias. No sétimo, Deus teria descansado e contemplado a Criação. Por isso o mundo não conheceria uma sétima idade, visto que ela seria a suspensão do próprio tempo. É preciso notar que a compreensão do tempo medieval não é a de uma simples sucessão de acontecimentos, ela obedece a uma lógica, que é reiterada de tempos em tempos, ou seja, essa concepção de devir transcende a mera disposição cronológica, constituindo, em realidade, um conjunto de fases, que se sucedem, e que completam o projeto da Providência, confirmado pela Encarnação, porém que possui também uma dimensão cíclica dentro, claro, da linearidade da qual é parte. O teólogo medieval Santo Agostinho de Hipona (c. 354-430) é quem primeiramente propõe em sua obra *De Catechizandis Rudibus* (Sobre a Catequização dos não-instruídos) a divisão da história do mundo em seis idades, baseado na Bíblia:

Peractis ergo quinque aetatibus saeculi, quarum prima est ab initio generis humani, id est, ab Adam, qui primus homo factus est, usque ad Noe, qui fecit arcam in diluvio, inde secunda est usque ad Abraham, qui pater dictus est omnium quidem gentium (...); Nam tertia est ab Abraham usque ad David regem: quarta a David usque ad illam captivitatem, qua populus Dei in Babyloniam transmigravit: quinta ab illa transmigratione usque ad adventum Domini nostri Jesu Christi.<sup>85</sup> (Sto Agt., *De Catechizandis Redibus*, 22)

---

<sup>85</sup> ...após terminar, portanto, as cinco idades do mundo, sendo que a primeira idade corresponde ao início da raça humana, ou seja, de Adão, que foi o primeiro homem jamais feito, até Noé, que fez a arca do Dilúvio, a segunda idade se estende até o período de Abraão, que era chamado o pai de todas as nações (...) Na verdade, a terceira vai de Abraão até rei David: a quarta vai de David até o Cativoiro, quando o povo de Deus é transportado até a Babilônia; a quinta da migração até o Advento de Nosso Senhor Jesus Cristo; cuja chegada inicia a sexta idade, que está em processo. Santo Agostinho. *De Catechizandis Rudibus*, 22. In: The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/augustine/catechizandis.shtml>.

Dos seis dias da Criação saíram as *seis idades* do mundo, que, aliás, envelhece (mundo senescit) rumo ao seu fim. O sétimo dia corresponderia ao descanso eterno após a destruição final, aquele período de bem-aventurança do qual fala as Escrituras, já que não se pode esquecer que Deus contemplou a Criação no sétimo dia, e é por essa razão que não haveria uma sétima idade para o mundo, e sim a sua total extinção. A *idade* na qual se situaria a Idade Média, diante dessa concepção, seria a última, a da Encarnação, à qual não é marcado um fim, porém o fim de todos os tempos, do próprio tempo:

Prima igitur aetas mundi ab Adam usque ad Noe. secunda a Noe usque ad Abraham. tertia ab Abraham usque ad David. quarta a David usque ad Danihelem. quinta a Daniele usque ad Iohannem Baptistam. sexta a Iohanne usque ad iudicium, in quo dominus noster Iesus Christus veniet iudicare vivos ac mortuos et seculum per ignem.<sup>86</sup>

Dessa maneira, enquanto se aguarda pela Segunda Vinda, inaugura-se a noção que permeará em diferentes medidas o cotidiano medieval, o de um presente enquanto uma longa espera, uma preparação para o final da vida humana e de todos os ciclos da Criação. Presente este que precisa estar em contínua observação de si mesmo para assegurar que a graça da Salvação possa ser alcançada. É por esse motivo que é preciso aprender com os feitos dos antigos, com os tempos passados, pois a graça depende da correção da conduta, ela só poderá ser alcançada mediante a retidão da ação. A história da humanidade é, a rigor, a sexta idade.

O sentido histórico que o cristianismo delega ao tempo, e mais, a concepção agregada de que esse devir sobre o tempo aspira à ventura da Salvação, trouxe à Idade Média uma contínua necessidade de contar os seus feitos, de significá-los, e de, ao fazê-lo, encontrar uma forma de resguardar, e conservar essa memória para que esta convergisse, e exercesse sua função enquanto aprendizado, como mestra da conduta humana, enquanto “espaço possível da Salvação”. Pois, é na vivência que o homem, e os povos, experimentam de seu passado o que foi bom, e é na forma como exercem seu presente, de modo a não repetir o que foi feito de errado ou iníquo, e a rememorar o que houve de grandioso, que podem almejar uma ascensão espiritual que lhes conduza ao propósito máximo de suas vidas – a Salvação. E, assim, ser

---

<sup>86</sup> A primeira idade do mundo se estende de Adão até Noé. A segunda, de Noé até Abraão. A terceira de Abraão até David. A quinta de Daniel até João Batista. E a sexta, de João até a vinda de nosso senhor Jesus Cristo para julgar os vivos e os mortos e as eras pelo fogo. *Historia Brittonum*, I. In: The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/histbrit.html>. Essa crônica, escrita no séc. IX, cuja autoria não é exatamente conhecida, mas que costuma ser atribuída ao monge galês Nênio, por conta de um prólogo escrito em primeira pessoa, e que constituiria, na verdade, de uma interpolação tardia, algo comum na Idade Média. Essa crônica, escrita em latim, narra a história da Britânia entre os séculos V e VII. O que abre caminho para a argumentação de que talvez o manuscrito se baseasse em uma fonte ainda mais antiga. O trecho citado acima, foi editado por Theodore Mommsen, e baseia-se no manuscrito Harleian 3859, manuscrito (dos 33 remanescentes) mais completo e preservado, e que atualmente encontra-se preservado na Biblioteca Britânica.

digno da escolha de Deus. Nesse sentido, a história conforma-se em um “tempo privilegiado”, pois, ao subvertê-lo e pairar acima dele, colocaria a si mesma fora desse mesmo tempo, que tem uma origem, um percurso e um fim, garantindo que a memória da ventura de um indivíduo ou de uma coletividade se eleve e ultrapasse a vida de seu portador, e seja, então, um testemunho de seus feitos no dia do Juízo final – em que todos os tempos serão suspensos, e restará apenas o passado. Ou seja, a própria história.

### **3.2 – A história na Idade Média:**

Embora a história não tenha sido uma disciplina autônoma e ensinada nas escolas e universidades, e sim apenas uma disciplina auxiliar da gramática, e a atividade de historiador não conformasse uma profissão, a escrita de história na Idade Média foi uma atividade constante, profícua e bastante exercitada, e nada isenta de preocupações. Até o séc. XII a história foi praticada quase que exclusivamente por clérigos, dentro de mosteiros e abadias, pois seu exercício requeria uma erudição que não havia em outros espaços, assim como acesso às fontes antigas e aos livros, caros demais, grandes demais para existir em meio laico, salvo algumas poucas exceções de uso quase sempre doméstico e religioso.

Segundo nos indica o historiador Bernard Guenée, que longamente estudou os gêneros históricos da Idade Média, embora os mosteiros e abadias fossem os locais mais propícios à prática histórica, esta nem sempre ocupava ali uma posição de destaque, não sendo a atividade intelectual fundamental daqueles espaços, o que ficava a cargo da Teologia. Entretanto, isso não impediu que alguns monastérios se tornassem grandes centros de história, como Saint-Denis, por exemplo. (GUENÉE: 2002, p. 523)

Mas, o que seria a história para o medievo? E como encaravam-na os que dela se dedicavam enquanto atividade de cultura e erudição? Qual o papel que ocupava em sua cultura para exercer tanto fascínio? Sobre essa questão nos debruçaremos de agora em diante, e para tal, deixaremos falar as vozes da Idade Média.

Conforme vimos mais acima, no séc. V, Santo Agostinho de Hipona (c. 354-430) foi o primeiro teórico cristão a estabelecer uma periodização histórica para o mundo, dividido, então, segundo a tradição velho-testamentária das seis idades, ou ciclos de mil anos. Sendo a última, a que se iniciaria com a Encarnação, a que situaria a Idade Média.

No séc. VI, Gregório de Tours (c. 539-594), bispo da cidade de Tours, escreveu uma obra que abrange dez volumes sobre a história do mundo desde a Criação até 591. No primeiro livro de sua obra *Historiarum*, o bispo de Tours escreve:

Scripturus bella regum cum gentibus adversis, martyrum cum paganis, ecclesiarum cum hereticis, prius fidem meam proferre cupio, ut qui ligirit me non dubitet esse catholicum. Illud etiam placuit propter eos, qui adpropinquantem finem mundi desperant, ut, collectam per chronicas vel historias anteriorum annorum summam, explanitur aperte, quanti ab exordio mundi sint anni. Sed prius veniam legentibus praecor, si aut in litteris aut in sillabis grammaticam artem excessero, de qua adplene non sum inbutus; illud tantum studens, ut quod in ecclesia credi praedicatur sine aliquo fuco aut cordis hesitatione reteneam, quia scio, peccatis obnoxium per credulitatem puram obtinere posse veniam apud Deum. Credo ergo in Deum patrem omnipotentem.<sup>87</sup>

Nesse livro, Gregório de Tours, pretende escrever “sobre as guerras dos reis”, as “adversidades dos martírios contra os pagãos” e da “Eclésia contra o os hereges” e pretende recolher as “*crônicas e as histórias*” de todos os anos passados desde a criação do mundo, evidenciando uma preocupação propedêutica. Pensando naqueles que aguardam o “fim do mundo”, Gregório de Tours procura oferecer, não apenas uma contagem, porém, através de sua narrativa, uma espécie de preparação, uma forma de se conhecer o que houve “como [os anos] passaram desde que o mundo começou” e se preparar para o que virá. Para a consecução de tal empreendimento, o bispo de Tours lançará mão da recolha das “*crônicas e histórias*” antigas para poder recontar os acontecimentos dos anos passados e oferecer um relato que seja útil em seu tempo presente. Entretanto, empregaria duas palavras que apareceriam bastante em outros textos históricos medievais para designar esses acontecimentos de tempos já idos, aparentemente delegando-lhes sentidos distintos: *crônica* em oposição à *história*. Tal oposição foi bastante comum durante alguns séculos, pois perdurava a noção de que a crônica se baseava em fatos mais sucintos e a história sobre fatos mais recuados, sobre os quais empregava maior erudição. Entretanto, tal oposição nem sempre esteve nítida ou foi utilizada durante a Idade Média. Percebe-se, ao contrário, sobretudo ao se analisar obras advindas do mundo monástico que intentavam sistematizar o conhecimento existente através da interpretação escriturária, adaptando os conhecimentos pagãos ao sistema simbólico cristão, fazendo com que, em certa medida, as noções das diferenças entre os gêneros históricos, e do papel do historiador, apontados desde a

---

<sup>87</sup> “Antes de me propor a escrever sobre as guerras dos reis contra as nações inimigas, das adversidades dos martírios contra os pagãos, da Eclésia contra os hereges, mas, quero, em primeiro lugar, expor a minha fé para os que me leem, não hesitem de que sou católico. Uma outra razão, para aqueles que sofrem com a aproximação do fim do mundo, determino-me a indicar claramente o número dos anos que escorrem desde início, e assim a recolher nas crônicas e histórias dos anos passados para que saibamos exatamente como passaram desde que o mundo começou. Pedirei a indulgência do leitor se me escapou, tanto na letra quanto nas sílabas algum regra de gramática da qual não estou corretamente instruído; Só me apliquei ao cuidado, sem alteração nem hesitação do coração, o que a Igreja prega de fé, pois sei que aquele que é subserviente ao pecado, pode obter, através de uma fé pura, o perdão de Deus. Creio, portanto, eu Deus pai, todo-poderoso. Gregório de Tours.” *Historarum*. I. In: The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/gregorytours/gregorytours1.shtml>.

Antiguidade, passassem por uma espécie de filtro. E dentro desse filtro, as noções de gênero histórico passaram a se equivaler. Podemos percebê-lo, um pouco mais tarde, em Isidoro de Sevilha (c. 560-636), teólogo espanhol que viveu entre os séc. VI e VII, em sua bastante conhecida obra *Etymologiae*, define história como: “Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur. Dicta autem Graece historia APO TOU ISTOREIN, id est a videre vel cognoscere”<sup>88</sup>.

Então, Isidoro define história como uma narrativa de feitos passados e a coloca junto da sessão que dedica à gramática. Mais adiante na mesma obra, Isidoro de Sevilha, identifica os gêneros históricos: “Genus historiae triplex est. Ephemeris namque appellatur unius diei gestio. (...) Kalendaria appellantur, quae in menses singulos digeruntur Annales sunt res singulorum annorum...”<sup>89</sup> Sobre as diferenças entre os gêneros históricos o eminente historiador francês Bernard Guenée, em seu célebre artigo *Histoires, Annales, Chroniques*, estabelece uma longa explanação comparativa para tentar encontrar uma definição satisfatória para os gêneros de narrativa histórica praticados na Idade Média. E, para tanto, chama-nos a atenção sobre o diferente emprego desses três termos.

Guenée parte da afirmação de que crônicas e anais são gêneros narrativos históricos distintos, que mantêm uma relação com o tempo que narram igualmente distinta. O autor dá conta de uma mudança de perspectiva nos estudos medievais, ocorrida na segunda metade do séc. XX, no sentido de promover o entendimento entre os especialistas de que a produção histórica medieval é genuína e merece ser encarada como tal, tendo como a maior de suas expressões a crônica. Para sustentar a argumentação de que as crônicas são construções historiográficas conscientes, Bernard Guenée faz um uma reconstituição do próprio conceito de história à luz dos pensadores que dela se ocuparam, e começa partindo da Antiguidade.

Os primeiros historiadores romanos conheciam a etimologia da palavra história, então, sabiam que seu primeiro significado foi o de “aquele que vê”, “testemunha” de algo, “aquele que presencia”. Portanto, os primeiros historiadores da Antiguidade se preocupavam com os fatos que tinham presenciado, ou seja, aqueles que haviam ocorrido no tempo de suas vidas, no tempo presente, em contraposição aos *anais*, que versariam sobre fatos ocorridos há um período de tempo mais recuado. É assim que começaria a oposição entre *anais*, narrativa do

---

<sup>88</sup> “História é a narração dos fatos acontecidos, pela qual se conhecem sucessos que tiveram lugar em tempos passados. Ela é chamada em grego Apo Tou Istorein, que significa, ver ou saber.” Isidoro de Sevilha. *Etymologiae*, I, 41.

<sup>89</sup> O gênero histórico é triplo. Efeméride é aquilo que ocorre em um único dia. (...) São chamadas Kalendas o que nos meses ocorre. Anais são os acontecimentos de ano a ano.

Ibicit, 44.

passado, e *história*, narrativa da vida e do tempo presente, comum à Antiguidade Clássica. O historiador grego, Tucídides escreve sobre a guerra que presenciou em vida, a guerra do Peloponeso, Marcelino Ammiano, outro exemplo, escreve sobre os acontecimentos do séc. IV a.C, o que viveu. Sobre a preocupação com os fatos narrados, B. Guenée ilustra com o seguinte fragmento em que cita Verrius Flaccus e Sepronius Asellio, a distinção, que faziam, entre *anais*, que apenas compilam os fatos ocorridos ano a ano, as *efemérides*, que narram os fatos diários a exemplo de um jornal, da *história*, sobre a qual reside ainda outra preocupação, a de narrar os fatos verdadeiros, e também investigar quais foram os seus motivos e causas:

Verrius Flaccus lui-même reconnaît que, si l'étymologie la justifie, il n'y adhère plus. Et d'ailleurs la définition cicéronienne «*Historia est gesta res ab aetatis nostrae memoria remota*» («*l'histoire parle d'un fait réel, antérieur à notre génération*») prouve assez qu'elle était généralement tombée en désuétude.<sup>90</sup> (GUENÉE, 1973, p. 999)

Cícero no *De Inventione*, de fato diz que a *história* é aquilo que fala de um fato real, ocorrido à geração passada (*Historia est gesta res, ab aetatis nostrae memoria remota*<sup>91</sup>) e atrela a concepção de verdade à *historia*: *Nam quis nescit primam esse historiae legem, ne quid falsi dicere audeat?*<sup>92</sup>

Segundo B. Guenée, Sempronius Asellio (c.159- 91 a.C), tribuno militar na cidade de Numance, fará uma oposição bastante clara entre *anais* e *história* no prefácio de sua obra, na qual escreve a *história* de Roma, a de que os *anais* se preocupariam em oferecer uma compilação de fatos ano a ano enquanto a *história* se ocuparia de explicar como tais fatos ocorreram e porquê. Então, reside aí uma nova preocupação, a de que a *história* não seria apenas o mero testemunho, ou a compilação de fatos relevantes que ocorreram no passado, e sim algo sobre o qual incidem causas e efeitos. Cícero não ignora as definições de Sempronius, mas percebe que somente pelas leis da retórica a *história* poderia atingir seus objetivos, tanto no que condiz a dizer apenas a verdade, como no caráter didático que necessariamente possuiria, pois sendo *lux veritate*, luz da verdade e *magistra vitae*, mestra da vida, e depende tanto dos fatos, que narra, como da arte da expressão – a forma como narra — para ser exitosa.

---

<sup>90</sup> Se Verrius Flaccus admite que a etimologia a justifica, não a acrescenta. E, além disso, a definição de Cícero «*Historia est gesta res ab aetatis nostrae memoria remota*» (“a *história* fala de um fato real, anterior a nossa geração”) prova que geralmente caíra em desuso. GUENÉE, Bernard. “Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge”. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 28e année, n°. 4, 1973, p. 997-1016, p. 999.

<sup>91</sup> Cícero. *De Inventione*, 1, 22. In: The Latin Library: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/inventione1.shtml>

<sup>92</sup> Quem ignora que a primeira lei da *história* é não dizer nada falso? E a segunda é ousar dizer a verdade? *De Oratore*, XV, 65.

Embora com definições fluidas, os historiadores clássicos, de acordo com o artigo de Guenée, não possuíam uma visão negativa da história, a entendiam como uma narrativa, portanto, esta estaria sujeita às leis da retórica, e, sendo assim, contrapunham três modalidades narrativas de reconto do tempo passado: uma mais imediata e cotidiana, as *efemérides*, que se ocupavam de eventos dia a dia; uma instância intermediária, os *anais*, que contemplavam os eventos ocorridos ano a ano, e a *história*, que não necessariamente se debruçava sobre tais eventos, diários e anuais, mas sobre um passado mais recuado, mais antigo. E, sobretudo, para os historiadores da Antiguidade, a história se ocuparia de fornecer as razões, causas e motivos para os acontecimentos, e não meramente uma compilação de feitos e fatos mais e menos gloriosos. Posteriormente, quando aparecem os primeiros historiadores cristãos, tal concepção muda um pouco de feição, pois o sistema simbólico cristão em parte exclui os pagãos, e novos problemas são introduzidos, como o de situar a história dos hebreus e dos demais povos pagãos que não eram contemplados pelos historiadores clássicos, e estabelecer um paralelo com as hierarquias existentes em Roma, entre magistrados, cônsules e juizes e as que estariam presentes nas Escrituras. (GUENÉE, 1973, p. 1000)

Eusébio de Cesaréia (c. 265-339), historiador cristão de língua grega que viveu no séc. IV, e escreveu um tratado em que dividiria em duas partes a história do mundo. Na primeira parte, Eusébio de Cesarea teria feito um estudo sobre os sistemas cronológicos dos povos antigos, comparando-os aos dos hebreus. Na segunda parte, os eventos, segundo B. Guenée, estariam datados de acordo com as regras “anteriormente estabelecidas”. A esse trabalho, Eusébio de Cesária teria intitulado “Cânones Cronológicos e Breve História Universal dos Gregos e Bárbaros”, porém sua obra mais conhecida seria *A História Eclesiástica*. (GUENÉE, 1973, p. 1000). O que se nota é que, até aí, o que distinguia o historiador do analista era basicamente o estilo da exposição e da composição, sendo os dois termos – história e anais – basicamente sinônimos.

Em 381, São Jerônimo (c. 347-420), Doutor da Igreja, traduziu para o Latim a obra de Eusébio de Cesaréia, e mencionou, segundo Guenée, a expressão “temporum liber” (livro do tempo), tendo, onze anos mais tarde, voltado a se referir a ela como *Chroniconomnimodae historiae* (Crônicas de História Geral). Mais adiante, Rufino de Anquileia (c. 340?-410), traduziria o primeiro trabalho de Eusébio de Cesarea, *Breve cronologia*, utilizando o vocábulo latino neutro, no plural, *chronica* (crônicas). Então, conforme tenta demonstrar Guenée, a obra de Cesarea teria fornecido um exemplo concreto da diferença de usos

existente entre os termos *crônica* e *história*. A crônica se debruçaria, então, sobre fatos concisos, a história se ocuparia de fatos mais completos, dos quais nos forneceria as razões e as causas. O que nos parece mister observar é que os primeiros séculos da Idade Média conheceram o emprego simultâneo dos termos história, crônicas e anais, tomados de forma generalista e com significados intercambiantes para designar qualquer obra que se ocupasse da narração de fatos passados, como podemos ver ilustrado em Gregório de Tours, no primeiro livro de sua *Historiarum*, diz:

De subpotatione vero huius mundi evidenter chronicae Eusebii Caesariensis episcopi ac Hieronimi presbiteri prolocuntur et rationem de omni annorum serie pandunt. Nam et Horosius diligentissime haec inquaerens, omnem numerum annorum ab initio mundi usque ad suum tempus in unum colligit.<sup>93</sup> (GT. His, I)

Nota-se que o autor opta pelo emprego do termo “crônicas” para designar a obra do bispo Eusébio de Cesarea, cujos títulos em grego, não nos custa lembrar são: “*Cânones Cronológicos e Breve História Universal dos Gregos e Bárbaros*” e “*História Eclesiástica*”. Até o século XII o emprego desses três termos, *anais*, *crônicas* e *história* como palavras de significados equivalentes pode ser encontrado com frequência nos textos históricos medievais. Alguns autores, inclusive, utilizam-nos de forma simultânea, fazendo-nos perceber o caráter fluido, pelo menos concernente ao vocabulário, da noção de passado recente e passado remoto, e de história enquanto narrativa de vida.

O biógrafo de Carlos Magno, Einhard (c.817-829), no séc. IX, em sua *Vita Karoli Magni* (Vida de Carlos Magno) utiliza o termo latino *historiae* uma única vez, quando, ao narrar os gostos do imperador pelas artes e pelos entretenimentos, refere-se aos livros: *Legebantur ei historiae et antiquorum res gestae* (as leituras que eram feitas eram sobre as histórias e feitos de reis ...),<sup>94</sup> em todas as outras ocasiões, mesmo quando claramente o sentido é o de história, Einhard emprega o vocábulo *memoriaem*, *posteritatis memoriae*<sup>95</sup> (posteridade) ou *vita*, *vitam* – *vitam et convesationem*, *vida pública e privada* – ou *rex gestae* (vida, ou feitos do rei) e não *história*.

---

<sup>93</sup> Sobre a cronologia deste mundo, as crônicas de Eusébio, bispo de Cesaría, evidenciam claramente apresentando um cálculo de toda a série dos anos. Assim como Horósio, diligentemente pesquisou e fez a cronologia completa de todos os anos desde o início do mundo até os dias de seu tempo. Gregório de Tours. *Historiarum*, liber primus. In: The Latin Library, disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/gregorytours/gregorytours1.shtml> Tradução minha.

<sup>94</sup> Einhard. Vida de Carlos Magno, 24. In: <http://www.thelatinlibrary.com/ein.html>. Tradução minha.

<sup>95</sup> *Ibicit.* ...Satusque iudicavi eadem cum aliis velut communiter litteris mandata **memoriae posterorum** tradere quam regis excellentissimi et omnium sua aetate maximi clarissimam vitam et egregios atque moderni temporis hominibus vix imitabiles actus pati oblivionis tenebris aboleri. Grifo nosso. Na tradução para a língua inglesa, feita por Samuel Epes Turner em 1880 e publicada em Nova Iorque: “In any event, I would rather commit my

Alberto de Aix, ou Alberto de Aix-la-Chapelle, que foi *custos*, curador na Abadia de Aachen, nascido por volta de 1100, de quem pouco se sabe sobre a vida, mas de quem se conhece a obra sobre a primeira Cruzada, a que intitulou de *Historia Hierosolymitanae expeditionis* (História da Expedição à Jerusalém), que também aparece mencionada como *Chronicon Hierosolymitanum de bello sacro* (Crônica da Guerra Santa Jerusalém) ilustra bem o uso concomitante dos dois vocábulos (crônica e história) para designar o mesmo tipo de narrativa histórica.

Otto de Freising (c. 1114-1158), bispo da cidade de Freising, nos idos do séc. XII, em uma de suas obras mais conhecidas, *Chronica sive Historia de duabus civitatibus* (Crônica ou História de Duas Cidades), que compreende uma espécie de comentário sobre as obras de Santo Agostinho e Orosius, utiliza em seu título os vocábulos *crônica* e *história* delegando a eles o mesmo sentido. Somente ao final do séc. XII parece haver um refreamento quanto ao uso do termo anais em detrimento de crônica e história, e no século XIII, o termo anais praticamente desaparece.

Gervásio de Canterbury (c. 1141-1210), ao final do séc. XII traz no prólogo de sua *Chronicam Gervasii*, em que escreve sobre a história da Inglaterra, uma breve reflexão sobre os usos dos termos anais, história e crônica no qual podemos ver uma mudança de perspectiva quanto aos usos e alcances da crônica e da história:

Sanctorum vero orthodoxorum patrum gloriosa et imitanda exempla continentur in historiis vel annalibus, quae alio nomine Chronica nuncupatur. (...) Historici autem et cronici secundum aliquid una est intentio et matéria, sed diversus tractandi modus est et forma varia. (...) Forma tractandi varia, quia historicus diffuse et eleganter incedit, cronicus vero simpliciter gradituret breviter (...). (GC, I, I)<sup>96</sup>

Percebe-se que o autor faz uma distinção mais a cunho de estilo entre a crônica e a história, e não de objeto “*una materia*”, em que a *história* se ocuparia de um relato mais

---

story to writing, and hand it down to posterity in partnership with others, so to speak, than to suffer the most glorious life of this most excellent king, the greatest of all the princes of his day, and his illustrious deeds, hard for men of later times to imitate, to be wrapped in the darkness of oblivion.” [Em qualquer evento, eu preferiria comprometer minha estória para escrever, e delegá-la à posteridade em parceria com outros, para que o digam, a infligir à mais gloriosa vida do mais excelente rei, o maior de todos os príncipes de sua época, e seus ilustres feitos, difíceis de serem imitados pelos homens de épocas posteriores, ser envolta na escuridão do oblívio. É minha a tradução em português.

<sup>96</sup> Os exemplos gloriosos dos santos padres da Igreja a ser imitados estão contidos nas histórias ou anais, que é chamado pelo nome de crônica. (...) Historiadores e cronistas, no entanto, possuem a mesma intenção e matéria, mas diferem no método e na forma. (...) Muitos são pronomes de tratamento dos historiadores, o que a faz da história uma sucessão difusa e elegante, crônicas são sucessões simples e breves... Gervásio de Canterbury, “*Chronicam Gervasii*”. The Historical Works of Gervase of Canterbury. Ed. de W. Stubbs, t. I, Londres, 1879, p. 87.

pormenorizado, detalhado e repleto de figuras de estilo “forma tractandi varia, quia historicus diffuse et eleganter”<sup>97</sup>, diferentemente da *crônica*, que seria um relato mais breve e simples dos acontecimentos, “simpliciter et breviter”. Há aqui uma espécie de retorno às concepções de Cícero, como a de “história mestra da vida”, entretanto ainda pode-se encontrar certa generalização em relação aos objetivos e limites da história, não tanto mais quanto às propriedades do passado que narra, se menos ou mais remoto, porém quanto à forma como expõe esse mesmo passado. É na narrativa de *exempla* de homens modelares (gloriosa et imitanda), no caso acima, dos santos, que são o ápice da concepção de vida venturosa medieval, ou seja, através da história, que estes “modelos” tornam-se acessíveis a serem imitados. A partir do final do século XIII e ao longo de todo o XIV os historiadores medievais irão se servir quase que exclusivamente do termo *crônica*, porém, irão resgatar a narração da história não apenas com a preocupação com a verdade, mas também, em estabelecer as relações causais dos eventos, para que se possa extrair deles seu caráter exemplar, didático, como fica claro no prefácio de Giovanni Villani:

...ma per dare materia a' nostri successori di nonn-essere negligenti di fare memorie delle notevoli cose che averranno per gli tempi apresso noi, e per dare esemplo a quegli che saranno delle mutazioni e delle cose passate, e le cagioni, e perché; acciò ch'eglino si esercitino adoperando le virtudi e schifino i vizii, e l'avversitadi sostegnano con forte animo a bene e stato della nostra repubblica<sup>98</sup>.  
(GV, I,1)

### **3.3 – A urbanização e o avanço da intelectualidade laica – A memória e a crônica cidadinas**

Como vimos, é através do emprego sistemático das práticas de meditação e memória, que estão no cerne dos *scriptoria* e bibliotecas, que o monasticismo cria um ambiente propício para a contínua produção intelectual e para a conservação e processamento de todo o conhecimento que nos chegou da Antiguidade.

A memória medieval é parte essencial de todo e qualquer trabalho intelectual, exercido em sua plenitude dentro dos círculos monásticos (mas lá, nunca ocupa espaço de exclusividade, dividindo-se entre as demais atividades diárias de um monge), porém não restrito unicamente a eles, como, sendo também praticada nas esferas laicas da sociedade onde havia produção de conhecimento, ou seja, nas escolas, cujo apogeu ocorre a partir do

---

<sup>97</sup> *Ibid.* Pg. 87

<sup>98</sup> ...para dar exemplo aos que vierem depois das mudanças e das coisas que aconteceram, das suas razões e causas; para que possam se exercitar praticando as virtudes e repelindo os vícios, e enfrentar as adversidades com o espírito forte para o bem e estabilidade de nossa república. Giovanni Villani, I, 1.

século XII, e mais tarde, nas universidades, a partir do séc. XIII. Exercitada primeiro nas *scholas* urbanas e posteriormente nas *universitas*, a atividade intelectual, da qual a meditação e a memória são elementos fundamentais, era desempenhada pela figura dos clérigos<sup>99</sup>, que nem sempre eram monges seculares, porém, muitas vezes, homens voltados para o ensino e a escrita enquanto um ofício. Como nos aponta o historiador Jacques Le Goff, esse tipo de profissional especificamente voltado para atividades intelectuais aparece com o avanço da urbanização do séc. XII, sendo um fenômeno intimamente relacionado com florescimento das cidades:

Um homem cujo ofício é escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente tem uma atividade de professor e de erudito, em resumo, um intelectual – esse homem só aparecerá com as cidades.<sup>100</sup> (LE GOFF: 1996, p. 26)

E como tal, definem-se a si mesmos como modernos. Palavra que serviria também para designar mais tarde o espírito urbano, e a ideia de progresso que surge, sobretudo, nas comunas italianas. Esses homens que tem como ofício o ensino e a escrita sabem estar fazendo algo novo, veem a si mesmos enquanto “homens novos”, e são os responsáveis por ensinar, reinterpretar, e não raras vezes, imitar, o conhecimento da Antiguidade, levando-o para territórios mais alhures do que se debruçar apenas sobre as Escrituras. Fazem-no também, tomam como referência e raiz de todo o conhecimento o conhecimento Bíblico, encaram-no também enquanto ciência, porém o que os preocupa está mais relacionado com um “ensino especializado”, o das “artes liberais”, as disciplinas escolares, já que as Escrituras e os Patrícios da Igreja devem ficar a cabo da Teologia: “O intelectual do século XII é um profissional, com seus materiais básicos, os antigos, com suas técnicas, a principal das quais é a imitação dos antigos”. Utilizam esse conhecimento trazido da Antiguidade, quase sempre neoplatônico, para avançar, tecer novas interpretações e ir mais longe, para criar conteúdos novos. (LE GOFF: 1996, p. 36)

Em meio a todas as transformações que rapidamente ocorrem nas cidades, onde há um constante e contínuo intercâmbio de pessoas, mercadorias, laços de poder, culturas, gera-se em certa medida um sentido de progresso, que estará presente nas reivindicações comunais, e no próprio entendimento que a cidade medieval dos séculos XIII e XIV adquire de si, o de *modernitas*. Mas, como sabiamente nos diz Jacques Le Goff, “a cidade não surge no Ocidente nessa época como um inesperado cogumelo” é antes de tudo o resultado de uma série de

---

<sup>99</sup> De *clercs*, vocábulo francês de difícil tradução, mas que, por convenção, chamaremos de clérigos.

<sup>100</sup> LE GOFF. Jacques. Os Intelectuais na Idade Média, p. 26.

fatores que, paulatinamente agrupados em um longo processo de transformações, criaram a ambiência propícia para o processo de florescimento urbano que se verifica com mais contundência a partir do séc. XII, mas que lhe antecede em causas. (1996, p. 30)

As cidades romanas do período do Baixo Império jamais deixaram de existir, porém foram se deteriorando pela falta de manutenção dos edifícios públicos, até a total extinção de novas construções e a utilização das ruínas remanescentes para a edificação de pequenas igrejas e casas particulares. O declínio da rede administrativa e fiscal que as governavam, fato intensificado pela degradação paulatina das estradas que as abasteciam e interligavam contribuíram para seu desmantelamento. Com isso, em virtude da descentralização administrativa de poder dos reis germânicos, as cidades romanas em seu interior não abrigavam mais do que algumas centenas de habitantes, agrupados em torno de um chefe militar, administrativo ou religioso. Porém, é certo que houve a permanência de muitas dessas cidades, principalmente em Itália, que sofreram transformações e adaptações ao longo do tempo, como nos aponta o Prof. Dr. português Roberto de Sá Lopez:

E, com efeito, é muito provável que na Alta Idade Média tenham persistido num bom número de cidades de origem romana, especialmente em Itália, atividades colectivas que nunca foram interrompidas por serem indispensáveis, como a manutenção e a defesa das muralhas e da ordem pública interna, uma certa manutenção das pontes e dos esgotos (...) Mas sem adaptação não há vida, apenas há os esqueletos evocados por Carducci na Consulta araldica.<sup>101</sup>

Também nesse sentido nos indica o medievalista francês Jérôme Baschet: “as cidades, e com elas a cultura urbana que compunham o coração da civilização romana, não são mais do que a sombra delas mesmas<sup>102</sup>”, e com a descentralização político-territorial que se seguiu, como vimos, ao colapso do Império Romano, as cidades entram em acentuado declínio a partir do séc. V e VI. Mas, antes de prosseguirmos, é preciso fazer a ressalva de que a permanência das cidades ainda que de forma incipiente, como esqueletos delas mesmas, não significa uma continuidade entre a Antiguidade e o medievo, ao contrário, para este elas tinham uma função que aquele desconhece inteiramente, a de ser um fórum.

Mesmo os territórios episcopais, e também, os “burgos” ou os “castelli” militares guarnecidos de muralhas, não reuniam em seu interior mais do que um punhado de pessoas, possuindo um mercado módico, para uso local, destinado às necessidades básicas. Muitos desses territórios se deslocam para o campo, ou para zonas geograficamente mais protegidas,

---

<sup>101</sup> LOPEZ, Roberto S. *A cidade Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 30.

<sup>102</sup> BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do Ano Mil à Colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2004, p. 55.

como nos informa prof. Roberto Lopez: “Acrescente-se que também na Alta Idade Média muitas séis episcopais se deslocaram do centro urbano das comunicações para a colina menos exposta aos ataques e à impaludação.” (LOPEZ, 1998, p. 25).

Sabe-se, também, que ao final da Alta Idade Média, os invernos tornaram-se menos rigorosos, tendo havido um expressivo aquecimento climático em quase toda a Europa, o que tornou cultiváveis e habitáveis áreas que antes eram locais de clima hostil. Com a introdução do uso trienal do solo e a difusão de algumas inovações técnicas como moinhos e rodas d’água, ocorreu um aumento na produtividade da agricultura, melhorando a oferta e disponibilidade de alimentos através de mais de uma colheita anual, o que contribuiu para a diminuição da mortalidade por doenças endêmicas – as pestes –, e como morrem menos crianças, as famílias ficam mais numerosas. Ocorre também, no mesmo período, um aumento expressivo da segurança com o arrefecimento das invasões escandinavas e árabes, diminuindo a mortalidade entre os homens jovens e propiciando a formação de grandes assentamentos sedentários, o que acarretou, posteriormente, na organização de aldeias e pequenas cidades muradas. Como o solo já não se exaure tão rapidamente, e os assentamentos tornam-se permanentes, novos materiais são utilizados nas construções, que cada vez mais deixam de ser de paliçada ou madeira para serem de alvenaria e pedras. As melhorias no campo, e o estabelecimento de rotas comerciais através de estradas, e principalmente, de veios fluviais mais seguros, impulsionam o comércio local, e os mercados regulares, hebdomadários e mensais, tornam-se uma atividade frequente e importante.

Os mercados são feitos nas aldeias, às vezes, nas cidades mais próximas, geralmente perto dos muros – os *burgos* – e nos ante pátios dos mosteiros e abadias. Neles são vendidos e trocados os produtos principais das regiões próximas, quase sempre víveres e hortifrutigranjeiros, e, nas das grandes cidades, pouco a pouco aparecem mercadorias de regiões mais distantes, de onde vem produtos mais sofisticados e caros, do Oriente ou de Córdoba. Isso se dá principalmente a partir da retomada de antigas rotas comerciais parcialmente dificultadas pela presença árabe no Mediterrâneo. Jacques Le Goff aponta o clamor do mundo mulçumano por “matérias-primas do Ocidente bárbaro”— escravos, peles, madeiras —, sobretudo, para satisfazer as suas “enormes clientelas urbanas” como um dos fatores responsáveis pelo aparecimento dos “portus”, locais de intercâmbios e entrecruzamento de rotas, aos quais chama de “embriões da cidade”, e que se desenvolvem nas cercanias das cidades episcopais ou dos *burgos* militares a partir do séc. X. (LE GOFF, 1996, p. 30) É verdade que boa parte do comércio de produtos exóticos permaneceu ativa

durante toda a Alta Idade Média, e a teoria do fechamento total do Mediterrâneo desenvolvida pelo historiador Henri Pirenne tenha sido inequivocamente superada pelas pesquisas arqueológicas recentes<sup>103</sup>, que encontraram em enterramentos anglo-saxões e escandinavos, artefatos sofisticados de regiões bastante distantes.

Embora incipiente, como vimos, o comércio de longa distância nunca deixou de existir, entretanto, tal como as cidades, alcança novo vigor a partir do século XII, principalmente através do esforço de guerra capitaneado pelas cidades italianas de Pisa, Gênova, Veneza, pelos catalães e normandos, na recuperação de regiões estratégicas da Sardenha, Sicília, Córsega e as Ilhas Baleares, liberando de vez o comércio no Mediterrâneo. Com essas vitórias, as cidades italianas adquirem privilégios e franquias de direitos comerciais e fiscais, beneficiando-se não apenas de sua localização geográfica extremamente favorável, porém das trocas incessantes com Bizâncio, onde inclusive gozam de privilégios e monopólios especiais. A expansão marítimo-comercial mediterrânea fortalece as cidades italianas, que passam a se fortificar com maior frequência e a receber uma intensa circulação de mercadorias, mercadores, moedas e pessoas, o que, mais tarde, irá também desenvolver ali a atividade cambial. O eixo de intercâmbio norte-sul que se intensifica por intermédio das cidades italianas, já que são os mercadores lombardos que atravessam os Alpes e estabelecem as rotas que ligam as regiões da França e da Alemanha, termina por permitir um vigor ainda maior das cidades italianas.

Os mercados locais não apenas colocam uma nova forma de organização espacial, que entrelaça o campo à cidade, e esta última se organiza em torno deles, como conformariam eles mesmos, locais de intercâmbio e fluidez de serviços e de culturas. São nesses espaços que as oficinas senhoriais vão se estabelecer, e se desenvolver, criando uma cultura de artesanato e ofícios, para mais tarde dar origem às corporações de ofício e às guildas. O mercado nas grandes cidades garante o suporte para o comércio de grandes distâncias, porém as atividades que o fazem prosperar são, quase sempre, a metalurgia e a tecelagem. Nesses espaços destinados aos mercados, estabelecem-se também as feiras, e graças a eles aparece um novo uso para a praça – local de encontros, de convivência, de intensa circulação de viveres e pessoas. Concomitante a esse aumento do comércio local e distante, de produtos exóticos e sofisticados, como as sedas, as especiarias orientais, ocorre também um aumento no intercâmbio de manuscritos, conseqüentemente da circulação desses.

---

<sup>103</sup> Refiro-me às recentes descobertas da tumba real de Sutton-Hoo, em Suffolk, Inglaterra, datada do séc. VII, onde foram encontradas peças da Escandinávia, artefatos de ouro da França, prataria de Constantinopla e seda síria. BASCHET, Jérôme. *A Sociedade Feudal: do Ano Mil à Colonização da América*, p. 54

Contudo, apesar de o comércio exercer um papel preponderante para o desenvolvimento das cidades no séc. XII, não podemos esquecer que o cerne da reafirmação urbana está em outra esfera, associada à função militar, principalmente no que tange à presença de alguma autoridade episcopal, condal ou principesca, com suas cortes numerosas, e o desdobramento, em torno destas, de uma rede de senhorio e vassalagem que por si só é agregador. Também essa presença irá moldar a feição das cidades medievais, por intermédio de uma sempre reiterada disputa de forças entre a autoridade dignitária, quer do bispo, do conde ou do rei, e o espírito autônomo de uma consciência de si, de sua força enquanto coletividade, que em última instância define as aspirações comunais.

A fusão gradual da antiga aristocracia romana e as populações bárbaras estabelecidas até então nos territórios de domínio do Baixo Império dão origem a um tipo de poder cujas raízes são germânicas – o *ban*, ou o direito de *banalidade*. Trata-se de um poder, mais, de um *direito* de comando bastante geral, que pode incidir desde o exercício da justiça, o comando estritamente militar ou a cobrança de algum privilégio. Esta é uma das expressões da relação feudo-vassálicas, que se consolidam primeiro no campo a partir do séc. XI, onde dão origem a uma construção típica da feudalidade: o *senhorio banal*. Essa tipologia de poder e essa “ordem dirigente” também incidem e provocam consequências para as cidades.

Se nos espaços urbanos as exigências são outras, como as necessidades, e neles os laços de vassalagem não deixam de existir, mas adquirem outras feições. As famílias aristocráticas, de origem nobre ou feudal, transferem-se para as cidades, para onde levam sua intrincada rede de relações e interesses. A partir do séc. XI, que demarca o grande período da urbanização medieval, o desenvolvimento urbano ocorre a partir de pequenos núcleos, que, por sua vez, gravitam ao redor de alguma autoridade senhorial – ou um senhor eclesiástico, um bispo, ou um senhor leigo, um conde. Este, em contrapartida, governa seus domínios a partir de seus palácios episcopais ou de seus castelos ou casas senhoriais e isso ordenará, de certa maneira, o espaço urbano.

Nas cidades italianas, geralmente os palácios e castelos estão localizados em colinas escarpadas, as *roccas*, de onde se pode ter o domínio da região e estar protegido de incursões indesejáveis. De um modo geral, a cidade cresce em torno desses locais, entremeados de campos e áreas cultiváveis, e um, ou mais, burgos periféricos. Constituindo-se, mais tarde, da união de dois burgos importantes. Dessa maneira, percebe-se que a cidade enseja e lança seu poder sobre todo o território a sua volta, no qual exercerá direitos de cobrança de taxas e demais privilégios.

Ainda sobre as cidades da península italiana, região sobre a qual se debruça essa pesquisa e a principal fonte por ela analisada, as famílias que exercerão papel preponderante posteriormente na vida comunal de Florença, onde participarão de acirradas disputas pelo poder local, são, sim, originárias, em sua grande parte, da aristocracia feudal. Aliás, muitas vezes essa origem longínqua e nobre será reivindicada quando da construção de uma personalidade comunal. Diante de tal fato, não é exagerado dizer que a cidade é permeada por suas origens agrárias e reflete em parte essas hierarquias:

Ressalta desses dados que no nível dos homens, em primeiro lugar, os laços das cidades com a sua “terra” — seu meio geográfico — são muito fortes e que a origem de sua população é sobretudo rural. Como essa população, segundo veremos, é muito móvel, pode-se dizer que a cidade é povoada em grande parte por camponeses recém-urbanizados. Insiste-se, e com razão, como veremos, no caráter semi-rural das cidades medievais. A penetração dos campos nas cidades faz-se inicialmente no nível dos homens. (LE GOFF, 1992, p. 13)

Contudo, a origem agrária da cidade medieval não obnubila que esta busca para si estabelecer uma *persona* própria, pautada nas especificidades que a diferem do meio rural. A *persona* de Florença, reivindicada pela memória urbana da qual Giovanni Villani é o maior representante, é nobre e romana:

...e fia dilettevole e utile e conforto a' nostri cittadini che sono e che saranno, in essere virtuososi e di grande operazione, considerando come sono discesi di nobile progenie e di virtuosose genti, come furono gli antichi buoni Troiani, e valenti e nobili Romani...<sup>104</sup> (GV, I,1)

Segundo o Prof. Dr. Roberto S. Lopez, o que se verifica é que até é comum que “um grande número de nobres menores liquidem as suas terras ou invistam receitas provenientes da agricultura no comércio”. (LOPEZ: 1998, p. 28) E mais adiante, afirma também:

As famílias que se põem à cabeça da comuna genovesa, tal com da de Pisa, são descendentes de viscondes, e isso revela uma diferença notável em relação às famílias que mais se distinguem em Marselha ou em Barcelona, também de viscondes, mas que não se misturam com os mercadores e mantêm a sua feição de terra-tenentes. (...) Em Veneza a participação da nobreza no comércio é particularmente evidente. Basta pensar num dos documentos venezianos mais antigos: o testamento do *doge* Giustiniano Partecipazio, que já em 829 dispões de considerável capital líquido investido no comércio marítimo. (LOPEZ, 1998, p. 29)

Imbricadas no comércio, que cada vez mais requer das famílias aristocráticas um preparo intelectual que lhes permita administrar e operar de acordo com as novas

---

<sup>104</sup> ...E é agradável e útil aos nossos cidadãos, que são e que serão virtuosos e de grandes feitos, considerando que são descendentes de nobre progênie e de gente virtuosa, como foram os antigos e bons troianos e valentes e nobres os romanos... Giovanni Villani. Cronica Nuova, I, 1.

necessidades urbanas, que implicaria em um cotidiano permeado pela utilização imperativa das letras, elas encontram ali o mestre que recebeu de um monge a *Licentia Docendi* para ensinar nas escolas e nas universidades. Le Goff nos aponta que é na cidade que as inovações linguísticas chegam primeiro:

O que parece é que, tratando-se justamente de uma cultura escrita, as inovações linguísticas se dão essencialmente nas cortes principescas. (...) Contudo a língua da cidade vai trazer dois tipos de inovação muito importantes. De um lado a linguagem dos artesãos, a linguagem dos mercadores e, de outro, (...) a da praça pública. (...) Na cidade, há a praça pública, o ‘tribunal dos flagrantes delírios’ em que circulam os contos, as canções e os provérbios pelos quais a Idade Média é tão ávida. (LE GOFF, 1997, p. 60)

Não só em contos, fábulas e gestas a cidade emprega seu apelo, mais e mais ela quer e deseja ouvir falar de si mesma, de seus próprios feitos e conquistas, cria para si uma “*persona*” que será retratada sobretudo nas crônicas, criação esta tem um percurso datado no tempo e um propósito, que se confunde com as próprias aspirações comunais. É nas praças e mercados das cidades que nasce a memória urbana, cuja maior expressão é a cronística. É a cidade o grande fórum da memória e da história.

Se a escola e a universidade encontrariam na cidade o “húmus e as instituições” como quer Le Goff, para se estabelecer, ou seja, os mestres e os estudantes, além de uma organização corporativa que lhes permite funcionar, é lá também que a memória urbana, ou a memória histórica medieval encontraria as bases para depositar suas sementes mais ambiciosas (LE GOFF, 1997, p. 62). Com o avançar do século XII, a reafirmação urbana, que encetou sua faceta corporativa e comercial, por um lado, e cultural, por outro, alcança seu ápice e é nesse período que a cidade começa a construir uma visão de si mesma, a tomar consciência de sua dignidade. E como tal, ao perceber que ela mesma constitui, ou pode vir a constituir uma dignidade, passa a incorporar cada vez mais instituições e a promover a aquisição de uma cada vez maior autonomia face ao poder senhorial ao qual esteja atrelada:

Ela cristaliza seu corpo físico nos lugares em que se fixou, quase sempre no interior das muralhas onde se encerra, institucionaliza seu impulso político numa comunidade vitoriosa mas estabilizada, sua atividade produtora se organiza segundo uma tendência corporativa, sua efervescência escolar e intelectual se acomoda nas universidades. (LE GOFF, 1992, p. 4)

Quanto mais a cidade adquire consciência de si, maior é seu empenho por autonomia em prol de uma governança própria. E conforme essa aspiração toma corpo, através de uma busca incessante por cartas de franquia, formam-se, também, as narrativas históricas acerca das origens dessas cidades, mas, sobretudo, dos feitos da cidade, que acentuam esse caráter

único, de uma coletividade com aspirações próprias, em que elas se colocam como protagonista de seus próprios anseios.

Como vimos, de todas as transformações urbanas, talvez as mais importantes tenham ocorrido na esfera cultural, na dimensão “mental” daquela sociedade, que é a geração de uma ambiência intelectual cidadina, vamos chamar assim na ausência de um termo melhor. Le Goff nos chama a atenção, no livro *Os Intelectuais da Idade Média*, sobre os equívocos de interpretação acerca do que se convencionou chamar pela historiografia de “o Renascimento Carolíngio”, que, em verdade, teria tido um alcance bastante limitado, não constituindo, de fato, um *renascimento*. Se as medidas carolíngias aumentam e melhoram, é verdade, a cultura dos aristocratas que viviam em torno do palácio de Carlos Magno, através da educação nas escolas palacianas para a formação de futuros clérigos e administradores, como contrapartida acabava com o ensino elementar praticado dentro dos mosteiros merovíngios.

A reforma beneditina de 817, proposta por São Bento de Aniano, cujo centro estaria na submissão dos monges à regra, com o conseqüente enclausuramento próprio do monasticismo beneditino que implicava o fechamento das escolas exteriores aos mosteiros. No período carolíngio há uma revalorização da cultura letrada, entretanto ela se “entesoura” cada vez mais. Os códices recebem tratamento especial – são melhor e mais ricamente ornados — a caligrafia é simplificada, porém, cada vez mais eles se tornam artigos de alto luxo, restritos aos tesouros palacianos ou a poucos particulares, já que praticamente não há circulação de livros. Le Goff defende a propriedade do termo *renascimento* apenas no concernente ao entendimento de que ciência é um tesouro que devia ser preservado, e algumas das concepções resgatadas no período carolíngio, como a de sete artes liberais, e a noção de *translatio studii*, que, recolocadas em circulação no século XII em meio ao furor urbano, acabam por moldar-lhes as feições. A cidade dos séculos XII e XIII é o local das novidades, das movimentações de pessoas, mercadorias e da circulação da cultura, em que manuscritos das mais diversas regiões, principalmente nas cidades italianas e nas espanholas, trazem como contribuição à cultura cristã a sabedoria oriental:

Filha do tempo, a verdade também o é do espaço geográfico. São placas giratórias da circulação dos homens, responsáveis tanto pelas ideias como pelas mercadorias, são os pontos de troca, os mercados e as encruzilhadas do comércio intelectual. (LE GOFF: 1996, p. 37)

E justamente por ser a cidade o local dos intercâmbios com o campo, e com as outras cidades, por intermédio da atividade comercial, éelaque percebe a si mesma, enquanto um corpo diferente, que ela se coloca enquanto um fórum, um fórum em que a memória urbana se

entrelaça à consciência que a cidade toma de si. É através desse entrelaçamento de memória e autoconsciência, que a história da cidade passa a ter uma razão, contar os feitos e conquistas da cidade como um projeto de autonomia, já que a história é a dimensão do sagrado por excelência, visto que acena para o futuro, para a monumentalização da memória, para o rompimento com a caducidade da vida. É através da história que os exemplos de boa conduta podem ser repetidos, e os de má, evitados. A história é o espaço da ventura, onde a coletividade pode aspirar um sentido e uma vivência orientada para a Salvação.

### **3.4 – As instituições urbanas: as comunas e a história cidadina – Memória histórica urbana**

Parece-nos claro que as universidades e a Escolástica colocaram-se indiferentes à história, ou mesmo, como diz Le Goff, lhes foram “hostis”. Sabe-se que a disciplina história não foi ensinada nem nos domínios da escola, da universidade ou da Escolástica, tendo figurado, quando muito, nos quadros das Artes Liberais enquanto parte auxiliar da gramática. Porém, como nos ilumina Le Goff: “um vasto público laico continuou a amar a história”. E que público era esse? Era basicamente composto por mercadores, cavaleiros, banqueiros, e notários. Homens que usufruem da cidade e de suas instituições, que pertencem a uma guilda ou Arte de ofícios, de origem aristocrática rural ou urbana. Um cidadão. (2002, p. 223)

Embora não ensinada nas escolas e universidades, ocupadas com os saberes práticos e especializados das Artes Liberais, a história permeia o imaginário urbano, participa de seus eventos de entretenimento, como o teatro e as canções de gesta, as fábulas e os contos. Se os feitos de uma cavalaria cristianizada possuem um apelo extremamente sedutor para os séculos de afirmação comunal, como o XII e o XIII, período em que tanto os *Annale Cambriae* e os textos que compõe a dita Matéria da Bretanha são compilados e traduzidos, dentre outras inúmeras canções de gesta, parcialmente se explica pelo fato de ser a cidade, e seus espaços, um local de encontros e aglomerações, de circulação de sedas, especiarias, peles, madeira, e também de pergaminhos. Local de corporações de ofício, de iluministas, miniaturistas, copistas e tradutores. A cidade é o local da escrita, dos arquivos comunais, onde a vida da república é contada e registrada, das leituras públicas, e também, o local onde o poder aquisitivo dos cidadãos é maior, permite bibliotecas particulares e cópias baratas, graças às corporações ligadas às universidades, as *pecias*.

Nesse contexto de efervescência cultural, acaba por ser a história (por que não?) uma forma de autoafirmação de uma identidade coletiva, ou melhor, da imagem que essa

coletividade cria de si, e dessa forma se distingue de seu entorno. Um teatro do passado, em que cada elemento que conforma a personalidade da cidade pode ser evocado e legitimado por sua ancestralidade ou antiguidade, ou por seus feitos dignos de memória. A cidade medieval é como afirma Le Goff: “uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço, em meio a vastas regiões pouco povoadas”<sup>105</sup>, mas é, também, um organismo social e político pautado em relações de vizinhança (nem sempre amistosas), e, sobretudo, em um sistema organizado, hierarquizado e fechado por muralhas. Esse “espaço privilegiado” de abundância cria instituições que o viabilizam e que o representam. Alguns historiadores, dentre eles Henry Pirenne, tenderam a compreender o surgimento das instituições urbanas medievais como primordialmente um meio de salvaguardar as atividades comerciais e artesanais, e que se expressaria em atos de outorga de privilégios, no caso, de direito de feiras e mercados ou a suspensão de obrigações para mercadorias ou para a mercancia. Entretanto a obtenção de cartas de franquia ia muito mais além de assegurar o bom andamento dos negócios citadinos, tinha muito mais a ver com manutenção desse corpus de efervescências que se diferenciava progressivamente do campo, e que não pretendia permanecer sob a autoridade de um senhor, fosse ele laico ou não. A cidade, que dentro de suas muralhas encerra um universo de abundâncias e atividades, busca através das franquias de direito os alicerces para uma autonomia institucional que permitirá que se autogoverne. A obtenção do direito de autogoverno quase sempre veio fruto de violentos embates, como nos lembra o prof. Roberto Lopez: “que em muitos casos e talvez na maioria, o divórcio da cidade em relação à autoridade superior, que lhes era estranha, tenha dado lugar a sublevações sangrentas não se pode por em dúvida.” (LOPEZ: 1998, p. 33)

Se a evolução urbana, antes fundamentalmente agrária, torna-se predominantemente comercial, podemos observar a existência de três segmentos em sua sociedade: maiores, medíocres e menores. Eles aparecem na mais antiga ata de um parlamento urbano que nos chegou, da cidade de Veneza, datada de 971. (*ibidem*) Em Florença, segundo Villani, e mais tarde, Machiavel, a cidade se dividiria em: *grandi*, *popolo grasso* e *popolo minuto*. Os *grandi* eram os côsules, os magistrados; o *popolo grasso* compreendia os mercadores e as guildas. E o *popolo minuto*, composto por trabalhadores subalternos da Arte da Lã. Embora a disposição social das cidades denote, em alguma medida, certa fluidez, isso não significa o rompimento

---

<sup>105</sup> LE GOFF, Jacques. “Cidades”. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2002, p. 223.

com os laços hierárquicos e de compromisso próprios da Idade Média, cada um conhece o seu lugar.

A historiografia que costuma privilegiar o viés analítico que colocaria as comunas medievais como o resultado de um acirrado e violento embate entre uma “burguesia urbana” e a aristocracia feudal, em que se pretenderia enxergar a primeira como detentora do germén revolucionário e a última enquanto representante do conservadorismo, mostra-se pouco eficiente. São vários os exemplos em que as “cartas urbanas” foram negociadas sem violência, pautadas em acordos entre mercadores, aristocratas e a autoridade condal, sobretudo para as concessões de autorização para a instituição de consulados. Em Liège, por exemplo, é o bispo quem concede, mediante pagamento, uma carta de liberdade à vila súdita de Huy. Em 750, Roberto Lopez nos dá a notícia de que, no seio do reino longobardo, Astolfo “tinha equiparado os negociantes poderosos, medíocres e menores aos proprietários de terras, obrigando-os ao serviço militar em armas diferentes consoante a sua classe.” (LOPEZ: 1998, p. 31) E por volta do séc. X os imperadores começam a decretar pequenos privilégios para as cidades italianas e alemães, quase sempre direitos comerciais ou de navegação.

A primeira comuna de que se tem conhecimento aparece um século mais tarde, em 1070, na cidade agrária, hoje França, de Le Mans, conseguida após uma violenta disputa com o bispo local. Apenas três anos depois, os habitantes de Laon se insurgem, também contra o bispo, que é cruelmente morto, para a fundação da comuna. Em Espanha, aliás, o próprio rei incentiva a formação de novas cidades-fortalezas ao longo da fronteira cristã como meio de promover uma espécie de linha de segurança contra os mouros, dotando-as de *fueros*<sup>106</sup>.

Na Itália, por sua vez, o surgimento das comunas obedece a um percurso um pouco diferente, remontando ao séc. XII, pois trata-se da região mais urbanizada do Ocidente, que tem como uma de suas características uma certa continuidade com a Antiguidade, e uma localização geográfica que facilitou o intercâmbio com o Oriente. Também lá o entendimento de cidade é diferente, já que em Itália, mais notadamente na Toscana, o poder cidadão se afirma pela beleza e pelo vigor arquitetônicos, e também, pela supremacia na guerra, nas disputas regionais dentro da Liga Toscana, e através das crônicas – resultantes da memória urbana – dos feitos e das conquistas da cidade.<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> *Fueros*, a rigor, significa mercado.

<sup>107</sup> Sobre o surgimento das comunas italianas, falaremos mais detidamente na sessão desse capítulo dedicada à Florença.

Roberto S. Lopez argumenta que, se negociada ou fruto de violentos embates, a autonomia cidadina promoveria necessariamente uma alteração da ordem preexistente, pois haveria a ascensão de uma terceira ordem de governo:

A comuna constitui sempre e em toda a parte um fato revolucionário, já que interpõe uma terceira ordem de governo, burguesa, portanto, ‘mecânica’, entre as duas ordens privilegiadas tradicionais (eclesiástica e militar) e a massa de governados, na sua maioria trabalhadores do campo, que os governantes incluíam indistintamente numa única ordem de serviços. (LOPEZ, 1998, p. 34)

De qualquer forma, interpretar o fenômeno urbano como uma ruptura total com o mundo feudal, como pretende a historiografia derivada de Marc Bloch, que tende a compreender a cidade enquanto um “sistema mais amplo” que se opõe ao “modo de produção senhorial”, e que estaria em dissonância com o sistema “feudo-vassálico”, mostra-se equivocada. A concepção de cidade anti-feudal não encontra respaldo desde a década de 1950, pois desde então, diversos estudos de caso, dentre eles os que demonstram que a cidade pode possuir senhores urbanos, laicos e eclesiásticos, aos quais as camadas médias urbanas, os burgueses, estariam sujeitos, assim como, também, ocorreria com frequência a existência de terras “enfeudadas” dentro do perímetro urbano. Outro fator importante para refutar essa tendência de se analisar o fenômeno urbano medieval como uma ruptura total de laços de feudalidade e vassalagem, colocando as cidades como uma espécie de enclaves territoriais ao “sistema feudal”, estaria o fato de que, não raro, após a aquisição da franquia urbana, uma comunidade de habitantes consiga estabelecer uma ascendência jurídica sobre os territórios circundantes, onde exercerá um domínio nos moldes senhoriais. Temos um exemplo disso em Florença, na carta de privilégios concedida pelo rei Henrique VI, no ano de 1187, e embora a comuna efetivamente existisse há mais tempo, essa concessão é particularmente interessante.

Florença no ano de 1187 adquire a dignidade de comuna através de uma carta de privilégios conferida à cidade pelo imperador Henrique VI, que diz: “Unde beneficiis uberrimis liberalitate benefica ipsos respicere volentes, concedimus eis iurisdictionem cum iure et ratione nostra in civitate Fiorentina et extra civitatem secundum formam subscriptam.”<sup>108</sup> O documento concede jurisdição plena à comuna de Florença “concedimus eis iurisdictionem cum iure et ratione nostra in civitate Fiorentina”<sup>109</sup>, e prevê o direito da

---

<sup>108</sup> Assim, os benefícios abundantes daquele que com generosidade olha para suas aspirações e concede o direito à jurisdição da cidade de Florença e de seu entorno, de acordo com a forma e a natureza do que está abaixo escrito. *Exemplum cuiusdam privilegii cuius tenor talis est. (Privilégio de Henrique)*, tomo XXXV dei capitoli, a e. 21. (Arquivo do Capitólio). In: *Documenti dell'Antica Costituzione del Comune di Firenze. Pubblicati per cura di Pietro Santini*. Volume Único. Florença: presso G.P. Vieusseux, 1885.

<sup>109</sup> Para consulta do trecho traduzido, ver nota 104.

comuna em avançar sobre outros territórios “in civitate Fiorentina et extra civitatem secum dum formam subscriptam”<sup>110</sup> cujos limites estão descritos. O direito e a “razão” (*iure et ratione*) de supremacia sobre territórios vizinhos serão evocados com frequência pelos cronistas florentinos dos séculos XIII e XIV, para justificar e enaltecer as ações de Florença em relação à Toscana, como se a cidade, ao se investir do poder senhorial da guerra encontrasse uma de suas “funções”. Florença exerce poder de ban sobre o território ao redor, e sua carta de privilégios reconhece esse direito: “cum iure et ratione nostra in civitate Fiorentina et extra civitatem secum dum formam subscriptam.” (ibid).

A intrincada rede relacional de senhorio transfere-se, em grande medida, do campo para as cidades, o que se fará perceber ainda com maior nitidez em Florença, onde a aristocracia rural junta-se à urbana – nem sempre harmonicamente – ocasionando uma consequente reorganização de poder local em meio urbano, que passa a ser dominado por famílias. Já o medievalista Jacques Le Goff rechaça as posições que colocam a cidade assimilada a uma senhoria ou poder feudal. Também não vê a cidade medieval como um sistema oposto ao feudalismo, contudo não interpreta a cidade como um enclave territorial da feudalidade:

Três opiniões sobre as relações entre cidade e feudalismo me parecem, por conseguinte, erradas: a que assimila a cidade a uma senhoria e na verdade, portanto, a um poder feudal, a que vê na cidade um fenômeno essencialmente “antifeudal” e aquela, mais interessante, que considera a cidade como um “enclave territorial” no sistema feudal e o “sistema urbano como sistema aliado do feudalismo” (LE GOFF, 1992, p. 57)

Considera, portanto, o autor, a cidade como formadora de um “sistema integrado”, entre feudalidade e burguesia, argumentando que o fenômeno urbano teria encontrado um lugar dentro do sistema feudal, mais amplo, como “parte integrante”, e não como uma aliada. Le Goff a examina enquanto objeto e sujeito de poderes. Dessa maneira, expõe o que chama de “senhores do solo urbano”, que “exerciam sempre uma parte de suas prerrogativas e conservavam uma posição proeminente, se não dominante”. (LE GOFF, 1992, p. 58) É importante considerar que a cidade medieval possui um espectro bastante amplo e diversificado de assimilações de elementos senhoriais ou feudais, e vassálicos. Portanto, parece-nos evidente compreender a cidade medieval enquanto um fenômeno complexo, multidimensional em que há uma relação dinâmica com a feudalidade.

Não podemos desconsiderar que a cidade medieval é um universo próprio, com uma organização peculiar, com instituições específicas e uma forma de interação social que lhe é própria. Nesse sentido, a cidade medieval possui uma “atuação” dentro de si e para si, e,

---

<sup>110</sup> Ver nota 104.

também, uma atuação externa, que se espraia para o exterior, para uma região sobre a qual exerce ou pretende exercer “influência”, e tanto em uma, como na outra forma de “desempenho” da cidade, estariam presentes elementos senhoriais, feudais e vassálicos, só que em graus e manifestações variados. Compreendemos então, que a cidade possuiria uma representação que é multidimensional, por um lado ela organiza o trabalho e o tempo, tanto nas áreas agricultáveis “enfeudalizadas” dentro dela, como na mercancia, de onde retira sua identidade, por outro, organiza a empresa da guerra, que lhe confere legitimidade, e posteriormente, através de uma nova dimensão da religião e da forma de se colocar diante dela, que lhe confere autoridade, e que se expressaria pelas catedrais – diminuindo o tamanho dos homens, mas aproximando a cidade dos céus. É nas cidades que a percepção de tempo modifica-se, não tão marcada pelos ofícios divinos, mas pelo tempo do trabalho, tempo das férias escolares e universitárias, tempo das feiras e mercados, tempo das festas. A cidade é o palco dos acontecimentos, e o local de interação das diferentes forças que formam a feudalidade, mas, embora seja o “*locus*” da abundância, a cidade é cercada, murada, fechada por uma porta. Há uma crescente identificação com seus limites, com o posicionamento que se toma em relação ao se estar dentro, ou estar fora de suas muralhas. Florença mesmo, possui ao longo do tempo três muralhas, que se alargam a medida que a cidade cresce.

Há sim, durante a Idade Média, o entendimento de ser a cidade um espaço diferenciado, e por que não, privilegiado – e isso no sentido que o termo alcança para a Idade Média, de *dignitas* – onde se vive uma relação com o tempo, também diferenciada, que é mencionado nesse epíteto, ora recorrente, de *tempora moderna* (tempos modernos). E conforme nos diz Le Goff, é na cidade que outra marca característica da Idade Média desponta: “Todavia, a memória tinha um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia.<sup>111</sup>”. E assim como o mundo possui uma idade, a cidade possui uma história. E a história da cidade está intimamente relacionada com a memória que dela se cria por seus cidadãos, pelos que dela usufruem, e que formarão a imagem que a cidade guarda de si mesma. É nesse contexto de supervalorização da memória medieval que a cronística urbana se constitui um fenômeno cultural importante, por ajudar na construção de uma “imagem” de cidade como um local diferenciado, modelar, a dizer, *moderno*. Sobre isso Jacques Le Goff, citando Bernard Guenée, diz:

---

<sup>111</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2009. Pág. 450.

Na Idade Média, certos historiadores definem os tempos modernos como tempo da memória; muitos sabem que uma memória fiel pode durar aproximadamente cem anos; a modernidade, os tempos modernos são portanto para cada um deles o século em que vivem ou acabam de viver os últimos anos.” (Guenèe, *apud* Le GOFF: 1976-77, p. 35)

Por conseguinte, o tempo moderno é aquele que se pode lembrar, e compreenderia o tempo da vida na extensão máxima que esta pode durar, e também, das lembranças que podem ser acessadas pelos testemunhos coetâneos. A sociedade medieval valoriza os velhos, pois estes são os receptáculos da memória enquanto testemunho, a dizer, da vivência histórica propriamente dita. Nesse sentido, é à memória individual que esta sociedade primeiramente se debruça, e é através da memória enquanto recurso que esta consegue se estabelecer e tecer suas práticas discursivas apoiadas primordialmente pela oralidade. Sabe-se, inclusive, que durante muito tempo os dois registros conviveram juntos (a escrita e a voz), e que a oralidade jamais deixou de permear a literatura medieval, seja qual for a sua modalidade, já que entendemos aqui o termo *literatura*, como *lettera*, ou seja, como a produção escrita propriamente dita, qualquer que seja a sua intenção, se notarial ou de entretenimento. Se a cidade é o espaço em que a escrita avança, conforme o agrupamento urbano de desenvolve e adquire dignidade, pululam também as instituições comunais voltadas para a sua administração e governança. Com elas, proliferam-se também os arquivos notariais, jurídicos concernentes àquelas instituições nascentes e vulneráveis, pois a cidade já nasceria ameaçada. O estatuto comunal precisaria ser sempre mantido, reiterado, principalmente aquilo que tangeria à identidade da comuna, da imagem que esta adquire de si:

Com a expansão das cidades, constituem-se os arquivos urbanos, zelosamente guardados pelos corpos municipais. A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária. (LE GOFF, 1997, p. 451)

Diante dessa necessidade, de se documentar para resguardar a dignidade recém adquirida, aliada a uma demanda cada vez maior pelo universo das letras advinda da atividade comercial e universitária, a cidade transforma-se no espaço do letramento e da história. E sendo a própria cidade e seus espaços de circulação e encontro – a praça, o mercado, a catedral — os locais primordiais de intercâmbios intelectuais e fóruns de discussão que colocariam em debate a própria importância e especificidade, além de aspectos essenciais da própria medievalidade. E seria na consciência que a cidade possui de si, e que se espalharia pelas praças e mercados, que estaria o princípio motriz da memória urbana, que, ao passo em que se debruça sobre uma intricada série de operações simbólicas, de abstração e alegoria, em

que se apropriaria de um passado mítico, hipotético, imaginário, e criaria sobre ele, um *factae* (*fato*) – a centelha da história.

### **3.5 – A cidade e a memória urbana – A cronística histórica medieval – A cidade enquanto “fórum”**

Se novos espaços físicos são criados dentro das cidades, a sua maior transformação se dá no “espaço cultural” como nos indica Jacques Le Goff, com a ascensão de determinadas áreas da *urbes*, como a praça e o mercado como locais de intercâmbio cultural:

Ela o é, em primeiro lugar, porque criou uma função intelectual nova, diferente daquela do mosteiro ou da catedral da Alta Idade Média, baseada na ideia da ciência, difundida por profissionais, por especialistas, e dirigida a uma população mais largamente alfabetizada. Ela foi uma cidade do ensino, do primário ao superior, como diríamos hoje, e levou ao nascimento da Universidade. Centro de trocas, ela permitiu à cultura popular das camadas rurais, encerrada nos campos, e à cultura erudita dos clérigos, fechada nas escolas eclesiásticas e nos *scriptoria*, reencontrar-se, e mesclou a realidade e o imaginário a ponto de implantar em si o teatro e de tornar-se ela própria um teatro.<sup>112</sup>

Como vimos, dentre os principais espaços advindos das cidades, há a criação de um “espaço de letramento” em que haveria um declínio do monopólio da Igreja para a institucionalização do ensino e o surgimento das escolas laicas urbanas. Há, também, o avanço das universidades, que se constituíam um caso a parte<sup>113</sup>. Isso traz reflexos tanto na circulação de livros dentro das cidades, como na confluência de saberes e conhecimentos nos espaços de convivência urbanos.

Outro aspecto que merece ser mencionado é a própria difusão do pensamento escolástico, cuja necessidade de ordenar o conhecimento em saberes técnicos, dispostos no quadro das Sete Artes Liberais, provoca uma série de inovações técnicas na configuração interna dos códices, agora mais limpos, com referências aos autores consultados nas margens, número do capítulo. Essas são características que, ao lado do aumento do intercâmbio urbano

---

<sup>112</sup> LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 193.

<sup>113</sup> Sobre esse assunto, ver: Oliveira, Terezinha de. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. In: *Varia hist.* v.23 n.37 Belo Horizonte jan./jun. 2007 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100007>. Também de Rashdall, Hastings, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, new edition by F. M. Powicke and A. B. Emden, 3 vols., Oxford, Clarendon Press, 1936. No 1.º vol.: Salerno-Bologne-Paris; no 2.º Italy-Spain-France-Germany/Scotland. no 3.º: English Universities-Student life, que apesar de antigo, ainda é obra de referência. Há também: ULLMANN, Reinholdo. *As universidades medievais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000; VERGER, J. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

e da crescente organização das corporações de ofício, logram em uma mudança no sistema de confecção de livros, antes restrita aos mosteiros e abadias, cara e bastante morosa, para uma mais barata e rápida, que estaria na gênese de sua difusão nas cidades dos séculos XIII e XIV. Tornando menor, mais leve e mais claro, com costuras adequadas ao transporte e manuseio, tanto pelo uso de pergaminhos mais finos e de gramatura mais leve, como pela introdução, sobretudo na península itálica do papel, o objeto livro deixa então os *scriptoria* para alcançar os domínios da cidade. O apelo universitário por mais cópias disponíveis para uso dos alunos, inviabilizado pelo sistema monástico de cópias exemplar a exemplar, faz com que se faça necessário simplificar todo o processo, não apenas em prol da rapidez, mas em prol do custo. Aparecem assim, os mestres-livreiros, responsáveis por receber de uma universidade o texto “correto” a ser então copiado de maneira mais rápida e efetiva que a feita nos mosteiros, utilizando um sistema de fascículos, a *pecia*.

O espaço urbano requer outro entendimento do tempo, que não mais é o canônico, e sim o dos mercadores, das feiras, das universidades, o que decerto também modifica a relação dessas sociedades com o tempo, já que o registro escrito e a possibilidade de transporte de memória de um lugar para outro em um suporte material, faz com que ocorra uma espécie de “suspensão desse mesmo tempo”, que anteriormente estava confinado à vida do portador da memória. E se o registro escrito é aquilo que tem como poder o de suspender a caducidade, ou seja, tem de eternizar o que deve ser lembrado, de modo a que esteja sempre disponível mesmo se as bocas e mentes que detiveram aquelas lembranças não estejam, a escrita dos feitos dignos de lembrança, sobretudo dos feitos coletivos de uma cidade, passa a ter uma função ética, didática clara: a de fornecer os exemplos para a vida venturosa, que conduzirão dada coletividade à Salvação.<sup>114</sup>

Em virtude das especificidades que as constituem, é nas cidades que um tipo de narrativa histórica, particular à Idade Média toma corpo, a cronística, porém não a cronística régia, comumente praticada por clérigos ou intelectuais ligados às cortes principescas, ou em ambiente monástico, sobre a história da Igreja ou dos Padres da Igreja, mas a cronística urbana, que a partir do séc. XIII, quase sempre é escrita por membros dos setores médios da sociedade, mercadores e comerciantes, ou por elementos da magistratura comunal, seus guardiães e artífices.

---

<sup>114</sup> Como a relação entre a cidade e a cronística medieval é um tópico sensível para nós, será mais adequadamente tratado mais adiante, entretanto, cabe salientar que todas as mudanças interpretativas relacionadas às práticas discursivas medievais trazidas pela urbanização, irão incidir também sobre os textos históricos, basta ver que é a cidade que começa a despontar como personagem principal a partir do séc. XIII.



#### 4.1. A *Cronica Nuova* de Giovanni Villani: Motivos

A Nuova Cronica (Crônica Nova) escrita por Giovanni Villani na primeira metade do século XIV, e continuada por seu irmão, Matteo, depois de sua morte, e após este, por seu sobrinho, Fellipo, narra a história da cidade de Florença e constitui um dos mais preciosos registros que nos chegaram sobre a vivência urbana medieval.

Desde a sua concepção, a cronica de Villani mostrou ser um projeto bastante ambicioso. Seu autor pretendia escrever a história da cidade de Florença desde a sua fundação até os dias em que vivia, baseando o seu relato em crônicas e livros “*muito antigos*”<sup>116</sup>, por compreender que a memória de sua cidade estava sendo paulatinamente negligenciada, quer pela velhice ou pelo fato de seus manuscritos terem sido perdidos, ou seja, sua “*memória*”, após a destruição da cidade, ocorrida na segunda metade do séc. V, por Átila, o Flagelo de Deus:

Com ciò sa'i cosa che per gli nostri antichi Fiorentini poche enonn-ordinate memorie si truovino di fatti passati dela mostra città di Firenze, o per difetto dela loro negligenzia, o per cagione che al tempo che Totile Flagellum Dei la distrusse si perdessono scritte, io Giovanni cittadino di Firenze, considerando la nobiltà e grandezza della nostra città a' nostri presenti tempi, mi pare che si convegna di raccontare e fare memoria dell'origine e cominciamento di così famosa città, e delle mutazioni averse e filici, e fatti passati di quella.<sup>117</sup> (GV, I,1)<sup>118</sup>

A opção de Villani por redigir sua crônica em língua vulgar, no dialeto toscano, e não em Latim, a língua da ciência e da erudição, não foi casual, obedeceu a um propósito deliberado e consciente, expresso em seu prólogo, que era o de oferecer aos cidadãos de Florença uma obra que preservasse a memória da cidade, por um lado, e que tornasse os exemplos que dela pudessem advir, acessíveis a um público amplo, por outro, já que seria

---

<sup>115</sup> A obra de referência dessa pesquisa é : “Nuova Cronica. In: PORTA, G. Nuova Cronica, di Giovanni Villani. Ed. Giuseppe Porta. Biblioteca di scrittori italiani. Parma: Fondazione Pietro Bembo / Ugo Guanda editore, 1991. Pág.4.

<sup>116</sup> PORTA, G. (curia). Nuova Cronica, di Giovanni Villani Parma: Fondazione Pietro Bembo / Ugo Guanda editore, 1991. Disponível para download em: [http://www.liberliber.it/mediateca/libri/v/villani/nuova\\_cronica/pdf/nuova\\_\\_p.pdf](http://www.liberliber.it/mediateca/libri/v/villani/nuova_cronica/pdf/nuova__p.pdf). Projeto Manuzio. Último acesso em 30/01/2014. Pág. 3.

<sup>117</sup> Tanto mais que entre nossos antigos fiorentinos poucas e mal engendradas memórias dos feitos passados de nossa cidade de Florença encontramos, por negligência nossa, ou porque no tempo em que Átila, o Flagelo de Deus a destruiu e se perderam os seus manuscritos, eu Giovanni Villani, cidadão de Florença, considerando a nobreza e grandeza de nossa cidade em nosso tempo presente, parece-me conveniente fazer e contar a memória da origem e fundação de tão famosa cidade, e das suas mudanças afortunadas e desafortunadas, de seus fatos já acontecidos. GV, I, 1.

<sup>118</sup> Todos os trechos de Giovanni Villani citados ao longo do texto poderão ser encontrados em sua versão original e completa, fixada de acordo com a edição de G. Porta na “Seção A” dos Anexos dessa dissertação, assim como todos os trechos traduzidos em sua integralidade na “seção B”.

igualmente aproveitada por todos: “para que os leigos e os analfabetos possam dele tirar deleite e proveito”:

E però io fedelmente narrerò per questo libro in piano volgare, a ciò che li laici siccome gli aletterati ne possano ritrarre frutto e diletto; e se in nulla parte ci avesse difetto, lascio alla correzzione de' più savi.<sup>119</sup> (GV: I,1)

Além disso, Giovanni Villani partilhava do espírito de auto-afirmação comunal, tão vívido em Florença àqueles tempos de prosperidade econômica e cultural, angariados pelo comércio de tecidos de lã, não por acaso, a guilda a qual pertencia sua família, e pela consolidação das insituições políticas da comuna. Certamente, comungava da sensação de progresso e novidade experimentada pelos habitantes das cidades, em meio a tantas e rápidas transformações.

O desembaraço de uma autoridade superior, que se opunha, em grande medida, às atividades urbanas, impondo às cidades obrigações e controles para os quais elas não estão mais dispostas a seguir, faz com que estas organizem seus governos de modo a “impedir que possa transformar-se na supremacia de uma única pessoa” através de um tipo de governança que “procura assegurar a liberdade de todos”. (LOPEZ: 1998, p. 38)

O apreço de Villani pela cidade é tão forte, que ele se define como Giovanni, “cittadino di Firenze” (Giovanni, cidadão de Florença), e não como mercador, diplomata ou banqueiro, funções que ele exerceu ao longo de sua vida profissional. Villani constrói sua própria identidade, como pretende conferir à Florença, enquanto um cidadão que admira as conquistas e os feitos comunais, e percebe o tempo em que vive enquanto tempo de progresso e mudança, “considerando la nobiltà e grandezza della nostra città a” nostri presenti tempi<sup>120</sup>” capaz de conferir “nobreza” e “grandezza” para a cidade.

Evidentemente que essa liberdade trazida pela cidade, e que tanto encanta o Villani cidadão, é limitada, porém maior do que a que seria possível em meio rural, em que as hierarquias rígidas do senhorio perduram com poucas modificações. Se não reconhece uma autoridade que lhe seja suprema, a comuna também não possui mais a fixidez social do campo, nela os cidadãos podem “perseguir sem obstáculos legais o que a Revolução Americana chamará de a busca da felicidade”, claro que com limitações, que a condição de partida moldará em oportunidades e ambição. (Lopez, 1998, p. 38) Há, em evidência, a prosperidade comercial e um incessante fluxo de pessoas, mercadorias e culturas que as

---

<sup>119</sup> E eu fielmente narro esse livro em língua vulgar, para que os leigos e os analfabetos possam dele tirar deleite e proveito, e se, em alguma parte houver erro, deixo a correção para os mais sábios... GV, I, 1.

<sup>120</sup> ...considerando a nobreza e grandezza de nossa cidade em nosso tempo presente. GV, I,1.

atividades de Florença promovem, e tal progresso auxiliado pelas “alianças matrimoniais, dos partidos, das corporações e também do prestígio que acompanham as profissões liberais, as distâncias atenuam-se.” (ibidem)

As instituições urbanas assemelham-se à República Romana. Tudo isso é diferente e percebido pelo cidadão de Florença com um sentido de novidade, como se a cidade experimentasse um tempo realmente privilegiado. Bernard Guenée afirma que a expressão “*tempora moderna*” (tempos modernos) refere-se ao tempo presente, ao quanto dura a memória humana, ou seja, o tempo de uma vida, que pode durar, quiçá, em casos excepcionais, cem anos. Então, tempos modernos são aqueles que os cidadãos de Florença acabaram de viver.

É nesse sentido que se insere a crônica de Villani, que sabe que o que tem a oferecer é algo novo, algo que poderá ser a expressão de seu tempo, e o tempo ao qual se refere é toda a existência de Florença. É o tempo que ultrapassará o próprio tempo, de uma Florença tornada eterna através da monumentalização de seu passado, e de seus feitos. Porque a comuna é um tipo de cidade baseado nas próprias conquistas, e esse protagonismo, que em última instância lhe confere autonomia, é, também, o que funda sua identidade.

É por essa percepção de estar vivendo um tempo novo, de transformações, que ele intitula sua obra de *Nuova Cronica*, a Crônica Nova. Crônica Nova para uma cidade nova. Mas não apenas isso. Essa compreensão, por parte de Villani de que o tempo experimentado pela comuna de Florença era um tempo especial, de progresso, de novidade fica explícito quando este exulta “a nobreza e grandeza de nossa cidade em nosso tempo presente”, como vê-se a seguir:

Con ciò sia cosa che per gli nostri antichi Fiorentini poche e nonn-ordinate memorie si truovino di fatti passati della nostra città di Firenze, o per difetto della loro negligenzia, o per cagione che al tempo che Totile *Flagellum Dei* la distrusse si perdessono scritte, io Giovanni cittadino di Firenze, considerando la nobiltà e grandezza della nostra città a' nostri presenti tempi, mi pare che si convegna di raccontare e fare memoria dell'origine e cominciamento di così famosa città, e delle mutazioni averse e filici, e fatti passati di quella;<sup>121</sup> (GV, I,1)

Villani quer contar *toda* a história de Florença, e não apenas a dos tempos em que vivia, e do qual poderia ele mesmo lembrar através de suas próprias recordações, ou do

---

<sup>121</sup> Tanto mais que entre nossos antigos fiorentinos poucas e mal engendradas memórias dos feitos passados de nossa cidade de Florença encontramos, por negligência nossa, ou porque no tempo em que *Átila, o Flagelo de Deus* a destruiu se perderam os seus manuscritos, eu Giovanni, cidadão de Florença, considerando a nobreza e grandeza de nossa cidade em nosso tempo presente, parece-me que se acorda fazer e contar a memória da origem e fundação de tão famosa cidade, e das suas mudanças afortunadas e desafortunadas, de seus fatos já acontecidos. GV, I, 1

testemunho dos mais velhos. Ele deseja ir mais além, almeja fornecer à sua cidade uma coleção de *exempla* e corrigir aquilo que ele chama de “negligência nossa”, que é a ausência de memórias e testemunhos, de registro escrito, condizentes com a grandeza daquela cidade.

Sobretudo, a Villani resta a preocupação de escrever uma *história* de Florença, que fosse tanto a “luz da verdade” (memória) como a “mestra da vida”, que pudesse demonstrar, através de modelos e exemplos, não apenas as mudanças sofridas pela cidade, mas aquilo que deveria ser ou não seguido, praticado ou não pelos cidadãos do presente e do futuro. O autor pretendia que sua crônica pudesse funcionar para os cidadãos de Florença, como uma espécie de guia, que serviria tanto para assegurar que a memória da comuna fosse preservada, mas que fosse capaz de garantir que seus grandes feitos fossem repetidos, e os seus “vícios” evitados:

...non perch'io mi senta sofficiente a tanta opera fare, ma per dare materia a' nostri successori di nonn-essere negligenti di fare memorie delle notevoli cose che averranno per gli tempi apresso noi, e per dare esempio a quegli che saranno delle mutazioni e delle cose passate, e le cagioni, e perché; acciò ch'eglino si esercitino adoperando le virtudi e schifino i vizii, e l'avversitadi sostegnano con forte animo a bene e stato della nostra repubblica.<sup>122</sup> (GV, I, 1)

Villani deixa evidente o caráter ético e didascálico da história “para dar exemplo aos que vierem depois das mudanças e das coisas que aconteceram”, que geralmente permeia a cronística medieval, retomando as concepções de história da Antiguidade, de Cícero, Verrius Flaccus e Sepronius Asellio, em que não apenas a preocupação repousa na compilação dos fatos, ou com a verdade, mas da exposição de “*suas razões e causas*”, já que é através delas que os cidadãos de Florença, espelhando-se nos exemplos de sua história possam “se exercitar praticando as virtudes e repelindo os vícios”, ou seja, aprender com os erros e os acertos.

Percebe-se que através da concepção de que é a história a “mestra da vida”, de onde se pode retirar os exemplos para manutenção “do bem e da estabilidade de nossa república”, Villani constrói uma outra, em que a história se colocaria enquanto um meio possível para a bem-aventurança da coletividade, em que ela é o “espaço” possível da Salvação, onde estariam os exemplos, os feitos notáveis dignos de memória, que, caso a cidade saiba interpretar, conduzi-la-iam ao propósito medieval da ventura:

---

<sup>122</sup> Não por me sentir suficiente para uma obra como esta, mas para dar notícia aos que a nós se sucederem de não ser negligentes em registrar os feitos notáveis que deverão acontecer depois de nós, e para dar exemplo aos que vierem depois das mudanças e das coisas que aconteceram, das suas razões e causas; para que possam se exercitar praticando as virtudes e repelindo os vícios, e enfrentar as adversidades com o espírito forte para o bem e estabilidade de nossa república. GV, I,1.

...e per dare esempio a quegli che saranno delle mutazioni e delle cose passate, e le cagioni, e perché; acciò ch'eglino si esercitino adoperando le virtudi e schifino i vizii, e l'avversitadi sostegnano con forte animo a bene e stato della nostra repubblica.<sup>123</sup> (GV, I,1)

A ênfase do prefácio da *Nuova Cronica* na necessidade de se compreender as “mudanças que aconteceram” (*mutazioni*) em Florença, demonstra a sensação de progresso experimentada por um cidadão ativo e participante da vida civil da comuna, como foi Villani, e do sentimento de modernidade pelas rápidas modificações ocorridas na cidade, que aludimos anteriormente.

O prólogo da *Nuova Cronica* é muito rico, e traz importantes informações acerca da cronística medieval como um todo, principalmente no concernente à retórica utilizada pelos historiadores medievais nesse tipo de narrativa, os *tropos*: a exposição dos motivos que suscitaram a escrita, a descrição dos feitos admiráveis do personagem cuja história será contada, a humildade do autor, que não se considera nem digno nem sábio o suficiente para a empreitada e que apenas empresta sua mão para consagrar à posteridade a fama do personagem representado. Villani não deixa de empregar esse *tropos*, próprio da crônica, da modéstia, e se coloca diante de sua tarefa, e de sua audiência, com pequenez, não se considerando bom ou dotado o “suficiente para uma obra como esta”, pois, na Idade Média, o autor é sempre menor que sua obra. Em sua retórica de humildade, Villani chega a se colocar fora de sua obra, ao delegar aos mais sábios a correção de seu texto: “e se in nulla parte ci avesse difetto, lascio alla correzzione de' più savi<sup>124</sup>” (GV, I,1).

No prefácio, o autor nos fornece pela primeira vez a correlação entre a origem da cidade e a sua vocação para a guerra, para a vingança, e para a supremacia regional: “e prima l'origine dell'antica città di Fiesola, per la cui distruzione fu la cagione e l'cominciamento della nostra città di Firenze<sup>125</sup>.” E reconhece que a virtude do povo da cidade advém de sua origem mítica, pois seus cidadãos “che sono e che saranno, in essere virtudiosi e di grande operazione<sup>126</sup>” o são por serem “sono discesi di nobile progenie e di virtudiose genti, come furono gli antichi buoni Troiani, e' valenti e nobili Romani<sup>127</sup>.” (GV, I,1) Villani tem

---

<sup>123</sup> ...e para dar exemplo aos que vierem depois das mudanças e das coisas que aconteceram, das suas razões e causas; para que possam se exercitar praticando as virtudes e repelindo os vícios, e enfrentar as adversidades com o espírito forte para o bem e estabilidade de nossa república. GV. I,1

<sup>124</sup> ...e se, em alguma parte houver erro, deixo a correção para os mais sábios. GV. I,1

<sup>125</sup> ... E em primeiro lugar, a origem da cidade de Fiesola, cuja destruição foi a causa e início de nossa cidade de Florença...

<sup>126</sup> ...que são e que serão virtuosos e de grandes feitos... GV. I, 1

<sup>127</sup> ...descendentes de nobre progênie e de gente virtuosa, como foram os antigos e bons troianos e valentes e nobres os romanos. GV. I, 1

consciência de que, ao tratar do passado de Florença, e de seu presente, estará em parte moldando seu futuro, pois sua crônica acena sempre para o porvir, para os cidadãos que ainda virão, outra vez enfatizando a dimensão ética e didática da história: “e fia dilettevole e utile e conforto a' nostri cittadini che sono e che saranno, in essere virtudiosi e di grande operazione<sup>128</sup>” (GV, I, I)

Outra característica marcante da cronística medieval presente na obra de Villani é a submissão da obra e do seu autor a Deus, que é quem detém o curso do tempo, e conseqüentemente, da história: “seguindo por quanto tempo Deus nos conceda a graça”, e a Cristo, a quem pede ajuda, já que é Jesus aquele que intermedia a comunicação dos homens com Deus, sem o qual nada tem bom começo: “E por ser a nossa obra muito boa e louvável, recorro a ajuda de Nosso Senhor Jesus Cristo, em nome do qual toda obra tem um bom começo, meio e fim.” (GV, I)

Parece-nos evidente que, Villani, compreende a história como sendo um “tempo privilegiado”, tempo tridimensional, que tem como sua matéria o passado, que sempre está sob o jugo e a luz do presente, mas que acena sempre para o futuro, pois romperia a caducidade inerente à vida humana, preservando o testemunho através da escrita ordenada para as gerações vindouras. Um passado que acena para o futuro, por ser capaz de ensiná-lo, de produzir um conhecimento prático, que aproveitado, certamente conduzirá a cidade ao êxito, ao sucesso e à ventura.

O sentido histórico que Villani constrói, ele o faz através de uma sofisticada correlação moral em que a Providência Divina não se sobrepõe ao livre-arbítrio dos homens, mas opera no sentido de puni-los em suas más ações, e em recompensá-los pelas boas, fazendo com que haja uma relação no devir humano entre causa e consequência, que pode ser interrompida mediante o *exemplum*. E a boa conduta leva à Salvação. Por essa interpretação providencial da história, como um representante da ascendente ordem dos mercadores, sendo guelfo, Villani compreende que Deus apoia a sua Igreja, sendo a causa papal a legítima representante da virtude, que não é possível para o poder secular, corruptível pela natural vocação humana ao pecado e ao mau governo.

Florença, sendo, portanto, o maior enclave guelfo da toscana, é afortunada por Deus, como nos diz a profa. Paula Clarke, entretanto não estaria isenta da punição de Deus por conta de seus maus cidadãos ou de seu mau governo: “Certainly, he is very aware of the sins of his

---

<sup>128</sup> ...E é agradável e útil aos nossos cidadãos, que são e que serão virtuosos e de grandes feitos. GV. I, 1

fellow citizens and repeatedly interprets Florence's setbacks, from fires to bad government, as divine retribution for these.”<sup>129</sup>

Nesse sentido, parece-nos claro que a história, para Villani, é o palco onde os homens (e a coletividade) podem desenvolver suas ações de forma virtuosa, mediante a apreensão dos *exempla*, e tentar subverter sua natureza inclinada ao pecado, advinda da Queda do Paraíso, pela prática piedosa e venturosa, e, assim, chegar à Salvação.

#### 4.2 – A Comuna de Florença e o contexto de produção da *Nuova Cronica*

Está longe de chegar a um consenso a historiografia moderna sobre a data de início dos trabalhos de Villani.

Embora o próprio autor tenha escrito no capítulo trinta e seis do oitavo livro da *Nuova Cronica* que começara sua composição no ano de 1300, após visitar a cidade de Roma no Jubileu do Papa Bonifácio VIII, essa data não é confiável.

Na edição da crônica de 1823, conhecida como *vulgata*, não aparece o prólogo original de Villani, que consta como o primeiro capítulo, e no lugar deste, apenas um preâmbulo, que diz:

Questo libro si chiama la Nuova cronica, nel quale si tratta di più cose passate, e spezialmente dell'origine e cominciamento della città di Firenze, poi di tutte le mutazioni ch'ha avute e avrà per gli tempi: cominciato a compilare nelli anni della incarnazione di Iesù Cristo MCCC.<sup>130</sup> (GV, prólogo, I)

Tal preâmbulo, segundo o Prof. Aquilecchia em artigo intitulado *Dante and the Florentines Chroniclers*, não constitui o prólogo original da crônica, que é o que consta nessas edições (tanto a de 1823 como a de 1848) como o primeiro capítulo do primeiro volume da *Nuova Cronica*, ausência mais tarde confirmada da edição crítica de G. Porta, de 1992. Segundo argumenta o pesquisador, esse preâmbulo, citado mais acima, teria sido uma interpolação tardia, baseada em uma de reflexão ou espécie de um segundo prólogo da crônica, que aparece somente no livro nono, no capítulo trinta e seis, em que essa data é citada

---

<sup>129</sup> Certamente, ele é muito consciente dos pecados dos seus concidadãos e interpreta repetidamente reveses de Florença, de incêndios ao mau governo, como retribuição divina por eles. CLARKE, Paola. “The Villani’s Chronicles”. In: LEWIN, Alison Williams (org.). *Chronicling History Chroniclers and Historians in Medieval and Renaissance Italy*. Ed. de Sharon Dale, Alison Williams Lewin, and Duane J. Osheim. PA: Penstate University Press, 2007. Pág. 122.

<sup>130</sup> Este livro chama-se Nova Crônica, no qual se trata de feitos passados, especialmente da origem e início da cidade de Florença depois de tantas modificações que houve, e haverá, ao longo do tempo: começando sua compilação no ano de 1300 da encarnação de Jesus Cristo. GV, I,1.

como a de início da compilação já que prólogo verdadeiro de Villani é aquele que diz: “Tanto mais que entre nossos antigos fiorentinos poucas e mal engendradas memórias dos feitos passados de nossa cidade de Florença encontramos (...)”<sup>131</sup>. Há, porém, no livro IX, no capítulo trinta e seis uma espécie de reflexão de Villani quando este narra os eventos que tomaram corpo no ano de 1300, que segundo Aquilecchia, teria inspirado o preâmbulo. Nesse trecho, Villani começa narrando sua peregrinação a Roma pelo Jubileu de Bonifácio VIII:

Negli anni di Cristo MCCC, secondo la Nativitate di Cristo, con ciò fosse cosa che si dicesse per molti che per adietro ogni centesimo d'anni della Natività di Cristo il papa ch'era in que' tempi facie grande indulgenza, papa Bonifazio VIII, che allora era apostolico, nel detto anno a reverenza della Natività di Cristo fece somma e grande indulgenza in questo modo: che qualunque Romano visitasse infra tutto il detto anno, continuando XXX dì, le chiese de' beati apostoli santo Pietro e santo Paolo, e per XV dì l'altra universale gente che non fossero Romani, a tutti fece piena e intera perdonanza di tutti gli suoi peccati, essendo confesso o si confessasse, di colpa e di pena. E per consolazione de' Cristiani pellegrini ogni venerdì o dì solenne di festa si mostrava in Santo Piero la Veronica del sudario di Cristo. Per la qual cosa gran parte de' Cristiani ch'allora viveano feciono il detto pellegrinaggio così femmine come uomini, di lontani e diversi paesi, e di lungi e d'apresso. E fue la più mirabile cosa che mai si vedesse, ch'al continuo in tutto l'anno durante avea in Roma oltre al popolo romano CCm pellegrini, senza quegli ch'erano per gli cammini andando e tornando, e tutti erano forniti e contenti di vittuaglia giustamente, così i cavagli come le persone, e con molta pazienza, e senza romori o zuffe: ed io il posso testimonare, che vi fui presente e vidi. E de la offerta fatta per gli pellegrini molto tesoro ne crebbe a la Chiesa e a' Romani: per le loro derrate furono tutti ricchi.<sup>132</sup> (GV, IX, 36)

Mais adiante desse trecho, Villani começa a expor as motivações que o levaram a conceber a *Nuova Cronica*, pois ao se deparar com as ruínas de Roma, que anteriormente fora grande e próspera cidade, faz um paralelo com a sua própria cidade, Florença “em sua cavalgada em direção de grandes coisas”:

---

<sup>131</sup> GV, I, 1.

<sup>132</sup> No ano 1300 de Nosso Senhor, conforme a natividade de Cristo, em vista que fosse coisa afirmada por muitos, que posteriormente em todo centésimo ano da Natividade de Cristo, o Papa que estivesse reinando à época concederia grande indulgência, Papa Bonifácio VIII, que agora era apóstolo, no dito ano em reverência ao nascimento de Cristo, concedeu grande e suprema indulgência da seguinte forma: que durante o curso do dito ano, qualquer romano que, por trinta dias contínuos visitasse as Igrejas dos santos apóstolos, São Pedro e São Paulo, e por quinze dias todos aqueles que não fossem romanos, lá teriam concedida plena e total remissão de seus pecados, aos confessos ou aos que se confessassem de culpa e de pena. E para o consolo dos peregrinos cristãos, toda sexta-feira ou em dia de festa solene, era mostrado o sudário de Cristo em Santo Piero la Veronica. Por causa disso, a maior parte dos cristãos que hoje vivem fizeram a dita peregrinação, tanto homens como mulheres, de distantes e diversos países, de perto ou de longe. E essa foi a coisa mais maravilhosa que já se viu, e continuou durante o ano todo, havendo em Roma, além de sua população, 200 mil peregrinos, não contabilizando aqueles que por caminho iam e vinham, e todos estavam guarnecidos e satisfeitos de provisões, tanto de cavalos como de pessoas, e com muita paciência, sem tumulto e sem confusão, pois eu estava presente e vi isso. E das ofertas feitas pelos peregrinos muitos tesouros foram adicionados à Igreja e todos os romanos enriqueceram pelo comércio... GV, IX, 36

E trovandomi io in quello benedetto pellegrinaggio ne la santa città di Roma, veggendo le grandi e antiche cose di quella, e leggendo le storie e' grandi fatti de' Romani, scritti per Virgilio, e per Salustio, e Lucano, e Paulo Orosio, e Valerio, e Tito Livio, e altri maestri d'istorie, li quali così le piccole cose come le grandi de le geste e fatti de' Romani scrissono, e eziandio degli strani dell'universo mondo, per dare memoria e esempio a quelli che sono a venire presi lo stile e forma da lloro, tutto sì come piccolo discepolo non fossi degno a tanta opera fare. Ma considerando che la nostra città di Firenze, figliuola e fattura di Roma, era nel suo montare e a seguire grandi cose, sì come Roma nel suo calare, mi parve convenevole di recare in questo volume e nuova cronica tutti i fatti e cominciamenti della città di Firenze, in quanto m'è istato possibile aricogliere, e ritrovare, e seguire per innanzi istesamente in fatti de' Fiorentini e dell'altre notabili cose dell'universo in brieve, infino che fia piacere di Dio, a la cui speranza per la sua grazia feci la detta impresa, più che per la mia povera scienza. E così negli anni MCCC tornato da Roma, cominciai a compilare questo libro a reverenza di Dio e del beato Giovanni, e commendazione della nostra città di Firenze.<sup>133</sup> (GV, VIII, 36)

Os historiadores argumentam que o texto da crônica, pelo menos na forma que nós conhecemos hoje, não deve ter sido escrito antes de 1320 ou 1330, pois a biografia de Villani seria incompatível com um trabalho desse fôlego. Alguns estudiosos, como o prof. Ferdinando Neri, argumentam que Villani teria tido como fonte a *Commedia* de Dante, e que haveria paralelos claros entre as duas composições, o que dataria a crônica como posterior ao aparecimento do *Inferno* e talvez até do *Purgatorio*.

A primeira grande questão é que a data para a publicação da *Commedia* também não é consensual, segundo G. Petrochi<sup>134</sup>, que mantém a cronologia tradicional para a obra de Dante, tende a situá-la da seguinte forma: 1304-8 para *Inferno*; 1308-12 para *Purgatorio*; e 1316-21, *Paraíso*. Sabe-se, também, que o *Paraíso* é uma publicação póstuma.

Então, o prof. G. Prettrochi argumenta que o período entre 1313 e 1315 Dante teria empregado revisando os dois primeiros volumes de sua obra, antes de publicá-los. Portanto, o primeiro livro da *Commedia* provavelmente foi publicado entre essas datas. Sobre isso, prof. Aquilecchia argumenta que:

---

<sup>133</sup> E me encontrando lá, na abençoada peregrinação nessa santa cidade de Roma, vendo as grandiosas e antigas coisas daquela, e lendo a história e os grandes feitos dos Romanos, escritos por Virgílio, e Salústio, e Lucano, e Paulo Orósio, e Valério, e Tito Lívio, e outros mestres da história, que de igual modo escreveram sobre os pequenos e grandes feitos e fatos de Roma, das obras e ações dos romanos, e também de outros insólitos do mundo universal, para dar memória e exemplo para os que vierem depois, de seu estilo e forma, embora, como discípulo menor não seja digno de tal obra. Mas, considerando que nossa cidade de Florença, filha e criatura de Roma, desponta e a segue em grandes coisas, assim como Roma de seu silêncio, parece-me conveniente conduzir nesse volume e nova crônica todos os fatos e origens da cidade de Florença, tão longínquos quanto me for possível recolher e encontrar, e seguir os feitos de Florença e outros breves fatos notáveis do universo, por tanto tempo quanto for o prazer de Deus; cuja esperança pela sua graça se faz essa empresa; ainda mais que pelo meu pobre conhecimento. E assim, nesse ano de 1300, retornando de Roma comecei a compilar esse livro em reverência a Deus, eu, o abençoado João, em elogio a nossa cidade Florença. GV, VIII, 36

<sup>134</sup> PETROCCHI, G. "Intorno alla pubblicazione dell'Inferno e del Purgatorio". In: *Convivium*, vol. XXV, p. 652-69.

All we know for certain, on the basis of dated Bolognese documents, is that in the first half of 1317 the *Inferno* was known so well that it was quoted by heart; while in the year 1319 we have similar evidence not only for the *Inferno*, but also for the beginning of the *Purgatorio*<sup>135</sup>. (ANQUILECCHIA: 1976, 43)

Petrocchi afirma que evidências internas dos documentos apontariam que o *Inferno* não pode ter sido escrito antes da segunda metade de 1314 e o *Purgatorio* no autono de 1315. Há também que ser considerado, como segundo ponto, a circulação do livro de Dante dentro da própria Península Itálica, pois, segundo Petrocchi, esta estaria limitada ao que denomina de rota lombardo-emiliana-romagnola, e apenas tardiamente teria chegado a Florença. Nesse sentido, então prof. Aquilecchia conclui que, se aceita a data de início da *Nuova Cronica* como após 1320, ela começou a ser escrita antes do texto de Dante se tornar conhecido em Florença:

Having already shown that the traditional opinion that Villani started the composition of his Chronicle after 1320 has still to be proved, we have now to consider whether it is possible to maintain that at least the beginning of Villani's Chronicle was composed when the Comedy had not yet become known.<sup>136</sup> (AQUILLECCHIA, 1976, p. 44)

O pesquisador aponta outros elementos para afirmar ser pouco crível que Villani tenha começado seu trabalho antes de 1320, quando fixou residência definitiva na cidade, conforme veremos mais adiante. No pólo oposto, aparece o prof. Fedinando Neri, que em artigo intitulado “*Dante e il primo Villani*” argumenta que Villani dependeria de Dante enquanto fonte com base na análise dos primeiros livros da *Nuova Cronica*. Portanto, sua compilação só poderia ter iniciado após a publicação do *Inferno* e do *Purgatorio*, nesse sentido, prof. Neri parece partilhar da opinião dos historiadores, de que Villani não começou a escrever sua crônica antes de 1320.

Prof. Aquilecchia critica o artigo de Neri apontando que haveria um erro metodológico ao não se estender os critérios de análise a todo o livro, e sim apenas aos primeiros tomos da obra. Segundo ele, F. Neri não parece levar em consideração que “a composição atual” da *Nuova Cronica* pode ter sofrido interpolações tanto de variações produzidas pelo próprio Villani (revisões e atualizações) como por seus copistas após sua morte, visto que não nos

---

<sup>135</sup> Tudo o que sabemos com certeza, com base nas citações dos documentos bolonheses, é que na primeira metade de 1317 o *Inferno* era conhecido tão bem que podia ser recitado de cor; enquanto no ano de 1319 nós temos uma evidência similar não apenas para o *Inferno*, mas também para o início do *Purgatorio*. ANQUILECCHIA, G. Dante and the Florentines Chroniclers. A lecture delivered in the John Rylands Library on Wednesday the 10th of March 1965.

<sup>136</sup> Como já demonstrado, que a opinião tradicional de que Villani começou sua composição após 1320 vier a ser provada, temos então que considerar de qualquer forma que a crônica de Villani, se for possível mantê-la ao menos, o início da crônica de Villani foi composto quando *Commedia* ainda não era conhecida. *Ibidem*.

chegou nenhum manuscrito anterior à segunda metade do séc. XIV e o livro foi muito famoso em sua época. Quanto à datação do texto, Aquilecchia discute que o argumento dos historiadores parece excluir a possibilidade de Dante ter tido acesso à parte da Nuova Cronica, talvez não na mesma forma com que esta nos chegou.

Já para os pesquisadores italianos Cipolla e Rossi,<sup>137</sup> que consideram a hipótese de uma fonte comum para Dante e Villani, apontam como elemento fundamental de sua argumentação, a segunda parte do livro VII (que corresponde ao livro VIII, na edição de Porta<sup>138</sup>), em que Villani descreve a morte do rei Enzo, filho do imperador Frederico II, vejamos:

L'anno appresso MCCLXXI, del mese di marzo, il re Enzo, figliuolo che fu di Federigo imperadore, morì nella pregione de' Bolognesi, nella quale era stato lungo tempo, e fu soppellito da' Bolognesi onorevolmente a la chiesa di San Domenico in Bologna, e in lui finì la progenia dello imperadore Federigo. Ben si dice ch'ancora n'era uno figliuolo che fu de-re Manfredi, il quale stette lungamente nella pregione del re Carlo nel castello dell'Uovo a Napoli, e in quello per vecchiezza e disagio accecato della vista miseramente finì sua vita<sup>139</sup>. (GV, VIII, 41)

A morte de Henrique, ocorrida em 31 de outubro de 1318, e sua menção por Villani faz com que os dois pesquisadores concluam que todo o livro VII (VIII na edição de Porta) foi escrito após essa data. Dante<sup>140</sup> não menciona a morte, cego, do filho do rei Manfredo, no *Purgatorio*, III, em que narra a morte do rei de Nápoles e da Sicília. Dessa forma estaria provada, no entender desses dois pesquisadores, a não dependência de Dante e Villani e mais fortalecida estaria a hipótese de uma fonte comum para ambos<sup>141</sup>.

---

<sup>137</sup> CIPOLLA, C; ROSSI, V. “Intorno a due capi della Cronica malispiniana”. In: *Giornale Storico della Letteratura Italiana*, vol. VIII (1886), p. 231-41.

<sup>138</sup> A edição de G. Porta fixou o texto de Villani definitivamente em 13 livros. As edições que Cipolla e Rossi se basearam, ainda no séc. XIX, apenas agrupavam 12 livros, por isso a numeração é discrepante. Como tomamos como base a edição de Porta, sempre que essas discrepâncias forem percebidas, assinalaremos entre parênteses a numeração de Porta.

<sup>139</sup> No ano seguinte, 1271, no mês de março, o rei Enzo, que foi filho do imperador Frederico, morreu na prisão dos Bologneses, onde permaneceu por longo período, e foi enterrado honrosamente por eles na Igreja de San Domenico em Bologna, e nele terminou a progênie do imperador Frederico. Bem se diz agora na era daquele que foi filho do rei Manfredo, e que esteve longamente na prisão do rei Carlos, no Castelo dell'Uovo em Nápoles, que aquele por vingança e desgosto, cegado da vista, miseravelmente acabou com sua vida. GV, VIII, 41.

<sup>140</sup> Ver *Purgatorio*, III, em Dante.

<sup>141</sup> Observe no fragmento a seguir que não aparece a morte de Henrique. Dante de Alighieri, *Purgatório*, III. In: *A Divina Comédia — Purgatório — Dante Alighieri Tradução José Pedro Xavier Pinheiro* “Os dois Poetas se aprestam a subir o monte. Enquanto estão procurando o lugar onde a subida seja mais fácil, vêem um grupo de almas que lhes vêm ao encontro. Perguntam a elas onde seja a subida. Uma das almas se dá a conhecer a Dante. É Manfredo, rei de Nápoles e da Sicília. Ele narra como morreu, pedindo a Deus, na hora extrema. Estão juntas com ele, as almas dos que foram inimigos da Santa Igreja.

Os problemas da análise de Cipolla e Rossi repousam em que ela se atém aos trechos destacados do livro VII (VIII) e não se estendem aos primeiros livros da *Nuova Cronica*. Outro ponto a se considerar é que, datar todo o livro VII (VIII) como escrito após a morte de Henrique, é precipitado, pois pode ter sido feito um acréscimo no sentido de atualizar a informação pelo próprio Villani no trecho em questão, sem prejuízo do livro VII (VIII) como um todo.

O mais forte argumento dos historiadores para sustentar a impossibilidade de Villani ter começado sua compilação antes de 1320, repousa no livro IV, no quarto capítulo, em que o autor enumera a descendência de Hugo Capeto, rei de França:

...Il detto santore Luis... e poi fu al passaggio di Tunisi, e là morì santamente gli anni di Cristo MCCLXX. Dopo il re santo Luis regnò Filippo suo figliuolo XIII anni, e questi fu quegli che fece il passaggio in Araona, e là morì. Questo re Filippo ebbe della figliuola del re d'Araona due figliuoli: il primo fu Filippo il Bello, il quale fu il più bello Cristiano che-ssi trovasse al suo tempo (questi regnò re in Francia XXVIII anni a' nostri tempi); l'altro fu Carlo di Valois, detto Carlo Sanzattera, che assai mutazioni fece a la nostra città di Firenze, come innanzi al suo tempo farà menzione. Questo re Filippo il Bello ebbe tre figliuoli: il primo fu Luis re di Navarra per retaggio della madre; il secondo Filippo conte di Pittieri; il terzo Carlo conte della Marcia; e morto il padre negli anni di Cristo MCCCXV, furono tutti e tre re di Francia l'uno appresso l'altro in picciolo tempo.

---

Enquanto aquela fuga repentina  
Pela planície as sombras impelia  
Ao monte, que a razão a amar ensina,

(...)“Vês Manfredo — sorriu-se me falando —  
Que neto foi da Imperatriz Constança.  
A minha bela filha diz, voltando,

(Mãe daqueles por quem tanta honra alcança  
Aragão com Sicília) o que hás sabido,  
Qual a verdade seja lhe afiança.

“Depois que foi o corpo meu ferido  
De golpes dois mortais, a Deus piedoso  
Alma entreguei, chorando arrependido.

“Fui de horrendos pecados criminoso,  
Mas a Bondade Infinda acolhe e abraça  
Quem perdão lhe suplica pesaroso.

“Se o Bispo que enviou Clemente à caça  
Do meu cadáver, respeitado houvesse  
Esse preceito da Divina Graça,

“Do corpo meu os ossos me parece,  
Que em frente à ponte, ao pé de Benevento,  
Em guarda o grave acervo inda tivesse.  
(...)”

Avevo raccontato sì per ordine gli re di Francia e di Puglia discesi de legnaggio d'Ugo Ciappetta, perché contando le nostre storie di Firenze, e dell'altre province e terre d'Italia, si possono meglio intendere...<sup>142</sup> (GV, IV, 4)

Sabemos que a morte de Felipe, o Belo, ocorreu em 1314, e a sucessão de seus três filhos, sendo que o último, Carlos IV, foi coroado em 1322. O argumento gira em torno de que se Villani pôde mencionar um evento ocorrido em 1322, é provável que tenha sido escrito após essa data, e improvável que o tenha sido muito antes dela. A data de 1315 como a da suposta morte de Felipe, o Belo, citada por Villani, ajuda a reforçar a argumentação, que reside na estranheza de um cronista florentino desconhecer a data exata da morte de um rei dessa magnitude. Também, sabe-se que Felipe, o Belo, reinou por vinte e nove anos, e Villani diz “*em nosso tempo*”. De acordo com prof. Aquilecchia, tanto o texto como as datas desse trecho estão baseadas no manuscrito Ricardiano 1532, conhecido como *Testo Davazanti*, supostamente transcrita pelo irmão de Villani, Matteo, e caso isso se mostre verdadeiro, teria sido escrita em 1377. Ele apresenta outra interpretação para a afirmação de Villani, de que Felipe, O belo, reinava àqueles dias, a de que o autor escreveu esse capítulo um ano ou alguns meses antes da morte do rei Felipe, em 1314, com isso a composição dos primeiros livros da *Nuova Cronica* recuará até fazer um paralelo com a da *Commedia*. Aponta prof. Aquilecchia, inclusive a possibilidade de o copista ter errado a grafia de XVIII e acrescentado inadvertidamente mais um ano. Segundo ele a teoria de Ferdinand Neri ainda precisa ser comprovada, e em seu lugar, ele propõe uma outra, com a qual tendemos a concordar.

Haveria entre 1310 e 1320 um momento histórico propício para que um Guelfo Negro, como era Villani, representante de uma oligarquia mercantil ascendente, julgasse Florença estar vivendo um período de estabilidade que justificasse um trabalho de vida inteira, que foi em 1313, com a morte do imperador Henrique VII, em agosto, durante sua campanha pela Itália. Como não há reflexos de Dante nos primeiros livros de *Nuova Cronica* como há nos posteriores, Aquilecchia aponta uma data, não muito distante da morte do imperador Henrique VII, e não muito longe do aparecimento da *Commedia* de Dante, que é 1315 como o início

---

<sup>142</sup> O dito santo rei Luis... a seguir fora em viagem para Tunísia, e lá morreu santamente no ano de Cristo de 1270. Depois do rei santo Luis reinara Felipe, seu filho de quatorze anos, e este fora aquele que fez passagem em Aragão e lá faleceu. Este rei Felipe teve da filha do rei de Aragão dois filhos: o primeiro fora Felipe, o Belo, o qual fora o mais belo cristão que existiu em seu tempo: este reinara em França por vinte e oito anos em nosso tempo; o outro, fora Carlos de Valois, dito Carlos Sem-terra, que muitas mudanças fez em nossa cidade de Florença, como mais adiante faremos menção. Este rei Felipe, o Belo, teve três filhos: o primeiro fora Luis, rei de Navarra por herança dele; o segundo, Felipe, Conde de Peltier; o terceiro, Carlos, Conde de La Marche: e morto o pai, no ano de Cristo de 1315, foram todos os três reis de França, tendo um seguido após o outro em pouco tempo. Vimos recontando desde longe, na sequência de que o rei de França e Apúlia descende do legado de Hugo Capeto, porque, contando nossa história de Florença, e de outra província e terra de Itália se possa melhor compreender. GV, IV, 4

provável dos trabalhos de Villani. Embora, como veremos mais adiante, a vida de Villani tenha sido bastante atribulada, o que levaria, de bom grado, a deduzir que uma empresa como a *Nuova Cronica* requereria de seu autor uma vida mais estável, a data apontada por Aquilecchia não nos parece improvável. A nosso ver, a data citada por Villani como marco inicial de seu trabalho tem menos importância, a não ser para critérios de datação do texto, o que pode ser conseguido através da crítica interna dos documentos, e por isso a necessidade de uma edição crítica que contemple todos os manuscritos remanescentes, do que a carga simbólica que encerra.

Como um cristão piedoso, Villani descreve a ambiência da cidade em tempos de peregrinação e exulta certos aspectos da própria cristandade, como a concessão de indulgências, a prática continuada de adoração aos santos, a confissão e a peregrinação como medida para expiação dos pecados. Villani exorta aspectos da convivência piedosa e comunitária próprias da cristandade, e mais ainda, da *Ecclesia*, enxergando nos duzentos mil peregrinos que acorreram a Roma no ano do jubileu de 1300, as virtudes eminentemente cristãs da paciência, da passividade e da prosperidade. E, então, Villani toma para si a responsabilidade de escrever a história de Florença, a exemplo de grandes historiadores de Roma, reconhecendo-se, por um lado enquanto historiador, visto que se equipara com eles, e por outro, construindo a imagem de Florença a quem delega o atributo de ser a continuação de Roma: “filha e criatura de Roma”. (GV, IX, 36)

Entretanto Villani, como historiador cristão submete não apenas a crônica, porém a história à vontade de Deus: “por tanto tempo quanto for o prazer de Deus”. E mais, espera que com sua obra alcance a graça divina: “cuja esperança pela sua graça se faz essa empresa”. (GV, IX, 36) E após consagrar a crônica a Deus, menciona a data: “E assim, nesse ano de 1300, retornando de Roma comecei a compilar esse livro em reverência a Deus, eu, o abençoado João, em elogio a Florença.” (GV, IX, 36)

Percebe-se que a menção à data de início dos trabalhos de Villani tem uma forte carga simbólica e está inserida em um contexto mais amplo. Situar o início da crônica em um ano santo, em que estaria sendo concedido o perdão máximo cristão com “plena e total remissão de seus pecados”, ainda mais estabelecendo um paralelo de Florença enquanto continuidade de Roma, a “*santa cidade*”, seria estender àquela cidade o perdão concedido a ele, “o abençoado João”, através daquele livro que reverencia a Deus e concede a salvação à Florença. Eis a história como o que chamamos de “espaço da Salvação.” (GV, IX, 36)

Há um diferencial importante entre as obras de Dante e Villani, que é que o primeiro não dá à sua obra um sentido histórico como faz Villani. E há também diferenças sensíveis de ponto de vista, o que se refletirá inequivocamente na interpretação política de determinados fatos caros a Florença, pois Villani é partidário da facção dos Guelfos Negros, enquanto Dante é um ativo representante da facção dos Guelfos Brancos<sup>143</sup>. Nessa direção nos aponta prof. Louis Green, da Universidade de Cambridge, que afirma que uma diferença fundamental entre Dante e Villani é que aquele não elabora uma interpretação histórica explícita, esta precisa ser deduzida a partir de suas digressões, e de suas ironias:

...The extent of this disparity is obscured by the fact that Dante did not explicitly elaborate an interpretation of history. This has to be deduced from his digressions and his placing of key historical figures in the Inferno or Purgatorio.”<sup>144</sup>

As diferenças de enfoque e interpretação também são visíveis de acordo com a orientação política de cada um deles. Por exemplo, Dante tende a condenar a ambiguidade de Carlos de Valois e o excesso dos Negros em 1301, e a ter uma visão compassiva acerca do imperador Frederico II. Villani, por sua vez, tende a ver Frederico II como a encarnação do próprio mal. Dante percebe a autoridade papal enquanto arrogante e corrompida pelos poderes seculares e imperiais, enquanto Villani tende a interpretar a autoridade da Igreja como “encarnação das forças da virtude na história”. (GREEN, 2008, p. 16)

Por fim, acerca dessa sempre reiterada discussão sobre a interdependência entre os textos de Dante e Villani, consideramos dois aspectos fundamentais. O primeiro dispõe que é pouco provável que não tenha havido em algum momento, enquanto ambos estavam sendo escritos, contato entre os dois textos, e até mesmo intercâmbio entre eles, e caso tenha ocorrido, o resultado final não foi seriamente distorcido, modificado ou influenciado por nenhum dos dois, já que ambos guardam suas respectivas visões políticas, portanto, a discussão em torno desse tópico (de quem teria ou não autoridade sobre o texto) nos parece irrelevante. Além do mais, Florença possui uma vasta tradição cronística, que certamente criou uma ambiência cultural propícia aos escritos históricos e literários, e as diferenças políticas e sociais, que pululavam na cidade ajudaram a moldar suas feições e o aparecimento de tão ricos textos e interpretações. É válido, porém, estabelecer a cronologia entre os dois

---

<sup>143</sup> A configuração política de Florença à época de Villani é bastante complexa, e dela trataremos mais adiante.

<sup>144</sup> O alcance dessa disparidade é obscurecido pelo fato de Dante não ter explicitamente elaborado uma interpretação da história. Isso tem que ser deduzido a partir de suas digressões e do posicionamento de figuras históricas chave no Inferno ou no Purgatório. GREEN, Lois. *Chronicle Into History An Essay on the Interpretation of History in Florentine Fourteenth-Century Chronicles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Pág. 16.

trabalhos, e até mesmo apontar alguns paralelismos entre ambos, como forma de crítica interna do documento e datação, pois isso contribui, já que consideramos o panorama historiográfico florentino do séc. XIV como bastante rico, para uma melhor interpretação do texto de Villani, e do próprio Dante, e através disso, da própria Florença medieval.

A segunda consideração a esse respeito repousa no fato de que sem uma edição crítica da *Nuova Cronica*, não é possível afirmar categoricamente uma data para o início dos trabalhos e nem estabelecer um texto-base definitivo, por conseguinte, o texto de Villani estará sujeito, enquanto essa edição não for publicada, às mais divergentes interpretações, sobretudo quando estas se restringem a trechos e capítulos, e não à obra como um todo. De fato, em alguns livros e capítulos o texto de Villani, possuem paralelismos com o de Dante, entretanto essas similitudes, na nossa opinião, estão mais condizentes com a existência de uma vasta tradição cronística florentina da qual tanto Dante quanto Villani são tributários, do que relacionadas a uma codependência entre os dois.

### 4.3 – A cronística urbana em Florença

A comuna de Florença do séc. XIII e XIV que Villani conheceu, vivia um momento de efervescência política, econômica e cultural único em toda a Europa.

A primeira crônica urbana de Florença que se tem notícia é uma crônica escrita em Latim intitulada *Chronica de Origine Civitates*, que nada mais é do que uma compilação, de autoria anônima, de lendas populares, tradições mitológicas e eventos históricos, e que deve ter sido escrita, conforme nos apontam diversos estudiosos, dentre eles o professor de Língua e Literatura italianas da Universidade de Manchester, Giovanni Aquilecchia<sup>145</sup>, antes de 1231, provavelmente ao final do séc. XII. Essa *Chronica De Origine Civitates* se inicia a partir de Adão com a divisão do mundo em três continentes, em seguida narra o mito da torre de babel e brevemente indica as fronteiras da Europa para, finalmente, narrar a fundação da cidade de Fiesola, cuja localização é fartamente elogiada:

In qua quidem parte sie confinata fuit primus dominus quidam, qui vocatus fuit Attalans, cuius uxor fuit Alletra, cum quo seu quibus erat Apollo, cuius consilio eorum negotia gerebantur, qui invenit locum in quo civitatem Faesulae condiderunt. Et infra praedictos confines prae cunctis aliis eligerunt in omnibus meliorem. Et nota quod Faesulana civitas in meliori loco est posita partis

---

<sup>145</sup> AQUILECCHIA, Giovanni. *Dante and the Florentines Chroniclers*. A lecture delivered in the John Rylands Library on Wednesday the 10th of March 1965.

Europiae, eo quod in medio duarum partium inter duo maria prope unam dictam ex qualibet parte vel quasi<sup>146</sup>. (Cr. Or. Civit. Anon. I)

Em seguida, o cronista anônimo elenca as cidades de Roma e Tróia, até que retorna a Fiesola, mostrada no primeiro século a partir do nascimento de Cristo, em que é retratada enquanto teatro de operações militares da rebelião de Catilina, da qual, segundo a compreensão do autor, Fiesola toma parte: “Praedictus vero Catellina et alii expulsi Faesulanam civltatem intraverunt et indo Romanis in quantum poterant resistebant.”<sup>147</sup> Portanto, Fiesola colocaria a si mesma, na visão do cronista anônimo do séc. XII, enquanto um entrave aos interesses do Império Romano. E o cronista narra ainda que a resistência de Catilina fora duramente reprimida por Roma, que enviara contra os conspiradores um exército de legionários chefiados por dois côsules, Metelo e Fiorino, sendo este último morto em batalha, o que atrairia a fúria de Roma. É enviada, então, uma hoste ainda mais poderosa, e cercada a cidade de Fiesola durante sete anos e três dias, o que levou à consequente destruição da cidade e a edificação de uma nova sobre suas ruínas, como vingança pela morte do côsul romano, nascendo assim *Fiorenza*:

Et dum diu ibi starent et muros ejusdem civitates aspicerent et nullatenus aliam laesionem inferre valerent, Caesar omnibus Romānis ibi existentibus dixit, ut omnes Romani rediient et ipse cum suis tam diu staret ibi proinde, quousque a fundamentis eandem erueret civitatem. Et praecepit ut nullus aliqua victualia nierearetur, nisi in loco ubi mortuus fuerat Florinus, ad hoc ut semper in memoriam haberetur de injuria Roraanoium et de morte Florini, ut vindictam facerent condecemtem. Ita obsessa fuit ipse civitas ab eo et suis perspatium VIII annorum et sex mensium et III dierum.<sup>148</sup> (Chr. Or. Civit., 9, pág. 53.)

Observe o paralelismo existente entre a *Chronica De Origine Civitates* e a *Cronica Nuova* de Villani, no capítulo em que narra o mesmo fato:

---

<sup>146</sup> Nos confins dessa terceira parte (Europa) houve um primeiro senhor, o qual se chamava Atlante, cuja esposa tinha sido Electra, e seu conselheiro era Apolônio, e foi pelo conselho deste, acerca daquilo que deveria ser realizado, que se achou o local em que a cidade de Fiesola deveria ser fundada. E nesse confim escolheram o melhor e o mais salutar lugar dentre todos. E nota-se que a cidade de Fiesole está situada na melhor parte da Europa, na parte intermediária entre dois mares, ou seja, de todas as suas partes, próxima ou quase. In: HARTWIG, Otto. *Sanzanomis Gesta Florentinorum e Cod. Florentino Primum Edita. Indices Lectionum et Publicarum et privatarum quae in Academia Marpugensi.* Elwert: Universität (Marburg), 1875. Pág. 39 Tradução minha.

<sup>147</sup> ... Mas, expulsos Catilina e seus aliados, fugiram para Fiesole, de onde travaram resistência aos romanos. *Chronica de Origine Civitates*, 3, pág. 49. (Cr. Or. Civit. Anon.3).

<sup>148</sup> ...Agora, tendo Júlio Cesar cercado e assediado a cidade de Fiesole, e permanecendo por muito tempo, não podendo se aproximar das muralhas da cidade de nenhuma maneira, Cesar ordenou que todos os romanos da hoste deveriam partir e regressar a Roma; prometendo-lhes que ficaria até destruir até às fundações o muro daquela cidade. E sua gente deliberou que não havia nenhum homem que não cooperasse, nem retomasse o lugar em que fora morto Fiorino, sob pena de vida: que sempre estaria na memória a morte de Fiorino e as injúrias sofridas pelos romanos, para que fosse maior a vingança. Então por causa disso foi sitiada a cidade Fiesole por Júlio Cesar e esteve sob cerco por sete anos e três dias... Chr. Or. Civit., 9, pág. 53.

Stato l'assedio a Fiesola la detta seconda volta, e consumata e affritta molto la cittade sì per fame, e sì perché a l'loro furono tolti i condotti dell'acque e guasti, s'arrendéo la città a Cesere e a' Romani in capo di due anni e quattro mesi e VI dì che vi si puose l'asedio, a patti, chi ne volesse uscire fosse salvo. Presa la terra per li Romani, fu spogliata d'ogni ricchezza, e per Cesere fu distrutta, e tutta infino a' fundamenti abattuta.<sup>149</sup> (GV, I, 37)

Percebe-se que as duas narrativas se equivalem, guardando-se diferenças pontuais quanto ao estilo e língua, a primeira está em latim, a segunda em toscano, porém o fato que narram (o cerco a Fiesola) e a ordem dos acontecimentos é a mesma, assim como o enfoque e a interpretação. Há uma diferença na contabilidade dos anos de cerco a Fiesola, que na primeira crônica aparece como tendo sido por sete anos, e na de Villani, como dois. A explicação é simples, na *De origine Civitates* o trecho em que o autor fala do segundo cerco, ele menciona o tempo total em que a cidade ficou sitiada, incluindo o primeiro e o segundo cercos. Já Villani, nesse capítulo em que fala do segundo cerco, apenas contabiliza o tempo desse cerco e não soma com o anterior.

Quase um século depois do aparecimento da *Chronica de Origine Civitates*, no séc. XIII aparece outra crônica de Florença, chamado de *Gesta Florentinorum* de Senzanome, que foi possivelmente um magistrado<sup>150</sup> atuante e originário da aristocracia da comuna de Florença no séc. XIII segundo pesquisas recentes, das quais se destaca a do professor italiano Enrico Faini. Trata-se de um texto historiográfico, com andamento analítico em boa parte de sua narrativa, após uma breve introdução, na qual faz referência ao mito de origem romana da cidade de Florença, descreve os acontecimentos da história cidadina contemporânea a partir da conquista (essa sim, histórica) da cidade de Fiesola, ocorrida em 1125.

A narrativa prossegue com certa linearidade, enriquecendo-se de detalhes à medida que o autor narra os acontecimentos de seu próprio tempo, sem mudanças significativas de estilo, até o ano de 1231, ano em que é interrompida bruscamente, não se sabe se pela morte do autor. Tal crônica data provavelmente da primeira metade do séc. XIII, e na menção que faz da origem romana da cidade, descreve os eventos relacionados à morte de Fiorino, à fundação pelos quatro generais romanos de Florença como vingança pela morte de Fiorino, e

---

<sup>149</sup> Tendo sido sitiada Fiesola pela segunda vez, exaurida e aflita, tanto pela fome como porque seus aquedutos foram cortados e danificados, a cidade se rendeu a Cesar aos romanos no período de dois anos e quatro meses e seis dias, que foi o que durou o cerco, com a condição de que quem quisesse deixar a cidade o fizesse em segurança. Aprisionada a terra pelos romanos, foi espoliada de toda a sua riqueza e por Cesar foi completamente destruída, incluindo suas fundações; GV, I, 37

<sup>150</sup> Segundo o primeiro editor da *Gesta Florentinorum*, ainda no séc. XIX, e corroborado por pesquisas recentes, Senzanome teria sido um juiz e notário atuante da comuna di Firenze, ativo da última década do séc. XII até os anos 30 do sec. XIII, membro do grupo dirigente da comuna, possivelmente relacionado por parentesco ou amizade à família de cônsules Degli Infagati.

a tentativa de César dar seu nome à cidade, dos quais o relato guarda bastante semelhança com sua fonte mais antiga:

...maiori tamen parte consentiente appellaverunt eam Florinam , et ex nimio usu Florentiam eo quod hedificata fuit in floribus, vel quia ibi Florinus interfectus fuerat. Item est et alia interpretatione dicta Florentia quasi Florensia idest in ense florens, vel quia ab excellentioribus urbis fuit hedificata , ne refici. posset tempore procedente civitas fesulana.<sup>151</sup> (SENZANOME: 1875, p. 3)

Na *Nuova Cronica*, Giovanni Villani narra o aparecimento do nome de Florença no primeiro livro, de forma muito semelhante a Senzanome, quase parafraseando em alguns pontos, a *Gesta Florentinorum*, o que é um forte indício de que tê-la consultado como fonte:

Poi la maggiore parte degli abitanti furono consenzienti di chiamarla Floria, sì come fosse in fiori edificata, cioè con molte delizie. E di certo così fu, però ch'ella fu popolata della migliore gente di Roma, e de' più sofficianti, mandati per gli sanatori di ciascuno rione di Roma per rata, come toccò per sorte che l'abitassono; e accolsono co'loro quelli Fiesolani che vi vollono dimorare e abitare. Ma poi per lungo uso del volgare fu nominata Fiorenza: ciò s'interpetra spada fiorita.<sup>152</sup> (GV, II, 1)

Nota-se que o substrato das duas crônicas é o mesmo, e à diferença pontual de estilo, o paralelismo entre as duas é evidente e apenas reforça que a autoconsciência urbana recém adquirida pela Comuna de Florença pôde criar uma memória cidadina que tende a ligar simbolicamente a pretensa origem romana à grandeza experimentada pela cidade nos séc. XIII e XIV, como se esta fosse a continuação natural do maior império que a humanidade conheceu. Villani reconhece, segundo o prof. Louis Green, essa correlação entre a “nobre origem” e o esplendor de Florença em seu tempo, entretanto, estabelece uma outra, baseada tanto na admiração de uma semilegendária antiguidade, que remontaria aos romanos e troianos, como enxergaria na raiz diversificada da humanidade advinda do colapso da Torre de Babel, de onde parte a narrativa, uma ligação entre os tempos bíblicos e a origem florentina:

---

<sup>151</sup> Chamavam-lhe a maioriapor convenção, de Floria, pelo uso excessivo, Florentiam, e porque foi edificada entre flores, ou porque ali Fiorino tinha morrido. Entre várias interpretações é que é dita Florentia, quase Florensia, isto é, espada florida, e lá onde excelente urbs foi edificada, não pode ser refeita ao longo do tempo a cidade de Fiesole. SENZANOME. *Gesta Florentinorum*. In: HARTWIG, Otto. *Sanzanomis Gesta Florentinorum e Cod. Florentino Primum Edita. Indices Lectionum et Publicarum et privatarum quae in Academia Marpugensi*. Elwert: Universität (Marburg), 1875. Pág. 3.

<sup>152</sup> Após que a maioria dos habitantes consentiu em chama-la Floria posto que fora construída entre flores, ou seja, entre muitas delícias. E certamente o fora, visto que foi povoada pelas mais bem-aventuradas e capazes pessoas de Roma, enviadas pelo Senado na proporção de cada bairro de Roma, escolhidas por sorteio, e foi permitido, dentre esses, os fiesolanos que lá quisessem permanecer habitar. E, por causa do longo uso na língua vulgar, fora chamada Fiorenza, Espada Florida. GV, II, 1

Poised between his veneration for a semi-legendary antiquity and the omnipresent demands of his religion, Giovanni Villani grounded his for a semi-legendary antiquity and the omnipresent demands of his religion, Giovanni Villani grounded his account of his city's history in the elaboration of a tradition by which the diversification of humanity stemmed from the Tower of Babel, and the trojans and romans were the biblical times and the original Florentines.<sup>153</sup> (LOUIS, 1978, p. 14)

Por outro lado, percebe-se que a memória urbana expressa na cronística histórica anterior a Villani, da qual resta-nos lembrar ainda da *Gesta Florentinorum*, conhecida como de autoria de Brunetto Latini, do séc. XIII, procurou através da origem mítica de dois povos inimigos, os romanos e os fiesolanos, oferecer uma explicação para as dissensões a que Florença sempre esteve sujeita dentro de seu próprio território e em relação aos circundantes.

A contribuição que Villani traz à essa memória histórica *ab origine* reside no fato de que este estabelece não apenas a relação simbólica entre a origem miscigenada de dois povos excludentes e o destino da cidade, como compreende que é a Providência Divina, que no jogo das virtudes, faz com que Florença sofra as influências da ventura (romana) e do mal (fiesolano):

E nota, perché i Fiorentini sono sempre in guerra e in disensione tra loro, che nonn-è da maravigliare, essendo stratti e nati di due popoli così contrari e nemici e diversi di costumi, come furono gli nobili Romani virtudiosi, e' Fiesolani ruddi e aspri di guerra.<sup>154</sup> (GV, II, 2)

O argumento da existência de uma forte tradição de memória urbana *ab origine civitatis* em Florença, que acompanha o nascimento de uma autoconsciência cidadina, importante para a consolidação da comuna no séc. XII e XIII, fica ainda mais reforçado quando comparamos outros aspectos da cronística medieval italiana dos Trecentos.

Segundo o prof. De Vincentiis, na região toscana durante o séc. XIV a prática desse tipo de cronística urbana, com uma acentuada preocupação em estabelecer as origens da cidade para em seguida iniciar a narração dos eventos contemporâneos é bastante difundida:

Nel XIV secolo in area toscana è piuttosto diffuso lo schema cronachistico in cui una sintesi iniziale dedicata agli avvenimenti antichi ab origine civitatis, più o meno breve, precede il racconto disteso e particolareggiato degli avvenimenti di un periodo cronologicamente più ristretto, che può essere considerato contemporaneo all'autore 3 . La tendenza al 'contemporaneismo' dei cronisti

---

<sup>153</sup> Posicionado entre a sua veneração por uma antiguidade semi lendário e as demandas onipresentes de sua religião, Giovanni Villani fundamenta o relato sobre a história de sua cidade na elaboração de uma tradição, em que a diversificação da humanidade originou-se da Torre de Babel, e os troianos e os romanos eram a ligação entre os tempos bíblicos e os florentinos originais. LOUIS, 1978, p. 14

<sup>154</sup> E não é espantoso que os florentinos estejam sempre em guerra entre si, pois descendem de dois povos contrários, hostis e diversos nos costumes, como eram nobres e venturosos os romanos nas guerras, e os fiesolanos, rudes e ferozes. GV, II, 2

cittadini è provocata dalla passione politica, e quindi dall'esigenza di trasmettere una versione dei fatti che corrisponda alla loro esperienza diretta e alle loro idee.<sup>155</sup>

É dentro desse panorama cronístico de supervalorização das origens comunais, que a crônica de Villani ocupa um papel de destaque, não apenas pela monumentalidade de sua empresa, mas pela qualidade historiográfica que tem reconhecida desde sua escritura, pois até o seu surgimento, as crônicas históricas florentinas anteriores a Villani, a *Chronica De Origine Civitates* e a *Gesta Florentinorum de Senzanomis*, embora sejam um importante registro da vivência da cidade, não passam de compilações mais ou menos engendradas de fatos cronologicamente agrupados, feitas por notários e/ou magistrados, oriundos da aristocracia comunal, mas que carecem de maior aprofundamento ou mesmo de um tratamento mais sistemático do ponto de vista historiográfico.

Nesse quadro em que se situam as crônicas *ab origine* de Florença, cabe-nos salientar uma exceção, que é a de Dino Compagni<sup>156</sup>, cidadão florentino, que não segue os moldes da cronística tradicional, não só porque seu objeto não é propriamente a história da cidade mas a narração de suas divisões políticas, com o propósito de enaltecer a que pertence o autor. É possível que Villani tenha tido contato com essa crônica. Segundo De Vicentiis, Dino Compagni escreve entre 1306 e 13013:

Tra il 1306 e il 1313 il fiorentino Dino Compagni scrisse una cronaca dei fatti accaduti a Firenze durante i suoi tempi. In verità la storia della città non lo interessava molto. Gli interessava invece lasciare ai posteri la sua versione delle vicende che agitarono Firenze negli anni in cui si era dato alla politica. Cioè la divisione dei suoi concittadini in guelfi bianchi e guelfi neri nel 1300, gli scontri che ne seguirono, infine la spedizione in Italia dell'imperatore Enrico VII tra il 1310 e il 1313 da cui il cronista sperava potesse nascere un rivolgimento politico anche nella sua città.<sup>157</sup>

---

<sup>155</sup> Na região da toscana do século XIV é razoavelmente generalizado o modelo cronístico em que uma síntese inicial narra os eventos dedicados à antiga origem civitatis mais ou menos breve, antes de se estender na narrativa detalhada dos eventos de um período cronologicamente mais restrito, e que pode ser considerado contemporâneo ao autor. A tendência para o 'contemporanismo' dos cronistas citadinos é provocada pela paixão política, e, portanto, da necessidade de passar uma versão dos fatos que corresponda a sua experiência direta e às suas ideias. DE VICENTIIS, Amedeo. "Scrittura storica e politica cittadina: la "Cronaca fiorentina" di Marchionne di Coppo Stefani" [A stampa in «Rivista storica italiana», 108 (1996), p. 230-297 © dell'Autore – Distribuito in formato digitale da "Reti Medievali", www.retimedievali.it]. Pág. 2.

<sup>156</sup> Dino Compagni. *Cronica*, a cura di D. Cappelletti, Roma, 2000 (Rerum italicarum scriptores 3 [: RIS3]), da cui cito. Rimane indispensabile il commento a cura di I. Del Lungo, RIS2, 9/2, Città di Castello, 1907-1917.

<sup>157</sup> Entre 1306 e 1313 o florentino Dino escreveu uma crônica dos acontecimentos em Florença durante o seu tempo. Na verdade, a história da cidade não lhe interessava muito. O interessava, ao invés, deixar para a posteridade a sua versão dos eventos que agitaram Florença nos anos em que foi dado à política. Ou seja, a divisão de seus compatriotas em guelfos brancos e negros em 1300, os confrontos que se seguiram, enfim a expedição em Itália do Imperador Henrique VII entre 1310 e 1313 pelo qual o cronista esperava nascere uma agitação política, mesmo em sua própria cidade. DE VICENTIIS, Amedeo. "Origini, memoria, identità a Firenze nel XIV secolo". La rifondazione di Carlomagno [A stampa in La mémoire des origines dans les

Nesse sentido, o que Villani traz de novidade, da qual ele é consciente, é que sua *Nuova Cronica*, além de inaugurar uma vigorosa tradição histórica vernacular em Florença, oferece uma história da cidade fundamentada em uma concepção de destino histórico, de que a cidade tinha um sentido histórico determinado e que este convergia para o papel que ocupava, que se reveste de tanta autoridade, que passa a ser *potestas*, nas disputas políticas de seu tempo, sobretudo quando esta avança sobre outros territórios.

Villani também, diferentemente dos cronistas florentinos que o precederam, oferece-nos na *Nuova Cronica* uma interpretação moral da história em que articula a vontade Divina ao sentido histórico, transmutando a concepção clássica de Fortuna, em que o excesso de boa fortuna necessariamente atrairia uma equivalência desastrosa, na concepção cristã de punição dos pecados pelas faltas cometidas. O ciclo dos pecados, ao qual Villani atribui o ciclo da história, possui uma proporção de causa e efeito, segundo nos diz Luis Green:

An offence which is immediately manifest, which requires no interval of time for its full iniquity to be revealed, can be promptly punished. But the greater the evil, the longer is its lease of life and, correspondingly, the graver in its penalty. The cycle of sin and retribution is drawn out in proportion to the severity of its cause, the most serious violations of the natural order being those with the most far-reaching historical repercussions.<sup>158</sup> (GREEN: 1978, p. 21)

A *auctoritas* que Villani adquire ainda em vida impulsiona com mais intensidade o fervilhante panorama historiográfico comunal, e é devido a ele o aparecimento de outras crônicas urbanas, como a de Marchionne di Coppo Stefani<sup>159</sup>, que escreve em Florença, na primeira metade dos anos 80 do séc. XIV, e que em boa parte de seu texto, cita Villani.

É em nome do destino singular de Florença, fruto direto da Providência Divina que Villani escreve a sua crônica, começando sua obra no ano em que o sumo pontífice concede o perdão perpétuo a quem confessasse os pecados e peregrinasse, o “abençoado João”, expõe os pecados de sua cidade para garantir que seu destino de ventura se cumpra e Florença possa, enfim, no dia do Julgamento Final, salvar-se.

---

institutions médiévales, in «Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge», 115 (2003), p. 385-443 © dell'autore – Distribuito in formato digitale da “Reti Medievali”, [www.retimedievali.it](http://www.retimedievali.it)]. Pág. 1.

<sup>158</sup> Uma ofensa que é imediatamente manifesta, que não requer nenhum intervalo de tempo para que a sua iniquidade seja completamente revelada, pode ser prontamente punida. Mas quanto maior for o mal, mais longo será o seu ímpeto e, conseqüentemente, mais grave a sua pena. O ciclo do pecado e da retribuição é extraído na medida da gravidade de sua causa, as mais graves violações da ordem natural são aquelas repercussões históricas mais significativas. GREEN, Louis. *Chronicle into History: An Essay on the Interpretation of History in Florentine Fourteenth-Century Chronicles*. By Louis Green. (Cambridge Studies in Early Modern History). London: Cambridge University Press, 1972.

<sup>159</sup> F. Foffano. “La cronaca fiorentina di Marchionne di Coppo Stefani”. In: *Ricerche letterarie*, Livorno 1897, p. 3-39.

#### 4.4 – Estrutura da Crônica

O tipo de narrativa que Villani emprega em todo o texto da *Nuova Cronica* quase é linear, expondo os fatos importantes para a cidade de Florença cronologicamente dispostos, desde a sua fundação até o ano de 1364. Porém, como nem sempre o autor se atém exclusivamente a narrar os acontecimentos de Florença, como nos chama a atenção o prof. De Vincentii, tendemos a classificar a *Nuova Cronica* de Villani naquilo que o emérito prof. Bernard Guenée chama de Crônica Universal:

Non sempre infatti gli avvenimenti storici narrati da Villani si presentano in modo lineare e compatto, ripartiti in capitoli monotematici. Al contrario, di frequente le vicende si intersecano e la stona ‘universale’ si intreccia con quella di Firenze. E in questi casi che si manifesta maggiormente la critica storica, il métier d’historien di Marchionne, anche se nei limiti di un’attività compilatoria.<sup>160</sup> (VINCENTII: 1996, p. 4)

Embora tenha a especificidade de tratar também, e de forma secundária, de eventos não unicamente restritos à Florença em sua crônica, a escolha e análise por Villani desses fatos universais, está relacionada diretamente com os acontecimentos que afetam de alguma maneira sua cidade, portanto, mesmo quando o autor emprega um corte “transversal”, ele o faz entrelaçando com os eventos florentinos.

A *Nuova Cronica*, segundo a divisão proposta por Giuseppe Porta em sua edição crítica de 1991, que tomamos como parâmetro nessa pesquisa e que estabelece o texto de Villani de forma definitiva, está dividida em três tomos, abrangendo treze volumes.

Os cinco primeiros livros tratam da origem do mundo e dos continentes, seguindo a tradição medieval das seis idades, a origem da humanidade, a origem das cidades de Roma, Tróia, e das linhagens reais da França, Alemanha, e, evidentemente, da origem de Florença a partir da destruição de Fiesola. A narrativa da primeira seção da *Nuova Cronica* trata de eventos universais da seguinte maneira:

- 1) o primeiro livro é basicamente dedicado a uma variedade de origens e fundações em escala universal, sendo a parte em que aparecem os cortes transversais já aludidos. Aabrange desde os tempos bíblicos até o ano 72 a.C;

---

<sup>160</sup> Nem sempre, de fato, os eventos históricos narrados por Villani ocorrem de forma linear, compacta, e dividida em capítulos monotemáticos. Ao contrário, acontecimentos frequentes se cruzam e destoam para o ‘universal’, entrelaçando-se com os de Florença. E nesses casos, que se manifesta críticas mais histórico, no métier de histórico de Marchionne, embora dentro dos limites de uma atividade compilatoria. Ibicit. Pg. 4.

- 2) o segundo livro centra-se na primeira fundação de Florença, e é nessa parte que aparece a origem mítica da cidade, seu nome, e as características fundamentais que moldaram seu caráter e sua identidade. Do ano 72 a.C até 415 da Era Cristã;
- 3) o terceiro amplia seu enfoque através de cortes transversais, dessa vez sobre os acontecimentos que afligiam a Itália até Carlos Magno (incluindo a destruição de Florença). Do ano de 440 até cerca de 800;
- 4) o quarto é dedicado à reconstrução da cidade após a destruição de Átila, o Flagelo de Deus. De 800 a 805;
- 5) o quinto trata do reinado de Otto I da Alemanha; da Condessa Matilda; e da construção do primeiro muro, dentre outros, englobando os eventos ocorridos entre 805 a 1154. É nele que são tratados as disputas pela autonomia comunal, a morte da Condessa Matilda da Toscana e o aparecimento do consulado;
- 6) Do sexto em diante a narrativa, embora apresente cortes transversais, concentra-se mais nos eventos relativos à florença. São os livros mais extensos de toda a crônica. O sexto abrange do ano de 1154-1220 e trata do aparecimento do podestado (1207) e das querelas entre guelfos e gibelinos;
- 7) O sétimo trata dos acontecimentos entre 1220 e 1254. Dentre eles, a coroação de Frederico II e sua morte;
- 8) O oitavo trata dos acontecimentos ocorridos de 1254 a 1282;
- 9) O nono abrange os fatos ocorridos entre 1282 e 1302, dentre eles o famoso jubileu de 1300;
- 10) O décimo livro compreende do ano 1302 a 1322;
- 11) O décimo primeiro do ano de 1322 a 1328;
- 12) O décimo segundo vai do ano de 1328 a 1342. É nele que aparecem o grande dilúvio de 1333, os eclipses e acontecimentos astrológicos que Villani associará aos infortúnios de Florença;
- 13) O livro décimo terceiro trata do ano de 1342 a 1347, e é nele que aparecem o declínio da cidade após a falência das companhias Peruzzi e Buonaccorsi. É um dos mais sombrios e o último escrito pelo próprio Villani.

Sobre a cronologia de Villani, resta dizer que o ponto de partida anual em Florença acontece na data da Anunciação, ou seja, no dia 25 de março, portanto, deve-se ter em vista que para Villani o ano começa nesse dia e termina no dia 24 de março do ano seguinte. Como Villani escreveu sua crônica em pelo menos duas partes, a primeira foi completada no ano de

1333, e a segunda ficou inacabada, em 1348 com a morte do autor. Sabe-se que mesmo durante os trabalhos de sua escritura, partes dela circulavam em Florença e eram copiadas, fator que demonstra o alcance e importância que a obra alcançou em sua época, mas que dificulta hoje o mapeamento de um códice “original”.

A *Nuova Cronica* é composta de oitocentos e quarenta e nove capítulos no total, organizados por títulos, em ordem cronológica ascendente, com numeração em caracteres romanos. Desses três tomos, e treze livros, apenas parte do décimo terceiro não foi escrita pelo próprio Giovanni Villani, que narrou os eventos ocorridos até 1347, quando a narrativa é interrompida, provavelmente pela sua morte, causada pela Peste Negra em 1348, durante a grande epidemia que assolou a cidade de Florença nessa ocasião.

O trabalho de Villani alcançara um sucesso tão grande entre seus concidadãos, que mesmo após a sua morte, seu trabalho despertava grande interesse. Tanto que seu irmão, Matteo, continuou a escrevê-lo até a morte, em 1363, quando foi substituído na tarefa por seu filho, Filippo, sobrinho de Villani.

#### 4.5 – Giovanni Villani: Vida e obra

A data de nascimento de Giovanni Villani não é exatamente conhecida, entretanto, presume-se que não tenha ocorrido muito além de 1276, na comuna de Florença.

Filho de Villano di Stoldo di Bellincione, de uma antiga família de mercadores da Arte de Calimala<sup>161</sup> (acabadores de lã), que veio a ser *priori*<sup>162</sup> da *Signoria*<sup>163</sup> da comuna em 1300. Nesse ano mesmo, Giovanni Villani, associou-se à companhia Peruzzi, uma das principais casas de comércio e câmbio da comuna de Florença, ao mesmo tempo, juntou-se à Arte del Cambio (a guilda dos banqueiros). Viajou a Roma como peregrino para o jubileu de 1300 do

---

<sup>161</sup> Os comerciantes e produtores, o *popolo*, excluídos da participação no poder consular estabelecido na comuna em 1138, que era monopolizado pelas famílias de origem seorial, começam a se organizar desde 1182 em uma associação profissional utilizando os modelos dos consórcios aristocráticos, nascendo assim a corporação de ofício Arte di Calimala. O nome vem da rua onde os comerciantes tinham estabelecidos os seus armazéns, a rua mais larga (cardo maximus). Ver: CARDINI, Franco. *Breve Historia de Florencia*. Pisa: Pacini Editore, 2006. Pág. 44.

<sup>162</sup> Priori é um cargo eletivo, exercido por homens com mais de trinta anos de idade, oriundos das guildas de ofício. A eleição era feita colocando-se os nomes dos membros da guilda que satisfizessem as condições ( não estar em dívida, não ter cumprido pena recentemente e não ser aparentado ou relacionado a nomes já eleitos) em oito bolsas de couro, as *borse*, a cada dois meses as bolsas eram levadas então até a Igreja de Santa Croce onde era feito o sorteio. Após a eleição, mudavam-se para o Palazzo dela Signoria, e passavam a usar uma capa carmesim, e recebiam um pagamento para suprir suas despesas.

<sup>163</sup> Signoria é a Suprema Magistratura comunal. Composta por nove membros, sendo oito advindos das seis guildas maiores, e dois das menores, o nono é chamado de *gonfalonieri* di compagnia, o dirigente da comuna.

Papa Bonifácio VIII, e visitou as ruínas da antiga cidade. Láteve a inspiração para a empreitada de sua vida, a Nuova Cronica.

Entre 1302 e 1307 viajou a Flandres para tratar dos interesses do escritório de sua companhia em Bruges. Como era comum em sua época, entre os italianos das guildas dos mercadores, foi aprendiz itinerante no comércio entre as cidades, e nas finanças atuando como cambista, e recebendo salário, tendo, somente por volta dos trinta anos adquirido os meios para se estabelecer definitivamente em Florença e se envolver nos negócios da vida civil.

Em 1306 há a menção do nome de Villani em um contrato de cambium, um dos primeiros que se tem notícia a citar a cidade de Bruges. Tal contrato, firmado entre duas partes, tem Giovanni Villani, na qualidade de representante do Banco Peruzzi, e a outra, Tommaso Fini, representante da Companhia Gallerari de Siena.<sup>164</sup>

No ano seguinte, regressa à Florença para se casar e, em 1308, Villani deixa de ser acionista no banco Peruzzi.

No período entre 1316 a 1341 seguiu carreira pública na comuna, participando ativamente dos negócios civis. Serviu como *Priori* em 1316, 1321-22, e em 1328. Durante esse período, Villani participou do esforço diplomático que resultou na paz com as cidades de Pisa e Lucca. E como entusiasta da moeda nascente, o florim de ouro, cria um registro para coletar as informações de todas as moedas produzidas na cidade.

Em 1322, Giovanni Villani e seu irmão, Matteo, transferem a maior parte de suas atividades econômicas para a Companhia de Buonaccorsi (atividades bancárias e mercantis).

Em 1324, Villani se torna co-diretor dessa firma. Nesse mesmo ano, é investido do poder de inspecionar a reconstrução do muro da cidade. E vai, junto do exército florentino, lutar contra Castruccio Castracani, senhor de Lucca. Em virtude disso, estava em Altopascio durante a derrota de Florença.

De 1320 a 1330 foi nomeado magistrado de provisionamento pela comuna Florença para administrar o período de escassez e protegê-la dos piores efeitos da fome. Para tentar diminuir os crescentes níveis de fome e amenizar o descontentamento dos camponeses, Villani toma as seguintes medidas: importa grãos rapidamente da Sicília através de Talamone, retira recursos do tesouro da cidade para ajudar nos esforços de socorro, requisita todos os

---

<sup>164</sup> Ver DE ROOVER, Roover. Money, Banking, and Credit in Medieval Bruges: Italian Merchant-Bankers, Lombards, and Money-Changers, A Study in the Origins of Banking. Cambridge: The Medieval Academy of America, 2007. Pág 47.

fornos da cidade, para que os pães pudessem ser vendidos a preços menores<sup>165</sup>. (BARTLETT:1992, p. 39)

Entre 1330 e 1333 Giovanni Villani ocupa o cargo de superintendente na construção do portão de bronze de Andrea Pisano para o Batistério di San Giovanni. Nos anos seguintes exerce atividades diplomáticas para a comuna. Giovanni Villani pertenceu a uma geração que presenciou a rápida ascensão de Florença na Península Italiana, tanto do ponto de vista político, através da consolidação da causa guelfa um século antes contra o imperador do Sacro Império, como experimentava o progresso econômico e cultural.

Florença havia se tornado uma potência regional graças às vias terrestres que a conduziam à rota Francigena, e aos veios navegáveis do rio Arno, que favoreceram o florescimento do comércio de tecidos, sobretudo o da lã. Também Florença mantinha um intercâmbio crescente e incessante com Bizâncio e o Oriente, de onde recebe mercadorias, pessoas e principalmente livros. Ravenna, perto dali, é a fronteira entre o Ocidente e o Oriente. O desenvolvimento das instituições comunais, com a criação de um fórum de governança baseado nas guildas de mercadores e artesãos, e realizado através da *Signoria*, ajuda a consolidar a ordem dos mercadores, o *popolo*, nas instâncias deliberativas comunais, fazendo com que rapidamente se torne uma força política bastante proeminente. É nesse contexto de esplendor que Villani enxerga toda a ventura de Florença. Como membro da guilda dos mercadores, e sido por diversas vezes representante da cidade e membro do governo comunal, Villani tinha acesso a uma gama imensurável de fontes e informações para seus escritos.

Além disso, como ativo participante da vida civil da comuna, Villani partilhava da sensação de progresso, de modernidade que graçava em toda a comuna, ao contemplar os feitos cidadãos. Com uma sólida formação intelectual, depreendida da qualidade que emprega em seu relato, através da utilização de recursos sofisticados como dados estatísticos, fontes arqueológicas e notariais, e uma vasta erudição, que se expressa em um profundo conhecimento historiográfico, literário e astronômico, nos faz pensar que Villani deva ter recebido uma excelente educação. Como nos diz Louis Green, Villani não apenas presenciou o esplendor da cidade, como decisivamente influenciou o seu curso, sendo natural que quisesse escrever a história de Florença, pois ela se confundiria com a sua:

Not only did Giovanni Villani's lifetime span the most dynamic period in Florentine history, but his experience brought him in contact with most of the

---

<sup>165</sup> Bartlett, Kenneth R. *The Civilization of the Italian Renaissance*. Toronto: D.C. Heath and Company, 1992.

areas of activity which decisively influenced its course. He had been at the papal court and, as a member of the Peruzzi Company, bankers to the king of France, would have been familiar with, if he did not know in first hand, the intrigues surrounding the clash between Phillip the Fair, and Boniface VIII. As civic official, he had immediate access to all information and would furthermore have derived from his various terms of service in valuable experience of practical affairs<sup>166</sup>. (GREEN, 1972, p. 13)

Villani viria a experimentar os dois pólos da vida de Florença, seu esplendor e seu declínio. Após uma vida ativa na comuna, como testemunha e protagonista de grandes acontecimentos, na última década de sua vida, Villani enfrentou o colapso de sua posição social e o declínio de sua fortuna.

Em 1338 a companhia dos Buonaccorsi entra em falência, arruinando financeiramente Villani, que passa pela humilhante prisão por dívida. Com a subsequente falência da Companhia Peruzzi, a vida comercial da cidade sofre um intenso declínio, o que piorou a situação financeira de Villani ainda mais. Ao ver a situação em que se encontra sua cidade, em que a sólida ordem dos mercadores havia sido eclipsada como resultado da tirania do Duque de Atenas<sup>167</sup>, Villani passa a empregar um tom sombrio a sua narrativa, como nos diz Louis Green:

...His was the complaint of a man whose old age had been crowned with poverty and disappointment and who, having nearly fifty years before conceived his great work out of pride and confidence in his city and its merchant elite, had lived to see the position of both decline dramatically, entailing his own financial and social failure<sup>168</sup>. (GREEN, 1972, p. 13)

Nos anos seguintes, Villani não readquire a antiga posição, empregando-se então com total afincamento em sua obra, que escreve sem cessar até o dia de sua morte. Em 1348, quando da epidemia de peste que assolava a cidade, e que o vitimizaria, Villani julgou aproximar-se o fim dos tempos, finalmente a morte o alcançou. Após a morte de Villani, seu irmão Matteo

---

<sup>166</sup> Não apenas o período de vida de Giovanni Villani alcançou o mais dinâmico da história florentina, mas sua experiência o colocou em contato com a maior parte das áreas de atividade que influenciaram decisivamente o seu curso. Ele havia estado na corte papal e, como membro da Peruzzi Company, banqueiros do rei da França, teria sido familiarizado, senão soube de primeira mão, das intrigas que cercaram o confronto entre Filipe o Belo e Bonifácio VIII. Como oficial civil, ele tinha acesso imediato a todas as informações e, além disso, deve ter extraído de suas diversas condições de serviço uma valiosa experiência prática de negócios. GREEN, 1972, p. 13

<sup>167</sup> Walter IV de Brienne ou Gualtieri de Brienne (1202-1356) foi Conde de Brienne, Conversano e Lecce, além de Duque de Atenas (que compreendia, dentre outras, a cidade de Jerusalém). Foi eleito capitão de Guerra e protetor vitalício da Comuna de Florença em 1342. Mas foi expulso da cidade no ano seguinte por conta de sua má conduta nos negócios da cidade.

<sup>168</sup> ... foi a queixa de um homem que em idade avançada tinha sido coroado com a pobreza e a decepção e que, tendo quase cinquenta anos antes concebido sua grande obra por orgulho e confiança em sua cidade e em sua elite comerciante, viveu para ver o posição de ambos declinar dramaticamente, significando sua própria ruína financeira e social. GREEN, 1972, p. 13

prosseguiu sua obra até 1363, quando faleceu. Seu filho Fillippo, sobrinho de Giovanni Villani, continuou a seção inacabada por Matteo. Podemos, então, dizer que o esforço historiográfico que gerou a *Nuova Cronica* foi familiar, embora o traço predominante que moldou a feição da obra tenha sido de Giovanni Villani, fato este que demonstra inequivocamente o valor e importância que essa obra adquiriu em seu próprio tempo.

Giovanni Villani talvez tenha sido o maior representante de uma geração que testemunhou a rápida ascensão comunal, e a prosperidade em todos os níveis da vida medieval. Oriundo de uma ordem da sociedade medieval que verdadeiramente transformou as relações com o tempo, com os espaços urbanos, com os laços senhoriais e que muitas contribuições trouxe à cultura laica e eclesiástica dos séc. XIII e XIV, a dos mercadores, de onde retira uma concepção de história, que era, em certa medida, bastante avançado para aquela sociedade, pois não se restringiria apenas à compilação de fatos e feitos, mas ser ela mesma uma arena de motivos e causas, de Verdade e ficção.

Villani nos oferece uma concepção de história em que ele a equivale, simbolicamente, ao Fórum Romano, como local de intercâmbio, de representação política, de discussões, ou seja, de pleno exercício da vida civil, como um fórum em que se discute o papel da cidade, sua identidade e seu destino histórico, ao que converge de forma orientada, a retroceder e avançar de acordo com a sublimação de seus pecados, impelida a superar os seus erros e encontrar a bem aventurança, nesse espaço, que é a história, de Salvação.

#### **4.5 – A Crônica de Villani: publicações e manuscritos**

A fonte tomada como base para essa pesquisa, a *Nova Crônica* ou *Nuova Cronica* de Giovanni Villani, comerciante, banqueiro e diplomata florentino, que narra a história de Florença, foi publicada pela primeira vez sob o título *Croniche di Giovanni Villani dopo la confusione della torre di Babello insino all' a 1338*<sup>169</sup>, editada por Iacopo Fasolo em 1537, na cidade de Veneza, na estamperia de Bartolomeu Zanetti<sup>170</sup>. Essa edição contemplava dez dos treze tomos originais da obra de Villani, porém carecia de precisão filológica, possuindo inclusive algumas imprecisões de grafia, além de ser uma edição incompleta.

---

<sup>169</sup> VILLANI, Giovanni. *I Primi 10 Libri delle Storie*. 1ª. ed, in-fólio. Venezia: Bartolomeo Zanetti, 1537.

<sup>170</sup> A edição de Zanetti encontra-se disponível para download no sítio <https://archive.org/details/cronicadigiovan00unkngoog>, por obra do Projeto Gutenberg.

Em 1554<sup>171</sup> aparece a edição de Torrentino, editada por Ludovico Domenichi, publicada em Florença, que contemplaria os dois livros faltantes na edição venesiana, entretanto, como aquela, carecia de precisão filológica.

Em 1559<sup>172</sup> é feita uma reedição da crônica em Veneza, dessa vez com comentários de Remigio Nannini, e impressa por Niccolo Bevilacqua para Filippo e Iacopo Giunti, florentino, porém a empresa não é bem-sucedida em obter um consenso quanto à qualidade do texto. Por essa razão, alguns acadêmicos florentinos, ao perceberem os erros, retomam o manuscrito riccardiano, que é conhecido como Testo Dovazanti, de onde retiraram as citações, as correções necessárias, estabelecendo um suplemento à edição de 1559.

Em 1562 é publicado na cidade de Veneza, por encomenda da *Giunti di Firenze*, uma reedição da *La Storia* (a edição da crônica de Villani de 1559) acrescida dos livros escritos por Filippo Villani após a morte de seu pai, Matteo Villani.

E em 1577 aparece em Florença a *Istoria de Matteo Villani*, edição dos últimos três livros da *Cronica Nuova*, acrescida do material referente a Filippo Villani.

Em 1587<sup>173</sup> aparece em Florença uma outra edição da *Giuntine* editada por Baccio Valori, mais cuidadosa quanto às imprecisões filológicas que as duas primeiras (a de 1537 e 1559), porém ainda longe de oferecer um texto definitivo. Essa edição não mostra-se segura, sobretudo pelo fato de suprimir a narração da vida de Maomé, que Villani coloca no segundo livro, e que somente apareceria ao final do volume como se fosse uma obra separada, além de ter trechos e capítulos menores faltantes.

A essas edições do séc. XVI se seguiu a de 1728<sup>174</sup>, da cidade de Milão, como parte da coleção *Rerum Italicarum Scriptores*, XIII, Milano, sob o título de *Istorie de Giovanni, Matteo e Filippo Villani*, de Muratori, famoso editor à época, que, ao contrário do que inicialmente se pensou, não seguia um códice em especial, porém fazia uma comparação entre a edição de 1559 (*Giuntine*) e o manuscrito deixado por G. B. Recanati para a Biblioteca Ambrosiana de Milão. Embora Muratori gozasse de grande fama enquanto editor àquela época, seu empreendimento não foi suficiente para fornecer uma edição satisfatória e sua edição foi duramente criticada, por conter erros e supressões. Em virtude disso, a cidade de Milão em 1802 editou uma outra, mais correta que a anterior, entretanto ainda com muitas

---

<sup>171</sup> VILLANI, Giovanni. *Storie: I Libri XI e XII*. Firenze: Torrentino 1554.

<sup>172</sup> VILLANI, Giovanni. *La Storia*. Venezia: Nic. Bevilacqua as istanza de' Giunti di Firenze, 1559

<sup>173</sup> VILLANI, Giovanni. *Istoria di Giovanni Villani, Cittadino Fiorentino*. 4ª ediz. Firenze: Baccio Valori, 1587. Citta della Accademia della Crusca.

<sup>174</sup> VILLANI, Giovanni. *Istorie di Giovanni, Matteo e Filippo Villani*. Publicado em 1729, em Milano. 2 vols. in-fólio. (vols. XIII e XIV da Col. *Rerum ital*, com notas de Lod. Murat).

falhas, dentre elas a ausência de um capítulo longo após o capítulo 45 do livro VII<sup>175</sup>, e de outro, após o capítulo 36 do livro VIII<sup>176</sup>.

Todas as edições enumeradas acima foram realizadas sem grandes cuidados técnicos, e sem que os diversos códices existentes da Nova Crônica de Giovanni Villani fossem adequadamente comparados. Um esforço nesse sentido somente começa a ser realizado a partir de 1840 quando aparecem as edições comparativas encabeçadas por filólogos e historiadores, quando há a preocupação explícita de se estabelecer um texto-base para a Crônica de Villani que pudesse nortear as publicações futuras.

Em 1823 foi editada em Florença por Gioacchino Antonelli, a edição que seria congecida como a “*Vulgata de Giovanni Villani*” sob o título *Cronica di G. Villani a miglior lezione ridotta coll' ajuto de' testi a penna*, por Magheri, em 8 volumes, e estava baseada no MSS. Riccardiano 1532 (conhecido como Testo Davanzati) e contém os livros I-X e teria sido supostamente transcrita por Matteo Villani, sobrinho de Giovanni Villani em 1377.

Em 1848<sup>177</sup> é realizada uma reedição da *vulgata* na cidade de Florença, com notas do filólogo L. Moutier e apêndice histórico-geográfico de Francesco Gherardi Dragomanni, na qual se buscou identificar e corrigir os equívocos das edições anteriores, sobretudo no que concerne à falta de análise heurística e hermenêutica. Os editores da *vulgata* optaram por fazer uma comparação crítica entre seis manuscritos, tendo tomado como base o códice Riccardiano, nº 1532, que teria sido escrito por Matteo, irmão de Giovanni Villani, continuador da obra após esse falecer vítima da epidemia de peste de 1348, do qual fornece uma breve descrição:

Questo codice è membranaceo, di forma grande, elegantemente scritto, e benissimo conservato. Fu fatto copiare da Matteo Villani figliuolo del l'Autore, come in fine di esso si trova scritto: quale libro feci assemprare io Matteo di Giovanni Villani anno MCCCCLXXVII.<sup>178</sup>

---

<sup>175</sup> O capítulo 45 do livro VII que estaria faltando é o que narra a coroação do rei Manfredo, filho de Frederico II: Come Manfredi figliuolo naturale di Federigo prese la signoria del regno di Cicilia e di Puglia, e fecesi coronare re.

<sup>176</sup> O capítulo faltante após o 36 do livro oito é o que narra a morte do rei francês Luis IX, o santo: Come lo re Luis di Francia fece il passaggio a Tunisi nel quale morio.

<sup>177</sup> VILLANI, Giovanni. *Cronica de Giovanni Villani – a miglior lesione ridolta coll' ajuto de testi a pena com note filologiche di L. Moutier e com apependici storico-geografiche comp.* Da Franc. Gherardi Dragomanni. Tomo 1. Firenze, Sansone Coen tipogrado-editore, 1844.

<sup>178</sup> Este códice é um pergaminho, de grande formato, escrito com elegância, e muito bem conservado. Foi copiado por Matteo Villani, filho do autor, como ao final dele está escrito: este livro foi transcrito por mim, Matteo, de Giovanni Villani, ano 1377. *Ibid.* pg. VI. Aqui Dragomanni se refere a Matteo Villani como sendo filho de Giovanni Villani. Sabemos, contudo, que Matteo era, em realidade, irmão de Villani. Certamente isso se dá em virtude de alguma distração do autor.

Em seguida, Dragomanni explica o motivo desse códice ser conhecido como *Testo Dovazanti* (Texto Dovazanti):

Su la prima pagina v'è l'arme di casa Villani, e a piè della prima faccia dell' indice vi si trova scritto: comprato S. 28 a di 9 d'Aprile 1588. Io Bernardo Davanzati: dal che n'è avvenuto che questo testo è conosciuto comunemente sotto il nome di Testo Davanzati.<sup>179</sup> (DRAGOMANNI, 1848: VI)

E também menciona como argumentos favoráveis à escolha desse códice, a correção do texto, sua atinguidade, e claro, o fato de ter sido supostamente transcrito por um Villani pressuporia em sua opinião que este detivesse o texto original. Atualmente a autoria do manuscrito riccardiano nº 1532 tem sido contestada, e o manuscrito Chigi 296, depositado no Vaticano, apontado como o mais antigo existente.

Sobre a edição de 1803, Dragomanni tece severas críticas, sobretudo no que tange à utilização do códice Recanati, que conteria, dentre outras coisas, erros de grafia que não corresponderiam ao dialeto praticado à época na cidade de Florença. O copista desse códice transcreveu o documento de acordo com o uso dele da língua corrente e não de acordo com o praticado pelo autor que copiava. Isso é particularmente sensível na posição de algumas vogais, detalhe que, se expuséssemos aqui, excederia os limites e os propósitos dessa pesquisa.

Evidentemente o dialeto toscano, falado em Florença à época de Giovanni Villani, ainda não possuía uma gramática estabelecida ou qualquer tipo de normatização, podendo haver certa fluidez na grafia deste ou daquele gênero de palavras. O fato de haver imprecisões ortográficas também pode estar relacionado ao fato de o manuscrito da Crônica de Villani ter sido muito popular, tendo sido copiado diversas vezes.

O outro códice a ser mencionado é o manuscrito riccardiano nº 1534, que o editor aponta como uma cópia do cód. riccardiano nº 1532, escrito sobre papel:

2. ° Un altro codice riccardiano di n.° 1534 cartaceo, in foglio grande, di carattere non molto buono, ma benissimo conservato, sembra del XV. Secolo, anche inoltrato. Noi crediamo poter asserir francamente, che sia una copia del cod. Davanzati, e veramente esattissima, perchè fra loro si combinano eziandio nelle minime cose.<sup>180</sup> (DRAGOMANNI, 1848: xii)

---

<sup>179</sup> Na primeira página vê-se o brasão da casa Villani, e no pé da primeira face do índice encontra-se escrito: comprado S. 28 a 9 abril 1588. Eu, Bernardo Davanzati: por essa razão este texto é comumente conhecido pelo nome de Davazanti. Ibicit.

<sup>180</sup> 2. ° Outro códice Riccardiano n. ° 1534, em papel, emfólio grande, de natureza não muito boa, porém muito bem conservado, parece datar do século XV, talvez anterior. Acreditamos que podemos afirmar, francamente, trata-se de uma cópia do cód. Davasanti, e realmente muito exata, pois ambos combinam nas mínimas coisas.

Como seu antigo dono foi Anton Maria Salvini, esse documento acabou ficando conhecido como cód. Salvini. Nele também faltam os dois últimos livros e constam algumas anotações, feitas pelo dono, sobre a etimologia de algumas palavras. O outro códice que a edição *vulgata* (1823 e 1848) faz menção é da mesma coleção e da mesma biblioteca riccardiana, catalogado sob o nº 1533:

3.º Un terzo codice della medesima libreria Riccardiana di n.º 1533. scritto sicuramente sul cadere del Sec. XIV. in bellissima pergamena, e di un carattere veramente elegante; le quali cose indussero il Lami a chiamarlo: *codicem elegantissimum et perantiquum*<sup>181</sup>. (DRAGOMANNI: 1844: ix-x)

Esse códice contem o texto integral de Giovanni Villani, porém o copista que o transcreveu, possivelmente areentino, utilizou demasiado o seu próprio dialeto, não oferecendo portanto uma cópia fiel ao texto original. Embora o conteúdo não seja divergente, a forma o é, o que torna o documento menos confiável para uma edição crítica. O códice riccardiano nº 1533 possui o brasão dos Villani, o que demonstra que deve ter pertencido a essa família algum dia.

Há também um manuscrito do século XIV, o quarto consultado para a edição, cedido por um membro do clero para essa finalidade. O códice está em papel, e muito bem conservado dado o material e a antiguidade do documento:

Se questo codice contenesse intera la Cronica del Villani , dopo gli ottimi riccardiani, Davanzali e Salvini, terrebbe senza contrasto il primo luogo. Ma sventuratamente in molte parti è mancante. I primi sei libri soltanto so no interi, mancano affatto gli ultimi due , e molti capitoli agli altri, specialmente al decimo, che non va più oltre del cinquantesimo.<sup>182</sup> (DRAGOMANNI: 1844, p. ix-x)

O quinto códice comparado pelas edições de 1823 e 1848 é o Magliabechiano, que foi transferido da biblioteca de Santa Maria Novella, em papel, e que não era posterior à metade do século XIV, que contém a crônica de G. Villani até o ano de 1336, parando a narrativa no livro XI:

5º. Il quinto esiste alla Magliabechiana, Palch. 1 cod. 114, ove con molti mss. fu trasportato dalla libreria di s. Maria Novella. Questo codice è cartaceo, in foglio grande, e alla forma del carattere sembra scritto non molto dopo la metà del

---

<sup>181</sup> 3.º Um terceiro da mesma biblioteca decódices Riccardiana n.º 1533. Certamente escrito ao final do século XIV em um belíssimo pergaminho, de natureza muito elegante, tais coisas levaram Lami<sup>181</sup> a chamá-lo: *codicem elegantissimum et perantiquum*: o códice mais elegante a antigo. *Ibicit.* Pg. IX-X.

<sup>182</sup> Se aquele códice contivesse a Crônica completa de Villani, depois dos ótimos riccardianos, Davazanti e Salvini, teria encontrado provavelmente o primeiro lugar. Mas, infelizmente, muitas partes estão faltando. Os seis primeiros livros não estão completos, faltando os últimos dois, e diversos capítulos dos outros, especialmente o décimo, e não chega muito além do quinquagésimo. *Ibicit.* Pg. IX-X.

secolo XIV. Conduce la Cronica del Villani fino all'anno 1336, e precisamente al cap. 6 del lib. XI.<sup>183</sup> (DRAGOMANNI, p. 1844: x-xi)

E, por fim, o sexto manuscrito sobre o qual se debruça a edição de 1848 é o da biblioteca Marucelliana, que estaria em papel, e não muito bem conservado, contendo diversas partes ausentes:

6°. Alla libreria Marucelliana trovasi il sesto codice, segnato di n.º 368, sicuramente del Sec. XIV, se deesi prestar fede al carattere. Anche questo è molto imperfetto: mancano alcuni capitoli del libro primo, tutto il duodecimo, e del undecimo la maggior parte.<sup>184</sup> (DRAGOMANNI, 1848, p. xi-xii)

Apesar dos problemas que apresenta, esse códice teria entrado na lista, segundo o editor, pela qualidade de sua grafia, por ser clara e de boa leitura. Em compensação, na mesma biblioteca onde o sexto códice está depositado, existe uma edição da *Nuova Cronica* de 1559, segundo Dragomanni, totalmente corrigida e anotada nas margens por Vincenzo Borghini, com base em um antigo manuscrito transcrito por Benedetto di Banco degli Albizzi em 1392, como testemunha o próprio Borguini. Essas correções aproximariam as informações às contidas no códice Dovazanti, o que, no entender do editor, promoveria a ele mais autoridade.

A edições de 1823 e 1848, conhecidas como “*vulgata*”, foram realmente as mais completas da obra de Villani durante muito tempo, tendo sido bastante populares ao longo da segunda metade do séc. XIX e durante boa parte do séc. XX.

As dificuldades de se estabelecer um texto-base da Crônica de Villani não são fáceis de contornar se levarmos em consideração a quantidade de manuscritos remanescentes – são cento e onze catalogados até hoje. O prof. Aquilecchia, da Universidade de Manchester, em artigo sobre Dante e os cronistas italianos nos dá notícia de que uma edição crítica, que compararia cinquenta códices da Nova Crônica, estava em fase de preparação por Vittorio Lami, estudioso italiano, sob encomenda da *Regia Deputazione di Storia Patria*, que não foi finalizada porque o autor faleceu em 1892 sem completar o projeto. Em 1895, uma nova outra edição crítica da crônica de Villani começou a ser preparada por Luiso Marzi, continuando o

---

<sup>183</sup> 5°. O quinto existe na Magliabechiana, Palch.1 cod. 114, que como muitos manuscritos, foi retirado da biblioteca de Santa Maria Novella. Este códice é em papel, em fólio grande, e pela forma e natureza foi escrito não muito depois da metade do séc. XIV. Conduz a Crônica de Villani até o ano de 1336, precisamente ao capítulo 6 do décimo livro. Ibicit. Pg. X-XI.

<sup>184</sup> 6°. Da biblioteca Marucelliana compõe o sexto códice, classificado sob o n° 368, seguramente proveniente do séc. XIV, de der para levar fé em sua natureza. Porque este é muito imperfeito: faltam alguns capítulos do primeiro livro, todo o décimo segundo e a maior parte do décimo primeiro. Ibicit. pg. xi-xii

projeto de Vittorio Lami, dessa vez com 111 manuscritos coletados, porém não chegou a êxito, pois o autor também faleceu antes de terminá-la.

Vários foram os esforços ao final do séc. XIX, período em que diversas edições críticas de textos medievais foram publicadas na Europa como esforço de resgate da história pátria, sobretudo nos Estados nascentes da Itália e Alemanha<sup>185</sup>, e ao longo de todo séc. XX, para oferecer uma edição crítica definitiva, porém até o presente momento a fixação do texto de Villani tem se mostrado bastante dificultosa. As tentativas sistemáticas de se chegar a um texto-base da *Nuova Cronica*, não apenas demonstram a importância adquirida pelo texto de Villani para elucidar aspectos da história trecentista italiana, como também as dificuldades inerentes ao trabalho de comparação e cotejamento dos cento e onze manuscritos remanescentes, mesmo quando submetidos às modernas técnicas da filologia e da hermenêutica.

A vasta tradição manuscrita da *Cronica Nuova* nos traz informações por si só, que indicam não apenas a popularidade que essa obra alcançou em seu próprio tempo, porém nos informa principalmente da relação que os leitores tinham com ela, como nos demonstra a pesquisadora alemã em sua tese de doutorado sobre o manuscrito figurado Chigi nº296, Verena Gebhard:

Die Villani-Chronik wurden nicht systematisch und organisiert durch professionell e Skriptorien verbreitet. Die Transmission des Textes lief vielmehr über Kopisten *per passione* ab, welche sich ein Exemplar – womöglich direkt beim Autor oder seinen Nachkommen – ausliehen und abschrieben.<sup>186</sup> (GEBHARD, 2007, p. 17)

O que se percebe é que possivelmente a partir das discrepâncias encontradas entre os manuscritos, é que o contexto de produção das diversas cópias sem o controle de um *scriptorium* tenha suscitado interpolações e interferências por parte de alguns copistas. Visto que é provável que um exemplar da *Nuova Cronica* tenha sido usado como uma referência abrangente, não necessariamente de boa qualidade, podendo já ser uma primeira ou segunda

---

<sup>185</sup> É o caso da famosa coleção *Monumenta Germaniae Historica*, editada em Hannover a partir de 1826, que reúne importantes fontes históricas desde o final do império romano até 1500. Essa edição importantíssima para os historiadores do séc. XX foi fruto de um esforço privado, e não uma iniciativa estatal como usualmente se pensa.

<sup>186</sup> A Crônica de Villani não foi sistemática e organizadamente difundida por intermédio dos *scriptoria* profissionais. A transmissão de seu texto se deu fundamentalmente a partir de copistas *per passione* que emprestavam um exemplar – diretamente ao autor ou aos seus descendentes – que o copiavam. In: GEBHARD, Verena. Die “*Nuova Cronica*” des Giovanni Villani (Bib. Apost. Vat., ms. Chigi L.VIII.296). Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades der Philosophie an der Ludwig-Maximilians-Universität München, Tag der mündlichen Prüfung: 2. Februar 2007 Referent: Prof. Frank Büttner Koreferent: Prof. Steffi Roettg. *Verbildlichung von Geschichte im spätmittelalterlichen Florenz*, p. 17. Disponível para consulta em: <http://edoc.ub.uni-muenchen.de/7085/>, último acesso 19/01/2014.

cópia. Sobre as dificuldades encontradas na fixação dos textos de Villani, fala-nos o prof. Italiano Giuseppe Lando Passerini, pesquisador de Dante, referindo-se às edições disponíveis da Nova Crônica, mais precisamente ao capítulo em que Villani narra a vida do poeta:

Nessuna di queste edizioni potendo mi appagare, non potendo accettare con fiducia il testo d'alcuna, ho dovuto ricorrere a' Manoscritti. Ed i Manoscritti differiscono e discrepano tra loro, ch'è uno sgomento; e più che in alcun altro capitolo, o ch'io credo, precisamente in questo, che a noi particolarmente importa. Anzi alcuni il saltano ed omettono addirittura; altri il traspongono;<sup>187</sup>

Estabelecer a historicidade dos manuscritos de Villani, como se vê, é tarefa hercúlea e ainda incompleta, e não nos cabe fazê-la aqui exceto naquilo que a prudência nos obriga. Tanto a profusão de manuscritos remanescentes (111 catalogados), como a existência de um pergaminho ilustrado, e a quantidade de edições demonstram que a Crônica de Villani foi muito popular ainda no séc. XIV:

Villani hatte vor allem in Florenz ein breites Publikum: So wurde sein Werk schon im 14. Jahrhundert, "opera standard di consultazione e diriferimento". Die Chronik des Giovanni Villani wurde bisin das 20. Jahrhundert als eine der wichtigsten Quellen vor allem für die Geschichte von Florenz herangezogen.<sup>188</sup> (GENHARD, 2007, p. 17)

A edição crítica mais recente da Crônica Nova é a de Giuseppe Porta<sup>189</sup>, publicada em três volumes, de 1991 que embora tenha avançado bastante no pertinente às análises filológicas e à crítica interna dos códices, infelizmente ainda pode ser considerada incompleta, pois seus esforços se debruçam apenas sobre uma parte da vasta tradição manuscrita e editorial de Villani.

G. Porta submeteu o texto a uma análise filológica estrita, porém não foi capaz de sanar todas as imperfeições e pontos críticos, já que não examinou todos os seus variantes manuscritos. Entretanto, Porta pôde nos oferecer a fixação definitiva do texto de Villani em treze livros (as outras edições até então existentes englobavam apenas 12) e seu empreendimento nos forneceu uma edição bastante útil, citada pela maior parte dos estudiosos

---

<sup>187</sup> Nenhuma dessas edições pôde me satisfazer, não sendo capaz de aceitar com confiança o texto de alguma delas, tive que recorrer aos manuscritos. E os manuscritos diferem e possuem discrepâncias entre si, que é um espanto; e nesse, que a nós particularmente importa, acredito, mais do que em qualquer outro capítulo. De fato, alguns estão faltando, e até mesmo suprimidos, e outros invertidos; In: PASSERINI, Giuseppe Lando. "Gli Studii danteschi di Vittorio Imbriani". In: La cultura, 29 nov. 1891, ano 1, p. 670-671.

<sup>188</sup> Villani teve, principalmente em Florença, um público amplo: então seu trabalho esteve para o século XIV como "obra padrão "di consultazione e di riferimento" (para consulta e referência). A crônica de Giovanni Villani foi até o séc. XX utilizada como uma fonte importante, especialmente para a história de Florença. GENHARD, 2007, p. 17

<sup>189</sup> VILLANI, G. *Nuova Cronica*. Edizione critica a cura di G. Porta, 3 voll, Fondazione Bembo/Ugo Guanda Editore in Parma, 1990-1991.

do tema, e seu texto foi tomado por nós como referência para essa pesquisa, já que se afigura como a melhor atualmente existente. Evidente que, sempre quando se fizer necessário, recorreremos também às edições de Dragomanni (1844) e de Zanetti (1537).

Todavia, desses cento e onze manuscritos que nos chegaram da crônica, um em especial nos chama a atenção pela sua singularidade: o códice Chigi nº 296, que está depositado na Biblioteca do Vaticano – por ser o único ilustrado. O códice Chigiano abrange os dez primeiros livros da crônica, dos treze volumes escritos pelo próprio Villani. Possui 253 figuras, e à exceção das letras iniciais, todas as estampas foram feitas a partir da técnica de desenho aquarelado, e dispostas de forma intercaladas no texto.

Conforme a descrição da curadora da edição mais recente da crônica ilustrada (2005), Chiara Frugoni, o códice Chigi VIII nº296 segue uma disposição iconográfica somente possível dentro de um ateliê de miniaturistas altamente especializado, pois cada livro dispõe, em seu início, de uma ilustração dedicada a um personagem, geralmente a um “herói” do livro iniciado. Cada capítulo possui um filigrana ornado correspondendo às iniciais do texto. E o mais interessante, as miniaturas estão distribuídas de forma diferente nas páginas, completando a narrativa dos acontecimentos. A escrita está disposta em duas colunas, as margens ou os espaços centrais são, em grande parte, preenchidos por folhagens de plantas, porém habitados por dragões, pássaros ou outros personagens. As razões para a interrupção da cópia no décimo livro permanecem obscuras, porém uma hipótese tentadora, e dificilmente comprovável, seria a de supor que esta se deveu à falência de Bonaccorsi, ocorrida em 1345, que teria deixado Giovanni Villani em dificuldades financeiras incompatíveis com os altos custos de uma edição tão luxuosa, e isso se considerarmos que o próprio Villani encomendou essa obra.

Pesquisas recentes demonstram que este pode ser o mais antigo códice de uma crônica de Villani preservado, datando do período entre 1341 e 1348, visto que está em pergaminho, e é um dos únicos a utilizar a escrita gótica cursiva, comum para livros encomendados em *scriptoria* do séc. XIV, visto que a maioria dos códices da crônica de Villani encontra-se em escrita notarial simples. Indica-nos a prof. Chiara Frugoso, curadora da mais recente edição fac-similar do manuscrito Chigiano nº 296, sobre a hipótese de a crônica ilustrada ter sido uma encomenda feita pelo próprio Giovanni Villani, já que carece de anotações nas margens, correções necessárias do mestre-iluminista quando recebe uma encomenda:

Mancano infatti nei margini lenote abituali per i miniatori: «sembra logico supporre che l'*adviser* abbia seguito personalmente il programma, suggerendo di volta in volta i personaggi da rappresentare negli spazi liberi

precedentemente stabiliti entro il testo» conclude la Zanichelli, cui si deve l'ampio e documentato saggio dedicato a collocare stilisticamente il nostro manoscritto nel panorama del racconto storico illustrato, a Firenze nella prima metà del Trecento.<sup>190</sup>

Que a Crônica de Villani suscitou grande interesse enquanto ainda estava sendo redigida, parece-nos claro, dada a profusão de cópias manuscritas. Contudo, quem além do autor poderia ter tamanho interesse pela obra a ponto de custear uma edição tão ricamente ornada? E quem teria tamanho amor pela cidade de Florença a ponto de lhe dedicar 253 figuras de rara beleza? As respostas para essas indagações permanecerão ocultas nas brumas do tempo.

O manuscrito Chigiano nº 296 não é inédito, foi publicado sob a curadoria de L. Magnani, em 1936, na cidade do Vaticano. Não é incomum encontrarmos algumas de suas miniaturas ilustrando manuais escolares, dada a riqueza de informações que contem sobre a vida laica, como a que representa a captura de Bonifácio VIII ou a queda dos templários, entretanto essas reproduções quase sempre estão descontextualizadas, e a própria publicação de 1936 carece de qualquer organicidade. A edição do códice Chigi nº296 na sua versão integral é tardia, só iria ocorrer em 2005, e traz importantes contribuições ao estudo da história florentina e aos estudos iconográficos da Idade Média, fornecendo quadros minuciosos do cotidiano, sobretudo detalhes acerca do vestuário, simbologia heráldica, e vivência militar (armas, armaduras, cerco), atividade esta que é a fundadora da identidade florentina:

La pubblicazione dell'intero apparato illustrativo mette invece finalmente a disposizione degli studiosi un eccezionale e inesplorato giacimento, in quanto è uno straordinario e raro repertorio di soggetti iconografici a carattere profano, che offrono dettagliate e precise informazioni sulla vita medioevale di metà Trecento, spesso non reperibili in altre fonti scritte o nello stesso testo del Villani, che non ritiene di dovere descrivere quanto noto ai suoi contemporanei: dalle macchine di guerra alle tecniche di assedio, alle armature, all'abbigliamento, al significato simbolico dei gesti, al preciso linguaggio araldico delle bandiere e degli scudi che guidano il racconto visivo, tanto per fare alcuni esempi: Riccardo Luisi e Alessandro Savorelli lo documentano con abbondanza di esempi e accurate analisi.<sup>191</sup> (FRUGONI, 2006, p. 7)

---

<sup>190</sup> Faltam as anotações nas margens, habituais para miniaturistas: “parece lógico supor que o conselheiro pessoalmente acompanhou o projeto, sugerindo de quando em quando os personagens a serem representados nos espaços previamente estabelecidas no texto”, conclui Giuseppa Zanichelli, a quem se deve o amplo e documentado ensaio dedicado a colocar, estilisticamente, o nosso manuscrito no panorama da narrativa histórica ilustrada de Florença da primeira metade do Trecento. In: FRUGONI, Chiara. *Il Villani illustrato*. Firenze e l'Italia medievale nelle 253 immagini del ms. Chigiano L VIII 296 della Biblioteca Vaticana, a cura di Chiara Frugoni, Firenze, 2005, p. 7-12.

<sup>191</sup> Em vez disso, a publicação na íntegra dessa obra ilustrada coloca finalmente à disposição dos estudiosos, um campo único e inexplorado, pois é um repertório extraordinário e raro de temas iconográficos de natureza

Se esse códice ilustrado teria sido ou não encomendado por G. Villani, se ele teria aconselhado ou não o mestre-iluminador na feitura de suas imagens torna-se uma questão secundária quando avaliamos outros aspectos do códice, como sua antiguidade e procedência, e o que traz de mais importante, as ilustrações.

Quando consideramos que a relação que a Idade Média estabelece com as imagens possui características próprias, e constitui a representação iconográfica a mais alta forma de expressão do texto, que compreende a “imagem” enquanto uma espécie de “chave” de acesso à memória, que estaria sempre em consonância, sobretudo a partir do séc. XII, com a estruturação de novos padrões mentais, em que funcionaria como “algo que traz diretamente o vivido”, como nos diz a prof. Vânia Fróes, constituindo uma operação simbólica altamente complexa. (FRÓES: 2009, p. 129) Ela nos lembra, também, que a “arte figurativa medieval, num sentido amplo, pertence ao universo do sagrado, mesmo quando representa cenas do universo laico”, portanto, esse manuscrito ilustrado possui o mesmo impacto para o leitor do séc. XIV de um livro de Horas. (*ibidem*)

Claro que uma crônica ilustrada de Giovanni Villani não é um livro de Horas, que pertence à liturgia do sagrado, mas sim a materialização de um ambicioso projeto que além de enaltecer a cidade, tem o propósito de colocar Florença como um *thesaurus*, onde podem ser encontrados todos os modelos e valores a serem seguidos por seus habitantes para a bem aventurança da cidade a exemplo do Livro Sagrado, que traz os modelos da conduta humana.

O códice Chigiano nº 296 consiste de um importante reservatório simbólico medieval que traz a iconografia profana, que nos permite ter contato com um tipo de representação da cidade, e dos personagens que compuseram sua história, de uma riqueza alegórica incontestada, e como diz a curadora da obra:

Commento brevemente questo passo spesso citato in connessione con l'Anno Santo di Bonifacio VIII, perché mi permette di rendere più evidenti quelli che sono, a mio parere, il secondo merito e la seconda novità della pubblicazione dell'intero apparato illustrativo del codice Chigiano, essendo il primo merito, come già accennato, la totale fruizione di un raro “giacimento iconografico” di carattere profano.<sup>192</sup> (FRUGONI: 2006, p. 9)

---

profana, que oferecem informações detalhadas e precisas sobre a vida medieval de meados do século XIV, muitas vezes não encontradas em outras fontes escritas ou mesmo no texto de Villani, que não se exime da obrigação de descrever o que é conhecido de seus contemporâneos: desde máquinas de guerra a técnicas de cerco, as armaduras, vestuário, o significado simbólico dos gestos, a linguagem precisa das bandeiras e escudos heráldicos que impulsionam a narrativa visual. FRUGONI, 2006, p. 7

<sup>192</sup> Comento brevemente esta passagem frequentemente citada em conexão com o Ano Santo do Papa Bonifácio VIII, porque me permite deixar claro que esses são, na minha opinião, o segundo mérito e a segunda novidade sobre a publicação da totalidade do material iconográfico do códice ilustrado Chigiano, sendo o primeiro

Como vimos, a tradição manuscrita da *Nuova Cronica* de Giovanni Villani é bastante vasta, e atende à popularidade alcançada por seu trabalho em seu próprio tempo e nos séculos subsequentes. Por conta disso, temos dificuldade em determinar a procedência e legitimidade de manuscritos e estabelecer uma cronologia dos mesmos, necessária para uma maior segurança na fixação de seu texto-base. A edição de G. Porta é a que melhor se aproxima de um texto definitivo, entretanto ainda aguardamos pelo aparecimento de uma edição crítica que contemple todos os cento e onze manuscritos.

#### 4.6 – Manuscritos

Ao longo dessa pesquisa, conseguimos mapear a localização de quinze manuscritos da *Nuova Cronica* espalhados pelas bibliotecas italianas. Infelizmente para nós, nenhum deles se encontra digitalizado, contudo, consideramos que a listagem possa ser útil para outras investigações. São eles:

- 1) Mss. Triv. 149 – em papel, escrita notarial simples de única mão. Iniciais e títulos em vermelho. Copista Giovanni dal Pino. Data: 1148. Milão, Archivio Storico Civico e Biblioteca Trivulziana;
- 2) Mss. Pal. 0026 – manuscrito em papel. Escrita notarial de única mão. Anônimo. Data presumida: 1450-1500. Parma, Biblioteca Palatina;
- 3) Mss. Cors. 312 (4464) –em papel com filigrana em ouro, tipo “*Giglio*”. Escrita notarial, em duas colunas. Data: 1351-1400 (data presumida). Origem Florentina. Roma, Biblioteca dell’Academia Nazionale del Lincei e Corsiana;
- 4) Mss. Cors, 1404 (43c21) –em papel. Incompleto. Possui filigrana tipo “Briquet”. Data: 1351-1400 (data presumida). Roma, Biblioteca dell’Academia Nazionale del Lincei e Corsiana;
- 5) Mss. Vitt. Em. 504 – em papel com filigrana em linha reta, tipo “Briquet 3182”. Escrita notarial a plena página. Data: 1376-1425 (data presumida). Roma, Biblioteca Nazionale Centrale Vittorio Emanuele II;
- 6) Mss. Vat. Chigiano VIII n° 296. Em pergaminho de alta qualidade. Ilustrado por 253 estampas em aquarela. Escrita gótica. Data: 1345 (data presumida). Cidade do Vaticano, Biblioteca Apostólica do Vaticano.

---

mérito, tal como já foi mencionado, a total fruição do raro “reservatório iconográfico” de natureza profana. FRUGONI: 2006, p. 9

A Biblioteca Riccardiana, em Florença dispõe dos seguintes manuscritos:

- 1) Códice chigi 296 é um dos poucos códices remanescentes de Villani grafado em escrita gótica, em pergaminho de alta qualidade, datando da primeira metade do séc. XIV;
- 2) 1529 Villani Matteo, la Cronica. Cod. cartac. in fol. Sec. XV;
- 3) 1530 Villani Giovanni, la Cronica. Cod. mem. in fol. Sec XV. Nitidíssimo;
- 4) 1531 Villani Giovanni e Matteo, alcuni Libri della loro Scoria. Cod. membr. in fol. Sec. XV;
- 5) 1532 Villani Giovanni, Cronica. Cod. membr. in fol. Sec. XIV. copiato da Matteo di Giovanni Villani, come si legge in fine, e che fu di Bernardo Davanzati;
- 6) 1533 Villani Giovanni, Cronica. Cod. membr, fol Secolo XIV. Nitidíssimo;
- 7) 1534 Villani Giovanni, Cronica. Cod. cart. in fol. Sec. XV;
- 8) 1535 Storia Fiorentina, senza nome d'autore, mancante in principio, e in fine. Cod cart. in fol. Sec. XV.

Há, ainda, uma única edição anterior ao séc. XIX, da Nuova Cronica em território brasileiro, de 1559, a “La prima seconda parte delle historie vniversali de suoi tempi di Giouan Villani cittadino fiorentino”, impressa em Veneza, em dois volumes, na biblioteca da Universidade Estadual de Campinas, que a teria adquirido em 1983, quando da ocasião da compra por essa instituição da biblioteca de Sérgio Buarque de Hollanda.

## 5 – FÓRUM DE VERDADE E FICÇÃO: A CRÔNICA DE GIOVANNI VILLANI

### 5.1 – Florença

A região da toscana, localizada na porção central da península italiana, banhada pelo mar de Lígure e pelo mar Tirreno, cortada pelo rio Arno, foi bastante marcada por disputas regionais ao longo de toda a sua história, mais notadamente no período compreendido entre os séc. XI e XV. Relativamente próxima dos reinos de Nápoles e Sicília, situada na porção central da península italiana, o que a deixava distante das rotas das cruzadas, Florença mantinha com essas, e com Bizâncio, um profícuo intercâmbio cultural e político, que levou as cidades italianas a traduzirem o corpus aristotélico do árabe e do hebraico antes que estes textos chegassem ao resto do continente.

Durante os séculos XIII e XIV a península italiana viveu uma época excepcionalmente próspera de produção, tradução e circulação de livros. Com o recrudescimento das universidades e escolas, que em Florença existiam em grande número, houve a necessidade de haver mais cópias dos livros que eram utilizados como material didático, o que forçou a uma série de inovações na feitura dos livros, originando o sistema de *pecia*, fascículos, que permitia um maior número de cópias de um mesmo manuscrito em curto período de tempo e com um custo mais acessível. Dessa forma, ocasionou uma maior circulação da produção textual fiorentina, tanto em língua canônica como na língua vulgar, dos quais nos chegaram muitos exemplos, como a própria *Cronica Nuova*, e seus cento e onze manuscritos, contribuindo para o desenvolvimento do toscano, idioma que encontraria seu auge em Dante Alighieri e Villani, no séc. XIV. O florescimento universitário, e o intercâmbio cultural permanente com o Oriente medieval, propiciaria em Florença o surgimento de um humanismo escolástico cuja passagem do pensamento neoplatônico para o aristotélico-tomista se daria precocemente, ainda no séc. XIII, diferindo o florentino do humanismo francês, que só sofreria tais mudanças quase um século e meio mais tarde.

Por todos esses fatores, e pelo que suscitariam depois, Florença constituía um tipo especial de cidade, mais ainda, seria, em seu tempo, uma cidade exemplar. Porém, tomamos essas considerações com cuidado, para não emprestar a Florença uma aura de excepcionalidade, já que ela, como tudo, é expressão de seu próprio tempo. Trata-se, isso sim, de uma cidade que, gozando de paulatina autonomia, adquirida ao longo de vários séculos, e seguindo o movimento de municipalização próprio da Idade Média Central, alcançou um grau de desenvolvimento urbano e cultural muito elevado à época.

Ao longo do séc. XII, Florença constituiu seu território, o condado, a partir da subjugação dos *castelli*, pequenos burgos cercados de muralhas, que ficavam em seu entorno

e com disputa para neutralizar as linhagens (famílias) dos senhores e dos guerreiros que o dominavam a partir de suas fortalezas. (CARDINI, 2006, p. 31) No período entre 1113 e 1115 dois acontecimentos colaboram para o declínio do domínio senhorial do condado de Florença. O primeiro é a extinção da linhagem dos Cadolingi, importante família da aristocracia senhorial que controlava a região de Valdarno, a oeste de Florença, enfraquecendo ainda mais o condado. O segundo é a morte da condessa Matilda, que facilitou a supremacia da política florentina contra as senhorias feudais e terratenentes do condado oriundas das *fideles* dos marqueses e do império.

Juridicamente, *Firenze* ou *Florentia*<sup>193</sup>, como era conhecida na Idade Média, alcança *estatuto* de comuna entre os séculos XII e XIII, ou seja, o de cidade com autonomia de “direitos e poderes reconhecidos pelos senhores às comunidades urbanas”, tendo sido, “concedida ou outorgada” pelo rei (LE GOFF: 1992, p. 80). Constitui-se, então, como uma república, o que não deve ser confundido com os conceitos modernos de representação política, e sim, entendido tratar-se de uma cidade governada por uma junta de notáveis ou por um capitão-do-povo, eleito por essa mesma junta, Florença torna-se assim uma comuna.

O medievalista italiano Franco Cardini afirma que a primeira ação coletiva urbana de Florença ocorre na mobilização contra Fiesola, que se consumará com a destruição definitiva dessa cidade em 1125. Esse evento significativo é mencionado na crônica de Senzanome (séc. XIII) e também na de Villani (séc. XIV), com acento para o papel preponderante exercido por Florença.

As tentativas de emancipação de Florença são bastante antigas, remontando aos séc. X e XI, período em que a cidade estava em franco crescimento populacional e comercial e que ocorre o estabelecimento intra-muros de gentis-homens da aristocracia florentina rural, que, saídos do condado por questões de insegurança territorial, porém mantendo os seus interesses senhoriais intactos, rapidamente começam um embate com aristocracia urbana, de comerciantes, banqueiros e mercadores, por poder político dentro da cidade, ocorrendo a clivagem entre os partidários do papa, e do imperador: guelfos e gibelinos.

Florença, no ano de 1187, adquire o privilégio de autogoverno, que traria a dignidade de comuna, embora estivesse formalmente submetida ao imperador, através de uma carta de privilégios conferida à cidade pelo imperador Henrique VI: “Unde beneficiis uberrimis liberalitate benefica ipsos respicere volentes, concedimus eis iurisdictionem cum iure et

---

<sup>193</sup> Firenze em toscano, Florentia em latim.

ratione nostra in civitate Fiorentina et extra civitatem secundum formam subscriptam<sup>194</sup>.” O documento concede jurisdição plena à comuna de Florença “concedimus eis iurisdictionem cum iure et ratione nostra in civitate Fiorentina”, e prevê o direito da comuna em avançar sobre outros territórios “in civitate Fiorentina et extra civitatem secundum formam subscriptam” cujos limites estão descritos no documento. Embora a carta de privilégio de Enrico VI traga explicitamente uma retórica de submissão que teria feito com que seu notário, de nome Iacopo, segundo nos indicam os arquivos comunais, a tenha arquivado sob a data errada, justamente para “esconder” a infâmia da submissão florentina ao imperador (quando, na verdade, a cidade se emancipa dela) nos traz uma importante afirmação do poder da memória escrita, e do esquecimento:

In nomine sancte et individue trinitis. Heinricus sextus divina favente clementia Romanorum rex et semper augustus. De sublimi maiestatis nostre specula devota fidei (sic) nostrorum obsequia, quos ad imperii servitia ...<sup>195</sup>

A comunidade urbana de Florença, portanto, passa a gozar de alguns privilégios, dentre eles a administração da justiça, cunhagem de moeda e impostos, além de prover a defesa ou a guerra:

Na organização atingida pela maioria das comunas entre os séculos XII e XIII, as camadas dirigentes, mesmo reconhecendo formalmente a autoridade imperial, administravam a justiça, elegiam as magistraturas, arrecadavam os impostos, cunhavam moedas e proviam as exigências de defesa e de guerra com plena autonomia. (CARDINI, 1997, p. 93)

Embora a autonomia fosse real, e pudesse ser exercida com certa liberdade, a comuna, personificada por seus cidadãos (pelos que tinham a dignidade para fazê-lo) prestava juramento ao imperador à semelhança do juramento de vassalagem, contudo sem o simbolismo agregado de unir entes hierarquicamente diferentes – um vassalo, inferior, a um senhor, superior — porém, por um que uniria entes iguais (LE GOFF, 1992, p. 56), a comunidade urbana e o *imperium*. Diante disso, a forma como este ordenamento urbano enxergaria e definiria a si mesmo é diferente das outras cidades feudais, ou senhoriais, cujos laços de vassalagem são mais claros e diretos. E através dessa diferença de nomenclatura que definiria o lugar, podemos ter um vislumbre de alguns aspectos de sua representação enquanto

---

<sup>194</sup> Assim, os benefícios abundantes daquele que com generosidade olha para suas aspirações e concede o direito à jurisdição da cidade de Florença e de seu entorno, de acordo com a forma e a natureza do que está abaixo escrito. “Privilégio de Henrique VI”. In: Documenti dell’Antica Costituzione del Comune di Firenze. Publicati per cura di Pietro Santini. Volume Único. Florença: presso G.P. Viesseux, 1885. Do qual foram utilizados: Exemplum cuiusdam privilegii cuius tenor talis est. (Privilégio de Henrique), tomo XXXV dei capitoli, a e. 21. (Arquivo do Capitólio).

<sup>195</sup> Em nome da Santíssima e indivisa trindade, Henrique VI, rei dos romanos, sempre augusto e favorável à clemência divina. À sublime majestade refletimos fidelidade e obediência... *Ibict.*

cidade. Diferenças essas que irão incidir no ordenamento do espaço físico, quer pela construção de muros, pontes e estradas, como de marcos e monumentos que acentuem essa autonomia ou dignidade, como no estabelecimento de uma configuração de poder pautada em uma bipolaridade política. Ou que contribuiriam para o surgimento de uma cultura extremamente refinada e diferenciada do resto da Europa, que seria a expressão dessa forma de ver a si mesma enquanto cidade, como *única, especial*. Para se compreender os aspectos culturais e políticos preponderantes que tornaram Florença uma cidade com um desenvolvimento *atípico*, e por isso mesmo, modelar, torna-se mister observar a maneira como esta obteve sua dignidade de comuna.

Desde séc. XI, os embates mais proeminentes da região toscana começam a se delinear, a saber, as disputas entre o poder secular e eclesiástico que marcariam os três séculos seguintes:

Em particular, o conflito entre papado e império caracterizou a cena política italiana do século XI. No Ocidente, o vazio de poder deixado por séculos pela autoridade civil fora, muitas vezes, preenchido em nível local pelos bispos, enquanto o papado, para subtrair-se às pressões das potências seculares, criara amplas esferas de autonomia. Essas, contudo, jamais foram inteiramente suficientes para evitar a influência de poderes leigos fortes ... (CARDINI: 1997, p. 88)

Com a redução do Império Carolíngio à península italiana e à Germânia, Otto I da Saxônia, primeiro imperador do Sacro-Império, que imperou entre 936 a 973, acabou se contrapondo aos interesses feudais ao investir bispos na administração das cidades, já que as terras eclesiásticas não podiam ser herdadas. Dessa maneira, atrapalhou as pretensões imperiais pelo direito de arbitrar as investiduras papais, através de uma maior participação de membros das altas hierarquias eclesiásticas na administração e nos negócios de vastos territórios. Entretanto, abusos advindos da relação da Igreja na administração das cidades causaram a reação das camadas baixas urbanas e do clero regular, e as lutas por autonomia aumentaram nos séculos X e XI.

Henrique IV<sup>196</sup>, imperador do Sacro Império entre 1056 e 1106, procura fortalecer o poder secular dos imperadores reivindicando o direito de presidir a investidura dos “príncipes da igreja”, mais notadamente dos bispos. Sobre ele e sua relação com a Igreja, escreveu Maquiavel em sua História de Florença: “Este veio a Roma fingindo amizade ao Papa, mas logo meteu-o na prisão com todo o clero, não lhes devolvendo a liberdade enquanto não

---

<sup>196</sup> Da linhagem Hohentaufen, conhecido como Henrique V, enquanto rei da germânia, e IV, quando imperador do Sacro Império. Casou-se com Constança de Altavila, filha do rei da Sicília.

pudesse dispor a seu gosto das igrejas da Alemanha.”<sup>197</sup> Tal atitude, contrária aos interesses da Igreja, solapou o apoio do papa Gregório VII ao seu governo, contribuindo para enfraquecer ainda mais a relação de Henrique IV com seus vassallos. Após se recusar a jurar fidelidade ao papa Gregório VII, é ameaçado por este de excomunhão. Em 1076 utilizando a acusação de simonia, responde às ameaças papais em um sínodo em Worms. Por causa disso, o papa Gregório VII<sup>198</sup> é deposto e realocado como um antipapa, porém isso não eximiu o papa em exercício de excomungar Henrique IV por sua insubordinação, e por atuar de forma contrária aos interesses da Igreja. Sob o pretexto da excomunhão de Henrique IV, diversos senhores feudais iniciam uma rebelião, forçando o imperador a obter a reconciliação com o papa Gregório VII em um pedido de perdão público, em Canossa, tido como humilhante pelo próprio monarca. Tanto que, logo obtido o perdão, este sufoca o litígio com seus vassallos e retorna à Itália para se vingar do papa Gregório VII, alcançando, nessa ofensiva, Roma, porém sem capturar o papa, que fora salvo pelo normando Robert de Guinscars, que o levou para Salerno, onde este viria a falecer, exilado e sem apoio popular, em 1085.

Em 1115, por ocasião da morte da única condessa da Toscana, a condessa Matilda de Canossa, Florença já se afigurava como uma comuna, embora ainda estivesse ligada por laços senhoriais ao imperador. E Florença já demonstraria sua inclinação à causa papal, coerente aos guelfos, e à estirpe dos Wittelsbach, da casa real da Baviera, e à casa da Saxônia, dos Welfen, daonde teria saído o nome *guelfo*.

A própria condessa havia concedido à cidade diversos privilégios, construído castelos e mosteiros, além de outra muralha, e feito muitos de seus nobres seus vassallos, e ao deixar em testamento suas terras na toscana para a Igreja, inicia um período de intensa instabilidade política na região, pois tais terras passam a ser reivindicadas por aqueles que se consideravam seus legítimos herdeiros – Frederico Barba-Ruiva. Com a morte em batalha do imperador do Sacro Império, Henrique V, filho de Henrique IV, em 1125, sem deixar herdeiros carnis, completa-se o quadro de vazio de poder que tanto tumultuaria aquela região nos anos subsequentes.

De um lado, os duques da casa da Bavária, que apoiavam a Igreja, os guelfos, e, de outro, os da casa da Suábia, inclinados à causa do poder secular, os gibelinos, digladiavam-se

---

<sup>197</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *História da Florença*. São Paulo: Musa, 1998. Pág. 57.

<sup>198</sup> O papa Gregório VII é o título escolhido pelo influente monge toscano Hildebrando de Sovana, cuja eleição à papa não se deu através do Colégio Cardinalício, que desde o Concílio de Melfi em 1059 era o único responsável por tal feito. Hildebrando foi eleito papa por aclamação popular em Roma e foi grande opositor do imperador Henrique IV. Esse papa foi responsável por importantes reformas na Igreja, conhecidas como Reforma Gregoriana.

pelo poder. Porém, diferentemente de como costumamos observar nos manuais escolares, em que a oposição entre guelfos e gibelinos quase sempre aparece como sendo resultado dos embates entre “nobres fiéis ao império e reaccionariamente hostis às liberdades da Comuna em nome de um nostálgico esboço de restauração feudal”, a facção gibelina, contra os simpatizantes da causa guelfa “os bons, honestos e concretos empresários e produtores ‘burgueses’, cansados de privilégios nobiliários e de obstáculos feudais que impediam a expansão de sua atividade”. (CARDINI, 2006, p. 47-48) Como se sabe, as facções guelfas e gibelinas nasceram como partidos de uma aristocracia militar, que fundavam as raízes de seu poder na posse de casas-torre na cidade e de terras no condado e que ainda não participavam ativamente do comércio, ou talvez nem enxergassem os ganhos que poderiam obter com ele. Tais embates tem origens em uma disputa entre famílias, que desde há muito se agrupavam em alianças matrimoniais para fortalecer antigos vínculos e interesses ou estabelecer novos, ou mesmo para se romper a “espiral da vingança”.

Em 1216, durante um banquete de casamento, ocorreu uma briga entre os membros de duas grandes famílias, os Buondelmonti e os Fifianti. Para tentar acabar com a disputa, que havia deixado feridos de parte a parte, outra poderosa família, os Uberti, se ofereceu para mediar a contenda, chegando à seguinte solução: um Buondemonti deveria desposar uma Amidei, que era aliada à família que os Buondenmonti ofenderam, sendo isso feito, haveria paz. Porém, o enlace não é exitoso, Buondemonti resolve desposar uma mulher de sua estirpe, e não cumpre a promessa. Os parentes da noiva prometida decidem se vingar e armam uma emboscada, matando Buondemonti no dia do casamento. Desde então, as rivalidades se intensificaram e se configuraram cada vez mais de forma binária, sobretudo quando essa oposição podia se dar a partir do próprio território urbano.

Em uma parte da cidade, no setor antigo de Florença, estavam situadas as casas dos Amidei, Uberti e Lamberti, entre a Ponte Vecchio a atual Piazza Della Signoria; do outro lado, os Buondemonti, os Pazzi e os Donati, cuja área de circulação encontrava-se entre as atuais Via del Corso e Porta de San Piero. (CARDINI, 2006, p. 46) Essa rivalidade acaba por exceder os limites da cidade, e os Uberti, inclinados à defesa dos interesses do imperador, da casa da Suábia, e os Donati, inclinados à causa guelfa, defensora dos interesses dos duques da Baviera e da Saxônia, rivais dos suevos, e a se espalhar por toda a toscana.

Villani narra este evento de forma bastante dramática, em que aponta a tentação exercida pelo “diabo aprisionado na mulher” como o responsável pela desgraça da cidade de Florença:

Negli anni di Cristo MCCXV Negli anni di Cristo MCCXV, essendo podestà di Firenze messere Gherardo Orlandi, avendo uno messer Bondelmonte de' Bondelmonti nobile cittadino di Firenze promette a torre per moglie una donzella di casa gli Amidei, onorevoli enobili cittadini; e poi cavalcando per la città il detto messer Bondelmonte, ch'era molto leggiadro e bello cavaliere, una donna di casa i Donati il chiamò, biasimandolo della donna ch'egli avea promessa, come nonn era bella né sufficiente a llui, e dicendo: “Io v'avea guardata questa mia figliuola”; la quale gli mostrò, e era bellissima; incontante per subsidio diabolico preso di lei, la promise e isposò a moglie.<sup>199</sup> (GV, VI, 38)

É por intermédio da sedução da mulher que Buondemnti trai o compromisso acordado entre as famílias, o que provoca sobre ele a vingança da família injuriada. Essa vingança, que acabava na morte de Buondemonti, e que tem a gênese na traição da palavra empenhada, e na sedução insidiosa do demônio transfigurado no corpo de uma mulher, que a discórdia entra no corpo da cidade e se formam os “amaldiçoados partidos de guelfos e gibelinos de Florença” (GV, VI, 38)<sup>200</sup>

Em busca de uma nova conformação de equilíbrio político regional e, sobretudo, pela manutenção de sua hegemonia, no ano de 1125, Florença decide atacar a cidade de Fiesola, que àquela época encontrava-se muito forte e próspera, ameaçando seus interesses e sua segurança. Essa ofensiva contra a cidade de Fiesola, constitui a primeira ação coletiva da comuna de Florença, fato este narrado por Villani:

Negli anni di Cristo MCXXXV i fiorentini pusono oste a la rocca di Fiesola, che ancora era in piede e molto forte, e tenealla certi gentili uomini cattani stati dela città di Fiesola, e dentro vi si reiduce a no masnadiere e sbanditi e mala gente che alcuna volta faceano danno alle strade e al Contado di Firenze, e tanto<sup>201</sup> ... (GV. V, 32)

Interessante notar como o poder de Florença, estende-se ao espaço físico, e como sua crescente autonomia enfatiza esse processo de expansão e busca de supremacia política e regional. Florença intenta estabelecer uma zona de influência que lhe confira segurança política e territorial, por isso avança sobre os territórios do seu entorno, não apenas como uma

---

<sup>199</sup> No ano de Cristo 1215, sendo podestade de Florença o senhor Gherardo Orlandi, tendo M. Buondelmonti de Buondelmonte, nobre cidadão de Florença, prometido desposar uma donzela da casa Amidei, de honrados e nobres cidadãos; e, em seguida, cavalgando para a cidade o referido M. Buondelmonte, que era cavaleiro muito gracioso e bonito, que uma mulher da casa Donati chamou-o, reprovando-o pela mulher que havia prometido, que não era bela o suficiente para ele, dizendo: “Olhe para esta minha filha”, que lhe mostrou, e era linda; incontante por subsídio do diabo preso nela, prometeu e desposou a mulher. GV, VI, 38

<sup>200</sup> Mais adiante nesse capítulo esse evento é tratado.

<sup>201</sup> No ano 1125 de Nosso Senhor, o exército florentino partiu para cima da fortaleza de Fiesola, que ainda estava em pé e muito forte, e fora guardada por certos gentis homens castelanos, que haviam permanecido em Fiesola e ali se unido a salteadores, banidos e toda a gente má queem alguma vez havia causado dano a estrada e ao Condado de Florença, GV. V, 32.

forma de auto-afirmação de uma consciência cidadina, mas como uma maneira de exercer poder senhorial sobre a região.

Em 1135, Florença destrói o Castelo de Montebuoni, e Villani utiliza finalmente o termo *Comune* di Firenze, enfatizando que a expansão da cidade se dá pela força e não pela razão:

Negli anni di Cristo MCXXXV essendo in piè il castello di Montebuono, il quale era molto forte e era di que' dela casa de' Bondelmolti, i quali erano cattani e antichi gentili uomini di contado, e per lo nome del detto loro castello avea nome la casa Bondelmonti, e per la forteza di quello, eche la strada vi correa a piè, conglievano pedaggio; per la qual cosa a' fiorentini non piaceva né voleano sì fatta fortezza presso a la città, si u' andarono ad oste del mese di giugno e ebbolo a patti che'l castello si disfacesse, e l'altre possessioni rimanessero ad abitare in Firenze e così cominciò il Comune di Firenze a distendersi, e colla forza più che com ragioni, crescendi il contado e sottomettendosi a la giuridizione ogni nobile di contado, e disfaccendo le fortezze.<sup>202</sup> (GV. IV, 36)

Em 1138 é formada a Liga Toscana, como forma de tentar novamente o equilíbrio de poder regional, e através de alianças, evitar que Henrique IX, da casa da Baviera, fosse eleito imperador, e avançasse sobre a toscana. Nesse mesmo ano, surge em Florença o consulado, que aproxima o governo comunal da República Romana, e constitui o primeiro indício de que embora não tivesse a autonomia legal do imperador do sacro-império, Florença exercia de fato uma autonomia jurídico-administrativa, como nos diz o prof. Franco Cardini:

La aparición de los cónsules, desde 1138, no es sólo la primera prueba segura de que en Florencia había empezado la trayectoria del gobierno ciudadano *de facto*, aunque *de iure* sometido a la soberanía del imperio romano-germánico respecto al cual faltaba sin embargo la principal estructura pública intermedia: el margrave de Toscana<sup>203</sup>, que entró en crisis cuando murió Matilde. (CARDINI: 2006, p. 38-39)

Embora seja um avanço, o regime consular logo apresentou problemas, já que este consistia em um colegiado basicamente representado por famílias aristocráticas, que, por

---

<sup>202</sup> No ano 1135 de Nosso Senhor, o Castelo de Montebuono estava em pé e era muito forte, pertencia à casa de Bondelmonti, que eram catanos e velhos senhores do condado, que haviam emprestado o nome ao castelo, e em razão de sua força, e porque a estrada corria ao pé do mesmo, eles cobravam pedágio; coisa com a qual os fiorentinos não concordavam e não queriam uma fortaleza na cidade. Partiram para lá com suas tropas no mês de junho, e o tomaram sob a condição de que o castelo fosse destruído, e com os outros bens ainda pertencentes aos castelanos, que estes fossem habitar em Florença; e assim a Comuna de Florença começa a se expandir, e com a força mais do que com o direito, aumentou seu conselho, submetendo à sua jurisdição todos os condados nobres, e destruindo suas fortificações. GV, V, 36.

<sup>203</sup> Marca ou Margraviato da Toscana é um marco fronteiro situado na Itália Central, dentro dos domínios do império carolíngio, que remonta ao séc. IX, substituta do Ducado de Tuscia lombardo. Compreendia alguns condados ao longo do rio Arno, incluindo a cidade de Lucca. Entre os séculos IX e X o apoio dos margraves da Toscana era essencial para ascender ao reino de Itália. No séc. XI a Marca da Toscana passou para o controle da Casa di Canossa e o poder adquirido pelo *dux et marchio* se tornou tão grande que ameaçava os interesses dos Imperadores do Sacro Império, de quem eram aliados.

interesse, unem-se à ordem mercantil, embora esta última, não gozasse de poderes políticos propriamente.<sup>204</sup>

Florença é uma cidade em que elementos próprios do condado, ou seja, do campo, foram incorporados à cidade à medida que suas famílias se estabeleceram em território urbano para aproveitar a prosperidade comercial recém adquirida pela comuna, imiscuindo-se nos negócios mercantis, mas sem deixar de reproduzir ali os principais atributos de poder que antes dispunham em meio rural, como por exemplo, a construção de casa-torres na cidade. Também não se furtaram a utilizar do privilégio de direito à vingança e ao uso das armas para a obtenção de poder e território, provocando disputas e batalhas contínuas dentro do núcleo urbano.

Embora a partir de 1182, o *popolo* – os produtores e mercadores reunidos nos grêmios — começam a se organizar em associações profissionais, as *Artes*, e a aspirar a uma vida mais aristocrática, procurando comprar terras, e buscando refinamento e nobreza<sup>205</sup> através de matrimônios, começam a participar mais ativamente da vida pública, sua participação ainda não é proeminente como a da aristocracia.

Em 1185, Frederico Barba-Ruiva, após a morte de Henrique IX, avança sobre a península italiana, privando o condado de Florença de seus privilégios, e transformando-o novamente em marquesado. Essa situação perdura até 1197, quando Frederico I, sucessor de Barba-Ruiva morre, e Henrique VI recupera o controle de Florença, restabelecendo as antigas ordem e dignidade. Mas a comuna avança em seu anseio por autonomia, buscando em uma série de ações enérgicas que visavam consolidar o poder da cidade sobre o condado, sobretudo na parta mais baixa de Valdarno<sup>206</sup> e de Valdesa<sup>207</sup>, que ficavam em uma posição estratégica para o sistema viário centro-toscano. E a partir de 1207, Florença passa a experimentar um tipo de governança que pretendia proporcionar “maiores garantias de imparcialidade as facções cidadãs”, fazendo a transição entre o governo consular para um único magistrado, que, ademais, deveria ser estrangeiro. Esse funcionário a serviço da Comuna teria que “ser de condição cavalheiresca e possuir as qualidades de bom capitão de guerra” e “possuir dignidade de cavalheiresca, habilidades militares e conhecimentos jurídicos

---

<sup>204</sup> Ver Cardini, 2006.

<sup>205</sup> No sentido real do termo, de linhagem, por isso as alianças por meio de matrimônio.

<sup>206</sup> Valdarno está situado na divisa entre Florença e Arezzo, ficava no meio de três comunas rivais Siena, Arezzo e Florença, tendo sido palco de muitas batalhas. Foi durante a idade média um ponto estratégico de grande importância militar, e também logístico, visto que era um centro produtor de alimentos, com grandes vales cultiváveis.

<sup>207</sup> Colle di Val d'Elsa é uma comuna atualmente situada na província de Siena.

– que se podiam conseguir na universidade de Bologna”, por conseguinte, deveria pertencer “a uma linhagem aristocrática.” (CARDINI, 2006, p. 43)

Florença elege seu primeiro *podestade* em 1207, Gualdofredotto del Milano, pois até então a cidade era governada por uma junta de cônsules, a Câmara dos Cem Notáveis, e está, assim, definitivamente consolidada a comuna. (*ibidem*) Villani narra esse evento, esmiuçando a preocupação de que o governo de Florença não estivesse concentrado exclusivamente nas mãos dos cidadãos florentinos, divididos desde tempos imemoriais em facções pautadas nas disputas entre as famílias:

Negli anni di Cristo MCCVII i fiorentini ebbo no di prima signoria forestiera, che infino allora s’ era retta la città sotto signoria de’ consoli cittadini, de’ maggiori e migliori dela città, com consiglio al modo di Roma tutto guidavano, e governavano la città, e rendeani regione, a facevano giustizia: edurava il loro officio unoanno e erano quatro consoli mentre che lla città si partì a sestì. Ma gli antichi nostri non faceano menzione de’ nomi ditutti ms dell’ uno di loro di maggiore stato e fama, dicendo: al tempo di cotale consolo e de’ suoi compagni. Ma poi cresciuta da città e di genti e di vizii e faceansi più malifici, sì, s’ ancoraro per meglio del Comune accio che i cittadini nonnavessono sì fato incarico di signoria, né per priegli né per tema o per diservigio o per altra cagione non mancasse la Giustizia, si ordinaro di chiamare uno gentile como d’altra città, che fosse como podestà per uno anno, e rendesse la ragioni civili com suoi collaterali e giudici e facesse l’execuzione dele condannagioni e giustizie corporali...<sup>208</sup> (GV. VI, 32)

O consulado, forma de governo praticada na comuna até 1207, na visão de Villani, estaria sujeito às dissensões que permeiam a vida civil da cidade, estando à mercê dos *vícios* de seus membros, e partilhando da concepção de que a justiça não deveria ser senão imparcial, e não um reflexo dos interesses dessa ou daquela facção: “nem por anseios, nem por medo, ou por malícia, ou qualquer outro motivo”. Por isso, a comuna entra em acordo: “os cidadãos não devem ter um peso tão grande no governo”. (GV. VI, 32) Com o avançar do séc. XIII, e a comuna definitivamente consolidada sobre o condado, Florença busca expandir seu poder, política e militarmente, sobre os territórios da Toscana, e os embates se intensificam entre as duas maiores e mais importantes cidades da região: Siena e Florença.

---

<sup>208</sup> No ano 1207 de Nosso Senhor, os florentinos escolheram pela primeira vez um magistrado forasteiro, pois até o momento, a cidade era governada por um conselho de cônsules à maneira de Roma, formado por cem homens notáveis, que a guiavam e administravam, exerciam o direito e executavam a justiça, permanecendo no cargo por um ano. E eram quatro cônsules desde que a cidade fora dividida em quatro partes, um para cada porta. E foram seis quando a cidade fora dividida em seis. Mas os nossos antepassados não fizeram menção do nome de todos, porém foram todos homens de grande fama e estatura, dizendo: no tempo do consule tal e seus companheiros... no entanto, quando a cidade cresceu em habitantes e em vícios, ficou acordado que, para o bem da Comuna, os cidadãos não devem ter um peso tão grande no governo, e a justiça não poderia falhar nem por anseios nem por medo ou por malícia, ou qualquer outro motivo, e deveria-se, então, convidar de outra cidade um cavalheiro que fosse podestade por um ano, e que poderia exercer o direito civil com seus assessores e juízes e executar a justiça... GV, VI, 32.

A morte de Frederico II da Suábia, em 1250, mergulhou, mais uma vez, a região da Toscana em um vazio de poder, com o conflito de interesses entre Manfredo, filho da segunda esposa de Frederico, e o imperador eleito da casa da Suábia. O rei da França, Carlos d'Anjou começa a ter interesses na região da península italiana, o que o levou a apoiar seu irmão, Luis IX na conquista de vastos territórios a partir de 1250, dentre eles o reino da Sicília, conquistado após a derrota de Manfredo I na Batalha de Benevento. Em 1246, Luis IX já havia adquirido o condado de Provence, após o qual, lutaria nas cruzadas do Egito entre 1248 e 1254. Diante das alianças políticas estabelecidas, alinhadas ora com a liga lombarda, guelfa, ora com os interesses da casa da Suábia, os Hohenstaufen, gibelina, graçava em Florença sempre um digladio entre dois grandes blocos. Esses dois grandes blocos estariam representados na oposição das duas maiores cidades da toscana: Florença era guelfa, Siena era gibelina. A comuna de Florença era aliada da Liga Lombarda<sup>209</sup> e contava com o apoio papal, contrário à causa gibelina. Os gibelinos, por sua vez, dominavam o sul da península italiana, e encontravam apoio na comuna de Siena e no imperador do Sacro Império. Cada facção buscava, no quadro de interesses regional, estabelecer áreas de influência e angariar aliados entre as cidades e burgos menores da Toscana, promovendo uma articulação em dois grandes blocos de poder. Diante desse tipo de organização bipolar do poder, qualquer avanço significativo de território, tomada de alguma cidade ou estabelecimento de novos acordos significava um dilema de segurança para um dos dois lados, que se sentia ameaçado, e para tentar reaver o equilíbrio anterior, organizava-se ainda mais militarmente. Evidentemente vários fatores estavam imbricados nessa busca por hegemonia política entre esses dois blocos (poder secular e temporal) representados pelas comunas de Siena e Florença, respectivamente, dentre eles a necessidade de manter as cidades e burgos ao longo das vias de comunicação e comércio importantes. Dentro dessa lógica, Florença começa a ver com desconfiança, a partir de 1251, o posicionamento das comunas de Montepuciano<sup>210</sup> e Montalcino<sup>211</sup>, que estavam vinculadas à Siena por um pacto de assistência recíproca, o que contrariava os interesses fiorentinos na região, pois esta temia perder o controle da rota *Francigeana*, que cortava essas comunas, assim como receava ter sua supremacia na toscana ameaçada.

---

<sup>209</sup> Aliança político-militar formada em 1167 entre vinte e seis, mais tarde trinta, cidades italianas para conter os avanços do imperador Frederico Barba-Ruiva, que anos antes, em 1158, havia requerido o direito sobre a Itália na Dieta de Roncaglia. Foi renovada em 1198, 1208 e em 1226, dessa última vez contra Frederico II.

<sup>210</sup> Cidade hoje situada na província de Siena. Foi toda construída no topo de uma colina entre dois grandes vales, motivo pelo qual sua influência era cobiçada tanto por Siena como por Florença.

<sup>211</sup> Outra cidade que hoje está situada na província de Siena.

Em 1259, Carlos D'Anjou ocupou Coni, Alma, Valle de la Maira e o Valle de Stura, tendo sido proclamado senhor de Cuneo e do Burgo de San Dalmazzo, e Ceva e Cravansana se declararam seus vassalos. No ano seguinte, é proclamado senhor de Mondovi e Sogliano. Nesse mesmo ano, Siena tece alianças com o rei Manfredo, da casa da Suábia, recebendo então, como reforço militar, uma empresa de cavaleiros germânicos de cerca de 800 homens, com o aval do então rei de Nápoles, Giordano d'Angelo.

Em fevereiro de 1260, foi recuperada, pela Liga Lombarda, guelfa, a lealdade da cidade de Grosseto, e, em março, Florença parte em campanha com o firme propósito de recuperar Montemassi<sup>212</sup> e Montiano. No dia 19 do mês seguinte, a Liga Guelfa movimenta tropas de apoio para Maremma<sup>213</sup>, situada na direção de Siena. Com um exército de trinta mil homens, em 18 de maio, os fiorentinos e seus aliados, acampam perto do mosteiro de Santa Petronilla, à curta distância da Porta Camolloa, portão norte de Siena. Nessa campanha, a cavalaria atacou, sob a luz do dia, o exército tedesco-sienense, tendo-o derrotado, retirando-se o cerco a Siena no dia seguinte, porém mantendo uma parte das tropas em um dos bairros da cidade. O objetivo principal de Florença com essa campanha era minar os históricos apoios de Montepulciano e Montalcino a Siena, enfraquecendo-a, portanto. Ambas as cidades estavam situadas na via Francigeana, cujo controle era disputado tanto por Siena como por Florença, devido a sua importância para o comércio e comunicações. Tal apoio das duas comunas seria alcançado por Florença no mês de julho, entretanto, nesse ínterim, os guelfos aproveitaram para instigar revoltas em Grosseto, Montiano e Montemassi, apossando-se também desses territórios.

Os gibelinos de Siena, por sua vez, e a título de reação, enviaram homens de Terzo di Camollia em pleno inverno, para cercar a cidade de Grosseto, que, para a frustração do partido guelfo, retornou espontaneamente em 5 de fevereiro de 1260. Nesse meio tempo, Montalcino, que era a principal base guelfa ao sul de Siena, procurava de resguardar através da contratação de 250 cavaleiros germânicos, garantindo seu território e tentando bloquear as movimentações gibelinas. No mês de março, iniciaram-se as operações florentinas para a retomada dos castelos de Montemassi e Montiano. Os responsáveis pelo sítio dos dois castelos eram os homens de Terzo di Città, liderados por Francesco Troghisio, podestà de Siena, e a milícia da Comuna de Grosseto com alguns mercenários germânicos.

---

<sup>212</sup> Burgo situado na encosta de uma colina ao sudeste da Comuna de Roccastrada desde o séc. XI aliado de Siena.

<sup>213</sup> Região ao sudoeste da Toscana, que compreende diversas cidades como parte de Grosseto e do Lazio.

No dia 21 de abril, os guelfos tomam Colle val d'Elsa<sup>214</sup>, onde permanecem por dois dias. Após desviarem a rota para o oeste de Siena, a oeste das colinas de Montagnola, onde, após um cerco relâmpago, foram ocupados os territórios de Mensano e Casole. Diferentemente do que supunha, e esperava Siena, as tropas fiorentinas e seus aliados não prosseguiram para o sul para auxiliar Montemassi na defesa do castelo sob a liderança de Aldobrandino Rosso de Pitigliano, senhor do lugar, marchando, porém, até Siena, onde chegariam em 17 de maio, montando acampamento nas colinas de Vico e San Martino. Nesse mesmo dia, ocorreu um embate militar, no qual os guelfos foram bem sucedidos, o que angariou ânimo às tropas e impeliu com que, no dia posterior, aproximassem-se do monastério de Santa Petronilla, há poucas centenas de metros da Porta Comollia, em Siena, sendo atacados em seguida pelas tropas sienenses e germânicas. Infelizmente não há registro dos resultados dessa batalha, que permanecem obscuros até hoje, tendo sido reivindicados favoravelmente ora por Siena ora por Florença de acordo com seus interesses.

Giovani Villani, na Cronica Nuova, afirma que Farinata degli Uberti, chefe dos gibelinos de Florença, foi o líder e mentor do envio das tropas mercenárias germânicas à toscana. Farinata teria se refugiado em Siena com o intuito de deixar com que os cavaleiros germânicos, que eram poucos, fossem esmagados pelas tropas sitiadas, que estavam em vantagem numérica, e assim a bandeira de Manfredo pudesse ser capturada e destruída:

*A la fine volendosi partire, e prendendo commiato da llui molto male contenti, Manfredi promise loro di dare cento cavalieri tedeschi per loro aiuto. I detti ambasciatori turbatisi della prima proferta, e traendosi a consiglio di fare loro risposta, quasi per rifiutare sì povero aiuto, vergognandosi di tornare a Siena, ch'aveano speranza che desse loro aiuto di più di VI<sup>C</sup> cavalieri, messer Farinata degli Uberti disse: «Non vi sconfortate, e non rifiutiamo niuno suo aiuto, e sia piccolo quanto si vuole; facciamo che di grazia mandi co'loro la sua insegna, che venuti a Siena, noi la metteremo in tale luogo, che converrà ch'egli ce ne mandi anche»; e così avvenne.<sup>215</sup> (GV, VII, 74)*

Siena havia recebido refugiados gibelinos de Florença, contrariando um dos acordos firmados em 1255 entre as duas cidades, que versava sobre o não acolhimento de pessoas que por motivos políticos, ou quaisquer outros, tivessem sido banidos de Montepulciano,

---

<sup>214</sup> Valdesa.

<sup>215</sup> ...E quando enfim os viu partir, e se despedirem dele muito entristecidos, Manfredo prometeu lhes dar, em auxílio, cem cavaleiros alemães. Diante disso, os embaixadores disseram estar pasmados ante sua primeira oferta, e como resposta pensaram em recusar diante de uma oferta tão modesta, envergonhados de retornar a Siena, pois esperavam uma ajuda de mais de 1500 cavaleiros, mestre Farinata degli Uberti disse: 'não desanimeis, nem recusai nenhuma ajuda sua, seja tão pequena quanto desejar; fazei com que tenhamos a Graça de mandar de volta com eles seu estandarte, e quando vierem a Siena, vamos colocá-lo em tal lugar que o fará nos enviar mais. GV, VII, 74

Montalcino e Florença.<sup>216</sup> Porém, desde 1251 Siena havia firmado outro acordo, dessa vez com os gibelinos florentinos, em que as duas partes contratantes se dispunham à ajuda mútua no caso de luta contra Florença. Sobre esse fato nos conta Villani, quando narra os antecedentes do ardil de Farinata, em que este teria conseguido, através de uma urdidura, o apoio do rei Manfredo e o envio de mais tropas contra Florença:

Come gli usciti ghibellini di Firenze mandaro in Puglia al re Manfredi per soccorso.

In questi tempi i Ghibellini scacciati di Firenze (ed erano nella città di Siena, e da' Sanesi erano male aiutati contra i Fiorentini, imperciò che non aveano potere contra la loro potenza) sì ordinarono tra·lloro di mandare loro ambasciadori in Puglia al re Manfredi per soccorso. I quali andati, pure de' migliori e più caporali di loro, più tempo seguendo, Manfredi no·lli spacciava, né udiva la loro richesta, per molte bisogne ch'avea a·ffare. A la fine volendosi partire, e prendendo commiato da·llui molto male contenti, Manfredi promise loro di dare cento cavalieri tedeschi per loro aiuto. I detti ambasciadori turbatisi della prima proferta, e traendosi a consiglio di fare loro risposta, quasi per rifiutare sì povero aiuto, vergognandosi di tornare a Siena, ch'aveano speranza che desse loro aiuto di più di VIC cavalieri, messer Farinata degli Uberti disse: «Non vi sconfortate, e non rifiutiamo niuno suo aiuto, e sia piccolo quanto si vuole; facciamo che di grazia mandì co·lloro la sua insegna, che venuti a Siena, noi la metteremo in tale luogo, che converrà ch'egli ce ne mandi anche»; e così avvenne. E preso il savio consiglio del cavaliere, accettaro la proferta di Manfredi, graziosamente pregandolo che al capitano di loro desse la sua insegna; e così fece. E tornati in Siena con sì piccolo aiuto, grande scherna ne fu fatta da' Sanesi, e grande isbigottimento n'ebbono gli usciti di Firenze, attendendo troppo maggiore aiuto e sussidio da Manfredi.<sup>217</sup> (GV, VII, 74)

O ardil de Farinata estaria no convencimento do governo de Siena a instigar os mercenários germânicos a se embriagarem, e enviá-los a atacar as tropas guelfas em desvantagem numérica, sabendo que seriam repelidos. Pois, Manfredo teria enviado um

---

<sup>216</sup> MARCHIONNI, Roberto. Battaglie Senesi (1) Montaperti. Siena: Roberto Marchionni Editore, 1996. Pág. 37.

<sup>217</sup> Nesses tempos, os refugiados gibelinos de Florença (que estavam na cidade de Siena, e por ela eram mal assistidos contra Florença, por não poder se contrapor a sua potência) por conselho decidiram enviar sua embaixada às portas de Apúlia pelo socorro do rei Manfredo. E ao chegarem lá, embora fossem os melhores e das mais altas patentes do exército, muito tempo passou, e Manfredo não despachava o seu caso, nem dava audiência aos seus pedidos em razão dos muitos negócios que se ocupava. E quando enfim os viu partir, e se despedirem dele muito entristecidos, Manfredo prometeu lhes dar em auxílio cem cavaleiros alemães. Diante disso, os embaixadores disseram estar pasmados diante de sua primeira oferta, e como resposta pensaram em recusar diante de uma oferta tão modesta, envergonhados de retornar a Siena, pois esperavam uma ajuda de mais de 1500 cavaleiros, mestre Farinata degli Uberti disse: não desanimeis, nem recusai nenhuma ajuda sua, seja tão pequena quanto deseja; façamos com que tenhamos a Graça de mandar de volta com eles seu estandarte, e quando vierem a Siena, vamos colocá-lo em tal lugar que o fará nos enviar mais. E seguindo o sábio conselho do cavaliere, aceitaram a oferta de Manfredo, e pediram a graça de lhes conceder seu próprio estandarte ao capitão do grupo, e assim ele o fez. E retornaram a Siena com essa pobre ajuda, e grande despeito se abateu sobre Siena, e grande desapontamento causou entre os refugiados florentinos que ansiavam por uma subvenção e auxílio muito maior de Manfredo.

reforço modesto, de apenas cem cavaleiros a Siena, o que, de fato, era bastante precário para enfrentar as tropas guelfas, em maior número, em campo aberto, e vencer. A urdidura de Farinata pretendia fazer com que a humilhação infligida por essa derrota aumentasse o número de cavaleiros enviados a Siena como esta jamais esperou:

... I Tedeschi forsennati e caldi di vino uscirono fuori di Siena, e vigorosamente assaliro il campo de' Fiorentini, e perch'erano improvvisi e con poca guardia, avendo la forza de' nemici per niente, con tutto che' Tedeschi fossono poca gente, in quello assalto feciono all'oste grande danno;<sup>218</sup> (GV, VII, 75)

Villani argumenta que, nessa batalha, chamada de Santa Petronilla, todos os cavaleiros germânicos foram mortos. Porém, no dia seguinte à batalha, Siena pagara 500 libras para recompensá-los pela bravura e honra em campo, inclusive ordenando que estes fossem cautelosos em gastos em público. Já os cronistas sienenses, dentre eles, Giovanni Ventura, por outro lado, afirmam que a batalha de Santa Petronilla, apesar de ter sido uma derrota, trouxe vantagens aos gibelinos, porém não em um primeiro momento, já que os guelfos não recuaram ou suspenderam o sítio, mas perderam 1300 de seus homens, contra 270 gibelinos. Entretanto, Siena pôde obter vantagens militares a partir do próprio cerco, apesar do desgaste que este necessariamente implica. Além de conhecer melhor o próprio território, e através dessa vantagem sobre o lugar, fazer ataques rápidos e curtos, com a possibilidade de um retorno rápido para a proteção dos muros da cidade, podia observar, pelas torres, a movimentação do exército inimigo, percebendo suas táticas e suas deficiências.

A insídia de Farinata não é comprovada por outros registros, e se cogita que sequer tenha existido, tendo este personagem adquirido uma atuação um pouco afetada pelas cores da época, que atribuía às personagens dos relatos históricos um intenso protagonismo pessoal. Pois, sabe-se que algumas tropas lideradas por Provenzano Salvani estavam, de fato, já a caminho de Siena, contudo só chegaram dias depois da batalha de Santa Petronilla terminada. Se houve ou não o ardil de Farinata, isso é menos importante que a memória histórica que se criou sobre sua figura e que ficou no imaginário da cidade como um ato protagonico e quase heroico.

O discurso de Villani, que se apodera dessa memória histórica cidadina, não é por isso, nem falso, nem fictício no sentido que este termo adquire na modernidade, que é o de ser uma invenção. É uma verossimilhança, advinda do testemunho dessa memória cidadina, sendo uma

---

<sup>218</sup> ... Os alemães, exaltados e ensandecidos pelo vinho, partiram de Siena e assaltaram violentemente o campo florentino, e porque foram pegos desprevenidos e em pouca guarda, por darem pouco caso à força do inimigo, e embora os alemães estivessem em menor número, naquele ataque infligido foi grande dano ao exército. GV, VII, 75.

construção imagética que obedece a um sentido determinado e que se insere dentro de um cabedal de operações simbólicas que se intercambiam para construir uma verdade histórica. Ainda mais, quando sabemos que este mesmo Farinata fará uma defesa apaixonada de Florença, evitando que esta seja destruída por Siena na ocasião da derrota de Montaperti.

O cerco a Siena, apesar de tudo, não logrou êxito e os guelfos levantaram acampamento no dia 20 de maio, partindo em seguida. A maior parte do exército seguiu para o norte, na direção de Florença. E assim que o braço principal do exército guelfo deixou Siena, esta enviou reforços para Montelaterove com o intuito de refazer o bloqueio a Montalcino e intensificar o sítio ao castelo de Montemarsi. Atacaram o território ao norte de Siena, na direção de Florença, e conquistaram Staggia e Poggibonsi, e devastaram o distrito de Colle.

Quando as tropas do rei de Nápoles chegaram, em junho, o território de Montepulciano, a 45 km do sudeste de Siena, foi devastado e o castelo de Montemasi foi conquistado. Contudo, os danos sofridos na campanha de Montepulciano foram tamanhos, que essa comuna resolveu apoiar Siena na sua empreitada contra Florença, mudando de lado. Então, quando os gibelinos rumaram até Montalcino, situado na rota Francigeana, tinham um trunfo inesperado. A natureza e afinco da campanha de Siena contra Montalcino fez com que Florença preparasse rapidamente uma expedição militar para não perder mais este território. Tal expedição resultaria em uma das batalhas mais sangrentas de todo o período medieval, a Batalha de Montaperti, ocorrida em quatro de setembro de 1260, em que a cidade de Florença, embora estivesse com um exército em maior número é terrivelmente derrotada por conta da traição de parte de suas tropas.

Durante a batalha, ocorre a traição de parte da infantaria, que sai do meio do campo de batalha, e aproveitando-se de um posicionamento privilegiado defronte do rio Arno, que não serviria de rota de fuga, e do fato de estar a cavalo, parte dessas tropas atacam os próprios flancos. Tal evento, a traição da infantaria, marcaria a cidade para sempre e seria apenas mais um dos muitos eventos dramáticos de Florença no séc. XIII.

## **5.2 – Mecanismos interpretativos de Giovanni Villani: O Fórum de Verdade e Ficção**

O primeiro livro de sua crônica versa sobre alguns acontecimentos universais que o autor julga importantes mencionar para esclarecer ou iluminar algumas passagens acerca da história de Florença. Parte da Confusão da Torre de Babel até a destruição de Fiesola.

Nos capítulos sobre a mítica fundação da cidade de Fiesola por Atlas, ser mitológico que sustentaria o céu em suas costas, que mais tarde seria destruída e, no lugar, edificada Florença pelos romanos, escreve, no sétimo, Villani “este Atlas<sup>219</sup> tinha uma esposa de nome Electra. E essa Electra, esposa de Atlas, era filha de outro rei Atlante, que era descendente de Cam, segundo filho de Noé”:

Questo Attalante ebbe una moglie ch'ebbe nome Eletra. Questa Eletra moglie d'Attalo fu figliuola d'uno altro Attalante re, il quale fu de' discendenti di Can, secondo figliuolo di Noè. Quello Attalante abitò in Africa giù nel ponente, quasi di contro a la Spagna;<sup>220</sup> (GV, I, 7)

Percebe-se logo no início, que o autor confunde a narração mitológica com a narração bíblica do gênese, utilizando-se dos recursos do *intergumentum*, e menciona a estória de Atlas, um titã condenado por Zeus a sustentar o firmamento em seus ombros por toda a eternidade, como descendente do segundo filho de Noé, Cam. Segundo algumas interpretações medievais de passagens do livro do Genesis, do Velho Testamento, os africanos seriam descendentes de Cam, um dos filhos de Noé. O filho de Noé, Cam, teria incorrido em grande falta ao interpelar o pai nu e ébrio após uma colheita de uvas, denunciando-o aos irmãos Jafet e Sem e o colocado em situação vexatória perante seus outros filhos. Como punição pelo constrangimento do pai, um destino de servidão foi imposto por Deus para um de seus filhos, Canaã e seus descendentes. O paralelismo das Escrituras com relato mitológico de Atlas é evidente. Zeus, após a rebelião dos Titãs, como castigo os obriga a viver no Tártaro, a região mais profunda e inóspita do Mundo Inferior, para que de lá não pudessem fugir. Porém, a Atlas foi reservada uma pena ainda mais severa, e servil, já que este deveria carregar sobre seus ombros o céu, o firmamento por toda a eternidade:

...e per lui nominiamo prima il grande monte ch'è là Monte Attalante, che si dice ch'è sì alto che quasi pare tocchi il cielo, onde i poeti in loro versi feciono favole che quello Attalante sostenea il cielo; e ciò fu che fu grande astrolago.<sup>221</sup> (GV, I, 7)

---

<sup>219</sup> Nome antigo, em italiano, de Atlas, um dos titãs condenado por Zeus a sustentar o céu em seus próprios ombros eternamente. Foi, também, o primeiro rei da cidade mítica de Atlântida. Teve sete filhas com sua esposa, Pleione, as Plêiades. E também, sete filhas ninfas, as Hespérides. Ver também: GRIMAL, Pierre. Dicionário da mitologia grega romana. São Paulo: Bertrand, 1999.

<sup>220</sup> Este Atlante tinha uma esposa de nome Electra. E essa Electra, esposa de Atlante, era filha de outro rei Atlas, que era descendente de Cam, segundo filho de Noé. Esse Atlante viveu na África sob o poente, quase defronte da Espanha...GV, I, 7

<sup>221</sup> ... e por causa dele foi primeiramente nomeado lá o grande monte Atlas, que dizem ser tão alto que quase toca o céu, onde o poeta fez a fábula de que aquele Atlas sustentava o céu, e, além disso, foi um grande astrólogo. GV, I, 7.

Nas Escrituras não fica claro qual a natureza dessa servidão, e nem é o propósito de Villani enunciá-la, outros autores medievais se debruçaram sobre o castigo de Cam e a danação de seus filhos. Entretanto, não deixa de ser interessante notar como opera aqui um recurso retórico amplamente utilizado na Idade Média, que é o velamento de uma verdade subjacente, mitológica, a dizer, da narração fabulosa, e do símbolo:

En la visión simbólica, la naturaleza, incluso en sus aspectos más temibles, se convierte en el alfabeto con el que el creador nos habla del orden del mundo, de los bienes sobrenaturales, de los pasos que hay que dar para orientarnos en el mundo de manera ordenada (...). Las cosas pueden inspirarnos desconfianza en su desorden, en su caducidad, en su aparecérsenos fundamentalmente hostiles: pero la cosa no es lo que parece, es signo de otra cosa. (ECO: 2012, 89)

A alegoria é a forma encontrada para converter esse “alfabeto” que “fala da ordem do mundo”, e dos “bens sobrenaturais” desse mesmo mundo, tornando inteligível aquilo que escapa à lógica medieval de causa e efeito, significado e finalidade, ou que, por algum motivo, teria sua natureza nociva ou corruptível quando explicitada. (ECO, 2012, p. 92) Em virtude disso, sempre a manifestação textual estaria sujeita aos mecanismos interpretativos, capazes de alcançar os significados ocultos dos textos, desvelando a verdade subjacente de forma a torná-la apreensível ou mesmo completa em sentido, como nos diz o prof. Umberto Eco:

... percibir una alegoría es percibir es una relación de conveniencia y disfrutar estéticamente de la relación, gracias también al esfuerzo interpretativo. Y hay esfuerzo interpretativo porque el texto dice siempre algo diferente de lo que parece decir: Aliud dicitur, aliud demonstratur. (ECO: 2012, p. 92)

O mítico Atlas, que sustenta o céu, aqui tomado como descendente de Cam, tem sua natureza mitológica sutilmente modificada, em imagens que o colocam como um “grande monte que dizem ser tão alto que quase toca o céu”, ou como descendente de Noé, portanto como um elemento da natureza, e do ordenamento simbólico cristão, passível de um “nome”, e dentro de uma ordem reconhecível e objetiva, transformando um Titã em um mero local geográfico onde um poeta teria feito uma fábula em que aquele “outro rei Atlas” “sustentava o firmamento”.

As próprias características monstruosas, terríveis dos Titãs, seres mitológicos antropomórficos, atrelados ao Mundo Inferior e sempre retratados com ídoles ferozes e violentas, a dizer, nos padrões estéticos medievais, como bestas foram sutilmente encobertas e são sutilmente delineadas através dos caracteres atribuídos aos povos fiesolanos, tidos como ferozes, rudes e violentos, cuja natureza intrinsecamente hostil e belicosa residiria no fato de serem descendentes de Cam/Atlas, ou seja, dos “condenados por Deus”.

No relato da fundação da cidade de Fiesola, Villani explica as razões da escolha daquele lugar e não de outro, colocando os primeiros elementos que mais tarde iria utilizar para justificar a natureza nobre de Florença, como a afirmação desta estar situada no “melhor e mais bem posto” lugar da Europa, e ser formada pelo nobre sangue romano:

E cercando per astronomia tutti i confini d'Europia, per lo più sano e meglio asituato luogo che eleggere si potesse per lui, sì si puose in sul monte di Fiesola, il quale gli parve forte per sito e bene posto. E in su quello poggio cominciò e edeficò la città di Fiesola, per consiglio del detto Appollino, il quale trovò per arte di stromonia che Fiesola era nel migliore luogo e più sano che fosse nella detta terza parte del mondo detta Europia.<sup>222</sup> (GV, I, 7)

A emblemática cidade de Fiesola, onde mais tarde seria edificada Florença, ganha contornos muito assemelhados às descrições medievais do paraíso, que, aliás, datam dos séc. XII e XIII, como locais de água abundante, de ventos e ares saudáveis e puros, de felicidade e bons auspícios:

E per cagione de' detti mari e per le montagne che vi sono intorno vi regnano i migliori venti e più sani e purificati che in altra parte, e ancora per le stelle che signoreggiano sopra quello luogo. E la detta città fu fondata sotto ascendente di tale segno e pianeta che dà allegrezza e fortezza a tutti gli abitanti più che in altra parte d'Europia; e come più si sale alla sommità del monte, tanto è più sano e migliore. E nella detta cittade ebbe uno bagno, il quale era chiamato bagno reale, che sanava molte infermitadi; e nella detta cittade veniva per meraviglioso condotto delle montagne di sopra a Fiesola acque di fontane finissime e sane, onde la città avea grande abondanza<sup>223</sup>. (GV, I, 7)

E não só de bons auspícios pela fortuna de sua localização, mas também guarneçada de bons e fortes muros:

E fece Attalante murare la detta città di fortissime mura, e di meravigliose pietre e grossezza, e con grandi e forti torri, e una rocca in sulla sommità del monte di grandissima bellezza e fortezza, ove abitava il detto re, sì come ancora si mostra

---

<sup>222</sup> Buscando com a ajuda da astronomia em todos os confins da Europa pelo lugar mais salutar e melhor situado que poderia ser escolhido por ele, tendo fixado residência no monte Fiesola, que lhe pareceu o mais forte e bem posto. E sobre este monte começou a construir a cidade de Fiesola por aconselhamento de Apolino, que descobriu, pela arte da astronomia, que Fiesola era o melhor e mais saudável lugar nesta terça parte do mundo que era a Europa. GV, I, 7.

<sup>223</sup> E em virtude desses mares e das montanhas que estão em torno, predominam os melhores ventos, os mais saudáveis e puros que em qualquer outra parte, e também pelas estrelas que dominam aquele lugar. E a dita cidade foi fundada sob a ascendência do signo e planeta que dão mais alegria e força a todos os habitantes do que em qualquer outra parte da Europa. E quanto mais se sobe em direção ao cume da montanha é tanto melhor. E nessa cidade houve uma terma<sup>223</sup>, chamada de Banho Real, que curava muitas enfermidades. E da dita cidade, houve um maravilhoso canal desde a montanha até Fiesola trazendo água de fonte finíssima e sã, a qual a cidade teve em abundância. E tratou Atlante de amurar a cidade com fortíssimo muro, de maravilhosas pedras e largura, com grandes e fortes torres, e uma fortaleza no cume, de grande beleza e força, em que morava o dito rei como ainda pode ser vista pelas fundações do muro, e pelo local forte e saudável em que se encontram. GV, I, 7

e può vedere per le fundamenta delle dette mura, e per lo sito forte e sano<sup>224</sup>. (GV, I, 7)

E, por fim, ainda diz que a cidade de Fiesola foi a primeira cidade fundada naquela parte da Europa, portanto, confere à Florença uma ancestralidade imemorial, e o seu carácter singular:

E nota ch'ella fu la prima città edificata nella detta terza parte del mondo chiamata Europa, e però fu nominata *Fia sola*, cioè prima, senza altra città abitata nella detta parte<sup>225</sup>. (GV, I, VII.)

Em seguida, Villani narra como a cidade de Fiesola teve seu primeiro cerco, por Roma, após a morte de Catilina, vindo da Lombardia e como este ficou surpreso com a ferocidade dos fiesolanos, cujo morticínio infligido a Catilina e seus legionários havia tido proporções tão grandes, que eram “impossíveis”.

Da poi che Metello, il quale era in Lombardia presso a le montagne dell'alpi Appennine nelle contrade di Modona, udita la sconfitta e morte di Catellina, tostamente venne con sua oste al luogo dov'era stata la battaglia, e veduti i morti, per istupore de la diversa e grande mortalità temette, maravigliandosi come di cosa impossibile<sup>226</sup>. (GV, I, 33)

Porém, tal ferocidade não intimidaria Metello, que aproveitara para pilhar os campos romanos e o dos inimigos, a fim de se preparar para assediar a cidade, o que foi repellido com vigor, fazendo-o recuar para a outra margem do Arno:

Ma poi egli e la sua gente igualmente ispogliò il campo de' suoi Romani come quello de' nimici, rubando ciò che vi trovaro; e ciò fatto, venne verso Fiesola per assediare la città. I Fiesolani vigorosamente prendendo l'arme, uscirono della città al piano, combattendo con Metello e con sua oste, e per forza il ripinsono e cacciaro di là dal fiume d'Arno con grande danno di sua gente, il quale co' suoi in su i colli, ovvero ripe del fiume, s'acampò; e' Fiesolani co' l'oro oste si misero dall'altra parte del fiume d'Arno verso Fiesola<sup>227</sup>. (GV, I, 33)

---

<sup>224</sup> E tratou Atlante de amurar a cidade com fortíssimo muro, de maravilhosas pedras e largura, com grandes e fortes torres, e uma fortaleza no cume, de grande beleza e força, em que morava o dito rei como ainda pode ser vista pelas fundações do muro, e pelo local forte e saudável em que se encontram. GV, I, 7

<sup>225</sup> E nota-se que essa foi a primeira cidade fundada nessa terça parte do mundo chamada Europa, e por isso foi denominada *Fia sola*, ou seja, a primeira, a única, sem outra cidade habitada de que tome parte. GV, I, 7.

<sup>226</sup> Depois, Metelo, que estava próximo na Lombardia, nas montanhas dos alpes Apeninos, que se encontram no país de Módena, ouviu falar da derrota e morte de Catilina, e prontamente veio com seu exército para o local onde a batalha havia acontecido, e tendo visto os massacrados, espantado pela estranha e grande mortandade, assustou-se, maravilhando-se diante de algo impossível. GV, I, 33

<sup>227</sup> Mas, ele e seus seguidores igualmente espoliaram os campos dos romanos como o de seus inimigos, pilhando tudo o que foi encontrado; e feito isso, aproximaram-se de Fiesola para assediar a cidade. Os fiesolanos pegaram em armas vigorosamente e partiram da cidade à planície, combatendo com Metello e suas tropas, e pela força obrigou que este recuasse e atravessasse até a outra margem do Arno, causando grande dano às suas gentes.

No capítulo seguinte, Villani narra o batalha contra os Fiesolanos, empreendida por Metello e Fiorino, um nobre cidadão romano da linhagem de Fracchi.

Metello la notte vegnente ordinò e comandò che parte della sua gente di lungi dall'oste de' Fiesolani passassono il fiume d'Arno, e si riponessono in aguato tra la città di Fiesola e l'oste de' Fiesolani, e di quella gente fece capitano Fiorino, nobile cittadino di Roma della schiatta di Fracchi, il quale era suo pretore, ch'è tanto a dire come mariscalco di sua oste; e Fiorino, come per lo consolo fu comandato, così fece.<sup>228</sup>(GV, I, 35)

As tropas de Metello, no dia seguinte, atravessaram o rio e combateram nas suas margens. Fiorino, que havia sido enviado para fazer uma emboscada entre Fiesola e os acampamentos das tropas.

Ao ver iniciada a batalha entre Metello e os fiesolanos, Fiorino e suas tropas abandonaram a emboscada e atacaram as fiesolanas, que tiveram que combater em duas frentes. Ao se dar conta que estavam sendo atacados nos dois flancos, os fiesolanos fogem em polvorosa, e são massacrados:

La mattina, al fare del giorno, Metello armato con tutta sua gente, passando il fiume d'Arno, cominciò la battaglia a' Fiesolani, e' Fiesolani difendendo vigorosamente il passo del fiume, e nel fiume d'Arno sosteneano la battaglia. Fiorino, il quale era colla sua gente nell'aguato, come vide cominciata la battaglia, uscì francamente al di dietro al dosso de' Fiesolani che nel fiume combatteano con Metello. I Fiesolani, isprovveduti dell'aguato, veggendosi subitamente assaliti per Fiorino di dietro e da Metello dinanzi, isbigottiti gittarono l'armi e fuggiro sconfitti verso la città di Fiesola, onde molti di loro furono morti e presi<sup>229</sup>. (GV, I, 34)

Após terem sido desbaratados às margens do rio Arno, os Fiesolanos retornaram à sua cidade. Fiorino e suas tropas então acamparam ao longo das margens do rio Arno até a cidade de Fiesola, onde havia duas vilas, a Arnina e a Camarte. Lá souberam que, em um determinado dia da semana ali era feito um mercado com todos os produtos necessários para a

---

Estas acamparam colina acima e nas margens do rio; E os fiesolanos e suas tropas retornaram da outra margem do Arno para Fiesola. GV, I, 33

<sup>228</sup> Metello, na noite seguinte, ordenou e comandou que parte de sua gente, longe das tropas dos fiesolanos, atravessasse o rio Arno e se concentrasse numa emboscada entre a cidade de Fiesole e as tropas fiesolanas. E dessa gente se fez capitão Fiorino, um nobre cidadão romano da linhagem de Fracchi, do qual era pretor, que é mesmo que ser o marechal de seu exército; e Fiorino, como ordenado pelo cônsul assim o fez. GV, I, 35

<sup>229</sup> Pela manhã, ao romper do dia, Metelo armado com toda a sua gente, atravessou o rio Arno e começou a batalha contra os fiesolanos, e os fiesolanos defendiam-se vigorosamente no vau do rio, mantendo a batalha ao longo do Arno. Fiorino, que estava com sua gente reunida em uma emboscada, ao ver começada a batalha, partiu francamente para a retaguarda dos fiesolanos, que combatiam ao longo do rio com Metelo. E os fiesolanos, despreparados, viram a si mesmos subitamente assaltados por Fiorino, na retaguarda, e Metelo na dianteira, desbaratados, largaram suas armas e, derrotados, fugiram para a cidade de Fiesole, onde muitos foram mortos e presos. GV, I, 35.

cidade de Fiesola e arredores, e deram ordens para que nada fosse comprado e vendido que pudesse ser útil em batalha:

Sconfitti e cacciati i Fiesolani della riva d'Arno, Fiorino pretore co l'oste di Romani puose campo di là dal fiume d'Arno verso la città di Fiesola, che v'aveva due villette, l'una si chiamava villa Arnina, e l'altra Camarte, overo campo o domus Marti, ove i Fiesolani alcuno giorno della settimana faceano mercato di tutte cose co-lloro ville e terre vicine. Il consolo fece con Fiorino dicreto che niuno dovesse vendere né comperare pane, o vino, o altre cose che ad uso di battaglia fossono, se nonne nel campo ov'era posto Fiorino<sup>230</sup>. (GV, I, 36)

Quinto Metello, cônsule, foi a Roma pedir que fossem enviadas mais legiões para sitiar a Fiesola, o Senado ordenou que Cícero, Macrino e Júlio Cesar partissem com suas tropas em direção à cidade:

Dopo questo, Quinto Metello consolo mandò incontanente a Roma che mandassero gente d'arme all'asedio della città di Fiesola: per la quale cosa i sanatori feciono ordine che Iulio Cesare, e Cecerone, e Macrino con più legioni di genti armati dovessero venire all'asedio e distruzione di Fiesola<sup>231</sup>; (GV, I, 36)

Cada um dos generais acampou em um ponto estratégico ao redor da cidade, e lá permaneceram por seis anos, e lograram êxito na empreitada, pois Fiesola fora quase destruída pelo longo cerco e pela fome:

E simigliante que' dell'oste, per lungo dimoro e per più difetti scemati ed afieboliti, si partiro dall'asedio, e si ritornaro a Roma, salvo che Fiorino vi rimase all'asedio con sua gente nel piano ov'era prima acampato, e chiusesi di fossi e di steccati a modo di battifolle, overo bastita, e tenea molto afflitti i Fiesolani; e così gli guerreggiò lungo tempo<sup>232</sup>. (GV, I, 36)

Porém, após algum tempo sem intercorrências, e desgastados pelas agruras do sítio, as tropas de Fiorino foram abrandando o cerco e se desmobilizando. Com o transcorrer indefinido do cerco, e após muitas privações, os fiesolanos resolvem agir por desespero e tentar um ataque noturno ao acampamento de Fiorino.

---

<sup>230</sup> Desbaratados e expulsos os Fiesolanos das margens do Arno, Fiorino, pretor, com o exército romano, acampou ao longo das margens do rio até a cidade de Fiesole, onde havia duas vilas, uma chamada Vila Arnina e a outra Camarte, ou Campo ou *domus* de Marte, onde em um determinado dia da semana os fiesolanos faziam um mercado com todos os produtos para sua Fiesole e seus arredores. O cônsul fez um acordo com Fiorino que ninguém deveria comprar ou vender pão, vinho ou outra coisa que pudesse ser útil em batalha a não ser onde Fiorino estava estacionado. GV, I, 36.

<sup>231</sup> Depois disso, o cônsul Quinto Metelo, enviado incontinentemente a Roma para que fossem mandadas com ele mais tropas para sitiar a cidade de Fiesole, e para tanto, o senado fez um decreto em que Júlio Cesar, Cícero, e Macrino, com legiões de muitos soldados fossem enviados para assediar e destruir a cidade de Fiesole; GV, I, 36

<sup>232</sup> E da mesma forma, as tropas sitiadas, pela longa permanência e privações, diminuídas e enfraquecidas, afastaram-se do cerco e retornaram a Roma, menos Fiorino, que permaneceu no cerco com seus seguidores na planície onde primeiro acamparam, cercando-se de fossos e paliçadas a guisa de muralhas e fortificações, e assim manteve os fiesolanos na linha por bastante tempo. GV, I, 36

Poi assicurandosi troppo, e avendogli per niente, e li Fiesolani ripresa alcuna lena, e ricordandosi del male che Fiorino avea loro fatto e faceva, subitamente, e come disperati, si misero di notte con iscale e con ingegni ad assalire il campo, overo battifolle, di Fiorino, e elli e la sua gente con poca guardia, e dormendo, non prendendo guardia de' Fiesolani, furono sorpresi<sup>233</sup>. (GV, I, 36)

Fiorino é atacado enquanto dormia, e suas tropas não são suficientes para evitar sua morte, de sua esposa e filhos, e a destruição total do acampamento:

...e Fiorino e la moglie e' figliuoli morti, e tutta sua oste in quello luogo furono quasi morti, che pochi ne scamparono; e il detto castello e battifolle disfatto, e arso, e tutto abattuto per gli Fiesolani<sup>234</sup>. (GV, I, 36)

A retomada da cidade pelos Fiesolanos, e o assassinato de Fiorino, fazem com que Roma estabelecesse um novo cerco à cidade, dessa vez mais forte, com o corte também dos suprimentos de água. O cansaço e a escassez trazidos por dois anos de sítio, acarretam em um acordo entre as partes, em que Fiesola se renderia sob a condição de que aqueles que quisessem deixar a cidade fossem poupados, o que foi feito. E assim, Fiesola foi totalmente devastada:

Stato l'assedio a Fiesola la detta seconda volta, e consumata e affritta molto la cittade sì per fame, e sì perché a-loro furono tolti i condotti dell'acque e guasti, s'arrendéo la città a Cesere e a' Romani in capo di due anni e quattro mesi e VI dì che vi si puose l'asedio, a patti, chi ne volesse uscire fosse salvo. Presa la terra per li Romani, fu spogliata d'ogni ricchezza, e per Cesere fu distrutta, e tutta infino a' fondamenti abattuta; e ciò fu intorno anni LXXII anzi la Natività di Cristo<sup>235</sup>. (GV, I, 37)

Após a destruição de Fiesola, Julio Cesar decide construir em seu lugar uma cidade, à qual pretendia dar seu nome *Caesarea*:

Distruta la città di Fiesola, Cesere com su oste discese al piano presso ala riva del fiume d'Arno, là dove Fiorino com sua gente lera stato morto da' Fiesolani e in quello luogo fece cominciare as edificare una città [Firenze]acciò che Fiesola mai non si rifalesse, e rimandò i cavalieri latini, i quali seco avea, arricchiti dele ricchezze de' fiesolani; i quali latini Tudertini errano appellati. Cesere adunque, compreso l'edificio dela città, e messovi dentro due ville dette

---

<sup>233</sup> Os fiesolanos recuperaram, assim, um pouco o fôlego, e lembrando-se do mal que Fiorino havia feito e estava causando ainda, repentinamente e com certo desespero, à noite avançaram com escadas e com máquinas para atacar o acampamento ou fortaleza de Fiorino. E ele, e sua gente, com pouca guarda, dormiam, e não percebendo os Fiesolanos, foram por eles surpreendidos. GV, I, 36

<sup>234</sup> ...e Fiorino, sua esposa e filho foram mortos, e sua tropa naquele lugar foi quase toda destruída, pois poucos escaparam, e a fortaleza e suas amuradas foram queimadas e destruídas pelos Fiesolanos. GV, I, 36

<sup>235</sup> Tendo sido sitiada Fiesola pela segunda vez, exaurida e aflita, tanto pela fome como porque seus aquedutos foram cortados e danificados, a cidade se rendeu a Cesar e aos romanos no período de dois anos e quatro meses e seis dias, que foi o que durou o cerco, com a condição de quem quisesse deixar a cidade o fizesse em segurança. Aprisionada a terra pelos romanos, foi espoliada de toda a sua riqueza e por Cesar foi completamente destruída, incluindo suas fundações. E isso ocorreu em torno de setenta e dois antes do nascimento de Cristo. GV, I, 37

Camarti e villa Arnina, voleva quella apellare oer suo nome Cesaria.<sup>236</sup> (GV, I, 38)

O Senado Romano negou a pretensão de Cesar de nomear a cidade nova, e sentenciou que, junto com ele, os quatro generais que haviam vencido Fiesola iniciassem sua construção e povoamento:

Il sanato di Roma sentendolo, non sofferse che per suo nome Cesere la nominasse; ma feciono dicreto e ordinario che quegli maggiori signori ch'erano stati a la guerra di Fiesola e all'asedio dovessero andare a fare edificare con Cesere insieme, e popolare la detta cittade, e qualunque di loro soprastesse a-lavorio, cioè facesse più tosto il suo edificio, appellasse la cittade di suo nome, o come a-lui piacesse<sup>237</sup>. (GV, I, 38)

Para tanto, Albino, Igneo Pompeo, Macrino, e Marzio, dividiram os trabalhos entre si, e cada um ficou responsável por uma parte importante da cidade. Albino faria a pavimentação do lugar; Macrino traria a água por aquedutos e canais; Igneo Pompeu faria os muros de tijolos queimados, e as torres; e Marcius faria o Capitólio à moda de Roma, ou seja, a fortaleza-mestre da cidade. A descrição que Villani oferece é bastante bonita, e demonstra o cuidado na feitura da nova cidade:

Allora Macrino, Albino, Igneo Pompeo, Marzio apparecchiati di fornimenti e di maestri, vennero da Roma alla cittade che Cesere edificava, e inviandosi con Cesere si divisono l'edificare in questo modo: che Albino prese a smaltare tutta la cittade, che fue uno nobile lavoro e bellezza e nettezza della cittade, e ancora oggi del detto ismalto si truova cavando, massimamente nel sesto di San Piero Scheraggio, e in porte San Piero, e in porte del Duomo, ove mostra fosse l'antica città. Macrino fece fare il condotto dell'acqua in docce e in arcora, faccendola venire di lungi a la città per VII miglia, acciò che·lla città avesse abondanza di buona acqua da bere, e per lavare la cittade; e questo condotto si mosse infino dal fiume detto la Marina a piè di monte Morello, ricogliendo in se tutte quelle fontane sopra Sesto, e Quinto, e Colonnata. E in Firenze faceano capo le dette fontane a uno grande palagio che si chiamava termine, *capud aque*, ma poi in nostro volgare si chiamò Capaccia, e ancora oggi in Terma si vede dell'anticaglia. E nota che gli antichi per santade usavano di bere acque di fontane menate per condotti, perché erano più sottili e più sane che quelle de' pozzi, però che pochi, o quasi pochissimi, beveano vino, ma i più acqua di condotto, ma non di pozzo; e pochissime vigne erano allora. Igneo Pompeo fece

---

<sup>236</sup> Destruída a cidade de Fiesola, César e seus exércitos desceram a planície nas margens do rio Arno, onde Fiorino e suas tropas foram mortos pelos fiesolanos, e nesse lugar começaram a construir uma cidade para que ali jamais Fiesola pudesse ser reedificada. E dispensou os cavaleiros latinos que o acompanhavam, enriquecidos com o espólio dos fiesolanos; os latinos foram chamados erroneamente de Tudertini. César, então, após fixar os limites da cidade à qual queria dar o seu nome, Caesareae, incluiu nela mais duas vilas, vila de Camarti e Villa Arnina. GV, I, 38

<sup>237</sup> O Senado sentenciou que com seu nome Cesar não a chamasse, decretando e ordenando que aquele que foram senhores na guerra de Fiesole, e que a cercaram e conjuntamente com Cesar a cidade, iniciassem com este sua construção, e a povoassem. E depois de completado o trabalho, que dessem seus próprios nomes ou o que lhe aprouverem. GV, I, 38

fare le mura della cittade di mattoni cotti, e sopra i muri della città edificò torri ritonde molto spesse, per ispazio dall'una torre a l'altra di XX cubiti, sicché le torri erano di grande bellezza e fortezza. Del compreso e giro della città non troviano cronica che ne faccia menzione; se non che quando Totile *Flagellum Dei* la distrusse, fanno le storie menzione ch'ell'era grandissima. Marzio l'altro signore romano fece fare il Campidoglio al modo di Roma, cioè palagio, overo la mastra fortezza della cittade, e quello fu di maravigliosa bellezza; nel quale l'acqua del fiume d'Arno per gora con cavate fogne venia e sotto volte, e in Arno sotterra si ritornava; e la cittade per ciascuna festa dello sgorgamento di quella gora era lavata. Questo Campidoglio fu ov'è oggi la piazza di Mercato Vecchio, di sopra a la chiesa di Santa Maria in Campidoglio: e questo pare più certo<sup>238</sup>. (GV, I, II)

Após a descrição de como ficara a cidade, com uma muralha com torres redondas de “grande resistência e beleza”, com um palácio “que foi de maravilhosa beleza, onde as águas do rio Arno jorravam de um canal abobadado e retornava ao leito no subsolo, de modo que em todos os festivais a cidade era limpa e purificada”. Villani afirma que as ruínas dos locais e construções que citara, ainda podiam ser vistas nos dias correntes, porém, como não havia registros confiáveis da época em que estava narrando, e o único existente, estava perdido, não havia consenso sobre o local exato que ocupariam realmente:

Del compreso e giro della città non troviano cronica che ne faccia menzione; se non che quando Totile *Flagellum Dei* la distrusse, fanno le storie menzione ch'ell'era grandissima<sup>239</sup>. (GV, II, I)

(...) e questo pare più certo. Alcuni dicono che fu ove oggi si chiama il Guardingo, di costa a la piazza ch'è oggi del popolo dal palazzo de' priori, la quale era un'altra fortezza. Guardingo fu poi nomato l'anticaglia de' muri e volte

---

<sup>238</sup> Então, Macrino, Albino, Igneo Pompeo, Márcio guarnecidos de material e trabalhadores vieram de Roma para a cidade que Cesar construía, e acordaram com este de dividir o trabalho da seguinte maneira: Albino pavimentaria a cidade, que foi um nobre trabalho, trazendo-lhe beleza e charme, e ainda hoje são encontrados fragmentos nas escavações no arco de San Piero Scheraggio, na porta de San Piero, e na porta do Duomo, que mostram como era a cidade antiga. A causa de Macrino seria a de conduzir água da nascente através de condutas e aquedutos por sete milhas até a cidade, para que esta tivesse abundância de água boa para beber e para a limpeza. Este aqueduto foi feito desde o rio Marina no sopé do monte Morello, recolhendo todas as fontes de Sesto, Quinto e Colonatta. Em Florença, as já citadas fontes desembocavam em um grande palácio chamado capud aque, que vulgarmente chamamos Capaccia, e ainda hoje seus vestígios podem ser vistos na Terma. E note que os antigos costumavam beber água da fonte trazida pelos condutos, porquanto seja mais pura e saudável que águas de poços, mas porque bebiam pouco vinho, muito pouco, mais água do aqueduto, até porque havia poucas videiras. Igneo Pompeu fez o muro de tijolos queimados, e sobre a muralha da cidade construiu muitas torres redondas, e entre cada uma havia uma distância de vinte côvados<sup>238</sup>, logo as torres eram de grande resistência e beleza. Do tamanho e circunferência da cidade não encontramos crônica que os mencione, a não ser de quando Átila, O Flagelo de Deus a destruiu, mas a historia relata que era enorme. Márcio, o outro senhor romano, fez o Capitólio à moda de Roma, que é o palácio ou fortaleza-mestre da cidade, que foi de maravilhosa beleza, onde as águas do rio Arno jorravam de um canal abobadado e retornava ao leito no subsolo, de modo que em todos os festivais a cidade era limpa e purificada. Este Capitólio estava onde hoje é a praça do Mercato Vecchio, acima da Igreja de Santa Maria do Campitólio. Essa parece ser a opinião mais fundamentada... GV, II,1.

<sup>239</sup> Do tamanho e circunferência da cidade não encontramos crônica que os mencione, a não ser de quando Átila, O Flagelo de Deus a destruiu, mas a historia relata que era enorme. GV, II, I.

che rimasono disfate dopo la distruzione di Totile, e stavanvi poi le meretrici<sup>240</sup>. (GV, II, I)

Houve um esforço entre os quatro cavaleiros para terminar um antes do outro, mas trabalhos transcorreram bem, e terminaram ao mesmo tempo, de modo que nenhum dos quatro quis exercer a graça de nomear a cidade. Durante muito tempo o lugar fora chamado de “Pequena Roma”. Em seguida, Villani detalha de forma bastante sensível, o aparecimento do nome da cidade de Florença, a flor entre as cidades:

... sicché nullo di loro ebbe aquistata la grazia di nominare la città a sua volontà, sì che per molti fu al cominciamento chiamata la piccola Roma. Altri l'appellavano Floria, perché Fiorino fu ivi morto, che fu il primo edificatore di quello luogo, e fu in opera d'arme e in cavalleria fiore, e in quello luogo e campi intorno ove fu la città edificata sempre nasceano fiori e gigli. Poi la maggiore parte degli abitanti furono consenzienti di chiamarla Floria, sì come fosse in fiori edificata, cioè con molte delizie. E di certo così fu, però ch'ella fu popolata della migliore gente di Roma, e de' più sufficienti, mandati per gli sanatori di ciascuno rione di Roma per rata, come toccò per sorte che l'abitassono; e accolsono co'loro quelli Fiesolani che vi vollono dimorare e abitare. Ma poi per lungo uso del volgare fu nominata Fiorenza: cioè s'interpetra spada fiorita<sup>241</sup>. (GV, I, II)

Nesses capítulos, dos dois livros iniciais da *Nuova Cronica*, em que Villani conta a origem de Florença, datada estimadamente como tendo sido em 672 após a fundação de Roma, e 72 anos antes do aparecimento de Cristo, delinea o espírito da cidade, que nascida pelas mãos romanas, bela, formosa e afortunada, situada no melhor lugar da Europa, estava fadada a ser grandioza e única. E também, a ser belicosa, pois o espírito de Florença é fruto da união de dois povos em tudo distintos – os romanos e os fiesolanos – que guardavam em seus sangues, respectivamente, a nobreza e a valentia, a ferocidade e a rudeza:

E nota, perché i Fiorentini sono sempre in guerra e in disensione tra loro, che nonn-è da maravigliare, essendo stratti e nati di due popoli così contrari e

---

<sup>240</sup> Essa parece ser a opinião mais fundamentada, porém alguns dizem que estava no lugar em que, hoje, é o Guardingo, ao lado da Piazza di Popolo, ou Palácio dos Piores, que era outra fortaleza. Gardingo foi o nome dado às ruínas dos arcos e muros após a destruição de Totila, sendo utilizado para o meretrício. GV, II, I.

<sup>241</sup> Durante muito tempo foi então chamada de ‘Pequena Roma’. Outros a chamavam de Floria, pois Fiorino, o primeiro construtor do lugar, lá havia morrido, e foi uma flor nas atividades bélicas e na cavalaria, e nos campos ao redor do local onde a cidade foi edificada, sempre nascem flores e lírios. Após que a maioria dos habitantes consentiu em chama-la *Floria* posto que fora construída entre flores, ou seja, entre muitas delícias. E certamente o fora, visto que foi povoada pelas mais bem-aventuradas e capazes pessoas de Roma, enviadas pelo Senado na proporção de cada bairro de Roma, escolhidas por sorteio, e foi permitido, dentre esses, os fiesolanos que lá quisessem permanecer e habitar. E, por causa do longo uso na língua vulgar, fora chamada *Fiorenza*, *Espada Florida*. GV, II, I.

nemici e diversi di costumi, come furono gli nobili Romani virtuososi, e' Fiesolani ruddi e aspri di guerra<sup>242</sup>. (GV. II, 1)

Interessante também é observar como, nesses fragmentos da crônica, Villani opera a *fictio* medieval. Vimos no primeiro capítulo, que o vocábulo latino *fictio* refere-se primeiramente a uma representação plástica, e significa “modelar na argila”, tendo seu sentido expandido para representação, depois à invenção, para então ganhar os contornos de “uma representação figurada”. Nota-se que a *fictio*<sup>243</sup> originalmente designa um objeto, uma materialização de algo (o vaso, a argila, o modelo), e somente secundariamente uma representação desse objeto (o vaso modelado), ou uma abstração desse objeto. Quando a *fictio* se atrela à *imaginatio*, que por sua vez, significa a forma, o aspecto, a imagem referindo-se também à representação figurada, e tendo como sentidos: fantasma, visão, sonho, eco, retrato, cópia (de alguém), ideia, espectro se vier atrelada à imaterialidade do pensamento.

O que se percebe é que, Villani, ao mesclar o mito grego com o relato bíblico, velou o primeiro, e o afigurou de outra forma. O seja, ao autor partiu de um objeto materialmente existente, no caso o texto mitológico grego, e o representou de outra forma, modelando-o com elementos simbólicos cristãos. Pois bem, como a *fictio* não opera diante do falso, nem do inventado, pois refere-se sempre à uma realidade material subjacente, no caso à narrativa e seus elementos, que podem ser configurados pelo intercurso da fantasia, que é aquilo que é tornado visível pela luz, tanto física como mentalmente. A luz que torna o significado do mito visível e apreensível, e da qual se abebera Villani, é o *intergumentum*, que paradoxalmente seria aquilo que vela, e encobre uma verdade subjacente, portanto, uma *fictio*.

E Villani se utiliza desses mecanismos de forma muito suave para montar o “espírito de Florença” através da caracterização alegórica de um dos povos que o formam, os fiesolanos. Refazendo o caminho de Atlas, cuja filha viria a se casar com o primeiro senhor de Fiesola, torna os fiesolanos descendentes de um titã, transformado-o em um homem comum, cujas características terríveis, próprias de seus atributos divinos, são mescladas à danação de Cam, e sua servidão tornada um canto poético sobre uma montanha africana.

Para tentar elucidar melhor a maneira como esses mecanismos de velamento e desvelamento de uma verdade subjacente funcionam nas narrativas medievais, e também para oferecer um exemplo de como operam tanto a fantasia como o maravilhoso, tomaremos

---

<sup>242</sup> E não é espantoso que os florentinos estejam sempre em guerra entre si, pois descendem de dois povos contrários, hostis e diversos nos costumes como eram nobres e venturosos os romanos nas guerras, e os fiesolanos rudes e ferozes. GV. II, 1

<sup>243</sup> Ver capítulo 1.

outros dois capítulos da crônica de Villani, que narram eventos pitorescos e miraculosos da cidade de Florença. Escolhemos dois eventos coincidentemente ocorridos no séc. XIII, o milagre de Santo Ambrósio, e o eclipse solar de 1238:

D'uno grande miracolo ch'avenne a Santo Ambruogio in Firenze del corpo di Cristo.

Nel detto anno MCCXXVIII, il dì di san Firenze<sup>244</sup>, dì XXX di dicembre, uno prete della chiesa di Santo Ambruogio di Firenze ch'avea nome prete Uguiccione, avendo detta la messa e celebrato il sacrificio, e per vecchiezza non asciugò bene il calice; per la qual cosa il dì appresso prendendo il detto calice, trovovvi dentro vivo sangue appreso e incarnato, e ciò fu manifesto a tutte le donne di quello munistero, e a tutti i vicini che vi furono presenti, e al vescovo, e a tutto il chericato, e poi si palesò tra tutti i Fiorentini, i quali vi trassono a vedere con grande devozione, e trassesi il detto sangue del calice, e misesi in una ampolla di cristallo, e ancora si mostra al popolo con grande reverenza<sup>245</sup>. (GV, VII, 7)

No ano de 1229, no dia de São Fiorenzo, um padre, da Igreja de Santo Ambrósio, foi o celebrante da missa. Como este era muito idoso, descuidou-se na hora de secar o cálice logo após a eucaristia, deixando nele ainda um resto de vinho.

No dia seguinte, o cálice estava repleto de sangue e carne vivos. Tal milagre somente torna-se efetivo quando é mostrado aos presentes, ou seja, quando este é visto por todos os que lá estão, o que Villani narra como sendo “todas as mulheres daquele mosteiro, e todos os vizinhos, ao bispo, e ao clero, tendo, em seguida, sido revelado a todos os florentinos”. O milagre de São Ambrósio<sup>246</sup> é uma manifestação, a bem dizer, *maravilhosa*. Umás gotas de vinho esquecidas no cálice após a eucaristia em um dia santo, convertem-se no corpo e no sangue de Cristo.

Conforme visto no primeiro capítulo, maravilhoso seria uma manifestação visual, sensível, que suscita surpresa, espanto, admiração, assombro, ou seja, seria aquilo que, por intercurso dos sentidos, sobretudo da visão, designa algo desestabilizador, tanto para bem, como para mal, pois é a representação visível de algo assombroso, assustador, espantoso ou inexplicável. Diante de tal fato, o milagre de Santo Ambrósio tem que ser visto, visto com os

---

<sup>244</sup> São Fiorenzo.

<sup>245</sup> No ano de 1229, no dia de São Fiorenzo, dia 30 de dezembro, um padre da igreja de Santo Ambrósio de Florença, que tinha o nome de prete Uguiccione, tendo rezado a missa e celebrado a eucaristia, por senilidade não secara o cálice adequadamente; por causa disso, no dia seguinte no cálice surgiu sangue vivo e carne, aquilo mostrado fora a todas as mulheres daquele mosteiro, e a todos os vizinhos presentes, ao bispo, e ao clero, em seguida foi revelado a todos os florentinos, que viram com grande devoção, e recolheram o sangue do cálice e o puseram em uma ampola de cristal, que agora é mostrada ao povo com grande reverência. GV, VII, 7

<sup>246</sup> O São Ambrósio que Villani insere dentro dos feitos maravilhosos é o grade bispo de Milão, que viveu no séc. IV, e impigiu penitência ao Imperador romano Teodósio I. O Cálice de Santo Ambrósio, resultante do milagre relatado por Villani, ainda hoje existe e é exibido em Florença.

olhos para ser reconhecido como tal, pois aquilo que é *visto*, mediante a fantasia, ou seja, pelo intercurso da luz, adquire materialidade, portanto, existe. Agora, vejamos a narração de Villani de um evento sempre emocionante para o medievo, um eclipse solar ocorrido no dia 3 de junho de 1238:

Come e quando scurò tutto il sole.

L'anno appresso, ciò fu MCCXXXVIII a dì III di giugno, iscurò il sole tutto a pieno nell'ora di nona, e durò scurato parecchie ore, e del giorno si fece notte; onde molte genti ignoranti del corso del sole e dell'altre pianete si maravigliaro molto, e con grande paura e spavento molti uomini e femmine in Firenze, per la tema della non usata novità, tornarò a confessione e penitenzia. Dissesi per gli astrolaghi che la detta scurazione anunziò la morte di papa Gregorio, che morì l'anno appresso, e l'abassamento e scuridade ch'ebbe la Chiesa di Roma da Federigo imperadore, e molto danno de' Cristiani, come poi fu appresso.<sup>247</sup> (GV, VII, 27)

Um eclipse solar é um evento da natureza particularmente assustador para um mundo pio e acostumado a esperar o fim dos tempos. Se o espanto da população comum de Florença, que o autor chama de “*genti ignorante*”, que desconhecia os movimentos dos astros e dos planetas, e não podia saber que este era um eclipse solar como muitos outros, um acontecimento celeste relativamente comum e sem nenhuma gravidade, deu-se de forma assustadora, ou seja, adquirindo o contorno negativo que muitas vezes pode ter a “maravilha”.

E quando o céu tornou-se escuro, o que só é possível às vistas de todos, e é, nas Escrituras, um dos avisos do apocalipse, parte da gente comum da cidade fez aquilo que era a única coisa a se fazer: rezou, comungou e impingiu a si castigos na tentativa de expurgar o mau presságio. E, embora Villani ache essa comoção um tanto jocosa e pitoresca, própria de gente simplória, pois sabe ser o evento um eclipse, explicável pelo movimento dos astros, ressalta a relação que um astrólogo faz entre esse evento natural e a morte do Papa Gregório IX e a perseguição à Igreja por Frederico II, e termina o capítulo confirmando o vaticínio: *come poi fu appresso*.

Essa é uma das características da interpretação histórica de Villani, a de que os eventos históricos obedecem à Providência Divina, embora não desconheça o papel do livre-arbítrio humano, entende que a natureza dos homens é inclinada ao pecado e à sedição, em

---

<sup>247</sup> Como e quando o sol tornou-se escuro

No ano seguinte, que foi 1238, a 3 de junho, o sol tornou-se completamente escuro na hora de noa, e permaneceu escuro por uma hora, e o dia se fez noite, onde muita gente ignorante do curso do sol e dos outros planetas se maravilhou muito, e com grande preocupação e pavor muitos homens e mulheres de Florença diante da não usual novidade, acorream à confissão e à penitência. E foi dito por seus astrólogos que essa escuridão anunciou a morte do papa Gregório, que morrerá no ano seguinte, o aviltamento e obscuridade que teve a Igreja de Roma sob o Imperador Frederico, e muitos os danos aos cristãos como depois se viu. GV, VII, 27

virtude da crença cristã de Queda, a queda do Paraíso que delegou o mal à humanidade, portanto, mesmo livre para decidir-se pelas boas ações, o ser humano sofreria as influências do mal e seria inclinado a agir de má fortuna. Para coibir suas ações, Deus puniria os pecados dos homens através de eventos desfavoráveis, e beneficiaria os justos através da bem-aventurança. Nesse sentido, toda ação individual deveria ser orientada para o bem, e para a não repetição dos erros e pecados anteriores, para que pudesse neutralizar, assim, o mal que seria intrínseco à humanidade e garantir a bem-aventurança da Salvação, transcendendo-o. É por isso que a história constitui um espaço privilegiado para a Salvação, pois ela permite que os exemplos possam ser vistos, assimilados e se possa adequadamente escolher, com base neles, como melhor proceder em dada situação. Essa interpretação providencial da história tende a compreender que a virtude da ação humana será recompensada, e o vício, combatido, e que a causalidade da história tem relação direta com a ação humana, porém sendo em última instância, governada pela Vontade de Deus, que opera como uma espécie de balança, equilibrando o seu curso.

Villani compreende os eventos desafortunados de Florença, como as enchentes, os incêndios, os eventos astronômicos, e os maus governos como uma forma de punição de Deus por algum vício ou pecado de seus cidadãos ou de sua governança, ou seja, da cidade como um todo, cometido anteriormente. Aliás, sobre Frederico II, cuja aparição fora vaticinada pelo eclipse solar narrado anteriormente, Villani tem algumas considerações importantes, vejamos seu relato:

Negli anni di Cristo MCCXX, il dì di santa Cecilia di novembre, fue coronato e consecrato a Roma a imperadore Federigo secondo re di Cicilia, figliuolo che fu dello 'mperadore Arrigo di Soavia e della imperadrice Gostanza, per papa Onorio terzo a grande onore<sup>248</sup>. (GV, VII, 1)

Villani começa a narrativa referente a um dos personagens mais significativos de sua *Nuova Cronica*, o imperador Frederico II, rei da Sicília e Nápoles coroado em 1220, com um recurso alegórico em que faz a transmutação da inocência em mal, a exemplo da traição de Eva, que ocasionou a decadência da humanidade em pecado, e é a gênese de todo o mal:

Al cominciamento questi fu amico della Chiesa, e bene dovea esser; tanti benefici e grazie avea dalla Chiesa ricevute, ché per la Chiesa il padre suo Arrigo ebbe per moglie Gostanza reina di Cicilla, e in dote il detto reame e-regno di Puglia, e poi morto il padre, rimanendo piccolino fanciullo, dalla

---

<sup>248</sup> No ano de 1220 de Nosso Senhor, no dia de Santa Cecília de novembro, foi coroado e consagrado imperador em Roma o rei da Sicília, Frederico II, filho que foi do imperador Henrique de Suábia e da imperatriz Costança, pelo Papa Honório III com grande honra. GV, VII, 1

Chiesa, come da madre, fu guardato e conservato, e eziandio difeso il suo reame, e poi fattolo re de' Romani eleggere contro a Otto quarto imperadore, e poi coronato imperadore, come di sopra è detto. Ma elli figliuolo d'ingratitude, non riconoscendo santa Chiesa come madre, ma come nemica matrigna, in tutte le cose le fu contrario e persecutore, egli e' suoi figliuoli, quasi più che' suoi antecessori, sì come innanzi faremo di lui menzione<sup>249</sup>. (GV, VII, 1)

Percebe-se aqui, a operação simbólica em que Villani incorpora a narrativa bíblica do aparecimento do Mal e a consequente queda da humanidade ao pecado, através da transmutação da inocência de Eva pela ambição do poder de Deus, com a comparação, inclusive mantendo a ordem dos acontecimentos semelhante ao episódio do Gênesis, à vida e conduta de Frederico II.

No início o imperador Frederico II foi “amigo da Igreja”, gozando de suas graças e proteção, que permitiram que seu pai tomasse como esposa a freira Constança “porque pela Igreja seu pai teve por esposa Costança, rainha da Sicília, que trouxe em seu dote o mencionado domínio e reino de Apúlia”, tendo vivido em ambiente protegido, como Eva e Adão viveram no Paraíso, sob a proteção de Deus: “foi guardado e conservado (pela santa Igreja), e por ela também teve defendidos seus domínios, e por consequência eleito rei dos romanos contra Otto IV<sup>250</sup>, tendo sido coroado imperador ele mesmo”.

Porém, como Eva é tentada pela serpente, que lhe apresenta a possibilidade de conhecer o Bem e o Mal e se igualar a Deus: “Dixit autem serpens ad mulierem: Nequaquam morte moriemini. Scit enim Deus quod in quocumque die comederitis ex eo, aperientur oculi vestri, et eritis sicut dii, scientes bonum et malum”<sup>251</sup>, Frederico II é seduzido pela ambição e pela vida luxuriosa, dissoluta, almejando se igualar em poder à Santa Igreja, que em última análise, representa o próprio Deus, portanto Frederico II ao querer se sobrepor à Igreja, quer se igualar a Deus:

Ma elli figliuolo d'ingratitude, non riconoscendo santa Chiesa come madre, ma come nemica matrigna, in tutte le cose le fu contrario e persecutore, egli e' suoi figliuoli, quasi più che' suoi antecessori, sì come innanzi faremo di lui

---

<sup>249</sup> No início, este foi amigo da Igreja, e bem deveria ser, tanto benefício e graça dela recebeu; porque pela Igreja seu pai teve por esposa Costança, rainha da Sicília, que trouxe em seu dote o mencionado domínio e reino de Apúlia, e após morto o pai, quando ainda em tenra infância, por ela como pela mãe foi guardado e conservado, e também teve defendidos seus domínios, e por consequência foi eleito rei dos romanos contra Otto IV<sup>249</sup>, tendo sido coroado imperador, como dito acima. Mas ele, filho da ingratidão, não reconhecendo a Santa Igreja como mãe, e sim como uma madrasta inimiga, em todas as coisas lhe foi contrário e perseguidor, ele e seus filhos, mais até que seu antecessor, que faremos menção mais adiante. GV, VII, 1

<sup>250</sup> Imperador Otto IV.

<sup>251</sup> ...E a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis. Porque Deus sabe que no dia em que comeres desse fruto, vossos olhos se abrirão, e sereis como Deus, conhecendo o bem e o mal... Tradução minha. Genesis, 3. *Bíblia Vulgatam Iuxta clementinam*.

menzione. (...) E fue dissoluto in lussuria in più guise, e tenea molte concubine e mammoluchi a guisa de' Saracini: in tutti dilette corporali volle abbondare, e quasi vita epicuria tenne, non facendo conto che mai fosse altra vita. E questa fu l'una principale cagione perché venne nemico de' cherici e di santa Chiesa<sup>252</sup>. (GV, VII, 1).

Frederico II ao se colocar como aquele que “*em todas as coisas lhe foi contrário*”, sendo a Igreja, na visão providencialista de Villani, a portadora das virtudes e da Justiça, torna-se, ele mesmo a encarnação do mal, da vileza, do pecado, como foi a própria Eva.

E Villani não poupa críticas ao comportamento não cristão do imperador, que não apenas não respeita a santa Igreja, como não respeita os preceitos mais elementares de uma vida cristã, como a monogamia, a fidelidade conjugal e o não cultivo dos prazeres da carne, igualando-se aos gentios sarracenos: “E foi dissoluto em luxúria de muitas maneiras, tendo muitas concubinas e catamitos, e a exemplo dos sarracenos.” Entretanto, um pouco mais adiante, Villani dá mostras de sua visão política acerca da natureza má do poder imperial, que permeia toda a sua crônica, e que é bastante ilustrativa da causa guelfa da qual é partidário:

E per la sua avarizia di prendere e d'occupare le giuridizioni di santa Chiesa per male dispenderele, e molti monasteri e chiese distrusse nel suo regno di Cicilia e di Puglia, e per tutta Italia, sicché, o colpa de' suoi vizii e difetti, o de' rettori di santa Chiesa che co-llui non sapessono o non volessono praticare, né esser contenti ch'elli avessero le ragioni dello 'mperio, per la qual cosa sottomise e percosse santa Chiesa<sup>253</sup>. (GV, VII, 1)

Pela negligência e corrupção de alguns membros do clero, que não ofereceram ao imperador Frederico II a educação adequada dentro dos preceitos e práticas cristãs: “que com ele não soube ou não quis praticar”, nem procurou coibir sua ambição fazendo com que se tornasse um imperador piedoso, voltado às práticas da virtude, e dessa forma tivesse a razão de Deus e não a do poder secular: “nem se contentou dele possuir a razão do império”.

Em seguida, Villani apresenta o mecanismo causal que permeia toda a sua crônica, de que os pecados dos homens encontram a devida punição de Deus, mal que, no episódio supracitado, ocorre pela negligência do clero, cujo castigo foi a submissão e perseguição da

---

<sup>252</sup> Mas ele, filho da ingratidão, não reconhecendo a Santa Igreja como mãe, e sim como uma madrasta inimiga, em todas as coisas lhe foi contrário e perseguidor, ele e seus filhos, mais até que seu antecessor, que faremos menção mais adiante. (...) E foi dissoluto em luxúria de muitas maneiras, tendo muitas concubinas e catames e a exemplo dos sarracenos: em todos os prazeres do corpo foi lascivo, tendo uma vida quase epicurista, sem se dar conta de haver outra que não esta. E essa foi uma das principais razões para se tornar inimigo do clero e da Santa Igreja. GV, VII, 1

<sup>253</sup> Por causa de sua avareza de tomar e se ocupar da jurisdição da Igreja para mal dispendê-la, tendo muitas igrejas e mosteiros destruídos nos reinos de Sicília e Apúlia e por toda a Itália, porque, por culpa de seus vícios e defeitos, ou do reitor da Santa Igreja que com ele não soube ou não quis praticar, nem se contentou dele possuir a razão do império, motivo pelo qual submeteu e perseguiu a Santa Igreja. GV, VII, 1

Igreja. Esse mecanismo causal, segundo Villani, estaria presente no próprio nascimento de Frederico II, que ocorreu por intermédio de uma aliança da Igreja com um de seus perseguidores, o rei Henrique VI, que ao desposar Constança, que há muito estava recolhida à vida monacal, restaurou a dinastia Hohenstaufen.

A aliança espúria com um contumaz perseguidor da Igreja, Henrique VI, e o consentimento da violação dos votos de Constança, geraram Frederico II, que já teria nascido com a semente da insídia e da vilania, pois teria sido concebido em pecado. A consequente punição pelo erro da Igreja em promover uma aliança dessa natureza, foi a sua própria perseguição feita pelo resultado do acordo, o imperador Frederico:

(...) overo che Idio il permettesse per giudicio divino, perché i rettori della Chiesa furono operatori ch'egli nascesse della monaca sagra Gostanza, non ricordandosi delle persecuzioni che Arrigo suo padre e Federigo suo avolo aveano fatte a santa Chiesa<sup>254</sup>. (GV, VII, 1)

Mas, Villani reconhece também no imperador Frederico algumas qualidades virtuosas que se espera de um “*primus inter pares*”, de um monarca medieval do séc. XIII, que seja sábio e douto “*das escrituras e de bom senso natural e universal*”, fisicamente belo “*em todas as virtudes bem dotados*”, que seja piedoso “*largo e cortês nas doações*” e, sobretudo, que seja destemido na guerra “*foi bravo e destemido nas armas*”:

Questo Federigo regnò XXX anni imperadore, e fue uomo di grande affare e di gran valore, savio di scrittura e di senno naturale, universale in tutte cose; seppe la lingua latina, e la nostra volgare, tedesco, e francesco, greco, e saracinesco, e di tutte virtudi copioso, largo e cortese in donare, prode e savio in arme, e fue molto temuto.<sup>255</sup> (GV, VII, 1)

E também, homem de feitos notáveis, de grandes obras:

...Questi fece molte notabili cose al suo tempo, che fece a tutte le caporali città di Cicilia e di Puglia uno forte e ricco castello, come ancora sono in piede, e fece il castello di Capovana in Napoli, e le torri e porta sopra il ponte del fiume del Volturno a Capova, le quali sono molto maravigliose, e fece il parco dell'uccellazione al Pantano di Foggia in Puglia, e fece il parco della caccia presso a Gravina e a Melfi a la montagna. Il verno stava a Foggia, e la state a la montagna a la caccia a diletto. E più altre notabili cose fece fare: il castello di

---

<sup>254</sup> ...houve que quis Deus pelo juízo divino que os reitores da Igreja operassem para que ele nascesse de uma freira sagrada, Constança, não se lembrando da perseguição que Henrique, seu pai, e Frederico, seu avô fizeram contra a Santa Igreja. GV, VII, 1

<sup>255</sup> ...Este Frederico reinou por 30 anos como imperador, e foi um homem de grande labor e valor, sábio das escrituras e de bom senso natural e universal em todas as coisas; douto em língua latina e em na nossa vulgar, tedesco, francês, grego e sarraceno, e em todas as virtudes bem dotados, largo e cortês nas doações, foi bravo e destemido nas armas, e foi muito temido enquanto viveu. GV, VII, 1

Prato, e la rocca di Samminiato, e molte altre cose, come innanzi faremo menzione<sup>256</sup>. (GV, VII, 1)

Porém, mesmo homem notável, o imperador Frederico II, segundo nos diz Villani, não teria escapado ao seu destino. Por seu comportamento de mau cristão, lascivo, dissoluto e cruel perseguidor da Santa Igreja, não teve bom final e sua prole condenada à degenerescência:

E alla sua vita egli e' figliuoli vivettono e signoreggiaro con molta gloria mondana, ma alla fine egli e' suoi figliuoli per gli loro peccati capitaro e finiro male, ed ispensesi la sua progenia, sì come innanzi faremo menzione<sup>257</sup>. (GV, VII, 1)

Nota-se que o recurso utilizado por Villani não foi, dessa vez o *intergumentum*, mas a alegoria. Villani não *vela* um mito para incorporá-lo na simbologia cristã, Villani *desvela* a natureza do pecado, fazendo uma correlação simbólica com o episódio bíblico do surgimento do Mal. Também Villani utiliza-se do maravilhoso urbano, quando enaltece os feitos de Frederico, que segundo sua visão, foi grande construtor. A percepção que a Idade Média tem da cidade é desta ser também uma *maravilha*, para o bem, e para o mal.

Essa visão cristã ortodoxa, de aceitação do mal como intrínseco à natureza humana decaída, é a que culmina na compreensão de que os eventos desafortunados da natureza ou da vida de seus personagens são uma forma de punição do pecado, e por intermédio dela, da geração de um *exemplum*. Através dessa interpretação providencialista, o caráter exemplar, didático da história fica ainda mais evidente, pois os eventos punitivos de má conduta são sempre evidentes, ou através de eventos maravilhosos (visíveis por natureza) ou através da subtração do senso comum da capacidade de discernimento, ou seja, de “enxergar” o erro ou a insídia:

The latter, in particular, figures in these chroniclers, in part, undoubtedly, because the Villani, accepted the orthodox idea that, with the Fall, human beings had acquired a natural tendency to sin and to succumb easily to the wiles of the devil. Thus, major events, such as natural disasters of human errors not otherwise easily explicable, are frequently interpreted as divine justice

---

<sup>256</sup> Este fez muitas coisas notáveis em sua época, ele fez para todos os comandantes da Sicília e Apúlia um forte e rico castelo, que ainda está em pé, fez o castelo de Capovana em Nápoles, e a torre e a porta sobre a ponte do Rio Volturno em Capua, que são muito maravilhosos, e fez o parque das aves em Foggia na região de Apúlia, e fez o parque da caça próximo a Gravina e Melfi, nas montanhas. E na primavera ficava em Foggia, e ia para a montanha para caçar por prazer. Ele fez outras coisas mais notáveis: o forte e rico castelo Prado, e a *rocca* (fortaleza) de San Miniato, e muitas outras coisas como iremos mencionar. GV, VII, 1

<sup>257</sup> E ao longo da vida e ele e seus filhos viveram senhoreando com muita glória mundana, mas no final, ele e seus filhos, por causa de seus pecados capitaram e acabaram mal, sobretudo sua descendência, por isso delas falaremos ainda mais adiante. GV, VII, 1

intervening to punish sin or to warn human beings to abandon their sinful ways.<sup>258</sup>

Temos outros exemplos dessa relação causal, de que a punição se dá pelos pecados ou pela ignorância dos homens, como a morte de Enzo, um dos filhos de Frederico II:

Come lo re Enzo figliuolo dello imperadore Federigo morì in pregione in Bologna.

L'anno appresso MCCLXXI, del mese di marzo, il re Enzo, figliuolo che fu di Federigo imperadore, morì nella pregione de' Bolognesi, nella quale era stato lungo tempo, e fu soppellito da' Bolognesi onorevolmente a la chiesa di San Domenico in Bologna, e in lui finì la progenia dello imperadore Federigo. Ben si dice ch'ancora n'era uno figliuolo che fu de-re Manfredi, il quale stette lungamente nella pregione del re Carlo nel castello dell'Uovo a Napoli, e in quello per vecchiezza e disagio accecato della vista miseramente finì sua vita<sup>259</sup>. (GV, VIII, 41)

Eis, no trecho acima, mais uma vez a confirmação da punição dos pecados, o último filho vivo de Frederico II termina seus dias na prisão. O próximo exemplo desse tipo de relação de causalidade é a narrativa da morte de Azzolino di Romano, marquês de Treviso, importante senhor feudal de orientação gibelina da região que hoje compreende a moderna Veneza. Pertenceu à corte de Frederico II, tendo desposado uma de suas filhas naturais, Selvaggia. Foi bastante conhecido em seu tempo pelas crueldades que fazia com seus inimigos. Daí segue o relato:

Nel detto anno MCCLX Azzolino di Romano, cioè d'uno castello di Trivigiana, dal marchese Palavigino e da' Chermonesi nem contado di Milano, presso al ponte di Casciano in sul Fiume a' Adda, avendo com seco più di MD cavalieri, e andava per torre la città di Milano, fue sconfitto, e fedito, e preso<sup>260</sup>; (GV, VIII, 72)

---

<sup>258</sup> Este último, em particular, figura nessas crônicas, em parte, sem dúvida, porque Villani, aceita a idéia ortodoxa de que, com a queda, os seres humanos adquiriram uma tendência natural para o pecado e para sucumbir facilmente para as astutas ciladas do diabo. Assim, grandes eventos, tais como desastres naturais de erros humanos, não de outra forma não facilmente explicáveis, são frequentemente interpretadas como a justiça divina intervindo para punir o pecado ou para avisar os seres humanos a abandonar seus caminhos pecaminosos. CLARKE, Paola. "The Villani's Chronicles". In: LEWIN, Alison Williams (org.). *Chronicles History Chroniclers and Historians in Medieval and Renaissance Italy*. Ed. de Sharon Dale, Alison Williams Lewin, and Duane J. Osheim. PA: Penstate University Press, 2007. Pág. 121.

<sup>259</sup> Como o rei Enzo filho do imperador Frederico morreu na prisão em Bologna

No ano seguinte, 1271, no mês de março, o rei Enzo, que foi filho do imperador Frederico<sup>259</sup>, morreu na prisão do Bologneses, onde permaneceu por longo período, e foi enterrado honrosamente por eles na Igreja de San Domenico em Bologna, e nele terminou a progênie do imperador Frederico. Bem se diz agora na era daquele que foi filho do rei Manfredi<sup>259</sup>, e que esteve longamente na prisão do rei Carlos, no Castelo dell'Uovo em Nápoles, que aquele por vingança e desgosto, cegado da vista, miseravelmente acabou com sua vida. GV, VIII, 41

<sup>260</sup> Nesse mesmo ano, de 1260, Azzolino di Romano, que estava em um dos castelos de Trevisano, foi derrotado, ferido e feito prisioneiro pelo marquês de Palavigino e os cremoneses<sup>260</sup> do condado nos arredores de Milão, perto da ponte de Casciano ao sul do rio Adda, tendo consigo mais de 1500 cavaleiros e seguia para a torre da cidade de Milão. GV, VII, 72

Villani começa narrando a prisão de Azzolino di Romano, ocorrida nas cercanias da cidade de Milão. Das feridas que sofreu ao ser preso, acabou falecendo na prisão. Entretanto, o próprio Azzolino di Romano não desconhecia seu destino de infortúnio, tendo sido avisado, por meio de um augúrio que morreria prisioneiro em um castelo na cidade de Pádua, onde não entrava:

...dele quali fedite in pregione moriò, nel castello di Solcino nobilmente fue soppelito. Elli trovava per sua provezia ch'egli dovea morire in uno castello del contado di Padova ch'avea nome Basciano, e in quello non entrava; e quando si sentì fedito, domando come si chiamava il luogo; fugli detto Casciano; allora disse: "Casciano Basciano tutto è uno"; e giudicossi morto<sup>261</sup>. (GV, VIII, 72)

Em seguida, Villani começa a explicação do destino de Azzolino, dentro da interpretação moral que emprega à história, em que este teria sido punido pelos seus crimes e crueldades não-cristãs, que enumera:

Questo Azzolino fue il più crudele e ridottato tirano che mai fosse tra' Cristiani, e signoreggiò per sua forza e tirania, essendo di sua nazione dela casa di Romano gentile uomo, grande tempo tutta la marca di Trivigi, e la città di Pandova, e grande parte di Lombardia, e cittadini di Padova molta gran parte consumo, e acceconne pur de' migliori e de' più nobili in grande quantità, e togliendo le loro possessioni, e mandando gli medicando per lo mondo, e molti altri per diversi martiri e tormenti fece morire, e a uma ora XIIm Padovani fece ardere, e per la innocenzia del loro sangue, per miracolo, mai poi in quello non nacque erba ni' uma<sup>262</sup>. (GV, VIII, 72)

A conduta de Azzolino, cruel e impiedosa, que submetia a torturas os inimigos já derrotados, atentado flagrante à honra e à dignidade cavalleirescas, recebe a punição que lhe é devida: “em virtude da inocência do sangue derramado, por milagre, ali nunca mais nasceu planta nenhuma.”

E sotto l'ombra d'uma rudda e scellerata giustizia fece molti mali; e fue uno grande fragello al suo tempo nella Marca Trevigiana e in Lombardia, per pulire il peccato de la loro ingratitudine. A la fine, come piacque a Dio, vilmente da

---

<sup>261</sup> ... das feridas sofridas morreu na prisão, tendo sido sepultado com honras no Castelo de Solcino. Ele sabia por intermédio de um augúrio que morreria em um castelo no condado de Pádua, chamada Basciano, tanto que nele não entrava; quando se viu mortalmente ferido perguntou como o lugar era chamado, ao que lhe responderam 'Casciano'. 'Casciano, Basciano', então ele disse, 'é tudo o mesmo' entregando-se para a morte. GV, VIII, 72

<sup>262</sup> Esse Azzolino foi o tirano mais cruel e terrível que jamais esteve entre os cristãos, que regeu sob a égide da força e tirania (tendo nascido gentil homem da casa de Romano), por longo tempo o Marco de Trevisan, a cidade de Pandova e grande parte da Lombardia. Trazendo a morte para grande parte dos cidadãos de Padova, cegando em grande número dos melhores e mais nobres da cidade, arretando seus bens e os obrigando a vagar pelo mundo mendigando, e tantos outros condenados por ele à morte através de martírios e outros tormentos, tendo queimado, de uma só vez, onze mil paduanos. E em virtude da inocência do sangue derramado, por milagre, ali nunca mais nasceu planta nenhuma. GV, VIII, 72

men possente gente si sparse, e la sua signoria venne meno e suo legnagio<sup>263</sup>.  
(GV, VIII, 72)

E há, também, como confirmação do castigo pela sua iniquidade e desonra um evento maravilhoso, um verdadeiro *deserto do mal*: no local onde o sangue dos inocentes foi derramado, não mais nasceu coisa alguma. Azzolino (ímpio e desleal) por vontade de Deus, foi esquecido, já que seu legado não frutificou: “foi derrotado e morto de forma vil por homens menos poderosos que os seus, e todos os seus seguidores se dispersaram e seu legado deu em nada.”

Há um evento, narrado por Villani em que a relação causal entre os pecados e a punição dos erros encontra contornos ainda mais dramáticos, pelo significado que terá a longo prazo para a cidade de Florença, que é o início das dissensões entre guelfos e gibelinos, ocorrida em 1215:

Come si cominciò parte guelfa e ghibellina in Firenze.

Negli anni di Cristo MCCXV, essendo podestà di Firenze messere Gherardo Orlandi, avendo uno messer Bondelmonte de' Bondelmonti nobile cittadino di Firenze promette a torre per moglie una donzella di casa gli Amidei, onorevoli enobili cittadini; e poi cavalcando per la città il detto messer Bondelmonte, ch'era molto leggiadro e bello cavaliere, una donna di casa i Donati il chiamò, biasimandolo della donna ch'egli avea promessa, come nonn era bella né sofficiente a llui, e dicendo: “Io v'avea guardata questa mia figliuola”; la quale gli mostrò, e era bellissima; incontante per subsidio diabolico preso di lei, la promise e isposò a moglie. Per la qual cosa i parenti della prima donna promessa raunati insieme, e dogliendosi di ciò che messer Bondelmonte avea loro fatto di vergogna, sì presono il maladetto isdegno onde la città di Firenze fu guasta e partita<sup>264</sup>; (GV, VI, 38)

O nobre Buondemonti, como acordo para sanar uma rivalidade com uma família a quem havia ofendido durante um banquete de bodas, aceita desposar uma senhora oriunda da casa dos Amidei. Entretanto, antes do enlace, conhece outra senhora, da família dos Donati, com quem, tentado pelo “diabo preso nela”, acaba por se casar. Sua inclinação para o pecado,

---

<sup>263</sup> ...em virtude da inocência do sangue derramado, por milagre, ali nunca mais nasceu planta nenhuma. E, sob a aparência de uma justiça vigorosa e ímpia fez tanto mal e foi um flagelo no seu tempo, na Marca Trevisana e na Lombardia para puni-los pelo pecado da ingratidão. Porém, como aprouve a deus, foi derrotado e morto de forma vil por homens menos poderosos que os seus, e todos os seus seguidores se dispersaram e seu legado deu em nada. GV, VIII, 72

<sup>264</sup> No ano 1215 de Nosso Senhor, sendo podestade de Florença o senhor Gherardo Orlandi, tendo M. Buondelmonti nobre cidadão de Florença prometido desposar uma donzela da casa Amidei, honrados e nobres cidadãos; e, em seguida, cavalgando pela a cidade o referido senhor<sup>264</sup> Buondelmonti, que era muito gracioso e bonito cavaleiro, uma senhora da casa Donati o chamou, reprovando-o pela mulher que havia prometido, que não era bela o suficiente para ele, e dizendo: “Olhe para esta minha filha”, que lhe mostrou, e era linda; imediatamente por subsídio do diabo preso nela, prometeu e desposou a mulher. Por isso, os parentes da primeira senhora prometida, que estavam reunidos, ao saberem que o senhor Buondelmonti os tinha envergonhado, ficaram cheios de indignação maldita pelo qual a cidade de Florença foi arruinada e dividida; GV, VI, 38

insidiosamente provocada pela sedução de uma mulher, como a serpente seduziu Eva, e esta a Adão, levando ambos à morte, Buondemonti é levado ao desfecho trágico. O ato de desonra que profere, ao não cumprir o compromisso apalavrado, atrai a ira dos nobres das famílias injuriadas, que juram vingança:

... che di più causati de' nobili si congiuraro insieme di fare vergogna al detto messer Bondelmonte per vendetta di quella ingiuria. E stando tra lloro a consiglio in che modo il dovessero offendere, o di batterlo o di fedirlo, il Mosca de'Lamberti disse la mala parola “Cosa fatta capo ha”, cioè che fosse morto: e così fu fatto; ché la mattina di Pasqua di Risurreso si raunaro in casa gli Amidei da Santo Stefano, e vegnendo d'Oltrarno il detto messere Bondelmonte vestito nobilmente di nuovo di roba tutta bianca, e in su uno palafreno bianco, giugnendo a piè del ponte Vecchio dal lato di qua, apunto a piè del pilastro ov'era la 'nsegna di Mars, il detto messer Bondelmonte fue atterrato del cavallo per lo Schiatta degli Uberti, e per lo Mosca Lamberti e Lambertuccio degli Amidei assalito e fedito, e per Oderigo Fifanti glifurono segate le vene e tratto a ffine; e ebbevi co lloro uno de' conti da Gangalandi<sup>265</sup>. (GV, VI, 38)

O assassínio de Buondemonti ocorre sob a estátua de Marte, que foi colocada sob um pilar da ponte Vecchio quando da reconstrução de Florença por Carlos Magno após a destruição de Átila, e teria atraído sobre a cidade as dissensões que estavam presentes entre os romanos e fiesolanos no princípio:

Per la qual cosa i parenti della prima donna promessa raunati insieme, e dogliendosi di ciò che messer Bondelmonte aveva loro fatto di vergogna, si presono il maladetto isdegno onde la città di Firenze fu guasta e partita; che di più causati de' nobili si congiuraro insieme di fare vergogna al detto messer Bondelmonte per vendetta di quella ingiuria. E stando tra lloro a consiglio in che modo il dovessero offendere, o di batterlo o di fedirlo, il Mosca de'Lamberti disse la mala parola “Cosa fatta capo ha”, cioè che fosse morto: e così fu fatto; ché la mattina di Pasqua di Risurreso si raunaro in casa gli Amidei da Santo Stefano, e vegnendo d'Oltrarno il detto messere Bondelmonte vestito nobilmente di nuovo di roba tutta bianca, e in su uno palafreno bianco, giugnendo a piè del ponte Vecchio dal lato di qua, apunto a piè del pilastro ov'era la 'nsegna di Mars, il detto messer Bondelmonte fue atterrato del cavallo per lo Schiatta degli Uberti, e per lo Mosca Lamberti e Lambertuccio degli Amidei assalito e fedito, e per Oderigo Fifanti glifurono segate le vene e tratto a ffine; e ebbevi co lloro uno de' conti da Gangalandi. Per la qual c osa la città corse ad arme e romore. E questa morte di messere Bondelmonte fu la cagione e cominciamento delle maladette parti guelfa e ghibellina in Firenze, con tutto che dinanzi assai erano le sette tra' nobili cittadini e le dette parti, per cagione

---

<sup>265</sup> ... que muito motivaram os nobres a conspirar reunidos para fazer a vergonha do referido senhor Buondelmonti como vingança pelo insulto. E não estando todos eles de acordo de que forma deveriam ultrajá-lo, se deveriam bater ou matá-lo, Mosca de 'Lamberti disse a má palavra: “O que está feito está feito”, que significa que morto seria, e assim foi feito; pois, na manhã de Páscoa da Ressurreição, os Amidei de São Stefano se reuniram em sua casa e o dito senhor Bondelmonte, vindo de Oltrarno, nobremente vestido com uma roupa branca nova, sobre um palafrem branco, chegando ao pé da Ponte Vecchio, deste lado, rente ao pé do pilar onde estava a estátua de Marte, o referido senhor Bondelmonte foi arrastado de seu cavalo por Schiatta degli Uberti, e por Mosca Lamberti e Lambertuccio degli Amidei, agredido e ferido, e por Oderigo Fifanti suas veias foram abertas e ele foi levado ao fim; e tendo junto deles um dos condes de Gangalandi. GV, VI, 38

delle brighe e questioni dalla Chiesa allo 'mperio; ma per la morte del detto messere Bondelmonte tutti i legnaggi de' nobili e altri cittadini di Firenze se ne partiro, e chi tenne co' Bondelmonti che presono la parte guelfa e furonne capo, e chi cogli Uberti che furono capo de' Ghibellini; onde alla nostra città seguì molto di male e ruina, come innanzi farà menzione, e mai non si crede ch'abbia fine, se Idio nol termina. E bene mostra che 'l nemico dell'umana generazione per le peccata de' Fiorentini avesse podere nell'idolo di Mars, che i Fiorentini pagani anticamente adoravano, ché a piè della sua figura si commise sì fatto micidio, onde tanto male è seguito alla città di Firenze. I maladetti nomi di parte guelfa e ghibellina si dice che ssi criarono prima in Alamagna, per cagione che due grandi baroni di là aveano guerra insieme, e aveano ciascuno uno forte castello l'uno incontro all'altro, che l'uno avea nome Guelfo e l'altro Ghibellino, e durò tanto la guerra, che tutti gli Alamanni se ne partiro, e l'uno tenea l'una parte, e l'altro l'altra; e eziandio infino in corte di Roma ne venne la questione, e tutta la corte ne prese parte, e l'una parte si chiamava quella di Guelfo, e l'altra quella di Ghibellino: e così rimasero in Italia i detti nomi<sup>266</sup>. (GV, VI, 38)

Daí os problemas de Florença advém da sedução dos homens pelo mal, pelo diabo, que faz com que desonrem compromissos e atraíam sobre si a vingança e a sede de matança. Por sua vez, a estátua de Marte funcionaria como um elo simbólico com as antigas raízes belicosas da cidade, formada pela miscigenação de dois povos excludentes:

E bene mostra che 'l nemico dell'umana generazione per le peccata de' Fiorentini avesse podere nell'idolo di Mars, che i Fiorentini pagani anticamente adoravano, ché a piè della sua figura si commise sì fatto micidio, onde tanto male è seguito alla città di Firenze<sup>267</sup>. (GV, VI, 38)

A explicação do mundo, e do curso da história pela Providência Divina não impede que Villani partilhe da crença de seu tempo, doo papel que exerceriam os corpos celestes e os eventos astronômicos e astrológicos nas vidas dos cidadãos. Eclipses são quase sempre interpretados como avisos ou vaticínios de tempos difíceis para a cidade de Florença, como o que ocorrera em 1330, e que predisse o fracasso da campanha em Lucca:

---

<sup>266</sup> Por causa disso, a cidade irrompeu em lutas e tumultos; e esta morte de senhor Bondelmonte foi a causa e início dos amaldiçoados partidos guelfos e gibelinos de Florença, embora muito antes de existirem facções entre os cidadãos nobres, e as referidas partes, havia por causa das contendas e questões entre a Igreja e o Império; mas em razão da morte do referido senhor Bondelmonte todas as famílias dos nobres e outros cidadãos de Florença foram divididas, e algumas se juntaram aos Bondelmonte, que assumiram o lado dos guelfos, e foram os seus líderes, e algumas aos Uberti, que eram os líderes do gibelinos, de onde seguiu muito mal e desastre para a nossa cidade, como mais adiante será dito; e acredita-se que isso nunca terá fim, se Deus não aniquilá-los. E, certamente isso demonstra que o inimigo da raça humana, pelos pecados dos florentinos, teve poder naquele ídolo de Marte, que os florentinos pagãos da antiguidade tinham o costume de adoração, que ao pé da sua estátua tal assassinato foi cometido, de onde tanto mal seguiu para a cidade de Florença. Os nomes dos amaldiçoados partidos guelfos e gibelinos dizem ter surgido pela primeira vez na Alemanha em razão de que dois grandes barões daquele país estavam em guerra juntos, e cada um tinha um forte castelo, um defronte do outro, e o que tinha o nome de Guelfos, e o outro Gibelinos, e a guerra durou tanto tempo, que todos os alemães se dividiram em dos dois lados, e a luta chegou até à corte de Roma, e toda a corte tomou parte nela, e um lado do que foi chamado guelfo, e outro, gibelino, e assim os referidos nomes remanesceram na Itália. GV, VI, 38

<sup>267</sup> E, certamente, isso demonstra que o inimigo da raça humana, pelos pecados dos florentinos, teve poder naquele ídolo de Marte, que os florentinos pagãos da antiguidade tinham o costume de adoração, que ao pé da sua estátua tal assassinato foi cometido, de onde tanto mal seguiu para a cidade de Florença. GV, VI, 38

Come in questi tempi scurò il sole e la luna. (1330)

Nel detto anno, a dì XVI del mese di luglio, alquanto dopo l'ora di Vespro, iscurò il sole quasi la metade ne la fine del segno del Cancro, e l'opposizione andata dinanzi de la luna e del sole, scurò la luna nel Sagittario<sup>268</sup>. (GV, XI, 158)

Villani demonstra ter um sólido conhecimento de astronomia, ao descrever os movimentos dos corpos em relação às constelações:

E poi, a dì XXVI di dicembre vegnente, scurò tutta la luna nel segno del Cancro; per la qual cosa e per certi savi astrolagisi disse dinanzi, intra l'altre cose, significava che, con ciò sia cosa che 'l segno del Cancro sia attribuito per l'ascendente de la città di Lucca, ch'egli no doveano avere molte ditrazioni e abbassamento, come ebbono per lo 'nnanzi a l'loro avvenne per l'assedio che' Fiorentini feciono a la città di Lucca, e altre mutazioni e aversità ch'ebbono poi, come apresso faremo menzione. Lasceremo alquanto de' fatti e guerra da' Fiorentini a' Lucchesi, e diremo d'altre novità istate ne' detti tempi per altri paesi<sup>269</sup>. (GV, XI, 158)

Villani não é adepto de um determinismo astrológico, pelo contrário, ele utiliza-se da astrologia através de uma incorporação simbólica, reinterpretando-a para que seja auxiliar da Providência Divina intervindo no funcionamento natural do Cosmos:

However, he was also aware of the dangers of astrological determinism by which the action of the heavenly bodies might leave no room for human free will or for God to intervene directly in the world contrary to the natural functioning of the cosmos<sup>270</sup>. (CLARKE: 2007, p. 123)

Entretanto, Villan também oferece uma interpretação astrológica da história, enxergando em conjunções astrológicas condições favoráveis ou desfavoráveis para o curso dos destinos, no caso da fundação da cidade, a posição das estrelas e planetas em Florença era favorável, mas na queda do Império Romano, era desfavorável. De qualquer forma, a

---

<sup>268</sup> Como nestes tempos escureceram o sol e a lua. (1330)

Naquele ano, no dia dezesseis de julho, um pouco depois da hora das Vésperas, escureceu sol quase pela metade no final do signo de Câncer, e a obstrução do caminho diante da lua e do sol, escureceu a lua em Sagitário. GV, XI, 158

<sup>269</sup> Naquele ano, no dia dezesseis de julho, um pouco depois da hora das Vésperas, escureceu sol quase pela metade no final do signo de Câncer, e a obstrução do caminho diante da lua e do sol, escureceu a lua em Sagitário. E então, no dia vinte e seis de dezembro vigente, escureceu toda a lua no signo de Câncer; e por causa disso, certo astrólogo sábio disse, dentre outras coisas, que aquilo significava que o signo de Câncer tinha sido atribuído como ascendente da cidade de Lucca, que eles não teriam muitas distrações e baixas, como antes aconteceu no assédio que os florentinos fizeram a essa cidade, e outras mudanças e adversidades que vieram depois, e logo faremos menção. Deixaremos por enquanto os fatos e a guerra dos florentinos e luccanos, e falaremos de outra novidade ocorrida neste tempo em outro país. GV, XI, 158

<sup>270</sup> No entanto, ele também estava ciente dos perigos do determinismo astrológico pelo qual a ação dos corpos celestes pode não dar espaço para o livre arbítrio humano ou para Deus intervir diretamente no mundo contrariamente ao funcionamento natural do cosmos. CLARKE: 2007, p.123

Providência Divina, por ser a causa primeira de todas as coisas, consegue se sobrepor ao movimento dos astros, já que Deus pode decidir agir através das estrelas.

## 5.2 – Milagres e feitos maravilhosos

Giovanni Villani era verdadeiramente fascinado pelos eventos cosmogônicos e maravilhosos, sobretudo os do maravilhoso cristão, pois se afiguravam como uma confirmação de sua fé. Neles o cronista exercava a Providência Divina em ação, através da punição ou da recompensa direta pela conduta vil ou bem-aventurada dos homens.

Se a história é o espaço que o homem possui para vislumbrar uma vida venturosa, a presença de eventos dessa natureza se configura como a presentificação de um *exemplum*, dos quais se pode extrair uma lição. Vejamos abaixo mais um relato de um milagre de Corpo de Cristo, ocorrido na França “naqueles tempos” e como Villani está tratando de fatos ocorridos na década de 1260, refere-se, portanto, ao rei Luís IX, que viria a ser conhecido como São Luís de França:

Incidenza, raccontando uno grande miracolo del corpo di Cristo ch'avenne nella città di Parigi.

Ne' detti tempi, regnando in Francia il buono re Luis, avvenne uno grande miracolo del corpo di Cristo; che celebrando uno prete il sacramento in una cappella di Parigi presso a la sala del re, come piacque a Dio, apparve in sulle mani del prete a la vista de le genti, in luogo dell'ostia sacra, uno piccolo fanciullo molto bello e grazioso, il quale veduto da molti, pregaro il prete il sostenesse infino che al re Luis fosse fatto assapere, e che 'l venisse a vedere; così fece, onde molta quantità di gente entrasse a vedere. E essendo ciò detto al re Luis, e ch'egli v'andasse a vederlo, rispuose: «Vadalo a vedere chi nol crede, ch'io il veggio tuttavia nel mio cuore»; per la quale risposta fue commendato molto il re di grandissimo senno e di cattolica fede<sup>271</sup>. (GV, VII, 44)

O milagre relatado versa sobre a transmutação da hóstia na figura de um menino, uma criança bela e formosa diante da audiência, durante o auge da missa católica, o momento da eucaristia – em que a hóstia é erguida às vistas de todos, e é dito: este é o corpo e o sangue de Cristo que fora derramado por vós, para a remissão dos pecados.

---

<sup>271</sup> Naqueles tempos (mais ou menos 1260), reinando em França o bom rei Luis, houve um grande milagre do corpo de Cristo; estava celebrando o sacramento um padre em uma capela de Paris, perto da sala do rei, que como aprouve a Deus, apareceu em suas mãos, à vista de toda a gente, no lugar da hóstia sagrada um menino muito bonito e formoso, e que tendo sido visto por tantos, pediram ao padre que o rei Luis soubesse do fato, e que viesse e visse, o que foi feito, dada a quantidade de gente que entrava e via. E sendo que disse o rei Luis após vê-lo em resposta: ‘Venha ver aquele que não crê, que eu o vejo, todavia, no meu coração’, e sua resposta foi muito elogiada e ele visto como um rei de grande bom senso e fé católica. GV, VII, 44

O milagre da “aparição” do menino, cuja relação simbólica é a do próprio Cristo criança, é apreendido novamente pelo sentido da visão – o menino é visto, não há menção, por exemplo, de ter sido tocado, ou mesmo de sua carne, de sua matéria. Trata-se de um menino *representado*, ou seja, da imagem de um menino e não do menino em si, mas de uma *figuratio*. Uma *imaginatio*.

Constitui-se ali, portanto, uma *figuratio*, que pode ser vista não só com os olhos, mas com o coração, sendo perceptível, então, pelo intercurso da fantasia, que é a intermediária da percepção ou do sentido comum, e o intelecto, pois seria metade sensação, metade ideia. Tratando-se de uma *fictio*, ou seja, de uma representação figurada de uma realidade objetiva, tornada sensível pelo advento do *fantasmata*, por conseguinte, pelo intercurso da fantasia, e fisicamente visível, cognoscível, através de uma “maravilha”. Diante disso, a narrativa desse milagre por Villani, e sua opção de inseri-la em um livro de “história”, não é estranha nem peculiar, é a expressão de uma concepção bastante nítida de que a história mantém relações com a realidade que lhe é intrínseca, tornando possível a reordenação de objetos sensíveis, mediante o discurso e a linguagem, e transformando-os em objetos inteligíveis mediante a fantasia.

Giovanni Villani compreende a história como parte da Providência Divina, em que a crença no devir direcionado à Salvação exerce fascínio sobre as condutas dos homens. Nesse sentido, os fatos bons e ruins, as derrotas e vitórias ocorrem por Sua graça e Vontade, embora sejam expressões humanas, e não divinas em essência. Talvez por isso o misticismo medieval esteja tão insidiosamente presente em diversas passagens de sua crônica. As menções a vaticínios, augúrios e presságios apenas demonstram o medo medieval diante do imponderável, do imprevisível, ou seja, de tudo o que escapa da *ordem* e da linearidade, e sua necessidade de tentar realocar esses elementos que “escapam” novamente dentro de uma sequência simétrica, que emane de Sua vontade. E por essa razão, e por diferirem dessa ordem, tais eventos são percebidos sempre de forma negativa. Observemos esse trecho de Villani do capítulo seguinte ao que narra o grande dilúvio que sofrera a cidade no ano de 1333, sobre a comoção que atinge toda a cidade após a trágica enchente:

In Firenze ebbe del detto diluvio grande ammirazione e tremore per tutte genti, dubitando non fosse iudicio di Dio per le nostre peccata, chepoi che bassò il diluvio più di apresso non finava di piovere con continui tuoni e baleni molto spaventevoli; per la qual cosa le più delle genti di Firenze ricorsono

a la penitenzia e comunicazione, e fu bene fatto per apaciare l'ira di Dio.<sup>272</sup> (GV, XII, 2)

É um movimento da Escolástica tentar interpretar e adaptar esses eventos que “destoam” da ordem simétrica do mundo e que poderiam ser interpretados como uma inclinação ao mal ou ao demônio em uma ótica que confirme a positividade da Criação, incluindo essas zonas de sombra<sup>273</sup>.

Como nos disse o prof. Umberto Eco, a criação divina é sempre positiva, e a Escolástica do séc. XIII, do qual Villani extrai os princípios motores de sua formação intelectual, procura conciliar o dualismo maniqueísta oriundo dos cultos zoroastristas da Pérsia, elaborando como forma de reestabelecer a reavaliação do universo de forma conciliatória à noção de propriedades transcendentais enquanto “condições concomitantes do ser”, que são o *unum*, a *res*, a *aliquid*, o *verum* e o *bonum*, coextensivos ao ser:

Si se establece que unidad, verdad y bondad no son valores que se realizan esporádica y accidentalmente, sino que inhiere como propiedades coextensivas al ser en el nivel metafísico, de ello derivará que todo lo existente es verdadero, uno y bueno. (ECO, 2012, p. 43)

Conforme dito acima, são características que se relacionariam diretamente com o ser, e o transcendem, e dessa maneira, o *ser* e o *bonum* diferem *secundum rationem*, porém conformariam a mesma natureza. Isso resulta em que o cosmos, e tudo o que emana da criação divina seria belo e bom, pois a beleza estaria atrelada também à virtude, considerando sua correspondência com a finalidade a que tende. Portanto, a Providência Divina operaria sempre na direção de reestabelecer a ordem, a simetria, a integridade estética, a beleza do devir humano, pois o belo e o bom seriam os mesmos:<sup>274</sup> “Bonum enim dicitur Deus secundum quod omnia adducit in esse et bene et promovet et consummat et conservat,

---

<sup>272</sup> Em Florença houve pelo dito dilúvio grande admiração e temor por toda a gente, duvidando se este não ocorrera pelo juízo de Deus por causa de nossos pecados, já que depois de baixada a enchente por vários dias seguidos não parava de chover com intermitentes raios e trovões muito assustadores; em virtude de tal coisa, várias pessoas de Florença recorreram à penitência e comunhão, e bem foi feito para apaziguar a ira de Deus. GV, XII, 2

<sup>273</sup> Ver Eco: 2012, p. 42. Ver também a Seção C dos Anexos dessa dissertação, em que é analisada a exposição de Villani de uma acalorada discussão entre os sábios da cidade acerca dos motivos e causas do dilúvio de 1333, se advindo da astrologia, ou seja, de causas naturais ou se ocasionados pelo Juízo de Deus, o qual Villani conclui e argumenta que apesar de por intercurso dos astros, sendo Deus quem os criou e domina, o dilúvio fora causado pela vontade de Deus, cuja ira caíra sobre a má governança da cidade e pelos vícios e pecados cometidos por seus habitantes.

<sup>274</sup> “Sit igitur omnia communiter bonum pulchrum ‘appetunt idem est bonum et pulchrum’ cuja tradução é: se, para tanto, todas as coisas tem em comum que ‘tendem’ ao bem e o belo, então o bem e o belo são os mesmos. Roberto Grosseste, no seu comentário a Dionísio, em 1243.

pulchrum autem dicitur in quantum omnia sibi ipsis et ad invicem in sui indetitate facit concordia”<sup>275</sup>. (RG, Comen. Dyon.)

O que se pode perceber, a partir dessas definições, é que o bem se relaciona com a causa final, e o belo se relaciona com a causa formal, e quando comparamos com as proposições aristotélicas acerca da forma enquanto substância, princípio seminal da vida, que o *bem*, o *belo* e o *verdadeiro* diferem logicamente (*ratione*) entre si e são conversíveis, percebemos que:

O ser verdadeiro ou falso é, nas coisas (...), o estar reunido ou separado, de modo que diz a verdade (aletheúei) aquele que crê (ho oiómenos) estar separado o que está separado e que crê estar reunido o que está reunido; falseia, porém, aquele que se mantém contrariamente às coisas. (ARISTÓTELES, 1998, p. 474)<sup>276</sup>.

A Verdade seria a disposição da forma relacionada com o interior da coisa, sendo uma propriedade dos seres, portanto, o *ser* das coisas enquanto inteligíveis.

### 5.3 – Simbolismo e alegoria: o espaço do ambíguo

A começar pela distinção que há entre alegorismo e simbolismo, natural para nós, e desconhecida para Idade Média, e que somente aparece tardiamente, nos idos do séc. XVIII, embora a existência e utilização do primeiro remonte à Antiguidade Clássica (ECO: 2012). Se para nós parece nítida a diferença entre um conceito e outro, para o homem medieval ela não existia, tanto que se utilizava os dois termos (alegoria e simbolismo) como sinônimos com bastante frequência.

O clérigo de origem irlandesa João Escoto (c. 810 – 870), expoente do “renascimento” carolíngio do séc. IX, e de herança patrística, escreve, no livro cinco de sua obra *De Divisione Naturae*: “Nihil visibilium rerum corporaliumque est, ut arbitror, quod non incorporale quid et inteligibile significet”<sup>277</sup>, instituindo um paralelismo que se forma entre o visível e o invisível, já que primeiro é uma expressão do segundo, porém no plano mental. João Escoto,<sup>278</sup> é quem traz para a Idade Média, no séc. IX, uma simbologia metafísica, que se

---

<sup>275</sup> A Deus se disse bom enquanto conduz tudo ao ser e ao respectivo bem e o faz progredir e o aperfeiçoa e o conserva nesse estado; e se disse também belo enquanto produz a harmonia entre todas as coisas dentro de cada uma em sua própria identidade. Roberto Grosseteste. *Ibidem*.

<sup>276</sup> ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de V.G. Yebra. Madrid: Gredos, 1998.

<sup>277</sup> ... Creio que não exista nada que seja visível e corpóreo que não signifique algo incorpóreo e inteligível. João Escoto Eriúgena. *De Divisione Naturae*, liber V, 3. PL. 122, cols. 865-66. Tradução minha.

<sup>278</sup> Johannes Scotus Eriúgena (João Escoto), teólogo irlandês, principal comentador de Pseudo Dionísio (Irlanda, 810 – Paris, 877) do séc. IX.

alinhará com a de Pseudo Dionísio (séc. V ou VI), em que o mundo seria uma “manifestação grandiosa de Deus através das causas primordiais e eternas, e destas através das belezas sensíveis.” (ECO, 2012, p. 99)

A concepção medieval de símbolo para definir a relação de paralelismo entre um objeto presente, corpóreo e sensível, e outro, ausente, incorpóreo e inteligível baseia-se em uma compreensão neoplatônica cristã do Uno, de Deus, como ser insondável e contraditório, que encontramos inicialmente em Pseudo Dionísio, através de uma compreensão transcendente de Deus. Já que para ele, Deus não possuiria forma, peso, qualidade, quantidade ou tempo, portanto estaria para além de qualquer representação. Nesse sentido, a relação entre Deus e os demais seres somente poderia ser compreendida enquanto *revelação*. A revelação, segundo Pseudo Dionísio, ocorre de forma metafísica, se todas as coisas provêm de Deus, todas as coisas para ele convergem.

Tal afirmação está em consonância com os preceitos neoplatônicos de que tudo emana do Uno transcendente e ao Uno retornam, sem modificá-lo. Pois Deus, enquanto permanência, imutabilidade e eternidade, criou tudo o que existe por emanção, permanecendo o mesmo. Existiriam três níveis de realidade, a material ou corpórea, a inteligível e a supra inteligível. O mundo inteligível estaria entre a realidade material e Deus, sendo que no mundo inteligível estão as causas primordiais, que são, em última instância, atributos divinos dos quais emana a realidade. Deus estaria, portanto, além das causas, pois é suprassensível e supra inteligível, estando além e transcendente ao real. Percebe-se, então, que tal noção implicaria uma natureza imanente de Deus e uma simbolização pela negação do símbolo.

Entretanto, como nos recorda o Prof. Dr. Umberto Eco, alguns de seus comentadores tenderam a interpretar a ideia “panteísta de emanção” em prol de uma não panteísta de “participação” e isso traria importantes impactos em uma “metafísica do símbolo” e de um “universo enquanto texto simbólico” (ECO, 2012, p. 97). Portanto, todos os nomes e qualidades que lhes atribuímos seriam inadequados e “não porque Deus não seja conceitualizável (...) porém por sê-lo em uma medida incomensurável e incompreensivelmente mais alta.” (*ibidem*). É para fazer essa passagem, entre o dizível e o supra dizível que existe o símbolo.

Pois, o que Dionísio chama “simbólico” é um modo de acesso ao divino, sem ser uma epifania do numinoso<sup>279</sup>, ou seja, de Deus, segundo Eco, unicamente relacionado ao mito e sem paralelo com um discurso racional, o que seria reduzi-lo. O simbolismo seria, então, a

---

<sup>279</sup> De *numem*, relativo a Deus.

via encontrada para que Deus, que transcende todas as formas de representação, possa ser enfim “representado” sob suas múltiplas formas nas Escrituras.

A revelação de Deus, além de obedecer a um *sentido* metafísico, também possui um *modo*, que é ordenado. Manifesta-se a todo o universo de acordo com a necessidade e a capacidade de cada ser de iluminação, por conseguinte, somente poderia ser “representado” de forma mediada, já que o acesso à natureza divina não é imediato, e sim hierarquizado. Assim, conforme essa *necessidade* e essa *capacidade*, as hierarquias superiores, os anjos, por exemplo, transmitem essa iluminação aos homens, que, ao contemplá-los encontram um caminho para a Salvação. Para Giovanni Villani essa *iluminação* somente pode ser advinda da História. É nesse movimento de ascensão que todas as essências das coisas iluminam ou são iluminadas pela graça divina, participando elas mesmas da Criação. Porém, se tudo emanaria de Deus não se poderia conhecer a natureza Dele, apenas seus reflexos, ou seja, apenas temos acesso às emanações divinas enquanto *revelação*, e somente assim podemos nomeá-las através dos símbolos. Daí, Deus estaria presente na esfera sensível, apesar de transcendê-la.

João Escoto, comentador de pseudo Dionísio, irá avançar nessa concepção de que Deus estaria presente na esfera sensível, dizendo que, se Deus é o criador de todas as coisas, manifestando a si mesmo em todas as criaturas e fazendo com que o carácter eterno de todas elas permita atribuir um valor metafórico a cada uma. Se a luz divina, emanada no sopro do Verbo está em todas as criaturas, a realidade física não possui o mesmo valor que a realidade inteligível, que a ideia. Por consequência, a realidade física, material só encontraria sua realização máxima quando ultrapassasse o nível corpóreo e atingisse o imaterial, que somente poderia ocorrer através do símbolo.

É a partir dessa abordagem que se estabelece inicialmente a simbólica medieval, que sofre transformações com a Escolástica, conforme nos aponta Umberto Eco a partir do séc. XII, em que o pensamento analógico, e suas redes de semelhanças e paralelismos, começa a dar lugar à equivalência e ao jogo das proporcionalidades semiológicas:

Não será uma coincidência que o estabelecimento simbólico dos atributos divinos se transformem com a Escolástica (...) em um raciocínio por analogia, que simbólico já não é, senão que procede por uma semiose de remissão dos efeitos às causas, em um jogo de juízos de proporção, não de fulgurante semelhança morfológica ou de comportamento. (ECO, 2012, p. 97)

Se a distinção entre simbólico e alegórico não cabe para a Idade Média, pois ambos tomam o todo pelas partes e operam no sentido de nomear algo que está para além de si mesmo, o mundo converge sempre à ordem, em que todas as relações sociais e culturais estabelecidas estão pautadas por um forte senso de hierarquia, o universo simbólico caminha

para um entendimento de *que* “tudo está em seu lugar porque tudo se corresponde” (Eco, 2012, p. 92), princípio que trai uma exigência inconsciente pela simetria e pela proporção (*proportio*). Nesse sentido, a afirmação de M. Pastoureau de que o símbolo funcionaria quase como um jogo de espelhos, cujas relações de paralelismo estabelecidas confeririam ao mundo um determinado *sentido*, nos oferecendo um caminho mais seguro para sua compreensão: “para o pensamento medieval, tanto o mais especulativo quanto o mais comum, cada objeto, cada elemento, cada ser vivo é figuração de outra coisa que lhe corresponde em um plano superior ou eterno e da qual ele é símbolo”. (PASTOREAU, 2002, p. 498)

Tal princípio apoiar-se-ia no caráter polifônico e ambíguo da percepção medieval, que não é ainda individualizada, e que estaria no cerne da não separação entre os domínios do “natural” e “real”, tal qual os entendemos hoje, dos domínios do sobrenatural, e é justamente pelo fato de que os homens medievais não percebem essa fronteira que a lógica do símbolo pode operar com tamanha naturalidade, indicando que “quer se trate de teologia, de mirabilia ou de vida cotidiana, a correspondência entre a aparência enganosa das coisas e as verdades ocultas.” Se a simbólica medieval pode ser entendida como um sistema de valores e correspondências, nada funcionaria fora de contexto, visto que seus mecanismos têm “por objeto a distribuição, a repartição, a associação ou a oposição de diferentes elementos no interior de um conjunto.” (PASTOREAU, 2002, p. 498 e 502) Por essa razão, um de seus procedimentos mais utilizados é o “desvio”, em que dado elemento se desvia de sua cadeia causal, ou seja, das relações que mantém com os outros contrariando a ordem estabelecida no mundo pelo Criador. Quando isso ocorre, há uma espécie de transgressão de si mesmo e uma transposição a outro nível, este de significação, superior ao transcendente:

Esta prática do desvio está na origem de numerosas construções poéticas ou simbólicas. Ela é tanto mais eficiente porquanto, para a sociedade medieval, os seres e as coisas devem permanecer no seu lugar e no seu estado habitual ou natural, a fim de respeitar a ordem desejada pelo Criador. Transgredir essa ordem é um ato forte, que jamais passa despercebido. (PASTOREAU, 2002, p. 503)

O entendimento medieval de símbolo é fortemente influenciado pelo pensamento neoplatônico agostiniano do séc. IV, cuja definição de linguagem como um instrumento criado pela razão humana com a finalidade última de “nomear a realidade”, faz com que o nome defina a coisa em si, exercendo verdadeiro fascínio nos escolásticos dos séculos posteriores. Para que isso seja possível, o intelecto humano se faz valer de signos, que são, na concepção patrística, instrumentos arbitrários gerados pela razão humana para expressar as realidades do mundo sensível e inteligível. Teriam, então, uma relação de substituição com a

coisa que indicariam, segundo Santo Agostinho: “O sinal é, portanto, toda coisa que, além da impressão que produz em nosso sentido, faz com que nos venha ao pensamento outra ideia distinta.”<sup>280</sup> Quando esses signos, que Santo Agostinho irá dividir em três tipos, *figurativos* (convencionais), *literais* (naturais) e *verbais* – os primeiros seriam aqueles que são utilizados de acordo com seus significados originais, os segundos são aqueles que operam um *desvio* nesse significado original que passa a indicar algo além, os terceiros, os gestos e palavras – são empregados na comunicação, o significado liga-se à *memoria*, participando, dessa forma, da aprendizagem por incitar ao conhecimento das coisas (MINNIS<sup>281</sup>; 1998; KIRCHOF<sup>282</sup>, 2011):

Entre os sinais, alguns são naturais, outros são convencionais. Os naturais são os que, sem intenção nem desejo de significação, dão a conhecer, por si próprios, uma outra coisa além do que são em si, Assim a fumaça é sinal de fogo. Ela o assinala sem ter essa intenção, mas nós sabemos, por experiência, observando e comprovando as coisas, que ao aparecer a fumaça haverá fogo embaixo.” (...) Sinais convencionais (DC, 2, 86) são os que todos os seres vivos mutuamente se trocam para manifestar (...) os movimentos de sua alma, tais sejam as sensações e os pensamentos. Não há outra razão para significar, isto é, para dar um sinal, a não ser expor e comunicar ao espírito dos outros o que tinha em si próprio ao dar o sinal. (...) os sinais que pertencem ao ouvido são em maior número e principalmente constituídos por palavras...<sup>283</sup> (Agst, DC, 1, 2, 3)

Considerando que para Santo Agostinho as palavras seriam signos, e teriam como objetivo *ensinar* ou *provocar* conhecimento, temos:

Ora, ao vibrar no ar, as palavras logo desaparecem, e não duram mais longamente do que ao ressoarem. Para serem fixadas, então, foram instituídos seus signos, por meio das letras. Assim, as palavras manifestam-se aos olhos não por elas próprias, mas pelos sinais que lhes são próprios. (Agst. DC, 4, p. 88)

Nota-se, no trecho acima, que para Santo Agostinho a realidade, no caso a palavra enquanto som precede o signo. Quando estendemos essa compreensão para a realidade, vemos que para o teólogo existiriam três possibilidades de relação entre o *signo* e a realidade, a saber: signos que veiculam apenas signos, signos que veiculam coisas, e coisas que veiculam a si mesmas sem signos. Podemos perceber que, no primeiro caso, a relação estabelecida entre signo que veicula signo é de sinonímia, da qual a tradução literal, isto é, palavra por palavra, é

---

<sup>280</sup> Santo Agostinho, *A Doutrina Cristiana*, pág. 85.

<sup>281</sup> MINNIS, A. J; SCOTT, A.B. *Medieval Literary Theory and Criticism c. 1100 – c. 1375 – The Commentary-Tradition*. New York: Osford University Press, 1988..

<sup>282</sup> KIRCHOF, Edgar R. “Teoria dos Signos na Idade Média: A Semiótica de Santo Agostinho”. In: *Acta Semiótica et Linguística*, vol. 16, ano 35, n.º 2 (2011), p. 113-60.

<sup>283</sup> Santo Agostinho, *Doutrina Christiana*, 1,2,3. Págs. 86-7.

um exemplo. O segundo caso seria a palavra ou signo que indicam objetos concretos, como a palavra porta a uma porta existente. Nota-se que, por esse raciocínio, signo e palavra teriam uma relação de reciprocidade, já que o vocábulo “palavra” pode ser utilizado como sinônimo de signo, apesar de não ser possível a inverção. Com isso, para Santo Agostinho, alguns signos “podem ser significados pelos próprios signos que significam, enquanto outros só podem ser representados por signos diferentes.” (KIRCHOF, 2011, p. 118)

Santo Agostinho estabelece também uma distinção entre *palavra* e *nome*, enquanto a primeiro se refere à percussão do som no ouvido humano, o segundo refere-se ao conhecimento do espírito. Nesse sentido, toda instrução e todo aprendizado estaria subordinado à necessidade de se “encontrar as coisas a serem entendidas e, depois, explicá-las” o que faria com que toda instrução fosse o ensinamento de “coisas através dos signos.” (KIRCHOF: 2011, p. 118) Daí, podemos inferir o seguinte, para Santo Agostinho todo signo é uma coisa, porém nem toda coisa é um signo, nesse caso, a ontologia (natureza do ser) precede necessariamente a linguagem, por essa razão, os signos apenas poderiam representar uma realidade que lhe fosse pré-existente, fixa e imutável. Tudo o que existe, a dizer, as coisas em si, acabam por se definir através de uma relação tripartite: do poder criativo de Deus (que gerou todas as coisas), sua extensão à alma humana, já que sua expressão é a sabedoria, e o corpo, de existência exclusivamente ligada à alma humana. Portanto, para Santo Agostinho *as coisas* são mais importantes que os signos que as representam, pois aquilo que existe a partir de alguma coisa lhe é necessariamente inferior, como nos diz o prof. Kirchof:

Se o signo é significado de algo, faz-se necessário conhecer primeiramente a própria coisa para saber o que ele está substituindo. Ou seja, um signo só faz sentido para alguém que já conhece seu objeto de referência, na medida em que recorda as imagens das coisas estampadas na memória.” (KIRCHORF, 2011, p. 120)

Percebe-se então, que o carácter didático do signo estaria no fato de que ele nos obriga a conhecer as coisas das quais emanam, pois são a “realidade externa e o signo da realidade externa” e “as coisas da realidade interna e o signo da coisa sensível”, o que levaria a uma compreensão de signo em que signo figuraria “como a união de um significante, o som (sua constituição material) e um significado, o valor, compreendido simplesmente como a imagem gerada pelas coisas na alma” (KIRCHOF, 2011, p. 125), o que somente é possível, considerando que a realidade o antecede, através do intercurso da memória.

É sob essa lógica que Villani relata um milagre ocorrido na Espanha (D'uno grande miracolo che si trovò in Ispagna), ocorrido em 1239, em que um homem judeu, portanto, um gentio, encontra uma bíblia no quintal de sua propriedade:

Nel detto tempo e anno avvenne uno miracolo in Ispagna, il quale è bene da notare, e per ogni Cristiano d'avere in reverenzia, e bene che sia in altre croniche, da recarlo in memoria in questo: ché regnando Ferrante re di Castello e di Spagna, nella contrada di Tolletta, uno Giudeo cavando una ripa per crescere una sua vigna, sotterra trovò uno grande sasso, il quale di fuori era tutto saldo e senza neuna fessura, e rompendo il detto sasso, il trovò dentro vacuo, e dentro al vacuo, quasi imarginato col sasso, vi trovò uno libro con fogli sottili, quasi di legno, ed era di volume quasi com'uno saltero: iscritto era di tre lingue, greca, ebraica, e latina, e contenea in sé tre membri del mondo, da Adam infino ad Anticristo, le propietà degli uomini che doveano essere al mondo ne' detti isvariati tempi<sup>284</sup>. (GV, VII, 44)

Villani relata a aparição maravilhosa, dentro do “oco” de uma rocha que “pelo seu exterior era toda sólida”, de um saltério escrito em três línguas, não por acaso as três línguas canônicas, que narrava passagens importantes do Velho Testamento. E que trazia, além da cosmogonia do mundo dividido em *três partes*, concepção partilhada pelo próprio Villani, que a reproduz no primeiro livro de sua crônica, e, também, as características dos homens que deveriam “viver no mundo desde tempos diversos.”

Mas o milagre propriamente é o que se dará a seguir, quando o judeu, ao ler o que estava escrito se deparou com a previsão do nascimento de Cristo, pelo qual se maravilhou e se converteu. O milagre da conversão se deu pelo intercurso do maravilhoso, pois a aparição do livro se consagra aos domínios dos sentidos. Simbolicamente, a rocha sólida em que está guardado o livro é a Igreja, que o judeu pensava extirpar de sua vidima, porém, a rocha guardava um tesouro: a palavra de Deus revelada e a promessa da Salvação:

Il principio del terzo mondo, overo seculo, puose così: «Nel terzo mondo nascerà il figliuolo di Dio d'una vergine ch'avrà nome Maria, il quale patirà morte per salute dell'umana generazione»; le quali cose leggendo il detto Giudeo, incontanente con tutta sua famiglia divenne Cristiano, e si feciono battezzare. E ancora era scritto a la fine del detto libro che nel tempo che Ferrante re regnerà in Castella si troverebbe il detto libro: lo quale miracolo

---

<sup>284</sup> Nesse tempo e ano, houve um milagre na Espanha, o qual é digno de nota, e de todo cristão dele fazer reverência, e bom que seja em outra crônica, para dele fazer memória: que reinando Ferrante, rei de Castela e de Espanha, na região de Tolletta, um judeu cavando um canal para fazer crescer sua própria vinha, encontrou soterrado uma grande rocha, e pelo seu exterior era toda sólida e sem nenhuma rachadura, e quebrando a referida rocha, achou dentro um oco, e no espaço vazio, quase rente à pedra, encontrou um livro de folhas finas, quase de lenho, e o volume era praticamente um saltério, escrito em três línguas, hebraica, grega e latina, e continha em si três partes do mundo: de Adão até o anticristo, e as propriedades dos homens que deveriam viver no mundo desde tempos diversos. GV, VII, 44

veduto per molta gente degni di fede, fu rapportato al detto re, e fattane memoria, e grande reverenza<sup>285</sup>. (GV, VII, 44)

Após a conversão miraculosa do judeu e sua família, o livro foi traduzido e exposto para que todos o vissem e tivessem renovada a sua fé. Giovanni Villani afirma que esse tipo de milagre, em que opera claramente o maravilhoso em seu caráter visual, é importante para a afirmação da fé, ou a confirmação de uma ação ou diretriz, delegando, assim, ao maravilhoso o poder de validar uma verdade subjacente:

E l' detto libro fu traslatato e isposto, e molte grandi profezie e vere vi si trovaro. E di certo si disse, e si dee credere, che ciò fosse opera fatta per la volontà di Dio. E simile miracolo si trovò in Gostantino sesto, i quali miracoli sono molto efficaci e affermativi a la nostra fede<sup>286</sup>. (GV, VII, 44)

Se João Escoto Eurígena percebe a natureza vendo em cada valor ontológico uma centelha da emanação divina, isso necessariamente acarretaria em uma implícita desvalorização de toda realidade sensível para que se encontre, então, a única e verdadeira realidade, que é a ideia em que o mundo seria, enquanto reflexo dessa iluminação transcendente, nada mais do que uma representação. Se o mundo é uma representação, o maravilhoso e a *imaginatio* pertencem tanto ao mundo quanto qualquer outro de seus elementos, por isso a Villani, nem para nenhum medieval, não é estranho agrupar fatos políticos de Florença e feitos e eventos *maravilhosos*. Para se compreender isso, é preciso remontar ao *De Trinitate*, obra em que Santo Agostinho desenvolve algo semelhante a uma psicologia trinitária, que se basearia na seguinte composição: mente, conhecimento, amor, como, da mesma forma, Deus pai, filho e o Espírito Santo seriam três substâncias que conformariam uma única essência, a mente, o conhecimento e o amor, formariam também eles uma realidade inseparável.

Quando a mente conhece algo, desse objeto forma uma imagem, que se estampa na memória. Como o maravilhoso é necessariamente visual, estaria impresso na “memória”. Dessa maneira, existiria entre o objeto e sua *imagem* mental (*imaginatio*) uma relação de semelhança. O substrato dessas imagens mentais produzidas pelo signo, e conhecidas pela alma, estariam compostas de *memória, entendimento e vontade*.

---

<sup>285</sup> No terceiro mundo, ou seja, era, estava assim: no terceiro mundo nascerá o filho de Deus de uma virgem de nome Maria, que sofrerá a morte para a bem-aventurança da geração humana. E tendo lido isso, o judeu e sua família prontamente se converteram cristãos, e se fizeram batizar. E ainda assim estava escrito no final do dito livro que no tempo que o rei Ferrante reinasse em Castella se descobriria aquele livro: e mencionado milagre, visto por muita gente digna de fé, foi mostrado ao referido rei, e feito memória e grande reverência. GV, VII, 44

<sup>286</sup> E o livro foi traduzido e exposto, e muitas profecias importantes e verdades foram nele encontradas. E de certo se disse, e assim se deve crer, que aquela foi obra da vontade de Deus. E milagre semelhante ocorreu com Constantino VI, e esses milagres são muito eficazes para afirmar nossa fé. GV, VII, 44

Para Santo Agostinho, todo conhecimento é imanente, pois o conhecimento verdadeiro somente pode ocorrer mediante as coisas em si, nunca pelo símbolo, portanto, as palavras nunca designam diretamente as coisas que significam, mas remetem a um “verbo interior”, que nada mais é do que o que ele chama de Cristo Interior, formado pelas impressões deixadas na alma pelos objetos, cuja origem é Deus. O conhecimento teria uma dupla dimensão, seria sensível (carnal) e inteligível, mental, e as palavras seriam os signos dos homens, e o Mundo seria o signo de Deus. Já para o monge Hugo de São Victor, comentador de João Escoto, que em 1118 entra para a abadia de Saint-Victor, casa patrística de renome em Paris, para lecionar artes liberais e exegese bíblica, e que possui acentuada preocupação em ordenar e definir as áreas do conhecimento humano para que, demonstradas como se relacionam entre si, possam garantir aos homens a realização de sua perfeição, o mundo se apresentaria “quase quidam liber scriptus digito Dei”<sup>287</sup> (*De tribus diebus*, PL 176, col. 814). Para ele o símbolo possuiria uma função de instrução em relação à beleza do invisível, Deus, e estabelecendo um paralelo claro entre o mundo sensível e o inteligível, já que “o visível nos é proposto para a significação e declaração do invisível”:

Omnia visibilia quaecumque nobis visibiliter erudiendo symbolice, id est figurative tradita, sunt proposita ad invisibilium significationem... quia enim in formis rerum visibilium puchritudo earum consistit... visibilis pulchritudines imago est<sup>288</sup>. (HSV, Hierarchiam coelestem expositio, PL 175, cols. 978 e 954)

Se o símbolo tem natureza didática, e se inscreve ante o mundo como mediador de uma beleza imanente, o mundo seria uma alegoria por excelência, de onde tudo seria um reflexo da beleza maior, a de Deus. Percebe-se claramente esse tipo de operação simbólica nesse trecho de Villani em que este narra o nascimento de dois leões na cidade de Florença. Para a Idade Média, o leão simbolizava a força e a pureza de Cristo, sendo uma figura quase sempre representada na heráldica para indicar pureza:

Come in Firenze nacquono due leonegli. (1330)

Nel detto anno, a dì XXV di luglio, il dì di santo Iacopo, nacquono in Firenze II leoncini del leone e leonessa del Comune, che stavano in istia incontro a San Pietro Scheraggio; e vivettono, e fecionsi grandi poi: e nacquono vivi e non morti, come dicono gli autori ne' libri della natura delle bestie, e noi ne rendiamo testimonianza, che con più altri cittadini gli vidi nascere, e incontante andare e poppare la leonessa; e fu tenuta grande maraviglia che di

---

<sup>287</sup> “Quase como um livro escrito pelo dedo de Deus”.

<sup>288</sup> Todo o visível nos é proposto para a significação e declaração do invisível, para que nos instrua graças à vista, de forma simbólica, a dizer, figurativa (...) Posto que, em efeito, a beleza do visível consiste em sua forma (...) a beleza visível e a imagem da beleza invisível. HSV, Hierarchiam coelestem expositio, PL 175, cols. 978 e 954

qua da mare nascessono leoni che vivessono, e non si ricorda a' nostri tempi. Bene ne nacquono a Vinegia due, ma di presente morirono. Dissesi per molti ch'era segno di buona fortuna e prospera per lo Comune di Firenze<sup>289</sup>. (GV, XII, 194)

E como a beleza e a ira de Deus se mostram aos homens de forma quase sempre visual, pelo intercurso do maravilhoso, a bem aventurança se manifestou para Florença através do nascimento (eis nisso a simbologia da fertilidade) de dois leões. Em 1330 Florença estava ainda em plena prosperidade política e econômica, com suas grandes companhias – Mozzi, Frescobaldi, Spini, Bardi, Peruzzi, Acciaiuoli e Bonaccorsi – emprestando vultosas sobas de dinheiro aos papas de Avignon, aos reis de França e Inglaterra e a quase todos os senhores importantes da Itália e da Europa.<sup>290</sup> Portanto, tais leões simbolizavam a bem averturança da comuna e a prodigalidade de seus recursos. Mais a Roda da Fortuna nunca para, conforme o fragmento abaixo:

Nelli anni di Cristo MCCCXXXIII, il dì di calen di novembre, essendo la città di Firenze in grande potenza, e in felice e buono stato, più ch'fosse stata dalli anni MCCC in qua, piacque a Dio, come disse per la bocca di Cristo nel suo Evangelio: “Vigilate, che non sapete il die né l'ora del iudicio Dio”, il quale volle mandare sopra la nostra città<sup>291</sup>; (GV, XII, 1)

Três anos mais tarde a roda da fortuna gira um pouco mais, e em 1333 haveria em Florença uma grande enchente, acontecimento nefasto e destrutivo que Villani irá associar a infortúnios futuros que não tardarão a aparecer em Florença alguns anos depois<sup>292</sup>.

Em sua obra *Didascalicon*, Hugo de São Victor intenta estabelecer uma hierarquia do conhecimento humano através de uma extremada preocupação com a ordem, oferecendo-nos um mecanismo para a *expositio* bíblica baseado em três etapas: funda-se na letra, move-se para o sentido, para, finalmente, alcançar a *sententia*, ou o significado profundo. Nota-se que é

---

<sup>289</sup> Como em Florença nasceram dois leões:

Nesse mesmo ano, no dia 25 de julho, dia de Santo Iacopo, nasceram em Florença dois filhotes do leão e da leoa da Comuna, que foram reunidos na jaula de San Pietro Scheraggio; vivos, se fizeram grandes depois: e nasceram vivos e não mortos, como disseram os autores dos livros da natureza dos animais, e nós lhes rendemos testemunho, que como vários outros cidadãos que viram o nascimento, que andaram e prontamente mamaram na leoa; e tiveram grande maravilha que desse lado do mar nascessem leões que sobreviveram, e tal não se recorda em nosso tempo. Bem que nasceram em Veneza, mas logo morreram. Muitos disseram que era sinal de boa fortuna e prosperidade para a Comuna de Florença. GV, XII, 194

<sup>290</sup> Ver Cardini: 2006.

<sup>291</sup> No ano de 1333, no primeiro dia de novembro, sendo a cidade de Florença uma grande potência, e em feliz e bom estado, como foram os anos desde 1300 para cá, e como aprouve a Deus, que disse através da boca de Cristo em seu Evangelho: “Vigiai que não saberdes o dia nem a hora do juízo de Deus”, o qual quis mandar sobre nossa cidade; GV, XII, 1

<sup>292</sup> O Dilúvio de Florença, evento significativo para Villani da derrocada da cidade a partir de 1340, será analisado pormenorizadamente na Seção C dos Anexos dessa dissertação, o qual recomendamos atenta leitura.

esse o mesmo movimento que operaria, segundo sua concepção, o símbolo. E a exposição dos textos deveria obedecer também a uma ordem, para que se efetivasse depois em aprendizado:

Expositio tria continet, litteram, sensum, sententiam. littera est congrua ordinatio dictionum, quod etiam constructionem vocamus. sensus est facilis quaedam et aperta significatio, quam littera prima fronte praefert. [772A] sententia est profundior intelligentia, quae nisi expositione vel interpretatione non invenitur. in his ordo est, ut primum littera, deinde sensus, deinde sententia inquiratur. quo facto, perfecta est expositio<sup>293</sup>. (HSV. Dsc. 3, 8)

O significado profundo somente é passível de ser acessado mediante a análise, que se iniciaria a partir das coisas “finitas ou definidas” para as “infinitas ou indefinidas”: “Modus legendi in dividendo constat. omnis divisio incipit a finitis, et ad infinita usque progreditur. omne autem finitum magis notum est et scientia comprehensibile.”<sup>294</sup> Percebe-se que os mecanismos mentais medievais envolvidos na ordenação e sistematização do conhecimento, ou das coisas e suas manifestações, partem sempre de uma concepção de mundo em que o sensível é uma expressão do inteligível.

Santo Agostinho, séculos antes, já havia aplicado às práticas de leitura os princípios retóricos da *Lectio* clássica, fixando, através de uma pontuação correta, o significado originário do texto, a *recitatio*, *judicium*, *enarratio* (comentário e análise) e *emendatio* (crítica). Posteriormente a *lectio* agostiniana dará origem à *lectio orante ou divina*, que consiste em: leitura (*lectio*), meditação (*meditatio*), oração (*oratio*) e contemplação (*contemplatio*). Tal exercício do pensamento em busca do sentido do texto apoiar-se-ia na *ruminatio*, ato de mastigação do texto, que está relacionada, por sua vez, com a meditação. Enquanto a *ruminatio* se ocupa dos vocábulos isoladamente, a *meditatio* se ocupa do sentido do conjunto.

Desde Orígenes de Alexandria (c. 185-253), teólogo egípcio de orientação neoplatônica que muito influenciou o pensamento medieval, mais notadamente à interpretação de texto, compreende-se o sentido da escrita como uma tríade: sentido literal, moral (psíquico) e místico (pneumático), que conformariam, posteriormente, a tríade escolástica de: sentido literal, tropológico e alegórico – que lentamente iria se transformar na teoria dos quatro sentidos da escritura: literal, alegórico, moral e analógico.

---

<sup>293</sup> A exposição inclui três elementos: a letra, o sentido e o significado profundo. A letra é disposta em palavras, a que também chamamos construção; o sentido é o significado preciso e óbvio das letras dispostas na superfície; o significado profundo somente poderá ser alcançado através do comentário e da interpretação. A ordem da inquirição é: primeiro a letra, depois o sentido, por fim, o significado profundo. E isso feito, a exposição estará perfeita. HSV. Dsc. 3, 8

<sup>294</sup> ...o método para interpretar um texto consiste na análise. Toda análise começa a partir das coisas que são finitas, ou concretas, e procedem na direção das que são infinitas e indeterminadas. Hugo de São Victor, *Didascalicon*, 3, 9.

Nota-se que Villani emprega costumeiramente a tríade escolástica, emprestando à sua narrativa os níveis de sentido literal, alegórico e tropológico (moral), sobretudo quando narra os feitos maravilhosos e milagrosos de Florença, em que tais operações ficam bem evidentes. Esses níveis de sentido, presentes no texto, nos fornecem elementos para tentar estabelecer o lugar que ocupa a alegoria na Idade Média, e perceber que podem ser, e são, conforme comprovamos em Villani, aplicados à escrita de história (cronística) da Idade Média.

As primeiras discussões que intentaram oferecer uma definição de alegoria medieval ocorreram em torno da exegética bíblica, sobretudo quando debruçadas sobre um tipo de interpretação do Antigo Testamento, dita tipológica. Tal interpretação entendia os personagens e acontecimentos do Velho Testamento como *tipos* ou prefigurações dos personagens do Novo. Ou seja, os primeiros funcionariam como signos dos segundos, a exemplo de como Villani estabelece paralelismos com personagens de Florença e personagens bíblicos ou mitológicos desde que encobertos, como vimos, pelos recursos alegóricos. Essa *tipologia* compreende que aquilo que é figurado (a dizer, o tipo, o símbolo, a alegoria) não se coaduna com a forma com que a linguagem representa os feitos, senão quanto aos feitos neles mesmos.

Por conseguinte, parece-nos claro aceitar o caráter eminentemente simbólico das práticas discursivas medievais, considerando a centralidade da escrita e da leitura, compreendidas enquanto signo máximo por excelência de uma figuração possível de uma natureza transcendente e divina, inclusive quando este – o texto — alcança sua mais alta expressão – a imagem. Sendo que, essa última, tanto quanto o símbolo, que em realidade é também uma imagem: “presentificaria elementos não visíveis” e seria “uma espécie de chave de memória, noção ligada a padrões cognitivos disponíveis e observáveis nesta formação histórica”. (FRÓES, 2009, p. 129)

#### **5.4 – Fórum de Verdade e Ficção**

Também, não podemos deixar de explicitar que a simbólica medieval, sobretudo quando se expressa através do texto, também constitui uma forma de “enquadramento” do “tempo”, tanto do ponto de vista estritamente cronológico, de fatos que se sucedem a fatos precedentes, como na forma de ultrapassar o tempo perene, a caducidade inerente à fragilidade humana e alcançar o “tempo do tempo”, ou o que o medieval tão belamente iria chamar de “a idade do tempo”, que é a eternização da memória ao fazê-la inscrita no Livro dos Destinos mediante a ventura, e da vida dos homens. E apesar de toda existência humana

aspirar pelo fim de todas as coisas, ela também aspira à ascese, à transcendência conferida pela Salvação.

Talvez esteja nesse entendimento de “tempo ulterior” a maior riqueza medieval, pois encontraria nessa relação do homem com esse “tempo do tempo”, ulterior, finito e paradoxalmente passível de eternidade, em que as noções de passado e futuro encontram uma ascese ambígua. Eis aí o tempo da história. Pois, na Idade Média, parece-nos que o passado não acena apenas para o que já não existe, porém afigura-se enquanto um caminho seguro para o futuro e para a Salvação, unindo esses dois extremos do tempo.

Torna-se evidente para nós que o livro, e mais ainda, a escrita, enquanto objeto e enquanto suporte da letra alcançam para o medievo uma importância crucial dentro da simbólica cristã, já que demonstramos que, tanto a leitura quanto a escrita, mantinham estritas relações com o sagrado, tendo que se submeter a uma série de princípios ordenadores que salvaguardassem a sua correta efetivação no intelecto humano sob a forma de conhecimento.

É nesse ordenamento do saber relativo ao mecanismo de escrita e leitura que operam a meditação e a memória. E é no intrincado entrelaçamento dessa topografia do conhecimento na Idade Média, conjuntamente a uma nova compreensão de tempo, que surge uma percepção de *história* enquanto “tempo privilegiado e espaço de Salvação”. *Tempo privilegiado* este que, através da dimensão sagrada da escritura, subverte a caducidade da vida e participa os homens dos propósitos éticos da Criação.

Villani nos oferece em sua *Nuova Cronica*, não apenas a narração dos feitos modelares de Florença, sua cidade e que tanto lhe é cara, porém algo muito mais importante, e que ele faz tão bem, que é a intrincada construção de uma compreensão de história, que delega aos homens liberdade, fazendo com que participem dos propósitos éticos da Criação, permitindo-lhes a Salvação desde que tenham sabedoria. De uma história que seria o *espaço* das ações humanas, o *fórum* de verdade e ficção que permite e propicia o desenvolvimento de uma conduta ética que, se seguida corretamente, conferiria ventura aos homens, preparando-os e os conduzindo para a Salvação. É dessa nova compreensão histórica, a de “um tempo privilegiado e de história enquanto “espaço da Salvação”, tão bela e tão suave, tão peculiar à Idade Média, que permite aos homens a ascese da vida perene e confere-lhes a eternidade, que tratamos aqui.

explicitus est liber

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Idade Média foi bastante longa se considerarmos o espaço que ocupa no eixo cronológico tomado como usual para a divisão didática da história do mundo. Ocupou pelo menos dez séculos, se aceitarmos a cronologia tradicional que situa o medieval entre os séculos V e XV de nossa era, e quinze séculos, se aceitarmos a cronologia estendida de Jacques Le Goff. Portanto, foi a Idade Média uma longa fatia de nossa civilização. Se muitos dos elementos que a compuseram mantiveram-se estáveis ao longo de sua vigência, isso não significa que esta tenha sido estanque. E não foi. Na cultura medieval houve importantes transformações que lhe modificaram as feições em diversos momentos de sua longa duração, e embora tenha sido “mais homogênea do que a nossa”, como nos diz Zumthor, ela não foi “monolítica”. (2009, p. 102) Diante desse fato de que nenhuma cultura é estanque e se mantém exatamente igual a si mesma ao longo da passagem do tempo, que muitas são as dificuldades a sanar quando se realiza um estudo cujo substrato está pavimentado em práticas discursivas e textuais de uma outra época.

O texto medieval tomado como objeto possui características e condições que lhes são intrínsecas, e que precisam ser definidas pelo historiador para orientar seu trabalho sem incorrer em anacronismos ou generalizações arbitrárias, e que vão desde a compreensão de que todo *texto* se insere na cultura de seu tempo, até a de que os critérios de análise de que dispomos no nosso podem não lhes ser úteis, pois lhes são exógenos. A própria concepção de “texto medieval” por si só já seria arbitrária, se considerarmos que as características das práticas discursivas medievais nos acenam para a existência de “textos medievais”, no plural, cujas especificidades começam desde o próprio ato da escritura – principalmente se levarmos em conta critérios materiais, como acesso a utensílios de escrita como tintas, penas e suportes (papel, pergaminho), bem como as dificuldades inerentes ao seu manuseio – e passam pelas motivações que levam à grafia e a frequência com que é exercida enquanto atividade.

Existem outras especificidades relativas à escritura que não podem ser desconsideradas para a compreensão da textualidade medieval, como sua difusão e recepção, e que impõem dificuldades metodológicas específicas. Por mais que dada sociedade medieval fosse letrada, e vimos no primeiro e quinto capítulos que Florença o era, o objeto livro ao longo de toda a Idade Média foi produzido de forma artesanal e em pequena escala, o que o fazia escasso e raro. Se nos séculos XIII e XIV os processos relacionados ao fabrico de livros não mais estavam confinados aos *scriptoria* dos mosteiros, e alcançavam nos espaços urbanos uma ambiência propícia e nova forma de confecção que lhes permitia uma fabricação mais rápida, mesmo assim, apesar de seu incremento notável, não se poderia sequer aplicar aos

ateliês dos mestres-livreiros o moderno termo “produção”. Pois, mesmo em Florença, onde esse ofício existia em grande número, ainda assim o livro era um objeto artesanal, confeccionado em pequenas quantidades e ausente de grandes rentabilidades econômicas. Se enquanto realidade material o livro era relativamente raro e escasso, a prática de leitura medieval, conforme tratamos no primeiro capítulo, obedecia a características bastante diversas da prática de leitura que conhecemos hoje.

O medieval praticamente desconheceu a leitura silenciosa, que embora não estivesse relacionada, como demonstramos no segundo capítulo, ao analfabetismo da maioria da população e sim a processos cognitivos específicos do medieval, a *meditação* e a *memória*, que faziam da pronúncia uma de suas etapas primordiais, que inscrevia a palavra também no corpo e não apenas na mente. E embora a leitura declamada tivesse uma função cognitiva para o homem medieval no que concerne às etapas de simbolização que levarão à formação da “imagem mental”, não podemos menosprezar o fato de que aliada à raridade do livro e à expressiva parcela da população não alfabetizada, a leitura pública ou como chama Zumthor o “consumo auditivo da maioria dos textos” era o único e mais efetivo meio de difusão de conhecimento. (2009, p. 100)

Não podemos deixar de assinalar que essa leitura “ditada” podia se dar de múltiplas maneiras, ou pela existência de um público ouvinte de um texto materialmente presente, o livro, o pergaminho, ou pela recitação de memória, em que temos que considerar o papel mnemônico das fórmulas retóricas e os próprios processos de memorização praticados no medieval, dos quais nos ocupamos no segundo capítulo. Além disso, temos a improvisação oral, com interpolações do recitante, da audiência, acréscimos e supressões e demais marcas da oralidade. Conhecer e estabelecer todos esses fatores foi imprescindível para a compreensão de como foi construído o conceito de história na Idade Média, e de sua maior expressão, a crônica, visto que toda a Idade Média é permeada de textos lidos com os ouvidos.

O eminente caráter oral inerente a todas as modalidades textuais praticadas no medieval não pode ser desconsiderado e separado de qualquer análise que se debruce sobre fontes escritas desse período, e muitas foram as ocasiões em que nos deparamos com suas marcas, mesmo em textos “históricos”. Sobre a difusão de textos medievais, citamos no quarto capítulo dessa dissertação, em que tratamos especificamente do contexto de surgimento da *Nuova Cronica* de Giovanni Villani, que as cópias do livro de Villani eram feitas muitas vezes fora do ambiente restrito dos ateliês, através de um exemplar-base, que possivelmente circulava de mão em mão ou, mais provavelmente, pela sua recitação de

memória ou mediante a leitura pública. Pois parece-nos mister que o texto de Villani efetivamente fazia parte da vida pública da comuna.

Sobre a escrita, dissemos nos três primeiros capítulos dessa dissertação, que esta possuía características bastante peculiares para o medievo, muito diferentes das que conhecemos hoje. Segundo Zumthor, a escritura é uma aquisição conceitual, que definiria “um conjunto de fenômenos historicamente condicionados, influenciando de modo determinante, mas variável, na intensidade de seus próprios efeitos”. (2009, p. 101) Dentre outras coisas, se a escritura é historicamente condicionada, tanto como prática quanto como forma de comunicação, é necessário definir seus espaços, formas e alcances em cada momento histórico. Para o medievo a escrita alcança um *status* desconhecido para a modernidade, que é a de ser a emanação sagrada da Palavra de Deus. Sua sacralidade repousaria tanto na imagem, a grafia da letra, como na “monumentalização” da memória que apenas esta pode oferecer, subvertendo a lógica do tempo, vencendo-o, colocando-se acima deste já que a escrita sobrevive ao tempo e o homem não.

Se a escrita é o meio escolhido por Deus para falar aos homens, e sendo ela mesma uma emanação da Santíssima Trindade, já que o texto escrito é tridimensional (a materialidade gráfica, a imagem acústica e a imagem mental), é por seu intermédio que se torna possível à humanidade participar dos propósitos éticos da Criação. A escrita é o suporte do Verbo gerador divino, e seu domínio é o instrumento por excelência da Criação. Também seria necessário levar em conta que a escritura é um ato que obedece a uma operação da mão, que por intercurso de um instrumento específico, traça sobre um suporte previamente preparado para este fim algo que possui um significado, a palavra. Dessa maneira, o ato da escrita, simbolicamente, encontraria relação com a criação do homem por Deus, que fez todas as coisas nomeando-as, e ao homem gerou moldando-o do barro e lhe soprando a vida. Note-se que nas duas operações algo imaterial ganha forma, vida, animando-se conforme encarna.

Evidentemente o ato da escritura, pressupõe uma intenção de comunicação que extrapole um tempo e um espaço, e nesse sentido falamos que a escrita é um meio de vencer a caducidade do tempo, estando para além deste, e também de ser uma maneira de transferir a memória de lugar. Mais que isso, a escrita tanto como a iconografia são maneiras de colocar em um plano visível, e a visão é o sentido por excelência na Idade Média, o próprio Verbo de Deus. Ao se perceber que a materialidade do texto, e sua tridimensionalidade são uma presentificação figurada, foi necessário estabelecer os mecanismos que implicam na representação visual para o medievo, e em como esta se dá para se compreender como tais

operações simbólicas atuam na constituição de um conceito de Verdade e como este se mostra essencial para a compreensão de um conceito de história. Pois de todas as disciplinas humanas nenhuma aglutina mais os propósitos éticos da Criação do que a história. E se universo medieval é preponderantemente visual, e o é, conforme demonstramos no capítulo 2, o texto seja qual for sua modalidade, inclusive a cronística histórica, é sinestésico, está preso ao corpo como nos diz Zumthor:

... o texto medieval está muito mais próximo do corpo daquele que o performa (autor, recitante, cantor) e daquele que o consome (ouvinte e leitor) do que o texto moderno. O texto medieval, bem mais que o texto moderno é gesto, ação, carregado e elementos sensoriais. (ZUMTHOR: 2009: 100)

Pois se a escrita é aquilo que é capaz de presentificar o que não é visível a não ser para os “olhos da mente” e também de monumentalizar o passado e constituir ela mesma um suporte material para a memória – cerne do aprendizado e da atividade criativa medieval – a história é capaz de tornar presente o passado, ou seja, de “fazer ver” novamente o que já não mais existe.

É a partir da meditação e da memória que todo o conhecimento é passível de assimilação e de produção, porém é a partir da presentificação do passado (ou seja, da história) que é possível aprender. Por essa razão, fez-se necessário estabelecer os mecanismos envolvidos na formação da imagem mental, da imagem visual, e das representações plásticas e textuais que delas derivam. Para tal intento, partimos de quatro categorias *Fictio*, *Imago* ou *Imaginatio*, *Fantasia* e Maravilhoso, que seriam os mecanismos que operariam as representações figuradas medievais e seriam não apenas seus elementos constituintes, mas os que fariam com que estas fossem compreensíveis para o intelecto humano. Estariam na gênese operativa que “faria ver” o passado no presente que conforma a história. Esses mecanismos, assim como os recursos retóricos largamente empregados na Idade Média como *intergumentum* e a alegoria, estariam na origem da constituição de um conceito de Verdade, que nesse contexto, passaria necessariamente pela esfera da visualidade. É por isso que essas quatro categorias guardam relações com a imagem e com o sentido da visão, pois se a *fictio* primeiramente designa a forma física de um objeto, posteriormente designará sua representação mental.

A *Fantasia* é a representação figurada da imagem mental, é aquilo que permite que pelo intercurso da luz, quer dizer, dos sentidos, esta se torne visível na mente, e a partir disso, possa ser representada como imagem material, a pintura ou a palavra.

A *imaginatio* parte também de uma materialidade para chegar a uma representação, por intermédio de imagens figuradas. E o maravilhoso é o domínio da visão, pois é aquilo que a espanta, que a desestabiliza, mas, sobretudo, é aquilo que se vê. Todas essas categorias estão imbricadas na conceitualização da história na Idade Média.

No capítulo 2, em que tratamos do papel preponderante da meditação e da memória na produção de conhecimento, retomamos com mais detalhes os processos cognitivos que levam à formação da imagem figurada, quer textual quer pictórica, no medievo, tomando como base o neoplatonismo, e explicitando como a passagem para o aristotelismo-tomista ocasionou mudanças na percepção tanto de uma como de outra, permitindo que uma nova concepção de história pudesse advir.

Quisemos, por intermédio dessa argumentação, fornecer um quadro mais completo da cultura medieval, sobretudo no concernente à forma como o mundo medieval compreendia a si mesmo, o devir do tempo, o passado e o futuro, com o firme propósito de demonstrar como, a partir de tais complexas relações conceituais, derivaria a história. Dessa maneira, tentamos evidenciar que a necessidade que o homem medieval possuía em alicerçar a vida em uma concepção de ventura como se ela mesma pudesse figurar como um *exemplum*, residia no fato de haver uma compreensão da história enquanto um *tempo* privilegiado e um *espaço de Salvação*, onde realizar o propósito máximo da existência era possível, que é a Salvação e o estar inscrito no Livro do Juízo, celebração última da memória, conseqüentemente da *história*, junto daqueles que seriam escolhidos por seus passados para participar da Eternidade ao lado do Salvador.

Com o desenvolvimento cada vez maior dos espaços urbanos, os centros de produção de saber alcançam também os espaços laicos, e tanto a escrita como a história adquirem novas funções nas cidades nascentes. Visto que é nas comunas que o propósito de monumentalização do passado e conservação da memória encontra seu esplendor, pois elas necessitam salvaguardar suas conquistas e rememorar os seus feitos como meio de autoafirmação de sua identidade. E a autonomia de direitos da qual se orgulham é fruto da exigência cada vez maior do mundo das letras, pois é nos arquivos e instituições comunais que sua história é conservada e contada. E não apenas o papel da escrita e a maneira com que é encarada muda, mas a própria cidade, que passa a ser vista como também ela sendo uma imagem, e a ser encarada como um modelo, para o bem ou para o mal, cujo exemplo deve oferecer aprendizado, para ser ou não seguido. É dentro desse espírito, no que este

corresponde à formação de uma autoconsciência e de uma auto-imagem de cidade, que surge a cronística urbana, pavimentada na memória de si que a comuna gera.

É na história que todos os seus propósitos éticos podem realmente se efetivar, pois é a história o instrumento pelo qual é passível aos homens a vida venturosa. E é na cidade o local onde essa vida venturosa pode se dar, pois a cidade é capaz de fornecer exemplos para a conduta dos homens que dela participam, que nela vivem. Visto que seus pecados, combatidos por Deus, que segundo Villani retira dos homens iníquos o entendimento, incide diretamente nos êxitos e malogros da comuna, e podem significar desde desastres naturais à má governança.

Com base nessa dignidade que as cidades adquirem, que a concepção de história medieval modifica-se e alcança seu máximo esplendor, a de se constituir como um tempo privilegiado – e esse privilégio advém do fato de que a história subverte o tempo. Por essa razão, a história passa a ser um “tempo privilegiado”, pois, ao subvertê-lo e se colocar acima dele, poria a si mesma “fora” desse mesmo tempo, que tem uma começo, um decurso e um final, fazendo com que a memória da ventura de um indivíduo ou de uma coletividade, a comuna, no caso, se eleve e torne-se, dessa forma, o testemunho de seus êxitos no dia do Juízo Final – em que todos os tempos serão suspensos, e ficará apenas o passado. E o passado é a própria história.

Entretanto, vimos também que a noção de passado na Idade Média, está atrelada também à noção de futuro, sendo a memória o elo entre o passado e o futuro, e esse elo seria o exemplo que da história se pode extrair para garantir a Salvação. É a história o grande palco medieval, e a história sendo esse palco se desenvolve na cidade, nos espaços urbanos de abundâncias e trocas, de experiências incessantes e fluxos intermitentes. É nesses locais, ou seja, na *cidade*, que ela pode se colocar enquanto um fórum em que a identidade do homem medieval é estabelecida e colocada em debate.

Para o medievo a história possui uma dimensão sagrada, trazida não apenas pela escrita, mas pela própria encarnação do Senhor, é ela que delega um sentido ao tempo que passa e convergirá para a redenção. É a história dos homens que será julgada no Juízo Final, quando da segunda vinda do Salvador, e é pela história que os bons exemplos podem ser repetidos e os maus evitados, já que o próprio Deus, através de sua Palavra, escreveu a história dos homens nas Sagradas Escrituras, a máxima *auctoritas* medieval, da qual todos os ramos de conhecimento buscam copiar os modelos e ensinamentos. Nesse sentido a palavra de Deus é também histórica. E sendo escrita, é também imagem, e sendo imagem é também

matéria. Dessa maneira, a história se constitui para o medievo como um espaço – espaço este que é físico, mas também é espiritual – onde as vidas se desdobram diante das condutas exemplares ou reprováveis dos que vieram antes, para instruir os que vierem depois.

E é partindo dessa concepção bastante sensível de história, que Giovanni Villani busca escrever a história da cidade de Florença, compreendendo que esta, enquanto cidade, pelas dignidades que assume e pelos sucessos que obtém, por si só bem-aventurada e modelar, digna de ter seu passado registrado para os que vierem após ele, e para que quando todos os passados fossem julgados, Florença pudesse ter o que mostrar, e ser salva. Sob essa perspectiva, Villani se utiliza da Providência Divina para conferir à história um sentido ético muito evidente, e fazer dela esse palco de danação e salvação que converge rumo a um devir orientado e uma finalidade da qual todos os habitantes participam e não podem escapar, inclusive ele.

Villani emprega em sua crônica os artifícios retóricos e as categorias que aludimos nos primeiros capítulos, utilizando-os como balizadores da verdade que procura revelar da história de Florença, valendo-se tanto da *fictio* quanto do *maravilhoso*, tanto da *fantasia* como da *imago*, construindo uma “imagem” modelar de Florença, altamente sinestésica. E essa imagem é histórica, e funcionaria como um fórum em que verdade e ficção se intercambiam e formam uma verossimilhança que é esse espaço de Salvação onde a vida medieval se desenvolve.

Parece-nos claro então considerar que, diferentemente de todos os outros períodos históricos, a Idade Média delegou à história um papel preponderante na vida individual, em que o domínio tanto da verdade quanto da ficção podia significar a ventura ou a desventura de cada ser, e constituir o elemento que o levaria à Salvação.

É evidente para nós que o livro, como objeto de suporte da letra, e o texto tomado enquanto materialidade tridimensional à semelhança da Santíssima Trindade alcança para o medievo uma importância crucial dentro da simbologia cristã, conforme demonstrado nesse estudo, de encerrarem em si mesmos os propósitos éticos da Criação, em que tanto a leitura como a escrita mantem estreitas relações com o sagrado, e, em virtude disso, estão atrelados a uma série de princípios ordenadores que salvaguardam a sua correta efetivação no intelecto humano sob a forma de conhecimento. E de todas as modalidades escritas, é na história que isso é mais pungente. Pois é a partir desse ordenamento do saber relativo ao mecanismo de escrita e leitura que operam a meditação e a memória, e então o aprendizado se dá e o conhecimento pode ser retido pela mente humana, conservado e a partir disso funcionar como

o tesouro sobre o qual se pode criar conteúdos novos. Já que para uma sociedade e uma cultura cujo dever humano converge para a Salvação, o aprendizado dos exemplos venturosos é particularmente importante, já que é o que permite que a bem aventurança possa ser alcançada.

De todas as disciplinas concebidas pela mente humana, é a história a única capaz de fornecer aos homens os meios pelos quais podem exercitar os modelos e exemplos advindos do aprendizado com o passado para, através deles, corrigir os erros, repetir os sucessos e alcançar de forma inequívoca o propósito, o fim máximo de sua existência, que é a eternidade da Salvação. E é no complexo entrelaçamento da topografia do conhecimento na Idade Média que uma nova concepção de tempo surge e dela se cria uma percepção de *história* como um “tempo privilegiado”, que subverte o próprio tempo e se coloca acima dele ao vencer a caducidade da vida humana. Também pode ser vista como um espaço de Salvação, visto que é sobre seu substrato que a humanidade encontra o palco de sua existência, e é nele que constrói sua identidade, e é a partir dela que encontrará a redenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Teresa. “Dois Discursos para Um Rei”. In: *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 178-188, 2º. sem. 2003.
- ARNALDI, Girolamo. “Igreja e Papado”. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.
- AQUILECCHIA, G. “Giovanni Villani”. In: *Enciclopédia Dantesca*, v. 5. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Dante and the Florentines Chroniclers*. A lecture delivered in the John Rylands Library on Wednesday the 10th of March 1965.
- ARIÈS, Phillippe. “A História das Mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques. *A história Nova*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [1978, 1988].
- ARRATHOOM, Leigh A. (org). *The Craft of Fiction – Essays in Medieval Poetics*. Michigan: Solaris Press, 1984.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BECCARI, Alessandro J. “Uma Mudança De Paradigma Na História Da Compreensão Do Verbo: O Novo Quadro Teórico Das Gramáticas Especulativas Do Fim Do Século XIII”. In: *Revista Antiguidade Clássica* 6, nº 2, 2010, p. 6-20. ISSN 1983-7615.
- BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal – Do Ano Mil à Colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- BATANY, Jean. “Escrito/oral”. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.
- BARTLETT, Kenneth R. *The Civilization of the Italian Renaissance*. Toronto: D.C. Heath and Company, 1992.
- BERTELLONI, Francisco. “Quando A Política Começa a Ser Ciência (Antecedentes históricos e requisitos científicos da teoria política nos séculos XIII e XIV)”. In: *Analítica*, vol. 9, n.º 1, 2005.

- BILOLO, M. “La notion de ‘l’Un’ dans les Ennéades de Plotin et dans les Hymnes thébains. Contribution à l’étude des sources égyptiennes du néo-platonisme”. In: KESSLER, D;
- BURLANDO, Giannina. “Recepción Suareciana De Aristóteles: Percepción, Representación y Verdad”. In: *Revista Filosófica de Coimbra*, nº 28 (2005), p. 323-248.
- CARDINI, Franco. *Dois Ensaio sobre o Espírito da Europa*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Breve Historia de Florencia*. Trad. Pau Martínez. Pisa: Pancini Editore, 2006.
- \_\_\_\_\_. A Itália entre os séc. XI e XIII. In: MONGELLI, Lênia Márcia (org.). *Mudanças e Rumos: O Ocidente Medieval (séculos XI-XIII)*. Cotia: Íbis, São Paulo, 1997.
- CARRUTHERS, Mary; ZIOLKOWSKI, Jan M. *The Medieval Craft of Memory – An Anthology of Texts and pictures*. Philadelphia: University of Pensilvania Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Técnica do Pensamento*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- \_\_\_\_\_. *The Book of Memory: A Study of Memory in Medieval Culture*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- CLARKE, Paola. “The Villani’s Chronicles”. In: LEWIN, Alison Williams (org.). *Chronicling History Chroniclers and Historians in Medieval and Renaissance Italy*. Ed. de Sharon Dale, Alison Williams Lewin, and Duane J. Osheim. PA: Penstate University Press, 2007.
- CIPOLLA, C; ROSSI,V. “Intorno a due capi della Cronica malispiniana”. In: *Giornah Storico della letteratura Italiana*, vol. VIII (1886).
- CORNISH, Alison. *Vernacular Translation In Dante’s Italy – Illiterate Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- CULLEN, C.M. *Bonaventure*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura européia e idade média latina*. Tradução de Teodoro Cabral: Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. (2013)

DE ROOVER, Raymond. *Money, Banking, and Credit in Medieval Bruges: Italian Merchant-Bankers, Lombards, and Money-Changers, A Study in the Origins of Banking*. Cambridge: The Medieval Academy of America, 2007.

DE VINCENTIIS, A. *Scrittura Storica e Politica Cittadina: La 'Cronaca Fiorentina' di Marchionne di Coppo Stefani*. In: *Rivista Storica Italiana*, nº 108 (1996), p. 230-297.

\_\_\_\_\_. *Origini, Memoria, Identità a Firenze nel XIV secolo, La Rifondazione di Carlomagno*. In: *Mélanges de L'École Française de Rome, Moyen Âge*, 115/1 (2003), p. 385-443.

DRESVINA, Juliana. (Org). *The Medieval Chronicle VII*. Amsterdam: Rodopi B.V, 2011. E-book. ISBN 978-94-012-00041-7.

DRONKE, Peter. *Fabula: Explorations into the Uses of Myth in Medieval Platonism for a larger discussion of critical theories of integumenta*. Leiden: Brill, 1974.

ECO, Umberto. *Arte y Belleza en la Estética Medieval*. Barcelona: Debolsillo, 2012.

FAINI, Enrico. *Una storia Senza Nomi – Storia e Memoria a Firenze ai primi del Duecento*. In: *Bulletino dell'Instituto Storico Italiano per il Medioevo*, nº 108. Roma: Sede dell'Instituto Palazzo Borromini, 2006.

\_\_\_\_\_. *Il convicto fiorentino del 1216*. In: Andrea Zorzi (a cura di). *Conflitti, paci e vendette nell'Italia comunale*. Firenze: Firenze University Press, 2009.

FINDLEN, Paula. *Beyond Florence: the contours of medieval and early modern Italy*. Edited by Paula Findlen, Michelle M. Fontaine and Duane J. Osheim. Papers from a conference held at Stanford University in November 1998. California: Stanford University Press, 2003.

FIGUEIREDO, José Gomes. *Liberdade e Vontade em João Duns Escoto: Leitura da Quodlibética XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, trabalho de Mestrado em Filosofia sob a orientação do Prof. Doutor Mário Santiago de Carvalho.

FOFFANO, F. *La cronaca fiorentina di Marchionne di Coppo Stefani*. In: *Ricerche letterarie*, Livorno, 1897.

FRIGHETTO, Renan. *Historiografia e poder: o valor da história, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério do Bierzo (Hispania, século VII)*. In: *Revista de História da Historiografia*, Univ. Federal de Ouro Preto, nº 05, set. 2010, p 14-20.

FRÓES, Vânia Leite. *O livro de horas dito de D. Fernando: Maravilha para ver e rezar*. In: *Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro*. Vols. 1-50, publicados com o título: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. ISSN 0100-1922.

FRUGONI, Chiara. *Il Villani illustrato*. Firenze e l'Italia medievale nelle 253 immagini del ms. Chigiano L VIII 296 della Biblioteca Vaticana, a cura di Chiara Frugoni, Firenze, 2005, p. 7-12.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GEBHARD, Verena. *Die Nuova Cronica" des Giovanni Villani* (Bib. Apost. Vat., ms. Chigi L.VIII.296). Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades der Philosophie an der Ludwig-Maximilians-Universität München, Tag der mündlichen Prüfung: 2. Februar 2007 Referent: Prof. Frank Büttner Koreferent: Prof. Steffi Roettg. *Verbildlichung von Geschichte im spätmittelalterlichen Florenz*, p. 17. Disponível para consulta em: <http://edoc.ub.uni-muenchen.de/7085/>.

GIANEZ, Bruno. *Fernão Lopes (c. 1380/90-1459): Crônica e História em Portugal (séc. XIV-XV)*. Dissertação de Mestrado: Niterói, UFF, 2009

GONÇALVES, Sinval Carlos de Mello. *Na Medida do Impossível: o cavaleiro além da cavalaria nos romances de Chrétien de Troyes (1165-1191)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2004.

GRAMIGNA, Viviane Dutra. *O Conceito Aristotélico de Phantasia Deliberativa no Livro III do De Anima*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, UFBG, 2006.

GREEN, Lois. *Chronicle Into History An Essay on the Interpretation of History in Florentine Fourteenth-Century Chronicles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega romana*. São Paulo: Bertrand, 1999.

GEARY, Patrick. *Memória*. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.

GUENEÉ, Bernard. *História*. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.

\_\_\_\_\_. *Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 28e année, n.º 4, 1973. p. 997-1016.

\_\_\_\_\_. *Histoire, mémoire, écriture. Contribution à une étude des lieux communs*. In: *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 127e année, n.º 3, 1983. p. 441-456. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai\\_00650536\\_1983\\_num\\_127\\_3\\_14066](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai_00650536_1983_num_127_3_14066).

\_\_\_\_\_. *Les premiers pas de l'histoire de l'historiographie en Occident au XIIIe siècle*. In: *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 127e année, n.º 1, 1983. p. 136-152. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai\\_00650536\\_1983\\_num\\_127\\_1\\_14028](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai_00650536_1983_num_127_1_14028).

- \_\_\_\_\_. *L'historien et la compilation un XIIIe siècle*. In: *Journal des savants*, jan.-set. 1985, p. 119-135. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jds\\_00218103\\_1985\\_num\\_1\\_1\\_1487](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jds_00218103_1985_num_1_1_1487)
- HENDRIX, John Shannon. *The Philosophy of Intellect of Robert Grosseteste* (2008). School of Architecture, Art, and Historic Preservation Faculty Papers. Paper 3. Disponível em: [http://docs.rwu.edu/saahp\\_fp/3](http://docs.rwu.edu/saahp_fp/3)
- HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naif, 2011.
- KIRCHOF, Edgar R. *Teoria dos Signos na Idade Média: A Semiótica de Santo Agostinho*. In: *Acta Semiótica et Linguística*, vol. 16, ano 35, n.º 2 (2011), p. 113-60.
- LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Cidade”. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Memória”. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Tempo*. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *A História Nova*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [1978, 1988].
- LICHTENSTEIN, Jacqueline (Org). *A Pintura*. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2004.
- LOPEZ, Roberto S. *A cidade Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- LUZZATI, Michelle. *Giovanni Villani e la compagnia dei Buonaccorsi*. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1971.

- MECATTI, Giuseppe Maria. *Storia Cronologica Della Città di Firenze*. Vol I e II. Napoli: Stamperia Sominiana, 1755.
- MENACHE, Sophia. *Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction*, *Journal of Medieval History* (2006). Disponível em: DOI: 10.1016/j.jmedhist.2006.09.002.
- MENACHE, Sophia. *Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction*, *Journal of Medieval History* (2006). Disponível em: DOI: 10.1016/j.jmedhist.2006.09.002
- LECLERQ, Jean. *Amour des Lettres et le Désir de Dieu. Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age*. Paris: Éd. du Cerf, 1957.
- LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da Literatura em suas Fontes*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARCHESI, Concetto. *L'Etica Nicomachea nella Tradizione Latina Medievale*. Messina: Libreria Editrice Ant. Trimarchi, 1904.
- MARCHIONNI, Roberto. *Battaglie Senesi (1) Montaperti*. Siena: Roberto Marchionni Editore, 1996.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Musa Editora, 1998.
- MERCURI, Roberto. *Genesi della Tradizione letteraria italiana in Dante, petrarca e Boccaccio*. In: ROSA, Alberto Asor. (Dir.). *Letteratura italiana: storia e geografia*. vol. 1. Torino: Einaudi, 1999.
- MEIRINHO, André. *O sistema das ciências num esquema do século XII no manuscrito 17 de Santa Cruz de Coimbra* (Porto, BPM, Geral 21). In: *Medievalista* [em linha], Lisboa, IEM, n.º 7, dez. 2009, dir. José Mattoso. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>
- MINNIS, A. J; SCOTT, A.B. *Medieval Literary Theory and Criticism c. 1100 – c. 1375 – The Commentary-Tradition*. New York: Osford University Press, 1988.
- MUÑOZ, Paloma Cuenca. *El Libro en el Siglo XIII: La Peca*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2007.

- MURRAY, Alexandre. *Razão*. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.
- PASTOUREAU, Michel. *Símbolo*. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.
- PASSERINI, Giuseppe Lando. *Gli Studii danteschi di Vittorio Imbriani*. In: *La cultura*, 29 nov. 1891, ano 1, p. 670-671.
- PETROCCHI, G. *Intorno alla pubblicazione dell'Inferno e del Purgatorio*. In: *Convivium*, vol. XXV, p. 652-69.
- PREZZINER, Giovanni. *Storia del Pubblico Studio e della Società Scientifiche e Letterarie di Firenze*. Florença: Appresso Carli IN Borgo SS. Apostoli, 1810.
- PIRENNE, Henri. *As Cidades da Idade Média*. Portugal: Publicações Europa América, sem data.
- RAGONE, F. *Giovanni Villani e i suoi continuatori. La scrittura delle cronache a Firenze nel Trecento*, Roma, ISIME, 1998.
- ROSA, Claudia Beltrão da. *A quem julgas apropriado escrever a história? O orador e o historiador no De Oratore de Marco Túlio Cícero*. Capítulo inédito. No prelo.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. 1. *A Intriga e a Narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- SALVESTRINI, Francesco. *Giovanni Villani and the Aetiological Myth of Tuscan Cities* [A stampa in *The Medieval Chronicle II* (Proceedings of the 2nd International Conference on the Medieval Chronicle, Universiteit Utrecht, Centre for Medieval Studies, Driebergen [NL], 16-21 July 1999), a cura di E. Kooper, Amsterdam/New York, 2002, p. 199-211 ©dell'autore – Distribuito in formato digitale da “Reti Medievali”].
- SCHMITT, Jean-Claude. “Imagens”. In: *Dicionário Temático do Ocidente medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2002.

\_\_\_\_\_ ; LE GOFF. "L'histoire médiévale". In: *Cahiers de civilisation médiévale*. 39e année (n° 153-154), Janvier-juin 1996, p. 9-25. La recherche sur le Moyen Age à l'aube du vingt-et-unième siècle. Disponible en: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ccmed\\_00079731\\_1996\\_num\\_39\\_15\\_3\\_2636](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ccmed_00079731_1996_num_39_15_3_2636).

SCHULZ, R. (Hrsg.). *Gedenkschrift für Winfried Barta Htp dj n Hzj* (Münchner Ägyptologische Untersuchungen, Bd. 4). Frankfurt; Berlin; Bern; New York; Paris; Wien: Peter Lang, 1995, p. 67-91.

SÉRES, Guillermo. "La Ficción y la 'Verdad del Entendimiento': Algunas Consideraciones de Poética Medieval". In: *Revista Poética Medieval*, Universidad de Barcelona, n° 4 (2000), p. 153-186.

\_\_\_\_\_. *El concepto de fantasía, desde la estética clásica a la dieciochesca*. In: A.L.E.U.A, n° 10, p. 207-236.

TENENTI, Alberto. *La Edad Moderna: Siglos XVI-XVIII*. Madrid: Grijaldo Mandadori, 2003.

TODOROV, Tzevetan. *Introdução à Literatura Fantástica*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1981.

VANDERPUTTEN, Steven. *Typology of Medieval Historiography Reconsidered: a Social Re-interpretation of Monastic Annals, Chronicles and Gesta*. In: *Historical Social Research*, Vol. 26, n° 4 (2001), p. 141-178.

VERNET, André. *Langue et littérature latines du Moyen Âge*. In: École pratique des hautes études. 4e section, Sciences historiques et philologiques. Annuaire 1974-1975, p. 575-581.

VACCARO, Giulio. *Text and transmission in early Italian Chronicles*. Florença: Opera del Vocabolario Italiano / Consiglio Nazionale delle Ricerche, 2010.

VILLANI, Nicola. *Le Ossrvazioni allá Divina Commedia di Dante Aliguieri*. Collezioni di opuscoli danteschi inediti o rari, diretta da G.L Passerini, Vol. XIV. Città di Castello, S. Lapi Tipografo Editore, 1894.

WICKHAM, Chris. *Early Medieval Italy: Central Power and Local Society 400-1000*. MacMillan Press: 1981

ZORZI, Andrea. *Gli statuti di Firenze del 1322-1325: regimi politici e produzione normativa. Stampa in signori, regimi signorili e statuti nel tardo medioevo, atti del VII convegno del Comitato italiano per gli studi e le edizioni delle fonti normative* (Ferrara, 5-7 ottobre 2000), a cura di Rolando Dondarini, Gian Maria Varanini e Maria Venticelli; Bologna, 2003, p. 123-141. Disponível em: <http://www.storiadifirenze.org>

\_\_\_\_\_ CORNELL, W. J. *Florentine Tuscany: structures and practices of power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *La trasformazione di un quadro politico. Ricerche su politica e giustizia a Firenze dal comune allo Stato territoriale*. Firenze: Firenze University Press, 2008. ISBN 978-88-8453-576-X (online) / ISBN 978-88-8453-577-1 (print).

ZAGAL, Héctor. *Sýnesis, eupyía y anchínoia en Aristóteles: algunas habilidades para el conocimiento del singular*. In: Anuario Filosófico, nº 32 (1999), p. 129-1451.

ZINK, M. *Literatura (s)*. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. v. 2. Trad. de Lênia Márcia Mongelli. São Paulo: EDUSC, 2002.

ZUMTHOR, Paul. *Falando de Idade Média*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Letra e a Voz: a "Literatura" Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## FONTES UTILIZADAS

<p>Agostinho de Hipona (c. 354-430)</p>	<p>“De Ordine”. In: <i>S. Aurelii Augustini Opera Omnia: Patrologiae Latinae Elenchus</i>. Disponível em: <a href="http://www.augustinus.it/latino/index.htm">http://www.augustinus.it/latino/index.htm</a></p> <p><i>De Trinitate</i>. In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/august.html">http://thelatinlibrary.com/august.html</a></p> <p><i>De Catechizandis Rudibus</i>. In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/augustine/catechizandis.shtml">http://thelatinlibrary.com/augustine/catechizandis.shtml</a></p> <p><i>De Fide et Symbolo</i>. In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/augustine/fide.shtml">http://thelatinlibrary.com/augustine/fide.shtml</a></p> <p><i>Confessiones</i>. In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/augustine/conf11.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/augustine/conf11.shtml</a></p> <p><i>De Magistro</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1956.</p> <p>“De Doctrina Christiana: Sobre la doctrina cristiana”. In: MARTÍN, Balbino (ed. e trad). <i>Obras de San Augustin XV</i>. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1947, p. 49-352.</p> <p><i>Confissões</i>. Lisboa: Casa da Moeda, 2001. Trad. de Arnaldo do Espírito Santo / João Beato / Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel.</p>
<p>Alberto Magno (c. 1206-1324)</p>	<p>De Somno et vigilia; De Sumo Bono; Sermones in Dominicis. In: MAGNUS, Albertus. <i>Opera omnia Opera omnia</i>. Ed. de Auguste e Emil Borgnet. 38 vol., publicada em Paris, de 1890 a 1899, amplamente baseada na edição de Lyon, de 1651.</p> <p><i>Alberti Magni ordinis fratrum praedicatorum episcopi Opera omnia</i>. Ed. de Bernhard Geyer et alii. Münster: Aschendorff, 1951-.</p> <p><i>De animalibus libri XXVI</i>. Ed. de Hermann Stadler. 2 vol. Münster: Aschendorff, 1916-1920.</p>
<p>Alberto de Aix (c. 1110-?)</p>	<p><i>Historia Hierosolymitanae Expeditionis</i>. In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/albertofaix.html">http://www.thelatinlibrary.com/albertofaix.html</a></p>
<p>Anônimo</p>	<p><i>Rethorica ad Herennium</i>. Latin text with English translation by Harry Caplan. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1954.</p>
<p>Anônimo (séc. XII)</p>	<p>“Chronica de origine Civitatis”. In: HARTWIG, Otto. <i>Sanzanomis Gesta Florentinorum e Cod. Florentino Primum Edita</i>. Indices Lectionum et Publicarum et privatarum quae in Academia Marpugensi. Elwert: Universität (Marburg), 1875.</p>
<p>Aristóteles (c. 384-322 a.C)</p>	<p><i>Metafísica: texto grego com tradução ao lado: grego-italiano de Giovanni Reale; italiano-português, de Marcelo Perine</i>. São Paulo: Loyola, 2002, v. 2. [Τὰ μετὰ τὰ φυσικά, Τὰ μετὰ τὰ φυσικά, edição crítica William David Ross, com variantes do texto de Werner Jaeger].</p> <p><i>Metafísica</i>. Trad. de V.G.Yebra. Madrid: Gredos, 1998.</p> <p><i>De anima</i>. Apresentação, tradução e notas Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006 [Περὶ Ψυχῆς, edição crítica William David Ross, 1956].</p> <p><i>Ars Rethorica</i>. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Trad. do grego</p>

	e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: INCM, 1998.
Avicena (c. 980-1037)	<i>Metafisica. La Scienza delle cose divine (Al-Ilahiyyat) dal Libro deli a Guarigione (Kitabal-Shifa')</i> . Texto arabo a front, testo latino in nota; tradução do árabe, introduções, notas e aparatos de Olga Lizzini, prefácio, revisão do texto latino e edição de Pasqual e Porro. Milano: Bompiani, 1992.
Bernardo Silvestre (c. 1085?-1178?)	“Cosmographia”. In: <i>Bernardus Silvestris: Recherches sur l'auteur et l'oeuvre, suivies d'une édition critique de la 'Cosmographia'</i> . Ed. André Vernet. Paris: École nationale des chartes, 1938.  <i>Cosmographia</i> . Edited with introduction and notes by Peter Dronke. Leiden: E.J. Brill, 1978.
São Boaventura (c. 1218-1274)	<i>P. Bonaventura Collationes in Hexaameron et Bonaventuriana selecta quaedam</i> . Ed. de Ferdinand Marie Delorme. Florença: Quaracchi, 1934.  <i>Doctoris Seraphici S. Bonaventura SRE Episcopi Cardinalis opera omnia, iussu et auctoritate Rmi. P. Bernardini a Portu Romatino (...) studio et cura PP Collegii a S. Bonaventura ad plurimos codices mss. emendata anecdotis aucta prolegomenis scholiis notisque illustrata</i> . Vol V: <i>Opuscula varia theologica</i> . Florença: Ad Claras Aquas (Quaracchi), 1882-1902.  “Saint Bonaventure's Collationes”. In: <i>Hexaameron: A Translation of Five Lectures with an Introduction and Commentary by Eric Earl Kahn</i> . St. Louis University, 1962.  <i>Opere di San Bonaventura</i> . Edizione latino-italiana. Col. Opere teologici, vol VI. Translation of Pietro Maranesi, introduction and notes by Bernardo de Amellada. Rome: Città Nuova Editrice, 1994.  <i>Intinerarium mentis in Deum</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/bonaventura.itinerarium.html">http://thelatinlibrary.com/bonaventura.itinerarium.html</a>
Dante Alighieri (c. 1265-1321)	<i>A Divina Comédia</i> . Edição bilíngue. Trad. Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 2005.  <i>Epistola XIII</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/dante/ep.shtml">http://thelatinlibrary.com/dante/ep.shtml</a>  <i>Epistola A</i> . In: The Latin Library, disponível em <a href="http://thelatinlibrary.com/dante/ep.shtml">http://thelatinlibrary.com/dante/ep.shtml</a>  <i>De Vulgari Eloquencia</i> . In the Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/dante/vulgar.shtml">http://thelatinlibrary.com/dante/vulgar.shtml</a>
Dino Campagni (c. 1255-1324)	<i>Cronica delle Cose Occorrenti Ne' Tempi Suoi di Dino Campagni</i> . Edizione a cura di G. Luzzatto. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1968.  <i>Cronica</i> . Edizione critica a cura di Davide Cappelletti. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medioevo, 2000.
Dionísio Longino (séc. ?III-I a.C)	<i>De Sublime – Dionysiou Longini de Sublimitate Commentarius (1724)</i> . Zacharias Pearce (Editor). Kessinger Publisher, 2010.
Documentos da	“Exemplum cuiusdam privilegii cuius tenor talis est”. (Privilégio de

antiga constituição da comuna de Florença	Henrique), tomo XXXV dei capitoli, a e. 21. (Arquivo do Capitólio). In: <i>Documenti dell'Antica Costituzione del Comune di Firenze. Pubblicati per cura di Pietro Santini</i> . Volume Único. Florença: presso G.P. Vieusseux, 1885.
Donato Velluti (c. 1313-1370)	<i>Cronica di Firenze di Donato Velluti dall' anno M.C.C.C in cerea fino al M.C.C.C.L.X.X</i> . Firenze: Domenico Maria Manni, M.D.C.C. X.X.X.I (1731).
Einhard (c. 770-814)	<i>Vita Karolis Magni</i> . In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/ein.html">http://www.thelatinlibrary.com/ein.html</a> .
Eckart (c. 1260-1327)	<i>Meister Eckhart, The Essential Sermons, Commentaries, Treatises and Defense</i> . Trans. and ed. by Bernard McGinn and Edmund Colledge. New York: Paulist Press, 1981.
Eusébio de Cesaréia (c. 265-339)	<i>Anonymi Chronographia Syntomos e Codice Matritensi no. 121</i> (nunc 4701). Ed. A. Bauer. Leipzig: Teubner, 1909. <i>Eusebius' Chronicle</i> . Translated from Classical Armenian by Robert Bedrosian Sources of the Armenian Tradition (Long Branch, New Jersey, 2008). Disponível em: <a href="http://www.tertullian.org/fathers/eusebius_chronicon_01_text.htm">http://www.tertullian.org/fathers/eusebius_chronicon_01_text.htm</a>
Filóstrato (c. 170-250 a.C)	<i>Imagines. (descriptions de Callistratus)</i> . Traduit par Arthur Fairbanks. London: Heinemann; New York: Putnam, 1931 <i>Les Images ou tableaux de platte peinture</i> . 2 volumes. Traduction et commentaires de Blaise de Vigenère (1578), présenté et annoté par Françoise Graziani. Paris: Honoré Champion, 1995.
Gervásio de Canterbury (c. 1141-1210)	“Chronicam Gervasii”. In: <i>The Historical Works of Gervase of Canterbury</i> . Ed. de W. Stubbs, t. I, Londres, 1879, p. 87.
Giovanni Vilanni (c. 1276?-1348)	<i>Nuova Cronica, di Giovanni Villani</i> . Ed. Giuseppe Porta. Biblioteca di scrittori italiani. Parma: Fondazione Pietro Bembo / Ugo Guanda editore, 1991. Disponível para download em: <a href="http://www.liberliber.it/mediateca/libri/v/villani/nuova_cronica/pdf/nuova__p.pdf">http://www.liberliber.it/mediateca/libri/v/villani/nuova_cronica/pdf/nuova__p.pdf</a> . Projeto Manuzio. Edição de referência. <i>I Primi 10 Libri delle Storie</i> . 1ª. ed, in-fólio. Venezia: Bartolomeo Zanetti, 1537. A edição de Zanetti encontra-se disponível para download no sítio <a href="https://archive.org/details/cronicadigiovan00unkngoog">https://archive.org/details/cronicadigiovan00unkngoog</a> , por obra do Projeto Gutemberg. <i>Storie: I libri XI e XII</i> . Firenze: Lorezo Torrentino, 1554. <i>La Storia</i> . Venezia: Nic. Bevilacqua as istanza de' Giunti di Firenze, 1559. <i>Istoria di Giovanni Villani, Cittadino Fiorentino</i> . 4ª ediz. Firenze: Baccio Valori, 1587. Citta della Accademia della Crusca. <i>Istorie di Giovanni, Matteo e Filippo Villani</i> . Publicado em 1729, em Milano. 2 vols. in-fólio. (vols. XIII e XIV da Col. <i>Rerum ital</i> , com notas

	de Lod. Murat). _____. Milano: tipogr. de' Class. ital., 1802-1808.
Gregório de Tours (c. 538-594)	<i>Historarum</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/gregorytours/gregorytours1.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/gregorytours/gregorytours1.shtml</a>
São Gregório Magno (c. 540?-604)	<i>Epistolae ad Constantinam Augustam</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/greg.html">http://thelatinlibrary.com/greg.html</a>
Guilherme de Conches (c. 1090-1154?)	“Comentário a Macróbio: Les Glossae super Macrobius de Guillaume de Conches”. In: R. R. BOLGAR (ed.), <i>Classical influences on European culture A.D. 500-1500</i> . Cambridge Univ. Press, 1971.
Henry Huntingdom (c. 1088-1154)	<i>The History of England, from the Invasion of Julius Caesar to Accession of Henry II, also the Acts of Stephen, King of England and Duke of Normandy</i> . London: Thomas Forester, 1853.
Horácio Flacco (c. 65-8 a.C)	<i>Orações 3, 27, 40</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/horace/serm1.shtml">http://thelatinlibrary.com/horace/serm1.shtml</a>
Hugo de São-Victor (c. 1096-1141)	<i>Didascalicon</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/hugo/hugo3.html">http://www.thelatinlibrary.com/hugo/hugo3.html</a> . <i>De Tribus Diebus</i> . Ed. de Dominique Poirel. Turnhout: Brepols, 2002. (Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis 177). “In Hierarchiam Coelestem Expositio” (PL 176). In: MIGNE, J.-P. (ed.), <i>Patrologia latina</i> , vol. 175-177.
Isidoro de Sevilha (c. 560-636)	<i>Etymologiae</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/isidore/1.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/isidore/1.shtml</a>
São Jerônimo (c. 347-420)	<i>Biblia Iuxta Vulgatam Clementinam</i>
João Escoto Erígena (c. 815-877)	“Iohannes Scottus Eriugena”. In: <i>La trasmissione dei testi latini del medioevo / Mediaeval Latin Texts and their Transmission</i> . Edição de Paolo Chiesa e Lucia Castaldi. Firenze: SISMEL - Edizioni del Galluzzo, 2005, p. 186-264. “Opera Quae Supersunt Omnia”. In: MIGNE, Jacques Paul (ed.), <i>Patrologia Latina</i> , vol. 122, coll. 439-1022; reprint. Turnhout: Brepols, 1999. <i>De Divisione Naturae</i> , V, 3 (PL 122, cols. 865-866)
Maleu Chanóine (c. 1282-1322)	ALBERLLOT, M. L'Abbé. <i>Chronique de Maleu Chanoine</i> , de Saint-Julien. Paris: Saint-julien chez Barret, Libraire-éditeur, 1847.
Marcelino Ammiano (c. 159-91/2)	<i>Res Gestae</i> . In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/ammianus.html">http://thelatinlibrary.com/ammianus.html</a>
Marcus Tullius Cicero (c. 106-43 a.C)	<i>De Oratore</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore.shtml</a> <i>De Domo Sua</i> . In: The Latin Library, disponível em:

	<p><a href="http://www.thelatinlibrary.com/cicero/domo.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/cicero/domo.shtml</a></p> <p><i>De Inventione</i>. In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/cicero/inventionel.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/cicero/inventionel.shtml</a></p> <p><i>De Natura Deorum</i>. In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/cicero/nd.shtml">http://thelatinlibrary.com/cicero/nd.shtml</a></p> <p><i>Ad Atticum</i>. In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/cicero/epis.shtml">http://thelatinlibrary.com/cicero/epis.shtml</a></p> <p><i>Brutus</i>. In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/cicero/brut.shtml">http://thelatinlibrary.com/cicero/brut.shtml</a></p> <p><i>De Haruspicum Responsis</i>. In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/cicero/haruspicum.shtml">http://thelatinlibrary.com/cicero/haruspicum.shtml</a></p> <p><i>Tusculanae Disputationes</i>. In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/cicero/tusc.shtml">http://thelatinlibrary.com/cicero/tusc.shtml</a></p>
Matheus Parisiense (c. 1200-1259)	<i>Historia Anglorum, Sive, Ut Vulgo Dicitur Historia Minor</i> . London: Green Reader and Dyer, 1866.
Nênio (c. séc. IX)	<i>Historia Brittonum</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://thelatinlibrary.com/histbrit.html">http://thelatinlibrary.com/histbrit.html</a>
Nicolau Maquiavel (c.	<i>História de Florença</i> . São Paulo: Musa, 1998. <i>Istorie Fiorentine di Niccolò Machiavelli</i> (vol. único). Milano: per nicoló Bettoni, 1823.
Orígenes de Alexandria (c. 185-253)	<i>Against Celsus</i> . Trad. de F. Crombi. Col. The Ante-Nicene Fathers 4. Michigan: Eerdmans, 1979 (reprint). <i>On First Principles</i> . Trad. de G.W. Butterworth. New York: Harper and Row, 1966.
Ott de Freising (c. 1114-1158)	“Chronica Sive Historia de Duabus Civitatibus”. In: <i>Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum ex Monumentis Germaniae historicis separatim editi</i> . Hanover: Bibliotheca de Hannover, 1912. <i>Gesta Friderici Imperatoris</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/ottofreising/epistola.html">http://www.thelatinlibrary.com/ottofreising/epistola.html</a>
Pedro Abelardo (c. 1109 - 1142 )	<i>Sic et Non</i> . Ed. de B. B. Boyer e R. McKeon. Chicago-London, 1976-7.
Pedro Lombardo (c. 1100-1160.)	<i>Libri IV Sententiarum: Liber I et II, Tomus I</i> . Studio et Cura PP. Collegii S. Bonaventurae. Florença: Quaracchi, 1916. 2 ed.
Pedro, o Venerável (c. 1092-1156)	<i>De Miraculis libri duo</i> . Turnholti: Typographi Brepols Editores Pontificii, 1988. 131, 187 p. (Corpus Christianorum. Continuatio mediaevalis; 53)
Platão (c. 427/8-348?)	<i>Teeto</i> . Trad. de Carlos A. Nunes. Belém: UFPA, 1988. A República. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004. <i>Timeo-Critias / Timeu-Crítias</i> . Tradução do grego, introdução e notas Rodolfo Lopes. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

	<i>O Sofista</i> . Trad. Sebastião Paz. São Paul: DPL, 2005.
Plínio (c. 23-79)	“Naturalis Historia”, VIII, 113. In: PLÍNIO SEGUNDO, Cayo. <i>Historia natural</i> . Obra completa. Madrid: Editorial Gredos.
Plotino (c. 205-270)	“Enéadas”. In: PORFÍRIO / PLOTINO. <i>Vida de Plotino / Enéadas: libros I y II</i> . Madrid: Editorial Gredos, 1992.
Pseudo Dyonísio	“De Coelesti Hierarchia” In: <i>De Coelesti Hierarchia, De Ecclesiastica Hierarchia, De Mystica Theologia, Epistulae: 1 e 2.</i> , überarbeitete Auflage. Edição de Günter Heil e Adolf M. Ritter. Berlin: De Gruyter, 2012.  “The Celestial Hierarch”. In: <i>Dionysius the Areopagite, Works</i> . Vol. 2, p. 1-66. London: James Parker and Co., 1899. Disponível em: <a href="http://www.tertullian.org/fathers/areopagite_13_heavenly_hierarchy.htm">http://www.tertullian.org/fathers/areopagite_13_heavenly_hierarchy.htm</a>
Roberto Grosseteste (c. 1168-1253)	<i>Commentarius in Posteriorum Analyticorum libros</i> . Ed. de Pietro Rossi. Florence: Olschki, 1981.  “De Veritate Propotionis”. In: <i>Die Philosophischen Werke des Robert Grosseteste, Bischofs von Lincoln</i> . Münster i. W: Aschendorff, 1912, p. 143 - 145.
Sanzanomis (séc. XII)	“Gesta Florentinorum”. In: HARTWIG, Otto. <i>Sanzanomis Gesta Florentinorum e Cod. Florentino Primum Edita</i> . Indices Lectionum et Publicarum et privatarum quae in Academia Marpugensi. Elwert: Universität (Marburg), 1875.
São Tomás de Aquino (c. 1224?-1274)	<i>De Ente et Essentia</i> . In: The Latin Library. Disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/aquinas/ente.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/aquinas/ente.shtml</a>  <i>Ente e a Essência</i> : Trad. de Mário Santiago de Carvalho. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2008.  <i>The Commentary of St. Thomas Aquinas on Aristotle's Treatise On the Soul</i> , translated by R. A. Kocourek, St. Paul, Minnesota, College of St. Thomas, 1946.  <i>Suma</i> . Vol. 1-7. Edição Bilíngue. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
Tito Lívio (c. 59-17 a.C)	<i>Ab Urbe condita libri 2, 3, 58</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/liv.html">http://www.thelatinlibrary.com/liv.html</a>
Tucídides (c. 460-400 a.C)	<i>História da Guerra do Peloponeso / Tucídides</i> . Prefácio de Helio Jaguaribe. Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
Quintiliano (c. 35-95)	<i>Intitutiones 6, 2, 29-30</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/quintilian/quintilian.institutio1.shtml">http://www.thelatinlibrary.com/quintilian/quintilian.institutio1.shtml</a>
Varrão (c. 116-27 a.C)	<i>De Lingua Latina 7, 64</i> . In: The Latin Library, disponível em: <a href="http://www.thelatinlibrary.com/varro.ll5.html">http://www.thelatinlibrary.com/varro.ll5.html</a>

## ANEXO A

### TRECHOS ORIGINAIS EXTRAÍDOS DA EDIÇÃO CRÍTICA DA NUOVA CRONICA DE GIOVANNI VILLANI DE GIUSEPPE PORTA, PUBLICADA EM 1992:

#### **Tomo 1, livro 1**

Questo libro si chiama la Nuova cronica, nel quale si tratta di più cose passate, e specialmente dell'origine e cominciamento della città di Firenze, poi di tutte le mutazioni ch'ha avute e avrà per gli tempi: cominciato a compilare nelli anni della incarnazione di Iesù Cristo MCCC.

#### **Livro I, cap. 1**

*Comincia il prologo, e il primo libro.*

Con ciò sia cosa che per gli nostri antichi Fiorentini poche e nonn-ordinate memorie si truovino di fatti passati della nostra città di Firenze, o per difetto della loro negligenza, o per cagione che al tempo che Totile *Flagellum Dei* la distrusse si perdessono scritture, io Giovanni cittadino di Firenze, considerando la nobiltà e grandezza della nostra città a' nostri presenti tempi, mi pare che si convegna di raccontare e fare memoria dell'origine e cominciamento di così famosa città, e delle mutazioni averse e filici, e fatti passati di quella; non perch'io mi senta sufficiente a tanta opera fare, ma per dare materia a' nostri successori di nonn-essere neglenti di fare memorie delle notevoli cose che averranno per gli tempi apresso noi, e per dare esemplo a quegli che saranno delle mutazioni e delle cose passate, e le cagioni, e perché; acciò ch'eglino si esercitino adoperando le virtudi e schifino i vizii, e l'aversitadi sostegnano con forte animo a bene e stato della nostra repubblica. E però io fedelmente narrerò per questo libro in piano volgare, a ciò che li laici siccome gli aletterati ne possano ritrarre frutto e diletto; e se in nulla parte ci avesse difetto, lascio alla correzione de' più savi. E prima diremo onde fu il cominciamento della detta nostra città, conseguendo per gli tempi infino che Dio ne concederà di grazia; e non senza grande fatica mi travaglierò di ritrarre e ritrovare di più antichi e diversi libri, e croniche e autori, le geste e' fatti de' Fiorentini compilando in questo; e prima l'origine dell'antica città di Fiesola, per la cui distruzione fu la cagione e l' cominciamento della nostra città di Firenze. E perché l'esordio nostro si cominci molto di lungi, in raccontando in breve altre antiche storie, al nostro trattato ne pare di necessità; e fia dilettevole e utile e conforto a' nostri cittadini che sono e che saranno, in essere virtudiosi e di grande operazione, considerando come sono discesi di nobile progenie e di virtudiose genti,

come furono gli antichi buoni Troiani, e' valenti e nobili Romani. E acciò che l'opera nostra sia più laudebile e buona richeggio l'aiuto del nostro Signore Iesù Cristo, per lo nome del quale ogni opera ha buono cominciamento, mezzo, e fine.

### **Livro I, cap. 7**

*Come il re Attalante prima edificò la città di Fiesola.*

Questo Attalante ebbe una moglie ch'ebbe nome Eletra. Questa Eletra moglie d'Attalo fu figliuola d'uno altro Attalante re, il quale fu de' discendenti di Can, secondo figliuolo di Noè. Quello Attalante abitò in Africa giù nel ponente, quasi di contro a la Spagna; e per lui nominiamo prima il grande monte ch'è là Monte Attalante, che si dice ch'è sì alto che quasi pare tocchi il cielo, onde i poeti in loro versi feciono favole che quello Attalante sostenea il cielo; e ciò fu che fu grande astrolago. E sue VII figliuole si convertiro nelle VII stelle del Tauro, che volgarmente chiamiamo Galulle. L'una di quelle VII sue figliuole fu la sopradetta Eletra moglie d'Attalante re di Fiesola, il quale Attalante con Eletra sua moglie, con molti che l seguirono, per agurio e consiglio d'Appollino suo astrolago e maestro, arrivò in Italia nel paese di Toscana, il quale era tutto disabitato di gente umana. E cercando per astronomia tutti i confini d'Europia, per lo più sano e meglio asituato luogo che eleggere si potesse per lui, si puose in sul monte di Fiesola, il quale gli parve forte per sito e bene posto. E in su quello poggio cominciò e edificò la città di Fiesola, per consiglio del detto Appollino, il quale trovò per arte di stronomia che Fiesola era nel migliore luogo e più sano che fosse nella detta terza parte del mondo detta Europia; imperò ch'egli è quasi nel mezzo intra' due mari che acerchiano Italia, cioè il mare di Roma e di Pisa che lla Scrittura chiama Mittaterrena, il mare overo seno Adriatico, che oggi s'appella il golfo di Vinegia. E per cagione de' detti mari e per le montagne che vi sono intorno vi regnano i migliori venti e più sani e purificati che in altra parte, e ancora per le stelle che signoreggiano sopra quello luogo. E la detta città fu fondata sotto ascendente di tale segno e pianeta che dà allegrezza e fortezza a tutti gli abitanti più che in altra parte d'Europia; e come più si sale alla sommità del monte, tanto è più sano e migliore. E nella detta cittade ebbe uno bagno, il quale era chiamato bagno reale, che sanava molte infermitadi; e nella detta cittade venia per maraviglioso condotto delle montagne di sopra a Fiesola acque di fontane finissime e sane, onde la città avea grande abondanza. E fece Attalante murare la detta città di fortissime mura, e di maravigliose pietre e grossezza, e con grandi e forti torri, e una rocca in sulla sommità del monte di grandissima bellezza e fortezza, ove abitava il detto re, sì come ancora si mostra e può vedere per le fundamenta delle dette

mura, e per lo sito forte e sano. La detta città di Fiesola multiplicò e crebbe d'abitanti in poco tempo, sicché tutto il paese e molto di lungi a sé signoreggiava. E nota ch'ella fu la prima città edificata nella detta terza parte del mondo chiamata Europa, e però fu nominata Fia sola, cioè prima, senza altra città abitata nella detta parte.

### **Livro I, cap. 33**

*Come Metello con sue milizie fece guerra a' Fiesolani.*

Da poi che Metello, il quale era in Lombardia presso a le montagne dell'alpi Appennine nelle contrade di Modona, udita la sconfitta e morte di Catellina, tostamente venne con sua oste al luogo dov'era stata la battaglia, e veduti i morti, per istupore de la diversa e grande mortalità temette, maravigliandosi come di cosa impossibile. Ma poi egli e la sua gente igualmente ispogliò il campo de' suoi Romani come quello de' nimici, rubando ciò che vi trovaro; e ciò fatto, venne verso Fiesola per assediare la città. I Fiesolani vigorosamente prendendo l'arme, uscirono della città al piano, combattendo con Metello e con sua oste, e per forza il ripinsono e cacciaro di là dal fiume d'Arno con grande danno di sua gente, il quale co' suoi in su i colli, ovvero ripe del fiume, s'acampò; e' Fiesolani co' loro oste si misero dall'altra parte del fiume d'Arno verso Fiesola.

### **Livro I, cap. 35**

*Come Metello e fiorino sconfissono i fiesolani in su la riva d'arno.*

Metello la notte vegnente ordinò e comandò che parte della sua gente di lungi dall'oste de' Fiesolani passassono il fiume d'Arno, e si riponessono in aguato tra la città di Fiesola e l'oste de' Fiesolani, e di quella gente fece capitano Fiorino, nobile cittadino di Roma della schiatta di Fracchi, il quale era suo pretore, ch'è tanto a dire come mariscalco di sua oste; e Fiorino, come per lo consolo fu comandato, così fece. La mattina, al fare del giorno, Metello armato con tutta sua gente, passando il fiume d'Arno, cominciò la battaglia a' Fiesolani, e' Fiesolani difendendo vigorosamente il passo del fiume, e nel fiume d'Arno sosteneano la battaglia. Fiorino, il quale era colla sua gente nell'aguato, come vide cominciata la battaglia, uscì francamente al di dietro al dosso de' Fiesolani che nel fiume combatteano con Metello. I Fiesolani, isprovveduti dell'aguato, veggendosi subitamente assaliti per Fiorino di dietro e da Metello dinanzi, isbigottiti gittarono l'armi e fuggiro sconfitti verso la città di Fiesola, onde molti di loro furono morti e presi.

### **Livro I, cap. 36**

*Come i Romani la prima volta assediato Fiesola, e come morì Fiorino.*

Sconfitti e cacciati i Fiesolani della riva d'Arno, Fiorino pretore co l'oste di Romani puose campo di là dal fiume d'Arno verso la città di Fiesola, che v'aveva due villette, l'una si chiamava villa Arnina, e l'altra Camarte, overo campo o domus Marti, ove i Fiesolani alcuno giorno della settimana faceano mercato di tutte cose co-lloro ville e terre vicine. Il consolo fece con Fiorino dicreto che niuno dovesse vendere né comperare pane, o vino, o altre cose che ad uso di battaglia fossono, se nonne nel campo ov'era posto Fiorino. Dopo questo, Quinto Metello consolo mandò incontanente a Roma che mandassero gente d'arme all'asedio della città di Fiesola: per la quale cosa i sanatori feciono ordine che Iulio Cesare, e Cecerone, e Macrino con più legioni di genti armati dovessero venire all'asedio e distruzione di Fiesola; i quali venuti, assediato la detta città. Cesere puose suo campo nel colle che soprastava la cittade; Macrino ne l'altro colle, overo monte; e Cecerone dall'altra parte; e così stettono per VI anni all'asedio della detta città, avendola per lungo asedio e per fame quasi distrutta. E simigliante que' dell'oste, per lungo dimoro e per più difetti scemati ed afieboliti, si partiro dall'asedio, e si ritornaro a Roma, salvo che Fiorino vi rimase all'asedio con sua gente nel piano ov'era prima acampato, e chiusesi di fossi e di steccati a modo di battifolle, overo bastita, e tenea molto afflitti i Fiesolani; e così gli guerreggiò lungo tempo. Poi assicurandosi troppo, e avendogli per niente, e li Fiesolani ripresa alcuna lena, e ricordandosi del male che Fiorino avea loro fatto e faceva, subitamente, e come disperati, si misero di notte con iscale e con ingegni ad assalire il campo, overo battifolle, di Fiorino, e elli e la sua gente con poca guardia, e dormendo, non prendendo guardia de' Fiesolani, furono sorpresi; e Fiorino e la moglie e' figliuoli morti, e tutta sua oste in quello luogo furono quasi morti, che pochi ne scamparono; e il detto castello e battifolle disfatto, e arso, e tutto abattuto per gli Fiesolani.

### **Livro I, cap. 37**

*Come la città di Fiesola s'arendé a' Romani, e fu distrutta e guasta.*

Stato l'assedio a Fiesola la detta seconda volta, e consumata e affritta molto la cittade sì per fame, e sì perché a-lloro furono tolti i condotti dell'acque e guasti, s'arendéo la città a Cesere e a' Romani in capo di due anni e quattro mesi e VI dì che vi si puose l'asedio, a patti, chi ne volesse uscire fosse salvo. Presa la terra per li Romani, fu spogliata d'ogni ricchezza, e per Cesere fu distrutta, e tutta infino a' fondamenti abattuta; e ciò fu intorno anni LXXII anzi la Natività di Cristo.

## **Livro II, cap. 1**

*Qui comincia il secondo libro della edificazione di Firenze la prima volta: come di primo fue edificata la città di Firenze.*

Distrutta la città di Fiesola, Cesere con sua oste discese al piano presso alla riva del fiume d'Arno, là dove Fiorino con sua gente era stato morto da' Fiesolani, e in quello luogo fece cominciare ad edificare una città, acciò che Fiesola mai non si rifacesse, e rimandò i cavalieri latini, i quali seco avea, arricchiti delle ricchezze de' Fiesolani; i quali Latini Tudertini erano appellati. Cesere adunque, compreso l'edificio della città, e messovi dentro due ville dette Camarti e villa Arnina, voleva quella appellare per suo nome Cesaria. Il sanato di Roma sentendolo, non sofferse che per suo nome Cesere la nominasse; ma feciono decreto e ordinario che quegli maggiori signori ch'erano stati a la guerra di Fiesola e all'assedio dovessero andare a fare edificare con Cesere insieme, e popolare la detta cittade, e qualunque di loro soprastesse a lavorio, cioè facesse più tosto il suo edificio, appellasse la cittade di suo nome, o come a llui piacesse. Allora Macrino, Albino, Igneo Pompeo, Marzio apparecchiati di fornimenti e di maestri, vennero da Roma alla cittade che Cesere edificava, e inviandosi con Cesere si divisono l'edificare in questo modo: che Albino prese a smaltare tutta la cittade, che fue uno nobile lavoro e bellezza e nettezza della cittade, e ancora oggi del detto ismalto si truova cavando, massimamente nel sesto di San Piero Scheraggio, e in porte San Piero, e in porte del Duomo, ove mostra fosse l'antica città. Macrino fece fare il condotto dell'acqua in docce e in arcora, faccendola venire di lungi a la città per VII miglia, acciò che lla città avesse abondanza di buona acqua da bere, e per lavare la cittade; e questo condotto si mosse infino dal fiume detto la Marina a piè di monte Morello, ricogliendo in se tutte quelle fontane sopra Sesto, e Quinto, e Colonnata. E in Firenze faceano capo le dette fontane a uno grande palagio che si chiamava termine, capud aque, ma poi in nostro volgare si chiamò Capaccia, e ancora oggi in Terma si vede dell'anticaglia. E nota che gli antichi per santade usavano di bere acque di fontane menate per condotti, perché erano più sottili e più sane che quelle de' pozzi, però che pochi, o quasi pochissimi, beveano vino, ma i più acqua di condotto, ma non di pozzo; e pochissime vigne erano allora. Igneo Pompeo fece fare le mura della cittade di mattoni cotti, e sopra i muri della città edificò torri ritonde molto spesse, per ispazio dall'una torre a l'altra di XX cubiti, sicché le torri erano di grande bellezza e fortezza. Del compreso e giro della città non trovano cronica che ne faccia menzione; se non che quando Totile Flagellum Dei la distrusse, fanno le storie menzione ch'ell'era grandissima. Marzio l'altro signore romano fece fare il Campidoglio al modo di Roma, cioè palagio, overo la mastra fortezza della cittade, e

quello fu di maravigliosa bellezza; nel quale l'acqua del fiume d'Arno per gora con cavate fogne venia e sotto volte, e in Arno sotterra si ritornava; e la cittade per ciascuna festa dello sgorgamento di quella gora era lavata. Questo Campidoglio fu ov'è oggi la piazza di Mercato Vecchio, di sopra a la chiesa di Santa Maria in Campidoglio: e questo pare più certo. Alcuni dicono che fu ove oggi si chiama il Guardingo, di costa a la piazza ch'è oggi del popolo dal palazzo de' priori, la quale era un'altra fortezza. Guardingo fu poi nomato l'anticaglia de' muri e volte che rimasono disfatte dopo la distruzione di Totile, e stavanvi poi le meretrici. I detti signori, per avanzare l'uno l'edificio dell'altro, con molta sollecitudine si studiavano, ma in uno medesimo tempo per ciascuno fu compiuto; sicché nullo di loro ebbe aquistata la grazia di nominare la città a sua volontà, sì che per molti fu al cominciamento chiamata la piccola Roma. Altri l'appellavano Floria, perché Fiorino fu ivi morto, che fu il primo edificatore di quello luogo, e fu in opera d'arme e in cavalleria fiore, e in quello luogo e campi intorno ove fu la città edificata sempre nasceano fiori e gigli. Poi la maggiore parte degli abitanti furono consenzienti di chiamarla Floria, sì come fosse in fiori edificata, cioè con molte delizie. E di certo così fu, però ch'ella fu popolata della migliore gente di Roma, e de' più sufficienti, mandati per gli sanatori di ciascuno rione di Roma per rata, come toccò per sorte che l'abitassono; e accolsono co' loro quelli Fiesolani che vi vollono dimorare e abitare. Ma poi per lungo uso del volgare fu nominata Fiorenza: ciò s'interpeta spada fiorita. E troviamo ch'ella fu edificata anni VIcLXXXII dopo l'edificazione di Roma, e anni LXX anzi la Nativitate del nostro signore Iesù Cristo. E nota, perché i Fiorentini sono sempre in guerra e in disensione tra loro, che nonn-è da maravigliare, essendo stratti e nati di due popoli così contrari e nemici e diversi di costumi, come furono gli nobili Romani virtudiosi, e' Fiesolani ruddi e aspri di guerra.

#### **Livro IV, cap. 4**

*Della progenia delli re di Francia che discesono d'Ugo Ciappetta.*

Ugo Ciappetta, come addietro facemmo menzione, fallito il lignaggio di Carlo Magno, fu re di Francia nelli anni di Cristo VIIIcLXXXVII. Questo Ugo fu duca d'Orliens (e per alcuno si scrive che fur sempre i suoi antichi e duchi e di grande lignaggio), figliuolo d'Ugo il Grande, e nato per madre della serocchia d'Otto primo della Magna; ma per gli più si dice che 'l padre fu uno grande e ricco borghese di Parigi stratto di nazione di bucceri, ovvero mercatante di bestie; ma per la sua grande ricchezza e potenza, vacato il ducato d'Orliens, e rimasene una donna, sì l'ebbe per moglie, onde nacque il detto Ugo Ciappetta, il quale fu molto savio e

possente, e reame di Francia tutto si governava per lui; e fallito il legnaggio di Carlo Magno, come fatta è menzione, si fece fare re, e regnò XX anni. Questo Ugo Ciappetta e suo legnaggio sempre portarono il campo azzurro e fioredaliso d'oro, e truovasi che Carlo Magno portò mezza l'arme dello imperio, cioè il campo ad oro e l'aguglia nera, e l'altra metà fiordaliso; ma in San Donigi di Francia si trovarono insegne vecchie reali, il campo azzurro con ispronelle ad oro; non si sa se furono del legnaggio di Carlo, o de' primi re venuti di Siccambria. Apresso Ugo Ciappetta regnò Uberto suo figliuolo XII anni, e fu uno grande cherico inniscrittura, e molto cattolico e santo. Poi regnò Arrigo suo figliuolo XXX anni; e poi regnò Filippo suo figliuolo XLVIII anni; poi regnò Luis il Grosso suo figliuolo XXXI anno; poi regnò Luis il Pietoso suo figliuolo XLIII anni, e fu col nome il fatto, pietoso e buono, e con tutte le virtù. Questi ebbe per moglie la contessa di Ciarte, la qual fu discesa de' legnaggio di Carlo Magno, imperò che fu nata della casa di Normandia, della qual donna ebbe uno figliuolo ch'ebbe nome Filippo il Bornio, il quale regnò XLIII anni. Questo Filippo fu uomo di grande valore, e molto acrebbe il reame. Prima il conte di Fiandra, che l'avea levato a' fonti, co li più de' baroni di Francia si rubellò; il quale per suo senno e prodezza tutti gli ridusse a sua signoria, e per lo detto fallo tolse al conte di Fiandra Vermandosi e Piccardia. Questo Filippo andò al conquisto d'oltremare col re Riccardo d'Inghilterra, e vinse Acri in Soria; poi ebbe discordia col re Riccardo per moneta che gli avea prestata al passaggio, onde avea pegno la ducheia di Normandia per CCm di libbre di parigini; e quando la venne a ricogliere, non volle il re di Francia altro che parigini piccioli, come dicea la carta; e non potendosi trovare al termine, si trasattò Normandia, e recolla a sua sugezzione, onde grande guerra fu poi tra l'loro, che 'l detto re Riccardo s'allegò contra il re Filippo con Ferrante conte di Fiandra, e con Otto quarto re de' Romani; il quale, in uno medesimo giorno, Filippo re combatté col detto Otto e Ferrante al ponte al Bovino in Fiandra, e sconfissegli, e prese Ferrante, e Otto si fuggì; e Luis figliuolo del detto re Filippo ebbe battaglie in Paito contro al re d'Inghilterra e altri baroni, e sconfissegli, e recò sotto la sua signoria Paito, Guascogna, Torenna, e Angieri, e Chiermonte; alla fine lasciò grande tesoro per limosina alla terra d'oltremare, e morì negli anni di Cristo MCCXVI. Apresso Filippo il Bornio regnò il detto Luis suo figliuolo tre anni. Questo Luis ebbe quattro figliuoli della reina Bianca figliuola del re di Spagna: il primo fu il buono re santo Luis che succedette a l'ui re di Francia; il secondo Ruberto il primo conte d'Artese; il terzo fu Alfarante che fu conte di Pittieri e di Lanzone; il quarto fu il buono Carlo conte d'Angiò e poi di Proenza, e poi per suo valore e prodezza fu re di Cicilia e di Puglia, come innanzi farà menzione la storia al trattato di Federigo imperadore

e di Manfredi re suo figliuolo. Il detto santo re Luis regnò XLVIII anni, e sconfisse il re d'Inghilterra e 'l conte della Marcia, e andò oltremare a Damietta, e là preso alla Mensura con Carlo suo fratello, e morì il conte d'Artese, e ricompararsi dal soldano grande tesoro; e poi fu al passaggio di Tunisi, e là morì santamente gli anni di Cristo MCCLXX. Dopo il re santo Luis regnò Filippo suo figliuolo XIII anni, e questi fu quegli che fece il passaggio in Araona, e là morì. Questo re Filippo ebbe della figliola del re d'Araona due figliuoli: il primo fu Filippo il Bello, il quale fu il più bello Cristiano che ssi trovasse al suo tempo (questi regnò re in Francia XXVIII anni a' nostri tempi); l'altro fu Carlo di Valois, detto Carlo Sanzattera, che assai mutazioni fece a la nostra città di Firenze, come innanzi al suo tempo farà menzione. Questo re Filippo il Bello ebbe tre figliuoli: il primo fu Luis re di Navarra per retaggio della madre; il secondo Filippo conte di Pittieri; il terzo Carlo conte della Marcia; e morto il padre negli anni di Cristo MCCCXV, furono tutti e tre re di Francia l'uno apresso l'altro in picciolo tempo. Avemo raccontato sì per ordine gli re di Francia e di Puglia discesi de' legnaggio d'Ugo Ciappetta, perché contando le nostre storie di Firenze, e dell'altre province e terre d'Italia, si possono meglio intendere. Lasceremo de' Franceschi, e torneremo a nostra materia degl'imperadori di Roma e de' fatti di Firenze.

### **Livro V, cap. 32**

#### *Come i Fiorentini presero e disfecero la rocca di Fiesola*

Negli anni di Cristo MCXXV i fiorentini pusono oste a la rocca di Fiesola, che ancora era in piede e molto forte, e tenealla certi gentili uomini cattani stati dela città di Fiesola, e dentro vi si reiducea no masnadieri e sbanditi e mala gente che alcuna volta faceano danno alle strade e al Contado di Firenze, e tanto vi stettero all'assedioche per difalta di vittuaglia s'arendéo, che per forza mai non s'arebbe avuta, e feciolla tutta abbattere e disfare infino alle fundamenta, e feciono decretoche mai in su Fiesola non s'osasse rifare niuna fortezza.

### **Livro V, cap. 36**

#### *Come i Fiorentini disfecero il castello di Montebuoni.*

Negli anni di Cristo MCXXXV essendo in piè il castello di Montebuono, il quale era molto forte e era di que' dela casa de' Bondelmolti, i quali erano cattani e antichi gentili uomini di contado, e per lo nome del detto loro castello avea nome la casa Bondelmonti, e per la forteza di quello, eche la strada vi correa a piè, conglievano pedaggio; per la qual cosa a' fiorentini non piaceva né voleano sì fatta fortezza presso a la città, si u' andarono ad oste del

mese di giugno e ebbero a patti che'l castello si disfacesse, e l'altre possessioni rimanessero ad abitare in Firenze e così cominciò il Comune di Firenze a distendersi, e colla forza più che com ragioni, crescendo il contado e sottomettendosi a la giuridizione ogni nobile di contado, e disfaccendo le fortezze.

### **Livro VI, cap. 32**

*Come i Fiorentini elessero di prima podestade.*

Negli anni di Cristo MCCVII i fiorentini ebbero di prima signoria forestiera, che infino allora s'era retta la città sotto signoria de' consoli cittadini, de' maggiori e migliori dela città, com consiglio al modo di Roma tutto guidavano, e governavano la città, e rendeano ragione, a facevano giustizia: edurava il loro officio unoanno e erano quatro consoli mentre che lla città si partì a sestì. Ma gli antichi nostri non faceano menzione de' nomi ditutti ms dell' uno di loro di maggiore stato e fama, dicendo: al tempo di cotale consolo e de' suoi compagni. Ma poi cresciuta da città e di genti e di vizii e faceansi più malifici, sì, s'ancordaro per meglio del Comune accio che i cittadini nonnavessero sì fato incarico di signoria, né per priegli né per tema o per diservigio o per altra cagione non mancasse la Giustizia, si ordinaro di chiamare uno gentile como d'altra città, che fosse como podestà per uno anno, e rendesse la ragioni civili com suoi collaterali e giudici e facesse l'esecuzione dele condannagioni e giustizie corporali sì ordinaro di chiamare uno gentile uomo d'altra città, che fosse loro podestàper uno anno, e rendesse le ragioni civili com suoi collaterali e giudici, e facesse l'esecuzione dellecondannagioni e giustizie corporali. E 'l primo che fu podestà in Firenze fu nel detto anno Gualfredotto da Milano, e abitò al vescovado, imperciò che ancora non ave' in Firenze palazzo di Comune. E però non rimase la signoria de' consoli, ritegnendo a lloro l'aministragione d'ogn'altra cosa del Comun e. E per la detta signoria si resse la cittade infino al tempo che ssi fece il primo popolo in Firenze, come innanzi faremo menzione; e allora si criò l'officio degli anziani.

### **Livro VI, cap. 38**

*Come si cominciò parte guelfa e ghibellina in Firenze.*

Negli anni di Cristo MCCXV, essendo podestà di Firenze messere Gherardo Orlandi, avendo uno messer Bondelmonte de' Bondelmonti nobile cittadino di Firenze promesse a torre per moglie una donzella di casa gli Amidei, onorevoli enobili cittadini; e poi cavalcando per la città il detto messer Bondelmonte, ch'era molto leggiadro e bello cavaliere, una donna

di casa i Donati il chiamò, biasimandolo della donna ch'egli avea promessa, come nonn era bella né sofficiente a llui, e dicendo: “Io v'avea guardata questa mia figliuola”; la quale gli mostrò, e era bellissima; incontanente per subsidio diabolico preso di lei, la promise e isposò a moglie. Per la qual cosa i parenti della prima donna promessa raunati insieme, e dogliendosi di ciò che messer Bondelmonte aveva loro fatto di vergogna, sì presono il maladetto isdegno onde la città di Firenze fu guasta e partita; che di più causati de' nobili si congiuraro insieme di fare vergogna al detto messer Bondelmonte per vendetta di quella ingiuria. E stando tra lloro a consiglio in che modo il dovessero offendere, o di batterlo o di fedirlo, il Mosca de'Lamberti disse la mala parola “Cosa fatta capo ha”, cioè che fosse morto: e così fu fatto; ché la mattina di Pasqua di Risurreso si raunaro in casa gli Amidei da Santo Stefano, e vegnendo d'Oltrarno il detto messere Bondelmonte vestito nobilmente di nuovo di roba tutta bianca, e in su uno palafreno bianco, giugnendo a piè del ponte Vecchio dal lato di qua, apunto a piè del pilastro ov'era la 'nsegna di Mars, il detto messer Bondelmonte fue atterrato del cavallo per lo Schiatta degli Uberti, e per lo Mosca Lamberti e Lambertuccio degli Amidei assalito e fedito, e per Oderigo Fifanti glifurono segate le vene e tratto a ffine; e ebbevi co lloro uno de' conti da Gangalandi. Per la qual cosa la città corse ad arme e romore. E questa morte di messere Bondelmonte fu la cagione e cominciamento delle maladette parti guelfa e ghibellina in Firenze, con tutto che dinanzi assai erano le sette tra' nobili cittadini e le dette parti, per cagione delle brighe e questioni dalla Chiesa allo 'mperio; ma per la morte del detto messere Bondelmonte tutti i legnaggi de' nobili e altri cittadini di Firenze se ne partiro, e chi tenne co' Bondelmonti che presono la parte guelfa e furonne capo, e chi cogli Uberti che furono capo de' Ghibellini; onde alla nostra città seguì molto di male e ruina, come innanzi farà menzione, e mai non si crede ch'abbia fine, se Idio nol termina. E bene mostra che 'l nemico dell'umana generazione per le peccata de' Fiorentini avesse podere nell'idolo di Mars, che i Fiorentini pagani anticamente adoravano, ché a piè della sua figura si commise sì fatto micidio, onde tanto male è seguito alla città di Firenze. I maladetti nomi di parte guelfa e ghibellina si dice che ssi criarono prima in Alamagna, per cagione che due grandi baroni di là aveano guerra insieme, e aveano ciascuno uno forte castello l'uno incontro all'altro, che l'uno avea nome Guelfo e l'altro Ghibellino, e durò tanto la guerra, che tutti gli Alamanni se ne partiro, e l'uno tenea l'una parte, e l'altro l'altra; e eziandio infino in corte di Roma ne venne la questione, e tutta la corte ne prese parte, e l'una parte si chiamava quella di Guelfo, e l'altra quella di Ghibellino: e così rimasero in Italia i detti nomi.

*Qui comincia il VII libro: come Federigo secondo fue consecrato e fatto imperadore, e le grandi novitadi che furono.*

Negli anni di Cristo MCCXX, il dì di santa Cecilia di novembre, fue coronato e consecrato a Roma a imperadore Federigo secondo re di Cicilia, figliuolo che fu dello 'mperadore Arrigo di Soavia e della imperadrice Gostanza, per papa Onorio terzo a grande onore. Al cominciamento questi fu amico della Chiesa, e bene dovea esser; tanti benefici e grazie avea dalla Chiesa ricevute, ché per la Chiesa il padre suo Arrigo ebbe per moglie Gostanza reina di Cicilla, e in dote il detto reame e regno di Puglia, e poi morto il padre, rimanendo piccolino fanciullo, dalla Chiesa, come da madre, fu guardato e conservato, e eziandio difeso il suo reame, e poi fattolo re de' Romani eleggere contro a Otto quarto imperadore, e poi coronato imperadore, come di sopra è detto. Ma elli figliuolo d'ingratitude, non riconoscendo santa Chiesa come madre, ma come nemica matrigna, in tutte le cose le fu contrario e persecutore, egli e' suoi figliuoli, quasi più che' suoi antecessori, sì come innanzi faremo di lui menzione. Questo Federigo regnò XXX anni imperadore, e fue uomo di grande affare e di gran valore, savio di scrittura e di senno naturale, universale in tutte cose; seppe la lingua latina, e la nostra volgare, tedesco, e francesco, greco, e saracinesco, e di tutte virtudi copioso, largo e cortese in donare, prode e savio in arme, e fue molto temuto. E fue dissoluto in lussuria in più guise, e tenea molte concubine e mammoluchi a guisa de' Saracini: in tutti dilette corporali volle abbondare, e quasi vita epicuria tenne, non faccendo conto che mai fosse altra vita. E questa fu l'una principale cagione perché venne nemico de' cherici e di santa Chiesa. E per la sua avarizia di prendere e d'occupare le giuridizioni di santa Chiesa per male dispenderle, e molti monasteri e chiese distrusse nel suo regno di Cicilia e di Puglia, e per tutta Italia, sicché, o colpa de' suoi vizii e difetti, o de' rettori di santa Chiesa che co·llui non sapessono o non volessono praticare, né esser contenti ch'elli avessero le ragioni dello 'mperio, per la qual cosa sottomise e percosse santa Chiesa; overo che Idio il permettesse per giudicio divino, perché i rettori della Chiesa furono operatori ch'egli nascesse della monaca sagra Gostanza, non ricordandosi delle persecuzioni che Arrigo suo padre e Federigo suo avolo aveano fatte a santa Chiesa. Questi fece molte notabili cose al suo tempo, che fece a tutte le caporali città di Cicilia e di Puglia uno forte e ricco castello, come ancora sono in piede, e fece il castello di Capovana in Napoli, e le torri e porta sopra il ponte del fiume del Volturno a Capova, le quali sono molto maravigliose, e fece il parco dell'uccellazione al Pantano di Foggia in Puglia, e fece il parco della caccia presso a Gravina e a Melfi a la montagna. Il verno stava a Foggia, e la state a la

montagna a la caccia a diletto. E più altre notabili cose fece fare: il castello di Prato, e la rocca di Samminiato, e molte altre cose, come innanzi faremo menzione. E ebbe due figliuoli della sua prima donna, Arrigo e Currado, che ciascuno a sua vita fece l'uno appresso l'altro eleggere re de' Romani; e della figliuola del re Giovanni di Ierusalem ebbe Giordano re, e d'altre donne ebbe il re Federigo, onde sono discesi il legnaggio di coloro che si chiamano d'Antiocchia, il re Enzo e lo re Manfredi, che assai furono nimici di santa Chiesa. E alla sua vita egli e' figliuoli vivettono e signoreggiano con molta gloria mondana, ma alla fine egli e' suoi figliuoli per gli loro peccati capitaro e finiro male, ed ispensesi la sua progenia, sì come innanzi faremo menzione.

### **Livro VII, cap. 7**

*D'uno grande miracolo ch'avenne a Santo Ambruogio in Firenze del corpo di Cristo.*

Nel detto anno MCCXXVIII, il dì di san Firenze<sup>295</sup>, dì XXX di dicembre, uno prete della chiesa di Santo Ambruogio di Firenze ch'avea nome prete Uguccione, avendo detta la messa e celebrato il sacrificio, e per vecchiezza non asciugò bene il calice; per la qual cosa il dì appresso prendendo il detto calice, trovovvi dentro vivo sangue appreso e incarnato, e ciò fu manifesto a tutte le donne di quello munistero, e a tutti i vicini che vi furono presenti, e al vescovo, e a tutto il chericato, e poi si palesò tra tutti i Fiorentini, i quali vi trassono a vedere con grande devozione, e trassesi il detto sangue del calice, e misesi in una ampolla di cristallo, e ancora si mostra al popolo con grande reverenza.

### **Livro VII, cap. 10**

*Ancora della guerra di Siena.*

L'anno appresso MCCXXXIII i Fiorentini feciono grande oste sopra la città di Siena, e assediandola dalle tre parti, e con molti difici vi gittaro dentro pietre assai, e per più dispetto e vergogna vi manganarono asini e altra bruttura.

### **Livro VII, cap. 13**

*Come fu fatta pace da' Fiorentini a' Sanesi.*

Negli anni di Cristo MCCXXXV, essendo podestà di Firenze messer Compagnone del Poltrone, apparecchiandosi i Fiorentini di fare sopra la città di Siena maggiore oste che per gli anni passati non aveano fatta, e' Sanesi veggendosi molto guasti del loro contado, e la loro

---

<sup>295</sup> São Fiorenzo.

forza e potenza molto affiebolita, sì richiesono di pace i Fiorentini, la quale fu esaudita e ferma con patti, che' Sanesi alle loro spese rifacessero Montepulciano, e quietassollo d'ogni ragione e domanda, e alle loro spese, a ppetizione de' Fiorentini, fornissono il castello di Monte Alcino, il quale era in lega co' Fiorentini, e riebbono i loro pregiati; la quale guerra pienamente era durata VI anni, onde i Fiorentini ebbono grande onore. Lasceremo alquanto de' fatti di Firenze e del paese intorno, facendo incidenza, tornando addietro, per raccontare de' fatti, e dell'opere, e guerre dello 'mperadore Federigo alla Chiesa di Roma; le quali novitadi furono sì grandi, che bene sono da notare, imperciò che furono commovimento quasi a tutto il mondo, onde molto ne cresce materia di dire.

### **Livro VII, cap. 27**

*Come e quando scurò tutto il sole.*

L'anno appresso, ciò fu MCCXXXVIII a dì III di giugno, iscurò il sole tutto a ppieno nell'ora di nona, e durò scurato parecchie ore, e del giorno si fece notte; onde molte genti ignoranti del corso del sole e dell'altre pianete si maravigliaro molto, e con grande paura e spavento molti uomini e femmine in Firenze, per la tema della non usata novità, tornarono a confessione e penitenza. Dissesi per gli astrolaghi che la detta scurazione anunziò la morte di papa Gregorio, che morì l'anno appresso, e l'abassamento e scuritate ch'ebbe la Chiesa di Roma da Federigo imperadore, e molto danno de' Cristiani, come poi fu appresso.

### **Livro VII, cap. 30**

*D'uno grande miracolo che si trovò in Ispagna. (1239)*

Nel detto tempo e anno avvenne uno miracolo in Ispagna, il quale è bene da notare, e per ogni Cristiano d'avere in reverenzia, e bene che sia in altre croniche, da recarlo in memoria in questo: ché regnando Ferrante re di Castello e di Spagna, nella contrada di Tolletta, uno Giudeo cavando una ripa per crescere una sua vigna, sotterra trovò uno grande sasso, il quale di fuori era tutto saldo e senza neuna fessura, e rompendo il detto sasso, il trovò dentro vacuo, e dentro al vacuo, quasi imarginato col sasso, vi trovò uno libro con fogli sottili, quasi di legno, ed era di volume quasi com'uno saltero: iscritto era di tre lingue, greca, ebraica, e latina, e contenea in sé tre membri del mondo, da Adam infino ad Anticristo, le proprietà degli uomini che doveano essere al mondo ne' detti isvariati tempi. Il principio del terzo mondo, ovvero secolo, puose così: «Nel terzo mondo nascerà il figliuolo di Dio d'una vergine ch'avrà nome Maria, il quale patirà morte per salute dell'umana generazione»; le quali

cose leggendo il detto Giudeo, incontanente con tutta sua famiglia divenne Cristiano, e si feciono battezzare. E ancora era scritto a la fine del detto libro che nel tempo che Ferrante re regnerà in Castella si troverebbe il detto libro: lo quale miracolo veduto per molta gente degni di fede, fu rapportato al detto re, e fattane memoria, e grande reverenza. E 'l detto libro fu traslatato e isposto, e molte grandi profezie e vere vi si trovaro. E di certo si disse, e si dee credere, che ciò fosse opera fatta per la volontà di Dio. E simile miracolo si trovò in Gostantino sesto, i quali miracoli sono molto efficaci e affermativi a la nostra fede.

#### **Livro VII, cap. 64**

*Incidenza, raccontando uno grande miracolo del corpo di Cristo ch'avenne nella città di Parigi.*

Ne' detti tempi, regnando in Francia il buono re Luis, avvenne uno grande miracolo del corpo di Cristo; che celebrando uno prete il sacramento in una cappella di Parigi presso a la sala del re, come piacque a Dio, apparve in sulle mani del prete a la vista de le genti, in luogo dell'ostia sacra, uno piccolo fanciullo molto bello e grazioso, il quale veduto da molti, pregaro il prete il sostenesse infino che al re Luis fosse fatto assapere, e che 'l venisse a vedere; così fece, onde molta quantità di gente entrasse a vedere. E essendo ciò detto al re Luis, e ch'egli v'andasse a vederlo, rispuose: «Vadalo a vedere chi nol crede, ch'io il veggio tuttavia nel mio cuore»; per la quale risposta fue commendato molto il re di grandissimo senno e di cattolica fede.

#### **Livro VII, cap. 65**

*Come il popolo di Firenze cacciò la prima volta i Ghibellini di Firenze, e la cagione perché.*

Negli anni di Cristo MCCLVIII, essendo podestà di Firenze messere Iacopo Bernardi di Porco, all'uscita del mese di luglio quegli della casa degli Uberti co·lloro séguito de' Ghibellini, per sodducimento di Manfredi, ordinarono di rompere il popolo di Firenze, perché pareo loro che pendessono in parte guelfa. Iscoperto il detto trattato per lo popolo, fatti richiedere e citare da la signoria, non vollono comparire né venire dinanzi, ma la famiglia della podestà da·lloro furono duramente fediti e percossi. Per la qual cosa il popolo corse ad arme, e a·ffurore corsono alle case degli Uberti, ov'è oggi la piazza del palagio del popolo e de' priori, e uccisorvi Schiattuzzo degli Uberti, e più loro masnadieri e famigliari; e fue preso Uberto Caini degli Uberti e Mangia degl'Infangati, i quali per loro confessata la congiura in

parlamento, in Orto Sa·Michele fu loro tagliata la testa; e gli altri della casa degli Uberti con più altre case de' Ghibellini uscirono di Firenze. I nomi delle case di rinnomo ghibelline ch'uscirono di Firenze furono queste: gli Uberti, i Fifanti, i Guidi, li Amidei, i Lamberti, gli Scolari, e parte degli Abati, Caponsacchi, Migliorelli, Soldanieri, Infangati, Ubriachi, Tedaldini, Galigari, que' della Pressa, Amieri, que' da Cersino, e' Razzanti, e più altre case e schiatte di popolari e grandi scaduti, che tutti non si possono nominare, e altre case de' nobili di contado; e andarne a Siena, la quale si reggea a parte ghibellina, e erano nemici de' Fiorentini: e furono disfatti i loro palagi e torri, che n'aveano assai, e di quelle pietre si murarono le mura da San Giorgio Oltrarno, che 'l popolo di Firenze fece in quelli tempi cominciare per la guerra de' Sanesi. E poi del mese di settembre prossimo del detto anno il popolo di Firenze fece pigliare l'abate di Valembrosa, il quale era gentile uomo de' signori di Beccheria di Pavia in Lombardia, essendoli apposto che a petizione de' Ghibellini usciti di Firenze trattava tradimento, e quello per martiro gli fece confessare, e scelleratamente nella piazza di Santo Appolinare gli feciono a grido di popolo tagliare il capo, non guardando a sua dignità, né a ordine sacro. Per la qual cosa il Comune di Firenze e' Fiorentini dal papa furono scomunicati; e dal Comune di Pavia, ond'era il detto abate, e da' suoi parenti i Fiorentini che passavano per Lombardia ricevevano molto danno e molestia. E di vero si disse che 'l religioso uomo nulla colpa avea, con tutto che di suo legnaggio fosse grande Ghibellino. Per lo quale peccato, e per molti altri fatti per lo scellerato popolo, si disse per molti savi che Iddio per giudizio divino permise vendetta sopra il detto popolo a la battaglia e sconfitta da Monte Aperti, come innanzi faremo menzione. Il detto popolo di Firenze, che in quegli tempi resse la città, fue molto superbo e d'alte e grandi imprese, e in molte cose fue molto trascotato; ma una cosa ebbono i rettori di quello, che furo molto leali e diritti a Comune; e perché uno ch'era anziano fece ricogliere e mandollo in sua villa uno cancello ch'era stato della chiusa del Leone, e andava per lo fango per la piazza di San Giovanni, sì ne fu condannato in libbre M, e sì come frodatore delle cose del Comune.

## **Livro VII, cap. 72**

*Come il grande tiranno Azzolino di Romano fu sconfitto da' Chermonesi; e morì in pregione.*

Nel detto anno MCCLX Azzolino di Romano, cioè d'uno castello di Trivgiana, dal marchese Palavigino e da' Chermonesi nem contado di Milano, presso al ponte di Casciano in sul Fiume a'Adda, avendo com seco più di MD cavalieri, e andava per torre la città di Milano,

fue sconfitto, e fedito, e preso; dele quali fedite in pregione moriò, nel castello di Solcino nobilmente fue soppelito. Elli trovava per sua provezia ch'egli dovea morire in uno castello del contado di Padova ch'avea nome Basciano, e in quello non entrava; e quando si senti fedito, domando come si chiamava il luogo; fugli detto Casciano; allora disse: "Casciano Basciano tutto è uno"; e giudicossi morto. Questo Azzolino fue il più crudele e ridottato tirano che mai fosse tra' Cristiani, e signoreggiò per sua forza e tirania, essendo di sua nazione dela casa di Romano gentile uomo, grande tempo tutta la marca di Trivigi, e la città di Pandova, e grande parte di Lombardia, e cittadini di Padova molta gran parte consumo, e acceconne pur de' migliori e de' più nobili in grande quantità, e togliendo le loro possessioni, e mandando gli medicando per lo mondo, e molti altri per diversi martiri e tormenti fece morire, e a una ora XIm Padovani fece ardere, e per la innocenzia del loro sangue, per miracolo, mai poi in quello non nacque erba ni'uma. E sotto l'ombra d'uma rudda e scellerata giustizia fece molti mali; e fue uno grande fragello al suo tempo nella Marca Trevigiana e in Lombardia, per pulire il peccato de la loro ingratitudine. A la fine, come piacque a Dio, vilmente da men possente gente si sparse, e la sua signoria venne meno e suo legnagio.

#### **Livro VII, cap. 74**

*Come gli usciti ghibellini di Firenze mandaro in Puglia al re Manfredi per soccorso.*

In questi tempi i Ghibellini scacciati di Firenze (ed erano nella città di Siena, e da' Sanesi erano male aiutati contra i Fiorentini, imperciò che non aveano podere contra la loro potenza) sì ordinarono tra·lloro di mandare loro ambasciadori in Puglia al re Manfredi per soccorso. I quali andati, pure de' migliori e più caporali di loro, più tempo seguendo, Manfredi no·lli spacciava, né udiva la loro richesta, per molte bisogne ch'avea a·ffare. A la fine volendosi partire, e prendendo commiato da·llui molto male contenti, Manfredi promise loro di dare cento cavalieri tedeschi per loro aiuto. I detti ambasciadori turbatisi della prima proferta, e traendosi a consiglio di fare loro risposta, quasi per rifiutare sì povero aiuto, vergognandosi di tornare a Siena, ch'aveano speranza che desse loro aiuto di più di VI<sup>C</sup> cavalieri, messer Farinata degli Uberti disse: «Non vi sconfortate, e non rifiutiamo niuno suo aiuto, e sia piccolo quanto si vuole; facciamo che di grazia mandi co·lloro la sua insegna, che venuti a Siena, noi la metteremo in tale luogo, che converrà ch'egli ce ne mandi anche»; e così avvenne. E preso il savio consiglio del cavaliere, accettaro la proferta di Manfredi, graziosamente pregandolo che al capitano di loro desse la sua insegna; e così fece. E tornati in

Siena con sì piccolo aiuto, grande scherna ne fu fatta da' Sanesi, e grande isbigottimento n'ebbono gli usciti di Firenze, attendendo troppo maggiore aiuto e sussidio da Manfredi.

### **Livro VII, cap. 75**

*Come il Comune e popolo di Firenze feciono una grande oste infino a le porte di Siena col carroccio.*

Avenne che gli anni di Cristo MCCLX, del mese di maggio, il popolo e Comune di Firenze feciono oste generale sopra la città di Siena, e menarvi il carroccio. E nota che 'l carroccio che menava il Comune e popolo di Firenze era uno carro in su quattro ruote tutto dipinto vermiglio, e aveavi su commesse due grandi antenne vermiglie, in su le quali stava e ventilava il grande stendale dell'arme del Comune, ch'era dimezzato bianco e vermiglio, e ancora oggi si mostra in San Giovanni; e tiravalo uno grande paio di buoi coperti di panno vermiglio, che solamente erano diputati a cciò, e erano dello spedale di Pinti, e 'l guidatore era franco in Comune. Questo carroccio usavano i nostri antichi per trionfo e dignità; e quando s'andava in oste, e' conti vicini e' cavalieri il traevano dell'opera di San Giovanni, e conduciello in su la piazza di Mercato Nuovo, e posato per me' uno termine che ancora v'è d'una pietra intagliata a carroccio, sì ll'acomandavano al popolo. E' popolani il guidavano nell'osti, e a quello erano diputati in guardia i migliori e più forti e virtudiosi popolani a piè della cittade; e a quello s'amassava tutta la forza del popolo. E quando l'oste era bandita, uno mese dinanzi dove dovesse andare, si ponea una campana in su l'arco di porte Sante Marie, ch'era in sul capo di Mercato Nuovo; e quella al continuo era sonata di dì e di notte, e per grandigia di dare campo al nimico ov'era bandita l'oste, che s'apparecchiasse. E chi la chiamava Martinella, e chi la campana degli asini. E quando l'oste de' Fiorentini andava, si sponeva dell'arco, e poneasi in su uno castello di legname in su uno carro, e al suono di quella si guidava l'oste. Di queste due pompe del carroccio e della campana si reggea la signorevole superbia del popolo vecchio e de' nostri antichi nell'osti. Lasceremo di ciò, e torneremo come i Fiorentini feciono sopra i Sanesi, che presono il castello di Vico, e quello di Mezano, e Casciole, ch'erano de' Sanesi, e puosonsi a oste a Siena presso a l'antiporta al munistero di Santa Petronella, e fecionvi fare ivi presso, in su uno poggetto rilevato che si vedea dalla cittade, una torre, ove teneano la campana; e a dispetto de' Sanesi, e a ricordanza di vittoria, ripiena di terra, vi piantarono suso uno ulivo, il quale infino a' nostri di ancora v'era. Avenne in quello assedio che gli usciti di Firenze uno giorno diedono mangiare a' Tedeschi di Manfredi, e fattigli bene avinazzare e inebbriare, a romore caldamente gli feciono armare e

montare a cavallo per fargli assalire l'oste de' Fiorentini, promettendo loro grandi doni e paga doppia; e ciò fu fatto cautamente per gli savi, seguendo il consiglio di Farinata degli Uberti preso infino in Puglia. I Tedeschi forsennati e caldi di vino uscirono fuori di Siena, e vigorosamente assalirono il campo de' Fiorentini, e perch'erano improvvisi e con poca guardia, avendo la forza de' nemici per niente, con tutto che' Tedeschi fossero poca gente, in quello assalto feciono all'oste grande danno; e molti del popolo e della cavalleria in quello subito assalto feciono mala vista fuggendo, per tema che gli assalitori non fossero maggiore gente. Ma alla fine ravveggendosi, presono l'arme e la difenza contra i Tedeschi; e di quanti n'uscirono di Siena non ne scampò niuno vivo, che tutti furono morti e abbattuti, e la insegna di Manfredi presa e strascinata per lo campo, e recata in Firenze; e ciò fatto, poco appresso si tornò l'oste de' Fiorentini in Firenze.

### **Livro VII, cap. 76**

*Come i Sanesi e gli usciti ghibellini di Firenze ebbono dal re Manfredi il loro aiuto il conte Giordano con VIII Tedeschi.*

I Sanesi e gli usciti di Firenze veggendo la mala pruova che' Fiorentini aveano fatta per l'assalto di sì pochi cavalieri tedeschi, avisaro che avendone maggior quantità, sarebbero vincitori de la guerra. Incontanente si providono di moneta, e accattaro da la compagnia de' Salimbeni, ch'allora erano mercatanti, XX<sup>M</sup> fiorini d'oro, e puosono loro pegno la rocca a Tentennana, e più altre castella del Comune, e rimandarono loro ambasciadori in Puglia co la detta moneta al re Manfredi dicendo come la sua poca gente di Tedeschi per loro grande vigore e valentia s'erano messi ad assalire tutta l'oste de' Fiorentini, e gran parte di quella messa in fuga, ma se più fossero stati, aveano la vittoria; ma per la poca gente ch'erano, tutti erano rimasi morti al campo, e la sua insegna strascinata e vergognata per lo campo, e in Firenze e intorno. A ciò dissono quelle ragioni che seppono meglio per ismuovere Manfredi, il quale intesa la novella fu crucciato, e co la moneta de' Sanesi, che pagaro la metade per tre mesi, e a suo soldo, mandò in Toscana il conte Giordano suo maliscalco con VIII<sup>C</sup> cavalieri tedeschi co detti ambasciadori, i quali giunsono in Siena a l'uscita di luglio, gli anni di Cristo MCCLX; e da' Sanesi furono ricevuti a gran festa, e eglino e tutti i Ghibellini di Toscana ne presono grande vigore e baldanza. E giunti in Siena, incontanente i Sanesi bandirono oste sopra il castello di Monte Alcino, il quale era accomandato del Comune di Firenze, e mandaro per aiuto a' Pisani e a tutti i Ghibellini di Toscana, sì che co' cavalieri di Siena, e cogli usciti di

Firenze, e co' Tedeschi, e loro amistade, si trovarono con XVIII<sup>C</sup> di cavalieri in Siena, che la maggiore parte erano Tedeschi.

#### **Livro VIII, cap. 41**

*Come lo re Enzo figliuolo dello imperadore Federigo morì in pregione in Bologna.*

L'anno appresso MCCLXXI, del mese di marzo, il re Enzo, figliuolo che fu di Federigo imperadore, morì nella pregione de' Bolognesi, nella quale era stato lungo tempo, e fu sopellito da' Bolognesi onorevolmente a la chiesa di San Domenico in Bologna, e in lui finì la progenia dello imperadore Federigo. Ben si dice ch'ancora n'era uno figliuolo che fu de-re Manfredi, il quale stette lungamente nella pregione del re Carlo nel castello dell'Uovo a Napoli, e in quello per vecchiezza e disagio accecato della vista miseramente finì sua vita.

#### **Livro VIII, cap. 36**

*Come papa Bonifazio VIII diè perdono a tutti i Cristiani ch'andassono a Roma l'anno del giubileo MCCC.*

Negli anni di Cristo MCCC, secondo la Nativitate di Cristo, con ciò fosse cosa che si dicesse per molti che per adietro ogni centesimo d'anni della Natività di Cristo il papa ch'era in que' tempi facie grande indulgenza, papa Bonifazio VIII, che allora era apostolico, nel detto anno a reverenza della Natività di Cristo fece somma e grande indulgenza in questo modo: che qualunque Romano visitasse infra tutto il detto anno, continuando XXX dì, le chiese de' beati apostoli santo Pietro e santo Paolo, e per XV dì l'altra universale gente che non fossero Romani, a tutti fece piena e intera perdonanza di tutti gli suoi peccati, essendo confesso o si confessasse, di colpa e di pena. E per consolazione de' Cristiani pellegrini ogni venerdì o dì solenne di festa si mostrava in Santo Piero la Veronica del sudario di Cristo. Per la qual cosa gran parte de' Cristiani ch'allora viveano feciono il detto pellegrinaggio così femmine come uomini, di lontani e diversi paesi, e di lungi e d'apresso. E fue la più mirabile cosa che mai si vedesse, ch'al continuo in tutto l'anno durante avea in Roma oltre al popolo romano CCm pellegrini, senza quegli ch'erano per gli cammini andando e tornando, e tutti erano forniti e contenti di vittuaglia giustamente, così i cavagli come le persone, e con molta pazienza, e senza romori o zuffe: ed io il posso testimoniare, che vi fui presente e vidi. E de la offerta fatta per gli pellegrini molto tesoro ne crebbe a la Chiesa e a' Romani: per le loro derrate furono tutti ricchi. E trovandomi io in quello benedetto pellegrinaggio ne la santa città di Roma, veggendo le grandi e antiche cose di quella, e leggendo le storie e' grandi fatti de'

Romani, scritti per Virgilio, e per Salustio, e Lucano, e Paulo Orosio, e Valerio, e Tito Livio, e altri maestri d'istorie, li quali così le piccole cose come le grandi de le geste e fatti de' Romani scrissono, e eziandio degli strani dell'universo mondo, per dare memoria e esempio a quelli che sono a venire presi lo stile e forma da lloro, tutto sì come picc olo discepolo non fossi degno a tanta opera fare. Ma considerando che la nostra città di Firenze, figliuola e fattura di Roma, era nel suo montare e a seguire grandi cose, sì come Roma nel suo calare, mi parve convenevole di recare in questo volume e nuova cronica tutti i fatti e cominciamenti dellacittà di Firenze, in quanto m'è istato possibile aricogliere, e ritrovare, e seguire per innanzi istesamente in fatti de' Fiorentini e dell'altre notabili cose dell'universo in brieve, infino che fia piacere di Dio, a la cui speranza per la sua grazia feci la detta impresa, più che per la mia povera scienza. E così negli anni MCCC tornato da Roma, cominciai a compilare questo libro a reverenza di Dio e del beato Giovanni, e commendazione della nostra città di Firenze.

#### **Livro XI, cap. 158**

*Come in questi tempi scurò il sole e la luna.*

Nel detto anno, a dì XVI del mese di luglio, alquanto dopo l'ora di Vespro, iscurò il sole quasi la metade ne la fine del segno del Cancro, e l'opposizione andata dinanzi de la luna e del sole, scurò la luna nel Sagittario. E poi, a dì XXVI di dicembre vegnente, scurò tutta la luna nel segno del Cancro; per la qual cosa e per certi savi astrolagisi disse dinanzi, intra l'altre cose, significava che, con ciò sia cosa che 'l segno del Cancro sia attribuito per l'ascendente de la città di Lucca, ch'egli no doveano avere molte ditrazioni e abbassamento, come ebbono per lo 'nnanzi a lloro avvenne per l'assedio che' Fiorentini feciono a la città di Lucca, e altre mutazioni e avversità ch'ebbono poi, come apresso faremo menzione. Lasceremo alquanto de' fatti e guerra da' Fiorentini a' Lucchesi, e diremo d'altre novità istate ne' detti tempi per altri paesi.

#### **Livro XI, cap. 194**

*Come in Firenze nacquono due leoncegli. (1330)*

Nel detto anno, a dì XXV di luglio, il dì di santo Iacopo, nacquono in Firenze II leoncini del leone e leonessa del Comune, che stavano in istia incontro a San Pietro Scheraggio; e vivettono, e fecionsi grandi poi: e nacquono vivi e non morti, come dicono gli autori ne' libri della natura delle bestie, e noi ne rendiamo testimonianza, che con più altri

cittadini gli vidi nascere, e incontanente andare e poppare la leonessa; e fu tenuta grande maraviglia che di qua da mare nascessono leoni che vivessono, e non si ricorda a' nostri tempi. Bene ne nacquono a Vinegia due, ma di presente morirono. Dissesi per molti ch'era segno di buona fortuna e prospera per lo Comune di Firenze.

## **Livro XII, cap. 1**

*Qui comincia il libro dodecimo, il quale, nel suo cominciamento faremo memoria d'uno grande diluvio d'acqua che venne in Firenze e quase in tutta Toscana.*

Nelli anni di Cristo MCCCXXXIII, il dì di calen di novembre, essendo la città di Firenze in grande potenza, e in felice e buono stato, più che fosse stata dalli anni MCCC in qua, piacque a Dio, come disse per la bocca di Cristo nel suo Evangelio: “Vigilate, che non sapete il die né l'ora del iudicio Dio”, il quale volle mandare sopra la nostra città; onde quello dì de la Tusanti cominciò a piovere diversamente in Firenze ed intorno al paese e ne l'alpi e montagne, e così seguì al continuo IIII dì e IIII notti, crescendo la piova isformatamente e oltre a modo usato, che pareano aperte le cataratte del cielo, e con la detta pioggia continuando grandi e spessi e spaventevoli tuonie baleni, e caggendo folgori assai; onde tutta gente vivea in grande paura, sonando al continuo per la città tutte le campane delle chiese, infino che non alzò l'acqua; e in ciascuna casa bacini o paiuoli, con grandi strida gridandosi a Dio: “Misericordia, misericordia!” per le genti ch'erano in pericolo, fuggendo le genti di casa in casa e di tetto in tetto, facendo ponti da casa a casa, ond'era sì grande il romore e 'l tumulto, ch'apena si potea udire il suono del tuono. Per la detta pioggia il fiume d'Arno crebbe in tanta abbondanza d'acqua, che prima onde si muove scendendo de l'alpi con grande rovina ed empito, sì che sommerse molto del piano di Casentino, e poi tutto il piano d'Arezzo, del Valdarno di sopra, per modo che tutto il coperse e scorse d'acqua, e consumò ogni sementa fatta, abbattendo e divellendo li alberi, e mettendosi inanzi e menandone ogni molino e gualchiere ch'erano in Arno, e ogni edificio e casa presso a l'Arno che fosse non forte; onde periro molte genti. E poi scendendo nel nostro piano presso a Firenze, acozzandosi il fiume della Sieve con l'Arno, la qual era per simile modo isformata e grandissima, e avea allagato tutto il piano di Mugello, non pertanto che ogni fossato che metteva inn-Arno pareau fiume, per la quale cosa giuvedì a nona a dì IIII di novembre l'Arno giunse sì grosso a la città di Firenze, ch'elli coperse tutto il piano di San Salvi e di Bisarno fuori di suo corso, in altezza in più parti sopra i campi ove braccia VI e dove VIII e dove più di X braccia; e fue sì grande l'empito de l'acqua, non potendola lo spazio ove corre l'Arno per la città ricevere, e per

cagione e difetto di molte pescaie fatte infra la città per le molina, onde l'Arno per le dette pescaie era alzato oltre l'antico letto di più di braccia VII; e però salì l'altezza de l'acqua alla porta de la Croce a Gorgoe a quella del Renaio per altezza di braccia VI e più; e ruppe e mise in terra l'antiporto de la detta porta, e ciascuna delle dette porte per forza ruppe e mise in terra. E nel primo sonno di quella notte ruppe il muro del Comune di sopra al Corso de' Tintori incontro a la fronte del dormitorio de' frati minori per ispazio di braccia CXXX; per la quale rottura venne l'Arno più a pieno ne la città, e addusse tanta abbondanza d'acqua, che prima ruppe e guastò il luogo de' frati minori, e poi tutta la città di qua da l'Arno; generalmente le rughe coperse molto, e allagò ove più e ove meno; ma più nel sesto di San Piero Scheraggio e porte San Piero e porte del Duomo, per lo modo che chi leggerà per lo tempo avvenire potrà comprendere i termini fermi e notabili onde faremo menzione apresso. Nella chiesa e Duomo di San Giovanni salì l'acqua infino al piano di sopra de l'altare, più alto che mezze le colonne del profferito dinanzi a la porta. E in Santa Liperata infino a l'arcora de le volte vecchie di sotto al coro; e abbatté in terra la colonna co la croce del segno di san Zanobi ch'era ne la piazza. E al palagio del popolo ove stanno i priori salì il primo grado della scala ove s'entra, incontro a la via di Vacchereccia, ch'è quasi il più alto luogo di Firenze. E al palagio del Comune ove sta la podestà salì nella corte di sotto dove si tiene la ragione braccia VI. Alla Badia di Firenze, infino a piè de l'altare maggiore, e simile salì a Santa Croce al luogo de' frati minori infino a piè de l'altare maggiore; e in Orto San Michele e in Mercato Nuovo salì braccia II; e in Mercato Vecchio braccia II, per tutta la terra. E Oltrarno salio ne le rughe lungo l'Arno in grande altezza, spezialmente da San Niccolò, e in borgo Pidiglioso, e in borgo San Friano, e da Camaldoli, con grande disertamento delle povere e minute genti ch'abitavano in terreni. In piazza infino a la via traversa, e in via Maggio infino presso a San Felice. E il detto giuovidì ne l'ora del vespro la forza e empito de l'acqua del corso d'Arno ruppe la pescaia d'Ognisanti e gran parte del muro del Comune, ch'è a lo 'ncontro e dietro al borgo a San Friano, in due parti, per ispazio di braccia più di Vc. E la torre de la guardia, ch'era in capo del detto muro, per due folgori fu quasi tutta abattuta. E rotta la detta pescaia d'Ognisanti, incontanente rovinò e cadde il ponte alla Carraia, salvo due archi dal lato di qua. E incontanente apresso per simile modo cadde il ponte da Santa Trinita, salvo una pila e un arcoverso la detta chiesa, e poi il ponte Vecchio è stipato per la preda de l'Arno di molto legname, sìche per istrettezza del corso l'Arno che v'è salì e valicò l'arcora del ponte, e per le case e botteghe che v'erano suso, e per soperchio dell'acqua l'abatté e rovinò tutto, che non vi rimase che due pile di mezzo. E al ponte Rubaconte l'Arno valicò l'arcora dal lato, e ruppe le

sponde in parte, e intamolò in più luogora; e ruppe e mise in terra il palagio del castello Altafronte, e gran parte de le case del Comune sopr'Arno dal detto castello al ponte Vecchio. E cadde in Arno la statua di Mars, ch'era in sul pilastro a piè del detto ponte Vecchio di qua. E nota di Mars che li antichi diceano e lasciarono in iscritta che quando la statua di Mars cadesse o fosse mossa, la città di Firenze avrebbe gran pericolo o mutazione. E non senza cagione fu detto, che per isperienza s'è provato, come in questa cronica farà menzione. E caduto Mars, e quante case avea dal ponte Vecchio a quelloda la Carraia, e infino alla gora lungo l'Arno rovinato, e in borgo Sa Iacopo, eziandio tutte le vie lung'Arno di qua e di là rovinaro, che a riguardare le dette rovine pareva quasi uno caos; e simile rovinaro molte case male fondate per la città in più parti. E se non fosse che la notte vegnente rovinò del muro del Comune dal prato d'Ognisanti da braccia CCCCL per la forza dell'acqua, la quale rottura sfogò l'abondanza dela raccolta acqua, onde la città era piena e tuttora crescea, di certo la città era in grande pericolo, e per montare l'acqua in tutte parti della città il doppio che non fece; ma rotto il detto muro, tutta l'acqua ch'era ne la città ricorse con grande foga a l'Arno, e fu venuta quasi meno e nella città fuori del corso d'Arno il venerdì ad ora di nona, lasciando la città e tutte le vie e case e botteghe terrene e volte sotterra, che molte n'avea in Firenze, piene d'acqua di puzzolente mota, che non si sgombrò in sei mesi; e quasi tutti i pozzi di Firenze guastò, e si convennero rifondare per lo calo del letto d'Arno. E seguendo il detto diluvio apresso la città verso ponente, tutto il piano di Legnaia, e d'Ertignano, e di Settimo, d'Ormannoro, Campi, Brozzi, Sammoro, Peretola, e Micciole infino a Signa, e del contado di Prato, coperse l'Arno diversamente in grande altezza, guastando i campi, vigne, menandone masserizie, e le case e molina e molte genti e quasi tutte le bestie; e poi passato Montelupo e Capraia, e per la giunta di più fiumi che di sotto a Firenze mettono in Arno, i quali ciascuno venne rabbiosamente rovinando tutti i loroponti. Per simile modo e maggiormente coperse l'Arno e guastò il Valdarno di sotto, e Pontormo e Empoli e Santa Croce e Castelfranco, e gran parte de le mura di quelle terre rovinaro, e tutto il piano di San Miniato e di Fucecchio e Montetopoli e di Marti al Ponte ad Era. E giugnendo a Pisa sarebbe tutta sommersa, se non che l'Arno sboccò dal fosso Arnonico e dal borgo a le Capanne nello stagno; il quale stagno poi fece un grande e profondo canale infino in mare, che prima non v'era; e da l'altro lato di Pisa isgorgò ne li Osori e mise nel fiume del Serchio; ma con tutto ciò molto allagò di Pisa, e fecevi gran danno, e guastò tutto 'l pianodi Valdiserchio e intorno a Pisa, ma poi vi lasciò tanto terreno, che alzò in più parti due braccia con grande utile del paese. Questo diluvio fece alla città e contado di Firenze infinito danno di persone intorno di IIIc, tra maschi e femine, piccioli e grandi, ch'al

principio si credea di più di IIIIm, e di bestiame grande quantità, di rovina de' ponti e di case e molina e gualchiere in grande numero, che nel contado non rimase ponte sopra nullo fiume e fossato che non rovinasse; di perdita di mercatantie, panni lani di lanaiuoli per lo contado, e d'arnesi, e di masserizie, e del vino, che nne menò le botti piene, assai ne guastòe; e simile di grano e biade ch'erano per le case, senza la perdita di quello ch'era seminato, e il guastamentoe rovina delle terre e de' campi; l'acqua coperse e guastò, i monti e piaggie ruppe e dilaniò, e menò via tutta la buona terra. Sì che a stimare a valuta di moneta il danno de' Fiorentini, io che vidi queste cose per nullo numero le potrei né saprei adeguare, né porrevi somma di stima; ma solo il Comune di Firenze sì peggiorò di rovina di ponti e mura di Comune e vie, che più di CLm di fiorini d'oro costaro a rifare. E questo pericolo non fu solamente in Firenze e nel distretto, con tutto chel'Arno per la sua disordinata abbondanza d'acqua in quella peggio facesse, ma dovunque hae fiumi o fossati in Toscana e in Romagna, crebbono per modo che tutti i loro ponti ne menaro e uscirono di loro termini, e massimamente il fiume del Tevere, e copersono le loro pianure d'intorno con grandissimo dannaggio del contado del Borgo a Sansipolcro, e di Castello, di Perugia, di Todi, d'Orbivieto, e di Roma; e il contado di Siena e d'Arezzo e la Maremma gravò molto. E nota che nne' di che fue il detto diluvio e più di appresso in Firenze ebbe grande difetto di farina e di pane per lo guasto delle molina e de' forni; ma i Pistolesi, Pratesi, Colle, e Poggibonizzi, e l'altre terre del contado e d'intorno, soccorsono con grande abbondanza di pane e di farina la città di Firenze, che venne a grande bisogno. Fecesi questione per li savii Fiorentini antichi, che allora viveano in buona memoria, qual era stato maggiore diluvio, o questo, o quello che fu gli anni Domini MCCLXVIII. I più dissono che l'antico non fu quasi molto meno acqua, ma per l'alzamento fatto del letto d'Arno, per la mala provendenza del Comune di lasciare alzare le pescaie a coloro ch'aveano le molina inn-Arno, ch'era montato più di braccia VII da l'antico corso, la città fu più allagata e con maggiore damaggio che per l'antico diluvio; ma a cui Dio vuole male li toglie il senno. Per lo quale difetto avvenuto delle pescaie incontanente fu fatto decreto per lo Comune di Firenze che infra' ponti nulla pescaia né molino fosse, né di sopra a Rubaconte per ispazio di IIm braccia, né di sotto aquello dalla Carraia per ispazio di IIIIm braccia, sotto gravi pene; e dato ordine, e chiamati ufficiali a fare rifare i ponti e le mura cadute. Ma tornando al proposito a la quistione di sopra, crediamo che questo diluvio fosse troppo maggiore che l'antico, che solamente non fu tanto il crescimento per piova, come fue per terremoto. Di certo che l'acqua chiara surgea d'abisso con grandi sampilli sopra più terreni; e questo vedemo in più parti, e eziandioin sulle montagne; e però più a pieno avemo messo in nota in questa

cronica di questo disordinato diluvio a perpetua memoria, perch'è istata grande novità da notare, che dapoì che lla città di Firenzefu distrutta per Totile Flagellum Dei, non ebbe sì grande aversità e damaggio come fu questo.

## **Livro XII, cap. 2**

*D'una grande questione fatta in Firenze, se 'l detto diluvio venne per iudicio di Dio o per corso naturale.*

In Firenze ebbe del detto diluvio grande ammirazione e tremore per tutte genti, dubitando non fosse iudicio di Dio per le nostre peccata, chepoi che bassò il diluvio più di apresso non finava di piovere con continui tuoni e baleni molto spaventevoli; per la qual cosa le più delle genti di Firenze ricorsono a la penitenzia e comunicazione, e fu bene fatto per apaciare l'ira di Dio. E di ciò fu fatta quistione a' savi religiosi e maestri in teologia, e simile a' filosofi in natura e a strolaghi, se 'l detto diluvio fosse venuto per corso di natura o per iudicio di Dio. Per li astrolaghi naturali fu risposto, ponendo inanzi la volontà di Dio, che gran parte della cagione fu per lo corso celesto e forti coniunzioni di pianete, assegnandone più ragioni, le quali in parte racconteremo in brieve e al grosso, per meglio fare intendere, in questo modo, cioè che a dì XIII del maggio passato fu ecrissi, o vuoli oscurazione di grande parte del sole nel segno della fine del Tauro casa di Venus con caput Draconis; per la quale scurazione infino allora per savi religiosi e per mostramento d'astrolaghi fu sermonato in pergamo in Firenze, il quale noi udimo, che ciò significava grande secco nella presente state vegnente, e poi ne l'opposizione di quello eclissi grande soperchio d'acque, e tremuotie grandi pericoli e mortalitate di genti e di bestie; amonendo le genti a penitenzia. E poi apresso a l'entrante di luglio fu congiunzione a grado di Saturno con Marte alla fine del segno de la Vergine, casa di Mercurio; il quale significa soperchio d'acque e sommersione per li due detti pianeti infortuni. Ma quello che dissono che gravò più, seguendo l'una congiunzione l'altra, sì fu che il dì del diluvio il sole si trovò ne l'opposizione del suo eclissi a gradi XVIII de lo Scorpione in congiunzione con cauda Draconise con la stella che ssi chiama Cuore de lo Scorpione, che sempre sono infortune e fanno grandi pericoli in mare e interra; e Venus pianeta acquosa si trovò ne la fine del detto Scorpione, e per aggiunta il sole in tale congiunzione si trovò assediato intra lle due infortunate, cioè Saturno e Mars, congiunte insieme per sestile aspetto; Saturno nella Libra in sua esaltazione congiunta co llui la luna, la qual è portatrice del tempo futuro; e a llui venne con segni e ascendenti aquatichi stata nella sua congiunzione dinanzi, cioè ne la Libra medesima con Saturno e con Venus e Mercurio pianeti aquatichi; e l'ascendente de la

sua congiunzione fu Tauro sua esaltazione e casa di Venus ov'era stato l'eclissi del sole, e nella sua opposizione di quello lunare dinanzi al diluvio fu il suo ascendente il Cancro sua casa, che significa abbondanza d'acqua; e i dettipianeti aquatici, Venus e Mercurio, erano in Iscorpione, segno aquatico e casa di Marte, e con cauda Dragone. E nel cominciamento e grande parte di quello lunare dinanzi al diluvio furo grandi piogge in Firenze e in molte parti, e questo fu segno del futuro diluvio. E da l'altra parte la pianeta di Mars a la venuta del diluvio si trovò nel segno del Sagittario in sua proprietà caldo e secco, e chevolontieri saetta, involupato nel detto segno co Mercurio pianeta convertivole e reo co' rei, freddo e umido e aquatico, e contra la complessione di Mars e del detto segno, il quale Mars combattendosi co' raggi di Saturno, mandaro in terra le loro influenze, cioè soperchi di tuoni e di piove, e baleni con folgori, e sommersioni e tremuoti. E per aggiunta al fatto, la pianeta di Iove, la qual è fortunata, dolce e buona, in quell'ora si trovò nel segno de l'Aquario casa di Saturno, e con Saturno congiunta in trino aspetto, e con Mars in sestile aspetto, sìche la sua virtù fu vinta da li detti due infortuni, e con neente di podere; ma convenne ch'aggiugnesse alla infortuna de' rei per lo segno d'Aquario ov'era. E nota, lettore, e raccogli, se neente intenderai de la detta scienza, tu troverai al punto e giorno che venne il diluvio congiunte quasi tutte esette le pianete del cielo insieme corporalmente, o per diversi aspetti e in case e termini di segni, da commuovere l'aria e' cieli e gli elementi a darne le sopradette influenze. Domandati ancora i detti astrolaghi perché il detto diluvio avvenne più a Firenze che a Pisa, ch'era in su l'Arno medesimo, elà giù dovea essere e fu più grosso, o ad altre terre di Toscana, fu risposto che prima ci fu la cagione de la mala provedenza de' Fiorentini, come detto è, per l'altezze de le pescaie; l'altra secondo istorlomia, Saturno, il quale dà infortuna, e sumersione, e ruine, e diluvii ne la sua opposizione, era nel segno de la Libra, in sua esaltazione; la quale Libra s'atribuisce a la città di Pisa, e a l'opposito del segno de l'Ariete, il quale Ariete pare s'atribuisca a la città di Firenze, e l'ascendente de l'entrare del sole nell'Ariete nello detto anno fu signore; la Libra e l'Ariete si trovò... di ponentecol sole in cadimento; il quale (di cui l'Ariete è esaltazione) si trovò congiunto e assediato al tempo del diluvio in mala parte e infortuni, come detto è. E Mars, il quale è signore del segno de l'Ariete, si trovò congiunto con Saturno e vinto da lui per lo modo che di sopra è fatta menzione. E queste contrarietà e congiunzioni paiono cagione del soperchio diluvio e damaggio a la città di Firenze più che a Pisa. E basti quello che in questo avemo raccolto di più lunghe disposizioni de li astrolaghi sopra questa questione. Sopra la detta questione i savi religiosi e maestri in teologia rispuosono santamente e ragionevolmente, dicendo che lle ragioni dette delli astrolaghi

potessero in parte essere vere, ma non di necessità, se non in quanto piacesse a Dio; però che Idio è sopra ogni corso celesto, e elli il fa muovere e regge e governa; e 'l corso di natura è apò Dio, quasi come al fabro è il martello, che con esso può foggare diverse spezie di cose, come averà imaginato nella sua mente. Per simile modo e maggiormente il corso di natura e delli elementi, e eziandio le demonia, per lo comandamento di Dio sono flagella e martella a' popoli per punire le peccata; e a la nostra fragile natura non è possibile d'antivedere l'abisso e eterno consiglio del predestino e prescienza de l'Altissimo, ma eziandio male si conoscono per noi l'opere sue fatte e a noi visibili. Ed acciò che di questa questione utile si tragga per li lettori, diciamo che Idio ha signoria di mandare e premettere i suoi iudicii al mondo, e secondo corso di natura, e quando a lui piace sopra natura, e ancora contra natura, sì come onnipotente signore de l'universo; e fallo a due fini, o per graziosa misericordia, o per eseguzione di iustitia. Ed acciò che per chi leggerà sia più chiaro e aperto ad intendere, di molte e lunghe ragioni e sottili allegagioni de' detti savi ritrarremo al grosso e ricoglieremo, dicendo alquanti veri e chiari esempi e miracoli della sacra Scrittura sopra la detta materia; e cominceremo dal principio del Genesi, ove dice: "In principio creò Idio il cielo e la terra; et dixit, et facta sunt etc.". Questo fue grazia e sopra natura a fare per la sua infinita potenza il corso del cielo e di natura per una sola parola, che prima era neente; e chi ha podere di fare la cosa, pur materialmente parlando, la può disfare e mutare: maggiormente Idio può tutto fare, e alterare, disfare, e mutare. Apresso in quello medesimo Genesi, capitolo VIII, disse Idio a Noè: "Fa' l'arca, ch'io voglio mandare il diluvio dell'acque sopra terra, perché muoiano tutte creature per le peccata delle genti etc.". E questo fue per la sua iustitia. Apresso si legge nel XXIII capitolo del detto Genesi delli angeli che vennero ad Abraam e a Lot, i quali per lo peccato contra natura distrussero le cinque città di Sogdoma e Gomorra e l'altre; e questa fue eseguzione di iustitia, e sopra corso di natura. E se pur X uomini giusti e senza il detto peccato vi fossono trovati, disse Idio ad Abraam ch'avrebbe perdonato a li altri, tanta è la sua clemenzia e misericordia infinita. E nel XX capitolo del Genesi Idio anunziò ad Abraam, ch'avea C anni, e a Sarra sua moglie, ch'avea anni LXXXX ed era sterile, ch'ella conceperebbe Isaac padre d'Israel, e così fu; e ancora questo fu sopra natura, e per grazia di Dio, acciò che di quello nascesse il suo popolo e il suo unigenito figliuolo Gesù Cristo. E che leggiamo ancora nel libro de l'Esodo, cominciando al X capitolo, delle pestilenzie che Idio mandò sopra Faraone e il suo popolo d'Egitto per li prieghi di Moisè e d'Aron, e per la crudeltà che faceano al popolo di Dio; e alla fine per grazia al popolo Israel aperse il mare, ove passarono salvi, e Faraone colla cavalleria e popolo suo in quello mare la sommerse. E la

detta grazia del popolo Israel, e le dette pestilenzie sopra Faraone, furo per operazioni e iudicio divino e sopra natura, e non per corso di stelle. Ancora al detto suo populo per grazia e sopra natura, e contra natura, Idio li nutricò XL anni nel deserto di manna, e con la guida della colonna de la nuvola e del fuoco. E parte di quello populo per lo peccato de la 'nfedelità li consumò per ferro; e parte per lo peccato de la golosità li perseguitò colle trafitte de' serpenti; e parte di loro per superbia e ribellazione l'inghiottì la terra; ciò fu Abi e Daviron e loro seguaci; e parte di loro per lo peccato d'usare il fare il sacrificio indegnamente, per fuoco li pulì e distrusse; e tutte queste pestilenzie furo sopra natura e per iudicio di Dio per le peccata del populo. La grande città di Ninive era giudicata da Dio a pericolare per li loro peccati, e per li sermoni di Giona profeta mandato da Dio si corressero e tornaro a penitenzia, e ebbono grazia e misericordia da Dio; onde si manifesta chiaramente che Idio rimuove per li prieghi e penitenzia i suoi giudicii, e però maggiormente può e dee seguire il corso di natura il volere di Dio, e adoperare sopra natura come a llui piace, però che la fece, com'è detto dinanzi . Che diremo della grazia e miracolo che Idio fece sopra natura e contra 'l corso di natura per li prieghi di Iosùe suo servo, e capitano e re del suo populo, di fare tornare il sole braccia X adietro del suo corso? Nelli libri de' Re intra gli altri miracoli, per lo peccato della vanagloria che commise Davit a fare numerare il suo populo, molto del populo di Dio per pestilenzia morire contra corso di loro natura. E quante diverse persecuzioni di battaglie si leggono in quelli libri de' Re, e nelli altri libri, che Idio permise quando in pro e quando incontro al suo populo per li loro peccati omeriti? Che Nabucdonosor distrusse la prima volta la città di Ierusalem, e tutti i Giudei menò in servaggio, quelli che scamparo di morte; e poi Nabucdonosor per li suoi peccati d'uomo fu bestia per VII anni, e poi per simile modo distrusse la seconda volta Ierusalem Antioco re; e tutto fu per li peccati de' figliuoli Israel e per le loro abominazioni. E quando si riconobbono a Dio, con piccolo podere e cominciamento, Giuda Maccabeo il padre e' fratelli feciono la vendetta, e distrussero il regno d'Antioco, e tutti i detti giudicii di Dio furo per li peccati, e sopra ogni corso di natura. E però disse Idio al suo populo: “Io sono lo Idio Sabaot”, cioè a dire, in latino, lo Idio de l'oste e delle battaglie, “e doe vinto e perduto a cui mi piace, secondo i meriti e peccati, e la vittoria delle battaglie è nella mia destra”. E tutto questo è per la divina potenza e sopra 'l corso d'ogni natura. Assai è detto sopra miracoli che sono sopra natura e contra natura che Idio fece nel vecchio Testamento. Del nuovo alquanto diremo. Può esere, o fu mai, o sarà maggiore grazia, che la divina potenza degnò d'incarnare nella graziosa vergine Maria, ed esere Idio e uomo nato di vergine, e sofferire passione e morte, e ne la passione scurò tutto il sole nel mezzodì, e

era la luna in suo opposito, che secondo corso di natura non potea scurare; ma fu sopra natura, perché il fattore de la natura sofferia pena. E così grande e sì fatto misterio fu sopra ogni potenza naturale, e ciò piacque a l'Altissimo per osservare giustizia per lo peccato del primo uomo, e per fare grazia e misericordia per ricomperare l'umana generazione; e nullo verbo è impossibile a Dio. I miracoli che fece Gesù Cristo vangelizando in terra, e poi i suo' apostoli e li altri santi e martiri e vergini per lo suo nome, sono ancora tutto di; i quali sono sopra ogni natura e corso celesto; sopra le quali dette vere ragioni e argomenti principalmente la soluzione della nostra questione [è] molto chiara. Che diremode la rovina de la città di Ierusalem la terza volta, e per la persecuzione e scerramento de' Giudei fatto per Tito e per Vespasiano imperadori di Roma, per la vendetta del peccato commesso della giusta e non giusta morte di Cristo figliuolo di Dio? Certo questo fue chiaro ed evidente iudicio di Dio, e non per corso di natura, che mai poi non ebbero i Giudei istato né ricetta di loro signoria, e sono passati più di MCCC anni ch'è durato il loro esilio. Dell'altre molte persecuzioni, rovine, pestilenzie, diluvii, e battaglie, naufragi, avvenute al tempo de' Romani e de' pagani per iudicio di Dio e pulimento de' peccati oltre al corso di natura, prima e poi che venne Cristo, a raccontarle sarebbero infinite e confusione del nostro trattato; e simile poi al tempo de' Cristiani per la venuta de' Gotti, e Vandali, e Saracini, e di Lungobardi, de li Ungheri, de' Teotonici, Spagnuoli, e Catalani, e Franceschi, e Guaschi, che sono venuti in Italia, e tutto di vengono; delle quali pestilenzie assai chiaramente a' buoni intenditori si possono comprendere per questa cronica, e per altri libri che di ciò fanno menzione, le quali tutte sono statee sono per lo giudicio di Dio per pulire li peccati. E però tornando al proposito della nostra questione e a sentenza, e raccogliendo i sopradetti esempli veri e chiari, tutte le pestilenzie e battaglie, rovine e diluvii, arsioni e persecuzioni, naufragii e esilii avvengono al mondo per permissione de la divina giustizia per pulire i peccati, e quando per corso di natura, e quando sopra natura, come piace e dispone la divina potenza. E nota ancora, lettore, che, la notte che cominciò il detto diluvio, uno santo eremita ch'era nel suo solitario romitorio di sopra a la badia di Valombrosa stando in orazione sentì e visibilmente udì un fracasso di demonia di sembianza di schiere di cavalieri armati, che cavalcassero a furore. E ciò sentendo il detto romito fecesi il segno della croce, e si fece al suo sportello, e vide la moltitudine de' detti cavalieri terribili e neri; e scongiurando alcuno da la parte di Dio che•lli dicesse che ciò significava, e li disse: “Noi andiamo a somergere la città di Firenze per li loro peccati, se Idio il concederà”. E questo io autore per saperne il vero ebbi da l'abate di Valombrosa, uomo religioso e degno di fede, che disaminando l'ebbe dal detto suo romito. E però non credano i Fiorentini che la

presente pestilenzia, ond'è fatta questione, sia loro avvenuto altro che per giudizio di Dio, bene che in parte il corso del sole s'accordasse a ciò per punire i nostri peccati, i quali sono soperchi e dispiacevoli a Dio, sì di superbia l'uno vicino coll'altro in volere segnoreggiare e tiranneggiare e rapire, e per la infinita avarizia e mali guadagni di Comune, di fare frodolenti mercatantie e usure, recati da tutte parti de l'ardente invidia l'uno fratello e vicino coll'altro; sì della vanagloria de le donne e disordinate spese e ornamenti; sì de la golosità nostra di mangiare e bere disordinato, chepiùè vino si logora oggi in uno popolo di Firenze a taverne, che non soleano logorare li nostri antichi in tutta la città; sì per le disordinate lussurie delli uomini e delle donne; e sì per lo pessimo peccato della ingratitudine di non conoscere da Dio i nostri grandi benefici e il nostro potente stato, soperchiando i vicini d'intorno. Ma è grande meraviglia come Dio ci sostiene (e forse parrà a molti ch'io dica troppo, e a me peccatore non sia lecito di dire), ma se non ci volemo ingannare noi Fiorentini, tutto è il vero; di quante battiture e discipline ci ha date Idio al nostro presente tempo, pur da li anni MCCC in qua, senza le passate che scritte sono in questa cronica: prima la nostra divisione di parte bianca e nera; poi la venuta di meser Carlo di Francia, e 'l cacciamento che fece di parte bianca, e le sequele e rovina che furono per quella; poi il giudizio e pericolo del grande fuoco che fue nel MCCCIII, e poi di più altri apresso stati nella città di Firenze per li tempi con grande damaggio di molti cittadini; apresso della venuta d'Arrigo di Luzimburgo imperadore nel MCCCXII, e il suo assedio a Firenze e guastamento del nostro contado, e conseguente la mortalità e corruzione che poi fu in cittade e in contado; apresso la sconfitta da Montecatino nel MCCCXV; apresso la persecuzione e guerra castruccina, e la sconfitta d'Altopascio nel MCCCXXV, e la sequeladella sua rovina, e la sformata spesa fatta per lo Comune di Firenze per le dette guerre fornire; apresso il caro e la fame l'anno MCCCXXVIII, e la venuta del Bavero si dicea imperadore; apresso la venuta del re Giovanni di Boemia, e poi il presente diluvio; ond'è nata la questione, che raccogliendo tutte l'altre dette aversitadi inn-una, non furono maggiori di questa. E però istimate, Fiorentini, che queste tante minacce di Dio e battiture non sono senza cagione di soperchi peccati, e paiono a l'avversitadi li detti giudicii, che di nostri antichi. Ed io autore sono di questa sentenza sopra questo diluvio: che per li oltraggiosi nostri peccati Idio mandò questo giudizio mediante il corso del cielo, e apresso la sua misericordia, però che poco durè la rovina per non lasciarne al tutto perire, per li prieghi delle sante persone e religiose abitanti nella nostra città e d'intorno, e per le grandi limosine che ssi fanno in Firenze. E però carissimi fratelli e cittadini, che al presente sono e che saranno, chi leggerà e intenderà, dee avere assai gran materia di correggersi e lasciare ivizii e'

peccati per lo tremore e minacce de la iustizia di Dio, per lo presente e per lo tempo a venire; e acciò che l'ira di Dio più non si spanda sopra noi, e che pazientemente e con forte animo sostegnamo l'avversità, riconoscendo Idio onnipotente, e ciò facendo, e con virtù bene adoperando meritiamo misericordia e grazia da llui, la quale fia duplicata, e esaltazione e magnificenza de la nostra città. Di questo diluvio e sùbito avvenimento a la nostra città di Firenze corse la fama e novella tra tutti i Cristiani, e ancora più grave e pericolosa che non fu, con tutto fosse quasi inestimabile. E vegnendo al cospetto della maestà del re Ruberto, amico, e per fede e devozione di noi signore nostro, si dolfe di noi di tutto suo cuore, e come il padre fae al figliuolo, per suo sermone per lui dittato ci mandò amonendo e confortando, e il suo potere profferendo per la forma e modo che conterà il detto suo sermone, overo pistola; la quale in questa nostra opera ci pare degna di mettere in nota verbo a verbo a perpetua memoria, acciò che i nostri successori cittadini che verranno e leggeranno quella, sia manifesta la sua clemenza e sincero amore che 'l detto re portava al nostro Comune, e di ciò possano [trarre] utilità di buoni e santi esempi e amunizioni e conforto, però che tutta è piena d'auttoritadi della divina scrittura, sì come quelli ch'è sommo filosofo e maestro, più che re che portasse corona già fa mille e più anni; e con tutto che in latino, come la mandò, fosse più nobile e di più alti verbi e intendimenti per li belli latini di quella, ci parve di farla volgarizzare, acciò che seguisse la nostra materia volgare, e fosse utile a' laici come a li alletterati.

## ANEXO B

### TRECHOS SELECIONADOS TRADUZIDOS DA NUOVA CRONICA DE GIOVANNI VILLANI:

#### **Tomo 1, livro 1**

Este livro chama-se Nova Crônica, no qual se trata de feitos passados, especialmente da origem e início da cidade de Florença depois de tantas modificações que houve, e haverá, ao longo do tempo: começando sua compilação no ano de 1300 da encarnação de Jesus Cristo.

#### **Livro I, cap. 1**

*Aqui começa este livro.*

Tanto mais que entre nossos antigos florentinos poucas e mal engendradas memórias dos feitos passados de nossa cidade de Florença encontramos, por negligência nossa, ou porque no tempo em que *Átila, o Flagelo de Deus* a destruiu se perderam os seus manuscritos, eu Giovanni Villani, cidadão de Florença, considerando a nobreza e grandeza de nossa cidade em nosso tempo presente, parece-me que se acorda fazer e contar a memória da origem e fundação de tão famosa cidade, e das suas mudanças afortunadas e desafortunadas, de seus fatos já acontecidos; Não por me sentir suficiente para uma obra como esta, mas para dar notícia aos que a nós se sucederem de não ser negligentes em registrar os feitos notáveis que deverão acontecer depois de nós, e para dar exemplo aos que vierem depois das mudanças e das coisas que aconteceram, das suas razões e causas; para que possam se exercitar praticando as virtudes e repelindo os vícios, e enfrentar as adversidades com o espírito forte para o bem e estabilidade de nossa república. E eu fielmente narro esse livro em língua vulgar, para que os leigos e os analfabetos<sup>296</sup> possam dele tirar deleite e proveito, e se, em alguma parte houver erro, deixo a correção para os mais sábios.

Primeiramente, diremos onde ocorreu a origem de nossa cidade, seguindo por quanto tempo Deus nos conceda a graça; e não sem muito trabalho, extrair e recuperar de livros muito antigos e diversos, de crônicas e autores, os atos e feitos dos florentinos, para compilá-los aqui. E em primeiro lugar, a origem da cidade de Fiesola, cuja destruição foi a causa e início de nossa cidade de Florença, e porque nossa origem se faz tão longínqua recontada em

---

<sup>296</sup> Aletterati, que é a grafia antiga do adjetivo illetterato, que significa tanto analfabeto (sentido pleno) como inculto ou desprovido de cultura literária. Parece-nos que Villani se refere ao primeiro caso, pois antes utiliza o termo *laici* – *laicos ou leigos* – com sentido de não-religiosos, para distinguir aqueles que não conhecem o Latim mas leem o vulgar. Desse modo, Villani deve estar aludindo com aletterati ao tipo de leitura mais particado na Idade Média – a leitura com os ouvidos.

outra breve antiga história, nosso tratado parece-nos necessário. E é agradável e útil aos nossos cidadãos, que são e que serão virtuosos e de grandes feitos, considerando que são descendentes de nobre progênie e de gente virtuosa, como foram os antigos e bons troianos e valentes e nobres os romanos. E por ser a nossa obra muito boa e louvável, recorro a ajuda de Nosso Senhor Jesus Cristo, em nome do qual toda obra tem um bom começo, meio e fim.

### **Livro 1, cap. 7**

*Como o rei Atlante edificou pela primeira vez a cidade de Fiesola.*

Este Atlante tinha uma esposa de nome Electra. E essa Electra, esposa de Atlante, era filha de outro rei Atlas, que era descendente de Cam, segundo filho de Noé. Esse Atlante viveu na África sob o poente, quase defronte da Espanha, e por causa dele foi primeiramente nomeado lá o grande monte Atlas, que dizem ser tão alto que quase toca o céu, onde o poeta fez a fábula de que aquele Atlas sustentava o céu, e, além disso, foi um grande astrólogo. E nele seu sétimo filho se transformou na sétima estrela de Touro, que vulgarmente chamamos de Galulle. Uma dessas sete filhas era a citada Electra, esposa de Atlas, rei de Fiesola. E este Atlante, com sua esposa Electra e muitos seguidores, por augúrio e conselho de Apolino, seu astrólogo e mestre, chegou à Itália, no país da Toscana, que era totalmente desabitado pelos seres humanos. Buscando com a ajuda da astronomia em todos os confins da Europa pelo lugar mais salutar e melhor situado que poderia ser escolhido por ele, tendo fixado residência no monte Fiesola, que lhe pareceu o mais forte e bem posto. E sobre este monte começou a construir a cidade de Fiesola por aconselhamento de Apolino, que descobriu, pela arte da astronomia, que Fiesola era o melhor e mais saudável lugar nesta terça parte do mundo que era a Europa. Imperou que seja quase no meio do caminho entre os dois mares que circundam a Itália, os mares de Roma e Pisa, que as Escrituras chamam de Mediterrâneo<sup>297</sup> e o Mar Adriático ou o Golfo, que hoje chamamos de Golfo de Veneza. E em virtude desses mares e das montanhas que estão em torno, predominam os melhores ventos, os mais saudáveis e puros que em qualquer outra parte, e também pelas estrelas que dominam aquele lugar. E a dita cidade foi fundada sob a ascendência do signo e planeta que dão mais alegria e força a todos os habitantes do que em qualquer outra parte da Europa. E quanto mais se sobe em direção ao cume da montanha é tanto melhor. E nessa cidade houve uma terma<sup>298</sup>, chamada de Banho Real, que curava muitas enfermidades. E da dita cidade, houve um maravilhoso canal

---

<sup>297</sup> Mar do meio.

<sup>298</sup> Locais públicos para banhos.

desde a montanha até Fiesola trazendo água de fonte finíssima e sã, a qual a cidade teve em abundância. E tratou Atlante de amurar a cidade com fortíssimo muro, de maravilhosas pedras e largura, com grandes e fortes torres, e uma fortaleza no cume, de grande beleza e força, em que morava o dito rei como ainda pode ser vista pelas fundações do muro, e pelo local forte e saudável em que se encontram. Essa cidade se multiplicou e cresceu em número de habitantes em pouco tempo, de modo que governou as terras ao redor até grande distância. E nota-se que essa foi a primeira cidade fundada nessa terça parte do mundo chamada Europa, e por isso foi denominada *Fia sola*, ou seja, a primeira, a única, sem outra cidade habitada de que tome parte.

### **Livro 1, cap. 33**

*Como Metelo e sua milícia guerrearam contra os fiesolanos.*

Depois, Metelo, que estava próximo, na Lombardia, nas montanhas dos alpes Apeninos, que se encontram no país de Modena, ouviu falar da derrota e morte de Catilina, e prontamente veio com seu exército para o local onde a batalha havia acontecido, e tendo visto os massacrados, espantado pela estranha e grande mortandade, assustou-se, maravilhando-se diante de algo impossível. Mas ele e seus seguidores igualmente espoliaram os campos dos romanos como o de seus inimigos, pilhando tudo o que foi encontrado; e feito isso, aproximaram-se de Fiesola para assediar a cidade. Os fiesolanos pegaram em armas vigorosamente e partiram da cidade à planície, combatendo com Metelo e suas tropas, e pela força obrigou que este recuasse e atravessasse até a outra margem do Arno, causando grande dano às suas gentes. Estas acamparam colina acima e nas margens do rio; E os fiesolanos e suas tropas retornaram da outra margem do Arno para Fiesola.

### **Livro I, cap. 35**

*Como Metelo e Fiorino desbarataram os fiesolanos nas margens do rio Arno.*

Metelo, na noite seguinte, ordenou e comandou que parte de sua gente, longe das tropas dos fiesolanos, atravessasse o rio Arno e se concentrasse numa emboscada entre a cidade de Fiesola e as tropas fiesolanas. E dessa gente se fez capitão Fiorino, um nobre cidadão romano da linhagem dos Fracchi, do qual era pretor, que é o mesmo que ser o marechal de seu exército; e Fiorino, como ordenado pelo cônsul assim o fez. Pela manhã, ao romper do dia, Metelo armado com toda a sua gente, atravessou o rio Arno e começou a batalha contra os fiesolanos, e os fiesolanos defendiam-se vigorosamente no vau do rio,

mantendo a batalha ao longo do rio Arno. Fiorino, que estava com sua gente reunida em uma emboscada, ao ver começada a batalha, partiu francamente para a retaguarda dos fiesolanos, que combatiam ao longo do rio com Metelo. E os fiesolanos, despreparados, viram a si mesmos subitamente assaltados por Fiorino, na retaguarda, e Metelo na dianteira, desbaratados, largaram suas armas e, derrotados, fugiram para a cidade de Fiesola, onde muitos foram mortos e capturados.

### **Livro I, cap. 36**

*Como os romanos cercaram Fiesola pela primeira vez, e como Fiorino foi morto.*

Desbaratados e expulsos os Fiesolanos das margens do Arno, Fiorino, pretor, acampou com o exército romano ao longo das margens do rio até a cidade de Fiesola, onde havia duas vilas, uma chamada Vila Arnina e a outra Camarte, ou Campo ou *domus* de Marte, onde em um determinado dia da semana os fiesolanos faziam um mercado com todos os produtos para Fiesola e arredores. O cônsul fez um acordo com Fiorino que ninguém deveria comprar ou vender pão, vinho ou outra coisa que pudesse ser útil em batalha a não ser onde Fiorino estava estacionado. Depois disso, o cônsul Quinto Metelo, enviado imediatamente a Roma para que fossem mandadas com ele mais tropas para sitiar a cidade de Fiesola, e para tanto, o senado fez um decreto em que Júlio Cesar, Cícero, e Macrino, com legiões de muitos soldados fossem enviados para assediar e destruir a cidade de Fiesola; o que, tendo chegado, foi feito. Cesar acampou na colina que circundava a cidade do alto; Macrino na contígua; e Cícero, no outro lado. Assim permaneceram por seis anos, sitiando a cidade, que quase destruíram por meio da fome e do longo cerco. E da mesma forma, as tropas sitiadas, pela longa permanência e privações, diminuídas e enfraquecidas, afastaram-se do cerco e retornaram a Roma, menos Fiorino, que permaneceu no cerco com seus seguidores na planície onde primeiro acamparam, cercado-se de fossos e paliçadas a guisa de muralhas e fortificações, e assim manteve os fiesolanos na linha por bastante tempo. Até que seus companheiros se sentiram seguros, de tanto deter os inimigos para coisa alguma. Os fiesolanos recuperaram, assim, um pouco o fôlego, e lembrando-se do mal que Fiorino havia feito e estava causando ainda, repentinamente e com certo desespero, à noite avançaram com escadas e com máquinas para atacar o acampamento ou fortaleza de Fiorino. E ele, e sua gente, com pouca guarda, dormiam, e não percebendo os Fiesolanos, foram por eles surpreendidos. Fiorino, a esposa e filho foram mortos, e sua tropa naquele lugar foi quase toda destruída, pois poucos

escaparam.; E a fortaleza e sua torre de guarda<sup>299</sup> foram queimadas e destruídas pelos Fiesolanos.

### **Livro I, cap. 37**

*Como a cidade de Fiesola se entregou aos romanos, e foi destruída e devastada.*

Tendo sido sitiada Fiesola pela segunda vez, exaurida e aflita, tanto pela fome como porque seus aquedutos foram cortados e danificados, a cidade se rendeu a Cesar e aos romanos no período de dois anos e quatro meses e seis dias, que foi o que durou o cerco, com a condição de quem quisesse deixar a cidade o fizesse em segurança. Aprisionada a terra pelos romanos, foi espoliada de toda a sua riqueza e por Cesar foi completamente destruída, incluindo suas fundações. E isso ocorreu em torno de setenta e dois antes do nascimento de Cristo.

### **Livro II, cap. 1**

*Como foi construída Florença.*

Destruída a cidade de Fiesola, César e seus exércitos desceram a planície nas margens do rio Arno, onde Fiorino e suas tropas foram mortos pelos fiesolanos, e nesse lugar começaram a construir uma cidade para que ali jamais Fiesola pudesse ser reedificada. E dispensou os cavaleiros latinos que o acompanhavam, enriquecidos com o espólio dos fiesolanos; os latinos foram chamados erroneamente de Tudertini. César, então, após fixar os limites da cidade à qual queria dar o seu nome, Caesareae, incluiu nela mais duas vilas, vila de Camarti e Villa Arnina.

O Senado sentenciou que com seu nome Cesar não a chamasse, decretando e ordenando que aqueles que foram senhores na guerra de Fiesola, e que a cercaram conjuntamente com Cesar, com este iniciassem sua construção e a povoassem. E, depois de completado o trabalho, que dessem seus próprios nomes ou o que lhe aproovessem. Então, Macrino, Albino, Igneo Pompeo, Márcio guarnecidos de material e trabalhadores vieram de Roma para a cidade que Cesar construía, e acordaram com este de dividir o trabalho da seguinte maneira: Albino pavimentaria a cidade, que foi um nobre trabalho, trazendo-lhe beleza e charme, e ainda hoje são encontrados fragmentos nas escavações no arco de San Piero Scheraggio, na porta de San Piero, e na porta do Duomo, que mostram como era a

---

<sup>299</sup> O substantivo original Battifolle é uma espécie de torre ou bastião que era construído para propósitos militares de ataque ou de defesa. Traduzimos por torre de guarda.

cidade antiga. A causa de Macrino seria a de conduzir água da nascente através de condutas e aquedutos por sete milhas até a cidade, para que esta tivesse abundância de água boa para beber e para a limpeza. Este aqueduto foi feito desde o rio Marina no sopé do monte Morello, recolhendo todas as fontes de Sesto, Quinto e Colonatta. Em Florença, as já citadas fontes desembocavam em um grande palácio chamado capud aque, que vulgarmente chamamos Capaccia, e ainda hoje seus vestígios podem ser vistos na Terma. E note que os antigos costumavam beber água da fonte trazida pelos condutos, porquanto seja mais pura e saudável que águas de poços, mas porque bebiam pouco vinho, muito pouco, mais água do aqueduto, até porque havia poucas videiras. Igneo Pompeu fez o muro de tijolos queimados, e sobre a muralha da cidade construiu muitas torres redondas, e entre cada uma havia uma distância de vinte côvados<sup>300</sup>, logo as torres eram de grande resistência e beleza. Do tamanho e circunferência da cidade não encontramos crônica que os mencione, a não ser de quando Átila, O Flagelo de Deus a destruiu, mas a historia relata que era enorme. Márcio, o outro senhor romano, fez o Capitólio à moda de Roma, que é o palácio ou fortaleza-mestre da cidade, que foi de maravilhosa beleza, onde as águas do rio Arno jorravam de um canal abobadado e retornava ao leito no subsolo, de modo que em todos os festivais a cidade era limpa e purificada. Este Capitólio estava onde hoje é a praça do Mercato Vecchio, acima da Igreja de Santa Maria do Campitólio. Essa parece ser a opinião mais fundamentada, porém alguns dizem que estava no lugar em que hoje é o Guardingo, ao lado da Piazza di Popolo, ou Palácio dos Priores, que era outra fortaleza. Gardingo foi o nome dado às ruínas dos arcos e muros após a destruição de Átila, sendo utilizado para o meretrício. E os referidos senhores, cada qual se esforçou para terminar primeiro, tamanha sua solicitude, mas os trabalhos foram concluídos ao mesmo tempo, de modo que nenhum deles era favorável de ter a graça de nomear a cidade. Durante muito tempo foi então chamada de ‘Pequena Roma’. Outros a chamavam de Floria, pois Fiorino, o primeiro construtor do lugar, lá havia morrido, e foi uma flor nas atividades bélicas e na cavalaria, e nos campos ao redor do local onde a cidade foi edificada, sempre nascem flores e lírios. Após que a maioria dos habitantes consentiu em chama-la *Floria* posto que fora construída entre flores, ou seja, entre muitas delícias. E certamente o fora, visto que foi povoada pelas mais bem-aventuradas e capazes pessoas de Roma, enviadas pelo Senado na proporção de cada bairro de Roma, escolhidas por sorteio, e foi permitido, dentre esses, os fiesolanos que lá quisessem permanecer e habitar. E, por causa do longo uso na língua vulgar, fora chamada *Fiorenza, Espada Florida*. E acreditamos que

---

<sup>300</sup> Medida de comprimento que compreendia a distância de três palmos, ou seja, cerca de 66 cm.

tenha sido edificada no ano 682 depois de Roma, e 70 anos antes do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo. E não é espantoso que os florentinos estejam sempre em guerra entre si, pois descendem de dois povos contrários, hostis e diversos nos costumes, como eram nobres e venturosos os romanos nas guerras, e os fiesolanos, rudes e ferozes.

#### **Livro IV, cap. 4**

##### *Da progênie dos reis de França que descende de Hugo Capeto*

Hugo Capeto, como adiante se fará menção, faltante a linhagem de Carlos Magno, fora rei de França no ano de Cristo de 937. Este Hugo fora duque de Orleans (e para alguns se escreve que foram sempre os seus antepassados duques e de grande estirpe), filho de Hugo, o Grande, sua mãe era irmã de Otto I da Alemanha<sup>301</sup>; dele se disse que o pai fora um grande e rico burgês de Paris, açougueiro ou comerciante de animais de nascença; mas que pela sua grande riqueza e poder, vacante o ducado de Orleans, e restando a senhora, a tomou por esposa, de onde nasceu o mencionado Hugo Capeto, que fora muito sábio e poderoso, sendo o reino de França todo governado por ele. E acabada a linhagem de Carlos Magno, como mencionado, fora feito rei, e reinara vinte anos. Este Hugo Capeto e sua linhagem sempre empunharam o escudo azul e a flor de lis de ouro, e \*truovasi que Carlos Magno empunhava escudo com metade das armas do império, isto é, numa com o fundo de ouro e a águia negra, e na outra a flor de lis; em São Dionísio de França fora encontrado um emblema real antigo, de fundo azul com um chicote de ouro; não se sabe se teria sido da linhagem de Carlos, ou do primeiro rei vindo da Siccambria<sup>302</sup>. Depois de Hugo Capeto, reinara seu filho por treze anos, e este fora um grande clérigo nas Escrituras, e muito católico e santo. Depois dele reinara Henrique, seu filho, por trinta anos; e em seguida, reinara Felipe, filho seu, por quarenta e nove anos; Depois deste, reinara seu filho Luis, o Gordo, por trinta e um anos; e após este, seu filho Luis, o Piedoso, por quarenta e três anos, que fora como o nome, piedoso e bom, com todas as virtudes. Este teve por esposa a condessa de Chartres, que descendia da linhagem de Carlos Magno, nascida da casa da Normandia, e dessa senhora teve um filho, Felipe, O Caolho, que reinara quarenta e quatro anos. Este Felipe fora homem de grande valor e muito expandirao reino. Antes do Conde de Flandres, que havia levado à fonte<sup>303</sup>, que com mais de dez barões de França se rebelou; o qual por sua bravura e sabedoria a todos reduziu à sua

---

<sup>301</sup> Magna, no original, designa Alemanha.

<sup>302</sup> Região de origem dos francos.

<sup>303</sup> Fonte aqui é a pira batismal.

senhoria, e por conta desse erro tirara do Conde de Flandres, Vermandois e a Piccardia. Tal Felipe andou a conquistar em além-mar com o rei Ricardo da Inglaterra, e vencera em Acre e Soria; em seguida teve discórdia com o rei Ricardo, por dinheiro, que havia emprestado para a viagem, onde havia empenhado o Ducado da Normandia 200 mil libras dos parisienses; e quando chegou lá para recolhê-los, não quis o rei de França outra coisa que não os tostões dos parisienses, como dizia a carta; conquistou a Normandia à sua sujeição, onde grande guerra se travou entre os dois, pois o dito rei Ricardo se aliou, contra o rei Felipe, com Ferrante, Conde de Flandres, e com Otto IV, rei dos romanos<sup>304</sup>; no mesmo dia, Felipe rei combateu os referidos Otto e Ferrante à ponte de Bovino em Flandres e os derrotou, aprisionando Ferrante, enquanto Otto fugia; e Luis, filho do dito rei Felipe, travou batalha em Paito contra o rei da Inglaterra e outros barões, derrotando-os, e conduziu Paito à sua senhoria, e a Gasconha, Torenna, Angieri, Chiermonte; no fim, deixou grande tesouro por caridade às terras de além-mar, e morreu no ano de Cristo de 1216. Logo após Felipe, o Caolho, reinara seu filho por três anos. Este Luis teve quatro filhos da rainha Bianca, filha do rei de Espanha: o primeiro fora o bom e santo rei Luis, que sucedeu o rei de França; o segundo fora Roberto I, Conde de Artese; o terceiro fora Alfarante, que fora Conde de Pittieri e de Lanzone; o quarto fora o bom Carlos, Conde d'Anjou, e depois, da Provença; e por seus valores e bravura, fora rei da Sicília e de Apúlia, como mais adiante se fará menção à história do tratado de Frederico, imperador, e do rei Manfredo, seu filho. O dito santo rei Luis reinara por quarenta e oito anos, e derrotara o rei da Inglaterra e o conde de Marcia, e transitara por além-mar em Damiata, onde fora aprisionado com Carlos, seu irmão, em Mensura, e conde de Artese pereceu, e recuperou dos soldanos grande tesouro; a seguir fora em viagem para Tunísia, e lá morreu santamente no ano de Cristo de 1270. Depois do rei santo Luis reinara Felipe, seu filho de quatorze anos, e este fora aquele que fez passagem em Aragão e lá faleceu. Este rei Felipe teve da filha do rei de Aragão dois filhos: o primeiro fora Felipe, o Belo, o qual fora o mais belo cristão que existiu em seu tempo: este reinara em França por vinte e oito anos em nosso tempo; o outro, fora Carlos de Valois, dito Carlos Sem-terra, que muitas mudanças fez em nossa cidade de Florença, como mais adiante faremos menção. Este rei Felipe, o Belo, teve três filhos: o primeiro fora Luis, rei de Navarra por herança dele; o segundo, Felipe, Conde de Peltier; o terceiro, Carlos, Conde de La Marche: e morto o pai, no ano de Cristo de 1315, foram todos os três reis de França, tendo um seguido após o outro em pouco tempo. Viemos recontando desde longe, na sequência de que o rei de França e Apúlia descende do legado de Hugo

---

<sup>304</sup> Sacro Império

Capeto, porque, contando nossa história de Florença, e de outra província e terra de Itália se possa melhor compreender. Abandonaremos os franceses e retornaremos à nossa matéria dos imperadores de Roma e dos fatos de Florença.

### **Livro V, cap. 32**

*Como os Florentinos aprisionaram e destruíram a fortaleza de Fiesola.*

No ano 1125 de Nosso Senhor, o exército florentino partiu para cima da fortaleza de Fiesola, que ainda estava em pé e muito forte, e fora guardada por certos gentis homens castelanos, que haviam permanecido em Fiesola e ali se unido a salteadores, banidos e toda a gente má que em alguma vez havia causado dano a estrada e ao Condado de Florença, e tanto permaneceu lá, assediando-os que se renderam por falta de comida, já que força não havia muita, e a tudo destruiu e derrubou até às fundações e fizeram o decreto que nunca Fiesola ousasse refazer nenhuma fortaleza.

### **Livro V, cap. 36**

*Como os Florentinos destruíram o castelo de Montebuono.*

No ano 1135 de Nosso Senhor, o Castelo de Montebuono estava em pé e era muito forte, pertencia à casa de Bondelmonti, que eram castelanos<sup>305</sup> e velhos senhores do condado, que haviam emprestado o nome ao castelo, e em razão de sua força, e porque a estrada corria ao pé do mesmo, eles cobravam pedágio; coisa com a qual os florentinos não concordavam e não queriam uma fortaleza na cidade. Partiram para lá com suas tropas no mês de junho, e o tomaram sob a condição de que o castelo fosse destruído, e com os outros bens ainda pertencentes aos castelanos, que estes fossem habitar em Florença; e assim a Comuna de Florença começa a se expandir, e com a força mais do que com o direito, aumentou seu conselho, submetendo à sua jurisdição todos os condados nobres, e destruindo suas fortificações.

### **Livro VI, cap. 32**

*Como os Florentinos elegeram seu primeiro Podestade.*

No ano 1207 de Nosso Senhor, os florentinos escolheram pela primeira vez um magistrado forasteiro, pois até o momento, a cidade era governada por um conselho de cónsules à maneira de Roma, formado por cem homens notáveis, que a guiavam e

---

<sup>305</sup> castelanos

administravam, exerciam o direito e executavam a justiça, permanecendo no cargo por um ano. E eram quatro cônsules desde que a cidade fora dividida em quatro partes, um para cada porta. E foram seis quando a cidade fora dividida em seis. Mas os nossos antepassados não fizeram menção do nome de todos, porém foram todos homens de grande fama e estatura, dizendo: no tempo do cônsule tal e seus companheiros... no entanto, quando a cidade cresceu em habitantes e em vícios, ficou acordado que, para o bem da Comuna no ano de Cristo 1215, sendo podestade de Florença senhor Gherardo Orlandi, que os cidadãos não devem ter um peso tão grande no governo, e a justiça não poderia falhar nem por anseios nem por medo ou por malícia, ou qualquer outro motivo, deveria-se, então, convidar de outra cidade um cavalheiro que fosse podestade por um ano, e que poderia exercer o direito civil com seus assessores e juízes e executar as condenações e a justiça corporal. E o primeiro podestà de Florença foi naquele ano Gualfredotto de Milão, e habitou a diocese, porque ainda não havia em Florença o palácio da Comuna. E que, no entanto, não ficasse sob domínio dos cônsules, restando a eles administração de outros assuntos da comuna. E por causa desse senhorio se governasse a cidade até o tempo que se fez o primeiro popolo de Florença, como ainda faremos menção; e naquele tempo se criou o conselho dos anciãos.

### **Livro VI, cap. 38**

#### *Como começou a facção guelfa e guibelina em Florença*

No ano 1215 de Nosso Senhor, sendo podestade de Florença o senhor Gherardo Orlandi, tendo M. Buondelmonti nobre cidadão de Florença prometido desposar uma donzela da casa Amidei, honrados e nobres cidadãos; e, em seguida, cavalgando pela a cidade o referido senhor<sup>306</sup> Bondelmonte, que era muito gracioso e bonito cavaleiro, uma senhora da casa Donati o chamou, reprovando-o pela mulher que havia prometido, que não era bela o suficiente para ele, e dizendo: “Olhe para esta minha filha”, que lhe mostrou, e era linda; imediatamente por subsídio do diabo preso nela, prometeu e desposou a mulher. Por isso, os parentes da primeira senhora prometida, que estavam reunidos, ao saberem que o senhor Bondelmonte os tinha envergonhado, ficaram cheios de indignação maldita pelo qual a cidade de Florença foi arruinada e dividida; que muito motivaram os nobres a conspirar reunidos para fazer a vergonha do referido senhor Buondelmonti como vingança pelo insulto. E não estando todos eles de acordo de que forma deveriam ultrajá-lo, se deveriam bater ou matá-lo, Mosca de 'Lamberti disse a má palavra: “O que está feito está feito”, que significa que morto

---

<sup>306</sup> Messer, no original, é um título de grandeza, equivalente ao *dominus* latino. Traduzimos por *senhor*.

seria, e assim foi feito; pois, na manhã de Páscoa da Ressurreição, os Amidei de São Stefano se reuniram em sua casa e o dito senhor Bondelmonte, vindo de Oltrarno, nobremente vestido com uma roupa branca nova, sobre um palafrem branco, chegando ao pé da Ponte Vecchio, deste lado, rente ao pé do pilar onde estava a estátua de Marte, o referido senhor Bondelmonte foi arrastado de seu cavalo por Schiatta degli Uberti, e por Mosca Lamberti e Lambertuccio degli Amidei, agredido e ferido, e por Oderigo Fifanti suas veias foram abertas e ele foi levado ao fim; e tendo junto deles um dos condes de Gangalandi. Por causa disso, a cidade irrompeu em lutas e tumultos; e esta morte de senhor Bondelmonte foi a causa e início dos amaldiçoados partidos guelfos e gibelinos de Florença, embora muito antes de existirem facções entre os cidadãos nobres, e as referidas partes, havia por causa das contendas e questões entre a Igreja e o Império; mas em razão da morte do referido senhor Bondelmonte todas as famílias dos nobres e outros cidadãos de Florença foram divididas, e algumas se juntaram aos Bondelmonte, que assumiram o lado dos guelfos, e foram os seus líderes, e algumas aos Uberti, que eram os líderes do gibelinos, de onde seguiu muito mal e desastre para a nossa cidade, como mais adiante será dito; e acredita-se que isso nunca terá fim, se Deus não aniquilá-los. E, certamente isso demonstra que o inimigo da raça humana, pelos pecados dos florentinos, teve poder naquele ídolo de Marte, que os florentinos pagãos da antiguidade tinham o costume de adoração, que ao pé da sua estátua tal assassinato foi cometido, de onde tanto mal seguiu para a cidade de Florença. Os nomes dos amaldiçoados partidos guelfos e gibelinos dizem ter surgido pela primeira vez na Alemanha em razão de que dois grandes barões daquele país estavam em guerra juntos, e cada um tinha um forte castelo, um defronte do outro, e o que tinha o nome de Guelfos, e o outro Gibelinos, e a guerra durou tanto tempo, que todos os alemães se dividiram em dos dois lados, e a luta chegou até à corte de Roma, e toda a corte tomou parte nela, e um lado do que foi chamado guelfo, e outro, gibelino, e assim os referidos nomes remanesceram na Itália.

### **Livro VII, cap. 1**

*Aqui começa o livro sétimo: como Frederico II foi coroado e feito imperador, e da grande novidade que ocorreu.*

No ano de 1220 de Nosso Senhor, no dia de Santa Cecília de novembro, foi coroado e consagrado imperador em Roma o rei da Sicília, Frederico II, filho que foi do imperador Henrique da Suábia e da imperatriz Costança, pelo Papa Honório III com grande honra.

No início, este foi amigo da Igreja, e bem deveria ser, tanto benefício e graça dela recebeu; porque pela Igreja seu pai teve por esposa Costança, rainha da Sicília, que trouxe em seu dote o mencionado domínio e reino de Apúlia, e após morto o pai, quando ainda em tenra infância, por ela como pela mãe foi guardado e conservado, e também teve defendidos seus domínios, e por consequência foi eleito rei dos romanos contra Otto IV<sup>307</sup>, tendo sido coroado imperador, como dito acima. Mas ele, filho da ingratidão, não reconhecendo a Santa Igreja como mãe, e sim como uma madrasta inimiga, em todas as coisas lhe foi contrário e perseguidor, ele e seus filhos, mais até que seu antecessor, que faremos menção mais adiante. Este Frederico reinou 30 anos como imperador, e foi um homem de grande labor e valor, sábio das escrituras e de bom senso natural e universal em todas as coisas; douto em língua latina e em na nossa vulgar, tedesco<sup>308</sup>, francês, grego e sarraceno, e em todas as virtudes bem dotado, largo e cortês nas doações, foi bravo e destemido nas armas, e foi muito temido enquanto viveu. E foi dissoluto em luxúria de muitas maneiras, tendo muitas concubinas e catamitos<sup>309</sup> e a exemplo dos sarracenos: em todos os prazeres do corpo foi lascivo, tendo uma vida quase epicurista, sem se dar conta de haver outra que não esta. E essa foi uma das principais razões para se tornar inimigo do clero e da Santa Igreja. Por causa de sua avareza de tomar e se ocupar da jurisdição da Igreja para mal dispendê-la, tendo muitas igrejas e mosteiros destruídos nos reinos de Sicília e Apúlia e por toda a Itália, porque, por culpa de seus vícios e defeitos, ou do reitor da Santa Igreja que com ele não soube ou não quis praticar, nem se contentou dele possuir a razão do império, motivo pelo qual submeteu e perseguiu a Santa Igreja; houve que quis Deus pelo juízo divino que os reitores da Igreja operassem para que ele nascesse de uma freira sagrada, Constança, não se lembrando da perseguição que Henrique, seu pai, e Frederico, seu avô fizeram contra a Santa Igreja. Este fez muitas coisas notáveis em sua época, ele fez para todos os comandantes da Sicília e Apúlia um forte e rico castelo, que ainda está em pé, fez o castelo de Capovana em Nápoles, e a torre e a porta sobre a ponte do Rio Volturno em Capua, que são muito maravilhosos, e fez o parque das aves em Foggia na região de Apúlia, e fez o parque da caça próximo a Gravina e Melfi, nas montanhas. E na primavera ficava em Foggia, e ia para a montanha para caçar por prazer. Ele fez outras coisas mais notáveis: o forte e rico castelo Prado, e a *rocca* (fortaleza) de San Miniato, e muitas outras coisas como iremos mencionar. Teve dois filhos de sua primeira mulher, Henrique e Conrado, que cada um na sua vida fez, um após o outro, rei eleito dos romanos; e

---

<sup>307</sup> Imperador Otto IV.

<sup>308</sup> Uma das línguas germânicas que daria origem ao alemão.

<sup>309</sup> Menino bonito e efeminado criado para servir sexualmente a seu senhor.

com a filha do rei João de Jerusalém teve rei Jordão, de outra mulher de rei Frederico se originou a linhagem daqueles que são chamados de Antioquia, o rei Enzo e o rei Manfredo, que foram ambos inimigos da santa Igreja. E ao longo da vida e ele e seus filhos viveram senhoreando com muita glória mundana, mas no final, ele e seus filhos, por causa de seus pecados capitaram e acabaram mal, sobretudo sua descendência, por isso delas falaremos ainda mais adiante.

### **Livro VII, cap. 7**

*Sobre um grande milagre de São Ambrósio do corpo de Cristo ocorrido na cidade de Florença.*

No ano de 1229, no dia de São Fiorenzo, dia 30 de dezembro, um padre da igreja de Santo Ambrósio de Florença, que tinha o nome de preste Uguiccione, tendo rezado a missa e celebrado a eucaristia, por senilidade não secara o cálice adequadamente; por causa disso, no dia seguinte no cálice surgiu sangue vivo e carne, aquilo mostrado fora a todas as mulheres daquele mosteiro, e a todos os vizinhos presentes, ao bispo, e ao clero, em seguida foi revelado a todos os florentinos, que viram com grande devoção, e recolheram o sangue do cálice e o puseram em uma ampola de cristal, que agora é mostrada ao povo com grande reverência.

### **Livro VII, cap. 10**

*Notícias sobre a guerra de Siena.*

No ano seguinte 1233 os florentinos formaram um grande exército sobre a cidade de Siena, para cercá-la por três lados, e com muita dificuldade conseguiram nela lançar pedras, e por muito despeito e vergonha esmagaram suas burrices e horripilâncias restantes.

### **Livro VII, cap. 13**

*Como foi feita paz entre os Florentinos e Siena:*

No ano de 1235 de Nosso Senhor, sendo podestà de Florença Compagnone del Poltrone, os florentinos estavam se preparando para fazer contra a cidade de Siena a maior empresa dos últimos anos, e Siena, vendo-se muito vulnerável, com sua força e potência muito débeis, sim requisitou a paz aos florentinos, no que foi atendida e feita através de tratado, em que Siena para suas despesas recuperava Montepulciano, e cedendo à sua razão e demanda, e à sua despesa, para satisfazer aos florentinos, provieram-se do castelo de Monte

Alcino, o qual era aliado florentino, recuperando seus prisioneiros; aquela guerra seguramente durava seis anos, em que os florentinos alcançaram grande honra.

Deixaremos de lado por enquanto os fatos de Florença e dos países em torno para fazermos menção, retroagindo um pouco para contar dos fatos, da obra, e das guerras do Imperador Frederico contra a Igreja de Roma; e tais novidades eram tão grandes, que é por bem notar que causou comoção no mundo todo, onde há muito que dizer.

### **Livro VII, cap. 27**

*Como e quando o sol tornou-se escuro.*

No ano seguinte, que foi 1238, a 3 de junho, o sol tornou-se completamente escuro na hora de noa<sup>310</sup>, e permaneceu escuro por uma hora, e o dia se fez noite, onde muita gente ignorante do curso do sol e dos outros planetas se maravilhou muito, e com grande preocupação e pavor muitos homens e mulheres de Florença diante da não usual novidade, acorream à confissão e à penitência. E foi dito por seus astrólogos que essa escuridão anunciou a morte do papa Gregório, que morrerá no ano seguinte, o aviltamento e obscuridade que teve a Igreja de Roma sob o Imperador Frederico, e muitos os danos aos cristãos como depois se viu.

### **Livro VII, cap. 30**

*De um grande milagre que aconteceu na Espanha. (1239)*

Nesse tempo e ano, houve um milagre na Espanha, o qual é digno de nota, e de todo cristão fazer reverência, e bom que seja em outra crônica, para dele fazer memória: que reinando Ferrante, rei de Castela e de Espanha, na região de Tolletta, um judeu cavando um canal para fazer crescer sua própria vinha, encontrou soterrado uma grande rocha, e pelo seu exterior era toda sólida e sem nenhuma rachadura, e quebrando a referida rocha, achou dentro um oco, e no espaço vazio, quase rente à pedra, encontrou um livro de folhas finas, quase de lenho, e o volume era quase um saltério, escrito em três línguas, hebraica, grega e latina, e continha em si três partes do mundo: de Adão até o anticristo, e as propriedades dos homens que deveriam viver no mundo desde tempos diversos. No terceiro mundo, ou seja, era, estava assim: no terceiro mundo nascerá o filho de Deus de uma virgem de nome Maria, que sofrerá a morte para a bem-aventurança da geração humana. E tendo lido isso, o judeu e sua família prontamente se converteram cristãos, e se fizeram batizar. E ainda assim estava escrito no

---

<sup>310</sup> Três da tarde.

final do dito livro que no tempo que o rei Ferrante reinasse em Castela se descobriria aquele livro: e mencionado milagre, visto por muita gente digna de fé, foi mostrado ao referido rei, e feito memória e grande reverência. E o livro foi traduzido e exposto, e muitas profecias importantes e verdades foram nele encontradas. E de certo se disse, e assim se deve crer, que aquela foi obra da vontade de Deus. E milagre semelhante ocorreu com Constantino VI, e esses milagres são muito eficazes para afirmar nossa fé.

#### **Livro VII, cap. 64**

*Incidências: relato de um Grande Milagre ocorrido em Paris com do Corpo de Cristo.*

Naqueles tempos (mais ou menos 1260), reinando em França o bom rei Luis, houve um grande milagre do corpo de Cristo; estava celebrando o sacramento um padre em uma capela de Paris, perto da sala do rei, que como aprouve a Deus, apareceu em suas mãos, à vista de toda a gente, no lugar da hóstia sagrada um menino muito bonito e formoso, e que tendo sido visto por tantos, pediram ao padre que o rei Luis soubesse do fato, e que viesse e visse, o que foi feito, dada a quantidade de gente que entrava e via. E sendo que disse o rei Luis após vê-lo em resposta: ‘Venha ver aquele que não crê, que eu o vejo, todavia, no meu coração’, e sua resposta foi muito elogiada e ele visto como um rei de grande bom senso e fé católica.

#### **Livro VII, cap. 65**

*Como o Popolo<sup>311</sup> de Florença expulsou os guibelinos da cidade pela primeira vez e o motivo.*

No ano de 1258 de Nosso Senhor, quando mestre Jacopo Bernardi di Porco era podestà de Florença ao final do mês de julho, aqueles da casa de Uberti com seus seguidores guibelinos por incitamento de Manfredo, ordenou cindir o papolo de Florença, que parecia pender para o partido Guelfo. Descoberto o acordo pelo popolo, aqueles que dele participaram foram convocados a comparecer perante os magistrados, e não compareceram nem se colocaram diante, mas a família do podestá foi duramente ferida e castigada. Por causa disso o popolo de Florença pegou em armas, e correu para as casas dos Uberti, onde hoje é a praça do palácio do Popolo e a casa dos priores, e mataram Schiattuzzo degli Uberti e muitos de sua canalha e família. Prenderam Uberto Caini degli Uberti e Mangia degl'Infangati, e tendo sido

---

<sup>311</sup> Popolo tem correspondentes em português, tais como povo, pessoas, etc. Porém, quando adquire o significado ora de ‘comunidade’ ou quando denomina um tipo de governança, como ‘democracia’, por exemplo, optamos por mantê-lo na forma original.

confessada a conspiração no parlamento, em Orto san Michele tiveram suas cabeças cortadas. E os remanescentes da casa de Uberti, assim como várias famílias guibelinas, deixaram a cidade. Os nomes das casas guibelinas de renome originárias de Florença eram esses: o Uberti, Fifanti, o Guidi, li Amidei, Lamberti, o Scolari, e parte degli Abati, Caponsacchi, Migliorelli, Soldanieri, Infangati, Ubriachi, Tedaldini, Galigari, os della Pressa, Amieri, os da Cersino, o Razzanti e muitas outras famílias do *popolari*<sup>312</sup> e magnatas decaídos, que não é possível nomear a todos, incluindo outras casas nobres do condado; Foram para Siena, à qual era regida pelos Guibelinos, que eram inimigos dos florentinos; e foram desfeitos todos os seus palácios e torres, que havia tantos, e daquelas pedras foram edificados os muros de San Giorgio Oltrarno, que o popolo de Florença construiu naquele tempo para iniciar a guerra com Siena. E depois, no mês de setembro seguinte do dito ano, o popolo de Florença fez capturar o abade de Valembrosa, o qual era gentil homem dos sehores de Beccheria di Pavia na Lombardia, e deles tendo sido dito que na petição dos refugiados guibelinos de Florença estavam tramando traição, e este, por tortura o fez confessar e cruelmente na Praça de Santo Apollinare, sob o clamor do povo o fez decapitar à despeito de sua dignidade e de suas ordens sagradas. Fato pelo qual a Comuna de Florença e os florentinos foram pelo Papa excomungados; e da Comuna de Pavia, de onde era o tal abade, de seus parentes, os florentinos que passavam pela Lombardia recebiam muito dano e moléstia. E, na verdade, disseram que o religioso nem culpa tinha, apesar de, por sua linhagem, ter sido um grande guibellino. E por este pecado, e pelos muitos outros cometidos pelo pérfido povo se disse com muita sabedoria que Deus pelo Julgamento Divino permitiu que a vingança recaísse sobre tal povo na derrota da Batalha de Monte Aperti, como faremos menção mais adiante. E o dito povo de Florença, que naquele tempo governava a cidade, foi muito soberbo, de alta e grande empresa, e em muitas coisas foi muito arrogante, mas uma coisa boa tinham seus governantes<sup>313</sup>, eram muito leais e verdadeiros com a Comuna, e porque um deles, que era um magistrado<sup>314</sup>, fez retirar e mandar para sua vila uma cancela que havia pertencido à cova do leão, e que andava pela lama da praça de São Giovanni, sim, ele foi condenado a pagar multa de 1000 libras por desviar os bens da Comuna.

## **Livro VII, cap. 72**

---

<sup>312</sup> Uma tradução para *popolari* seria possível, há termos equivalentes em português como populacho ou mesmo plebe, ou povo, entretanto o vocábulo adquire nuances de sentido como ‘comunidade’ que inexitem em português. Portanto, optou-se manter essa forma sempre que esse sentido nos parecer evidente.

<sup>313</sup> Rettori, reitores. Traduzimos como governantes.

<sup>314</sup> Anzione, na comuna medieval, componente da magistratura constituído por cidadãos de idade avançada.

*Como o grande tirano Azzolino di Romano foi derrotado pelos cremoneses e morreu na prisão.*

Nesse mesmo ano, de 1260, Azzolino di Romano, que estava em um dos castelos de Trevisano, foi derrotado, ferido e feito prisioneiro pelo marquês de Palavigino e os cremoneses<sup>315</sup> do condado nos arredores de Milão, perto da ponte de Casciano ao sul do rio Adda, tendo consigo mais de 1500 cavaleiros e seguia para a torre da cidade de Milão; das feridas sofridas morreu na prisão, tendo sido sepultado com honras no Castelo de Solcino. Ele sabia por intermédio de um augúrio que morreria em um castelo no condado de Pádua, chamada Basciano, tanto que nele não entrava; quando se viu mortalmente ferido perguntou como o lugar era chamado, ao que lhe responderam ‘Casciano’. ‘Casciano, Basciano’, então ele disse, ‘é tudo o mesmo’ entregando-se para a morte. Esse Azzolino foi o tirano mais cruel e terrível que jamais esteve entre os cristãos, que regeu sob a égide da força e tirania (tendo nascido gentil homem da casa de Romano), por longo tempo o Marco de Trevisan, a cidade de Pádua e grande parte da Lombardia. Trazendo a morte para grande parte dos cidadãos de Pádua, cegando em grande número dos melhores e mais nobres da cidade, arrestando seus bens e os obrigando a vagar pelo mundo mendigando, e tantos outros condenados por ele à morte através de martírios e outros tormentos, tendo queimado, de uma só vez, onze mil paduanos. E em virtude da inocência do sangue derramado, por milagre, ali nunca mais nasceu planta nenhuma. E, sob a aparência de uma justiça vigorosa e ímpia fez tanto mal e foi um flagelo no seu tempo, na Marca Trevisana e na Lombardia para puni-los pelo pecado da ingratidão. Porém, como aprouve a deus, foi derrotado e morto de forma vil por homens menos poderosos que os seus, e todos os seus seguidores se dispersaram e seu legado deu em nada.

#### **Livro VII, cap. 74**

*Como os guibelinos expulsos de Florença foram enviados a Apúlia até o Rei  
Manfredo por socorro*

Nesses tempos, os refugiados guibelinos de Florença (que estavam na cidade de Siena, e por ela eram mal assistidos contra Florença, por não poder se contrapor a sua potência) por conselho decidiram enviar sua embaixada às portas de Apúlia pelo socorro do rei Manfredo. E ao chegarem lá, embora fossem os melhores e das mais altas patentes do exército, muito tempo passou, e Manfredo não despachava o seu caso, nem dava audiência aos seus pedidos

---

<sup>315</sup> Habitantes de Cremona, cidade da Toscana.

em razão dos muitos negócios de que se ocupava. E quando enfim os viu partir, e se despedirem dele muito entristecidos, Manfredo prometeu-lhes dar em auxílio cem cavaleiros alemães. Por causa disso, os embaixadores disseram estar pasmados diante de sua primeira oferta, e como resposta pensaram em recusar ante uma oferta tão modesta, envergonhados de retornar a Siena, pois esperavam uma ajuda de mais de 1500 cavaleiros, mestre Farinata degli Uberti disse: não desanimeis, nem recusai nenhuma ajuda sua, seja tão pequena quanto deseje; fazei com que tenhamos a Graça de mandar de volta com eles seu estandarte, e quando vierem a Siena, vamos colocá-lo em tal lugar que o fará nos enviar mais. E seguindo o sábio conselho do cavaleiro, aceitaram a oferta de Manfredo, e pediram a graça de lhes conceder seu próprio estandarte ao capitão do grupo, e assim ele o fez. E retornaram a Siena com essa pobre ajuda, e grande despeito se abateu sobre Siena, e grande desapontamento causou entre os refugiados florentinos que ansiavam por uma subvenção e auxílio muito maior de Manfredo.

### **Livro VII, cap. 75**

*Como o povo e a Comuna de Florença organizaram um exército e partiram para a porta de Siena com o Carroccio.*

Aconteceu que no ano de 1260 de Nosso Senhor, no mês de maio o povo e a comunidade de Florença reuniu um exército comum contra a cidade de Siena, e para lá levou o carroccio. E nota-se que o Carroccio<sup>316</sup>, que fora liderado pelo povo e Comuna de Florença, era um carro de quatro rodas, pintado de vermelho, ostentando consigo dois enormes mastros também vermelhos, nos quais tremulavam o grande estandarte da Armada da Comuna, branco e vermelho, que ainda pode ser visto em San Giovanni. E atrelados a ele estava um par de bois, cobertos por panos vermelhos, feitos especialmente para eles, e que provinham dos hospitalários de Pinti, e quem o conduzia era um homem livre da cidade. Esse Carroccio era usado por nossos antepassados em triunfos e solenidades, e quando saíam em campanha, e contam os vizinhos e cavaleiros da cidade que o trouxeram do arsenal de San Giovanni e o conduziram à praça do Mercato Nuovo, até um marco, que ainda lá está, sob a forma de uma pedra esculpida como uma carruagem, e lá o comprometeram a proteger a população, sendo liderado pelo povo em expedições de guerra, e para guardá-lo foram escolhidos os mais fortes, os melhores e os mais virtuosos entre os soldados do populacho, reunindo assim toda a

---

<sup>316</sup> Trata-se de um boi ajazado e vestido com os emblemas da cidade, que puxava uma charrete com um sino. Tal costume parece ser resquício dos antigos triunfos e procissões romanos, ambos de acentuado caráter ritual, em que o boi era (dentre outros animais) sacrificado a algum deus em uma cerimônia de *votum*. No caso, parece tratar-se de um *votum* militar, o qual podia ser seguido de uma *evocatio*.

força do povo. E quando o exército era proclamado, um mês antes de sua partida, foi pendurado um sino no arco da Porta de Santa Maria, que ficava ao sul do Nuovo Mercato. E por honra, posto a soar dia e noite, para dar a oportunidade ao inimigo contra quem o exército deveria combater, de se preparar. E alguns o chamaram de Martinella, e outros de Sino da Ignorância<sup>317</sup>. E quando as tropas fiorentinas avançaram, tomaram o sino do arco e o puseram em uma torre de madeira sobre um carro, e ao som deste eram guiadas. E, através dessas duas pompas, do carroccio e do sino, foi mantida a soberba senhorial do velho povo e de nossos antepassados. Deixemos isso para voltar a como os florentinos avançaram sobre Siena, que capturou o castelo de Vico, e aqueles de Mezzano e Casciole, que eram sieneses, e posicionou seu exército perto do portão do mosteiro de Santa Petronella, e em torno do lugar, e de uma colina perceberam que se via da cidade uma torre, onde havia um sino, e à despeito de Siena, como uma recordação da vitória, escavaram a terra e lá plantaram de tal forma uma oliveira, que ainda nos nossos dias lá perdura. Foi o que houve no cerco de Florença, dando um dia comida aos alemães de Manfredi e os deixando bastante bêbados e ‘alegrinhos’, um forte rumor os fez armar e montar os cavalos para atacar o exército florentino, prometendo a eles grande recompensa e pagamento duplo, o que foi feito deliberadamente seguindo o conselho de Farinata degli Uberti, dado em Apúlia. Os alemães, exaltados e ensandecidos pelo vinho, partiram de Siena e assaltaram violentemente o campo florentino, e porque foram pegos desprevenidos e em pouca guarda, por darem pouco caso à força do inimigo, e embora os alemães estivessem em menor número, naquele ataque infligido foi grande dano ao exército. E muitas pessoas e cavaleiros fizeram o vexame (má vista) de fugir por recear serem os atacantes em maior número. Porém, no fim, percebendo o próprio erro, pegaram em armas e se defenderam dos alemães; e dos que vieram de Siena não escapou ninguém vivo, que todos foram mortos e abatidos, e o emblema de Manfredi fora arrancado e arrastado pelo campo e levado a Florença, e logo após o ocorrido, o exército retornou para casa.

### **Livro VII, cap. 76**

*Como o Rei Manfredi enviou 800 cavaleiros tedescos para socorrer Siena e os Guibelinos de Florença.*

Os sienenses e os refugiados de Florença, vendo o mau resultado que os florentinos tiveram em um assalto de um número tão pequeno de cavaleiros alemães, perceberam que se

---

<sup>317</sup> Asini é um substantivo masculino de cunho altamente pejorativo, pois designa um animal quadrúpede oriundo da cruzada de uma mula com o cavalo, ou seja, o burro, o asno. Em sentido figurado, a burrice, a sortileza e a ignorância.

os tivessem em maior número poderiam ser vencedores da guerra. Rapidamente providenciou-se dinheiro, e aceitaram da Companhia de Salimbeni, que àquela época era comerciante, vinte mil florins de ouro e os deram, como penhor, para a fortaleza de Tentennana e muitos outros castelos da Comuna e enviaram novamente seus embaixadores a Apúlia com a quantia para ter com o rei Manfredo, e lá disseram que seus poucos tedescos<sup>318</sup> por suas grandes força e valentia, mesmo sendo poucos, atacaram com ímpeto toda a tropa florentina, colocando a grande parte em fuga, e se mais tivessem sido, teriam vitória. Porém, pela pouca gente que era, acabaram mortos em campo, e seu emblema foi arrastado e envergonhado pelo mesmo, também em Florença e seus arredores. Assim disseram pela razão de saberem ser o melhor para demover Manfredo, que, após ouvir a novela, ficou irado, e com o dinheiro de Siena pagou a metade por três meses, e com o seu próprio soldo enviou para a Toscana o Conde Girodano, seu marechal, e os ditos embaixadores, com 800 cavaleiros tedescos, que chegaram a Siena no final de julho do ano 1260 de Nosso Senhor. E em Siena foram recebidos com grande festa e alegria e todos os guibelinos da Toscana tiraram dali fé e força. Então, assim que chegaram em Siena, a cidade enviou o seu exército contra Montalcino, que estava protegido pela Comuna de Florença, tendo enviado em socorro ao pisanos<sup>319</sup>, e todos os guibelinos da Toscana, de modo que, com todos os cavaleiros de Siena, os exilados de Florença, e com os tedescos e seus aliados, encontraram-se com 1800 cavaleiros em Siena, sendo a maior parte tedesca.

#### **Livro VIII, cap. 41**

##### *Como o rei enzo filho do imperador Frederico morreu na prisão em Bologna*

No ano seguinte, 1271, no mês de março, o rei Enzo, que foi filho do imperador Frederico<sup>320</sup>, morreu na prisão do Bologneses, onde permaneceu por longo período, e foi enterrado honrosamente por eles na Igreja de San Domenico em Bologna, e nele terminou a progênie do imperador Frederico. Bem se diz agora na era daquele que foi filho do rei Manfredo<sup>321</sup>, e que esteve longamente na prisão do rei Carlos, no Castelo dell'Uovo em Nápoles, que aquele por vingança e desgosto, cegado da vista, miseravelmente acabou com sua vida.

---

<sup>318</sup> Germânicos.

<sup>319</sup> Cidadão de Pisa.

<sup>320</sup> É Frederico II

<sup>321</sup> O filho de Manfredo a quem se refere Villani é Henrique.

## **Livro IX, cap. 36**

*Como o papa Bonifácio VIII perdoou todos os cristãos que peregrinaram a Roma no ano do jubileu de 1300*

No ano 1300 de Nosso Senhor, conforme a Natividade de Cristo, em vista que fosse coisa afirmada por muitos, que posteriormente em todo centésimo ano da Natividade de Cristo, o Papa que estivesse reinando àqueles tempos concederia grande indulgência, Papa Bonifácio VIII, que agora era apóstolo, no dito ano em reverência ao nascimento de Cristo, concedeu grande e suprema indulgência, da seguinte forma: que durante o curso do dito ano, qualquer romano que, por trinta dias contínuos, visitasse as Igrejas dos santos apóstolos, São Pedro e São Paulo, e por quinze dias todos aqueles que não fossem romanos, lá teriam concedida plena e total remissão de seus pecados, aos confessos ou aos que se confessassem de culpa e de pena. E para o consolo dos peregrinos cristãos, toda sexta-feira ou em dia de festa solene, era mostrado o sudário de Cristo em Santo Piero la Veronica. Por causa disso, a maior parte dos cristãos que hoje vivem fizeram a dita peregrinação, tanto homens como mulheres, de distantes e diversos países, de perto ou de longe. E essa foi a coisa mais maravilhosa que já se viu, e continuou durante o ano todo, havendo em Roma, além de sua população, 200 mil peregrinos, não contabilizando aqueles que por caminho iam e vinham, e todos estavam guarnecidos e satisfeitos de provisões, tanto de cavalos como de pessoas, e com muita paciência, sem tumulto e sem confusão, pois eu estava presente e vi isso. E das ofertas feitas pelos peregrinos muitos tesouros foram adicionados à Igreja e todos os romanos enriqueceram pelo comércio. E me encontrando lá, na abençoada peregrinação nessa santa cidade de Roma, vendo as grandiosas e antigas coisas daquela, e lendo a história e os grandes feitos dos Romanos, escritos por Virgílio, e Salústio, e Lucano, e Paulo Orósio, e Valério, e Tito Lívio, e outros mestres da história, que de igual modo escreveram sobre os pequenos e grandes feitos e fatos de Roma, das obras e ações dos romanos, e também de outros insólitos do mundo universal, para dar memória e exemplo para os que vierem depois, de seu estilo e forma, embora, como discípulo menor não seja digno de tal obra. Mas, considerando que nossa cidade de Florença, filha e criatura de Roma, desponta e a segue em grandes coisas, assim como Roma de seu silêncio, parece-me conveniente conduzir nesse volume e nova crônica todos os fatos e origens da cidade de Florença, tão longínquos quanto me for possível recolher e encontrar, e seguir os feitos de Florença e outros breves fatos notáveis do universo, por tanto tempo quanto for o prazer de Deus; cuja esperança pela sua graça se faz essa empresa; ainda mais que pelo meu pobre conhecimento. E assim, nesse ano de 1300,

retornando de Roma comecei a compilar esse livro em reverência a Deus, eu, o abençoado João, em elogio a nossa cidade Florença.

### **Livro XI, cap. 158**

*Como nestes tempos escureceram o sol e a lua. (1330)*

Naquele ano, no dia dezesseis de julho, um pouco depois da hora das Vésperas, escureceu sol quase pela metade no final do signo de Câncer, e a obstrução do caminho diante da lua e do sol, escureceu a lua em Sagitário. E então, no dia vinte e seis de dezembro vigente, escureceu toda a lua no signo de Câncer; e por causa disso, certo astrólogo sábio disse, dentre outras coisas, que aquilo significava que o signo de Câncer tinha sido atribuído como ascendente da cidade de Lucca, que eles não teriam muitas distrações e baixas, como antes aconteceu no assédio que os florentinos fizeram a essa cidade, e outras mudanças e adversidades que vieram depois, e logo faremos menção. Deixaremos por enquanto os fatos e a guerra dos florentinos e luccanos, e falaremos de outra novidade ocorrida neste tempo em outro país.

### **Livro XI, cap. 194**

*Como em Florença nasceram dois leões:*

Nesse mesmo ano, no dia 25 de julho, dia de Santo Iacopo, nasceram em Florença dois filhotes do leão e da leoa da Comuna, que foram reunidos na jaula de San Pietro Scheraggio; vivos, se fizeram grandes depois: e nasceram vivos e não mortos, como disseram os autores dos livros da natureza dos animais, e nós lhes rendemos testemunho, que como vários outros cidadãos que viram o nascimento, que andaram e prontamente mamaram na leoa; e tiveram grande maravilha que desse lado do mar nascessem leões que sobreviveram, e tal não se recorda em nosso tempo. Bem que nasceram em Veneza, mas logo morreram. Muitos disseram que era sinal de boa fortuna e prosperidade para a Comuna de Florença.

### **Livro XII, cap. 1**

*Aqui começa o livro décimo segundo, no qual, em seu início, faremos memória de um grande dilúvio que atingiu Florença e quase toda a Toscana.*

No ano de 1333, no primeiro dia de novembro, sendo a cidade de Florença uma grande potência, e em feliz e bom estado, como foram os anos desde 1300 para cá, e como aprouve a Deus, que disse através da boca de Cristo em seu Evangelho: “Vigiai que não saberdes o dia

nem a hora do juízo de Deus”, que queria mandar sobre nossa cidade; em que, naquele dia de todos os santos começou a chover de forma diferente em Florença e em toda a região, e nos alpes e montanhas, e aquilo permaneceu continuamente por três dias e três noites, aumentando a vasão da chuva que, de tal forma, parecia uma catarata do céu, e com a dita chuva continuando a cair grossa e espessa, com terríveis trovões e relâmpagos fulgurando bastante; onde muita gente vivia grande temor, e soavam por toda a cidade todos os sinos das igrejas, para que não enchessem de água; e em cada casa as bacias e chaleiras, gritando com clamor a Deus: “Misericórdia, misericórdia!” pelas pessoas que estavam em perigo, fugindo gente de casa para casa, e de telhado em telhado, fazendo passadiço de casa a casa, tão grande era o barulho e a confusão, que apenas se podia ouvir o som das trovoadas. Por causa da dita chuva, o rio Arno cresceu em tanta abundância de água, que a primeira onda se moveu descendo dos Alpes com grande ímpeto e destruição, e em seguida, alagando a planície de Casentino, e depois toda a planície de Arezzo e Vandano acima, de modo que tudo fosse encoberto e percorrido pelas águas, consumindo cada grão de comida, derrubando ou arrancado cada árvore, seguindo adiante e levando cada moinho, arrastando o que havia no Arno, e cada edifício ou casa que estivesse perto dele e que não fosse forte; onde muita gente pereceu. E em seguida, desceu a planície próxima a Florença, aglutinando o rio de Sieve com o Arno, o qual era, por modo semelhante, informe e muito grande, havendo alagado toda a planície de Mugello, e por isso cada canal existente no Arno pareciam eles mesmos um rio, e em virtude disso, na terça-feira, na noa<sup>322</sup> do dia três de novembro, o Arno alcançou em cheio a cidade de Florença, alagando todo o vale San Salvi e de Bisarno além de seu curso, elevando-se à altura, em várias partes do campo, de cerca de seis côvados, oito e mais de 10 côvados; e foi tão grande o ímpeto da água, não sendo possível o espaço onde corre o Arno através da cidade recebê-la, e por causa e defeito de várias barragens feitas dentro da cidade para os moinhos, onde, pelo dito açude fora elevado o antigo leito em mais de sete côvados; e embora a altura da água tenha subido desde à porta da Croce a Gorgo e àquela de Renaio na distância de seis côvados ou mais; rompeu e colocou por terra o portão da dita porta, e cada uma das portas se rompeu e caiu. E no primeiro torpor daquela noite quebrou o muro da comuna acima do Corso de Tintori junto da frente do dormitório dos frades menores, em uma distância de cento e trinta côvados; por conta dessa ruptura, o Arno veio em cheio sobre a cidade, e a alagou com tanta abundância de água que primeiro destruiu o local dos frades menores, e depois toda a

---

<sup>322</sup> Três da tarde.

cidade desta margem do Arno; de forma geral, os veios<sup>323</sup> submergiram tanto, tendo sido alagados mais e menos; porém mais no arco de San Piero Scheraggio e na porta de San Piero e na porta do Duomo, de modo que aqueles que estão por vir possam compreender os termos firmes e notáveis que faremos menção a seguir. Nas Igrejas e Duomo de San Giovanni a água subiu até a parte de cima do altar, mais alto que a metade da coluna do ofertório antes da porta. Em Santa Liperata, chegou perto do arco da abóboda velha, embaixo do coro: derrubando por terra a coluna com a cruz da marca de São Zanóbio que ficava na praça. E no palácio do *popolo*, onde moram os priores, subiu ao primeiro degrau da escada desde a entrada, encontrando a via de Vacchereccia, que é praticamente o ponto mais alto de Florença. E no Palácio da Comuna, onde mora o podestà<sup>324</sup>, avançou para o pátio embaixo de onde se tem a razão de seis côvados. Na Abadia de Florença, até o pé do altar-mor, e de forma semelhante avançou para a Santa Croce, ao lugar dos frades menores até o pé do altar-mor; e em Orto San Michele e no Mercado Novo, subiu [a altura de] dois côvados<sup>325</sup>; e no Mercado Velho, dois côvados, como em toda a terra. Em Oltrarno<sup>326</sup>, ondas do rio Arno ascenderam em grande altura, especialmente em San Niccolò, e no burgo Pidiglioso, e no burgo San Friano, e no de Camaldoli, com grande êxodo de pobres e gente miúda<sup>327</sup> que habitavam o terreno. Na praça perto da via transversal, e na via Maggio até próximo a San Felice. E o dito dilúvio na hora da véspera, a força e arrojo da água do curso do Arno rompeu a barragem de d'Ognisanti e grande parte do muro da comuna, junto à porção posterior do burgo de San Friano, em duas partes, em uma distância de quinhentos côvados. E a torre da guarda, situada no início desse muro, por dois trovões foi quase totalmente destruída. E a ruptura da mencionada barragem de Ognisanti, imediatamente arruinou e derrubou a ponte de Carraia, salvo duas culunas do lado de cá. E subitamente afetou, e de forma semelhante, derrubou a ponte de Santa Trinità, exceto um pilar e um arco rente à dita igreja, em seguida, a Ponte Vecchio foi inundada pela força do Arno de muita madeira, por causa do assoreamento do rio, que subiu, ultrapassando o arco desta, e as casas e oficinas que ficavam na margem, que pela abastamento de água foram derrubadas e destruídas, que não vi sobrar nem dois pilares inteiros. E na ponte Rubaconte, o

---

<sup>323</sup> “*le rughe*” – cuja tradução literal é rugas, trata-se, na verdade, de um termo geológico para designar uma pequena elevação de terra submersa que separa uma bacia de outras menores. Não encontramos um equivalente em português, então, resolvemos utilizar um termo também geográfico, com acentado caráter gráfico, visto que toda a descrição de Villani é visual.

<sup>324</sup> Estrangeiro dirigente da comuna por um ano.

<sup>325</sup> Medida de comprimento. Da ponta do dedo ao cotovelo.

<sup>326</sup> Oltrarno é um dos quarteirões de Florença, situado a sul do rio Arno.

<sup>327</sup> Alusão ao *popolo minuto*, um dos três grandes segmentos da sociedade de Florença.

Arno ultrapassou o arco lateral e quebrou parcialmente o parapeito, destruindo muitas localidades: e destruiu e derrubou por terra o palácio do castelo Altafronte, e em grande parte as casas acima do Arno, do referido castelo até a Ponte Vecchio. E derribou no Arno a estátua de Marte, que estava na pilastra sul no pé da dita Ponte Vecchio, do lado de cá. E nota-se que, de Marte os antigos deixaram registrado, que quando a estátua de Marte caísse ou fosse mexida, a cidade de Florença sofreria grande perigo ou mudança. E não sem razão foi dito, que pela experiência foi provado, como nesta crônica se fará menção. E caído Marte, e quantas casas havia da ponte Vecchio àquela de Carraia, até o canal ao longo do rio Arno, arruinado, e o burgo de San Iacopo, e todas as ruas ao longo do rio, daqui e de lá, arruinadas, que, ao considerar tamanha destruição, parecia um caos: e, de forma símile, as casas mal fundadas em diversas partes da cidade. E se não fosse que na noite seguinte, o desmoronamento da muralha da Comuna dos *prato di Ognisanti*<sup>328</sup> em quatro centos e cinquenta côvados pela força das águas, cuja ruptura deu vazão a abundância da água represada, que a cidade estava cheia e ainda aumentava, de modo que a cidade estava em grande perigo, e pelo ajuntamento de água em todas as partes ao dobro do que havia; mas, destruído o dito muro, toda a água que havia represado afluiu com toda a força para o Arno, e foi devolvida em pouco menos e na cidade fora do curso deste, na sexta-feira à hora de nona, e deixando-na, e todas as suas ruas, casas e oficinas soterradas, que muitas havia em Florença, cheias de água e fétida lama, que não se removeu em seis meses; e quase todos os poços de Florença foram danificados, acordando-se reconstruí-los com a diminuição do leito do rio. E seguindo o referido dilúvio, aproximou-se da cidade em direção ao poente, todos os terrenos de Legnaia e de Ertignano, e Settimo, de Ormannoro, Campi, Brozzi, Sammoro, Peretola, e Micciole até Signa, e o condado de Prato, foram encobertos pelo Arno diversamente em grande altura, destruindo os campos, as vinhas, arrastando móveis, e casas, e moinho, e muita gente e quase todos os animais; e depois atravessou Montelupo e Capraia, e na junção de vários rios que há abaixo de Florença, alcançou o Arno, o qual cada um veio raivosamente destruindo todas as suas pontes. De forma parecida, sobretudo, a cheia do Arno arruinou Valdarno embaixo, e Pontormo e Empoli e Santa Croce e Castelfranco, e grande parte da muralha daquela terra foi derrubada, e todos os terrenos de San Miniato e de Fucecchio e Montetopoli e de Marti até a Ponte ad Era. E chegando a Pisa, esta seria toda submersa, se não tivesse no fosso de Armonico e no burgo de Capanne estagnado; A partir de tal represamento

---

<sup>328</sup> Largo ao sudeste do centro histórico de Florença, que durante a Idade Média era uma zona escavada e não cultivada de terra de influência do Convento dominicano de Santa Maria Novella, onde se hospedavam leprosos. Ali, no Prato di Ognisanti ou apenas Il Prato havia uma feira de gado.

foi construído um grande e profundo canal até o mar, que antes não havia; e do outro lado de Pisa, correu outro por Osori, desaguando no rio Serchio; mas, com tudo isso, muito em Pisa foi alagado, e feito grande dano, e destruído todo o terreno de Valdiserchio, e ao redor de Pisa, porém, depois trouxe tanta terra que elevou o país em dois côvados, sendo de grande utilidade. Este dilúvio fez à cidade, e ao condado, de Florença dano infinito de pessoas, de cerca de trezentas, entre homens e mulheres, crianças e adultos, que em princípio se acreditou ser de três mil, e de grande quantidade de animais, de destruição de pontes, casas, moinhos, e rodas d'água em grande número, que no condado não restou ponte sobre nenhum rio e dique que não tenha sido arruinado, de perdas de mercadorias, tecidos de lã dos artesãos do condado, ferramentas e utensílios domésticos, e de vinho, que arrastou os barris cheios, muito foram os perdidos; e o mesmo em trigo e cereais que havia nas casas, sem contar o que foi perdido na sementeira, e a gastura e destruição das terras e pasto; a água cobriu e devastou os morros, desbarrancando-os e cindindo-os, levando toda a terra boa; Se fosse estimado um valor em moedas, dos danos de Florença, eu que vi essas coisas não poderia nem saberia em nenhum número adequá-las, nem colocar uma soma por estimativa; porém, apenas na Comuna de Florença se pago tanto pela destruição de pontes, e da muralha da Comuna e arruamento, que mais de cento e cinquenta mil florins de ouro se gastou para reconstruí-las. E esse perigo não se abateu apenas em Florença e no distrito, com tudo o que o Arno, pela sua desordenada cheia que de pior fizesse, mas onde quer que houvesse rios ou açudes, na Toscana e na Romanha, transbordou de tal forma, que todas as suas pontes foram arrastadas e partidas, sobretudo o rio Tevero<sup>329</sup>, cobrindo a planície de entorno com terríveis danos ao condado de Borgo até Sansipolcro<sup>330</sup>, e a Castello, a Perugia, a Todi, a d'Orbivieto, e a Roma; e o condado de Siena e a Arezzo e a Maremma<sup>331</sup>, com muito ônus. E nota-se que no dia em que houve o aludido dilúvio, e no dia seguinte, em Florença teve grande dano em farinha e em pão, por causa da destruição dos moinhos e dos fornos; entretanto os pistoleses<sup>332</sup>, os prateleses, os Colle, e Poggibonizzi, e outras terras do condado e dos arredores, socorreram Florença em grande quantidade de farinha e pão, que vieram em grande necessidade. E fazem questão os sábios florentinos antigos, que ainda vivem e gozam de boa memória, qual havia sido o maior dilúvio, este ou aquele do ano de Nosso Senhor de 1269. E vários disseram que o anterior quase não teve menos água, mas a cheia do leito do Arno, pela má providência da

---

<sup>329</sup> Rio Tibre. O rio Tibre atravessa a Toscana pela Comuna de Sansepolcro, hoje província de Arezzo.

<sup>330</sup> Grafia antiga da Comuna de Sansepolcro.

<sup>331</sup> Região sudoeste da Toscana, entre Livorno e Grosseto, que fazia fronteira com a Ligúria.

<sup>332</sup> Cidadãos de Pistóia.

comuna em permitir a construção de tantas barragens para dar vazão aos moinhos do rio, que aumentou em mais de sete côvados a profundidade do antigo curso, a cidade foi mais alagada e com maiores danos do que pelo antigo dilúvio; mas quando Deus quer punir os maus lhes tolhe o senso. E por causa desse vício, existente nas barragens, foi imediatamente feito um decreto pela Comuna de Florença, que entre as pontes nenhuma barragem ou moinho fosse erigido, nem acima do Rubaconte pela distância de dois mil côvados, nem abaixo daquele de Carraia pela distância de quatro mil côvados, sob grave pena; e dado ordem e chamados trabalhadores para refazerem as pontes e o muro caídos. Porém, tomando, a propósito, a questão levantada acima, acreditamos que este foi bem maior que o anterior, que não foi tanto o aumento das chuvas, como foi pelo terremoto. De certo, que a água não irrompeu do abismo com imensa força sobre o terreno; e isto vimos em várias partes, inclusive nas montanhas, e, no entanto, agora temos em pleno colocado em nota nesta crônica sobre este confuso dilúvio à perpétua memória, porque foi grande novidade a se notar, depois que a cidade foi destruída por Átila, o Flagelo de Deus, não houve grande adversidade e prejuízo como foi este.

## **Livro XII, cap. 2**

*Sobre uma grande questão proposta em Florença, se o dito dilúvio veio por juízo de Deus ou por curso natural:*

Em Florença houve pelo dito dilúvio grande admiração e temor por toda a gente, duvidando se este não ocorrera pelo juízo de Deus por causa de nossos pecados, já que depois de baixada a enchente por vários dias seguidos não parava de chover com intermitentes raios e trovões muito assustadores; em virtude de tal coisa, várias pessoas de Florença recorreram à penitência e comunhão, e bem foi feito para apaziguar a ira de Deus. E disso foi feito indagação aos sábios religiosos e mestres em teologia, e também aos filósofos da natureza e aos astrólogos, se o dito dilúvio teria vindo por intermédio da natureza ou por juízo de Deus. Para os astrólogos, natural foi a resposta, colocando-a antes da vontade de Deus, que grande parte foi motivada pelo curso celeste e forte conjunção de planetas, assinalando diversos motivos, os quais em parte recontaremos brevemente, e por alto, para melhor fazer entender, deste modo, a saber que no dia 14 de maio passado houve um eclipse, ou o escurecimento de grande parte do sol no signo ao final de Touro na casa de Vênus com *caput Draconis*; em virtude de tal escurecimento, até agora pelos sábios religiosos e por demonstração dos astrólogos, foi predicado em púlpito em Florença, o qual ouvimos, que aquilo significava grande seca na presente estação vindoura, e por oposição àquele eclipse, grande exagero de

água, e tremores, e grandes perigos e mortandade de gente e animais; instando as pessoas à penitência. Em seguida, à iminente entrada de julho, foi uma conjunção a cargo de Saturno com Marte, até o final do signo de Virgem, casa de Mercúrio; o que significava sobrecarga de água e inundações por causa desses dois planetas desventurados. Mas aquele, que destoava e onerava mais, seguindo uma conjunção à outra, de modo que foi no dia do dilúvio que o sol se encontrava em oposição ao seu eclipse, a dezenove graus de Escorpião em conjunção com *cauda Draconis*, e com a estrela que se chama Coração de Escorpião, que sempre são desafortunados e provocam grandes perigos nos mares e na terra; e Vênus, planeta aquoso que se encontrava ao final do dito Escorpião, e por adição o sol, em tal conjunção se achou confinando entre duas estrelas desafortunadas, que são Saturno e Marte, unidas ao mesmo tempo por seis aspectos; Saturno em Libra, em sua plenitude, conjunta destas com a lua, que é portadora do tempo futuro; e vieram com signo e ascendente aquáticos em sua conjunção anterior, que são Libra, e igualmente Saturno, Venus e Mercúrio, planetas aquáticos; e o ascendente de sua conjunção foi Touro, culminância na casa de Vênus havia sido durante o eclipse do sol, e a oposição daquela lua anterior ao dilúvio teve como ascendente Câncer e sua casa, que significa abundância de água; e desses planetas aquáticos, Vênus e Mercúrio estavam em Escorpião, signo de água, na casa de Marte, e com *cauda Draconis*. E no início, e em grande parte daquele plenilúnio anterior ao dilúvio, houve grandes chuvas em Florença e adjacências, e isto foi um sinal do futuro dilúvio. E do outro lado do planeta Marte, na vinda do dilúvio, que estava no signo de Sagitário com suas propriedades quente e seca, e que voluntariamente lançou, envolto no signo de Mercúrio, planeta culpado como regente, frio, úmido e aquático, e contrário ao temperamento de Marte e seu signo, que Marte combate com raios Saturno, enviando à terra suas influências, com excesso de trovões e chuvas, e trovões com muito fulgor, e enchentes e tremores. E adicionado ao fato, o planeta de Jove, que é afortunada, doce e boa, naquela hora se encontrava no signo de Aquário, casa de Saturno, e com Saturno conjunta em três aspectos; e com Marte em seis aspectos, que sua virtude foi vencida por aqueles dois infortúnios, que nada pôde fazer; porém concordou que a junção da má fortuna do regente durante o signo de Aquário. E note, leitor, se recolher, sem nada entender da dita ciência, encontrarás o ponto e dia que veio o dilúvio, reunindo quase todos os sete planetas do céu ao mesmo tempo, corporalmente, ou por diversas características, em termos de casas e signos, para perturbar ar e céu e resultar nas influências supracitadas. Perguntam agora os referidos astrólogos, por que o dilúvio atingiu mais Florença que Pisa, se era o mesmo Arno, e lá por ser mais baixo devia ter sido mais volumoso, e em outras terras da

Toscana, e foi respondido que a primeira razão teria sido a má providência dos florentinos, como disse eu, pela altura das barragens; outra, segundo a astrologia, Saturno é aquele que dá infortúnio, e enchente, e ruína, e dilúvio desta sua oposição, que estava no signo de Libra, em sua culminância; qual Libra é atribuído à cidade de Pisa, e a contrário do signo de Áries, parece ser atribuído à cidade de Florença; e o ascendente, na entrada do sol em Áries, naquele ano foi regente; Libra e Áries se encontraram ...no poente com o sol em declínio; os quais (de que Áries é a culminância) se acharam conjuntos e cercados, no tempo do dilúvio, em má e desafortunada parte, como eu disse. E Marte, que é regente do signo de Áries, se encontrava em conjunção com Saturno e dominado por ele, da forma como já se fez menção. E tais oposições e conjunções parecem as razões para que enorme dilúvio e dano atingissem mais a cidade de Florença que a Pisa. E é suficiente, para tanto, a longa explanação dos astrólogos que fizemos sobre esta questão. Sobre a referida indagação, os sábios religiosos e mestres em Teologia responderam santa e racionalmente, dizendo que os motivos apontados pelos astrólogos podem, em parte, ser verdadeiros, mas não necessariamente, se não forem do agrado de Deus. Todavia, Deus está acima de todos os cursos do céu, e é ele quem os move, os rege e governa; e o curso da natureza é diferente de Deus, como o martelo é do artífice, que com este pode forjar várias espécies de coisas, como havia imaginado em sua mente. De forma parecida é, sobretudo, o curso da natureza e dos elementos, e também, o demônio, que pelo comando de Deus flagela e atormenta o povo para punir seus pecados; e à nossa frágil natureza não é possível prever o profundo e eterno conselho do predestino e presciência do Altíssimo, porém, também mal conhecida por nós é a obra por Ele feita e a nós tornada visível. A fim de que esta questão utilidade traga aos leitores, diremos que Deus tem senhoria de mandar e presumir seus juízos ao mundo, e de acordo com o curso da natureza, e quando a Ele agrada estar acima dela, e também contra a natureza, assim como Senhor onipotente de todo o Universo; e sem dúvida por duas finalidades: ou por graciosa misericórdia ou para obter justiça. E para àqueles que lerão seja mais claro, e aberto para entender, de muitas e extensas razões e sutis alegações dos ditos sábios, que retratáramos por alto, recorreremos, citando algum verdadeiro e claro exemplo e milagre da Sagrada Escritura acerca da mencionada matéria; e começaremos do princípio do Gênesis: “No princípio criou Deus o céu e a terra, *et dixit, et facta sunt* etc.” Esta foi a graça e sobrenatural se fez, por Sua infinita potência, o curso do céu e da natureza por uma única palavra, o que antes nada era; e quem tem o poder de fazer as coisas, materialmente falando, as pode desfazer e modificar: mormente Deus pode tudo fazer, e alterar, desfazer, e modificar. Mais adiante, nesse mesmo

Gênesis, capítulo VIII, disse Deus a Noé: Faze a Arca que vou enviar o dilúvio de água sobre a terra, para que pereçam todas as criaturas em virtude dos pecados das pessoas, etc.” E isso foi por Sua justiça. E mais adiante, lê-se, no capítulo vinte e três do mencionado Gênesis, que os anjos que vieram a Abrão e a Lot, que pelo pecado destruíram cinco cidades de Sodoma e Gomorra e outras; esta foi execução da justiça acima do curso da natureza. E se dez homens justos e sem pecado fossem encontrados, disse Deus a Abraão, que os teria perdoado a todos, tamanha era sua clemência e misericórdia infinita. E, no capítulo vinte, Deus anunciou a Abrão, que já tinha cem anos, e a Sara, sua esposa, que tinha noventa e era estéril, que ela conceberia Isaac, pai de Israel, e assim foi; e, mais uma vez, isso foi contrário à natureza, e pela graça de Deus, também daquele nascesse o seu povo e o seu unigênito filho Jesus Cristo. E explicaremos agora o livro do Êxodo, começando pelo décimo capítulo, da peste que Deus enviou sobre o Faraó e seu povo do Egito, por causa das preces de Moisés e Arão, e pelas crueldades que fazia ao povo de Deus; e por fim, para graça do povo de Israel, o mar se abriu, por onde passaram a salvo, e o Faraó com cavalaria e seu povo naquele mar foram submersos. E a referida graça do povo de Israel, e a mencionada peste contra o Faraó, ocorreram por operação e juízo divino, acima a natureza, e não pelo curso das estrelas. E mais, ao dito povo seu por graça e contra a natureza, Deus o alimentou quarenta anos no deserto com maná, e com o comando da coluna de nuvens e fogo. E parte daquele fogo pelo pecado da infidelidade ele consumiu pelo ferro; e parte pelo pecado da gula, perseguiu em uma colina trespassada por serpentes; e parte deles por soberba e rebelião foram engolidos pela terra, como foram Abi e Daviron e seus seguidores; e parte deles por usar e fazer o sacrifício indignamente, por fogo os purificou e destruiu, e todas essas pestilências ocorreram pela vontade de Deus, e contrárias à natureza, por conta dos pecados do povo. A grande cidade de Ninive foi julgada por Deus a ser arruinada por seus pecados, e por intermédio dos sermões de Jonas, profeta por Deus enviado, corrigiu-se e recorreram à penitência, obtendo a graça e misericórdia Divinas; onde se manifesta claramente que Deus removeu por prece e penitência e a seu juízo, porém, sobretudo pode e deve seguir o curso da natureza conforme a vontade de Deus, e operar contra a natureza quando lhe compraza, como todavia já foi feito, conforme foi dito anteriormente. Que diremos das graças e milagres que Deus fez sobrenatural e contra o seu curso em virtude das preces de Josué, seu servo, e capitão e rei de seu povo, ao fazer retornar em dez côvados o sol de seu curso? No livro do rei, que contém outros milagres, pelo pecado da vaidade, que comete Davi, de fazer enumerar o seu povo, muitas pessoas morreram contra o curso natural. E quantas tantas vitimizações em batalhas se lê naquele livro do Rei, e em

outros livros, que Deus permite a favor ou contra seu povo de acordo com seu pecado ou seu mérito? Que Nabucodonossor destruiu pela primeira vez a cidade de Jerusalém, e levou todos os judeus em servidão, aqueles que escaparam da morte, e depois de Nabudodonossor, por causa de seus pecados, foram animais por sete anos, e posteriormente, de modo parecido, foi destruída pela segunda vez Jerusalém por rei Antíoco; e tudo ocorreu por causa dos pecados dos filhos de Israel e suas abominações. E quando reconheceram Deus, com pequeno poder e território, Judas Macabeu, com o pai e os irmãos fez a vingança, e destruiu o reino de Antíoco, e todos esses juízos de Deus foram ocasionados pelos seus pecados, e contra todos os cursos naturais. E, no entanto, disse Deus a seu povo: “Eu sou Deus Sabaot”, o que quer dizer, em latim, eu sou o Deus dos exércitos e das batalhas, “e dou vitória e derrota a quem me agrada, segundo os méritos ou pecados, e a vitória da batalha está à minha direita. E tudo isso ocorreu pela potência divina de forma sobrenatural e contrária a todos os cursos da natureza. Muitos são os referidos milagres sobrenaturais ou contrários ao curso da natureza, praticados por Deus no Velho Testamento. Do Novo falaremos de alguns. Talvez nunca tenha havido, ou haverá graça maior, que a divina potência ter julgado digno encarnar na graciosa virgem Maria, aquele que seria homem e Deus nascido da virgem, e sofrido paixão e morte, e em sua paixão escurecido todo o sol do meio dia, e a lua estava em sua oposição, o que, segundo o curso natural, não poderia escurecê-lo; porém foi sobrenatural, porque o Criador da natureza sofreria pena. E tão grandioso e misterioso foi acima de todo o poder da natureza, que agradou ao Altíssimo observar a justiça pelo pecado do primeiro homem, e por promover a graça e misericórdia para recuperar a raça humana; e nenhum verbo é impossível para Deus. O milagre que fez Jesus Cristo evangelizar na terra, e depois por seus apóstolos, e santos e virgens em seu nome, ocorrem também todos os dias; os quais são também sobrenaturais e contrários ao curso celeste; sobre eles foram mencionadas várias razões e argumentos, principalmente para a nossa questão, que está muito clara. O que diremos que a destruição da cidade de Jerusalém pela terceira vez, e a perseguição e aprisionamento dos judeus feitos por Tito e Vespasiano, imperadores de Roma, por vingança do pecado pela conformidade na injusta morte de Cristo, filho de Deus? Certo é que foi claro e evidente causado pelo juízo de Deus, e não pelo curso da natureza, que jamais os judeus tiveram um estado ou abrigo de sua senhoria, e são passados mais de mil e trezentos anos de duração de seu exílio. De outro modo, perseguições, ruínas, pestes, dilúvios, guerras, naufrágios ocorreram no tempo dos romanos e dos pagãos por vontade de Deus e punição dos pecados para além do curso da natureza, antes e depois da vinda de Cristo, e ao reconta-los faremos confusão infinita de

nosso tratado; e de forma semelhante, ao tempo dos cristãos, na ocasião da vinda dos godos, vândalos e sarracenos, e dos lombardos, dos húngaros e teutônicos, espanhóis, catalães e franceses, e gascões, que vieram para a Itália, e todos os dias mais; de qual pestilência, bem claramente ao bom entendedor possa compreender por esta crônica, e dos outros livros dos quais faço menção, que tudo aconteceu e acontece por vontade de Deus de punir os pecados. E, todavia, retornando ao propósito de nossa questão e sentença, e recolhidos os exemplos verdadeiros e claros citados acima, de que todas as pestes, batalhas, destruições e dilúvios, perseguições e exílios ocorrem no mundo por permissão da justiça divina para punir os pecados, e quando pelo curso da natureza, ou de forma sobrenatural, como compraz e dispões a divina potência. E note, também, leitor, que na noite que começou o referido dilúvio, um santo ermitão que estava em seu solitário retiro na parte superior da abadia de Valombrosa, estando em oração, sentiu e visivelmente ouviu um barulho de demônio de aspecto de multidão de cavaleiros armados, cavalgando com furor. E ao escutá-lo o referido eremita fez o sinal da cruz, e se pôs à sua portinhola, e viu a multidão desses cavaleiros terríveis e negros; e suplicou que alguém da parte de Deus lhe dissesse o que era aquilo significava, e lhe disseram: “Nós vamos afundar a cidade de Florença por causa de seus pecados, se Deus nos permitir”. E isso, eu, o autor, por saber ser verdadeiramente este abade de Valombrosa um homem religioso e digno de fé, que examino sua sentença. E todavia, não acreditando, os florentinos, que a referida pestilência, da qual foi feito questionamento, haveria outro motivo além do juízo de Deus, bem que em parte o curso do sol estivesse em consonância para punir nossos pecados, que são demasiado e desagradam a Deus, se por soberba de um vizinho sobre o outro em desejar assenhorear, e tiranizar, e raptar, e pela infinita avareza e más conquistas da Comuna, de fazer fraudulenta mercancia e usura, acarretando que, em toda a parte ardente inveja um irmão e um vizinho tivesse pelo outro; se pela vaidade das mulheres em dissolutos gastos e enfeites; se de nossa gula de comer e beber em excesso; que muito vinho é consumido atualmente nas tavernas, que não diminuía o consumo de nossos antigos por toda a cidade; se pela dissoluta luxúria dos homens e mulheres; e pelo péssimo pecado da ingratição de não reconhecer que de Deus provém nossos benefícios e do nosso potente estado, abusando de poder sobre os vizinhos de seu arredor. Mas é grande maravilha como Deus se sustenta (e por ventura, parece que muitos, que eu faço o favor de dizer, e a mim, pecador não seria lícito dizer), mas que aí não devíamos nos iludir, nós florentinos, que tudo isso é verdade; de quantos danos e disciplina nos há dado Deus desde o ano 1300 para cá, algumas passagens escritas nessa crônica: a primeira delas a nossa divisão em brancos e

negros; depois a vinda de senhor Carlos de França; e a expulsão que se fez da parte branca, e a série de danos que sofreram; em seguida juízo e perigo do grande incêndio que ocorreu em 1304; e depois outros a ele se seguiram com grande prejuízo de muitos cidadãos; seguida de da vinda do imperador Henrique de Luxemburgo em 1312, e seu assédio a Florença e devastação de nosso condado, e conseqüente mortalidade e depravação que houve na cidade e no condado; depois a derrota de Montecatino em 1315; em seguida a perseguição e guerra \*castruccina, e a derrota de Altopascio em 1325, e sequente à esse desastre, e aumento da despesa feita pela Comuna de Florença para a dita guerra prover; seguido ao gasto, a fome no ano de 1329, e da vinda da Baviera daquele que se dizia imperador; depois a vinda do rei João da Boêmia, e depois o referido dilúvio; de onde surgiu a questão, que recolhendo todos esses conflitos entre uns e outros, não houve nenhum maior que esses. E embora estimem, os florentinos, que estas muitas ameaças e castigos de Deus não foram causados pelo excesso de pecados, parece que os avisos desses julgamentos com os de nossos antepassados. E eu, o autor, sou que esta questão acerca do dito dilúvio: que por causa de nossos ultrajantes pecados Deus enviou esse julgamento mediante o curso celeste, e apressou sua misericórdia, já que pouco durou esse desastre para que não deixasse tudo perecer, por causa das preces de pessoas santas e religiosas que habitavam nossa cidade e os arredores, e pela grande caridade que se fez em Florença. E todavia, aos caríssimos irmãos e cidadãos, que no presente somos e que seremos, e que lerão e entenderão, que há grande matéria para corrigir e abandonar os vícios e os pecados pelo temor e ameaça da justiça de Deus, para o presente, e pelo tempo que há de vir; e que a ira de Deus mais não se derrame sobre nós, e que pacientemente, e com ânimo forte, suportamos a adversidade, reconhecendo Deus onipotente, e fazendo isso, com virtude e bem procedendo, mereceremos misericórdia e graça, as quais serão duplicadas, em exaltação e magnificência de nossa cidade. Desse dilúvio, que rapidamente aconteceu em nossa cidade, correu fama e notícia entre todos os cristãos, e ainda mais grave e perigoso do que foi, contudo fosse quase inestimável. E indo à presença de sua majestade o rei Roberto, amigo, por fé e devoção de Nosso Senhor, se compadeceu de nós de todo o seu coração, e como um pai faz a um filho, através do sermão por ele proferido, acalmando e confortando, e em sua autoridade proferindo pela forma e modo que continha em seu sermão, ou melhor, carta; a qual, nessa nossa obra, é digna de ser mencionada em nota, palavra por palavra, para a sua perpétua memória, para que os cidadãos que nos sucederem possam vê-la e lê-la, e seja manifesta a clemência e sincero amor que tal rei reportava à nossa Comuna, e do qual podemos retirar bons e santos exemplos de compreensão e conforto, já que, todavia, é plena

de autoridade da Divina Escritura, se, como aquele é o sumo filósofo e mestre, já que um rei que portasse uma coroa como esta já faz mil e muitos anos; e toda em latim, como a enviou, fosse mais nobre e de mais elevadas palavras e entendimento, por um belo latim como aquele, que é prudente falar em vulgar, como se segue na nossa matéria vulgar, e seja útil aos leigos e iletrados<sup>333</sup>.

---

<sup>333</sup> Aqueles que não foram instruídos em Latim, e não ao analfabeto.

## ANEXO C - A PROVIDÊNCIA DIVINA NA HISTÓRIA: O DILÚVIO DE 1333 E O DECLÍNIO DE FLORENÇA

No início do décimo segundo livro da Nuova Cronica, Giovanni Villani narra eventos que lhes são contemporâneos, como, aliás, já o fazia no livro precedente, porém, neste, o autor se ocupa de eventos dos quais participou ativamente.

Um desses eventos observados de perto por Villani é a grande enchente ocorrida em Florença na noite de primeiro de novembro, dia de todos os santos, de 1333, que teria trazido incomensuráveis prejuízos à cidade. Tal acontecimento nefasto é precedido, como tudo no mundo medieval, por um tempo de bem-aventurança e prosperidade do qual a cidade goza como “grande potência”, estando em “feliz e bom estado”, desde 1300 até aquele ano. E como à bem-aventurança é proporcional o infortúnio, Villani compara a enchente ao dilúvio, mandado por Deus como expiação dos pecados de Florença:

Nelli anni di Cristo MCCCXXXIII, il dì di calen di novembre, essendo la città di Firenze in grande potenza, e in felice e buono stato, più che fosse stata dalli anni MCCC in qua, piacque a Dio, come disse per la bocca di Cristo nel suo Evangelio: “Vigilate, che non sapete il dì né l'ora del iudicio Dio”, il quale volle mandare sopra la nostra città<sup>334</sup>. (GV, XII, 1)

Essa dinâmica de eventos afortunados seguidos de outros desafortunados, pertence à simbologia da Roda da Fortuna, que como vimos no segundo capítulo, foi bastante utilizada na Idade Média, e ressignificada dentro da lógica simbólica cristã na figura da Providência ou Justiça Divina. E essa Providência Divina, para Giovanni Villani, manifesta-se, sobretudo, através de eventos catastróficos que se abatem sobre a cidade, ou pelo intercurso da natureza (incêndios, terremotos, enchentes) ou sob a forma de disputas e dissensões dentro da cidade – as facções guelfas e gibelinas – ou da comuna com outrem nas guerras da Toscana.

Naquele dia primeiro de novembro, que não é um dia qualquer, mas Festum Omnium Sanctorum ou Dia de Todos os Santos, que precede outra comemoração cristã, que toma corpo a partir de antigas tradições pagãs a partir do séc. XII, a Comemoração dos Fiés Defuntos (dia 2 de novembro) ou Dia dos Finados, ocorre um evento que, por si só poderia ser classificado como sobrenatural, pois teria chovido em Florença “de forma diferente”, com uma duração que guardando as devidas proporções, assemelha-se ao dilúvio bíblico, que teria durado quarenta dias e quarenta noites e que em Florença dura quatro dias:

...onde quello dì de la Tusanti cominciò a piovere diversamente in Firenze ed intorno al paese e ne l'alpi e montagne, e così seguì al continuo IIII dì e IIII

---

<sup>334</sup> No ano de 1333, no primeiro dia de novembro, sendo a cidade de Florença uma grande potência e em feliz e bom estado, como foram os anos desde 1300 para cá, e como aprouve a Deus, que disse através da boca de Cristo em seu Evangelho: “Vigiai que não saberdes o dia nem a hora do juízo de Deus”, o qual quis mandar sobre nossa cidade. GV, XII, 1

notti, crescendo la piova isformatamente e oltre a modo usato, che pareano aperte le cataratte del cielo, e con la detta pioggia continuando grandi e spessi e spaventevoli tuonie baleni, e cagendo folgori assai<sup>335</sup>; (GV, XII, 1)

Ocorrida não por acaso em dia sagrado, a catástrofe narrada por Villani possui contornos bastante dramáticos para o medievo, com trovoadas e relâmpagos fulgurantes, chuva espessa e contínua como se fosse uma “catarata do céu”, trazendo morte e a destruição de poços, pontes, moinhos, muros e fornos da comuna. O evento manifestou-se de forma violenta e exuberante, causando grande comoção na população de Florença durante sua vigência, e após ela também, da qual nos dá testemunho Villani. É importante reparar no caráter sinestésico da narrativa de Villani, não apenas nas pormenorizadas descrições visuais do fato, como também de seus ruídos e dos gestos de sua população. A narrativa medieval como um todo é povoada por esses elementos, sobretudo os que mesclam vários sentidos do corpo, visão e audição, ou visão e tato, e que transforma o texto em uma unidade viva, tridimensional, extensão também dos corpos:

...onde tutta gente vivea in grande paura, sonando al continuo per la città tutte le campane delle chiese, infino che nonalzòe l'acqua; e in ciascuna casa bacini o paiuoli, con grandi strida gridandosi a Dio: “Misericordia, misericordia!” per le genti ch'erano in pericolo, fuggendo le genti di casa in casa e di tetto in tetto, faccendo ponti da casa a casa, ond'era sì grande il romore e 'l tumulto, ch'apena si potea udire il suono del tuono<sup>336</sup>. (GV, XII, 1)

O acontecimento possui tamanho impacto para a comuna, e foi tão grave e tão sentido, tão eminentemente visível, que Villani longamente o descreve utilizando-se de uma narrativa bastante emotiva e acentuadamente pessimista, em que enumera as perdas e os danos quase que de forma exaustiva:

Per la detta pioggia il fiume d'Arno crebbe in tanta abbondanza d'acqua, che prima onde si muove scendendo de l'alpi con grande rovina ed empito, sì che sommerse molto del piano di Casentino, e poi tutto il piano d'Arezzo, del Valdarno di sopra, per modo che tutto il coperse e scorse d'acqua, e consumòe ogni sementa fatta, abbattendo e divellendo li alberi, e mettendosi inanzi e

---

<sup>335</sup> ... em que, naquele dia de todos os santos, começou a chover de forma diferente em Florença e em toda a região, e nos alpes e montanhas, e aquilo permaneceu continuamente por quatro dias e quatro noites, aumentando a vasão da chuva que, de tal forma, parecia uma catarata do céu, e com a dita chuva continuando a cair grossa e espessa, com terríveis trovoadas e relâmpagos, fulgurando bastante. GV, XII, 1.

<sup>336</sup> ...onde muita gente vivia grande temor, e soavam por toda a cidade todos os sinos das igrejas, para que não enchessem de água; e em cada casa as bacias e chaleiras, gritando com clamor a Deus: “Misericórdia, misericórdia!” pelas pessoas que estavam em perigo, fugindo gente de casa para casa, e de telhado em telhado, fazendo passadiço de casa a casa, tão grande era o barulho e a confusão, que apenas se podia ouvir o som das trovoadas. GV, XII, 1.

menandone ogni molino e gualchiere ch'erano in Arno, e ogni edificio e casa presso a l'Arno che fosse non forte; onde periro molte genti<sup>337</sup>. (GV, XII, 1)

Na descrição de Villani, a destruição ocasionada pela cheia inesperada do rio Arno se estende ao longo de todo o vale toscano, onde arrasta e derruba casas, muralhas, pontes e tudo o mais que encontra, levando pessoas, animais e toda a comida armazenada ou em plantio, até atingir em cheio a cidade de Florença:

E poi scendendo nel nostro piano presso a Firenze, acozzandosi il fiume della Sieve con l'Arno, la qual era per simile modo isformata e grandissima, e avea allagato tutto il piano di Mugello, non pertanto che ogni fossato che metteva inn-Arno pareau fiume, per la quale cosa giuovedì a nona a dì IIII di novembre l'Arno giunse sì grosso a la città di Firenze, ch'elli coperse tutto il piano di San Salvi e di Bisarno fuori di suo corso, in altezza in più parti sopra i campi ove braccia VI e dove VIII e dove più di X braccia<sup>338</sup>; (GV, XII, 1)

Do castigo que veio pelas águas, do rio que se soma a outros rios, a cidade de Florença é fortemente atingida no terceiro dia de novembro, às três horas da tarde (hora de noa) sendo alagada em algumas de suas regiões na altura de dez côvados (cerca de 4 a 6 metros). Nota-se que a data é sugestiva: dia três, às três horas da tarde, que é noa, *nona*, isto é, três vezes três horas canônicas, do ano de 1333. Há uma verdadeira obsessão pelo número três ao longo de todo o medievo, por tratar-se de número assemelhado à trindade divina, e nesse caso, a identificação da tragédia, pela qual Florença será purificada, não é inocente.

Os canais e barragens que existiam ao longo do Arno, e que davam vazão à intensa atividade têxtil da comuna, além de sua crescente necessidade de comida, fez com que o leito do rio fosse elevado em mais de “sete braços”. Essa obra humana sobre a natureza, que permitiu a elevação do leito do rio e o estabelecimento de barragens e rodas d’água, mais adiante será evocada por Villani, como um indicativo da soberba dos homens e das más condutas da cidade. Com a cheia do rio Arno e a consequente ruptura dessas barragens, visto que, segundo o relato de Villani, o leito natural do rio não teria suportado a quantidade

---

<sup>337</sup> Por causa da dita chuva, o rio Arno cresceu em tanta abundância de água, que a primeira onda se moveu descendo dos Alpes com grande ímpeto e destruição, e em seguida, submergindo a planície de Casentino, e depois toda a planície de Arezzo e Vandano acima, de modo que tudo fosse encoberto e percorrido pelas águas, consumindo cada grão de comida, derrubando ou arrancado cada árvore, seguindo adiante e levando cada moinho, arrastando o que havia no Arno, e cada edifício ou casa que estivesse perto do rio e que não fosse forte; onde muita gente pereceu. GV, XII, 1.

<sup>338</sup> E em seguida, a torrente desceu a planície próxima a Florença, juntando o rio de Sieve com o Arno, o qual era, por modo semelhante, informe e muito grande, havendo alagado toda a planície de Mugello, e por essa razão, cada canal existente no Arno parecia ele mesmo um rio; e em virtude disso, na terça-feira, na noa<sup>338</sup> do dia três de novembro, o Arno alcançou em cheio a cidade de Florença, alagando todo o vale San Salvi e de Bisarno além de seu curso, elevando-se à altura de, em várias partes do campo, cerca de seis côvados, oito e mais de 10 braços. GV, XII, 1. Braccia, grafia antiga de braccio, que significa Braço. A medida de comprimento que mais se aproxima da descrição de Villani é o côvado. A medida varia de 45 cm a 60 cm.

descomunal de chuvas, provocaram um alagamento sem precedentes em Florença, com destruição de uma de suas portas:

E nel primo sonno di quella notte ruppe il muro del Comune di sopra al Corso de' Tintori incontro a la fronte del dormitorio de' frati minori per ispazio di braccia CXXX; per la quale rottura venne l'Arno più a pieno ne la città, e addusse tanta abbondanza d'acqua, che prima ruppe e guastò il luogo de' frati minori, e poi tutta la città di qua da l'Arno<sup>339</sup>; (GV, XII, 1)

A tragédia que se abateu sobre a cidade não poupou nem os lugares sagrados, o dormitório dos frades menores fora totalmente destruído, e como adverte Villani, sobre o dever bíblico de olhar e vigiar, ela se desdobra à noite, horário que detém grande simbologia para o medievo, quando as pessoas não estão alerta, domínio dos sonhos, das insídias do demônio e do infortunínio, de modo que a torrente de água encontra a comuna enquanto esta dormia, durante o “primeiro torpor daquela noite”. A partir daí, Villani inicia a vasta descrição do caminho percorrido pela torrente e as ruínas que provoca. Passando pelos principais edifícios da comuna, desde os palácios da governança civil, até os portões e edifícios religiosos, é possível perceber que os principais marcos da comuna foram duramente afetados, tanto no que concerne ao mundo civil, do qual esta se orgulha, como do mundo celeste, do qual esta se sente protegida e representante:

...generalmente le rughe coperse molto, e allagò ove più e ove meno; ma più nel sesto di San Piero Scheraggio e porte San Piero e porte del Duomo, per lo modo che chi leggerà per lo tempo avenire potrà comprendere i termini fermi e notabili onde faremo menzione apresso<sup>340</sup>. (GV, XII, 1)

Tanto que, Villani mais uma vez chama a atenção para o caráter notável desse evento, e da necessidade de então figurar como memória para as gerações futuras “de modo que aqueles que estão por vir possam compreender os termos firmes e notáveis” daquele dilúvio inusitado, e de suas razões e causas:

Nella chiesa e Duomo di San Giovanni salì l'acqua infino al piano di sopra de l'altare, più alto che mezze le colonne del profferito dinanzi a la porta. E in Santa Liperata infino a l'arcora de le volte vecchie di sotto al coro; e abbattè in terra la colonna co la croce del segno di san Zanobi ch'era ne la piazza. E al palagio del popolo ove stanno i priori salì il primo grado della scala ove

---

<sup>339</sup> E no primeiro torpor daquela noite, quebrou o muro da comuna acima do Corso de Tintori, junto da frente do dormitório dos frades menores, em uma distância de cento e trinta braços; por conta dessa ruptura, o Arno veio em cheio sobre a cidade, e a alagou com tanta abundância de água que primeiro destruiu o local dos frades menores, e depois toda a cidade desta margem do Arno. GV, XII, 1.

<sup>340</sup> ...de forma geral, os veios submergiram tanto, tendo sido alagados mais e menos; porém mais no arco de San Piero Scheraggio e na porta de San Piero e na porta do Duomo, de modo que aqueles que estão por vir possam compreender os termos firmes e notáveis que faremos menção a seguir. GV, XII, 1

s'entra, incontro a la via di Vacchereccia, ch'è quasi il più alto luogo di Firenze. E al palagio del Comune ove sta la podestà salì nella corte di sotto dove si tiene la ragione braccia VI. Alla Badia di Firenze, infino a piè de l'altare maggiore, e simile salì a Santa Croce al luogo de' frati minori infino a piè de l'altare maggiore; e in Orto San Michele e in Mercato Nuovo salì braccia II; e in Mercato Vecchio braccia II, per tutta la terra<sup>341</sup>. (GV, XII, 1)

O ímpeto das águas foi tamanho, que alagou a maior parte da extensão da cidade de Florença, não poupando nem os locais sagrados, nem os locais mais elevados da comuna. Também não poupou as pontes, orgulho da cidade, a praça ou o mercado. E com os alagamentos devastadores, com muitos danos a terras agricultáveis, edifícios, moinhos, e de vários burgos ligados à Florença, ocorre um grande êxodo das populações mais pobres dessas regiões, como diz Villani, “pobres e gente miúda”:

E Oltrarno salìo ne le rughe lungo l'Arno in grande altezza, spezialmente da San Niccolò, e in borgo Pidiglioso, e in borgo San Friano, e da Camaldoli, con grande disertamento delle povere e minute genti ch'abitavano in terreni. In piazza infino a la via traversa, e in via Maggio infino presso a San Felice<sup>342</sup>. (GV, XII, 1)

As fortes e peculiares chuvas que atingiram Florença foram acompanhadas de terríveis eventos visuais e sonoros, os raios e os trovões, eventos naturais que muito temor causavam nas populações medievais por estarem associadas à antigas simbologias não-cristãs – quase sempre ligadas à guerra ou à ira divina que haviam sido incorporadas ao cristianismo – fazendo com que esses acontecimentos da natureza estivessem atrelados e denotavam alguma atividade demoníaca ou castigo de Deus, sendo uma manifestação de seu desagravo. Além disso, um raio é um evento por si só *maravilhoso*, é uma iridescência celestial, luminosa, exuberante que se manifesta primeiro através do som (o trovão) depois através da imagem (o raio). E são os raios que destroem a torre de guarda do muro de Florença, provocando-lhe um rombo de quase trezentos metros:

---

<sup>341</sup> Nas Igrejas e Duomo de San Giovanni a água subiu até a parte de cima do altar, mais alto que a metade da coluna do ofertório antes da porta. Em Santa Liperata, chegou perto do arco da abóboda velha embaixo do coro: derrubando por terra a coluna com a cruz da marca de São Zanóbio que ficava na praça. E no palácio do *popolo*, onde moram os priores, subiu ao primeiro degrau da escada desde a entrada, encontrando a via de Vacchereccia, que é praticamente o ponto mais alto de Florença. E no Palácio da Comuna, onde mora o podestade<sup>341</sup>, avançou para o pátio embaixo de onde se tem a razão de seis côvados. Na Abadia de Florença, até o pé do altar-mor, e de forma semelhante avançou para a Santa Croce, ao lugar dos frades menores até o pé do altar-mor; e em Orto San Michele, e no Mercado Novo, subiu [a altura de] dois braços<sup>341</sup>; e no Mercado Velho dois côvados, como em toda a terra.

<sup>342</sup> Em Oltrarno, ondas do rio Arno ascenderam em grande altura, especialmente em San Niccolò, e no burgo Pidiglioso, e no burgo San Friano, e no de Camaldoli, com grande êxodo de pobres e gente miúda que habitavam o terreno. Na praça perto da via transversal, e na via Maggio até próximo a San Felice. GV, XII, 1. “Gente miúda e pobres” é uma alusão ao popolo minuto, à camada mais baixa da população de Florença.

E il detto giuovidi ne l'ora del vespro la forza e empito de l'acqua del corso d'Arno ruppe la pescaiad'Ognisanti e gran parte del muro del Comune, ch'è a lo 'ncontro e dietro al borgo a San Friano, in due parti, per ispazio di braccia più di Vc. E la torre de la guardia, ch'era in capo del detto muro, per due folgori fu quasi tutta abattuta. E rotta la detta pescaia d'Ognisanti, incontanente rovinò e cadde il ponte alla Carraia, salvo due archi dal lato di qua. E incontanente apresso per simile modo cadde il ponte da Santa Trinita, salvo una pila e un arcoverso la detta chiesa, e poi il ponte Vecchio è stipato per la preda de l'Arno di molto legname, sìche per istrettezza del corso l'Arno che v'è salì e valicò l'arcora del ponte, e per le case e botteghe che v'erano suso, e per soperchio dell'acqua l'abatté e rovinò tutto, che non vi rimase che due pile di mezzo. E al ponte Rubaconte l'Arno valicò l'arcora dal lato, e ruppe le sponde in parte, e intamolò in più luogora; e ruppe e mise in terra il palagio del castello Altafronte, e gran parte de lecase del Comune sopr'Arno dal detto castello al ponte Vecchio<sup>343</sup>. (GV, XII, 1)

Nesse relato dramático de Giovanni Villani, em que o próprio autor é testemunha dos fatos que narra, podemos perceber parte da concepção de história que este detinha e que o motivou a escrever uma obra dessa envergadura, da qual teria se ocupado a maior parte de sua vida. A compreensão de que a história é capaz de oferecer lições às gerações futuras, e prática cotidiana às gerações contemporâneas funcionando ou operando enquanto um *exemplum*, mas um *exemplum maximus*, que é o único caminho verdadeiramente possível e ofertado aos homens para a Salvação. É diante disso, que o tempo passado, próprio das autoridades (auctoritas, da qual o status máximo é o da Bíblia), legitima o tempo presente, ao caráter recente dos acontecimentos que procura narrar. Segundo Le Goff “esta modernidade do tempo do *exemplum* combina bem com a renovação da história-testemunho no séc. XIII” (1994, p.125), nesse sentido o tempo que serve para ensinar é um tempo moderno, próximo, circunscrito à memória do historiador, que narrará aquilo que viu e ouviu.

É o que faz Villani nesse trecho em que se ocupa da enchente que assolou sua cidade, quando descreve aquilo que ele *viu* e *ouviu*, ou quando se coloca ele mesmo como ponto de referência, sobretudo ao utilizar expressões como “do lado de cá” para descrever uma ação acontecida na parte da cidade onde este vivia. E essa compreensão de tempo, um tempo que é

---

<sup>343</sup> E o dito dilúvio, na hora da véspera, a força e ímpeto da água do curso do Arno rompeu a barragem de d'Ognisanti e grande parte do muro da comuna, junto à porção posterior do burgo de San Friano, em duas partes, em uma distância de quinhentos côvados. E a torre da guarda, situada no início desse muro, por dois trovões foi quase totalmente destruída. E a ruptura da mencionada barragem de Ognisanti, imediatamente arruinou e derrubou a ponte de Carraia, salvo duas colunas do lado de cá. E subitamente afetou, e de forma semelhante, derrubou a ponte de Santa Trinita, exceto um pilar e um arco rente à dita igreja, em seguida, a ponte Vecchio foi inundada pela força do Arno de muita madeira, por causa do assoreamento do rio, que subiu, ultrapassando o arco desta, e as casas e oficinas que ficavam na margem, que pela abundância de água foram derrubadas e destruídas, que não vi sobrar nem dois pilares inteiros. E a ponte Rubaconte, o Arno ultrapassou o arco lateral e quebrou parcialmente o parapeito, destruindo muitas localidades: e destruiu e derrubou por terra o palácio do castelo Altafronte, e em grande parte as casas acima do Arno, do referido castelo até a ponte Vecchio. GV, XII, 1.

privilegiado, pois não apenas subverte a caducidade inerente a tudo o que vive, como traz de herança a sua *auctoritas*, que constitui o substrato da narrativa histórica medieval italiana, e que se expressa por sua experiência visual:

Perante o tempo da história antiga, recolhido pelos especialistas eruditos na memória escrita, afirma-se um tempo da história recente, alcançado pela experiência visual ou auditiva (eu vi, eu ouvi – é o método de Heródoto) e por intermédio da memória oral. (LE GOFF, 1998, p. 125)

Entretanto o pior acontecimento para a comuna ainda estava por vir, e em virtude deste acontece todo o resto: a queda da estátua de Marte no rio Arno, o que decerto sela, este sim, o destino de Florença:

E cadde in Arno la statua di Mars, ch'era in sul pilastro a piè del detto ponte Vecchio di qua. E nota di Mars che li antichi diceano e lasciarono in iscritta che quando la statua di Mars cadesse o fosse mossa, la città di Firenze avrebbe gran pericolo o mutazione. E non sanza cagione fu detto, che per isperienza s'è provato, come in questa cronica farà menzione. E caduto Mars, e quante case avea dal ponte Vecchio a quelloda la Carraia, e infino alla gora lungo l'Arno rovinato, e in borgo Sa-Iacopo, eziandio tutte le vie lung'Arno di qua e di là rovinaro, che a riguardare le dette rovine pareva quasi uno caos; e simile rovinaro molte case male fondate per la città in più parti<sup>344</sup>. (GV, XII, 1)

Na memória histórica de Florença perdurou a lenda de que a estátua de Marte, a quem a cidade havia sido consagrada em sua origem romana, exercia poder sobre a comuna. Durante o tempo em que viveu Villani acreditava-se que o Batistério de San Giovanni, situado na Piazza del Duomo, a oeste da Basílica de Santa Maria del Fiore, estaria localizado sobre onde teria havido o campo de Marte. Tal crença também é mencionada por Dante de Alighieri na *Commedia*, e perdurou no imaginário da cidade até o séc. XX, quando escavações arqueológicas concluíram que o edifício do Batistério havia sido erguido onde antes havia sido a torre de guarda de uma antiga muralha que protegia a cidade.

Ao longo de toda a crônica de Villani essa estátua de Marte é por vezes evocada como se estivesse intimamente associada à história da comuna de Florença, à boa ou má fortuna desta, como se a própria estátua tivesse poderes mágicos. É sob essa estátua, situada em um dos arcos da ponte Vecchio que um cavaleiro da casa de Bondelmonte foi assassinado no dia de suas núpcias, iniciando as lutas fratricidas que assolariam a cidade desde então, tendo o

---

<sup>344</sup> E derrubou no Arno a estátua de Marte, que estava na pilastra sul no pé da dita ponte Vecchio, do lado de cá. E nota-se que, de Marte os antigos deixaram registrado, que quando a estátua de Marte caísse ou fosse mexida, a cidade de Florença sofreria grande perigo ou mudança. E não sem razão foi dito, que pela experiência foi provado, como nesta crônica se fará menção. E caído Marte, e quantas casas havia da ponte Vecchio àquela de Carraia, até o canal ao longo do rio Arno, arruinado, e o burgo de San Iacopo, e todas as ruas ao longo do rio, daqui e de lá, arruinadas, que, ao considerar tamanha destruição, parecia um caos: e, de forma símile, as casas mal fundadas em diversas partes da cidade. GV, XII, 1.

próprio Marte, por seu espírito belicoso influenciado nessa inclinação assumida por Florença a partir desse acontecimento:

E bene mostra che 'l nemico dell'umana generazione per le peccata de' Fiorentini avesse podere nell'idolo di Mars, che i Fiorentini pagani anticamente adoravano, ché a piè della sua figura si commise sifatto micidio, onde tanto male è seguito alla città di Firenze<sup>345</sup>. (GV, VI, 36)

O dilúvio narrado por Villani será o responsável por derrubar essa estátua no leito do rio, selando o infortúnio que se abateria sobre a cidade poucos anos depois, quando importantes companhias de comércio e câmbio, encabeçadas pelas mais importantes famílias da comuna sofrem falência uma atrás da outra. Entre 1342 e 1346 há a falência das companhias dos Bardi, dos Peruzzi, dos Acciaiuoli e dos Bonaccorsi, que conseguiram salvar boa parte de suas fortunas investindo em terras no condado ou em castelos, de modo que apesar do prejuízo, não tiveram seus status financeiros seriamente afetados, continuando a gozar de boa imagem como mercadores bem sucedidos. (CARDINI: 2006: 76) Já os setores médios e baixos da comuna, os pequenos e médios investidores e comerciantes que haviam confiado seus dividendos a essas companhias foram completamente arruinados, dentre eles o próprio Villani, que enfrentou a constrangedora prisão por dívida em 1346. Ainda, sobre a destruição da estátua de Marte<sup>346</sup> há o vaticínio “quando a estátua de Marte caísse ou fosse mexida, a cidade de Florença sofreria grande perigo ou mudança” Villani atribui o declínio da cidade e depois (já por Matteo Villani) à epidemia de peste, que assolaria a cidade no outono de 1348, e que acabaria por lhe custar a vida:

...Questo diluvio fece alla città e contado di Firenze infinito danno di persone intorno di IIIc, tra maschi e femine, piccioli e grandi, ch'al principio si credea di più di IIIm, e di bestiam grande quantità, di rovina de' ponti e di case e molina e gualchiere in grande numero, che nel contado non rimase ponte sopra nullo fiume e fossato che non rovinasse; di perdita di mercatantie, panni lani di lanaiuoli per lo contado, e d'arnesi, e di masserizie, e del vino, che nne menò le botti piene, assai ne guastò; e simile di grano e biade ch'erano per le case, sanza la perdita di quello ch'era seminato, e il guastamentoe rovina delle terre e de' campi; l'acqua coperse e guastò, i monti e piaggie ruppe e dilaniò, e menò via tutta la buona terra. Sì che a stimare a valuta di moneta il danno de' Fiorentini, io che vidi queste cose per nullo numero le potrei né saprei adeguare,

<sup>345</sup> E, certamente, isso demonstra que o inimigo da raça humana, pelos pecados dos florentinos, teve poder naquele ídolo de Marte, que os florentinos pagãos da Antiguidade tinham o costume de adorá-lo, que ao pé da sua estátua tal assassinato foi cometido, de onde tanto mal seguiu para a cidade de Florença. GV, VI, 36.

<sup>346</sup> Na religião romana havia uma fórmula de evocação utilizada pelos exércitos – a evocatio — para chamar o Deus da cidade e convencê-lo a deixá-la, oferecendo a este um templo e crença em Roma para que, dessa forma, o exército fosse vitorioso. Há também uma outra fórmula de rendição incondicional da cidade, cuja mais conhecida é a deditio de Capua. Sobre ela recomendamos a leitura de Tito Lívio, Políbio e Festo. Também do jovem pesquisador italiano Giorgio Ferri: Tutela segreta ed evocatio nel politeismo romano: Roma, Bulzoni, 2010.

né porrevi somma di stima; ma solo il Comune di Firenze sì peggiorò di rovina di ponti e mura di Comune e vie, che più di CLm di fiorini d'oro costaro a rrifare<sup>347</sup>. (GV, XII, 1)

A enchente danifica não apenas a parte urbana da cidade, seus monumentos, ruas e pontes, mas atinge de forma severa também pontos sensíveis de sua vida comercial e econômica, pois a indústria têxtil é seriamente afetada, sobretudo porque é para atender às necessidades desta que as barragens no Arno são construídas; os fornos, moinhos e animais, além das pastagens, áreas agricultáveis e de rebanho, que fornecem os alimentos para a comuna sofrem avarias extremas ao ponto da cidade não poder produzir nenhum pão nos dias seguintes, tendo sido socorrida pelas cidades vizinhas:

E nota che nne' di che fue il detto diluvio e più di appresso in Firenze ebbe grande difetto di farina e di pane perlo guasto delle molina e de' forni; ma i Pistolesi, Pratesi, Colle, e Poggibonizzi, e l'altre terre del contado e d'intorno, soccorsono con grande abbondanza di pane e di farina la città di Firenze, che venne a grande bisogno<sup>348</sup>. (GV, XII,1)

As fortes chuvas que assolaram a região iriam castigar a cidade de forma ainda mais veemente, pois atingiriam os pontos que conformam o imaginário urbano: suas torres, pontes, portas e muralhas. Há na descrição de Villani muito do que Le Goff chama de “estereótipo urbano medieval”, que seria construído a partir de elementos reais e de elementos maravilhosos que “dão à realidade a sua verdadeira existência”, e seriam eles não apenas as edificações que tornam a cidade diferente do campo e encantadora aos olhos, mas os materiais que utiliza nas construções (a pedra, os metais), o traçado e as redes de arruamento, as praças, sobretudo, a interação com esses espaços de trânsito e convivência, dos quais se destacam a praça e o mercado. No dilúvio de Florença nenhum desses elementos é poupado. As avarias

---

<sup>347</sup> ...Este dilúvio fez à cidade e ao condado de Florença dano infinito de pessoas, de cerca de trezentas, entre homens e mulheres, crianças e adultos, que em princípio se acreditou ser de três mil, e de grande quantidade de animais, de destruição de pontes, casas, moinhos, e rodas d'água em grande número, que no condado não restou ponte sobre nenhum rio e dique que não tenha sido arruinado, de perdas de mercadorias, tecidos de lã dos artesãos do condado, ferramentas e utensílios domésticos, e de vinho, que arrastou os barris cheios, muito foram perdidos; e o mesmo em trigo e cereais que havia nas casas, sem contar o que foi perdido na sementeira, e a gatura e destruição das terras e pasto; a água cobriu e devastou os morros, desbarrancando-os e cindindo-os, levando toda a terra boa; Se fosse estimado um valor em moedas, dos danos de Florença, eu que vi essas coisas não poderia nem saberia em nenhum número adequá-las, nem colocar uma soma por estimativa; porém, apenas na Comuna de Florença se pago tanto pela destruição de pontes, e da muralha da Comuna e arruamento, que mais de cento e cinquenta mil florins de ouro se gastou para reconstruí-las. GV, XII, 1.

<sup>348</sup> E nota-se que no dia em que houve o aludido dilúvio, e no dia seguinte, em Florença teve grande dano em farinha e em pão, por causa da destruição dos moinhos e dos fornos; entretanto os pistoleses<sup>348</sup>, os prateses, os Colle, e Poggibonizzi, e outras terras do condado e dos arredores, socorreram Florença grande quantidade de farinha e pão, que vieram em grande necessidade. GV, XII, 1.

são de tal monta que os sábios da cidade começam a discutir se aquele desastre teria sido maior ou menor que uma enchente ocorrida décadas antes, e fica evidente, nesse trecho, o quanto a memória urbana estava atrelada à durabilidade da memória física, e o quanto a história podia postergar essa memória, vencendo a perenidade da vida:

Fecesi questione per lisavi Fiorentini antichi, che allora viveano in buona memoria, qual era stato maggiore diluvio, o questo, o quello che fu gli anni Domini MCCLXVIII. I più dissono che l'antico non fu quasi molto meno acqua, ma per l'alzamento fatto del letto d'Arno, per la mala provedenza del Comune di lasciare alzare le pescaie a coloro ch'aveano le molina inn-Arno, ch'era montato più di braccia VII da l'antico corso, la città fu più allagata e con maggiore damaggio che per l'antico diluvio; ma a cui Dio vuole male li toglie il senno<sup>349</sup>. (GV, XII,1)

Eles apontam que o a enchente de 1333 teria sido pior que de 1269 por causa das muitas barragens construídas ao longo do rio Arno, que em alguns trechos havia tido sua profundidade aumentada em sete braços, o que faria a cidade de Florença mais vulnerável à cheia do rio. Por outro lado, Villani não hesita em apontar como uma das causas a má administração da cidade, que permitiu que tais barragens fossem feitas, utilizando-se de uma espécie de epíteto que aparece em outros momentos da crônica, e que é a síntese da Providência: “quando Deus quer punir os maus lhes tolhe o senso”. Em seguida, Villani dá seu próprio julgamento e afirma que aquele dilúvio havia sido pior que o anterior, motivo pelo qual deveria ser lançado à perpétua memória, portanto Villani demonstra ter consciência do papel da história em se afigurar como o “tempo privilegiado” capaz de eternizar aquilo que fosse digno de lembrança, para ser repetido ou evitado:

Di certo che l'acqua chiara surgea d'abisso con grandi sampilli sopra più terreni; e questo vedemo in più parti, e eziandioin sulle montagne; e però più a pieno avemo messo in nota in questa cronica di questo disordinato diluvio a perpetua memoria, perch'è istata grande novità da notare, che dapoí che lla città di Firenze fu distrutta per Totile Flagellum Dei, non ebbe sì grande aversità e damaggio come fu questo.<sup>350</sup>

---

<sup>349</sup> E fez-se discussão entre os antigos sábios florentinos, que ainda vivem e gozam de boa memória, qual teria sido o maior dilúvio, este ou aquele do ano de Nosso Senhor de 1269. E vários disseram que o anterior quase não teve menos água, mas a cheia do leito do Arno, pela má providência da comuna em permitir a construção de tantas barragens para dar vazão aos moinhos do rio, que aumentou em mais de sete côvados a profundidade do antigo curso, a cidade foi mais alagada e com maiores danos do que pelo antigo dilúvio; mas quando Deus quer punir os maus lhes tolhe o senso. GV, XII, 1.

<sup>350</sup> De certo, que a água não irrompeu do abismo com imensa força sobre o terreno; e isto vimos em várias partes, inclusive nas montanhas, e, no entanto, agora temos em pleno colocado em nota nesta crônica sobre este confuso dilúvio à perpétua memória, porque foi grande novidade a se notar, depois que a cidade foi destruída por Átila, o Flagelo de Deus, não houve grande adversidade e prejuízo como foi este. GV, XII, 1.

Mas as discussões acerca da natureza assustadora do evento ocorrido naquele dia de Todos os Santos perduram na comuna ainda por vários dias, e Villani nos fornece seus principais argumentos e embates em um relato riquíssimo de informações sobre o imaginário medieval:

In Firenze ebbe del detto diluvio grande ammirazione e tremore per tutte genti, dubitando non fosse iudicio di Dio per le nostre peccata, chepoi che bassò il diluvio più di apresso non finava di piovere con continui tuoni e baleni molto spaventevoli; per la qual cosa le più delle genti di Firenze ricorsono a la penitencia e comunicazione, e fu bene fatto per apaciare l'ira di Dio.<sup>351</sup> (GV, XII, 2)

O debate gerado na comuna sobre a enchente ter sido ou não provocada pela ira divina e sua providência e qual papel teria tido o curso da natureza traz importantes questões sobre a mentalidade medieval urbana. Após o infortúnio experimentado, alguns cidadãos da comuna recorrem à penitência e à comunhão como meio de expiação de pecados e purificação, compreendendo que o evento nefasto estaria diretamente atrelado à má conduta coletiva e teria sido, portanto, uma punição divina. É sabido que na antiga religião romana, um *prodigium* –um evento de natureza não usual – era interpretado como sinal da ira dos deuses que deviam ser expiados para que se alcançasse novamente a *pax Deorum*, como nos diz o Prof. Dr. Veit Rosenberger:

Prodigies may be defined as unusual events signifying the wrath of the gods and a disruption to the *pax deorum*, the “peace” with the gods. Thus, a *prodigium* – the Romans also used the terms *portentum* or *ostentum* – was always a bad sign. Prodigies did not occur on a special day in the year, did not point at an individual, but at the *res publica*, did not foretell the future, and were expiated by Roman officials usually at the beginning of the new year. As prodigies were classified, for example, lightning striking important buildings or sites, monstrous births like children with two heads, speaking animals, wild animals entering the city of Rome, eclipses, meteors, comets, and rainfalls of blood, milk, meat, or stones.<sup>352</sup>

---

<sup>351</sup> Em Florença houve pelo dito dilúvio grande admiração e temor por toda a gente, duvidando que este não fora causado pelo juízo de Deus pelos nossos pecados, já que depois de baixada a enchente por vários dias seguidos não parava de chover com intermitentes raios e trovões muito assustadores; em virtude de tal coisa, várias pessoas de Florença recorreram à penitência e comunhão, e bem foi feito para apaziguar a ira de Deus. GV, XII, 1.

<sup>352</sup> Prodígios podem ser definidos como eventos incomuns significando a ira dos deuses ou a interrupção da *pax Deorum*, a ‘paz’ com os deuses. Desse modo, um *prodigium* –os romanos também utilizavam os termos *portentum* ou *sotentum* – era sempre um mau sinal. Prodígios não ocorriam em um dia especial do ano, não apontavam para um único indivíduo, mas para a *res publica*, não para vaticinar o futuro, e eram expiados pelos oficiais romanos geralmente no início do ano seguinte. Como prodígios eram classificados, por exemplo, raios, trovões atingindo importantes edifícios ou locais, nascimentos monstruosos como crianças de duas cabeças, animais falantes, animais selvagens que adentravam Roma, eclipses, meteoros, cometas e chuvas de sangue, leite, carne ou pedras. In: ROSENBERGER, Veit. “Republican Nobles: Controlling the Res Publica”. In: *A companion to Roman religion*. Edited by Jörg Rüpke. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. Pág. 397.

Os eventos ocorridos em Florença naquela noite de primeiro de novembro se enquadrariam nas descrições da natureza prodigiosa, noção que teria permanecido no ideário medieval como um resquício dessa antiga prática, transmutada na concepção cristã de Providência Divina, que não seria apenas uma adaptação da Roda da Fortuna, porém também da expiação dos prodígios pela cidade. O prodígio romano não incidia sobre um cidadão ou indivíduo específico, mas sobre toda a cidade (a *res publica*), portanto cabia a ela apaziguar os deuses, obedecendo a um trâmite cívico que ia desde o anúncio do prodígio pelos magistrados, que então submetiam o relato ao senado, que por sua vez tinha o poder de aceitá-lo ou não como prodígio, e uma vez aceito (*susceptio*) o senado decidia que ritual seria utilizado para expiá-lo<sup>353</sup>. (ROSEMBERGER, 2007, p.297) Portanto, em Roma, um evento natural incomum podia ser interpretado como um prodígio, e se assim o fosse, era sinal de que toda a cidade corria riscos, visto que o prodígio era um sinal negativo da ira dos deuses que podia, e precisava ser, expiado através de um ritual público. Os cristãos irão se apropriar dessa antiga tradição romana sob a ótica de expiação do pecado através da purificação da carne. A maior de todas as expiações foi a crucificação de Cristo, o cordeiro de Deus que foi sacrificado pela libertação do pecado do mundo. A segunda purificação é dada pelo batismo, que liberta o neófito do “pecado original” advindo da insídia de Eva e Adão, e as demais são dadas pela comunhão nas missas, a penitência e a caridade. Entretanto o substrato do antigo ritual religioso romano, compreendendo que a religião romana era civil e performática, perdurou no imaginário medieval e foi readaptado à simbologia cristã, sob o conceito de Providência Divina, que pune os pecados dos homens através de eventos naturais destrutivos ou lhes influenciando as ações.

Villani, ao longo de sua crônica deixa claro que a punição de Deus, quando este opera sua Providência, não recai meramente sobre o indivíduo ou personagem que praticou a má ação, a má palavra ou a má conduta, mas por sobre toda a comuna. Eis aí o prodígio romano pré-cristão que ameaça a toda a cidade sendo transmutado na figura do pecado cristão que ameaça a vida da comuna: “E di ciò fu fatta quistione a' savi religiosi e maestri in teologia, e simile a' filosofi in natura e a strolaghi, se 'l detto diluvio fosse venuto per corso di natura o per iudicio di Dio<sup>354</sup>”. (GV, XII, 2)

---

<sup>353</sup> Geralmente o senado encaminhava a questão para os sacerdotes: pontífices, os *decemvirs* ou os *haruspices*.

<sup>354</sup> E disso foi feita indagação aos sábios religiosos e mestres em teologia, e também aos filósofos da natureza e aos astrólogos, se o dito dilúvio teria vindo por intermédio da natureza ou por juízo de Deus. GV, XII, 2.

Uma vez acontecido o evento incomum, mesmo quando Villani oferece uma explicação racional, como no caso dos eclipses solares e lunares, em que demonstra conhecer o movimento dos astros, astrologia e astronomia, sempre o atrela a acontecimentos negativos que ocorreram depois. A um eclipse se seguiu o coroamento de Frederico II e a perseguição da Igreja, e a um eclipse se seguiu esse dilúvio. Então, nos dias seguintes à catástrofe, muito se discute em Florença sobre suas causas, se teria sido ocasionado pela vontade de Deus, como punição aos pecados cometidos na comuna, ou se teria ocorrido por curso natural, sem a interferência da Providência:

Per li astrolaghi naturali fu risposto, ponendo inanzi la volontà di Dio, che gran parte della cagione fu per lo corso celesto e forti coniuizioni di pianete, assegnandone più ragioni, le quali in parte racconteremo in brieve e al grosso, per meglio fare intendere, in questo modo, cioè che a dì XIII del maggio passato fu ecrissi, o vuoli oscurazione di grande parte del sole nel segno della fine del Tauro casa di Venus con caput Draconis.<sup>355</sup> (GV, XII, 2)

Os astrólogos da comuna afirmam que o dilúvio fora causado por uma conjunção planetária e pelo curso dos astros, o que, na visão de Villani, negaria a vontade divina, apontando para corroborar suas afirmativas diversos argumentos, que o autor enumera, dentre eles um eclipse e o posicionamento de vênus na casa de touro com a *caput draconis*.

A astrologia fazia parte do cotidiano medieval, sobretudo na península italiana cujos contatos com o mundo bizantino trouxe parte dos avançados conhecimentos astronômicos árabes para o ocidente.

Na península italiana circulavam muitos desses tratados, sobretudo os de Guido Bonatti, *Liber Astronomiae*, escrito no séc. XIII e os de Alcabitus, de final do séc. X. No *Liber Astronomiae* Guido Bonatti afirma que existem dois lugares no círculo celeste dos signos além dos planetas que são importantes, a *Cauda Draconis* e a *Caput Draconis*:

..Sunt etiam praeter Planetas duo loca in coelo, in circulo signorum intellecta: quorum, unus uocatur caput draconis, e alius cauda draconis, e sunt duo transitus opposit, quos facit circulus lunae per circulum Solis e habent significare quaedam quae dicentur inferius, cum de cauda e capite tractabimus<sup>356</sup>. (GB, Astr. V, 35)

---

<sup>355</sup> Para os astrólogos, natural foi a resposta, colocando-a antes da vontade de Deus, que grande parte foi motivada pelo curso celeste e forte conjunção de planetas, assinalando diversos motivos, os quais em parte recontaremos brevemente, e por alto, para melhor fazer entender, deste modo, a saber que no dia 14 de maio passado houve um eclipse, ou o escurecimento de grande parte do sol no signo ao final de Touro na casa de Vênus com *caput Draconis*. GV, XII, 2.

<sup>356</sup> Há, também, dois lugares além dos planetas no céu, que significam no círculo dos sinais, dos quais, um é chamado a cabeça do dragão, o outro cauda do dragão, e são os dois de trânsito oposto, que circulam a lua através do círculo do sol e significam aquilo que será dito abaixo, quando se trata de Cauda ou Caput. GB, Astr. V, 35.

A *Cauda* é a exaltação de Sagitário por ser oposta a Gêmeos, cuja exaltação é *Caput Draconis*. Gêmeos é o primeiro signo bicorpóreo e ambíguo após Sagitário, e a *Caput Draconis* seria formada por duas fortunas, Júpiter e Vênus, tendo, portanto, inclinação benéfica. Diferente de *Cauda Draconis*, que é a exacerbação de Sagitário, signo oposto a Gêmeos, formado pelas influências de Saturno e Marte, de inclinação maléfica. Segundo o astrônomo árabe Alcabitus a *Caput Draconis* é benéfica, pois seria formada por duas fortunas, Júpiter e Vênus, cuja natureza indicaria domínio, boa fortuna e posse. Quando esses nodos (pontos de interseção) estão em conjunção, a natureza que se manifesta de *Caput Draconis* é a abundância, se estiver em conjunção com astros benéficos, aumentaria sua boa fortuna; se conjunta com astros maléficos, aumentaria a má fortuna desses.

Já a *Cauda Draconis* teria como principais influências, Saturno e Marte, que indicariam penúria, vilania e queda. Quando em conjunção, dependendo dos astros a que esteja ligada, significa a penúria. Se os astros forem de boa natureza e fortuna, ela diminui a boa fortuna deles. Se estiver com planetas de natureza maléfica, diminui sua má fortuna. Villani parece conhecer bem os trabalhos dos dois astrônomos, desdobrando-se em detalhadas explicações acerca das posições dos astros à época do dilúvio, sobretudo no concernente à *Cauda Draconis* e *Caput Draconis*:

...per la quale scurazione infino allora per savi religiosi e per mostramento d'astrolaghi fu sermonato in pergamo in Firenze, il quale noi udimo, che ciò significava grande secco nella presente state vegnente, e poi ne l'opposizione di quello eclissi grande soperchio d'acque, e tremuotie grandi pericoli e mortalidade di genti e di bestie; amonendo le genti a penitenzia. E poi apresso a l'entrante di luglio fu congiunzione a grado di Saturno con Marte alla fine del segno de la Vergine, casa di Mercurio; il quale significa soperchio d'acque e sommersione per li due detti pianeti infortuni<sup>357</sup>. (GV, XII, 2)

Villani então prossegue, mencionando o eclipse ocorrido meses antes e descreve o que foi dito pelos astrólogos de Florença sobre a possibilidade de estiagem na estação em que ocorrera o evento astronômico, e enchentes na estação seguinte, o que teria sido predicado no púlpito da comuna para que todos tomassem conhecimento, dentre eles o próprio Villani.

A conjunção astrológica narrada por Villani, em que planetas úmidos e aquosos estão em conjunção com a cauda draconis “*conjunção a cargo de Saturno com Marte*”, que

---

<sup>357</sup> ...em virtude de tal escurecimento, até agora pelos sábios religiosos e por demonstração dos astrólogos, foi predicado em púlpito em Florença, o qual ouvimos, que aquilo significava grande seca na presente estação vindoura, e por oposição àquele eclipse, grande exagero de água, e tremores, e grandes perigos e mortandade de gente e animais; instando as pessoas à penitência. Em seguida, à iminente entrada de julho, foi uma conjunção a cargo de Saturno com Marte, até o final do signo de Virgem, casa de Mercúrio; o que significava sobrecarga de água e inundações por causa desses dois planetas desventurados. GV, XII, 2.

aumenta sua potência, acarretaria, na visão astrológica “grande exagero de água” e “grandes perigos e mortandade de gente e animais”:

Ma quello che dissono che gravò più, seguendo l'una congiunzione l'altra, si fu che il dì del diluvio il sole si trovò ne l'opposizione del suo eclissi a gradi XVIII de lo Scorpione in congiunzione con cauda Draconise con la stella che ssi chiama Cuore de lo Scorpione, che sempre sono infortune e fanno grandi pericoli in mare e interra; e Venus pianeta acquosa si trovò ne la finedel detto Scorpione, e per agiunta il sole in tale congiunzione si trovò assediato intralle due infortunate, cioè Saturno e Mars, congiunte insiemeper sestile aspetto; Saturno nella Libra in sua esaltazione congiunta collui la luna, la qual è portatrice del tempo futuro; e allui venne con segni e ascendenti aquatichi stata nella sua congiunzione dinanzi, cioè ne la Libra medesima con Saturno e con Venus e Mercurio pianeti aquatichi; e l'ascendente de la sua congiunzione fu Tauro sua esaltazione e casa di Venus ov'era stato l'eclissi del sole, e nella sua opposizione di quello lunare dinanzi al diluvio fu il suo ascendente il Cancro sua casa, che significa abbondanza d'acqua; e i dettipianeti aquatichi, Venus e Mercurio, erano in Iscorpione, segno aquatico e casa di Marte, e con cauda Dragone. E nel cominciamento e grande parte di quello lunare dinanzi al diluvio furo grandi piogge in Firenze e in molte parti, e questo fu segno del futuro diluvio. E da l'altra parte la pianeta di Mars a la venuta del diluvio si trovò nel segno del Sagittario in sua proprietà caldo e secco, e chevolontieri saetta, invilupato nel detto segno con Mercurio pianeta convertivole e reo con rei, freddo e umido e aquatico, e contra la complessione di Mars e del detto segno, il quale Mars combattendosi con raggi di Saturno, mandaro in terra le loro influenze, cioè soperchi di tuoni e di piove, e baleni con folgori, e sommersioni e tremuoti.<sup>358</sup> (GV, XII, 2)

A conjunção astral que leva ao dilúvio é bastante desfavorável, com Saturno e Marte, planetas aquáticos, frios e úmidos, que junto da Cauda Draconis resultariam em abundância de água. Note que na narrativa de Villani, descrevendo os argumentos dos astrólogos, cada regente dos planetas, Saturno, Marte, Júpiter, guardam características originárias de suas respectivas divindades romanas. Saturno, um dos Titãs, teria devorado todos os seus filhos ao

---

<sup>358</sup> Mas aquele que destoava e onerava mais, seguindo uma conjunção à outra, de modo que foi no dia do dilúvio que o sol se encontrava em oposição ao seu eclipse, a dezenove graus de Escorpião em conjunção com *cauda Draconis*, e com a estrela que se chama Coração de Escorpião, que sempre são desafortunados e provocam grandes perigos nos mares e na terra; e Vênus, planeta aquoso que se encontrava ao final do dito Escorpião, e por adição o sol, em tal conjunção se achou confinando entre duas estrelas desafortunadas, que são Saturno e Marte, unidas ao mesmo tempo por seis aspectos; Saturno em Libra, em sua plenitude, conjunta destas com a lua, que é portadora do tempo futuro; e vieram com signo e ascendente aquáticos em sua conjunção anterior, que são Libra, e igualmente Saturno, Venus e Mercúrio, planetas aquáticos; e o ascendente de sua conjunção foi Touro, exaltação na casa de Vênus havia sido durante o eclipse do sol, e a oposição daquela lua anterior ao dilúvio teve como ascendente Câncer e sua casa, que significa abundância de água; e desses planetas aquáticos, Vênus e Mercúrio estavam em Escorpião, signo de água, na casa de Marte, e com *cauda Draconis*. E no início, e em grande parte daquele plenilúnio anterior ao dilúvio, houve grandes chuvas em Florença e adjacências, e isto foi um sinal do futuro dilúvio. E do outro lado do planeta Marte, na vinda do dilúvio, que estava no signo de Sagitário com suas propriedades quente e seca, e que voluntariamente lançou, envolto no signo de Mercúrio, planeta culpado como regente, frio, úmido e aquático, e contrário ao temperamento de Marte e seu signo, que Marte combate com raios Saturno, enviando à terra suas influências, com excesso de trovões e chuvas, e trovões com muito fulgor, e enchentes e tremores. GV, XII, 2.

nascer, só não devorou Júpiter porque Reia deu uma pedra envolta em panos ao consorte que a engoliu sem perceber o ardil. Júpter teria sido levado para uma caverna de Creta para ser criado por uma cabra. Adulto, retorna, obriga o pai a vomitar seus irmãos e o mutila. Saturno aparece no relato astrológico sendo combatido por Marte, com raios e trovões, que se propagaram nos céus de Florença no dia do dilúvio, e ambos são representados com características nefastas, azarentas e inclinadas a poderosos e grandes desastres. Júpiter, também chamado Jove, tem natureza boa, afortunada e doce, em conjunção com Marte e Saturno tem suas características diminuídas pelo peso dos dois outros planetas:

...E per agiunta al fatto, la pianeta di Iove, la qual è fortunata, dolce e buona, in quell'ora si trovè nel segno de l'Aquario casa di Saturno, e con Saturno congiunta in trino aspetto, e con Mars in sestile aspetto, sìche la sua vertù fu vinta da li detti due infortuni, e con neente di podere; ma convenne ch'agiugnesse alla infortuna de' rei per lo segno d'Aquario ov'era<sup>359</sup>. (GV, XII, 2)

E graças a todos essa exposição de fatores e argumentos, diz Villani, que seria natural concluir que a conjunção astrológica desembocaria em desastre com chuvas e enchentes:

...E nota, lettore, e raccogli, se neente intenderai de la detta scienza, tu troverai al punto e giorno che venne il diluvio congiunte quasi tutte esette le pianete del cielo insieme corporalmente, o per diversi aspetti e in case e termini di segni, da commuovere l'aria e' cieli e gli elementi a darne le sopradette influenze<sup>360</sup>. (GV, XII, 2)

Entretanto essa explanação não seria suficiente para explicar porque a tragédia atingiu mais Florença do que a Pisa, se ambas eram cortadas pelo rio Arno e tiveram a mesma quantidade de chuvas, e Pisa estaria situada inclusive mais abaixo, portanto mais vulnerável à enchente que Florença:

Domandati ancora i detti astrolaghi perché il detto diluvio avvenne più a Firenze che a Pisa, ch'era in su l'Arno medesimo, elà giù dovea essere e fu più grosso, o ad altre terre di Toscana, fu risposto che prima ci fu la cagione de la mala provedenza de' Fiorentini, come detto è, per l'altezza de le pescaie.<sup>361</sup> (GV, XII, 2)

---

<sup>359</sup> ...E adicionado ao fato, o planeta de Jove, que é afortunado, doce e bom, naquela hora se encontrava no signo de Aquário, casa de Saturno, e com Saturno conjunta em três aspectos; e com Marte em seis aspectos, que sua virtude foi vencida por aqueles dois infortúnios, que nada pôde fazer; porém concordou que a junção da má fortuna do regente durante o signo de Aquário. GV, XII, 2.

<sup>360</sup> ...E note leitor, se recolher, sem nada entender da dita ciência, encontrarás o ponto e dia que veio o dilúvio, reunindo quase todos os sete planetas do céu ao mesmo tempo, corporalmente, ou por diversas características, em termos de casas e signos, para perturbar ar e céu e resultar nas influências supracitadas. GV, XII, 2.

<sup>361</sup> Perguntam agora os referidos astrólogos, por que o dilúvio atingiu mais Florença que Pisa, se era o mesmo Arno, e lá por ser mais baixo devia ter sido mais volumoso, e em outras terras da Toscana, e foi respondido que a primeira razão teria sido a má providência dos florentinos, como disse eu, pela altura das barragens. GV, XII, 2.

E Villani conclui que teria sido por causa dos pecados dos florentinos e da má conduta da comuna em permitir a construção de muitas barragens no rio Arno, porém os astrólogos discordam e afirmam que a tragédia incidiu mais em Florença, cujo signo será Áries e o de Pisa, Libra. Áries tem como regente Marte, a quem, em sua origem romana, Florença teria sido dedicada. Marte é um planeta aquoso, úmido e sua conjunção com Saturno, na *Cauda Draconis*, teria exacerbado suas características maléficas e azarentas, resultando que o dilúvio foi pior em Florença por causa dessa conjunção infeliz do que em Pisa, cuja conjunção era mais afortunada:

...l'altra secondo istorlomia, Saturno, il quale dà infortuna, e sumersione, e ruine, e diluvii ne la sua opposizione, era nel segno de la Libra, in sua esaltazione; la quale Libra s'atribuisce a la città di Pisa, e a l'opposito del segno de l'Ariete, il quale Ariete pare s'atribuisca a la città di Firenze, e l'ascendente de l'entrare del sole nell'Ariete nello detto anno fu signore; la Libra e l'Ariete si trovò... di ponentecol sole in cadimento; il quale (di cui l'Ariete èsaltazione) si trovò congiunto e assediato al tempo del diluvio in mala parte e infortuni, come dettoè. E Mars, il quale è signore del segno de l'Ariete, si trovò congiunto con Saturno e vinto da llui per lo modo che di sopra è fatta menzione. E queste contrarietà e congiunzioni paiono cagione del soperchio diluvio e damaggio a la città di Firenze più che a Pisa.<sup>362</sup> (GV, XII, 2)

Após enumerar todos os argumentos trazidos pelos astrólogos, Villani passa a enumerar agora os argumentos teológicos que sustentariam a tese, aceita por ele próprio, de que o dilúvio ocorreu em Florença por vontade de Deus, que estando acima de todas as coisas, utiliza da natureza para fazer valer seu juízo. Por isso, Giovanni Villani diz que tais explicações, embora plausíveis e corretas, não explicariam as verdadeiras motivações do dilúvio, pois apesar de a conjunção de planetas ter ocasionado as condições propícias para a enchente, o seu curso, o curso dos astros é determinado pela vontade de Deus:

E basti quello che in questo avemo raccolto di più lunghe disposizioni de li astrolaghi sopra questa questione. Sopra la detta questione i savi religiosi e maestri in teologia rispuosono santamente e ragionevolmente, dicendo che lle ragioni dette delli astrolaghi poteano in parte essere vere, ma non di necessità, se non in quanto piacesse a Dio; però che Idio è sopra ogni corso celesto, e elli il fa movere e regge e governa; e l corso di natura è apo Dio, quasi come al

---

<sup>362</sup> ...outra, segundo a astrologia, Saturno é aquele que dá infortúnio, e enchente, e ruína, e dilúvio desta sua oposição, que estava no signo de Libra, em sua exaltação; qual Libra é atribuído à cidade de Pisa, e a contrário do signo de Áries, parece ser atribuído à cidade de Florença; e o ascendente, na entrada do sol em Áries, naquele ano foi regente; Libra e Áries se encontraram ...no poente com o sol em declínio; os quais (de que Áries é a exaltação) se acharam conjuntos e cercados, no tempo do dilúvio, em má e desafortunada parte, como eu disse. E Marte, que é regente do signo de Áries, se encontrava em conjunção com Saturno e dominado por ele, da forma como já se fez menção. E tais oposições e conjunções parecem as razões para que enorme dilúvio e dano atingissem mais a cidade de Florença que a Pisa. GV, XII, 2.

fabro è il martello, che con esso può foggiare diverse spezie di cose, come averà imaginato nella sua mente<sup>363</sup>. (GV, XII, 2)

Deus sendo o criador de todas as coisas, embora não tenha a mesma natureza delas, visto que Deus não foi ele mesmo criado, sendo o Incriado, é o artífice do mundo e do firmamento, e Villani utiliza de um belo exemplo do mundo dos ofícios, o artesão que utiliza seu instrumento para forjar os objetos que concebe e vê em sua mente enquanto Deus utiliza-se da palavra, do nome, para forjar a Criação conforme vê e concebe em sua imaginação:

Per simile modo e maggiormente il corso di natura e delli elementi, e eziandio le demonia, perlo comandamento di Dio sono flagella e martella a' popoli per punire le peccata; e a la nostra fragile natura non è possibile d'antivedere l'abisso e eterno consiglio del predestino e prescienza de l'Altissimo, ma eziandio male si conoscono per noi l'opere sue fatte e a noi visibili.<sup>364</sup> (GV, XII, 2)

Segundo a concepção espelhada por Villani, Deus controlaria o curso dos astros, a natureza e também o demônio, visto que este seria apenas um instrumento de Deus “*o demônio, que pelo comando de Deus flagela e atormenta o povo para punir seus pecados*” nos propósitos da Providência.

E a Providência de Deus não pode ser prevista, visto que não é dado a conhecer aos homens a obra divina, pois para a humanidade não “é possível prever o profundo e eterno conselho do predestino e presciência do Altíssimo”.

Mais uma vez o caráter visual do mundo e da verdade das coisas é evidenciado, pois a humanidade conhece apenas aquilo que é tornado a ela visível da obra de Deus. Em seguida, Villani menciona o caráter útil de sua narrativa, afirmando que Deus é senhor de todas as coisas, e em virtude desse poder e dignidade de “mandar e presumir”, age de acordo com o curso da natureza quando lhe compraz, e também pode agir acima dela, e o faz ou por misericórdia ou por justiça:

Ed acciò che diquesta questione utile si tragga per li lettori, diciamo che Idio ha signoria di mandare e premettere i suoi iudicii al mondo, e secondo corso di natura, e quando a llui piace sopra natura, e ancora contra natura, sì come

---

<sup>363</sup> Sobre a referida indagação, os sábios religiosos e mestres em Teologia responderam santa e racionalmente, dizendo que os motivos apontados pelos astrólogos podem, em parte, ser verdadeiros, mas não necessariamente, se não forem do agrado de Deus. Todavia, Deus está acima de todos os cursos do céu, e é ele quem os move, os rege e governa; e o curso da natureza é diferente de Deus, como o martelo é do artífice, que com este pode forjar várias espécies de coisas, como havia imaginado em sua mente. GV, XII, 2.

<sup>364</sup> De forma parecida é, sobretudo, o curso da natureza e dos elementos, e também, o demônio, que pelo comando de Deus flagela e atormenta o povo para punir seus pecados; e à nossa frágil natureza não é possível prever o profundo e eterno conselho do predestino e presciência do Altíssimo, porém, também mal conhecida por nós é a obra por Ele feita e a nós tornada visível. GV, XII, 2.

omnipotente segnore de l'universo; e fallo a due fini, o per graziosa misericordia, o per aseguizione di iustizia<sup>365</sup>. (GV, XII, 2)

E segundo Villani, para clarificar as explicações dos teólogos, para que o propósito didascálico de sua crônica logre êxito, ele fornecerá a partir daqui os exemplos (cuja autoridade é incontestada) nas Escrituras que demonstram que Deus, tendo sido o criador que criou todas as coisas, também as pode desfazer e modificar conforme sua vontade:

Ed acciò che per chi leggerà sia più chiaro e aperto ad intendere, di molte e lunghe ragioni e sottili allegagioni de' detti savi ritrarremo al grosso e ricoglieremo, dicendo alquanto veri e chiari esempi e miracoli della sacra Scrittura sopra la detta materia; e cominceremo dal principio del Genesi, ove dice: "In principio creò Idio il cielo e la terra; et dixit, et fatta sunt etc.". Questo fue grazia e sopra natura a fare per la sua infinita potenza il corso del cielo e di natura per una sola parola, che prima era neente; e chi ha podere di fare la cosa, pur materialmente parlando, la può disfare e mutare: maggiormente Idio può tutto fare, e alterare, disfare, e mutare<sup>366</sup>. (GV, XII, 2)

Pois, de acordo com a cosmogonia apresentada por Villani, cuja autoridade emana do Gênesis, Deus criou todas as coisas pela palavra, de onde nada existia, e a graça da Criação foi sobrenatural, não por ser fictícia, alegórica, mas por ter ocorrido acima desta, visto que esta ainda não existia. E a partir do momento que a natureza ganha forma através da imagem acústica da palavra de Deus, passando então a existir e a ser visível, pode ser operada por vontade do Criador, que age acima ou por intermédio de sua criação, tendo-a sempre como ponto de referência pelo qual fala aos homens. Giovanni Villani começa a enumerar algumas das intervenções divinas que foram feitas de forma sobrenatural para punir a conduta humana e produzir um ensinamento que lhe fosse correspondente, o Juízo de Deus e a Misericórdia:

Aprresso in quello medesimo Genesi, capitolo VIII, disse Idio a Noè: "Fa' l'arca, ch'io voglio mandare il diluvio dell'acque sopra terra, perché muoiano tutte creature per le peccata delle genti etc.". E questo fue per la sua giustizia. Aprresso si legge nel XXIII capitolo del detto Genesi delli angeli che vennero ad Abraam e a Lot, i quali per lo peccato contra natura distrussero le cinque città di Sogdoma e Gomorra e l'altre; e questa fue eseguiione di giustizia, e sopra corso di natura. E se pur X uomini giusti e senza il detto peccato vi fossono

---

<sup>365</sup> A fim de que esta questão utilidade traga aos leitores, diremos que Deus tem senhoria de mandar e presumir seus juízos ao mundo, e de acordo com o curso da natureza, e quando a Ele agrada estar acima dela, e também contra a natureza, assim como Senhor onipotente de todo o Universo; e sem dúvida por duas finalidades: ou por graciosa misericórdia ou para obter justiça. GV, XII, 2.

<sup>366</sup> E para àqueles que lerão seja mais claro, e aberto para entender, de muitas e extensas razões e sutis alegações dos ditos sábios, que retratáramos por alto, recorreremos, citando algum verdadeiro e claro exemplo e milagre da Sagrada Escritura acerca da mencionada matéria; e começaremos do princípio do Gênesis: "No princípio criou Deus o céu e a terra, *et dixit, et fatta sunt* etc." Esta foi a graça e sobrenatural se fez, por Sua infinita potência, o curso do céu e da natureza por uma única palavra, o que antes nada era; e quem tem o poder de fazer as coisas, materialmente falando, as pode desfazer e modificar: mormente Deus pode tudo fazer, e alterar, desfazer, e modificar. GV, XII, 2.

trovati, disse Idio ad Abraam ch'avrebbe perdonato a li altri, tanta è la sua clemenzia e misericórdia infinita. E nel XX capitolo del Genesi Idio anunziò ad Abraam, ch'avea C anni, e a Sarra sua moglie, ch'avea anni LXXXX ed era sterile, ch'ella conceperebbe Isaac padre d'Israel, e così fu; e ancora questo fu sopra natura, e per grazia di Dio, acciò che di quello nascesse il suo popolo e il suo unigenito figliuolo Gesù Cristo<sup>367</sup> ... (GV, XII, 2)

Giovanni Villani cita o livro de Gênesis, o dilúvio de Noé, que teria ocorrido por “Juízo de Deus” como punição pelos pecados cometidos pela humanidade, evento que implicitamente compara ao ocorrido em Florença. Le Goff nos chama a atenção para a importância que o tema urbano adquire nas Escrituras. Lembra-nos o eminente medievalista francês que na tradição védica as cidades afiguram-se de forma bastante negativa, que “os princípios da cidade são muito maus”. (1998: p. 250) De fato, o Gênesis traz uma variedade ampla de cidades malditas, sendo que uma delas é tomada como marco inicial da crônica do próprio Villani, que tem como primeiro evento narrado a dispersão humana após a destruição da Torre de Babel, o que teria levado à consequente povoação do mundo e a sua divisão em três continentes, ou conforme nos diz Le Goff:

Logo de entrada a primeira cidade, fundada por Caim (Gn 4, 17). Abominável patrocínio de que os homens da Idade Média se recordavam ao especificar, até, que Caim inventou também, ao criar a primeira cidade, os pesos e as medidas – preludiando deste modo uma contabilidade que ia contra a liberdade, a generosidade e a profusão que a Criação permitira ao homem antever. Depois vem o episódio de Babel (Gn 11, 1-9), no qual a vontade comunitária e construtora dos homens esbarra com o veto do Senhor, que deseja manter os homens divididos para melhor lhes impor a sua vontade e para os castigar (...). (LE GOFF, 1998, p. 250)

Aos poucos, ao longo do Velho Testamento, essa visão negativa das cidades modificava-se e as aglomerações urbanas perdem a carga de abominação e danação por serem locais de concentração de vícios e pecadores, transformando-se em objeto de cobiça, lugar de refúgio, ou mesmo de serem lugares privilegiados. Já nos Livros Históricos, a maldição das cidades é transmutada completamente através do crescimento e ascensão de Jerusalém como cidade sagrada, bela, abundante, governada por grandes reis, mais notadamente David e Salomão, tornando-se local de moradia do povo eleito por Deus e de seus monumentos sagrados, como

---

<sup>367</sup> Mais adiante, nesse mesmo Gênesis, capítulo VIII, disse Deus a Noé: “Faze a Arca que enviarei o dilúvio de água sobre a terra para que pereçam todas as criaturas em virtude dos pecados das pessoas, etc.” E isso foi por Sua justiça. E mais à frente, lê-se, no capítulo vinte e três do mencionado Gênesis, que os anjos que vieram a Abrão e a Lot, que pelo pecado destruíram cinco cidades de Sodoma e Gomorra e outras; esta foi execução da justiça acima do curso da natureza. E se dez homens justos e sem pecado fossem encontrados, disse Deus a Abraão, que os teria perdoado a todos, tamanha era sua clemência e misericórdia infinita. E, no capítulo vinte, Deus anunciou a Abraão, que já tinha cem anos, e a Sara, sua esposa, que tinha noventa e era estéril, que ela conceberia Isaac, pai de Israel, e assim foi; e, mais uma vez, isso foi contrário à natureza, e pela graça de Deus, também daquele nascesse o seu povo e o seu unigênito filho Jesus Cristo. GV, XII, 1.

a Arca da Aliança, o Templo e Palácio. Le Goff nos diz que dessa forma, agrupando no mesmo espaço os referenciais religiosos e régios, seria materializada a imagem simbólica da cidade “por excelência, bela, rica, ornada de monumentos entre os quais se conta a sede dos dois poderes: o religioso e o régio.” (1998: p. 251) Decerto Villani não partilha da visão negativa da cidade, porém de sua faceta venturosa, de um local belo, rico, ornado de monumentos maravilhosos –catedrais, muralhas, pontes, de poder religioso e laico – que justamente por ser um local de abundâncias, também é de concentração de vícios e pecados, de cobiça e de malvadez.

Em tudo a Florença de Villani se aproxima da Jerusalém bíblica, cidade que nos Salmos é glorificada e que no livro de Isaías se opõe à Babilônia – cidade da perdição – colocando-se como a cidade da salvação, morada de Javé, local onde acontecerá o Juízo Final e o julgamento último de todas as nações. Florença de Villani é a cidade modelar, a cidade a ser imitada pelas outras, não apenas pelos seus atributos arquitetônicos, e pela fortuna que gera a seus habitantes, que lá prosperam, mas pelas virtudes que preconiza ao se aliar aos ideais da Igreja, buscando através de sua cada vez mais vertical arquitetura aproximar-se de Deus. E sendo a cidade o palco de todas as ações humanas, o local das interações das culturas, do comércio, das letras, é também nela que Deus procura com mais vigor demonstrar seu desapeço diante da má conduta, enviando pragas, chuvas, secas, enfim, os prodígios para que seu desagrado seja visível por todos e possa alcançar seu propósito ético:

E che leggiamo ancora nel libro de l'Esodo, cominciando al X capitolo, delle pestilenzie che Idio mandò sopra Faraone e il suo popolo d'Egitto per li prieghi di Moisè e d'Aron, e per la crudeltà che faceano al popolo di Dio; e alla fine per grazia al popolo Israel aperse il mare, ove passarono salvi, e Faraone colla cavalleria e popolo suo in quello mare la sommerse. E la detta grazia del popolo Israel, e le dette pestilenzie sopra Faraone, furo per operazioni e iudicio divino e sopra natura, e non per corso di stelle. Ancora al detto suo populo per grazia e sopra natura, e contra natura, Idio li nutricò XL anni nel deserto di manna, e con la guida della colonna de la nuvola e del fuoco. E parte di quello popolo per lo peccato de la 'nfedelità li consumò per ferro; e parte per lo peccato de la golosità li perseguitò colle trafitte de' serpenti; e parte di loro per superbia e ribellazione l'inghiottì la terra; ciò fu Abi e Daviron e loro seguaci; e parte di loro per lo peccato d'usare il fare il sacrificio indegnamente, per fuoco li pulì e distrusse; e tutte queste pestilenzie furo sopra natura e per iudicio di Dio per le peccata del popolo<sup>368</sup>. (GV, XII, 2)

---

<sup>368</sup> ...E explicaremos agora o livro do Êxodo, começando pelo décimo capítulo, da peste que Deus enviou sobre o Faraó e seu povo do Egito, por causa das preces de Moisés e Arão, e pelas crueldades que fazia ao povo de Deus; e por fim, para graça do povo de Israel, o mar se abriu, por onde passaram a salvo, e o Faraó com cavalaria e seu povo naquele mar foram submersos. E a referida graça do povo de Israel, e a mencionada peste contra o Faraó, ocorreram por operação e juízo divino, acima a natureza, e não pelo curso das estrelas. E mais, ao dito povo seu por graça e contra a natureza, Deus o alimentou quarenta anos no deserto com maná, e com o comando da coluna de nuvens e fogo. E parte daquele fogo pelo pecado da infidelidade ele consumiu pelo ferro; e parte

Portanto, quando Deus quer demonstrar aos homens que estes estão incorrendo em caminho da danação, e quer puni-los pelas suas condutas equivocadas, Ele o faz independentemente do curso da natureza ou dos planetas, podendo interferir em ambos ou se apropriar de ambos conforme sua vontade. Para demonstrar a afirmação de que Deus está acima da natureza por ter sido seu Criador, Villani anumerava diversos eventos sobrenaturais presentes nas Escrituras, e agrupa seus pecados e as respectivas penas lançadas. E a Providência Divina que castiga é a mesma que, por misericórdia, salva, quer pela penitência praticada pelo povo sobre o qual incidiria o castigo, quer pelo seu arrependimento (preces de Josué) ou caridade praticada (sermões de Jonas), porque Deus pune os pecados dos homens para lhes mostrar que a Salvação é possível pelo mérito, e para isso intevém no mundo de forma muitas vezes sobrenatural:

La grande città di Ninive era giudicata da Dio a pericolare per li loro peccati, e per li sermoni di Giona profeta mandato da Dio si corressero e tornaro a penitencia, e ebbono grazia e misericordia da Dio; onde si manifesta chiaramente che Idio rimuove per li prieghi e penitencia i suoi giudicii, e però maggiormente può e dee seguire il corso di natura il volere di Dio, e adoperare sopra natura come a·llui piace, però che la fece, com'è detto dinanzi . Che diremo della grazia e miracolo che Idio fece sopra natura e contra 'l corso di natura per li prieghi di Iosuè suo servo, e capitano e re del suo popolo, di fare tornare il sole braccia X adietro del suo corso? Nelli libri de' Re intra gli altri miracoli, per lo peccato della vanagloria che commise Davit a fare numerare il suo popolo, molto del popolo di Dio per pestilenza morire contra corso di loro natura. E quante diverse persecuzioni di battaglie si leggono in quelli libri de' Re, e nelli altri libri, che Idio permise quando in pro e quando incontro al suo popolo per li loro peccati omeriti? Che Nabucdonosor distrusse la prima volta la città di Ierusalem, e tutti i Giudei menò in servaggio, quelli che scamparo di morte; e poi Nabucdonosor per li suoi peccati d'uomo fu bestia per VII anni, e poi per simile modo distrusse la seconda volta Ierusalem Antioco re; e tutto fu per li peccati de' figliuoli Israel e per le loro abominazioni<sup>369</sup>. (GV, XII, 2)

---

pelo pecado da gula, perseguiu em uma colina trespassada por serpentes; e parte deles por soberba e rebelião foram engolidos pela terra, como foram Abi e Daviron e seus seguidores; e parte deles por usar e fazer o sacrifício indignamente, por fogo os purificou e destruiu, e todas essas pestilências ocorreram pela vontade de Deus, e contrárias à natureza, por conta dos pecados do povo. GV, XII, 2.

<sup>369</sup> A grande cidade de Ninive foi julgada por Deus a ser arruinada por seus pecados, e graças intermédio dos sermões de Jonas, profeta por Deus enviado, corrigiu-se e recorreram à penitência, obtendo a graça e misericórdia Divinas; onde se manifesta claramente que Deus removeu por prece e penitência e a seu juízo, porém, sobretudo pode e deve seguir o curso da natureza conforme a vontade de Deus, e operar contra a natureza quando lhe compraza, como todavia já foi feito, conforme foi dito anteriormente. Que diremos das graças e milagres que Deus fez sobrenatural e contra o seu curso em virtude das preces de Josué, seu servo, e capitão e rei de seu povo, ao fazer retornar em dez braços o sol de seu curso? No livro do rei, que contém outros milagres, pelo pecado da vaidade, que comete Davi, de fazer enumerar o seu povo, muitas pessoas morreram contra o curso natural. E quantas tantas vitimizações em batalhas se lê naquele livro do Rei, e em outros livros, que Deus permite a favor ou contra seu povo de acordo com seu pecado ou seu mérito? Que Nabucodonossor destruiu pela primeira vez a cidade de Jerusalém, e levou todos os judeus em servidão, aqueles que escaparam da morte, e depois de Nabudodonossor, por causa de seus pecados, foram animais por sete anos, e posteriormente, de modo

Pois Deus se coloca como o Senhor dos Exércitos, dando vitória a quem O agrada segundo as virtudes que possua os vícios que pratique:

...E però disse Idio al suo popolo: “Io sono lo Idio Sabaot”, cioè a dire, in latino, lo Idio de l'oste e delle battaglie, “e doe vinto e perduto a cui mi piace, secondo i meriti e peccati, e la vittoria delle battaglie è nella mia destra”. E tutto questo è per la divina potenza e sopra 'l corso d'ogni natura<sup>370</sup>. (GV, XII, 2)

Após essa extensa explanação acerca da potência divina, e como ela opera em consonância ou dissonância com a natureza conforme Sua Vontade, Villani parte para o maior de seus argumentos, e a maior de todas as autoridades, o Novo Testamento, os livros que tratam da Encarnação e que trazem o maior de todos os milagres e o mais sobrenatural de todos os eventos, o nascimento e paixão do filho de Deus. A vida de Jesus é por si só repleta de feitos maravilhosos e sobrenaturais, mas é a sua morte que o maior de todos os milagres e a maior de todas as graças são conedidos à humanidade:

...Del nuovo alquanto diremo. Può essere, o fu mai, o sarà maggiore grazia, che la divina potenza degnò d'incarnare nella graziosa vergine Maria, ed essere Idio e uomo nato di vergine, e soffrire passione e morte, e ne la passione scurò tutto il sole nel mezzodì, e era la luna in suo opposto, che secondo corso di natura non potea scurare; ma fu sopra natura, perché il fattore de la natura sofferia pena. E così grande e sì fatto misterio fu sopra ogni potenza naturale, e ciò piacque a l'Altissimo per osservare giustizia per lo peccato del primo uomo, e per fare grazia e misericordia per ricomperare l'umana generazione; e nullo verbo è impossibile a Dio<sup>371</sup>. (GV, XII, 2)

Se Deus pune os pecados e os redime conforme o arrependimento ou a caridade praticados, ao sacrificar seu único filho, transmutado em cordeiro de expiação – o cordeiro romano dado em sacrifícios nos rituais religiosos da cidade – Deus promove a maior punição de todas (A justiça pelo pecado do primeiro homem) e a maior de todas as redenções (a graça e misericórdia para recuperar a raça humana). Nesse evento singular, o sol teria escurecido totalmente ao meio-dia, com a lua em oposição, o que seria impossível pelo curso natural,

---

parecido, foi destruída pela segunda vez Jerusalém por rei Antíoco; e tudo ocorreu por causa dos pecados dos filhos de Israel e suas abominações. GV, XII, 2.

<sup>370</sup> ...E, no entanto, disse Deus a seu povo: “Eu sou Deus Sabaot”, o que quer dizer, em latim, eu sou o Deus dos exércitos e das batalhas, “e dou vitória e derrota a quem me agrada, segundo os méritos ou pecados, e a vitória da batalha está à minha direita. E tudo isso ocorreu pela potência divina de forma sobrenatural e contrária a todos os cursos da natureza. GV, XII, 2.

<sup>371</sup> ...Do Novo falaremos de alguns. Talvez nunca tenha havido, ou haverá graça maior, que a divina potência ter julgado digno encarnar na graciosa virgem Maria, aquele que seria homem e Deus nascido da virgem, e sofrido paixão e morte, e em sua paixão escurecido todo o sol do meio dia, e a lua estava em sua oposição, o que, segundo o curso natural, não poderia escurecê-lo; porém foi sobrenatural, porque o Criador da natureza sofreria pena. E tão grandioso e misterioso foi acima de todo o poder da natureza, que agradou ao Altíssimo observar a justiça pelo pecado do primeiro homem, e por promover a graça e misericórdia para recuperar a raça humana; e nenhum verbo é impossível para Deus. GV, XII, 2.

mas que se tornou plenamente possível pela vontade de Deus, que mais uma vez se colocou acima da natureza criada por Ele para dar uma demonstração visível de Sua vontade para essa mesma Criação.

A punição ao pecado é proporcional à natureza do pecado, pode ocorrer no momento em que este é praticado como pode se estender ao longo do tempo, como no caso dos hebreus, que pela concepção medieval são os culpados pela morte de Cristo, e que nunca mais tiveram um estado e condenados foram a errar pelo mundo e a nunca ter pátria<sup>372</sup>:

Che diremode la rovina de la città di Ierusalem la terza volta, e per la persecuzione e scerramento de' Giudei fatto per Tito e per Vespasiano imperadori di Roma, per la vendetta del peccato commesso della giusta e non giusta morte di Cristo figliuolo di Dio? Certo questo fue chiaro ed evidente iudicio di Dio, e non per corso di natura, che mai poi non ebbero i Giudei istato né ricetta di loro signoria, e sono passati più di MCCC anni ch'è durato il loro esilio. Dell'altre molte persecuzioni, rovine, pestilenzie, diluvii, e battaglie, naufragi, avvenute al tempo de' Romani e de' pagani per iudicio di Dio e pulimento de' peccati oltre al corso di natura, prima e poi che venne Cristo, a raccontarle sarebbono infinite e confusione del nostro trattato<sup>373</sup>; (GV, XII, 2)

Villani faz, então, a correlação entre os eventos escriturários e os ocorridos no tempos dos cristãos, os tempos que ele mesmo vive ainda, visto que a humanidade percorre a sexta idade, em que a vontade de Deus e sua Providência operam a lógica dos acontecimentos e a dinâmica do mundo:

...e simile poi al tempo de' Cristiani per la venuta de' Gotti, e Vandali, e Saracini, e di Lungobardi, de li Ungheri, de' Teotonici, Spagnuoli, e Catalani, e Franceschi, e Guaschi, che sono venuti in Italia, e tutto di vengono; delle quali pestilenzie assai chiaramente a' buoni intenditori si possono comprendere per questa cronica, e per altri libri che di ciò fanno menzione, le quali tutte sono statee sono per lo giudicio di Dio per pulire li peccati<sup>374</sup>. (GV, XII, 2)

---

<sup>372</sup> O banimento era um dos castigos mais desonrosos e cruéis dentro da ótica simbólica medieval. Aquele que não pertencia a uma cidade ou pátria era por si só um danado entre os homens.

<sup>373</sup> O que diremos que a destruição da cidade de Jerusalém pela terceira vez, e a perseguição e aprisionamento dos judeus feitos por Tito e Vespasiano, imperadores de Roma, por vingança do pecado pela conformidade na injusta morte de Cristo, filho de Deus? Certo é que foi claro e evidente causado pelo juízo de Deus, e não pelo curso da natureza, que jamais os judeus tiveram um estado ou abrigo de sua senhoria, e são passados mais de mil e trezentos anos de duração de seu exílio. De outro modo, perseguições, ruínas, pestes, dilúvios, guerras, naufrágios ocorreram no tempo dos romanos e dos pagãos por vontade de Deus e punição dos pecados para além do curso da natureza, antes e depois da vinda de Cristo, e ao recontá-los faremos confusão infinita de nosso tratado. GV, XII, 2.

<sup>374</sup> ...e de forma semelhante, ao tempo dos cristãos, na ocasião da vinda dos godos, vândalos e sarracenos, e dos lombardos, dos húngaros e teutônicos, espanhóis, catalães e franceses, e gascões, que vieram para a Itália, e todos os dias mais; de qual pestilência, bem claramente ao bom entendedor possa compreender por esta crônica, e dos outros livros dos quais faço menção, que tudo aconteceu e acontece por vontade de Deus de punir os pecados. GV, XII, 2.

Por último, Villani menciona um evento miraculoso, a bem dizer maravilhoso, ocorrido na véspera do dilúvio na própria cidade de Florença, envolvendo um sacerdote ermitão, que em retiro se depara com uma cavalgada do Além:

E nota ancora, lettore, che, la notte che cominciò il detto diluvio, uno santo eremita ch'era nel suo solitario romitorio di sopra a la badia di Valombrosa stando in orazione sentì e visibilmente udì un fracasso di demonia di sembianza di schiere di cavalieri armati, che cavalcassero a furore. E ciò sentendo il detto romito fecesi il segno della croce, e si fece al suo sportello, e vide la moltitudine de' detti cavalieri terribili e neri; e scongiurando alcuno da la parte di Dio che lli dicesse che ciò significava, e li disse: “Noi andiamo a somergere la città di Firenze per li loro peccati, se Idio il concederà”. E questo io autore per saperne il vero ebbi da l'abate di Valombrosa, uomo religioso e degno di fede, che disaminando l'ebbe dal detto suo romito<sup>375</sup>. (GV, XII, 2)

Note que episódio miraculoso narrado por Villani guarda todas as características de um evento maravilhoso, é sinestésico, pois o religioso sente e claramente ouve o rumor de um “demônio de aspecto de multidão” cavalgando com “furor”. Quando, atemorizado, abre a portinhola que separa o mundo religioso, onde vive em retiro, do mundo exterior, depara-se com uma multidão de cavaleiros demoníacos, negros e suplica que Deus lhe diga o que eles são, o que aquele sinal significava. E Deus responde: “Nós vamos afundar a cidade de Florença por causa de seus pecados, se Deus nos permitir”. O que o ermitão viu se assemelha em muito com os relatos celtas dos grupos de demônios ou mortos-vivos que habitam o entre-mundos dos vivos e mortos na noite que antecede o dia de Todos os Santos, esses relatos percorriam a Itália desde os séculos XII. Villani associa esse vaticínio com os eventos presentes de Florença, atribuindo ao mau comportamento da comuna, e aos pecados e excessos de seus cidadãos, a tragédia, como a soberba, a inveja e a cobiça:

E però non credano i Fiorentini che la presente pestilenza, ond'è fatta questione, sia loro avvenuto altro che per giudicio di Dio, bene che in parte il corso del sole s'accordasse a ciò per punire i nostri peccati, i quali sono soperchi e dispiacevoli a Dio, sì di superbia l'uno vicino coll'altro in volere signoreggiare e tiranneggiare e rapire, e per la infinita avarizia e mali guadagni di Comune, di fare frodolenti mercatantie e usure, recati da tutte parti de l'ardente invidia l'uno fratello e vicino coll'altro; sì della vanagloria de le donne e disordinate spese e ornamenti; sì de la golosità nostra di mangiare e bere disordinato, chepiùe vino

---

<sup>375</sup> E note, também, leitor, que na noite que começou o referido dilúvio, um santo ermitão que estava em seu solitário retiro na parte superior da abadia de Valombrosa, estando em oração, sentiu e visivelmente ouviu um barulho de demônio de aspecto de multidão de cavaleiros armados, cavalgando com furor. E ao escutá-lo o referido eremita fez o sinal da cruz, e se pôs à sua portinhola, e viu a multidão desses cavaleiros terríveis e negros; e suplicou que alguém da parte de Deus lhe dissesse o que era aquilo significava, e lhe disseram: “Nós vamos afundar a cidade de Florença por causa de seus pecados, se Deus nos permitir”. E isso, eu, o autor, por saber ser verdadeiramente, este abade de Valombrosa, um homem religioso e digno de fé, que examine sua sentença. GV, XII, 2.

si logora oggi in uno popolo di Firenze a taverne, che non soleano logorare li nostri antichi in tutta la città; sì per le disordinate lussurie delli uomini e delle donne; e sì per lo pessimo peccato della ingratitudine di non conoscere da Dio i nostri grandi beneficii e il nostro potente stato, soperchiando i vicini d'intorno<sup>376</sup>. (GV, XII, 2)

E enumera um a um os eventos desastrosos de Florença, seus erros de governação e derrotas militares desde 1300:

Ma è grande meraviglia come Dio ci sostiene (e forse parrà a molti ch'io dica troppo, e a me peccatore non sia lecito di dire), ma se non ci volemo ingannare noi Fiorentini, tutto è il vero; di quante battiture e discipline ci ha date Idio al nostro presente tempo, pur da li anni MCCC in qua, senza le passate che scritte sono in questa cronica: prima la nostra divisione di parte bianca e nera; poi la venuta di meser Carlo di Francia, e l'cacciamento che fece di parte bianca, e le sequele e rovina che furono per quella; poi il giudicio e pericolo del grande fuoco che fue nel MCCCIII, e poi di più altri apresso stati nella città di Firenze per li tempi con grande damaggio di molti cittadini; apresso della venuta d'Arrigo di Luzimburgo imperadore nel MCCCXII, e il suo assedio a Firenze e guastamento del nostro contado, e conseguente la mortalità e corruzione che poi fu in cittade e in contado; apresso la sconfitta da Montecatino nel MCCCXV; apresso la persecuzione e guerra castruccina, e la sconfitta d'Altopascio nel MCCCXXV, e la sequeladella sua rovina, e la sformata spesa fatta per lo Comune di Firenze per le dette guerre fornire; apresso il caro e la fame l'anno MCCCXXVIII, e la venuta del Bavero si dicea imperadore; apresso la venuta del re Giovanni di Boemia, e poi il presente diluvio; ond'è nata la questione, che raccogliendo tutte l'altre dette avversitadi inn-una, non furono maggiori di questa<sup>377</sup>. (GV, XII, 2)

---

<sup>376</sup> E todavia, não acreditando, os florentinos, que a referida pestilência, da qual foi feito questionamento, haveria outro motivo além do juízo de Deus, bem que em parte o curso do sol estivesse em consonância para punir nossos pecados, que são demasiado e desagradam a Deus, se por soberba de um vizinho sobre o outro em desejar assenhorear, e tyrannizar, e raptar, e pela infinita avareza e más conquistas da Comuna, de fazer fraudulenta mercancia e usura, acarretando que, em toda a parte ardente inveja um irmão e um vizinho tivesse pelo outro; se pela vaidade das mulheres em dissolutos gastos e enfeites; se de nossa gula de comer e beber em excesso; que muito vinho é consumido atualmente nas tavernas, que não diminuían o consumo de nossos antigos por toda a cidade; se pela dissoluta luxúria dos homens e mulheres; e pelo péssimo pecado da ingratidão de não reconhecer que de Deus provém nossos benefícios e do nosso potente estado, abusando de poder sobre os vizinhos de seu arredor. GV, XII, 2.

<sup>377</sup> Mas é grande maravilha como Deus se sustenta (e por ventura, parece que muitos, que eu faço o favor de dizer, e a mim, pecador não seria lícito dizer), mas que aí não devíamos nos iludir, nós florentinos, que tudo isso é verdade; de quantos danos e disciplina nos há dado Deus desde o ano 1300 para cá, algumas passagens escritas nessa crônica: a primeira delas a nossa divisão em brancos e negros; depois a vinda de senhor Carlos de França; e a expulsão que se fez da parte branca, e a série de danos que sofreram; em seguida juízo e perigo do grande incêndio que ocorreu em 1304; e depois outros a ele se seguiram com grande prejuízo de muitos cidadãos; seguida de da vinda do imperador Henrique de Luxemburgo em 1312, e seu assédio a Florença e devastação de nosso condado, e consequente mortalidade e depravação que houve na cidade e no condado; depois a derrota de Montecatino em 1315; em seguida a perseguição e guerra \*castruccina, e a derrota de Altopascio em 1325, e sequente à esse desastre, e aumento da despesa feita pela Comuna de Florença para a dita guerra prover; seguido ao gasto, a fome no ano de 1329, e da vinda da Baviera daquele que se dizia imperador; depois a vinda do rei João da Boêmia, e depois o referido dilúvio; de onde surgiu a questão, que recolhendo todos esses conflitos entre uns e outros, não houve nenhum maior que esses. GV, XII, 2.

Entretanto, como nenhum desses eventos foi seguido de um episódio tão desafortunado quanto esse, Villani começa a cogitar que o pior talvez ainda esteja por vir, e por essa razão, seria necessário desse dilúvio se fazer memória, para que os florentinos daquele tempo e os que viessem pudessem saber que os vícios e excessos cometidos haviam causado a tragédia, e para que evitassem outras no futuro, repelindo os maus exemplos praticados:

E però istimate, Fiorentini, che queste tante minacce di Dio e battiture non sono senza cagione di soperchi peccati, e paiono a l'aversitadi li detti giudicii, che di nostri antichi. Ed io autore sono di questa sentenza sopra questo diluvio: che per li oltraggiosi nostri peccati Idio mandò questo giudicio mediante il corso del cielo, e apresso la sua misericordia, però che poco durò la rovina per non lasciarne al tutto perire, per li prieghi delle sante persone e religiose abitanti nella nostra città e d'intorno, e per le grandi limosine che ssi fanno in Firenze. E però carissimi fratelli e cittadini, che al presente sono e che saranno, chi leggerà e intenderà, dee avere assai gran materia di correggersi e lasciare ivizii e' peccati per lo tremore e minacce de la iustizia di Dio, per lo presente e per lo tempo a venire; e acciò che l'ira di Dio più non si spanda sopra noi, e che pazientemente e con forte animo sostegnamo l'avversità, riconoscendo Idio onnipotente, e ciò facendo, e con virtù bene adoperando meritiamo misericordia e grazia da llui, la quale fia duplicata, e esaltazione e magnificenza de la nostra città<sup>378</sup>. (GV, XII, 2)

Fica-nos claro nesses trechos que ora analisamos, que Villani pretende com sua crônica fornecer um manual de conduta para cidade de Florença, considerando que é a história o espaço possível da Salvação, em que a Providência Divina coloca os homens em perpétuo debate com as próprias razões para que possam perceber a ventura, e praticá-la, ou que, incorrendo em erro e pecado, através do intercurso dos eventos nefastos e castigos sobrenaturais e naturais possam corrigi-los: “suportamos a adversidade, reconhecendo Deus onipotente, e fazendo isso, com virtude e bem procedendo, mereceremos misericórdia e graça.” E que Deus se manifesta aos homens através de eventos maravilhosos, visíveis e sinestésicos, em que operam a *fictio*, a *imaginatio*, a *fantasia* e o *maravilhoso*, pois essas categorias são as que validam quaisquer eventos, pois os tornam inteligíveis e reconhecíveis

---

<sup>378</sup> E embora estimem os florentinos, que estas muitas ameaças e castigos de Deus não foram causados pelo excesso de pecados, parece que os avisos desses julgamentos com os de nossos antepassados. E eu, o autor, sou que esta questão acerca do dito dilúvio: que por causa de nossos ultrajantes pecados Deus enviou esse julgamento mediante o curso celeste, e apressou sua misericórdia, já que pouco durou esse desastre para que não deixasse tudo perecer, por causa das preces de pessoas santas e religiosas que habitavam nossa cidade e os arredores, e pela grande caridade que se fez em Florença. E todavia, aos caríssimos irmãos e cidadãos, que no presente somos e que seremos, e que lerão e entenderão, que há grande matéria para corrigir e abandonar os vícios e os pecados pelo temor e ameaça da justiça de Deus, para o presente, e pelo tempo que há de vir; e que a ira de Deus mais não se derrame sobre nós, e que pacientemente, e com ânimo forte, suportamos a adversidade, reconhecendo Deus onipotente, e fazendo isso, com virtude e bem procedendo, mereceremos misericórdia e graça, as quais serão duplicadas, em exaltação e magnificência de nossa cidade. GV, XII, 2.

ao homem medieval, fazendo com que sejam passíveis de interpretação. E assim, de aprendizado e guia de conduta. Dessa forma, é nas cidades que a história se afigura como o palco da ventura dos homens, pois é através dela que os *exempla* podem ser reconhecidos e praticados. E é na cidade que ocorre o debate dos sábios, através do qual os eventos afortunados e desafortunados podem ser interpretados, ressignificados e aplicados para a boa conduta da comuna, para o bom governo da cidade, através do qual é conduzida a ventura.